

Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**PAISAGEM DA TERRA DOS DIAMANTES:**  
passado e presente a favor de uma  
reflexão prospectiva

MARIANA DE OLIVEIRA LACERDA



# VOLUME 1

Belo Horizonte  
2014

Mariana de Oliveira Lacerda

A paisagem da terra dos diamantes:  
Passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva  
Volume 1

Primeiro volume de tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Análise Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Allaoua Saadi

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Danielle Piuzana Mucida

Belo Horizonte  
Instituto de Geociências da UFMG  
2014

L131p Lacerda, Mariana de Oliveira.  
2014 A paisagem da terra dos diamantes [manuscrito] : Passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva / Mariana de Oliveira Lacerda. – 2014.  
xii, 303 f. 2v.: il. (color.).

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014.

Área de concentração: Análise Ambiental.

Orientador: Allaoua Saadi.

Co-Orientadora: Danielle Piuzana Mucida.

Bibliografia: f. 274-281.

Inclui anexo e apêndice.

1. Paisagem – Aspectos sociais – Teses. 2. Território – Teses. 3. Diamantina (MG) – Teses. I. Saadi, Allaoua. II. Mucida, Danielle Piuzana. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. IV. Título.

CDU: 712

Tese intitulada *Paisagem da terra dos diamantes: passado e presente e favor de uma reflexão prospectiva*, de autoria da doutoranda Mariana de Oliveira Lacerda, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Análise Ambiental.

Aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Allaoua Saddi - IGC/UFMG

Orientador

---

Prof. Dr. Claudenir Fávero - UFVJM

---

Prof. Dr. Marcos Lobato Martins - UFVJM

---

Profa. Dra. Fernanda Borges de Moraes - EA/UFMG

---

Prof. Dr. Roberto Célio Valadão - IGC/UFMG

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2014.

ao professor Dr. Friedrich E. Renger,  
por abrir meus olhos para o Distrito Diamantino.

## Agradecimentos

Ao Professor Dr. Allaoua Saadi, por me apresentar o estudo da paisagem, por acreditar no tema da pesquisa e por me fazer entender, por meio de palavras nem tão doces, que sou capaz.

À Danielle Piuzanna e Marcelino Morais pela parceria na co-orientação, pelo belíssimo suporte logístico e pelas agradáveis conversas animadas pela vista do Pico do Itambé!

À professora Caroline TAFANI, pela tutela competente durante o doutorado Sanduiche na Université de Corse, UCPP, França, em 2013. À Capes pela bolsa do Programa PDSE.

Aos professores da banca de qualificação pelas avaliações em um momento em que a pesquisa se encontrava em construção: Roberto Célio Valadão, José Newton Coelho Meneses, Ralfo Matos.

Ao professor Roberto Valadão pelo apoio perante o programa de pós-graduação nos primeiros anos da pesquisa.

Aos estudantes da disciplina de Turismo Cultural da UFMG, turmas 2006, 2008, 2009, 2010 e 2011 pelos momentos compartilhados em São João da Chapada. Aos estudantes bolsistas e voluntários que me acompanharam nos projetos de extensão em 2009 e 2010.

Aos ex-alunos que investiram nas derivações do tema do turismo na região de Diamantina e da cultura garimpeira através da elaboração de suas monografias de final de curso: Maria Carolina Mariano, Ana Cristina Caldeira, André Luiz Avelar Ferreira, André Port, Bárbara Lamounier, Bárbara Cardoso Delgado.

Às mulheres que, em algum momento durante esses anos de pesquisa, abriram suas casas: Líliam, Lema, Tita, Lili, D. Mercês (in memorian), Jô, Valmira, D. Maria de Mateus, Lada, D. Altair, D. Miúda.

Aos funcionários do Instituto Casa da Glória, em Diamantina, pelos meses de convívio.

Um agradecimento especial ao Rommel Santos Machado por compartilhar a admiração pela “*Serra do Espinhaço, serra sem fim*” e pela sua ágil digitação dedicada à transcrição dos textos dos viajantes. Muito obrigada!

À professora Lúcia Fantinel, diretora da Casa da Glória, pelo apoio logístico.

Àqueles que contribuíram com conversas e fontes de pesquisa, especialmente Erick Meira, Idelson Sebastião Machado (Sr. Neném), Felipe Ribeiro; José Maria, Claudete e Júnia da Emater; Aécio Vial, Alberto Pinho da cooperativa de garimpeiros.

À família Murta e ao vô Serafim pelos almoços em família.

À atual equipe do parque Parque Nacional das Sempre-Vivas e aos membros do Conselho Consultivo, CONVIVAS, que me ajudaram a ponderar alguns pontos de vista e reforçar outros sobre a natureza e cultura extrativista da área diamantífera.

Aos garimpeiros de São João da Chapada: Hermes, Geraldo Massa-barro, Baiano, Sr Juca (in memorian), Sr Laércio Sanguinette, Sr Zeca Dupin, Sr Antônio Dupin (in memorian), Bento, Jésus, Sr Pedro (in memorian), Zé Boi, Jorginho, Sr Henrique e tantos outros.

Ao Belmiro Nascimento, garimpeiro Real, parceiro e incentivador de todas as horas.

Flávio Rodrigo da Cruz, João Preto, Sr Daniel, Sr Antônio, Sr Adelmo, Sr Luiz, Lúcia Eva pelas conversas em Inhaí; Nem e Valter Preto em Vargem do Inhaí; Flávio, Nêgo, Beto e Geraldo pelo dia de caminhada no Gão, José Maria, Nozico, Sr Jonas, Nonô, Sadi Rabelo pelas conversas em Rio Manso; Sr Aristeu do Pinheiro; Doze pelo reconhecimento da Lavra do Mato e do Monteiro; Adão Guedes e esposa no caminho do Acaba Mundo; Avan e Pesçoço em São Gonçalo do Rio das Pedras; Natércio e sr Joca em Milho Verde; Fátima em Trinta Réis; Sr Lôro e Maria Ruth em Paraúna; Sr Pedrico, Lada e Romana em Sopa; Joãozinho de Fabri, Raimundo Bento, Sr Juca, Marco Aurélio, Cláudio, Carlos e Isabela em Curralinho; a família de garimpeiros na serra da Miúda; Zequinha e Belmiro no ribeirão do Inferno e capão Maravilha; Marden da trilha do Cafundó; sr Ulisses do Cachamorra; Fabiano e Fábio do Cânion do Funil; Afrânio, Helcio, Alex em Gouveia.

Armando Lacerda e João Flores por plantarem comigo a semente de um documentário.

Às colegas da pós-graduação e companheiras de trabalho de campo pela Serra do Espinhaço: Alessandra Vasconcelos, Rose Lane Guimarães, Fernanda, Patrícia.

À Rose Lane responsável pelo georeferenciamento dos mapas da tese, obrigada por dar um norte aos meus rabiscos.

À Marina Damasceno pela parceria nessa reta final trazendo arte e beleza ao conteúdo do Álbum da Paisagem.

Ao João Flores, pelo apoio, conforto, palpites lógicos, vinhos, prosas e viagens. Pelas imagens escaneadas e tratadas em parceria com Paulo Assumpção.

Aos amigos, partidas de diamante.

À minha família, pelas oportunidades de crescimento. À minha mãe pelo amparo logístico nessa reta final.

*“não é todo sofrimento que não dá saudade não, menina, quem falou isso? Sofrimento também dá saudade!”*

*(garimpeiro do Paraúna, 81 anos)*



## Resumo

A paisagem representa mais que a soma de elementos naturais e culturais. Ela é, por um lado, o resultado de uma construção social na qual a própria sociedade se vê refletida e, por outro, uma mediadora essencial de nossa percepção e de nossa experiência do mundo real. Este estudo visa demonstrar a utilidade da noção de paisagem para fazer emergir os valores de um território de imensas belezas naturais, mas mergulhado em uma crise identitária e econômica. Busca-se, através do cruzamento das abordagens naturalistas e territoriais, apresentar a paisagem a favor de uma reflexão identitária. O fato de que cada grupo social “vive uma paisagem” nos levou a investigar a paisagem dos garimpeiros do planalto de Diamantina. A análise integrada da “paisagem visível” e da “paisagem vivida” mobilizou as fontes de pesquisa históricas - textuais e cartográficas - os textos da lei, além de imersões de campo com os garimpeiros em seus locais de vida. A discussão segue no sentido de elucidar os componentes do atual momento de crise e propor um debate sobre a visão prospectiva de um território no qual o turismo se impõe como uma das possíveis vias de reconversão econômica.

Palavras chave: paisagem, território, garimpeiros, Diamantina, Brasil

## Abstract

Landscape represents more than a sum of natural and cultural elements. It is, by one point of view, a social construction in which the society sees itself reflected; and by another point of view it is a mediator between our perception and our experience in the real world. This study takes the concept of landscape to reveal the values of a territory of great natural beauty, but plunged into economic and identity crisis. It seeks, throughout the connection of naturalistic and territorial approaches, to present landscape in behalf of an identity reflection. The fact that each social group “lives a landscape” leads us to investigate the landscape of the Garimpeiros (diamond searchers) from Diamantina Plateau. The integrated analysis of “visual landscape” and “lived landscape” included the investigation about historical sources – textual and cartographic – legal texts, and the field work with the garimpeiros in their own territory. The following discussion aims to elucidate the components of the current moment of crisis and present the debate on the prospective vision of a territory in which tourism is emerging as one of the possible routes of economic restructuring.

Keywords: landscape, territory, garimpeiros, Diamantina, Brazil

## Résumé

Le paysage représente plus qu'une somme d'éléments naturels et culturels. D'un côté, il est une construction sociale dans laquelle la société se voit réfléchie, et de l'autre côté, un médiateur essentiel de notre perception et de notre expérience du monde réel. Cette étude utilise le concept de paysage pour faire émerger les valeurs d'un territoire à l'immense beauté naturelle, mais plongé dans une crise identitaire et économique. On cherche, par le croisement des approches naturaliste et territoriale, à présenter le paysage à la faveur d'une réflexion identitaire. Le fait que chaque groupe social « vit un paysage » a permis de se concentrer sur la perception qu'en ont les garimpeiros du Plateau de Diamantina. L'analyse intégrée du «paysage visible» et du «paysage vécu» a mobilisé l'étude de sources historiques, textuelles et cartographiques, de textes de lois, en plus des relevés de terrain avec les garimpeiros dans leur cadre de vie. La discussion qui suit vise à élucider les composantes de la crise actuelle et à mettre à l'ordre du jour un débat sur une vision prospective d'un territoire dans lequel tourisme s'impose comme une des voies possibles de la restructuration économique.

Mots-clés: paysage, territoire, garimpeiros, Diamantina, Brésil

## Lista de Figuras

Figura 1: Envelope conceitual do sistema da paisagem.....	32
Figura 2: Identificação dos objetos da paisagem visível sobre o plano cartográfico.....	37
Figura 3: Detalhe do mapa da área de estudo.....	37
Figura 4: Painel com imagem de satélite utilizado como suporte para a pesquisa de campo.....	40
Figura 5: Mosaico de sub-bacias utilizado como referência para extrair as imagens do Google Earth.....	41
Figura 6: <i>La condition humaine</i> . René Magritte.....	62
Figura 7: Um par de botas. Van Gogh.....	63
Figura 8: Alinhamento de cristas vistas ao longe. Serra da Bicha e serra do Itambé.....	84
Figura 9: Textura cisalhada das rochas metamórficas da Serra do Ouro Fino, em Curralinho.....	84
Figura 10: Líquens coloridos sobre quartzito. Chapada do Palmital, entre Diamantina e Vau.....	85
Figura 11: Jardim natural formado pelas sempre-vivas. Foto: Felipe Ribeiro (Serra Sertão).....	85
Figura 12: As faixas altimétricas na Serra do Espinhaço e a distribuição da rocha-fonte secundária dos diamantes.....	86
Figura 13: Detalhe do afloramento de conglomerado no centro do distrito de Sopa, município de Diamantina.....	87
Figura 14: Mapa de releitura dos limites da Demarcação Diamantina, elaborado a partir do memorial descritivo de 1734.....	94
Figura 15: Adaptação do Mapa da Demarcação da Terra que Produz Diamantes, post 1729. Destaque para a área demarcada e para o título do mapa.....	95
Figura 16: Adaptação do Mapa da Demarcação da Terra que Produz Diamantes, post 1729. Destaque para os rios das bacias do rio Jequitinhonha e do rio São Francisco.....	96
Figura 17 Adaptação do Mapa da Demarcação da Terra que Produz Diamantes, post 1729. Destaque para o norte e escala em petipé.....	96
Figura 18: Povoações e legendas do mapa post 1729.....	97
Figura 19: Mapa de releitura dos limites da Demarcação Diamantina, elaborado a partir do memorial descritivo de 1739.....	99
Figura 20: Mapa de releitura dos limites da Demarcação Diamantina, elaborado a partir do memorial descritivo de 1788.....	104

Figura 21: Sobreposição das fronteiras da Demarcação Diamantina estabelecidas em 1734, 1739 e 1788.....	<b>107</b>
Figura 22: Mapa dos povoados remanescentes dos antigos arraiais e quartéis representadas pelos cartógrafos do século XVIII.....	<b>111</b>
Figura 23: Povoações representadas no mapa de 1770.....	<b>113</b>
Figura 24: Povoações representadas no mapa de 1775.....	<b>113</b>
Figura 25: Povoações representadas no mapa de 1776.....	<b>114</b>
Figura 26: Povoações representadas no mapa de 1784.....	<b>114</b>
Figura 27: Povoações representadas no mapa de 1787.....	<b>115</b>
Figura 28: Contexto hidrográfico de Minas Gerais e identificação do polígono onde se insere o Distrito Diamantino.....	<b>116</b>
Figura 29: As sub-bacias identificadas no mapa de 1770.....	<b>118</b>
Figura 30: As sub-bacias identificadas no mapa de 1775.....	<b>118</b>
Figura 31: As sub-bacias identificadas no mapa de 1776.....	<b>118</b>
Figura 32: As sub-bacias identificadas no mapa de 1784.....	<b>118</b>
Figura 33: As sub-bacias identificadas no mapa de 1787.....	<b>118</b>
Figura 34: Delimitação atual das sub-bacias da área da antiga Demarcação Diamantina..	<b>119</b>
Figura 35: As três pontes identificadas no mapa de (post) 1729.....	<b>120</b>
Figura 36: As quatorze pontes representadas no mapa de 1770.....	<b>120</b>
Figura 37: As três pontes representadas no mapa de 1775.....	<b>120</b>
Figura 38: As cinco estradas do Distrito Diamantino representadas no mapa de 1776....	<b>120</b>
Figura 39: As estradas do Distrito Diamantino rumando ao norte, no mapa de 1784....	<b>121</b>
Figura 40: Serviços de diamantes representados no mapa de 1770.....	<b>121</b>
Figura 41: Os serviços de diamantes representados no mapa de 1775.....	<b>121</b>
Figura 42: Serviços de diamante representados no mapa de 1776.....	<b>122</b>
Figura 43: Serviço de diamante representado no mapa de 1787.....	<b>122</b>
Figura 44: Mapa de post 1729 com destaque para o arraial de Inhaí e para o Quartel do Indaiá.....	<b>125</b>
Figura 45: Mapa de 1784 com destaque para os polígonos de fiscalização dos quartéis de Andayal e de Inhai.....	<b>125</b>
Figura 46: Placa de boas vindas em Quartel do Indaiá.....	<b>125</b>
Figura 47: Mapa de 1770 com destaque para o quartel de soldados do Caetemerim.....	<b>125</b>
Figura 48: Igreja de Santana, no distrito de Inhaí.....	<b>126</b>
Figura 49: Quartel do Andaial e arraial e quartel de Inhaí no mapa de 1776.....	<b>126</b>
Figura 50: Sumidouro e a ressurgência do rio Caeté-mirim.....	<b>127</b>

Figura 51: O sumidouro do rio Caetémirim no mapa de 1770 .....	<b>127</b>
Figura 52: O acesso à cata de diamante no sumidouro do rio Caeté-mirim.....	<b>128</b>
Figura 53: Garimpeiro analisando o cascalho do sumidouro do rio Caeté-mirim.....	<b>128</b>
Figura 54: Vestígios do muro construído para virar o rio Caeté-mirim.....	<b>128</b>
Figura 55: Ruínas da Chapada. Foto: Vinícius dos Santos Assunção.....	<b>133</b>
Figura 56: Chapada Velha – planta baixa das ruínas, croqui de estrutura de mineração e vista das estruturas (RIBEIRO, 2013, p. 161).....	<b>134</b>
Figura 57: Destaque para a área de fiscalização do quartel de Chapada, no mapa de 1776.....	<b>134</b>
Figura 58: Área do quartel da Chapada no mapa de 1784.....	<b>135</b>
Figura 59: Capela de São João da Chapada, em 2008.....	<b>135</b>
Figura 60: Tromba D’anta.....	<b>136</b>
Figura 61: “Lugar aonde aparecerão os primeiros diamantes”. Detalhe do Mapa de 1770.....	<b>136</b>
Figura 62: Detalhe da “Estrada pro Tejuco”, no mapa de 1770.....	<b>136</b>
Figura 63: Morro Bandeirinha visto da BR367.....	<b>137</b>
Figura 64: Detalhe da carta topográfica indicando a localização do morro Banderinha.....	<b>137</b>
Figura 65: Lavra do Barro. Destaque para a chaminé da casa de máquina descrita por Richard Burton, em 1867. Foto A. Riedel, 1868. ....	<b>139</b>
Figura 66: “A máquina”, em São João da Chapada, o local é revestido de uma aura mítica, cercada das lendas conhecidas pelos moradores locais.....	<b>139</b>
Figura 67: Canal do Barro. A comparação de Ribeiro (2013) indica estruturas do século XIX que ainda podem ser vistas.....	<b>140</b>
Figura 68: Ilustração de amostra de Tauá com diamante (TSCHUDI, p.128).....	<b>141</b>
Figura 69: Lavra da Unha D’anta.....	<b>142</b>
Figura70: Tubulão e encosta da Lavra do Barro.....	<b>143</b>
Figura 71: Vestígio de trabalho garimpeiro na Lavra do Barro.....	<b>144</b>
Figura 72: Paisagem da Lavra do Barro.....	<b>145</b>
Figura 73: Placa de boas vindas e o distrito de Pinheiro.....	<b>147</b>
Figura 74: “O Pinheiro corre entre montanhas onde a pedra se mostra a nu” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.26). Em destaque a presença do garimpeiro.....	<b>148</b>
Figura 75: fossa seca (ou valo) aberta na rocha para receber as águas desviadas do leito natural do rio Pinheiro (14 de setembro de 2014).....	<b>149</b>
Figura 76: Destaque para a ausência de arraiais ou quartéis na área da bacia do rio Pinheiro, mapa de 1770.....	<b>149</b>

Figura 77: Destaque para a área do rio Pinheiro, controlada pelos destacamentos de diferentes quartéis: Inhaí, Chapada, Tejuco e Rio Manso (Mapa de 1784).....	149
Figura 78: “Lugar aonde aparecerão os primeiros diamantes” (mapa de 1770)	150
Figura 79: Distrito de Guinda em 2008.....	151
Figura 80: Distrito de Guinda em 2013.....	151
Figura 81: Lavra do Mungongo, em Guinda, atualmente desativada.....	151
Figura 82: Lavra da Califórnia e Pedra Morena, no distrito de Sopa.....	152
Figura 83: A massa do Brumadinho, nos arredores de Sopa.....	153
Figura 84: Mulher garimpeira ao lado do fervedouro na lavra de Brumadinho, usado no passado para desengomar o material.....	153
Figura 85: Fazenda Velha, habitada pelo Intendente Câmara.....	153
Figura 86: Lavrinha em setembro de 2006.....	154
Figura 87: Lavrinha em outubro de 2013.....	154
Figura 88: Córrego dos Caldeirões no mapa de 1770.....	155
Figura 89: Detalhe da Lavra dos Caldeirões no mapa de 1775. O asterisco na legenda indica uma lavra ativa.....	155
Figura 90: Lavra do Caldeirão, em outubro de 2013.....	156
Figura 91: Encontro dos rios Biribiri e Pinheiro.....	157
Figura 92: A Tonta, no rio Pinheiro.....	157
Figura 93: Marca de aço para dinamitar a rocha.....	158
Figura 94: Escora utilizada no garimpo.....	158
Figura 95: Muro de pedra construído para virar o rio.....	158
Figura 96: Garimpeiro solitário trabalhando manualmente às margens do rio Pinheiro...	158
Figura 97: Calçada dos Escravos, na sub-bacia do rio Pinheiro.....	159
Figura 98: Destaque para localização e legenda do arraial do Rio Manso no mapa de (post) 1729.....	160
Figura 99: Detalhe do arraial do Rio Manso representado no mapa de (post) 1729.....	160
Figura 100: Área fiscalizada pelo arraial do rio Manso, mapa de 1776.....	161
Figura 101: Área fiscalizada pelo arraial do rio Manso, mapa de 1784.....	161
Figura 102: Couto de Magalhães de Minas, em outubro de 2013.....	162
Figura 103: Escola de Couto de Magalhães de Minas, em outubro de 2013.....	162
Figura 104: Córrego da Fome, em Couto de Magalhães de Minas.....	163
Figura 105: Muros de pedra de São Gonçalo das Canjicas.....	164
Figura 106: Povoado de São Gonçalo das Canjicas, em outubro de 2013.....	165
Figura 107: Detalhe do ribeirão do Inferno no mapa da 1729.....	168

Figura 108: Detalhe da sub-bacia do ribeirão do Inferno no mapa de 1770.....	168
Figura 109: Detalhe da sub-bacia do ribeirão do Inferno no mapa de 1775.....	168
Figura 110: Destaque da área de fiscalização do quartel do Tejuco.....	168
Figura 111: Detalhe do arraial do Tejuco no mapa de 1776.....	169
Figura 112: Destaque da sub-bacia do ribeirão do Inferno no mapa de 1787.....	169
Figura 113: Local onde funcionava o armazém hoje é um terreno baldio.....	170
Figura 114: Vista parcial de Curralinho.....	170
Figura 115: Capela com a Vila Rica ao Fundo.....	170
Figura 116: Área explorada pela mineradora Serrinha.....	170
Figura 117: A massa do povoado de Boa Vista, explorada por companhia de mineração americana.....	172
Figura 118: Vista parcial do povoado de Boa .....	172
Figura 119: Vista parcial do povoado de Bom Sucesso.....	172
Figura 120: Serra Maravilha e o povoado do Capão.....	175
Figura 121: Córrego Mata-mata.....	175
Figura 122: o buraco é sinal de uso de explosivo usado para dinamitar a serra.....	176
Figura 123: Marca de aço usado para furar a rocha.....	176
Figura 124: A pedreira deixada pelos antigos no Portão de Ferro, ribeirão do Inferno.....	177
Figura 125: O Ribeirão do Inferno na altura do Capão Maravilha.....	177
Figura 126: A Lapa da Raíz no Ribeirão do Inferno.....	178
Figura 127: O local da lenda do Portão de Ferro no ribeirão do Inferno.....	179
Figura 128: Lapa da Igreja vista ao longe.....	179
Figura 129: Lapa da Igreja vista de perto.....	180
Figura 130: Morada de garimpeiro nas proximidades da Lapa da Igreja.....	180
Figura 131: Arraial de Gouveia e ponte do Paraúna no mapa de (post) 1729.....	182
Figura 132: Destaque para a bacia do rio Paraúna no mapa de 1770.....	182
Figura 133: Os arraiais de Gouveia, Andrequicé e Paraúna que aparece representada também como quartel no mapa de 1770.....	182
Figura 134: Destaque para a área de controle do quartel do Paraúna, no mapa de 1776.	183
Figura 135: Destaque para a área do quartel do Paraúna com dois arraiais, Andrequicé e Paraúna, no mapa de 1784. Neste mapa Gouveia é representada como arraial e quartel e possui outra área de controle, vizinha à do Paraúna.....	183
Figura 136: Destaque para a bacia do quartel Paraúna, com três arraiais: Paraúna, Andrequicé e Gouveia.....	183
Figura 137: Cativos de diamante, formação satélite, utilizada como indicador do	184

cascalho rico.....	
Figura 138: Detalhe do Morro Santo Antônio, próximo a Gouveia (IBGE, folha Diamantina).....	<b>185</b>
Figura 139: Poço Dois Landin, no rio Paraúna.....	<b>186</b>
Figura 140: Poço dos Brant no rio Paraúna. Destaque em amarelo para o cimento e o muro para virar o rio.....	<b>186</b>
Figura 141: Valo do rio cavado pelos antigos para receber as águas do rio Paraúna.....	<b>186</b>
Figura 142: Rua do Quartel, em Costa Sena.....	<b>187</b>
Figura 143: Igreja São Francisco, em Costa Sena.....	<b>187</b>
Figura 144: Muro de pedra, em Costa Sena.....	<b>187</b>
Figura 145: Costa Sena e Morro do Ouro ao Fundo.....	<b>187</b>
Figura 146: Rio Andrequicé, na ponte da estrada que liga Andrequicé a Tombadouro.....	<b>188</b>
Figura 147: Centro histórico de Andrequicé.....	<b>188</b>
Figura 148: Morro do Chapéu às margens do rio Paraúna.....	<b>188</b>
Figura 149: Sinalização indicativa e frequência turística no Cânion do Funil, Presidente Kubitschek.....	<b>189</b>
Figura 150: Restos da estrutura da bica ao lado da trilha de acesso ao Cânion do Funil.	<b>189</b>
Figura 151: Vestígios da atividade garimpeira no Cânion do Funil.....	<b>189</b>
Figura 152: Vestígios da atividade garimpeira no Cânion do Funil.....	<b>190</b>
Figura 153: Detalhe da folha Rio Vermelho (IBGE).....	<b>195</b>
Figura 154: Detalhe do mapa de 1770.....	<b>195</b>
Figura 155: Delimitação, em azul escuro, da área do rio Jequitinhonha e de seus córregos e ribeirões afluentes no mapa de 1770.....	<b>196</b>
Figura 156: Detalhe da localização do arraial e da legenda de Milho Verde no mapa de 1729.....	<b>197</b>
Figura 157: Destaque da área de controle do quartel de Milho Verde no mapa de 1776..	<b>197</b>
Figura 158: Destaque da área de controle do quartel de Milho Verde no mapa de 1784..	<b>197</b>
Figura 159: Panorama dos rochedos nos arredores de Milho Verde.....	<b>198</b>
Figura 160: Vista parcial de Milho Verde, Serro, MG.....	<b>199</b>
Figura 161: Detalhe da localização da Fazenda Cabeça de Bernardo (Folha Serro, IBGE).	<b>200</b>
Figura 162: Detalhe da localização do arraial e da legenda de São Gonçalo no mapa de 1729.....	<b>201</b>
Figura 163: Distrito de Três Barras, Serro, MG.....	<b>203</b>
Figura 164: Detalhe da localização do povoado do Vau entre o rio Jequitinhonha (antigo rio das Pedras) e a estrada que liga Serro a Diamantina.....	<b>203</b>
Figura 165: Fazenda e cachoeira Palmital, entre Vau e Diamantina.....	<b>204</b>



Figura 166: Vista para o Pico do Itambé.....	206
Figura 167: “Vista da maneira pela qual foi posto a seco o leito do rio Jequitinhonha a fim de permitir a cata de diamantes” (ESCHWEGE, [1833] 1979, vol1, p.139).....	208
Figura 168: Detalhe da localização de Mendanha com destaque para a serra de mesmo nome, o caminho tracejado e a ponte sobre o rio Jequitinhonha.....	209
Figura 169: Sapucaias de Mendanha.....	210
Figura 170: Ponte da Amizade sobre o rio Jequitinhonha.....	210
Figura 171: Rancho na pedra do Jequitinhonha. ....	211
Figura 172: Rancho na pedra na década de 80. Fotografia de José Raimundo Assunção (Sr. Juca).....	211
Figura 173: Ponte do Acaba Mundo.....	212
Figura 174: Ponte do Acaba Mundo na década de 80. Fotografia de José Raimundo Assunção (Sr. Juca).....	212
Figura 175: o local do caso acontecido, ponte do Acaba Mundo.....	212
Figura 176: Ponte do Acaba Mundo, Território Mata dos Crioulos.....	213
Figura 177: A lapa Furada, ponte do Acaba Mundo.....	214
Figura 178: A Cruz do sonho encantado, na ponte do Acaba Mundo. ....	214
Figura 179: “Batuque” (FREIREYSS, 1982, p.137).....	215
Figura 180: Serra do Batuque vista da Lavra do Mato.....	215
Figura 181: Lavra do Mato no mapa de 1770. O círculo amarelo da esquerda.....	216
Figura 182: Lavra do Mato no mapa de 1775.....	216
Figura 183: Lavra do Mato no mapa de 1787.....	216
Figura 184 e 185: Lavra do Mato .....	217
Figura 186: O trabalho garimpeiro na Lavra do Mato.....	218
Figura 187: Aquarela da Lavra do Monteiro (COSTA, 2004, p. 102).....	219
Figura 188: A lavra do Monteiro .....	220
Figura 189: Cerco da Barra da Lomba.....	222
Figura 190: Bomba Catiadeira em cima do flutuador no rio Jequitinhonha.....	222
Figura 191: Rancho de Maria Peçanha, na Barra da Lomba.....	222
Figura 192: Barra do rio Amaral (antigo Jequitinhonha do Mato) no rio Jequitinhonha....	223
Figura 193: Descida estreita para o rio, descrita por Burton em 1867.....	223
Figura 194: Processos minerários do diamante e de outras substâncias (DNPM, 2013) na área da antiga Demarcação Diamantina.....	236
Figura 195: Distribuição espacial das Unidades de Conservação na área de estudo.....	238
Figura 196: Sobreposição das unidades de conservação à área da antiga Demarcação	238

Diamantina.....	
Figura 197: Mapa de vegetação da RBSE, com destaque para a área diamantífera ao norte. Adaptado de Stávale (2011).....	<b>239</b>
Figura 198: Área do rio Jequitinhonha, próximo ao distrito de Maria Nunes, onde funcionou a draga da Tijucana S/A.....	<b>247</b>
Figura 199: Área do rio Jequitinhonha, próximo à barra do rio caeté-mirim onde funcionou a draga da Rio Novo, hoje conhecido como Areinha.....	<b>247</b>
Figura 200: Vestígios de explosões no rio Caeté-mirim.....	<b>248</b>
Figura 201: Assoreamento no encontro do Caeté-mirim com o rio Jequitinhonha.....	<b>248</b>
Figura 202: Cratera e solo exposto na Lavra do Barro, nascentes rio Pardo Grande.....	<b>249</b>
Figura 203: Cratera e solo exposto na Água fria, nascentes do rio Caeté-mirim.....	<b>249</b>
Figura 204: Barranco da massa dos Caldeirões, bacia do rio Pinheiro.....	<b>249</b>
Figura 205: Barranco da Serrinha, bacia ribeirão do Inferno.....	<b>249</b>
Figura 206: Lavra do Mato, no rio Jequitinhonha na imagem do google na escala de 1:10.000 e na carta do IBGE (folha Rio Vermelho).....	<b>249</b>
Figura 207: Garimpeiro rodando a peneira no rio Preto.....	<b>250</b>
Figura 208 e 209: vestígios de árvores frutíferas, córrego do mel e lapa da igreja.....	<b>252</b>
Figura 210: Garimpeiros em campo: “garimpeiro é bicho que anda”.....	<b>253</b>
Figura 211: Rancho de garimpo fechado, sub-bacia do Caeté-mirim.....	<b>254</b>
Figura 212: Tropa entre São João da Chapada e Diamantina.....	<b>254</b>
Figura 213: Caminho para o racho de uma família garimpeira em atividade na serra.....	<b>255</b>
Figura 214: a paisagem “triste” da lavra do Mato, no rio Jequitinhonha.....	<b>256</b>
Figura 215: Placas educativas no Parque do Biribiri.....	<b>260</b>
Figura 216: Receptivo familiar do Programa Turismo Solidário do Idene, em Alecrim, São Gonçalo do Rio Preto.....	<b>260</b>
Figura 217: Placa turística em Milho Verde.....	<b>260</b>
Figura 218: Pousada em Curralinho.....	<b>260</b>
Figura 219: Doces de um grupo de mulheres de São João da Chapada.....	<b>260</b>
Figura 220: Cartão postal com imagem da Cachoeira dos Cristais.....	<b>261</b>
Figura 221: Cartão postal com imagem da Igreja N. S. do Rosário.....	<b>261</b>
Figura 222: Cartão postal com imagem do garimpeiro, editado por uma boutique de Diamantina, s/d.....	<b>261</b>

## Lista de Quadros

Quadro 1: Síntese das áreas visitadas por sub-bacia e o código referente aos garimpeiros que acompanharam os trabalhos de campo.....	42
Quadro 2: Síntese dos locais visitados em cada sub-bacia e o código dos garimpeiros participantes.....	44
Quadro 3: Classificação das paisagens culturais pela UNESCO.....	74
Quadro 4: Síntese dos marcos geográficos utilizados como referência para identificar os limites da Demarcação Diamantina em 1734, 1739 e 1788.....	105
Quadro 5: Quadro das povoações representadas nos mapas históricos.....	110
Quadro 6: Correspondência dos topônimos e frequência de representação nos mapas históricos analisados.....	112
Quadro 7: Número aproximado de córregos por sub-bacia diamantífera, segundo mapas históricos.....	117
Quadro 8: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do rio Caeté-mirim.....	123
Quadro 9: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do rio Pardo.....	129
Quadro 10: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do rio Pinheiro.....	146
Quadro 11: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do rio Manso.....	159
Quadro 12: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do ribeirão do Inferno.....	166
Quadro 13: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do rio Paraúna.....	181
Quadro 14: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes no rio Jequitinhonha e nos seus córregos tributários.....	191
Quadro 15: Os viajantes estrangeiros do século XIX na Demarcação Diamantina.....	225
Quadro 16: Obras literárias sobre o garimpo de ouro e diamantes. Brasil – séculos XIX e XX (MARTINS, no prelo).....	232
Quadro 17: Unidades de Conservação criadas na área de estudo.....	237
Quadro 18: Comunidades quilombolas auto definidas e inseridas na área de estudo.....	240

## **Lista de siglas**

AHEX: Arquivo Histórico do Exército / Rio de Janeiro

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino / Lisboa

APA: Área de Proteção Ambiental

Ct: quilate

DNPM: Departamento Nacional de Pesquisa Mineral

Icomos: Conselho Internacional de Monumentos e sítios

Iphan: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MaB: Man and Biosphere

Mtur: Ministério do Turismo

PE: Parque Estadual

PN: Parque Nacional

Unesco: Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

RBSE: Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço

UC's: Unidades de Conservação

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>22</b>
Campo de estudo, problema de pesquisa e objetivos	
Encaminhamentos metodológicos: paisagem-território e paisagem visível	
Fontes de pesquisa e etapas metodológicas	
<b>Capítulo 1: O planejamento do turismo</b>	
1.1 A busca de outro turismo.....	46
1.2 A paisagem no coração da experiência turística: a importância do olhar.....	47
1.3 Invenção, governança e território: a importância de se preparar.....	51
1.4 Co-memorar a essência do território.....	54
1.5 Identidade e desenvolvimento: viver do patrimônio?.....	55
1.6 Imagem, <i>imagerie</i> e imaginário: em busca da pedra angular.....	57
<b>Capítulo 2: Paisagem, natureza e cultura</b>	
2.1 Paisagem: a natureza na perspectiva humana.....	59
2.2 Natureza como meio de vida e a paisagem como a sua expressão.....	64
2.3 Paisagem, território e o que está por vir.....	66
2.3.1 A paisagem nas políticas públicas.....	67
2.3.1.1 A Convenção Europeia da Paisagem: planejamento, gestão e proteção	67
2.3.1.2 Patrimônio Mundial: a paisagem cultural da Unesco.....	73
2.3.1.3 A paisagem nas políticas de patrimônio no Brasil: a chancela do Iphan	76
<b>Capítulo 3: O Sistema Produtor da paisagem: a gênese da terra dos diamantes</b>	
3.1 O tempo da terra: a formação do planalto de Diamantina.....	83
3.2 O tempo do homem: a descoberta dos diamantes e a formação de um território.....	88
3.2.1 Reconhecendo as fronteiras da Demarcação Diamantina.....	90
3.2.1.1 O primeiro memorial descritivo.....	90
3.2.1.2 O primeiro registro cartográfico.....	95
3.2.1.3 As ampliações da área demarcada.....	97
<b>Capítulo 4: A Paisagem Visível da Demarcação Diamantina</b>	
4.1 Objetos visíveis da paisagem: as entradas no sistema.....	108
4.1.1 A reconstrução dos objetos da paisagem a partir dos mapas do século XVIII.....	108
4.1.1.1 As localidades do Distrito Diamantino: arraiais, quartéis e a Vila do Príncipe.....	109
4.1.1.2 As sub-bacias e a malha hidrográfica .....	115
4.1.1.3 Outros objetos: estradas, pontes, lavras e serras.....	120

4.2 Elementos de Imagem: os lugares ditos pelos viajantes e pelos garimpeiros	
4.2.1 A sub-bacia do rio Caeté-mirim.....	123
Lugares-ditos do rio Caeté-mirim	126
4.2.2 A sub-bacia do rio Pardo.....	129
Lugares-ditos do rio Pardo	132
4.2.3 A sub-bacia do rio Pinheiro.....	146
Lugares-ditos do rio Pinheiro	149
4.2.4 A sub-bacia do rio Manso.....	159
Lugares-ditos do rio Manso	163
4.2.5 A sub-bacia do ribeirão do Inferno.....	166
Lugares-ditos do ribeirão do Inferno	171
4.2.6 A sub-bacia do rio Paraúna.....	180
Lugares-ditos do rio Paraúna	185
4.2.7 Os afluentes diretos do rio Jequitinhonha.....	191
Lugares-ditos dos afluentes diretos do rio Jequitinhonha	210
<b>Capítulo 5: Sistema Utilizador da paisagem: as representações do garimpo e do garimpeiro</b>	
5.1 O olhar viajante sobre a Demarcação Diamantina e seu aparato militar	224
5.2 O olhar viajante sobre garimpeiros, contrabandistas .....	229
5.3 Outros olhares sobre a figura do garimpeiro.....	231
5.3.1 A imagem do garimpeiro da literatura.....	232
5.3.2 O garimpeiro perante a lei, a paisagem jurídica do garimpo.....	235
5.4 O garimpeiro frente o impasse: mineração e meio ambiente.....	242
<b>Capítulo 6: A paisagem vivida pelo garimpeiro</b>	
6.1 A chegada do garimpo mecanizado.....	246
6.2 O lento abandono do garimpo manual.....	251
6.3 A nostalgia do garimpeiro.....	252
6.4 O ressentimento com a lei.....	255
6.5 O sentimento em relação à natureza .....	256
6.6 O sentimento de incoerência.....	257
6.7 Perspectivas de trabalho.....	258
<b>Considerações finais.....</b>	263
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	274
<b>Apêndices.....</b>	282
<b>Anexos.....</b>	298

## INTRODUÇÃO

Observar com consciência o que se vê é a primeira tarefa de um modelo de turismo que visa estabelecer uma relação com a paisagem. É assim, parafraseando o autor francês Ehrenfried Pfeiffer<sup>1</sup>, que exaltamos o profícuo diálogo entre turismo e geografia, pois a paisagem é a expressão do espaço que nos cerca, dentro do qual nos movemos, assim, ela está presente no cotidiano de nossas vidas e de nossas viagens.

A abordagem geográfica permite direcionar o olhar de forma contextualizada para monumentos, pessoas e montanhas e ao utilizá-la para fins turísticos vislumbra-se um benefício em três vias: (1) o enriquecimento da experiência de quem viaja, através do estímulo ao olhar consciente sobre o território que se quer conhecer; (2) o fortalecimento das bases para projetos coletivos fundamentados no que uma sociedade tem em comum, os recursos identitários e econômicos do território; (3) a qualificação do discurso sobre a paisagem como mediador no processo comunicativo entre visitantes e visitados de forma a unir as esferas educativa, informativa e estética, gerando oportunidades de formação e de atuação profissional.

Infelizmente, no Brasil, o valor da paisagem ainda não foi devidamente reconhecido pelas políticas de turismo, apesar do conceito estar diretamente relacionada à noção de desenvolvimento regional. O Programa de Regionalização do Turismo, lançado no Brasil em 2004, pelo Ministério do Turismo, Mtur, é o atual eixo integrador das ações de diversos programas e setores com o objetivo de fortalecer a estrutura produtiva bem como as instâncias de governança e, com isso, aumentar a competitividade do turismo brasileiro<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> “Apprendre à voir et à interpréter consciemment ce qu’on voit, c’est la première tâche d’une éducation qui vise à établir une relation avec le paysage” (PFEIFFER, 1974).

<sup>2</sup> O Programa de Regionalização do Turismo identificou, em 2009, 276 regiões turísticas (3635 municípios), que compõem o mapa da Regionalização do Turismo no Brasil, entre elas está o circuito dos Diamantes, na região de Diamantina, em Minas Gerais.

A política atual funciona como um vetor para ações de promoção e comercialização e se fortalece no âmbito dos “Salões do Turismo – Roteiros do Brasil”<sup>3</sup> uma feira de roteiros para quem quer comprar viagens, um balcão profissional para aproximar os agentes em busca de parcerias para os negócios e uma vitrine para as regiões turísticas mostrarem seus produtos: artesanato, manifestações, gastronomia típica, etc. A intenção do Mtur é potencializar a oferta turística de uma região, através da complementariedade entre os municípios “na prestação de serviços aos turistas, agregando valor aos territórios” (Mtut, 2013, p.67).

Percebe-se que a abordagem do Mtur revela um discurso orientado para o mercado. Apesar de utilizar o termo “abordagem territorial” como referência para o desenvolvimento (op. cit., p.23), o Mtur acaba por acirrar a clássica oposição entre patrimônio e capital ao considerar as expressões culturais e naturais como insumos para o produto turístico sem se preocupar em problematizá-las. Daí surgem as críticas. Isso porque o Programa de Regionalização do Turismo visa integrar as atividades econômicas através das estruturas comerciais que formam a cadeia produtiva do turismo (integração vertical), mas não integra as atividades econômicas aos componentes ambientais (integração horizontal). O Programa de Regionalização adota a “abordagem territorial” como uma noção de escala espacial, como resultado, a paisagem aparece como a embalagem do produto turístico, um cenário a seduzir os consumidores. Somente ao ampliar o alcance das políticas de turismo para além da estrutura produtiva estaremos diante de um sistema turístico integrado ao planejamento territorial. Somente assim, a paisagem ganhará papel relevante no processo de significação e problematização do turismo como vetor de desenvolvimento territorial.

No cerne da crítica ao distanciamento da paisagem das políticas públicas de turismo, afirma-se o ponto de vista de que ela constitui o recurso fundamental de uma economia turística de qualidade, pois abre uma via para a inserção da ideia de território no seio do sistema turístico: ela se expressa por meio de uma dimensão física e pode ser vista, ou seja,

---

<sup>3</sup> [http://www.salao.turismo.gov.br/salao/sobre\\_evento/principal/](http://www.salao.turismo.gov.br/salao/sobre_evento/principal/) Acessado em 10 de janeiro de 2014.



para existir é preciso que exista uma materialidade, um “chão”, um *pays*<sup>4</sup>. A palavra território deriva-se do termo latino *territorium* e faz referência à “terra”. O termo em latim se constrói pela adição do fixo *torium*, que designa o lugar de um substantivo qualquer. Assim, o território pode ser definido como o “lugar da terra”. A ideia se completa ao considerar a terra como provedora dos recursos necessários para que uma sociedade se desenvolva, portanto o território passa a representar uma porção do espaço a ser ocupada e defendida.

Assim, a abordagem territorial faz referência ao ordenamento, planejamento e à gestão de municípios e regiões, não só no que tange à identidade cultural, mas também à ocupação e à organização do seu espaço, o que significa pensar e orientar o seu desenvolvimento. Para que o planejamento turístico atinja essa profundidade ele deve considerar a economia turística no conjunto das atividades e dos usos do território buscando se harmonizar com o bem-estar coletivo. Por outro lado, municípios de uma região devem se articular para absorver as transformações inevitáveis que acompanham a chegada de turistas e de novos investimentos. Uma abordagem integrada do planejamento turístico e sua relação com a noção de território e governança será apresentada no capítulo 1.

A paisagem é um elemento importante da abordagem territorial. O conhecimento sobre a paisagem constitui um saber que aos poucos se traduz em políticas territoriais proporcionando avanços importantes no diálogo entre os gestores territoriais e as populações. Ela se tornou um elemento de diagnóstico, um indicador poderoso – porque foge das análises setoriais – a ser considerado na apreensão das expressões da cultura e do meio ambiente.

---

<sup>4</sup> O termo francês não encontra um correspondente em português. Poderíamos traduzi-lo por país, porém sem o sentido de uma unidade federativa. O termo *pays* refere-se à ideia de “chão da terra”, o suporte para as características próprias de um território. Pela imprecisão da tradução optou-se por utilizar o termo em francês, marcado em itálico.

Contudo, percebe-se que, ainda hoje, grande parte dos planejadores e legisladores brasileiros a exaltam pela sua característica de exceção ligada a uma visão seletiva da natureza e da cultura.

Sob o ponto de vista naturalista, um exemplo é a prioridade atribuída à ideia de “paisagem natural”, através de suas características ecológicas e de sua estética, como argumento para a criação de áreas protegidas (Brasil, 2000). Sob o cerne desta orientação naturalista, a paisagem perpetua uma herança dicotômica, originada no seio de uma prática geográfica clássica, mais tarde reforçada pela sua interação com a ecologia. A redução de seu conceito à noção de “morfologia do meio” ou da “ecologia da paisagem” foi motivo de críticas por parte de estudiosos, como será abordado no capítulo 2.

Sob o ponto de vista do patrimônio a prioridade é atribuída à “paisagem cultural”, historicamente utilizada como argumento para o tombamento de conjuntos urbanísticos. Mais tarde, as políticas de patrimônio no Brasil a consideraram como uma forma de fazer convergir a fragmentação das políticas ambientais e culturais, mas a redução do conceito ao aspecto de excepcionalidade, restringe a sua aplicação à proteção de paisagens “patrimonializáveis” e desconsidera outras possibilidades como o planejamento e a gestão de paisagens cotidianas. Este assunto também será tratado no capítulo 2.

Parte-se do pressuposto que toda paisagem é um artefato cultural por definição, pois, para existir, depende de um olhar que carrega consigo uma leitura do mundo. Sendo assim, não existe uma paisagem “não-cultural”. Toda natureza é vista e interpretada por um olhar cultural, seria, portanto, um erro tratar a paisagem cultural como uma paisagem de interesse patrimonial ou pior, apenas aquela impregnada de cultura, a boa cultura que se quer preservar (Ribeiro, 2011).

Com essa breve introdução, percebe-se que a primeira dificuldade que se enfrenta quando tratamos da paisagem continua sendo defini-la, isso porque a sua percepção continua obscurecida pelas múltiplas correntes, tendências e escolas que se opõem em aspirações diferentes. Contudo, para além do debate teórico interminável sobre as

definições, colocam-se as questões de sua renovação: a paisagem tornou-se uma preocupação tanto ecológica como econômica e cultural.

Por isso, é preciso encontrar um caminho para favorecer as abordagens capazes de associar: natureza e sociedade, ciência e cultura, individual e coletivo, teórico e prático, objetivo e subjetivo. A paisagem é um sistema aberto com muitas entradas e muitas saídas: o retorno da paisagem continua assimilado à natureza, mas se soma à noção social e cultural.

Sob o plano epistemológico o estudo da paisagem está ligado à restituição do elo supostamente perdido entre natureza e humanidade e tem o objetivo de reconhecer a interdependência entre os sistemas sociais e as forças da natureza.

No plano metodológico o estudo da paisagem só existe atrelada a sua materialidade e deve se ater a porções do território com alguma homogeneidade. Essa delimitação é importante em função da tentação que a ideia totalizante da paisagem provoca. Para alertar pesquisadores a respeito dos limites teórico-metodológicos dessa categoria de estudo, Ribeiro (2011) utiliza o clássico mito de Ícaro, filho de Dédalos, que destaca a ideia de húbri, um dos termos chave do pensamento grego, associado àquilo que ultrapassa sua própria medida e por isso é condenado. No voo empreendido por pai e filho para fugir do labirinto de Creta, Ícaro esquece as advertências de seu pai para não voar tão baixo a ponto de permitir que a umidade do mar deixasse suas asas pesadas, nem tão alto, para que o sol não derretesse a cera que fixava as penas. Iniciado o voo, Ícaro se maravilha, ignora seus limites, voa cada vez mais alto e cai no mar. Para Ribeiro este alerta é oportuno em um momento em que o tema paisagem tem sido usado por pesquisadores, planejadores e executores de políticas públicas como “aquela que tudo pode e que agrega todos os valores” (RIBEIRO, 2011, p.256).

Duas orientações apontadas pelo autor foram essenciais para a condução metodológica da pesquisa. A primeira se refere à escolha de uma narrativa para fugir do que ele chamou “*paisagem-total*” ou “*paisagem-inventário*”. A narrativa funciona como um eixo condutor para a leitura e interpretação da paisagem, justamente pelo fato dela permitir uma

multiplicidade de leituras. Sob o ponto de vista metodológico a leitura da paisagem é sempre uma interpretação e *“entender que toda leitura é parcial nos ajuda a afastar da tentação da paisagem-total e continuar o voo sem que nossas asas caiam por exigirmos mais do que elas podem nos oferecer”* (RIBEIRO, 2011, p.264).

A segunda orientação metodológica refere-se ao olhar para e pelo espaço. Talvez essa seja a verdadeira contribuição da paisagem para a renovação no campo das políticas, ao proporcionar a leitura de objetos antes vistos isoladamente: *“é a leitura da natureza e da sociedade através da abordagem espacial e de uma interpretação dos fenômenos a partir de sua localização”* (op. Cit., p.259).

### **Campo de estudo, problema de pesquisa e objetivos**

Nos arredores de Diamantina, como em toda a Serra do Espinhaço, a presença secular do garimpo tornou-se central para a formação histórica e para a organização social das vilas e povoados (VALE, 1997). As soluções encontradas para a organização do espaço, adaptadas às condições naturais da Serra do Espinhaço, criou paisagens fortes, com significativas expressões naturais e culturais. Ao escolher esta paisagem como recorte de estudo, a pesquisa se depara com a realidade do alto Vale do Jequitinhonha e com os desafios em se pensar seu desenvolvimento.

Sob o ponto de vista físico, o planalto meridional da Serra do Espinhaço é uma seqüência de serras antigas que abrigam córregos e rios diamantíferos do alto curso da bacia do rio Jequitinhonha e alguns cursos d'água afluentes do rio São Francisco, no estado de Minas Gerais. A ocorrência dos diamantes está relacionada ao processo erosivo que desgastou e erodiu a rocha matriz dos diamantes, cuja localização é ainda desconhecida pelos geólogos. A estrutura geológica formada por sedimentos marinhos proterozóicos foi intensamente dobrada e fraturada ao longo do tempo geológico e hoje abriga campos rupestres reconhecidos pela notória diversidade biológica faunística e florística. A natureza apresenta marcas profundas do processo de degradação a que foi submetida. Os cursos d'água encontram-se assoreados em razão das técnicas de exploração que revolveram seu leito, denudaram o solo em suas margens e geraram um intenso processo erosivo. A

diversidade biológica e a abundância de nascentes de água cristalina justificaram a criação de diversas áreas protegidas, o que acaba por gerar um quadro de tensão social em razão das restrições impostas à esta população tradicionalmente extrativista.

Sob o ponto de vista sócio econômico, a descoberta dos diamantes representou o eixo da ocupação do território motivado pela exploração econômica deste mineral. Iniciada há aproximadamente trezentos anos, durante a colonização portuguesa, a exploração era feita pelas mãos de negros africanos escravizados. Com o fim do monopólio colonial a exploração continuou com a atividade garimpeira braçal, mas também com a chegada de companhias mineradoras nacionais e internacionais que utilizaram dragas e bombas hidráulicas nos rios e serras da região. A mecanização descaracterizou o garimpo braçal e criou a imagem negativa do garimpo associado à destruição da natureza. A atividade exploratória mecanizada causou o embargo da exploração mineral pelos órgãos ambientais o que comprometeu a atividade garimpeira manual, associada a um modo de vida tradicional. Esta região, outrora rica, abriga uma população pobre e envelhecida, formada por famílias garimpeiras que abandonam gradativamente o garimpo manual e encontram na aposentadoria e nos programas assistenciais do governo um parco meio de sobrevivência.

Sob o ponto de vista cultural e histórico, os garimpeiros são figuras do sertão diamantino, com fisionomias castigadas pelo sol e esculpidas pelas marcas da adversidade cotidiana. Essas pessoas personificam uma simbiose entre a serra e os homens. Já no século XIX a região atraiu a atenção de célebres viajantes naturalistas, mineralogistas e curiosos europeus que publicaram suas impressões sobre os diamantes, os garimpeiros, a natureza e a cultura. A Serra do Espinhaço impressiona pela beleza natural e pela diversidade biológica e tornou-se uma Reserva da Biosfera reconhecida internacionalmente. A riqueza dos diamantes possibilitou a construção de um patrimônio arquitetônico responsável hoje pela atração de visitantes interessados pelo conjunto colonial barroco. A religiosidade do povo local cria um amplo e diversificado calendário de festas marcado pela tradição musical. Este patrimônio atrai a atenção de diferentes atores do turismo, mas a distância dos grandes centros faz com que o fluxo turístico seja sazonal e que os benefícios econômicos fiquem concentrados nas mãos de poucos empresários.

Considera-se a hipótese formulada por Evandro Sathler (s/d) sobre a existência de um processo de desterritorialização da histórica atividade garimpeira do diamante no alto Jequitinhonha. Sathler reconhece simbolicamente a figura do “*homo garimpeirus*” como forma de denominar a população remanescente dos primeiros garimpeiros do alto Jequitinhonha. A partir desta hipótese compartilha-se as mesmas indagações: é possível se referir a um grupo cultural distinto ou uma identidade garimpeira no alto Jequitinhonha? Seriam os laços culturais do garimpo identificáveis após quase três séculos de intensas mudanças sociais e tecnológicas?

Foi a partir da afirmação que cada grupo social vive uma paisagem que se definiu o propósito de nosso estudo: (1) **investigar**, através de um estudo situado no espaço, a utilidade do conceito de paisagem para **fazer emergir** os valores de um território dotado de grande valor ambiental, mas mergulhado em uma forte crise econômica e identitária. (2) **Elucidar** os componentes do atual momento de crise e **lançar** a reflexão sobre uma abordagem prospectiva sobre um território no qual o turismo se impõe como uma via possível de reconversão econômica. Em um segundo momento objetiva-se (3) **refletir** sobre a base teórica e metodológica capaz de orientar a aplicação do conceito de paisagem no planejamento do turismo a partir da incorporação renovada sobre o patrimônio.

## **Encaminhamentos metodológicos**

Para que o método do estudo da paisagem incorpore os valores do pensamento sistêmico<sup>5</sup>, buscou-se somar o caráter educativo da “*observação consciente*”, ao caráter estratégico e relacional da noção de identidade social defendida por Denys Cuche (2002): “*a identidade é uma construção que se elabora em uma relação...*” (CUCHE, 2002, p.182). Mais que isso, ao associar a herança passada com a história do que ‘está por vir’, o estudo da paisagem aproxima-se, também, da prospectiva territorial. Essa prospectiva considera que o futuro não está escrito, ele é construído, portanto possui um enfoque mais político que técnico porque não pré-determina, simplesmente esclarece cenários exploratórios e avança em direção às transformações desejadas (DELAMARRE, 2002). Uma das finalidades da prospectiva territorial é a criação de uma “*inteligência coletiva*”, que aposta no movimento da sociedade local permitindo uma maior lucidez da situação do território e das manobras possíveis.

A reflexão em relação ao futuro oferece-nos a possibilidade de posicionar o território de maneira estratégica para então determinar o futuro desejado e possível, permitindo a elaboração de estratégias coerentes com as competências locais. A tomada de consciência sobre a “*responsabilidade*” nesse processo de evolução é um objetivo da prospectiva territorial. Nesse sentido, ela comporta uma dimensão educativa de aperfeiçoamento e adequação para a qual a paisagem é grande aliada. Esse aspecto cognitivo e pedagógico cria, pouco a pouco, um estado de espírito coletivo em que a finalidade não é o consenso de ideias, mas a possibilidade de expressão.

### **Paisagem-território**

Para cumprir este objetivo, definimos o território dos arredores de Diamantina, mais precisamente, a área da antiga Demarcação Diamantina, uma área com fronteiras exatamente definidas, mas muito pouco conhecidas da população, dos empresários, dos

---

<sup>5</sup> Um conjunto de regras aplicáveis às várias ciências empíricas, transcendendo barreiras disciplinares cujos objetivos são: ampliar o foco de observação (complexidade), descrever a situação-problema com o verbo “*estar*” (instabilidade), acatar outras descrições que se somem na elucidação dos componentes de uma realidade complexa (intersubjetividade) (VASCONCELOS, 2003).

gestores públicos e dos turistas. A partir da abordagem integrada entre geografia e história buscou-se formular a perspectiva integradora da paisagem que visa “naturalizar o território” e “territorializar a natureza”. Para isso, nos serviremos da formulação sobre o complexo “paisagem-território”, concebido por Bertrand (2002, p.278), como uma forma de transcender os estudos da paisagem para além da dimensão física global integrando a dimensão identitária e patrimonial. Este assunto será retomado no capítulo 2. Trata-se de uma abordagem complexa e sistêmica na qual encontramos menos uma receita para o agir e mais um convite para a reflexão.

Buscando operacionalizar este conceito integrador, abordamos a paisagem a partir de duas perspectivas complementares: de um lado, a “paisagem visível” e, de outro, a “paisagem vivida”. Estes termos foram adaptados para os propósitos da pesquisa. Importantes referências metodológicas foram encontradas na pesquisa desenvolvida por Brossard e Wieber (1984) sobre a ‘paisagem visível’ e na formulação de Augustin Berque (2000) sobre a ciência do meio ou “mesologia” que inspirou a adoção do termo a ‘paisagem vivida’. A elaboração conceitual de mesologia será apresentada no capítulo 2. Optamos por inserir aqui a articulação funcional que permitiu adaptar um método próprio de construção da pesquisa. Neste sentido, e aproximando da sua dimensão cultural, foi também importante a concepção de Ribeiro (2011), como já foi dito, a respeito da escolha de uma narrativa que funcione como o eixo central para a leitura da paisagem e da interpretação dos fenômenos a partir de sua localização.

### **Paisagem visível**

O modelo proposto por Brossard e Wieber (1984) se apoia em grande medida nos métodos quantitativos sem se preocupar, contudo, em desenvolver um modelo matemático. O “envelope conceitual” apresentado na figura 1 organiza o sistema da paisagem em caixas e fluxos e foi concebido como objeto de orientar a investigação científica, no seu sentido estrito, e visa atingir uma definição exaustiva de paisagem, apoiado em uma terminologia racional (taxonômica), como será demonstrado a seguir:



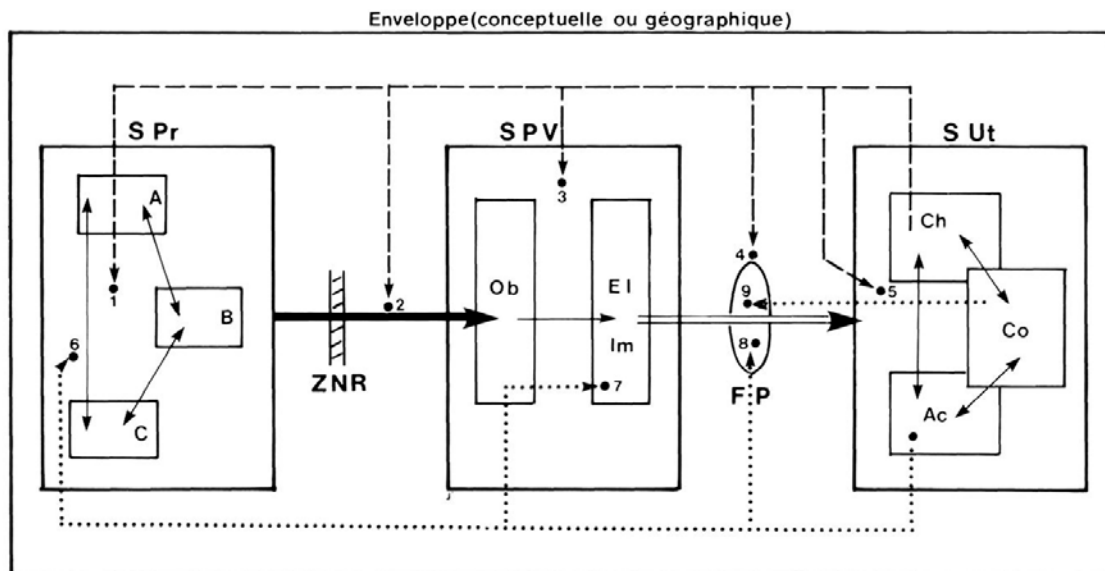


Figura 1: Envelope conceitual do sistema da paisagem (BROSSARD e WIEBER, 1984).

A primeira caixa da esquerda representa o Sistema Produtor (S Pr) e considera os elementos abióticos (A), bióticos (B) e construídos (C). Entre eles se estabelecem os fluxos de energia e matéria, temas que inspiram abordagens setoriais (estudos naturalistas do tipo separatistas) ou integradas (estudos modernos de eco ou geossistemas). Neste nível de abordagem, a paisagem é considerada como um signo de forças bio-físicas em interação, fundamentada no conhecimento objetivo, fruto da observação imparcial, independentemente das preferências individuais. O que torna um conhecimento objetivo é o fato de ele poder ser comprovado racionalmente por outras pessoas, portanto, nessa abordagem, o Sistema Produtor não é redutível a sua dimensão simbólica, esta característica é representada pela sigla ZNR (zona não redutível).

A caixa à direita representa o Sistema Utilizador (S Ut) para o qual a paisagem é um produto da percepção, uma representação mental condicionada pelas modalidades de utilização: um objeto de pesquisa e estudo (Ch), um produto de consumo e venda (Co), um campo de ação e planejamento (Ac). Os filtros perceptivos (FP) se interpõe e selecionam as informações destinadas à construção mental.

A terceira caixa sistêmica, situada no meio, é a “paisagem visível” (S P V), constituída de uma infinidade de imagens criadas a partir da disposição de objetos (ob) que conferem materialidade à paisagem através das estruturas do território, e os elementos de imagem (El.Im.) que representam os aspectos não visíveis resultado dos fatos históricos que a geraram. Os elementos de imagem podem ser entendidos como o sentimento dos homens pelo seu território, sentimento elaborado na busca de soluções para os problemas impostos pelo meio. Objetos e Elementos de Imagem deve m ser reconhecidos no seio de uma trama contínua entre observador e o que é observado.

Entre os três subsistemas da paisagem se estabelecem as ligações (ou fluxos) que não são lineares: o Sistema Produtor fornece Objetos materiais, que induzem a formação da Paisagem Visível; da mesma forma, a Paisagem Visível, através do Filtro Perceptivo, é reconhecida e interpretada como signo do Sistema Utilizador.

Este modelo requer uma investigação local suficientemente profunda para que seja possível desenvolver o que os geógrafos chamam “percepção de campo”, uma atitude intuitiva a serviço do conhecimento do Sistema Produtor através da imagem que ele suscita. Esses grifos permitem entender a paisagem como objeto complexo, assim como são complexos os olhares que incidem sobre ela: o olhar do geógrafo, do naturalista, do paisagista, do historiador, do planejador, do pintor, do turista, do morador. Os autores consideram que nenhum desses olhares reduz o olhar do outro e que todos são necessários e devem ser considerados se desejarmos chegar a uma concepção exaustiva da paisagem, mas com base nessa reflexão, pergunta-se: seria possível reunir diferentes olhares em um mesmo esquema conceitual?

Foi a partir desse impasse e da afirmação dos autores de que “o estudo da Paisagem Visível não se justifica por si só” que se decidiu inserir a narrativa sobre a paisagem a partir do olhar do garimpeiro do planalto de Diamantina. Através da reconstrução dessa narrativa a Paisagem Visível torna-se a expressão material e a percepção simbólica de uma paisagem vivida. Para chegar à paisagem vivida é preciso incorporar a noção de referência cultural, ou seja, a inserção dos sujeitos para os quais essa paisagem faça sentido. A narrativa, quando associada a grupos sociais, permite abordar a paisagem a favor de uma reflexão identitária.

Uma paisagem vivida é uma figura de linguagem utilizada para ressaltar uma trajetória de interações naturais e sociais, dito de outra forma, a paisagem vivida expressa uma forma própria de um grupo social vivenciar e explicar o seu meio.

Cultivar a sensibilidade *paysagère*<sup>6</sup> constitui, para Berque (1994), “*um trabalho despretenso de aprendizagem e tradução*”<sup>7</sup> (p.16), por isso, é necessário “*dar um passo atrás e afastar-se de suas convicções*”<sup>8</sup> para ver como o mundo é percebido por outras sociedades. Apresentam-se, a seguir, as fontes de pesquisas e as etapas metodológicas desenvolvidas para se chegar à interpretação da Paisagem Visível da área de estudo.

### **Fontes de pesquisa e etapas metodológicas**

A pesquisa foi estruturada em três etapas: primeira etapa de pesquisa consistiu da análise das fontes históricas e se subdividiu em quatro fases; a segunda etapa consistiu de uma investigação sobre os aspectos imateriais e os fluxos simbólicos que fornecem o conteúdo subjetivo para a percepção da paisagem; a terceira etapa, consistiu da realização dos “trabalhos de campo direcionados”<sup>9</sup> em busca da identificação dos lugares-ditos do garimpo e da paisagem vivida pelos garimpeiros. Foram utilizadas fontes de pesquisa convencionais como documentos escritos e cartográficos e outras pouco convencionais como os relatos de viagem, os depoimentos orais, as fotografias e iconografia e a observação da paisagem.

### **A leitura e interpretação das fontes históricas - primeira etapa**

#### **(a) Tradução dos limites do território: memoriais descritivos**

---

<sup>6</sup> Outro termo que não possui um correspondente exato em português. *Paysagère* é usado como um adjetivo derivado do substantivo *paysage*. Em português, o termo paisagístico possui uma conotação vinculada à intervenção urbanística e ao planejamento de jardins, o que não se aplica ao termo francês.

<sup>7</sup> «un humble travail d'apprendissage et de traduction»

<sup>8</sup> “prendre un recul par rapport à soi même”

<sup>9</sup> Desde 2006, a pesquisadora frequenta a região de São João da Chapada na intenção de estudar o universo cultural do garimpo, inicialmente na condição de professora da disciplina Turismo Cultural do Curso de Turismo da UFMG e, desde 2010, como estudante do doutorado. Os trabalhos de campo realizados durante esses anos foram constantes e essenciais para criar uma rede de contatos e uma relação de confiança que se estendeu aos garimpeiros convidados a participar dos “campos direcionados”.

Através da leitura exaustiva de três memoriais descritivos da Demarcação Diamantina no século XVIII foi possível identificar os limites precisos deste território. Os memoriais descritivos integram o documento “Historia Chronologica da Minerassão” (1788), disponível no acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa<sup>10</sup>. Os marcos e limites foram inicialmente demarcados em 1734 e redefinidos em função dos novos achados de diamante, em 1739 e 1788.

#### (b) Investigação dos objetos da paisagem: a cartografia do século XVIII

Através de seis mapas foi possível identificar e localizar as estruturas territoriais cartografadas no período de 1729 a 1787. Foram destacadas informações sobre: arraiais, vilas e quarteis de controle, as sub-bacias e a malha hidrográfica, as estradas e pontes, as lavras e os serviços de diamante, os “lugares notáveis” onde foram feitos importantes descobertos. Para destacar as informações contidas nos mapas históricos foi utilizado um software de tratamento de imagem. O resultado deste trabalho de interpretação gerou uma coleção de mapas apresentada no item 1 do volume 2 da tese. Este conteúdo representou uma primeira aproximação com os objetos a serem observados na paisagem durante os trabalhos de campo.

#### (c) investigação de relatos e iconografias: viajantes do século XIX

Os relatos de onze viajantes que passaram pela Demarcação Diamantina foram utilizados como referência para a investigação qualitativa sobre o território diamantífero, são eles: John Mawe, Ludwig Wilhelm von Eschwege, Auguste de Saint-Hilaire, Johann Baptiste Von Spix, Karl Friedrich Philipp von Martius, Georg Heinrich von Langsdorff, George Gardner,

---

<sup>10</sup> Documento transcrito em word, cedido pelo Professor Dr. Friedrich Renger com a seguinte especificação: Biblioteca Nacional de Lisboa - Cod. 746 (B, 12, 29) [Boschi (1998) Fontes primárias etc. no. 356) “Historia chronologica dos contratos da Minerassão dos Diamantes, dos outros contratos da Extracção delles dos cofres de Lisboa pa. os Paizes Estrangeiros, dos Abuzos em que todos laborarão, e das Providencias com que se lhe tem occorrido ate o anno de 1788”. (autor desconhecido) fs. 1 - 289, dois mapas. (Autor não identificado, trata-se provavelmente de um dos membros do Directorio da Extração dos Diamantes de Lisboa; os Directores da época eram Luiz José de Brito, Balthazar Pinto de Miranda e Sebastião Francisco Betâmio; foi escrito pós setembro 1788).

Virgil von Helmreichen, Conde de Suzannet, Johann von Tschudi e Richard Burton. A apresentação dos viajantes está no apêndice I.

Buscamos estabelecer um paralelo entre as estruturas representadas nos mapas do século XVIII e os locais descritos pelos viajantes do século XIX para demonstrar a profundidade histórica deste território.

(d) releitura do território diamantino: elaboração de novos mapas

Para reconstruir o espaço diamantino foi preciso visualizar os objetos da paisagem já identificados nas etapas anteriores e localizá-los no espaço atual. Para isso, foram utilizadas nove cartas topográficas do IBGE na escala de 1:100.000 para formar um mosaico que cobrisse a área de estudo, são elas: Serra do Cabral, Curimataí, Carbonita, Corinto, Diamantina, Rio Vermelho, Curvelo, Presidente Kubitschek e Serro. Em um primeiro momento delimitou-se o perímetro das sub-bacias através do exame detalhado da malha hidrográfica. A pesquisadora trabalhou diretamente sobre as cartas impressas em papel para identificar e destacar os pontos de interesse. Essas cartas desenhadas foram instrumentos essenciais para orientar a observação da paisagem em campo. Só após as incursões em campo iniciou-se a elaboração dos mapas digitais com o software de geoprocessamento.

As figuras 2 e 3 demonstram o processo de releitura dos objetos da paisagem visível sobre o plano cartográfico:



Figura 2: Etapa metodológica de identificação dos objetos da paisagem visível sobre o plano cartográfico formado por nove cartas topográficas do IBGE em escala de 1:100.000.

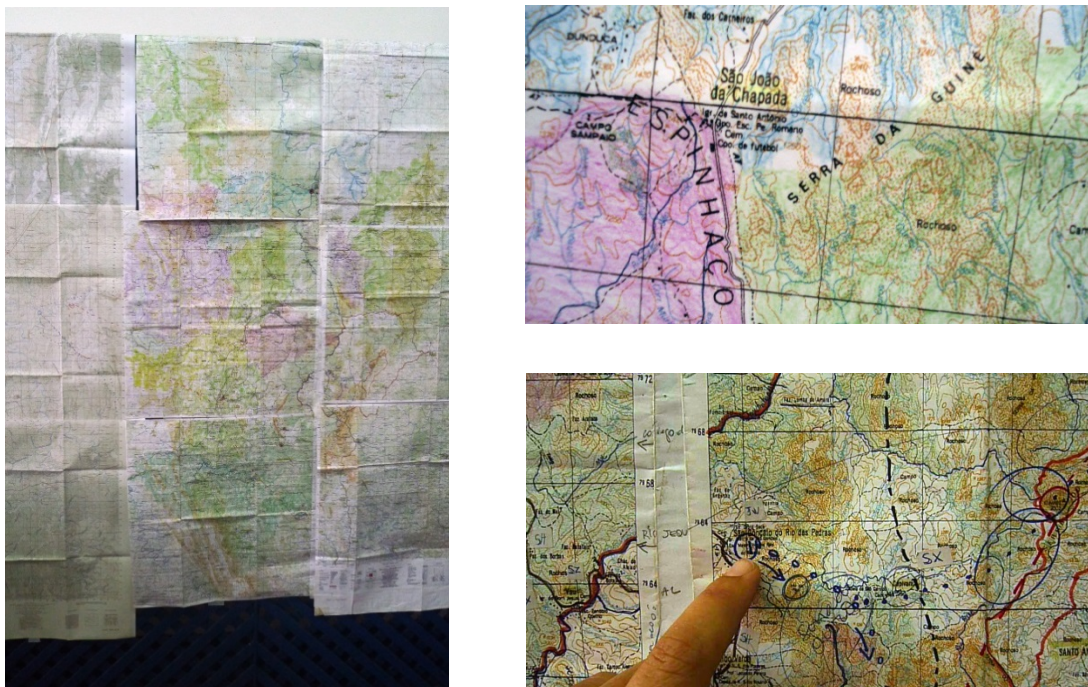


Figura 3: Detalhe do mapa da área de estudo interpretado manualmente.

As fotografias captadas pela autora durante os trabalhos de campo<sup>11</sup> permitiram projetar sobre o espaço plano, o conteúdo do volume sobre o qual é inscrita a Paisagem Visível. Vislumbra-se, assim, com a ajuda das cartas e através de uma abordagem geográfica dos significados, interpretar os aspectos visíveis da paisagem do garimpeiro do planalto de Diamantina, bem como reconhecer a distribuição espacial de seus componentes combinados.

### **As ausências da paisagem - segunda etapa**

Em um segundo momento, investigamos os significados dos objetos da paisagem. A associação entre as presenças e as ausências da paisagem talvez seja o condicionante mais problemático de sua interpretação. Se sua materialidade pode ser facilmente percebida no espaço, suas ausências só se tornam presentes por meio da interpretação (geográfica e histórica) e da ação comunicativa. Por isso essa ausência material faz parte do estudo da paisagem e foi traduzida no modelo conceitual de Bressard e Wieber (1984) como os Elementos de Imagem (El. Im).

A problematização da paisagem vivida foi construída com o cruzamento dos relatos viajantes, da imagem do garimpeiro encontrada na bibliografia e os testemunhos coletados em campo, junto à Cooperativa Regional de Garimpeiros, COOPERGAD, e junto aos técnicos regionais da Emater. Também levou-se em conta os textos da lei, em três eixos distintos: (a) o eixo ambiental: lei de crime ambientais (1998), Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC (2000), lei da Mata Atlântica (2006); (b) o eixo sociocultural: decreto de terras quilombolas (2003); (c) eixo minerário: Código de Minas (1940 e 1967), lei de permissão de Lavra Garimpeira (1989), Estatuto do Garimpeiro (2008). Com a Constituição Federal de 1988, estes textos compõem o pano de fundo jurídico do conflito, sobre o qual buscou-se identificar as forças que recarem sobre o meio alimentando um verdadeiro mosaico de interesses e de representações.

### **Trabalhos de campo direcionados - terceira etapa**

---

<sup>11</sup> As fotografias de outros autores estão referenciadas nas legendas.

A “paisagem vivida” foi investigada em trabalhos de campo, à busca dos lugares-ditos do garimpo. Esta etapa foi inspirada no termo francês “lieu-dit” que se refere a: *“um lugar que porta um nome, habitualmente restrito a locais inabitados ou habitados por um pequeno número de pessoas e notáveis por uma particularidade natural ou humana”* (BRUNET *et al*, 1993). O estudo dos lugares-ditos foi realizado em campo, através do contato direto estabelecido com os garimpeiros em seus lugares de vida. Isso permitiu registrar os locais relevantes de suas experiências no garimpo de diamantes, através dos quais procuramos penetrar o saber avaliativo – afetivo e simbólico – que conduz a interpretação de sua realidade.

Partimos dos objetos da paisagem, especialmente os arraiais e quartéis representados nos mapas da antiga Demarcação Diamantina e ainda hoje existentes. Em cada localidade buscou-se os garimpeiros residentes utilizando a técnica da bola de neve, em que os próprios moradores indicavam seus pares de acordo com os critérios definidos pela pesquisadora.

Para participar da pesquisa os garimpeiros deveriam responder a dois critérios: (1) ser um garimpeiro reconhecido pelas relações familiares e de vizinhança estáveis com o lugar, (2) ter vivenciado o garimpo nas áreas visitadas e (3) estar disposto a compartilhar sua memória e suas impressões sobre a atividade garimpeira. Antes de iniciar a pesquisa a pesquisadora apresentou a proposta da pesquisa e solicitou o consentimento do garimpeiro.<sup>12</sup>

A fim de estabelecer a interação da pesquisadora com os participantes partiu-se de algumas aproximações ao método da História Oral. O uso da História Oral é predominantemente associado às metodologias qualitativas, devido à sua função de recompor a memória, o testemunho e os valores sociais e culturais dos sujeitos da pesquisa,

---

<sup>12</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, TCLE, foi redigido pela pesquisadora e testada em campo, sem sucesso. Um garimpeiro foi claro ao se posicionar: “não precisa disso não, aqui a gente é acostumado a confiar é na palavra. Você chega com papel para assinar, a turma fica desconfiada. A senhora vai ter problema porque ninguém vai querer assinar isso não” (GRP1a).



por meio da narração pessoal de um momento experimentado, valorizando-se os sentimentos e as emoções vividas (MARTINS, 2007). Aliada ao estudo da paisagem os métodos da história oral foram utilizados com a finalidade de recompor a memória através da localização das experiências.

Foi utilizada a entrevista não estruturada com a intenção de oferecer ampla liberdade na formulação de perguntas e na intervenção na fala do entrevistado. A pesquisa permitiu uma organização flexível e um diálogo constante ao longo do dia de campo. Foram abordados os seguintes temas: (a) história pessoal e familiar do garimpeiro; (b) sua experiência com o garimpo no local visitado; (c) seu conhecimento sobre a técnica de extração do diamante; (d) sua leitura da natureza; (e) sua visão sobre as mudanças de conjuntura envolvendo os órgãos ambientais e de mineração.

Para apoiar as conversas com os garimpeiros foi utilizado um painel com a imagem de satélite (figura 4) em escala de 1:25.000. As cartas topográficas também foram úteis para auxiliar a identificação de rios, córregos e serras. As conversas foram gravadas e os locais descritos pelos garimpeiros foram marcados no painel com uma caneta permanente no momento da conversa. Todo o trajeto e os pontos visitados foram registrados em GPS.



Figura 4: Painel de imagem de satélite da sub-bacia do rio Caeté-mirim utilizado como suporte para a pesquisa em campo.

As imagens de satélite foram retiradas do Google Earth com o objetivo de cobrir a área da antiga Demarcação. Para organizar os dados coletados os painéis foram montados

de acordo com a área das sub-bacias diamantíferas. A figura 5 identifica os polígonos criados: (1) o rio Caeté-mirim, (2) o rio Pardo Grande, (3) o rio Pinheiro, (4) o rio Manso, (5) o rio Pardo Pequeno, (6) o ribeirão do Inferno, (7) o rio Paraúna.

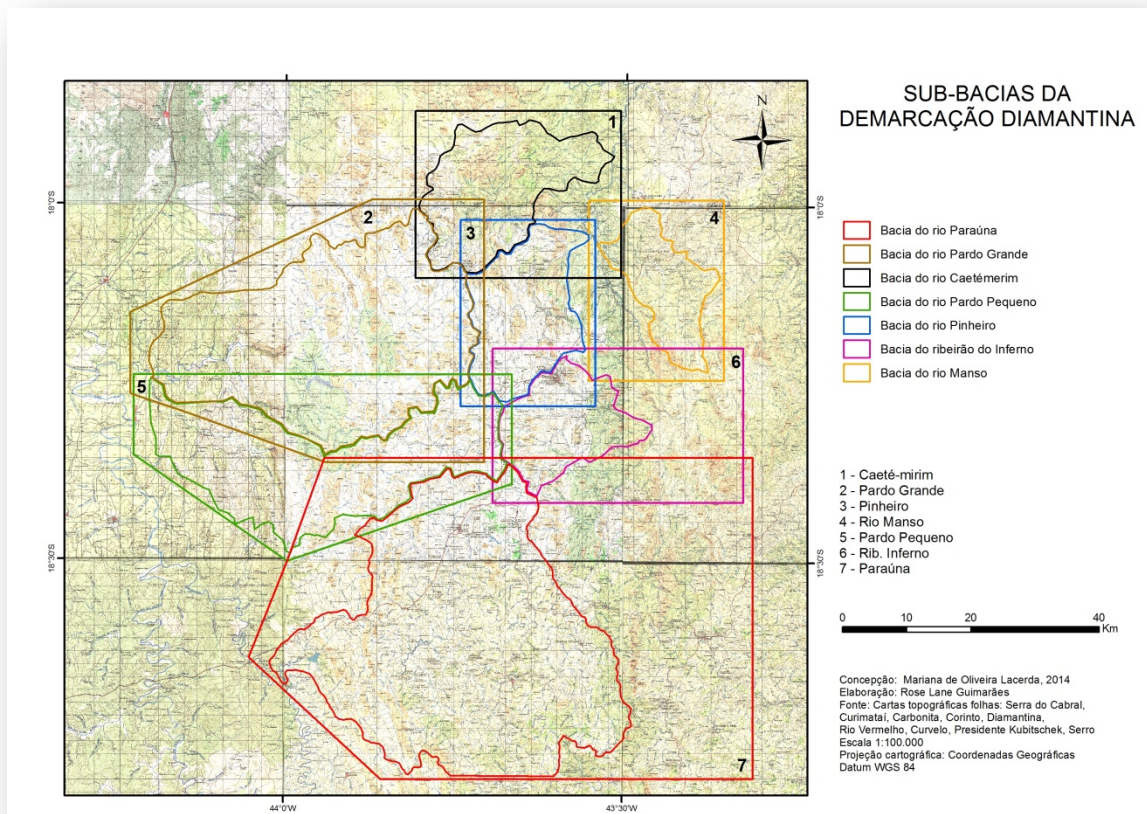


Figura 5: Mosaico de sub-bacias utilizado como referência para extrair as imagens do Google Earth.

Durante o período de seis meses – de 9 de julho a 22 de dezembro de 2013 – quando a pesquisadora se mudou para Diamantina, foi possível aprofundar e ampliar a rede de contatos iniciada em trabalhos de campo anteriores. A permanência na região permitiu o convívio em ambientes não formais de pesquisa, como os mercados, as feiras, os eventos (a festa de 300 anos do garimpo organizada pela COOPERGAD, em 21 de setembro de 2013, no Largo Dom João), os bares, restaurantes, padarias, etc.

As saídas de campo, por sua vez, permitiram a aproximação com o garimpeiro em seu lugar de vida e fez emergir uma troca de conhecimento partindo da vivência de campo compartilhada. Procurou-se criar uma atmosfera amigável com os participantes, compartilhando informações, indagando sem tom invasivo e debatendo pontos de vista de forma a valorizar o conhecimento garimpeiro.

Entre 10 de agosto e 16 de outubro de 2013 foram realizadas vinte incursões de campo com garimpeiros. O roteiro de campo foi estabelecido a partir da conversa com os participantes que informaram quais eram as áreas mais representativas do garimpo na área de influência daquele rio (sub-bacia). A partir das respostas foram definidos os roteiros de campo.

Em alguns casos, a pesquisadora permaneceu dois ou três dias em campo, nesse caso a pernoite foi realizada em hospedagens domiciliares, pousadas ou mesmo nas casas das famílias garimpeiras. Além das imersões nos lugares-ditos, aconteceram conversas informais em ambiente familiar, encontro com a comunidade ao redor da fogueira (no caso de Inhaí), conversas em bares e no meio da rua. Os campos foram numerados pela sequência em que aconteceram, como demonstra o quadro 1.

Quadro 1: Identificação dos trabalhos de campo e a data em que ocorreram.

<b>campo</b>	<b>local</b>	<b>Data</b>
Campo 1	Portão de Ferro	10 agosto 2013
Campo 2	Acaba Mundo, Boa Vista, Bom Sucesso	18 agosto 2013
Campo 3	Cavalo Morto, Serra da Miúda, Curralinho	20 agosto 2013
Campo 4	Areinha	24 agosto 2013
Campo 5	Antiga Trilha de Tropa de Curralinho à Fazenda Cafundó	26 agosto 2013
Campo 6	Inhaí, Forquilha, Vargem do Inhaí, Cachamorra	11 setembro 2013
	Boa Vista do Inhaí, Inhaí	10 setembro 2013
	Gão	9 setembro 2013
Campo 7	Pinheiro, Tonta	14 setembro 2013
Campo 8	Fazenda Coronel	18 setembro 2013
Campo 9	Lapa da Igreja	23 setembro 2013

	Antiga Trilha de Tropa de São Gonçalo do Rio das Pedras	24 setembro 2013
Campo 10	Boa vista de Lajes, Trinta Réis, Raiz, Pres. Kubitschek	25 setembro 2013
Campo 11	Andrequicé, Costa Sena, Vargem dos Bastos	28 setembro 2013
Campo 12	Funil do Paraúna	29 setembro 2013
Campo 13	Sopa, Brumadinho	30 setembro 2013
Campo 14	Caldeirão, Guinda, Lavrinha	1 outubro 2013
Campo 15	São João da Chapada, Quartel do Indaia, Funil do rio Caeté-Mirim	2 outubro 2013
Campo 16	Lavra do Mato, Lavra do Monteiro	10 outubro 2013
Campo 17	Fazenda Formação, Rapadura	12 outubro 2013
Campo 18	Datas, Surrão, Serra Matriculada, estrada antiga até a chapada do Palmital	13 outubro 2013
Campo 19	Rio Manso, Gangorra, São Gonçalo das Canjicas	15 outubro 2013
Campo 20	Lavra do Barro e Unha D'anta	16 outubro 2013

Considerando que a história do garimpo envolveu e ainda envolve situações de conflitos e denúncias, e consciente de que as informações e imagens difundidas em publicações científicas podem ser utilizadas por terceiros contra os envolvidos<sup>13</sup>, decidiu-se por tomar algumas precauções: (1) limitar as investigações às atividades garimpeiras exercidas até o ano de 1989 quando foi publicada a lei nº 29.907 que proibiu a utilização de equipamentos de mineração no Rio Jequitinhonha e demais cursos d'água do Estado, (2) codificar a identificação dos participantes e fotografá-los de forma que não possam ser reconhecidos quando nas atividade de garimpo.

O quadro 2 identifica as áreas de garimpo visitadas em cada sub-bacia e o código criado para os garimpeiros que acompanharam os campos<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Informação obtida durante o debate sobre “Interferências jurídicas no cotidiano fotográfico” conduzido pelo advogado Alexandre Henrique durante a II Semana da Fotografia de Belo Horizonte, em agosto de 2013.

<sup>14</sup> Algumas entrevistas realizadas em São João da Chapada em 2008 e em Diamantina em 2011 foram utilizadas e os garimpeiros seguem identificados: GRP.Tc.08a; GRP.Tc.08b; GRP.Tc.08c; GRPj11.

Quadro 2: Síntese dos locais visitados em cada sub-bacia e o código dos garimpeiros participantes.

<b>Sub-bacia</b>	<b>Locais visitados</b>		<b>Garimpeiros</b>
Jequitinhonha	São Gonçalo Milho Verde Capivari Três Barras Boa Vista de Lages Formação Rapadura	Acaba Mundo Itaipava Lavra do Mato Monteiro Areinha Trilha de tropa de Curralinho	GRP2a e GRP2a12 GRP2b e GRP2b12 GRP2b12 GRP16a
Ribeirão do Inferno	Curralinho Boa Vista Bom Sucesso Adão Guedes Maravilha Mata-mata	Portão de Ferro Cavalo Morto Serrinha Antiga trilha de tropa de Curralinho Lapa da Igreja	GRP1b GRP1a GRP9 GRP8a GRP3 e GRP3.12 GRP3a
Rio Pinheiro	Pinheiro Vargem Sopa Guinda	Tonta Praia do Ingá Caldeirão Lavrinha Brumadinho Mongongo	GRP14 GRP7 GRP13a GRP13b
Rio Caeté Merim	São João da Chapada Quartél do Indaiá Inhaí Boa Vista do Inhaí Vargem do Inhaí Cachamorra Fzda Caeté Mirim	Forquilha Funil (sumidouro) Gão Fazenda do Caeté Merim Água Fria João Boa	GRP15a GRP15b GRP6h GRP6i GRP6f GRP6b GRP6c GRP6a GRP6j GRP6g
Rio Manso	Couto de Magalhães Gangorras Canjicas	Tomé Lapa dos Cabritos Água Santa	GRP19a GRP19b GRP19e GRP19c GRP19d
Rio Pardo	Chapada Mendes Quartéis Barão do Guaicuí Conselheiro Mata Monjolos	Lavra do Barro Unha D'anta Pagão Morro Redondo	GRP20
Rio Paraúna	Presidente Kubitschek Andrequicé Costa Sena Vargem do Basto Datas Gouveia	Raiz Cuba Trinta Réis Funil Gurutuba Capela Velha	GRP11 GRP16

	Cuiabá Espinho	Surrão Serra Matriculada Tombador	
--	-------------------	---	--

Para finalizar, reforçamos o que já foi dito: o estudo foi então conduzido pelo cruzamento da Paisagem Visível da terra dos diamantes e a paisagem vivida pelo garimpeiro. Este é um exercício de observação que mobiliza, então, dois processos simultâneos, intimamente relacionados. O primeiro se refere às condições impostas pelo meio físico para a adaptação da sociedade e conjuga o tempo geológico, biológico e o tempo humano, em função dos recursos naturais disponíveis e do sistema de produção econômica e cultural instalada. A segunda, por sua vez, se refere ao reposicionamento deste meio natural no seio desta mesma sociedade, o que introduz um processo de reversibilidade. Isso significa dizer que não basta observar o que é tangível, mas é preciso refletir sobre os filtros de valores e de representações, especialmente aquelas que legitimam a condição de marginalidade de uma população. Um processo não acontece sem o outro.

### **Os produtos da pesquisa**

Um álbum da Paisagem foi elaborado como o volume dois da tese com o objetivo de apresentar em detalhe o material descritivo sobre a área estudada. Este nome foi inspirado no “Pequeno Álbum” da terra dos diamantes enviado a Marques de Pombal em 1775. No volume dois da tese o leitor encontrará: (1) uma linha do tempo com os principais fatos históricos a serem lembrados desde a descoberta oficial dos diamantes em 1729 até os dias atuais; (2) os seis mapas históricos originais cada um com sua respectiva coleção de mapas interpretados pela pesquisadora; (2) os relatos dos viajantes e a iconografia sobre a Demarcação Diamantina, (3) os depoimentos dos garimpeiros sobre o diamante e o garimpo, (4) o glossário do garimpo com aproximadamente 130 termos catalogados pela pesquisadora, o glossário é acompanhado de ilustrações e depoimentos dos garimpeiros sobre as técnicas empregadas na extração do diamante, (5) coleção de mapas atuais sobre a região. Alguns mapas que compõem o Álbum encontram-se reproduzidos no corpo do texto do volume 1 em formato reduzido com a finalidade de oferecer uma referência visual.

## Capítulo 1

### O PLANEJAMENTO DO TURISMO

#### 1.1 A busca de outro turismo

Começamos evocando o turismo contemporâneo, que promete, cada vez mais, o exotismo e o *dépaysement*, termo utilizado pelo francês Allain Roger (1997), no sentido de proporcionar a fuga, o exílio do mundo habitual em direção às férias em um mundo idealizado. Na realidade, constata Roger, o que se vende ao turista é uma adulteração da realidade, uma paisagem em pacotes *made in Europe*. Ao comprar a viagem, o turista está convencido de que encontrará a terra prometida, o lugar “pronto a viver e pronto a ver”<sup>1</sup>, a paisagem de praias, lagoas e coqueiros isolada em um gueto turístico: “fora é perigoso, é o país sujo, cheio de mendigos, assaltantes, pobreza, miséria”. Paradoxalmente, a opção de sair do gueto também se torna um produto: “Nós o conduziremos, se assim o desejar, em carro climatizado, para fazer um reconhecimento do mundo real, mas seja vigilante e retorne antes das 16h” (ROGER, 1997, p.122).

É com o tom irônico de Roger que introduzimos o tema da experiência turística e da paisagem. O processo de padronização do turismo institucionalizado, que segundo Burns (2002), é uma consequência quase inevitável das vastas cadeias de conexão, pode diluir o que há de mais precioso em uma paisagem: sua especificidade construída a partir do caráter único dos lugares, o que inclui pessoas, natureza e cultura. Em um mundo cada vez mais complexo, a relação sociedade/território caracteriza-se pela circulação como um direito democrático, por isso tornou-se essencial refletir sobre o comportamento de quem viaja e os impactos de suas demandas sobre o território.

A aproximação do turista ao *pays* une o que é inseparável: território e sociedade. Para Roger, é preciso, muitas vezes, coragem e espírito elevado para refutar o

---

<sup>1</sup> “Il est convencu qu’on trouvera là-bas la « terre promise » (par l’agence), du prêt-à-vivre et prêt-à-voir, paysage assuré... » (ROGER, 1997, p.122).

neocolonialismo turístico e voltar ao *pays* em tudo aquilo que ele pode oferecer de mais desafiador e estranho aos nossos sentidos (ROGER, 1997). A dualidade *pays-paysage* constitui a espinha dorsal da obra de Alain Roger, para quem a transformação – de um *pays* em uma *paysage* – supõe sempre uma metamorfose (op. cit).

A sociedade se pôs em movimento e viajar tornou-se um direito do cidadão. Somos constantemente inundados de informações e conselhos sobre os lugares aonde devemos ir, mas ouvimos pouco sobre o porquê ou o como deveríamos ir. O sentido das viagens originalmente relacionado à busca pelo lugar sagrado (peregrinações), pela cura (cidades termas), pela conquista de novos territórios ou simplesmente pela busca do desconhecido parece ter adquirido novo sentido após o advento da indústria do turismo, inaugurada por Thomas Cook, em 1862, quando foi possível viajar pela Europa em uma semana de trem.

Considerando que o fenômeno das viagens não se restringe à sua face industrial <sup>2</sup>, nos lançaremos na trilha aberta por Alain Roger e iniciaremos uma travessia rumo ao *pays*. A mudança de perspectiva impõe um esforço no sentido de reencontrar a arte de viajar, o que, para nós, é o resultado da apreensão do sentido de paisagem. A paisagem guarda informações que podem ser reveladas, ainda que parcialmente, através da uma percepção estética e unitária de uma porção do *pays* e só pode ser alcançada pela mediação da arte o que pressupõe a sensibilidade do olhar<sup>3</sup>.

## 1.2 A paisagem no coração da experiência turística: a importância do olhar

A arte de viajar tal como abordada por Alain de Botton (2003) visa resgatar uma compreensão que os gregos denominaram *eudaimonia* ou o desabrochar humano. Assim,

---

<sup>2</sup> O termo indústria do turismo é uma figura de linguagem que se refere à produção de viagens em série (pacotes de viagem) direcionadas para o turismo massificado (diz-se quando há muita gente viajando para um mesmo local, em um mesmo período). A indústria do turismo é institucionalizada pelas grandes operadoras de turismo que orquestram e impõem seus padrões comerciais às cadeias produtivas locais.

<sup>3</sup> « On s'aperçoit... que le moyen age n'a pas eu le sens de ce que nos nommons « paysage » cest-à-dire la perception esthétique et unitaire d'un portion de pays » ROGER, 1994, p. 118). « On ne peut passer du pays au paysage que par la médiation de l'art, une médiation lente, diffuse, complexe, souvent difficile à recostituer, mais toujours indispensable » (ROGER, 1994, p.120)



descobrimos que as viagens apresentam problemas filosóficos, reflexões para além do nível prático. Botton desenvolve ideias originais apoiadas, de forma inusitada, na obra de grandes pensadores. A curiosidade como motivação da viagem, a sensibilidade para ver e perceber o mundo, a fruição da beleza são alguns dos temas que contribuem para estabelecer um elo fundamental entre paisagem e turismo, não só por focar a atitude de quem viaja, a partir do comportamento do indivíduo, mas também por estabelecer um vínculo sutil com a geografia a partir do entendimento de que “a nossa maneira de sentir, a maneira como descrevemos o mundo deve, em algum nível, refletir o modo como vivemos” (BOTTON, 2011, p. 118). Portanto se viajar requer um estado de espírito, antes de decolar para hemisférios distantes, é importante observar o já temos ao nosso alcance.

Alexander von Humboldt (1769-1859) é citado para evocar a curiosidade. Botton destaca a vantagem do nível de curiosidade de qualquer viajante numa missão em busca de fatos. No caso de Humboldt, os fatos tinham utilidade para a sociedade e essa plateia era estimuladora de sua curiosidade. Porém, no caso de um viajante comum, a curiosidade deve ser motivada por seu próprio benefício em vez de sê-lo pelo interesse de outros. Botton evoca um ensaio redigido por Friedrich Nietzsche no outono de 1873, no qual fazia a distinção entre “recolher fatos como um explorador ou um acadêmico” e “usar fatos bem conhecidos em prol do enriquecimento psicológico interior”. Para Nietzsche o verdadeiro desafio da curiosidade era usar os fatos para enriquecer a vida e citava a frase de Goethe: “odeio tudo o que meramente me instrua sem aumentar nem tonificar minha atividade” (BOTTON, 2003, p.122). Procurar o conhecimento “para a vida” em nossas viagens, para Nietzsche significava “buscar um tipo de turismo pelo qual estimulássemos nosso pensamento, aprendêssemos sobre como nossa sociedade foi moldada pelo passado, para conquistar uma noção de continuidade e integração” (op.cit., p. 123).

A curiosidade é descrita por Botton como algo composto de encadeamentos de perguntas e muitas vezes estimulada por outras pessoas ou situações, mas destaca que a chamada “bussola da curiosidade” prescinde da liberdade de ver e perceber, a liberdade imaginativa que busca algo até então desconhecido. Infelizmente para o visitante moderno, a maioria dos objetos não traz afixada a pergunta que irá gerar a curiosidade que eles

merecem... pelo contrário, ao abrir os guias de viagem o visitante muitas vezes se vê diante de lugares congelados e de opiniões com as quais sua reação deveria se harmonizar.

Van Gogh é evocado por Botton para demonstrar o poder da arte para estimular a curiosidade sobre o mundo. O autor narra a sua experiência na “trilha Van Gogh”, em Provença, no sul da França, em que a guia apresentava um livrão plastificado com os principais quadros de Provença e com frequência ela o exibia num ponto em que Van Gogh tinha trabalhado enquanto os estimulava a refletir sobre a forma como Van Gogh escolhia quais os aspectos da realidade incluir e quais deixar de fora. Para Botton (2003), entender a postura do artista frente seu processo de criação artística – sua escolha do que ele sentia ser importante, sua disposição em sacrificar o realismo para obter uma profundidade poética, seu interesse pela distorção, omissão e pela substituição de cores – deixou o grupo de visitantes com uma nova reverência, tanto por Van Gogh como pelas paisagens pintadas por ele.

Inspirado pela experiência da “trilha de Van Gogh” resgata-se uma antiga relação entre a arte e o desejo de viajar. Botton acredita que uma paisagem pode se tornar mais atraente para nós uma vez que a tenhamos visto pelos olhos de um grande artista, mas “a arte não tem como criar nosso entusiasmo sozinha (...) ela meramente contribui para o entusiasmo e nos conduz com maior consciência frente àquilo que antes poderíamos ter experimentado apenas de modo hesitante ou às pressas” (BOTTON, 2003, p. 226). Em suma, nossa capacidade de apreciação pode ser inspirada na arte e transferida para o mundo, assim ele sugere que podemos descobrir primeiro na tela, na literatura ou na música aspectos da realidade que nos agradam, para depois acolhê-las também no mundo que nos cerca.

Finalmente Botton evoca o tema da fruição do belo através de John Ruskin (1819-1900). A cegueira e a pressa de turistas modernos foram motivos de crítica por parte deste poeta, pensador e desenhista britânico, cuja obra haveria de girar em torno de como poderemos nos apropriar da beleza dos lugares. Ele defendia que “sempre houve mais no mundo do que os homens conseguiam ver, por mais devagar que andassem” (op.cit., 2003, p. 234). Por isso, a frustração com a indústria do turismo é resultado de um dilema: a

tecnologia pode facilitar o acesso à beleza, mas não simplificou o processo de desfrutá-la ou apreciá-la.

Quando encontramos a beleza em um lugar, um impulso é o de fazer com que ela permaneça: possuí-la significa atribuir-lhe alguma importância em nossa vida. O autor explica que o ser humano tem uma tendência inata a ser suscetível à beleza e a desejar apropriar-se dela. A beleza é, porém, fugidia, ela resulta de um complexo número de fatores que afetam a mente em termos psicológicos e visuais, então como possuí-la? Como fazê-la permanecer? Para Botton, a fotografia fornece uma opção, da mesma forma a aquisição de um *souvenir de viagem* pode servir de lembrança de um momento que não se quer esquecer. Essas são alternativas de um turista moderno para amenizar a “sofreguidão pela posse detonada pela beleza de um lugar” (BOTTON, 2003, p.231).

Uma das conclusões a que chegou John Ruskin, é de que a verdadeira fruição de uma cena é uma questão de esforço consciente para perceber elementos e entender sua construção: “esse seria o único modo de possuir a beleza corretamente” (op.cit., p.232).

Dos lugares aos quais vamos, alguns ocasionalmente se sobressaem com um impacto que nos domina e nos força a prestar atenção. Essa experiência estética está ligada ao sentimento que o belo suscita nos homens. Etimologicamente, a palavra estética vem do grego *aisthesis* com o significado de “faculdade de sentir”, “compreensão pelos sentidos”, “percepção totalizante” (BENSE, 1971). Portanto, a estética relaciona-se à nossa faculdade de sentir e compreender aquilo que nos desperta emoções. Ruskin sugere que o modo mais eficaz de obter entendimento consciente – sobre o estímulo psicológico e visual que nos desperta emoções – é o esforço de descrever locais por meio da arte, pela escrita ou pelo desenho, independente de termos ou não qualquer talento para tal.

Independente se o estímulo à observação do mundo venha através de perguntas, como no caso de Humboldt, ou através da expressão artística, como o caso de Van Gogh e John Ruskin, a curiosidade evolui e pode ser estimulada. Assim, um visitante poderia ter a oportunidade de acolher a informação com outra atitude que não fosse a de tédio ou desprezo. É o que acontece quando viajamos sem que tenhamos tido a oportunidade de reunir a receptividade necessária para ver as coisas.

### 1.3 Invenção, governança e território: a importância de se preparar

Se a experiência de viagem depende do comportamento e da abertura de espírito de quem viaja, como estimular a curiosidade e a sensibilidade de um turista até então indiferente à paisagem?

Sob o ponto de vista do turismo receptivo é importante desenvolver estratégias para qualificar o território, pois a paisagem se expressa sem palavras, sem texto e sem discurso a partir de uma dinâmica de elementos simultâneos visíveis e ocultos. Sob o ponto de vista do planejamento, a construção de um discurso sobre a paisagem é essencial para torná-la atrativa, assim, o discurso assume o papel de mediador do processo comunicativo, capaz de unir as esferas educativa/informativa e estética. Essa é uma tarefa para muitas mãos e cabeças, e realizá-la requer uma governança cultural e turística em escala regional.

Desenvolver projetos coletivos fundamentados no que uma sociedade tem em comum, ou seja, os recursos do seu território é, para Carrière e Lequin (2009), uma estratégia de inovação cultural. Esses autores argumentam a favor da noção renovada da tradição como uma ferramenta cultural de adaptação própria a novos contextos e às novas aspirações socioeconômicas e culturais. Essa ideia questiona a corrente chamada diffusionista ou culturalista, que visa a “preservação da cultura convencional para a qual a continuidade, a linearidade e a autenticidade cultural são conceitos chave” (2009, p. 353). A outra corrente, chamada invencionista, encontra fundamento nos trabalhos de Eric Hobsbawn<sup>4</sup> cujo enfoque está voltado para as rupturas das tradições culturais das sociedades modernas (HOBSEBAWN, 1983).

Na perspectiva da revitalização territorial, muitas experiências de inovação cultural foram documentadas na França, particularmente vinculadas ao desenvolvimento turístico dos parques naturais regionais. Carrière e Lequin (2009) citam um levantamento de 23 estudos de caso diversos e mostram que as estratégias variam entre: revalorização de técnicas construtivas tradicionais, criação de animais de raças típicas, realização de festivais

---

<sup>4</sup> “‘Invented tradition’ is taken to mean a set of practices, normally governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolic nature, which seek to inculcate certain values and norms of behaviour by repetition, which automatically implies continuity with the past” (HOBSEBAWN, 1983, p.1).

de cinema e música, fabricação de instrumentos de música antiga e inúmeros exemplos de produtos da culinária local. Para Carrière e Lequin, estes exemplos ilustram bem como as inovações culturais, a vida cotidiana e o turismo tornam-se frequentemente indissociáveis.

A concertação<sup>5</sup> é apresentada pelos autores como um processo central da governança porque seu objetivo é orientar as ações coletivas em duas direções: (1) o fortalecimento da coesão política no âmbito regional e (2) a condução de um processo de conhecimento profundo do território visando uma visão renovada do patrimônio. Esse conhecimento deve ser compartilhado por diversos grupos e simbolizar a continuidade com o passado regional, mas orientada para o porvir. As etapas no processo de governança, segundo os autores, são de caráter mais técnico que teórico e dependem do nível de apropriação e diferenciação cultural e turística alcançada pela região. Em linhas gerais, essas etapas dizem respeito à elaboração de uma imagem regional a ser difundida e do fortalecimento da rede local de serviços turísticos<sup>6</sup>. Este engajamento diz respeito ao desenvolvimento de produtos turísticos culturais inspirados no passado regional<sup>7</sup>.

Parte-se do princípio que a oferta turística deve visar o desenvolvimento socioeconômico regional (integração horizontal) através da elaboração de uma oferta turística de boa qualidade, única e ao mesmo tempo global, a exemplo da Trilha Van Gogh mencionada por Botton (2003). Assim, cada empreendimento que compõe a oferta turística se fortalece como unidade integrada a uma cadeia produtiva (integração vertical).

O território surge não somente como uma escala espacial, mas como uma entidade que pulsa seu potencial de desenvolvimento através de seus recursos locais e sua rede de atores (LELOUP, *et al*, 2005). Nessa coordenação de atores acontece uma policentralidade na tomada de decisões o que requer a redescoberta do sentido da razão e do espaço público. O processo de governança territorial no final das contas depende da multiplicidade de atores,

---

<sup>5</sup> Termo inspirado no francês *concertation* utilizado no sentido metafórico de “tocar em uma orquestra” ou de conduzir um projeto buscando dialogar os interesses de várias pessoas e instituições.

<sup>6</sup> Na França são utilizados os “*cahier de charge*” o que pode ser traduzido como um termo de adesão, um instrumento de engajamento moral dos prestadores de serviços em prol de um projeto turísticos coletivo.

<sup>7</sup> « une telle vision de la dynamique de renouvellement culturel invite à développer des produits touristiques culturels en s’inspirant d’un passé régional, tout en progressant au-delà de ce passé » (CARRIÈRE ; LEQUIN, 2009, p. 265).

da definição de um espaço identitário e da elaboração de ações e de produção comum. Para Leloup (2005) a governança se situa numa perspectiva econômica, como um processo de coordenação dos atores entre si motivados em organizar uma atividade econômica.

Um exemplo da visão estética sobre a paisagem está disponível em um artigo da revista Humboldt, no qual Antonia Dinnebier (2002), uma arquiteta paisagista alemã, apresenta uma discussão sobre o olhar para a paisagem de uma região industrial da Alemanha. O fechamento das minas de carvão mineral e a crise do aço no vale do Ruhr levaram a região à uma profunda decadência; dos tempos de glória, parece ter sobrado apenas uma imagem desgastada: “a mineração trazia para a superfície, junto ao tão cobiçado carvão, o cascalho invendável que se acumula em montes de até cem metros de altura (...) por onde antigamente existiam as planícies, surgiram buracos, colinas e montanhas” (DINNEBIER, 2002, p. 36).

Nesse artigo, a autora apresenta a paisagem como “*uma natureza observada com prazer*” (DINNEBIER, 2002, p.38), assim os terrenos baldios e os montes de resíduos de mineração ganharam um novo perfil. Segundo a autora, nunca havia se falado de atrações turísticas, nem de paisagem, muito menos de beleza ou de férias no assim clamado caldeirão do Ruhr, mas foi uma iniciativa governamental – do estado da Renânia do Norte-Vestfália – a de colocar de volta aos trilhos essa região carbonífera. Sob o título de *Reconstrução da paisagem* foram criadas áreas verdes em meio às edificações industriais que passaram a ser consideradas monumentos arquitetônicos; investimentos foram feitos para promover o saneamento do rio Emscher cujas águas corriam misturada ao esgoto, e os visitantes começaram a chegar para conhecer essa estranha paisagem industrial.

O que é interessante destacar nessa experiência é a vontade política que leva a uma mudança estrutural. Neste caso, a mudança está relacionada à técnica da observação da paisagem aliada a uma revitalização paisagística o que permitiu abrir perspectivas de reconversão econômica através de um projeto de turismo.

## 1.4 Co-memorar a essência do território

Uma das noções evocadas pelo termo latino *monere* remete à lembrança ou a tudo aquilo que se quer guardar, que é digno de memória ou de co-memorar no sentido de memorizar com, no coletivo (MENESES, 2003). Entendido dessa forma, o monumento confere materialidade para que acontecimentos não sejam esquecidos, dito de outra forma, o monumento busca tornar viva a memória e a identidade social através de sua materialidade.

Yázigi utiliza o conceito de pedra angular para se referir à essência dos territórios. Na engenharia o conceito é empregado como o eixo que forma o cunhal de um edifício, que dá sustentação aos arcos nas construções, como em igrejas ou pontes. Metaforicamente, a expressão é usada para nominar a base sólida ou fundamento que legitima certa ideia... trata-se, pois, de descobrir, em qualquer conjunto, alguma potencialidade remanescente: “uma pedra angular que sirva para gerar um novo tempo, com seu DNA (...) A pedra angular tem a missão de estabelecer o elo de um tempo com outro, portanto é o agente qualificador (ou vivificador) do espaço vivido” (YÁZIGI, 2009, p.162-163).

A busca da pedra angular não significa cultuar o passado, mas reunir referências que permitem planejar o futuro com o auxílio da memória (YÁZIGI, p. 175) A regionalização do turismo é, sem a menor dúvida, uma necessidade imperativa e indispensável para as atividades ligadas ao turismo: “Planejamento regional estimula a cooperação intermunicipal, permite, enfim, discutir esse delicado equacionamento de identidades, tão importante para as comunidades como para o turismo” (YÁZIGI, 2009, p. 465).

Aliando a vontade política com a pedra angular, encontramos em Meneses (2003) duas ideias curiosas a respeito da interpretação do patrimônio (natural ou cultural) que nos servem de inspiração. A primeira dessas ideias é um modelo conceitual denominado “terra incógnita”. O nome homenageia a expressão latina usada pelos cartógrafos medievais ao se referirem a territórios desconhecidos, sobre os quais se supunha apenas a sua existência. Utilizada no sentido metafórico, esta expressão passa a se referir a um território que buscamos conhecer. A segunda ideia busca ampliar a percepção do patrimônio a partir da inclusão da perspectiva da sociedade que o construiu. O conceito de “território museu”

considera a tradição da exposição museológica, mas a associa à novidade da espacialização territorial. Trata-se de uma ideia intrinsecamente ligada ao modelo conceitual da “terra incógnita” ou do território que se quer conhecer, mas vai além, pois busca instrumentalizar a interpretação patrimonial a partir de três valores indissociáveis: identitário, econômico e o social.

Concorda-se com o autor ao enfatizar que a viabilidade de aplicação do modelo apresentado, entre outras coisas, deve otimizar diferentes serviços e produtos para usufruto dos indivíduos, mas, além disso, ele deve possibilitar a participação da população como seu agente econômico. Sem esta premissa os esforços de interpretação acabam por reproduzir um modelo de turismo cultural distante da vivência cotidiana daqueles que vivem (e sobrevivem) em cidades alvo de políticas patrimoniais. Exemplo disso são algumas cidades coloniais brasileiras que sofreram uma acomodação ao mercado turístico de massa, tratando o centro histórico e o patrimônio arquitetônico como algo distante do cotidiano da cidade. Ao colocar os centros antigos em uma “redoma protetora” cria-se a impressão de uma cidade-cenário, fenômeno agravado pela atividade imobiliária que estimula a venda de imóveis dos moradores para a implantação de empreendimentos comerciais de forasteiros. Combater essa tendência de desenvolvimento das cidades coloniais é um desafio para os gestores públicos.

Nesse sentido, desconsiderar a relação do patrimônio com o entorno social e natural, significa retirar uma parte fundamental do atrativo turístico, pois essa extrapolação para o ambiente circundante é capaz de oferecer ao turista os estímulos necessários para que ele se interesse pelas expressões da cultura e do meio ambiente. O que se defende aqui vai ao encontro ao que Meneses argumenta em seu livro: “investimentos no sentido de interpretar essas estruturas, dar significados e sentidos a elas, e informar, adequadamente, sobre essas significações, e, a partir desse processo, proteger e preservar, se for o caso” (MENESES, 2003. p.69).

### **1.5 Identidade e desenvolvimento: viver do patrimônio?**

Por vezes compreendida como patrimônio, por vezes como recurso, a paisagem estimula uma reflexão sobre as reivindicações identitárias em nome da qual o território deverá ser



gerido e protegido. A interpretação da paisagem é fundamentalmente uma arte de comunicação. Embora existam pessoas com maiores ou menores facilidades para tal, ela pode ser aprendida em algum grau. Segundo Ribon (1991), a capacidade de apreciar é uma aptidão adquirida. Nas palavras do autor, “a capacidade de apreciação pode ser adestrada”. Nesse sentido, os componentes estéticos, objetivos e subjetivos da paisagem permitem que sua leitura possa ser aprendida, cultivada e refinada por todos que se interessem por ela, num constante exercício de interação com o meio.

Ao se aproximar da problemática patrimonial, o reconhecimento cultural da paisagem, assim como o reconhecimento de qualquer bem tombado, não garante a sua perpetuação, pois o seu valor cultural não reside no bem em si, mas na maneira como ele é valorizado pela coletividade. Como historiador, Meneses (2003) considera uma forma de interpretação patrimonial para uso turístico que, ao mesmo tempo: problematize o passado, contribua com o conhecimento e seja instrumento de inclusão social.

Freeman Tilden, em 1957, definiu interpretação patrimonial como uma atividade informal que pretende revelar “significados e relações” por meio de vivências amparadas por meios comunicativos. Inspirado pela definição de Tilden, Meneses conduz uma interessante reflexão a respeito da interpretação patrimonial e do turismo. Ao considerar que pensar o patrimônio de uma localidade é pensar a sua existência, pensar a atividade turística é admitir a possibilidade de interpretação da história e da natureza, pois ela torna possível um entendimento daquilo que não é cotidiano de quem vê, através de questionamentos e interrogações estimuladoras da curiosidade, de reflexões. Assim, “a atividade turística tem na sua essência a informação interpretativa que lhe é, assim, imprescindível e fundamental” (MENESES, 2003, p.55). A atividade interpretativa envolve a criação de centros receptivos adaptados a estruturas arquitetônicas existentes que conjugam exposições, cafés e comercialização de produtos em estruturas de pequenos museus (MENESES, 2003, p.77).

Este é um espaço de mediação cujos objetivos foram assim esclarecidos por Meneses (op.cit): (1) fundamentar o território e a natureza regionais; (2) focar temas específicos que dão particularidade ao patrimônio, (3) comunicar conteúdos que o visitante teria dificuldade

de perceber por se relacionar aos aspectos não visíveis da paisagem, (4) criar condições de aproximação do visitante do local de sua visita através de suportes comunicativos como mapas e livretos, (5) orientar com alternativas de rotas para conhecer o território.

A abordagem convida a superar a clássica oposição entre patrimônio e capital para buscar as oportunidades e os limites de proteção e gestão em uma sociedade que pulsa ao excesso da mercantilização (FURT; FAZI, 2011). Por isso vale lembrar o que escreveu Barel: *“não gerimos um patrimônio da mesma forma que gerimos um capital: gerimos um capital para fazê-lo crescer e gerimos um patrimônio para transmiti-lo”*<sup>8</sup> (1984, p. 115).

A chegada de turistas é resultado não apenas da organização territorial e empresarial, mas da comunicação necessária para colocar em contato os principais atores deste processo, a saber, o turista e as comunidades dispostas a recebê-los. Segundo Bursztyn, ao considerar o turismo fora dos guetos, a comunicação ainda parece ser um dos grandes desafios a serem superados. Problemas como a falta de informações qualificada e as dificuldades de comunicação, em diferentes níveis, podem decretar a falência de iniciativas mobilizadas e bem estruturadas (BURSZTYN, 2012).

## **1.6 Imagem, *imagerie* e imaginário: em busca de pedra angular**

Para Yázigi (2009) trabalhar a pedra angular com olhos no futuro requer muita imaginação e talento, pois apreender a importância do ambiente para o turismo se reporta à sua identidade e imagem. Nesse sentido, o autor alerta para um fato inspirador: o planejamento regional em diferentes países considera os maiores fatores de atração: “as cadeias montanhosas, as florestas, as sub-bacias hidrográficas” (YÁZIGI, 2009, p. 466) elementos tratados de forma simplificada nos planos de turismo brasileiros por serem considerados um insumo já pronto, por isso pouco priorizado em termos de planejamento.

A imagem de um local difundida pela publicidade (direta ou indireta) é um componente essencial da estratégia de operadores turísticos. Por isso deve valorizar através de fotografias e textos simples e poéticos o assim chamado *“arrière-pays”* ou o *pays* por trás

---

<sup>8</sup> « on ne gère pas un patrimoine exactement de la même manière que l’on gère un capital. On gère un capital pour l’accroître, on gère un patrimoine pour le transmettre » (Barel, 1984, p.115).

da estrutura de serviços. Contudo, a estrutura dicotômica do espaço turístico “entre real e imaginário” quando aliado ao desenvolvimento massivo e descontrolado do aparelho econômico e comercial, compromete e mascara a realidade a ponto de destituir a visita turística de toda oportunidade de descoberta e encontros efetivos (CAZES, 1992, p.83).

Uma estratégia de comunicação é apresentada por Rachid Amirou (2010) para tentar evitar a dicotomização do espaço turístico. O argumento parte da diferenciação de três categorias: imagem, *imagerie* e *imaginaire*, apresentadas como degraus diferentes de um mesmo processo. O primeiro degrau é a imagem, entendida como a impressão imediata causada nas pessoas pelo objeto, neste caso, a paisagem. O segundo nível, denominado *imagerie*, refere-se à “imagem dorsal” ou estruturante de uma paisagem, ou seja, aquela imagem ícone, utilizada em cartões postais e frequentemente estereotipada. O terceiro degrau é o imaginário, apresentado pelo autor como a capacidade que tem um território de evocar ideias e despertar emoções. Trata-se de uma imagem de longo prazo, elaborada ao longo da história. Para o autor, traduzir espacialmente a memória coletiva que compõe o imaginário consiste em poetizar um território (*mis en poésie*) o que significa torna-lo interessante e atraente aos olhos estrangeiros.

Para Amirou (2010), as tradições reais ou inventadas podem ser ferramentas para criar um “Imaginário poético” de um espaço geográfico. Uma boa política de imagem deveria considerar a articulação entre estas três pistas, pois um equilíbrio desses critérios pode ajudar a construir de maneira sensível a imagem de uma destinação, capaz de gerar integração à identidade do território. Este caminho demonstra que o planejamento turístico não se resume à organização setorial e racional da cadeia produtiva; planejar o turismo, como destaca Yázigi (2009), requer arte, mas também ciência, experiência prática de mercado, e muito, muito diálogo.

No próximo capítulo o leitor entrará em contato com o referencial teórico elaborado com o objetivo de esclarecer os elos entre natureza e cultura que projetam a paisagem como uma percepção transformadora da crise ambiental. O capítulo 2 também apresenta alguns exemplos de aplicação do conceito de paisagem nas políticas públicas. Este conteúdo embasará as discussões subsequentes aplicadas ao contexto estudado.

## Capítulo 2

### PAISAGEM, NATUREZA E CULTURA

#### 2.1 Paisagem: a natureza na perspectiva humana

Bertrand e Bertrand (2002) reconstruiu a trajetória do estudo da paisagem no seio de uma geografia por ele qualificada como obsoleta. Em 1971, quando publicou um esboço metodológico sobre paisagem e geografia física global, este autor apresentou a geografia física como uma área de estudo desequilibrada por permanecer essencialmente analítica e separativa. Para ele, o estudo da paisagem não poderia ser realizado senão no quadro de uma geografia física global. Os desafios para ampliar o entendimento da paisagem na geografia física enfatizavam sucessivamente problemas de método relacionados à noção de escala, taxonomia, dinâmica, tipologia e cartografia. Ao longo dos trinta anos seguintes, Georges Bertrand ampliou sua visão sobre o tema e publicou, em 2002, com Claude Bertrand, o livro “Une Géographie traversière”. Dessa vez, a crítica incidiu sobre a necessidade de aprofundar o debate, não somente sobre a noção de natureza, mas também sobre a “natureza do conhecimento geográfico” e apresentou “Sistema GTP” um método de complexidade e diversidade. Essa nova visão busca apreender o espaço através dessas três noções que organizaram e deram ritmo às suas pesquisas: o geossistema, como o conceito naturalista da geografia; o território, como o conceito socioeconômico decorrente do ambiente natural antropizado; e a paisagem, como uma aproximação do conhecimento naturalista e territorial dentro da geografia.

Segundo essa visão, a paisagem representa a memória da expressão coletiva de uma sociedade, portanto é um produto social não compreensível fora de sua dimensão histórica e de seu valor patrimonial, dessa forma, ela reforça os elos entre a natureza e o território através do que Bertrand e Bertrand chamaram complexo “paisagem-território” (2002).

Os autores consideram a paisagem como a parte de um todo: o território. Entendida desta forma,

a paisagem não é somente a aparência das coisas, mas o espelho que a sociedade constrói e no qual ela se vê refletida. Uma construção cultural e econômica integrada. Sob a paisagem está o território, sua organização espacial e seu funcionamento. O complexo paisagem-território é de qualquer maneira o meio ambiente sob a perspectiva dos homens, um ambiente com a fisionomia do homem (Bertrand e Bertrand, 2002, p.278).

Assim, o estudo da paisagem inspira um esforço em duplo sentido:

(1) como uma forma de “naturalizar o território”, o que significa assumir que sempre existirá, na paisagem, uma dimensão natural, visto que não existe território sem “terra”, ou dito de outra forma, à base do território se encontra o “terroir” e os elementos naturais que o compõem e;

(2) como uma forma de “territorializar a natureza”, da mesma maneira que não existe território sem “terra”, pode-se dizer que não existe uma natureza que não seja enraizada em uma sociedade, por consequência, é através do território que a problemática da natureza torna-se uma problemática social, interna à geografia, mas que também a transcende (2002, p.82).

Para Augustin Berque (1994) o estudo da paisagem se situa justamente na complexidade do cruzamento entre a morfologia do meio ambiente e a psicologia do olhar, uma construção cultural resultante da interação com o meio. Nesse sentido, Berque (2000) publicou o que ele chamou “uma ciência do meio” ou *mesologie*, um neologismo francês para enfocar o estudo da relação das sociedades com o espaço e a natureza. Este estudo representa, para o autor, um primeiro passo para assimilar o sentido totalizante da paisagem, ao mesmo tempo “sensível e factual, subjetiva e objetiva, fenomenal e física” (2000, p.9).

O que Berque (2000) chama “o ponto de vista da mediação” parte de um escopo conceitual construído a partir da recusa do pensamento moderno e dicotômico sobre a natureza. Olhar a paisagem sob a perspectiva da mediação parte de um princípio de integração que objetiva proporcionar ao meio um sentido unitário, pois seu postulado

defende que “se o mundo existe, significa que nele funciona um mecanismo que integra, reciprocamente, a realidade sensível e a realidade fatural”<sup>1</sup> (BERQUE, 2000, p.37).

Desta forma, entende-se que o estudo da paisagem é uma noção espacial que visa integrar a ambivalência através da assimilação subjetiva (metáfora do meio) e a assimilação objetiva (metabolismo do meio) em uma mesma realidade cuja identidade reflete a relação de uma sociedade com o espaço de vida, que, por sua vez não conhece nada de intrínseco: “sua identidade é aquela resultante dos fluxos das relações” (Berque, 2000, p.40).

Contudo, pensar a relação das sociedades com a natureza exige, entre outras coisas, definir o que seja a “natureza”. Tarefa difícil, pois “dizer o que seja a natureza, no fundo, é justamente dizer o que ela não é: uma concepção humana”<sup>2</sup> (BERQUE, 2000, p.51). A natureza, na sua essência, não tem um significado nem “para” nem “pelo” homem; mas um significado “dentro” e “em torno” do homem: “por e para o homem a natureza é traduzida nos termos próprios de uma cultura, ela se integra ao mundo que o homem é capaz de conceber, de perceber e de gerir (aménager) enquanto isso, a natureza não deixa de existir, irreduzível aos termos humanos”<sup>3</sup> (BERQUE, 2000, p.51).

Para Berque, a natureza, em sua ambivalência, torna-se, então o exemplo próprio de uma relação marcada por dois extremos, assim, ao interagir com a natureza o homem tende a se situar em um ou outro polo, ou a reduzindo à realidade fatural ou à realidade percebida. Do ponto de vista da mediação, a realidade se constrói no curso da história como o resultado da interação do homem com o meio, que se exprime particularmente através da paisagem. Isso significa que o processo de construção dessa mediação está além dos processos sociais, fenomenológicos uma vez que considera também os processos naturais. Sob o ponto de vista da ciência do meio ou mediação, a sociedade não está só a construir a realidade, se assim fosse, esta realidade seria meramente fenomenológica. Inversamente, a realidade não é somente um dado físico que as sociedades aprendem a reconhecer; da

---

<sup>1</sup> « ...partir de l'évidence que si le monde existe, c'est que de quelque manière y fonctionne une mécanisme qui intègre, réciproquement, la réalité sensible et la réalité factuelle ».

<sup>2</sup> « ... dire ce qu'est la nature, au fond, c'est justement dire ce qu'elle n'est pas : une conception humaine ».

<sup>3</sup> « Pour l'homme et par l'homme la nature est forcément traduite en termes propres à une culture ; elle est intégré au monde que l'homme est capable de concevoir, de percevoir et d'aménager. Cependant la nature en soi ne cesse pour autant d'exister, dans son sens propre qui est irréductible aux termes humains ».

realidade física a mediação não nos fornece mais que uma versão um tanto metafórica (2000).

O que a paisagem nos oferece, no final das contas, não é meramente a aparência, nem a natureza das coisas, mas um meio termo: as formas evidentes que estão em nós assim como estão no mundo: “são elas que fazem com que estejamos no mundo, assim como o mundo esteja em nós” (Berque, 2000, p.113).

Mas isso não é tudo. Simon Schama (1996) destacou o elo artístico essencial que está na origem da relação entre natureza e percepção humana. Para isso, recorreu ao quadro de René Magritte (figura 6) intitulado *La condition humaine*, pintado em 1933, para ilustrar toda a trama de associações e sentimentos implícita em nossa forma de ver o mundo (1996, p. 22).



Figura 6: *La condition humaine*. René Magritte, 1933.

Magritte sobrepôs um quadro à paisagem retratada, de modo a formar um todo contínuo e indistinguível. Vemos o quadro como exterior a nós, embora seja apenas uma representação do que experimentamos em nosso interior. Schama reproduz a explicação do artista conforme exposto abaixo:

O que está além da vidraça de nossa apreensão, diz Magritte, requer um desenho para que possamos discernir adequadamente sua forma, sem falar no prazer proporcionado por sua percepção. E é a cultura, a convenção e a cognição que formam esse desenho (...) que conferem uma impressão retiniana à qualidade que experimentamos como beleza (SCHAMA, 1996, p. 22).

Outro exemplo ilustra o elo entre a obra de arte e a filosofia da estética: o filósofo alemão Martin Heidegger (1989-1976) utilizou a obra de Van Gogh (1853-1890) para demonstrar o potencial filosófico da arte<sup>4</sup>.



Figura 7: Um par de botas. Van Gogh.

---

<sup>4</sup> <http://www.revistacinetica.com.br/aarvoredavida.htm> acessado em 19 de junho de 2012.



Para Heidegger este é um quadro exemplar, pois a partir de um par de botas o artista consegue disparar uma série de sentimentos e pensamentos nas pessoas que entram em contato com a obra. O trecho a seguir explica, através desse exemplo, a profundidade de significados que uma imagem registrada com arte pode suscitar.

Não é somente um sapato, mas um sapato camponês, que traz em si o peso do trabalho, a sujeira proveniente do uso diário, e, conseqüentemente, uma relação de classe, de cenário, de tempo, de paisagem que ajuda a definir aquele objeto. Não é, portanto, tão somente um sapato, mas uma representação de um sapato, que carrega, consigo, um mundo (ANDRADE, 2011).

Considerando a paisagem como uma categoria fundamental de nossa percepção e de nossa experiência do mundo real (BERINGUER *et al*, 1999), seu estudo demanda que ela seja vista como uma construção social, uma expressão coletiva da sociedade, e da mesma forma que uma obra de arte, carrega consigo “um mundo”.

## **2.2 A natureza como meio de vida e a paisagem como sua expressão**

É com base nesta noção de paisagem que Simon Schama (1996) propõe um olhar diferenciado sobre a natureza. Assim como Berque (2000) Schama refuta os fundamentos do “ambientalismo moderno” que ao invés de buscar compreender as relações entre o homem e o seu meio, os distancia. Para ele, apesar dos ecossistemas que sustentam a vida no planeta serem anteriores à “caótica ascendência do *Homo sapiens*” não há um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente. E alerta: “*esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos*” (SCHAMA, 1996, p. 17). Nesta perspectiva a natureza torna-se meio de vida e a paisagem, sua expressão.

Segundo Schama, o pensamento ambientalista, representado por Henry David Thoreau (1854, tradução para o português em 2009), defende que a “*natureza selvagem*” seria o antídoto para os venenos da sociedade industrial e que “*nos ermos bravios se encontra a preservação do mundo*” (1996, p. 17). Mas os “*ermos bravios*”, contudo, eram, naturalmente, produto do desejo da cultura... assim como os parques naturais concebidos

como “*edens americanos*”, representados pelo mitificado parque de Yosemite. Schama provoca a postura ambientalista ao lembrar que, ali, o estacionamento para visitantes é quase tão grande quanto o próprio parque e os ursos fuçam entre as embalagens do Mac Donald’s. Seria essa natureza selvagem? A corrente preservacionista que serviu de ideologia para o movimento conservacionista radical baseia-se nas consequências do avanço do capitalismo sobre o oeste americano, nessa perspectiva, esclarece Diegues (1998), qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa.

Felizmente, tanto Berque (2000) quanto Schama (1996), acreditam que uma mudança profunda está em curso, uma mudança que se traduz pela consciência da finitude dos recursos do planeta e pela conseqüente necessidade de apreender novos sentidos para geri-los. A paisagem pode nos ajudar a construir novas perspectivas ao explorar a força dos elos que unem natureza e cultura. Essa força geralmente se esconde sob camadas e camadas de lugar-comum, por isso, é concebida pelo autor como “uma escavação feita abaixo do nosso nível de visão convencional com a finalidade de recuperar as camadas de lembranças e representações, até tocar a base da rocha” (SCHAMA, 1996, p. 25).

Daí surge a recusa de Schama em separar o que é indivisível. Para ele, a consciência da inseparabilidade entre natureza e percepção humana leva à necessidade de cultivar a sensibilidade em relação à paisagem, pois é através dela que poderemos encontrar a percepção transformadora da crise ambiental: “o impacto da humanidade sobre a ecologia da terra não constitui puro benefício, mas a longa relação entre natureza e cultura tampouco tem constituído uma calamidade irremediável” (*op. Cit.*, p. 20).

A memória é, para Schama, uma via para o restabelecimento do equilíbrio quando a visão moderna de natureza se reveste de uma “aura sagrada e mítica” (*op. Cit.* p. 29). Apesar da refuta ao movimento ambientalista, a visão de Schama não representa “um consolo fácil para o desastre ecológico, tampouco uma solução para os profundos problemas que ainda atormentam qualquer democracia desejosa de reparar o abuso contra o ambiente e, ao mesmo tempo, preservar a liberdade” (*op. Cit.* p. 29). O posicionamento conceitual de Schama busca demonstrar que, ao longo dos séculos, se formaram hábitos culturais que nos levaram a estabelecer com a natureza uma relação outra que não a de simplesmente esgotá-la até a morte.

Apesar de nem todas as culturas abraçarem a natureza e a paisagem com igual ardor, Schama (2009) indica que o remédio para nossos males pode vir de dentro de nosso universo mental comum “mantendo os olhos bem abertos e vivenciando os lugares com os arquivos dos pés” a partir do mergulho nos territórios em busca da vivência e da assimilação do universo simbólico das sociedades.

### **2.3 Paisagem, território e o que está por vir**

Para Brossard e Wieber (1984) o sucesso dos estudos *paysgères* relaciona-se a três tipos de necessidades para as quais se buscam respostas: (1) a preocupação ecológica levou a compreender ecossistemas não somente como um equilíbrio funcional a ser preservado e controlado, mas como sistemas produtores de uma paisagem, entendida como a expressão de um espaço estruturado; (2) o valor econômico de um espaço cujo acesso torna-se mais e mais restrito cria a necessidade de reconhecer os componentes que formam seu valor econômico para lançar metodologias de valoração apropriadas; por fim, mas não menos importante, (3) a paisagem é um bem cultural, um patrimônio que nos convém apreender e gerir como tal. Os autores comentam que as três categorias elencadas exigem interações múltiplas: uma valorização cultural pode gerar uma valorização econômica da paisagem que, por sua vez, irá incidir sobre o funcionamento do ecossistema através das ações de planejamento.

Esta reflexão alarga o sentido de paisagem e demonstra sua utilidade para fazer articular o conhecimento e o planejamento a favor da construção de uma visão prospectiva sobre o território. Essa é uma visão reforçada por Luginbuhl (2012) para quem é essencial conhecer e interpretar as representações sociais da paisagem com vistas à ação política<sup>5</sup>.

Bertrand, por sua vez, retoma o caráter complexo e até contraditório dos elementos da paisagem – biológico, físico e social, econômico e cultural, patrimonial e prospectivo – segundo ele, quando combinados, esses elementos dão densidade e sentido à paisagem em

---

<sup>5</sup> « c’est essentiel de connaître et de savoir interpréter ces représentations sociales du paysage en vue de l’action politique (LUGINBUHL, 2012, p.15).

sua “aparente banalidade cotidiana” (BERTRAND, 2002, p. 279). Nesse sentido o complexo paisagem-território assume o sentido do futuro e do planejamento do que ainda está por vir.

As abordagens discutidas até aqui, por mais diversificada que sejam, apresentam uma característica em comum: abordam o sentimento e a percepção presente sobre a construção histórica. Por isso Luginbuhl (2012) reforça a complementaridade entre história e geografia. A paisagem é o resultado, no espaço, de uma construção temporal, mas seria possível pensar e atuar sobre o futuro das paisagens? Criar as diretrizes para a atuação sobre o futuro das paisagens é o que tentam fazer as iniciativas europeias do Conselho da Europa e da Unesco. Ambas buscam, cada uma a seu modo, inserir a paisagem na gestão do território.

### **2.3.1 A paisagem nas políticas públicas**

#### **2.3.1.1 A Convenção Europeia da Paisagem: planejamento, gestão e proteção**

A Convenção Europeia da Paisagem, aprovada em Florença, em 2000, foi o resultado de reflexões que lhe são anteriores. Ribeiro (2007) apresenta uma síntese sobre a evolução do conceito nas políticas europeias e percebe ser rara a existência pregressa de uma legislação abrangente sobre o tema. A Convenção Europeia da Paisagem é considerada, assim, o primeiro tratado internacional sobre o tema. Com um texto inovador, ela se inscreve no quadro do Conselho da Europa e abrange uma extensão territorial que vai da Noruega e Islândia ao Azerbaijão e Turquia. Trata-se da expressão de um acordo voluntário entre os países membros em prol da inserção da paisagem nas políticas públicas.

A Convenção Europeia surgiu num contexto em que a paisagem era quase que exclusivamente associada ao patrimônio natural. De acordo com a pesquisa realizada por Ribeiro (2007), foi durante a década de 1970, que o tema ambiental entrou nas políticas públicas europeias e como consequência, o conceito da paisagem ficou restrito a uma parte intrínseca da diversidade ambiental: “as leis sobre a paisagem na Alemanha, Suíça, República Checa e Eslováquia, estão relacionadas à proteção da natureza e das paisagens” (op.cit., p. 51). Ele relata que as iniciativas voltadas para reconhecer a dimensão cultural da paisagem

na Europa iniciaram com a recomendação R(95)9, de 1995<sup>6</sup>. Contudo, a referida recomendação atrelou o qualitativo “cultural” ao conceito de ‘bem cultural’ e não à cultura como o ‘trabalho do homem’ (op.cit., p. 52).

Assim a Convenção Europeia da Paisagem<sup>7</sup> representou um avanço. Aberta à assinatura dos países signatários no ano 2000, o texto apresenta uma definição que ultrapassa a dualidade natural e cultural, conforme a seguir:

Paisagem designa uma parte do território tal como percebido pelas populações, em seu caráter resultante de fatores naturais, das ações humanas e suas inter-relações<sup>8</sup>.

Nota-se que a convenção privilegia a utilidade social do conceito:

A paisagem é, em qualquer lugar, um elemento importante da qualidade de vida das populações: no meio urbano ou no campo, nos territórios degradados como naqueles de grande qualidade, nos espaços diferenciados como naqueles cotidianos (...) ela constitui um elemento essencial do bem-estar individual e social.

A convenção também não faz distinção entre o que seria natural e o que seria cultural, e utiliza o termo paisagem sem adjetivação. Outro aspecto que merece destaque é o fato dela incitar a participação dos cidadãos nas decisões sobre as “políticas de paisagem”. Para os fins dessa convenção:

*«Política de paisagem» designa a formulação, pelas autoridades públicas competentes, de princípios, estratégias e orientações que adotem as medidas de proteção, gestão e planejamento da paisagem<sup>9</sup>.*

Esses termos são definidos conforme a seguir:

---

<sup>6</sup> Em 1995, o Conselho da Europa adotou a Recomendação R (95) 9, que versa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas *paysagères* e orienta a ação dos Estados-membros para áreas de paisagem cultural. <http://www.ecologie.gouv.fr/Convention-europeenne-du-paysage.html> acessado em 15 de setembro de 2011.

<sup>7</sup> Convention Européenne Du Paysage. Disponível em <http://conventions.coe.int/Treaty/Commun/QueVoulezVous.asp?NT=176&CM=8&CL=FRE> acessado em 22 de junho de 2012.

<sup>8</sup> «Paysage» désigne une partie de territoire telle que perçue par les populations, dont le caractère résulte de l'action de facteurs naturels et/ou humains et de leurs interrelations.

<sup>9</sup> «Politique du paysage» désigne la formulation par les autorités publiques compétentes des principes généraux, des stratégies et des orientations permettant l'adoption de mesures particulières en vue de la protection, la gestion et l'aménagement du paysage »

*« proteção de paisagem » compreende as ações de conservação e de manutenção dos aspectos significativos ou característicos de uma paisagem, justificado pelo seu valor patrimonial, sua configuração natural e pela intervenção humana.*

*« gestão de paisagem » compreende as ações de manutenção das atividades afim de guiar e harmonizar as transformações induzidas pela evolução social, econômica e ambiental do território*

*« planejamento das paisagens » compreende as ações prospectivas visando a recuperação ou a criação de paisagens.*

Essas definições estão diretamente relacionadas à categorização proposta pelo Conselho de Europa que divide a paisagem em três tipos: paisagem de considerável importância, paisagens ordinárias e paisagens degradadas. Sendo assim, orienta-se que as paisagens notáveis sejam protegidas, as paisagens cotidianas sejam geridas e as paisagens degradadas sejam planejadas.

Ademais, considera-se que a paisagem constitui um recurso favorável à atividade econômica, portanto, a proteção, a gestão e o planejamento podem contribuir para a geração de empregos (2000, preâmbulo). Também vale ressaltar a importância atribuída à paisagem para a qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, conseqüentemente, ela se relaciona com as identidades locais ou regionais e representa um componente fundamental do patrimônio cultural e natural da Europa (op.cit.).

Para aplicar os conceitos presentes na convenção, o Conselho de Europa exige que os países signatários cumpram um sistema de conhecimento, identificação e classificação das suas paisagens, mas não define, para isso, uma metodologia única (RIBEIRO, 2007, P. 60). Alguns países cumprem esta orientação a partir da elaboração dos “Atlas da Paisagem”, como é o caso francês. As experiências apresentadas a seguir fazem parte do documento elaborado pela paisagista Véronique Brunet-Vink na ocasião da avaliação dos dez anos de aplicação do método do Atlas da paisagem publicado na França em 1994<sup>10</sup>.

Brunet-Vink (2004) relata que a política francesa orienta que os atlas cubram todo o conjunto do espaço nacional em escala de 1:100.000. Cada atlas foi coordenado localmente

---

<sup>10</sup>LUGINBUHL, Yves. Méthode pour des atlas de paysages: Identification et qualification. Ministère de l'Aménagement du Territoire, de l'Équipement et des Transports / Direction de l'Architecture et de l'Urbanisme. Strates/CNRS, 1994. (Esse documento não foi encontrado na internet. Foram encontradas somente citações sobre ele.)

por um comitê formado por especialistas<sup>11</sup> que trabalharam em diálogo direto com os poderes locais – governos departamentais e regionais – considerados os seus principais destinatários. O processo de elaboração foi apontado como uma operação complexa que cumpre a função de fazer convergir diferentes sistemas de observação envolvendo os órgãos oficiais de “meio ambiente, infra-estrutura, urbanismo e patrimônio, agricultura e floresta” de forma a permitir que os diferentes atores da coletividade possam definir suas políticas a partir da ideia do que eles chamam “qualidade territorial e *paysagère*” (BRUNET-VINK, 2004).

O geógrafo e professor francês Vincent Veschambre<sup>12</sup> chama a atenção para “o encontro privilegiado” entre o atlas e a temática da paisagem. Para ele a convenção incentivou a inovação da cartografia no sentido de “*ir além da simples cartografia dos inventários ou da ocupação do solo*” (VESCHAMBRE, 2009, p. 11). Discordando do que foi dito anteriormente a respeito do público alvo, o autor considera que “*o atlas da paisagem não se limita à única finalidade de fornecer um suporte para a decisão, a fim de realizar objetivos políticos. Esses atlas possuem igualmente como destinatários o grande público, a quem eles devem informar*” (op.cit., p. 11). Neste sentido, concorda-se com o autor quando ele reconhece que os atlas ajudam os habitantes a descobrir e a apreciar a paisagem.

Brunet-Vink (2004) avalia, porém, que a abordagem sociocultural da paisagem obteve um alcance limitado e talvez possa ser a principal lacuna deste método. O valor social da paisagem esteve circunscrito, quase sempre, aos sítios históricos evocados na literatura ou na representação de artistas. Estes sítios tornaram-se objeto de proteção institucional e passam a ser considerados parte das paisagens notáveis (BRUNET-VINK, 2004). O aporte sociocultural para o atlas foi inspirado na metodologia publicada em 1994, que propõe três etapas: i) a localização dos sítios de paisagem institucionalizada, ii) identificação da representação iconográfica da paisagem, iii) identificação da paisagem de interesse local.

---

<sup>11</sup> Paisagistas, geógrafos, urbanistas, arquitetos, ecologistas (BRUNET, 2004, p. 28).

<sup>12</sup> Geógrafo francês professor na Université Blaise Pascal (Clermont2). Projet de Paysage, 2009.  
[www.projetsdepaysage.fr](http://www.projetsdepaysage.fr)

Apesar da influência do método preconizado por Yves Luginbuhl, a pesquisa sociocultural foi descrita como um obstáculo. O relatório de avaliação aponta para a complexidade do método, assim como para o custo alto e a longa duração das enquetes com a população local. Por esse motivo, as equipes de coordenação local “raramente procedem à identificação das paisagens de interesse local<sup>13</sup>” (BRUNET-VINK, 2004, p. 33). Uma solução encontrada pelos técnicos foi direcionar enquetes personalizadas a pessoas selecionadas segundo um determinado critério. Porém, a autora percebe que o objetivo da realização das enquetes com a população local acaba sendo desviado e assume a função de confrontar a análise dos especialistas com a percepção dos moradores.

As metodologias até então adotadas para os atlas valorizam a paisagem pela sua capacidade de síntese de um sistema multifacetado de forças, por este motivo, ela é considerada uma ferramenta importante para debater a organização do território. Neste caso, e seguindo as diretrizes da Convenção Europeia da Paisagem, o seu valor pedagógico está a serviço do planejamento territorial. A paisagem possibilita visualizar, através de uma cartografia diferenciada, a percepção dos atores setoriais e a sobreposição de elementos estruturais que refletem tensões e indicam diferentes soluções de gestão territorial.

Esse caráter pedagógico pode levar à maior clareza e nivelamento entre os atores a respeito de prioridades para a formulação de políticas públicas. Além disso, e especialmente relevante para o nosso caso, o conhecimento gerado pela produção do atlas atribui um valor a mais para o turismo no território, pois os mapas e os relatórios técnicos resultantes da elaboração dos atlas são úteis para a elaboração de projetos que reforcem a apropriação social dos lugares de memória. Isso pode ser feito, segundo Brunet-Vink, através do planejamento de visitas turísticas, ou através da difusão das “referências legendárias”, como lendas, festas locais, rotas mercantis ou de peregrinação, ou ainda da difusão das “referências artísticas e culturais” da pinturas e da literatura, por exemplo (Op.cit., p. 26).

---

<sup>13</sup> O Atlas da região dos Alpes de Haute-Provence é apresentado como uma exceção em razão do trabalho conduzido pelo sociólogo Etienne Ballan que buscou identificar as percepções da população sobre a paisagem, as ações e os projetos individuais e coletivos que envolvessem algum aspecto da paisagem.



Uma abordagem considerada original pela paisagista foi conduzida pela região de Bourgogne que ilustrou, em uma placa, a síntese de uma enquete realizada com os atores regionais. O resultado da enquete mostra a percepção dos residentes a respeito das diferentes unidades de paisagem existentes na região: algumas paisagens como aquelas relacionadas ao maciço rochoso e às vinícolas foram bem identificadas pelos entrevistados, enquanto outras unidades não foram sequer citadas. Esta pesquisa foi a base para a tomada de consciência sobre a degradação em curso em algumas “unidades paisagísticas” e sobre a urgência da gestão de sua ecologia (Op.cit., p. 28).

Os limites apontados pelos autores a respeito da elaboração dos atlas significam que ainda existem lacunas a serem preenchidas. Essas lacunas estão relacionadas à incorporação do simbolismo da paisagem, das diferentes interpretações sobre a sua história, do confronto da memória individual e coletiva, da incorporação da experiência cotidiana do indivíduo com o espaço. Quem sabe assim seja possível atingir o terceiro estágio da metodologia de Yves Luginbuhl, a respeito da identificação das “*paisagens de interesse local*”. A identificação de pinturas, gravuras, fotografias antigas ajudam a identificar marcos geográficos e históricos, mas existem ausências sobre o passado que precisam ser reveladas. Sem esse aprofundamento, a abordagem da paisagem não estará completa. Felizmente, não é possível alcançar essa apreensão a partir da visão setorial das partições públicas. Seria necessário pensar outra lógica de atuação sobre o tema, com o objetivo de sanar essas lacunas.

Mesmo reconhecida como uma importante referência, o debate sobre a Convenção Europeia da Paisagem não esgota o assunto. A seguir apresenta-se a experiência da inclusão da *Paisagem Cultural* na lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

### 2.3.1.2 Patrimônio Mundial: a paisagem cultural da Unesco

*Patrimônio Mundial*<sup>14</sup> é o nome de um programa internacional proposto pela *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*<sup>15</sup> e adotado pela Conferência Geral da Unesco<sup>16</sup> de 1972. O programa visa catalogar e dar visibilidade para locais de excepcional importância, contribuindo, indiretamente para sua preservação. Junto com o programa *Homem e Biosfera*<sup>17</sup> – lançado na década de 1970 com o objetivo de atuar na interface entre ciência, ambiente, sociedade e desenvolvimento através da titulação das reservas da biosfera – e o programa *Geoparks*<sup>18</sup> – proposto em 1999 com o objetivo de dar visibilidade à herança geológica da terra e incentivar a popularização do conhecimento sobre a história da terra e sobre o patrimônio geológico – a Unesco direciona sua atuação no campo do patrimônio.

Apesar dos três programas apresentarem convergências com um ou mais aspectos da paisagem, a *Paisagem Cultural* foi institucionalizada em 1992, quando a foi aceita como um dos critérios para a inscrição de um bem na lista do programa *Patrimônio Mundial*. Originalmente, a Convenção do Patrimônio (UNESCO, 1972) permitia a inscrição de duas maneiras somente: como patrimônio cultural ou como patrimônio natural. Assim funcionou até 2005, quando esses critérios foram revistos (RIBEIRO, 2007, p. 35). Foi em resposta à valorização das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente, difundidos pela ideia de desenvolvimento sustentável após a conferência de Brundtland em 1987, que a Unesco pensou a categoria da paisagem cultural.

Ribeiro (2007) relata que em 1992 alguns especialistas se reuniram na França, a convite do Icomos<sup>19</sup> e do Comitê do Patrimônio Mundial para pensar a forma como a ideia de paisagem cultural poderia ser incluída na Lista do Patrimônio Mundial. O grupo propôs

---

<sup>14</sup> <http://whc.unesco.org/> acessado em 23 de junho de 2012.

<sup>15</sup> <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> acessado em 23 de junho de 2012.

<sup>16</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>17</sup> <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/> acessado em 23 de junho de 2012.

<sup>18</sup> <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/geoparks/> acessado em 23 junho 2012.

<sup>19</sup> <http://www.icomos.org/fr/> acessado em 23 de junho de 2003.

três categorias diferentes de paisagens para serem inscritas como patrimônio, conforme a seguir:

Quadro 3 – Classificação das paisagens culturais da Unesco

<b>Tipos</b>	<b>Subtipos</b>
(i) Paisagens claramente definidas ( <i>clearly defined landscape</i> )	-
(ii) Paisagem evoluída organicamente ( <i>organically evolved landscape</i> )	Paisagem relíquia ou fóssil ( <i>relict or fossil landscape</i> )
	Paisagem contínua ( <i>continuing landscape</i> )
(iii) Paisagem cultural associativa ( <i>associative cultural landscape</i> )	-

Fonte: RIBEIRO (2007, p. 42).

Essas categorias foram assim descritas:

(i) **Paisagens claramente definidas** são aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, na qual se encaixam jardins e parques construídos por razões estéticas. Ex: Sintra em Portugal e paisagem cultural de Lednice-Valtice na República Checa.

(ii) **Paisagem evoluída organicamente** (ou Paisagem Essencialmente Evolutiva, na tradução de Portugal) resulta de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso e desenvolveu sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo. Esse tipo de paisagem pode ainda ser subdividida em duas subcategorias:

**Paisagem relíquia ou fóssil**, aquela cujo processo de construção terminou em algum tempo passado, mas cujos aspectos ainda são visíveis como vestígios materiais;

**Paisagem contínua**, como aquela que retém um ativo papel na sociedade contemporânea, profundamente associada com formas de vida tradicionais, e na qual processos evolutivos ainda estão em progresso, ao mesmo tempo em que exhibe significativa evidência material de sua evolução. Exemplos de paisagem cultural organicamente evoluída Terraços de Arroz das Cordilheiras das Filipinas ou a paisagem cultural de Hallstatt-Dachstein Salzkammergut na Áustria.

(iii) **Paisagem Cultural Associativa**: trata-se das paisagens que têm seu valor dado em função das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestações materiais da intervenção humana. Sua inclusão na lista do patrimônio mundial é justificada em virtude de poderosas associações religiosas, artísticas ou culturais com o elemento natural, sem a evidência material da cultura, que pode ser insignificante ou mesmo ausente (RIBEIRO, 2007, p. 42).

Na ocasião das comemorações, na Itália, do 30º aniversário da Convenção do Patrimônio Mundial, em 2002, Peter Fowler (2003) preparou um documento com a revisão dos primeiros dez anos de trabalho<sup>20</sup>. A conclusão chama a atenção para um aspecto curioso e paradoxal entre a existência de patrimônio excepcional e as populações tradicionalmente marginalizadas. Ainda que focado no caráter da excepcionalidade, a ideia da paisagem cultural da Unesco se aproxima do cotidiano da população local, conseqüentemente, dos usos e dos valores que ela atribui ao bem protegido. Nas palavras de Fowler (2003), “o conceito de paisagem cultural (...) pode ser uma via para o reconhecimento de estruturas ligadas a sociedades tradicionais, historicamente marginalizadas, na atribuição de valor como patrimônio mundial” (FOWLER, 2003, P. 48).

Apesar de sinalizar uma aproximação com as populações, a experiência dos dez anos da paisagem cultural, reflete as mesmas concentrações de outras categorias de patrimônio mundial. Segundo o estudo, foram trinta sítios inscritos entre 1992 e 2002, destes, 65% estão na Europa e 35% no resto do mundo. Além disso, apesar de utilizar o qualitativo ‘cultural’, a paisagem cultural da Unesco continua muito ligada à ideia de natureza. Entre os trinta sítios, dez já eram reconhecidos como Parques Nacionais, assim, uma grande proporção das paisagens culturais reconhecidas tem importantes valores naturais (op.cit., p. 48).

Percebe-se que, com uma abordagem bastante diferente da Convenção Europeia que considera a paisagem “*uma porção do território tal como percebida pela sua população*”, a Unesco reconhece como paisagem apenas as expressões excepcionais da relação do homem com o meio. As paisagens cotidianas são, por esse critério, desconsideradas. Daí surgem críticas.

Para Costa e Scarlato (2010) existe uma dinâmica economicista por trás dessa política patrimonial quando ela se alia à indústria cultural e turística. Os autores alertam para a transformação da herança cultural em um bem a ser vendido de forma massificada (COSTA; SCARLATO, 2010, p. 65). Da mesma forma, Choay (2011), afirma que a ação da Unesco foi responsável pelo “*desenvolvimento exponencial da mercantilização patrimonial*”. Prova disso,

---

<sup>20</sup> Disponível em [http://whc.unesco.org/documents/publi\\_wh\\_papers\\_06\\_en.pdf](http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_06_en.pdf) acessado em 23 de junho de 2012.

foi o Prêmio do Turismo Mundial (World Tourism Award) de 2008, patrocinado por grandes redes como: Corinthia Hotels, American Express, The International Herald Tribune e Reed Travel Exhibitions. Para a autora, a simples existência desse prêmio é uma prova das performances excepcionais do patrimônio na indústria do turismo (CHOAY, 2011, p. 36).

Mais uma vez, o modelo centralizado da estrutura produtiva voltada para a organização e a venda massificada das viagens é mencionado como um fator preocupante, pois não é apenas o perfil dos viajantes que se adequa ao turismo de massa, os próprios destinos turísticos tendem a se adaptar à lucrativa indústria do lazer. Sendo assim, o fluxo turístico gera importantes transformações espaciais para atender à padronização de serviços e produtos ofertados.

Como se pode perceber, a paisagem passou a integrar o modelo de gestão patrimonial preconizado pela Unesco, portanto está submetida às suas idiossincrasias. Vê-se que, apesar de reconhecer a construção social da paisagem sobre uma base física, o modelo da Unesco não consegue atingir a paisagem no seu caráter cotidiano. Talvez, nesse sentido, seja necessário buscar um novo enfoque sobre a paisagem que venha contribuir para a aproximação entre população e patrimônio.

É o que buscaremos encontrar com o exame da experiência brasileira, analisando como o tema tem sido abordado pelo Iphan. Esse assunto será abordado a seguir.

### **2.3.1.3 A paisagem nas políticas de patrimônio no Brasil: a chancela do Iphan**

No Brasil, a inserção da paisagem nas políticas públicas se deu a partir de valores culturais, mas a ação institucional variou consideravelmente ao longo dos setenta anos de gestão pública federal (RIBEIRO, 2007, p. 110). Com o objetivo de compreender como o Iphan lidou com a paisagem ao longo de sua história, Ribeiro (2007) pesquisou os processos de tombamento do arquivo central no Rio de Janeiro para apresentar o contexto em que alguns bens foram inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O resultado da pesquisa mostra o perfil dos bens inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico<sup>21</sup> entre 1930 e 1960 (RIBEIRO, 2007, p. 75):

- ❖ *Tombamento de jardins e bens mais diretamente ligados ao paisagismo;*
- ❖ *Tombamento de conjuntos;*
- ❖ *Tombamento de monumentos junto a aspectos da natureza que os emolduram;*
- ❖ *Tombamentos de áreas cujo panorama seja importante para populações que vivem nos arredores*

Nota-se uma predominância da ideia de paisagem atrelada ao paisagismo e seu aspecto visual e planejado, uma vez que os arquitetos constituíam a maioria entre os profissionais do patrimônio e foram responsáveis pelo direcionamento das políticas.

Para o primeiro grupo, no qual se inclui o Jardim botânico do Rio de Janeiro, a justificativa do tombamento estava relacionada à beleza cênica, à realização de estudos em botânica e ao fundamental valor para o paisagismo (RIBEIRO, 2007, p. 76). O segundo grupo refere-se ao tombamento de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos. Apesar da inclusão de Diamantina, São João del Rei, Tiradentes, Serro, Mariana e Ouro Preto, em 1938, o autor informa que a maior parte dos tombamentos de conjuntos paisagísticos acontecem a partir de 1970 (op.cit., p. 77). O terceiro grupo inclui o tombamento da casa e Colégio do Caraça, em Minas Gerais, inscrito em 1955. Nesse caso a paisagem é tomada como uma moldura para o bem mais importante, o arquitetônico. No quarto grupo, o exemplo é a Serra do Curral, tombada pelo seu valor de sua vista para os moradores de Belo Horizonte. Nesse caso, a vista da serra está associada à identidade da cidade. Esse é, segundo Ribeiro, um exemplo de tombamento de um bem por seu valor de panorama.

A partir da década de 1960, percebe-se uma ampliação dos critérios para o tombamento que passa a incluir não só a ideia de monumentalidade e integridade arquitetônica, mas também conjuntos modestos e triviais, associados à história de formação do território brasileiro (op.cit., p. 91). Para Ribeiro, isso reflete a influência da Carta de Veneza, de 1964, que eleva a categoria de monumento os conjuntos modestos. Mais uma vez, ao considerar os elementos modestos – e não apenas aqueles de excepcional valor

---

<sup>21</sup> Segundo Ribeiro (2007) o primeiro bem inscrito nesse Livro do Tombo foi o acervo do Museu da Magia Negra, da Polícia do Rio de Janeiro. O segundo foi o Jardim Botânico do rio de Janeiro, em 1938.

arquitetônico ou artístico – a categoria de paisagem permite a integração de elementos antes considerados de interesse menor (RIBEIRO, 2007, p. 92).

A partir da década de 1970, iniciaram os “estudos de entorno” que incluíam a noção de visibilidade do bem tombado e sua inserção na chamada ambiência histórica e sociocultural. Essa abordagem chama a atenção para a importância dos vestígios da relação do homem com o meio. Esses vestígios podem ser percebidos de diferentes formas e vão além do patrimônio arquitetônico. A paisagem é considerada como constituidora do próprio bem, como um documento histórico, e não apenas como moldura. Mas, Ribeiro alerta que o Iphan encontrou dificuldade para demarcar grandes áreas para o tombamento da paisagem.

O autor apresenta a Serra da Barriga, em Alagoas, como um exemplo desse impasse. Essa serra abrigou o Quilombo dos Palmares e teve seu processo de tombamento iniciado em 1982. O tamanho da área (2200 ha) foi entendido como um problema, apesar do tombamento se justificar pelo valor simbólico e arqueológico, já que o quilombo original foi completamente destruído. Apesar dos esforços, a área de fato tombada foi muito menor àquela inicialmente proposta (op.cit., p. 98).

Até hoje não há bens inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico que tenham tido seu valor atribuído por representarem aspectos mais amplos da interação do homem no espaço. A paisagem tem sido tratada muito mais a partir da ideia de panorama e vinculada a outros bens culturais, a partir dos quais é atribuído o seu valor (op. cit., p. 106)

Se a categoria da paisagem cultural deve ser o bem em si, e não o entorno ou ambiência para um sítio ou se a vantagem da categoria da paisagem cultural reside no seu caráter relacional e integrador de diferentes aspectos que são tradicionalmente tratados de forma apartada, porque adjetiva-la cultural? Ora, é na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural que reside a riqueza da abordagem da paisagem no processo de renovação dos trabalhos sobre patrimônio.

A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil iniciou em 1975 com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e ganhou novo impulso em 1988 com a ampliação da noção de Patrimônio Cultural no texto da Constituição Federal. Em 2002

aconteceu o registro do primeiro Bem Cultural Imaterial no Brasil: ofício das paneleiras de goiabeiras, em Vitória, ES; em 2003 foi aprovada, em Paris, a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco; em 2004 o Iphan criou o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).

Em relatório, a própria comissão do patrimônio imaterial considera que a expressão patrimônio imaterial reforça uma falsa dicotomia entre esses bens culturais vivos e o chamado patrimônio material<sup>22</sup>. Mas garante que com essa definição, “delimita-se um conjunto de bens culturais que, apesar de estar intrinsecamente vinculado a uma cultura material, não vinha sendo reconhecido oficialmente como patrimônio nacional” (IPHAN, 2006, p. 18).

Essa política definiu como seu principal instrumento o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC. Quando se fala em referências culturais, se pressupõe sujeitos para os quais essas referências façam sentido. Segundo Cecília Londres, essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens para a atribuição de sentidos e valores, ou seja, os bens culturais não valem por si mesmos, o valor lhe é sempre atribuído. Relativizando o critério do saber, chamava-se atenção para o papel do poder (LONDRES, 2000, p. 112). Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes e que remetem à paisagem (op.cit., p. 113).

A política do patrimônio imaterial veio abrir as discussões que culminaram na adoção da paisagem como forma de fazer convergir a fragmentação nas políticas públicas.

Em 2009, o Iphan estabeleceu a Chancela da Paisagem Brasileira<sup>23</sup>, um instrumento de proteção que valoriza e protege os contextos culturais complexos frutos da interação do homem com o meio natural. A Chancela considera que os instrumentos legais vigentes no

---

<sup>22</sup> No Brasil, definiu-se ainda que esses bens culturais de natureza imaterial estivessem incluídos, ou contextualizados, nas seguintes categorias: 1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; 2) Formas de Expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; 3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; 4) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

<sup>23</sup> Portaria Iphan 127 de 30 de abril de 2009. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12240&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao> Acesso em 23 de junho de 2012.



Brasil não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais. Assim, sua finalidade é “atender ao interesse público” no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural.

O conceito de paisagem utilizado ressalta as marcas e os valores construídos pela sociedade sobre o ambiente natural, conforme lê-se no texto oficial: *“Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”* (Portaria 127/09). Para que possa ser aplicada a portaria propõe um pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, com o objetivo de compartilhar a gestão da porção do território nacional assim reconhecida. Em 2011 a Coordenação de Paisagem Cultural do Iphan publicou algumas reflexões sobre a aplicação da Chancela, sobre o que seria a “preservação” de paisagens culturais e sobre os conceitos considerados complementares, como o de território e itinerário cultural. Por fim, o documento apresenta os desafios e uma proposta de ação.

Assim como o tombamento e o registro, a chancela da Paisagem Cultural integra o rol de instrumentos de preservação do patrimônio cultural (IPHAN, 2011, p.2). Nota-se que a Chancela, assim como a Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, visa destacar a excepcionalidade que tradicionalmente é utilizada como parâmetro para diferenciar um bem “patrimonializável” de outro que não é. O primeiro desafio, portanto é a definição do recorte territorial e a escolha da abordagem a ser aplicada sobre este território que seja capaz de particularizá-la (op.cit., p. 3). O título não implica restrições administrativas ou jurídicas que impeçam sua transformação (op.cit., p.3). Mas é preciso pensar sobre as medidas a serem tomadas pelos diversos agentes que atuam na área, de forma a justificar a chancela. O próprio Iphan esclarece: “o próprio Plano Diretor pode ser entendido como pacto, dispensando qualquer nova negociação, desde que contemple as medidas necessárias à preservação da paisagem cultural que se deseja chancelar” (op.cit., p.5).

Uma das primeiras experiências do Iphan se passa na Vila do Elesbão, no Amapá, inserida no contexto do patrimônio naval brasileiro. Um exemplo bastante elucidativo daquilo que deve ser destacado para diferenciar uma paisagem, e das implicações do pacto entre os parceiros. Se um dos parceiros identificados não aderir ao pacto o processo da

chancela deveria ser interrompida? A orientação é clara: se não houver possibilidade de pacto, não haverá chancela (IPHAN, 2011, p. 8), porém não há um elenco pré-estabelecido de parceiros, mas sim um leque de possibilidades.

Nota-se que se o Iphan detecta desprezo e desvalorização, por parte dos moradores do lugar onde moram e da atividade que desempenham, a principal fonte de motivação para a chancela deixaria de existir e o processo seria inócuo, já que não há mecanismos que obriguem alguém a continuar adotando um determinado modo de vida indesejado.

Interessante notar que o Iphan, através da Chancela da Paisagem cultural, se aproxima do caráter mais íntimo da paisagem que é aquele relacionado ao sentimento da população pelo seu espaço. Nesse sentido, é essencial haver participação e desejo do grupo social envolvido em obter reconhecimento e lutar pela preservação do seu modo de vida e de seu território. A Chancela da paisagem é flexível o suficiente para se adequar a contextos tão variados quanto “a cidade do Rio de Janeiro e as palafitas da Amazônia, o Mercado Ver-o-Peso de Belém e as pequenas propriedades rurais de imigrantes no sul do Brasil.” (op.cit., p. 9). Flexível também para adaptar-se a condições diferenciadas de gestão e motivação.

O Iphan considera que a grande inovação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira é a possibilidade de se trabalhar de forma conjugada com manifestações culturais dinâmicas, de diversas naturezas, tangíveis e intangíveis e com forte correlação com uma determinada porção territorial: “A medida dos ingredientes, porém, dependerá muito mais de cada realidade do que de uma matriz predefinida de causa e consequência” (op.cit., p.10).

Diamantina é utilizada por Ribeiro (2007) para exemplificar uma das primeiras aproximações com o tema da paisagem cultural brasileira junto à Unesco. O dossiê de candidatura mencionou a articulação da cidade com a Serra dos Cristais como uma estratégia de atribuição de valor. Para encaixar aos critérios da Unesco, a paisagem cultural deve ressaltar a relação entre homem e natureza criando paisagens nas quais esse relacionamento seja bastante explícito. O dossiê de Diamantina mostrou a Serra dos Cristais quase como um entorno, ressaltando muito pouco as possíveis relações que teriam criado um patrimônio único na região. O Dossiê não conseguiu traduzir o diferencial de Diamantina em relação às outras cidades brasileiras. Desse modo, o perímetro proposto para a inscrição

foi parte do sítio urbano já tombado pelo Iphan e a ideia de paisagem cultural apareceu apenas como um elemento a mais na atribuição de valor.

Em 2012 o Rio de Janeiro foi a primeira cidade no mundo a receber o título da Unesco de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural<sup>24</sup>. A candidatura foi apresentada pelo Iphan a partir de um estudo sobre “a forma criativa com que o habitante se adaptou à topografia excepcionalmente bela e irregular da cidade, inventando modos inéditos de usufruir a vida”<sup>25</sup>. Atualmente o Brasil possui 19 bens inscritos na lista de 962 bens reconhecidos pela Unesco (site IPHAN).

O capítulo seguinte retoma o envelope conceitual da Paisagem Visível proposto por Brossard e Wieber (1984). Com o propósito de demonstrar a dimensão objetiva do Sistema Produtor (vide figura 1 - introdução) busca-se identificar os componentes estruturadores da paisagem da terra dos diamantes a partir de duas perspectivas temporais: de um lado, o tempo da terra ou o tempo profundo registrado nas rochas e sobre as quais desenvolvem-se as plantas e seus ecossistemas e, do outro lado, o tempo do homem ou o tempo histórico relacionado à escala da vida e da ação humana. É a partir dos elementos estruturadores, naturais e territoriais, a serem apresentados no capítulo 3, que se desenrolarão as reflexões sobre a Paisagem Visível e o Sistema Utilizador desta paisagem.

---

<sup>24</sup> Até o momento, os sítios reconhecidos mundialmente como paisagem cultural relacionam-se a áreas rurais, a sistemas agrícolas tradicionais, a jardins históricos e a outros locais de cunho simbólico, religioso e afetivo.

<sup>25</sup> <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16727&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> Acessado em 20 de janeiro de 2014.

## Capítulo 3

### O SISTEMA PRODUTOR DA PAISAGEM: A GÊNESE DA TERRA DOS DIAMANTES

#### 3.1 O tempo da terra: a formação do planalto de Diamantina

O planalto de Diamantina se situa ao norte do estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil, onde a serra do Espinhaço se sobrepõe ao alto curso do rio Jequitinhonha. O termo Serra do Espinhaço foi introduzido em 1822 pelo fundador da geologia brasileira Ludwig Wilhelm von ESCHWEGE como um grande divisor de águas entre os rios que correm diretamente para o Atlântico e os que desembocam no rio São Francisco (DERBY, [1906] 1977).

Em Minas Gerais, Saadi (1995) o descreve como “terras altas”, em forma de bumerangue, compostas por dois compartimentos bastante diferenciados do ponto de vista geológico e morfológico: o planalto meridional, onde se situa Diamantina e o planalto setentrional, onde se situa Grão Mogol, separados por uma zona deprimida.

A sequência de eventos geotectônicos que formou a serra do Espinhaço Meridional foi descrita por Saadi (1995, p. 42) em cinco etapas, conforme a seguir: a) abertura de um vale alongado, em torno de 1.752 milhões de anos, dando início a uma bacia onde se acumularam sedimentos predominantemente areníticos do supergrupo Espinhaço; b) o fechamento da bacia, através de um conjunto de fenômenos compressivos, formou uma cadeia de montanhas em torno de 1.250Ma; c) durante os 250Ma seguintes processou-se a sedimentação de origem glacial mais desenvolvida no planalto setentrional, o grupo Macaúbas; d) em torno de 900Ma um evento distensivo aliviou a pressão interna e permitiu que o magma emergisse através da rocha sedimentar fraturada pela pressão. Essa bacia permitiu a formação de um mar continental que acolheu os sedimentos do grupo Bambuí; e) o amalgamento da massa continental chamada Gonwanda (ligando a África do Sul, Índia, Brasil, Austrália e Antártica) resultou nos empurrões que criaram um arranjo topográfico

desorganizado no qual se interpõem sedimentos de diferentes fases geológicas e manchas de rochas vulcânicas.

O resultado desta complexa evolução geológica influenciou a morfologia do relevo que vemos hoje nos arredores de Diamantina, pois cada camada de rocha<sup>1</sup> se comporta de forma diferente quando submetida aos agentes atmosféricos. São paisagens agrestes e luminosas com alinhamento de cristas acima da cota 1200 metros, esculpidas pela ação dos rios sobre as camadas de quartzito e conglomerados pré-cambrianos.

O alinhamento de cristas, aparente uniformes quando vistas ao longe, se transformam em texturas intensamente cisalhadas em diversos planos de estratificação e de foliação das rochas metamórficas, criando um aspecto enrugado e confuso quando vistas de perto (figuras 8 e 9).



Figura 8: Alinhamento de cristas vistas ao longe. Serra da Bicha e serra do Itambé.



Figura 9: Textura cisalhada das rochas metamórficas da Serra do Ouro Fino, em Curralinho.

Os cumes rochosos são esculpidos em micro e múltiplas formas sobre as quais líquens coloridos crescem em profusão (figura 10). As depressões intercaladas são forradas de solos pobres, muito arenosos e pedregosos, mas que sustentam verdadeiros jardins

---

<sup>1</sup> Segundo Saadi (1995, p.43), a história sedimentar e metamórfica proterozóica resultou em quatro grande unidades litoestratigráficas (lito= rocha; estratigrafia: camada): “unidade predominantemente quartzítica do Supergrupo Espinhaço,; diques e *sills* de rochas metabásicas recortando a anterior; unidade predominantemente xistosa do Grupo Macaúbas e unidade pelítico-carbonática do Grupo Bambuí”.

naturais formados por uma diversidade de plantas rudes de cores variadas que cobrem os campos rupestres, meio de predileção das sempre-vivas<sup>2</sup> (figura 11).



Figura 10: Líquens coloridos sobre quartzito. Chapada do Palmital.



Figura 11: Jardim natural formado pelas sempre-vivas. Foto: Felipe Ribeiro (Serra Sertão)

Os diamantes nascidos do kimberlito, aqui são extraídos, sobretudo, dos aluviões e de alguns colúvios advindos da erosão de conglomerados alterados. Porém existem também os sítios localizados diretamente no manto de alteração.

A ocorrência de recursos minerais nessas serras, especialmente ouro e diamante, despertou um forte interesse para o estudo da geologia. Segundo Chaves (2002), foi na serra do Espinhaço que o diamante apareceu, pela primeira vez, fora do eixo asiático (Índia e Bornéu), onde era explorado desde os tempos antigos. Na serra do Espinhaço, a extração do diamante teve início nas primeiras décadas do século XVIII como subproduto da mineração de ouro aluvionar, mas não tardou e novos descobertos foram feitos em depósitos superficiais fora das drenagens (Chavez & Benitez, 2004).

Conglomerados diamantíferos são considerados a fonte secundária do diamante. Essa “pedra rica” aflora em inúmeras localidades nas imediações de Diamantina: Sopa-Guinda, São João da Chapada, Datas e Extração, conforme mostram as marcas pontilhadas da figura 12.

---

<sup>2</sup>Sempre viva: pequenas plantas dos campos rupestres cujas flores matem a cor e a estrutura intactas mesmo depois de colhidas.

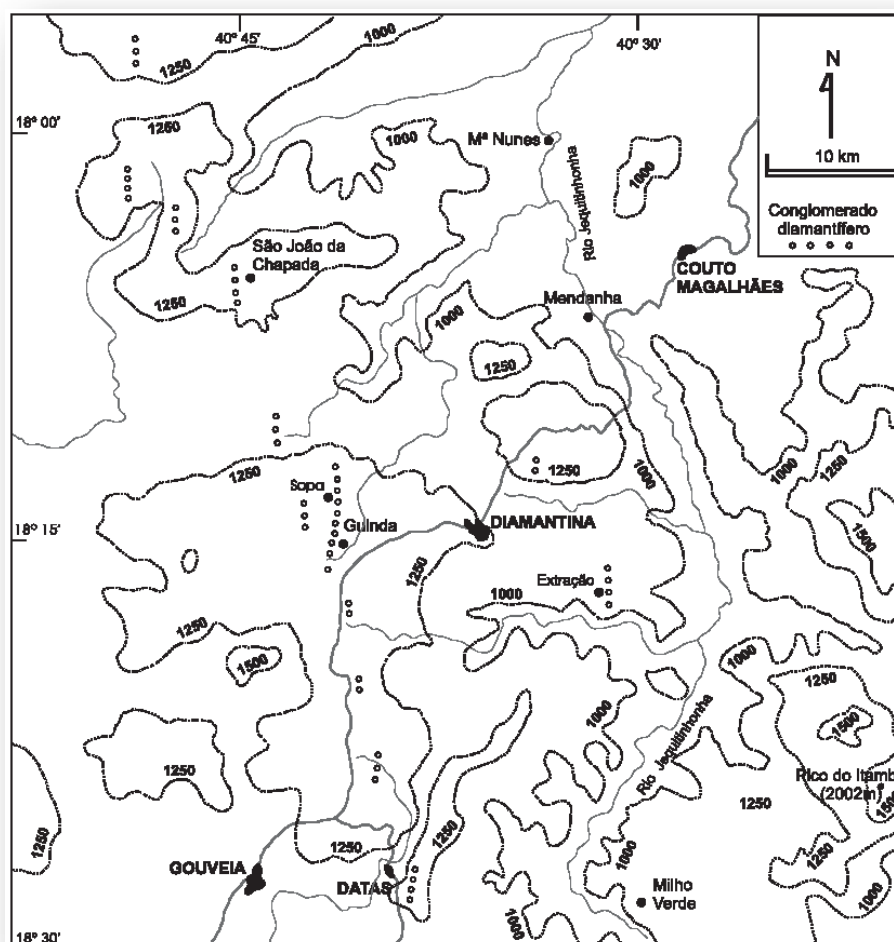


Figura 12: As faixas altimétricas de 1.500, 1.250 e 1.000 metros na Serra do Espinhaço, região de Diamantina, ressaltando esquematicamente neste contexto a distribuição da rocha-fonte secundária dos diamantes, o conglomerado da Formação Sopa-Brumadinho (BENITEZ & CHAVES, 2004, p.32).

Segundo Chaves & Meneghetti Filho (2002) os afloramentos de conglomerado, como o da figura 13, constituem importantes sítios geológicos, além de um marco na história da mineração: “na década de 1850, pela primeira vez em todo o mundo eram descobertos diamantes dentro de uma rocha” (p. 517). Até então, todas as explorações aconteciam em cursos d’água.



Figura 13: Detalhe do afloramento de conglomerado no centro do distrito de Sopa (Diamantina), chamado pelos moradores de “Pedra Morena”.

Segundo Chaves (et al, 1998, p. 285), o enigma da fonte diamantífera primária na região tem sido alvo de pesquisas por quase 200 anos, mas as discussões científicas sobre a gênese dos diamantes na serra do Espinhaço ainda são inconclusivas. Estudos apontam para uma origem kimberlítica, mas as rochas-fonte primárias não foram encontradas até agora em toda a região (Chavez & Benitez, 2004). A descoberta do kimberlito na África do sul não foi capaz de gerar consenso entre os geólogos e a inexistência de afloramentos de rochas de origem seguramente magmática e portadoras da mineralização tem gerado inúmeras controvérsias.

O que se sabe, a partir de estudos de lotes de diamantes de diferentes áreas da serra do Espinhaço, é que: são raros os cristais grandes, maiores que 1 ct e predominam cristais de qualidade gemológica (Chaves *et al*, 1998). O referido estudo permitiu aos pesquisadores inferir que o diamante presente no atual ‘espigão serrano’ foi transportado desde uma ‘área fonte’ distante, extra-bacia, provavelmente situada na zona do Craton do São Francisco a oeste do Espinhaço (op.cit, p. 285).

Contudo, para além da discussão sobre a origem do diamante sabe-se que sua ocorrência representou o eixo de ocupação deste território motivado pela sua exploração econômica. A descoberta de diamantes conduziu as autoridades coloniais portuguesas a estabelecer os limites físicos de um território onde a extração e a comercialização fossem severamente controladas por um rigoroso e nefasto regime administrativo e fiscal, como será apresentado a seguir.



### 3.2 O tempo do homem: a descoberta dos diamantes e a formação de um território

A construção histórica da terra dos diamantes tem sua origem associada às entradas e bandeiras pelos sertões à procura de ouro no século XVIII, quando Minas Gerais passou por um intenso processo de ocupação. Foi nos arredores da serra do Ivituruí, no distrito do Serro Frio, onde ocorreu a descoberta dos diamantes, oficialmente comunicado à Coroa Portuguesa pelo governador da Capitania, D. Lourenço de Almeida, em 1729. Entretanto, nos bastidores da história, o diamante do Serro Frio já fazia fortuna de algumas autoridades portuguesas. Lima Jr (1945) relata como os diamantes iam sorrateiramente partindo nas náus para a Índia e para a Europa. Uma versão desta história envolve o ouvidor, doutor Antônio Rodrigues Banha. Segundo Lima Jr, este ouvidor, para despistar o Governo Português:

... mandou cristais de rocha ao fidalgo e ao secretário do Conselho Ultramarino solicitando que a examinassem para saber se eram diamantes. De posse da resposta de que se tratavam de cristais, mostrou a carta a toda a gente, ao mesmo tempo em que se empenhava em conseguir lhes dessem maior número de pedrinhas. Essa mistificação (...) propiciou largo tempo de um comércio livre aos iniciados no segredo e imensas fortunas. Quando alguém em Lisboa anunciava o descobrimento de diamantes no Serro Frio, os membros do Conselho Ultramarino davam de ombros e apontavam para os cristais de rocha que o ouvidor Banha lhes mandara. E tomavam o denunciante como ingênuo. (LIMA JR, 1945.p.20).

Mas os diamantes começaram a aparecer em Lisboa, maiores e mais numerosos. De 1713 a 1729, ou seja, durante mais de quinze anos, todo esse comércio escuso gerou uma intensa povoação na Comarca do Serro Frio:

... a mineração atraía e fixara alguns milhares de moradores com lavras, engenhos, lavouras e roças. As estradas da Bahia e de Vila Rica enchiam-se de comboios de tropa de animais conduzindo gêneros de toda a natureza e a povoação possuiria em poucos anos magníficas residências, belos templos, não só na sede como nos arraiais vizinhos (...) brotavam arraiais numerosos que iam crescendo em população e riqueza, existindo em 1732, com grande fama, os de Chapada, Rio Manso, São Gonçalo, Gouveia, Andrequicé, Milho Verde, Inhaí e Mendanha (LIMA JR, 1945, p. 30-31).

Em pouco tempo a rápida divulgação da existência dos ricos depósitos diamantíferos criara a impossibilidade de manter o segredo: “os cristais de rocha não apareciam mais em Lisboa, o que havia era uma inundação de diamantes verdadeiros que ali chegavam na bagagem dos passageiros e tripulantes das naus da Índia e do Brasil” (LIMA JR., 1945 p. 26).

Este autor transcreveu na página 27 (anexo 1) o histórico ofício redigido por D. Lourenço de Almeida em 1729 comunicando o evento da descoberta, fazendo acompanhar seu ofício de um magnífico lote de diamantes. Lima Jr se refere ao ‘pessimismo fingido’ com que o Governador buscou dissimular sua infiel ganância: “Estava cheio de diamantes!”. A estratégia funcionou e a resposta de Lisboa foi positiva às autoridades coloniais.

Depois de oficialmente registrado o descobrimento foi intenção da coroa portuguesa despovoar a região para instalar um sistema de exploração baseado na utilização da mão de obra escrava africana. As primeiras cartas Régias e Bandos deram o tom de “frieza inqualificável” desta administração: com o objetivo de recuperar os preços que haviam caído internacionalmente, a Coroa decidiu proibir a mineração de diamantes<sup>3</sup>: “Nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja possa trabalhar ou mandar trabalhar neles nem nos mais ribeiros sob pena de degredo para Angola e confisco de todos os seus bens” (LIMA JR, 1945, p. 33).

Além de suspender todo e qualquer trabalho de mineração nas terras do Serro Frio, as ordens reais determinaram o despejo coletivo de negros e mulatos<sup>4</sup> nos seguintes termos:

*ordeno por este meu bando que todo negro, negra ou mulato fôrro que se achar em toda comarca do Serro Frio despeje logo incontinenti a dita comarca e não o fazendo será preso e açoitado ao pelourinho desta Vila e lhes serão confiscados para a Fazenda Real todos os seus bens que se lhes acharem e serão infalivelmente degredados para a Nova Caledônia (Sacramento)” (LIMA JR., 1945, p.33).*

Outro bando determinou que nenhum negro, mulato ou cativo poderia trazer nenhuma arma defensiva, sob pena de duzentos açoites<sup>5</sup>. E assim começou a saga garimpeira:

Acosados cruelmente dessa forma, ameaçados de fome, de degredo, de açoites e de confisco, brutalizados pela sanha do Governador, apavorados com receio de desagradar o Rei, os negros e mulatos do Serro Frio souberam resistir heroicamente refugiando-se nos quilombos encravados nos cumes de

---

<sup>3</sup> carta régia de 16 de março de 1731.

<sup>4</sup> bando de 9 de janeiro de 1732.

<sup>5</sup> bando de 9 de janeiro de 1732

serra, penetrando fundo nas florestas e nos sertões, traçando a epopeia dos garimpeiros (LIMA JR., 1945, p.34).

A resistência coletiva celebrizou as dramáticas aventuras a que havia de se juntar, com o tempo, milhares de brancos portugueses oprimidos pela violência que marcou as administrações da demarcação das terras diamantinas (LIMA JR., 1945).

### **3.2.1 Reconhecendo as fronteiras da Demarcação Diamantina (ou Distrito Diamantino)**

Com o aumento do contingente populacional, a Coroa sentiu necessidade de criar uma administração própria para a região que até então subordinava-se à Vila do Príncipe, a cabeça da Comarca do Serro Frio. Em 1734 foi então criada a Intendência dos Diamantes pelo então Governador de Minas, conde de Galveas, responsável pela nomeação do primeiro Intendente Geral, o Desembargador Rafael Pires Pardiniho (LIMA JR, 1945, p.38).

Uma vez criada a Intendência foi necessário delimitar a zona de jurisdição do novo intendente. Para isso foi enviado Martinho de Mendonça e Pina e Proença incumbido, entre outras tarefas, de delimitar as Terras Diamantinas. Já em 18 de agosto de 1734 foi baixada a primeira demarcação das terras diamantinas, cujos limites foram detalhadamente descritos em um memorial e representados em um mapa cujo título é “Mapa da Demarcação da terra que produz diamantes”. Este material será apresentado a seguir.

#### **3.2.1.1 O primeiro memorial descritivo da Demarcação Diamantina**

O texto original elaborado por Martinho de Mendonça encontra-se disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa com o título de “História Chronologica dos Contratos de Minerassão dos Diamantes”<sup>6</sup>. Através da leitura minuciosa deste documento foi possível

---

<sup>6</sup> Segundo informação enviada por email em junho de 2012, pelo professor Friedrich Renger: “a BN Rio tem um outro manuscrito com dados atualizados até 1787 (em vez de 1785) e 1790 (em vez de 1788) ref. venda de diamantes para os atacadistas; de resto o documento é igual. Este manuscrito da BN RJ foi publicado sob o título "Do descobrimento dos diamantes e diferentes methods, que se tem praticado na sua extracção" (Anais da Biblioteca Nacional (RJ), vol 80, 1960). O título é diferente porque no exemplar da BN RJ falta a folha de rosto que traz o título "Historia chronologica etc.”..

identificar treze marcos geográficos – entre serras, rios, povoações e estradas – utilizados para identificar as fronteiras da área demarcada. Para facilitar a leitura, o texto original foi fragmentado e destacado em caixas de texto. Cada fragmento textual foi comentado pela pesquisadora com o objetivo de demonstrar o processo de tradução e de identificação dos marcos utilizados para elaborar uma cartografia atualizada da área delimitada, como será apresentado mais à frente. Os marcos seguem destacados em negrito. Assim começa o texto de Martinho de Mendonça:

Havendo me encarregado El-Rei, Nosso Senhor que demarcasse as terras minerais, da Comarca do Serro do Frio, assinalando os limites certos do distrito em que se haverá de executar o novo regimento, procurei as informações necessárias, e vi a maior parte do dito distrito, e assim procurando que ocupasse o menor âmbito possível, de sorte que incluindo os sítios aonde se tem descoberto diamantes se não estendesse a outros, em que se acham roças e faiscadores em ouro pelo prejuízo que podia resultar aos possuidores e ainda a Fazenda Real me parece se deve fazer a demarcação pela maneira seguinte (HISTÓRIA CHRONOLOGICA, s/d):

Desde a **barra do Rio Inhaí (marco 1)**...

Comentário: o rio Inhaí é um afluente do rio Caeté-mirim que desagua no rio Jequitinhonha. Depois da leitura completa do documento, percebeu-se que o autor se referia à foz do atual rio Caeté-mirim no rio Jequitinhonha, onde foi posto o marco.

*... pela margem oriental do Rio Jequitinhonha, de sorte que não só compreende o veio d'água, mas também os tabuleiros e grupiarias contíguas segundo curso do dito [Rio Jequitinhonha] e do chamado Rio das Pedras...*

Comentário: considerou-se, aproximadamente, uma légua a leste do leito do rio Jequitinhonha, o que inclui as serras dos Poções (conhecida localmente como serra da Coca-Cola), a serra do Acabasaco e a foz dos córregos: Pindaíbas (mantém o mesmo nome), Soberdo (antigo Jequitinhonha do Campo conhecido localmente como Jequitinhonha Preto), Amaral (antigo Jequitinhonha do Mato) e do córrego Capivari. Rio das Pedras era o nome pelo qual era chamado o altíssimo curso do rio Jequitinhonha à montante da confluência como o ribeirão do Inferno. O contorno, ao sul, inclui os córregos Fundo e Samambaia, que, ao se juntarem ao Rio da Pedras (atual nascente do rio Jequitinhonha) formam as Três Barras (onde se encontra a localidade de mesmo nome). Como se trata de uma linha, não foram identificados marcos.

... até a barra do **Córrego das Lages** aonde começa haver diamantes, até mais acima da dita barra uma légua, aonde se deve pôr um marco... **(marco 2)**

Comentário: o córrego das Lages nasce na serra da Lapa Pintada e é conhecido em Milho Verde como um afamado córrego diamantífero; seis quilômetros acima da barra é o local onde hoje se encontra o povoado de Boa Vista da Lage, onde foi assentado o marco.

...daqui cortando direto ao alto, **aonde se une a estrada** que vem do Arraial do Milho Verde para os Pousos Altos com a que vai do Tejuco, pelo penhasco da Serra do Ó para os mesmos sítios dos Pousos Altos, aonde se deve pôr outro marco... **(marco 3)**

Comentário: considerou-se a estrada de terra que sai de Milho Verde em direção às comunidades de Ausente e Baú, passando por Pedro Lessa, até chegar ao povoado de Trinta Réis onde esta estrada se une à estrada que liga Diamantina à Presidente Kubitschek (antigo Pouso Alto). Observa-se que os marcos 2 e 3 apareceram invertidos no mapa reelaborado pela pesquisadora. A inversão se justifica pela busca da coerência do traçado.

...daqui pelas fragas e rochedos que vão pela fralda ocidental da **Serra do Ó...** **(marco 4)**

Comentário: a serra do Ó não está identificada na carta topográfica do IBGE. Em São Gonçalo do Rio das Pedras e em Milho Verde os moradores se referem à localidade de Santa Cruz, às margens do rio Jequitinhonha, como Santa Cruz do Ó. Durante trabalho de campo tivemos a oportunidade de conversar com moradores desta localidade que identificam a serra contígua a este povoado como a Serra do Ó, o que coincide, na carta topográfica, com uma parte da serra da Lapa Pintada.

... cortando por uns rochedos altos, e escarpados direto ao **Morro dos Bateiros**, que é em forma de pão de açúcar, e de penha viva... **(marco 5)**

Comentário: o morro dos Bateiros não está identificado na carta topográfica. Pensou-se, de início, se tratar do morro do Capão Maravilha, um pão de açúcar conhecido na Chapada do Palmital, entre Vau e Diamantina. Contudo, encontrou-se uma passagem na obra de Felício dos Santos (1976) citando “as grupiaras dos Bateiros e o córrego da Gouveia” (p.162). Além disso, os moradores de Gouveia se referem a uma fazenda chamada Bateiros, próxima a

cidade, ao passo que não foram encontradas referências a este nome na região do Capão Maravilha. Assim considerou-se o morro Santo Antônio como o marco 5.

...do qual irá por uns rochedos que ficam à mão direita a quem vem do Tejuco o engenho de Manoel Fernandes, na margem de um Córrego que abaixo do dito engenho entra pela parte do poente no **Córrego da Chapada (marco 6)** que vai agouçar (?), e daí ao **alto do Rio das Pedras**, a onde se porá um marco junto a estrada... **(marco 7)**

Comentário: o córrego da Chapada [do Palmital] é conhecido atualmente como córrego Palmital. O Rio das Pedras citado aqui não se refere ao rio Jequitinhonha e sim ao rio que nasce a oeste de Diamantina, próximo ao distrito de Guinda, conhecido atualmente como rio Biribiri, por banhar aquela vila operária, até desaguar no rio Pinheiro. O marco 7 foi posicionado em suas nascentes, junto à BR367.

...onde cortará direto ao **morro da Bandeirinha (marco 8)** que é um morro cortado com três cortadeiras no rochedo do oriente ao ocidente; e continuará pelos rochedos que vão seguindo pela margem ocidental do **Córrego das Bandeirinhas (marco 9)** cujas vertentes entram imediatamente no dito Córrego até...

Comentário: o morro Bandeirinha mantém o mesmo nome e pode ser identificado na carta topográfica do IBGE ao lado da Fazenda Bandeirinha. Os rochedos citados formam hoje a serra do Pasmarr e desenharam a margem ocidental do córrego Pasmarr. O córrego Bandeirinha se une ao córrego Pasmarr e juntos desaguam no rio Pardo Pequeno. O ponto de confluência entre estes dois córregos foi considerado como o marco 9.

...de frente de uma pedra alta que chamam **Tromba d'Anta (marco 10)**, da qual Tromba correrá pelo cume das serras que rodeão de longe a chapada da Capela de Caeté-Mirim, **águas vertentes, para o ribeiro de São João e o Rio Pardo...(marco 11)**

Comentário: A serra Tromba D'anta é hoje conhecida pelo mesmo nome e pode ser facilmente localizada na carta topográfica (folha Diamantina). As serras citadas são os rochosos da serra do Espinhaço até a barra que o ribeirão São João faz no rio Pardo Grande, o que inclui todos os córregos cujas águas vertem para esta confluência, onde foi posicionado o marco 11.

...até as cabeceiras mais setentrionais do dito **Rio Pardo (marco 12)**, águas vertentes em um alto para o dito Rio [Rio Pardo Grande], e [águas vertentes] para o **Rio Inhaí (marco 13)**, seguindo as margens do **Rio Inhaí** pela parte norte, até onde faz barra no Rio Jequitinhonha a onde começou a demarcação.

Comentário: as nascentes do rio Pardo Grande localizam-se nas proximidades do Campo Sampaio, ao norte de São João da Chapada; as nascentes do rio Caeté-mirim localizam-se na região da Água Fria; as nascentes do ribeirão Inhaí, ao norte do campo São Domingos; daí a demarcação desce pela parte norte do ribeirão Inhaí até a confluência deste com o rio Caeté-mirim e deste último com o rio Jequitinhonha, onde foi assentado o marco 1.

A reconstituição cartográfica da primeira demarcação diamantina a partir dos marcos geográficos descritos em 1734 pode ser observada na figura 14.

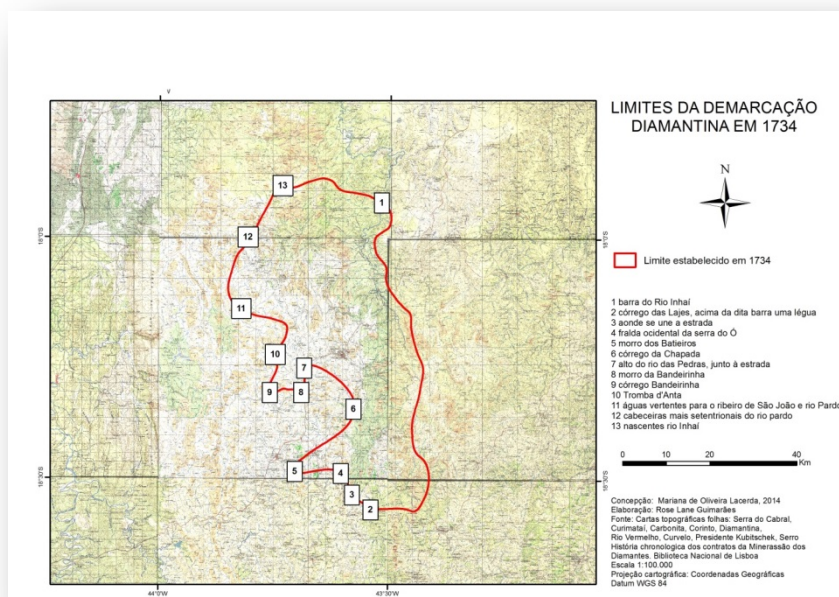


Figura 14: Mapa de releitura dos limites da Demarcação Diamantina, elaborado a partir do memorial descritivo de 1734.

Conforme descrito em 1734, a primeira demarcação deveria compor uma forma elíptica, medindo cerca de doze léguas (aproximadamente 74 km) no eixo norte-sul e sete léguas “do nascente ao poente” (aproximadamente 43 km), sendo que o leito, margens e

tabuleiros do rio Jequitinhonha até sua entrada na província da Bahia ficaram também compreendidas na demarcação (FELÍCIO DOS SANTOS, 1976, p. 81)<sup>7</sup>. Ainda em 1734, esta mesma área, cujos limites foram detalhadamente descritos por Martinho de Mendonça, foi representada em um mapa, que será apresentado no próximo item. A leitura deste mapa permitiu não só uma melhor compreensão do espaço circunscrito pelos limites da Demarcação Diamantina como a identificação dos arraiais já existentes à época.

### 3.2.1.2 O primeiro registro cartográfico

O primeiro registro cartográfico da Demarcação Diamantina é o “Mapa da Demarcação da terra que produz diamantes” (sem autor, nem data) pode ser observado na figura 15<sup>8</sup>.



Figura 15: Adaptação do Mapa da Demarcação da Terra que Produz Diamantes, post 1729 (COSTA et al, 2004. p.212 e 213). Destaque para a área da Demarcação Diamantina e para o título do mapa.

<sup>7</sup> É curioso notar que Felício dos Santos (1976) ao descrever a demarcação de 1734 identifica apenas seis marcos (barra do Inhai; córrego das Lajes, Serra do Ó, morro das Bandeirinhas, Tromba D’anta, cabeceiras do rio Pardo). Talvez assim, ao manter a interpretação simplificada dos marcos, o formato elíptico se mantivesse, o que não aconteceu ao reconstruir o limite de forma detalhada.

<sup>8</sup> O mapa original e a coleção de mapas interpretados podem ser observados com maior detalhe no item 2 do volume “Álbum da Paisagem”.



O território é delimitado em torno de um eixo estruturante: o rio Jequitinhonha. Dentro dos limites definidos, a malha hidrográfica inclui trinta e quatro córregos e ribeirões, sendo a grande maioria deles tributários do rio Jequitinhonha, entre eles: o rio das Pedras, o ribeirão do Inferno, o rio Pinheiro e o Caeté-mirim. As duas exceções se aplicam aos rios Pardo e Paraúna, integrantes da bacia do rio São Francisco. Estes dois rios aparecem diferenciados dos demais cursos d'água na figura 16.



Figura 16: Adaptação do Mapa da Demarcação da Terra que Produz Diamantes, post 1729 (COSTA et al, 2004. p.212 e 213). Destaque para os rios das bacias do rio Jequitinhonha e do rio São Francisco.

É curioso perceber os detalhes deste mapa, como bem destaca Renger (2005): a direção norte aponta para baixo, não há marcação de coordenadas e a escala está presente em petipé de 5 léguas. Os detalhes podem ser observados na figura 17:



Figura 17: Adaptação do Mapa da Demarcação da Terra que Produz Diamantes, post 1729. Destaque para o norte e escala em petipé.

Outro dado importante extraído deste mapa refere-se às povoações já existentes no momento da criação da Intendência dos Diamantes: a vila do Príncipe e oito arraiais. A figura 18 destaca, em cores correspondentes, as povoações e suas respectivas legendas, que informam a data de fundação e o nome do fundador de cada arraial ou vila. O texto segue transcrito na mesma ordem em que se encontra na legenda do mapa, respeitando a grafia arcaica.

**A Villa do Príncipe**, capital da Comarca do Serro Frio se fundou em 1714 no sitio das Lavras Velhas, descuberto por Lucas de Freitas.

**Ao Arraial do Tijuco**, deu nome Jeranimo Correa natural da Bahia em 713 (1713).

**O Arraial do Milho Verde** descobriu Manoel Rodrigues Milho Verde, natural da Província do Minho, em 1713.

**O Arraial de São Gonçalo** descobriu Domingos Barboza, natural do Minho donde fundou huã hermidã a este santo em 1729.

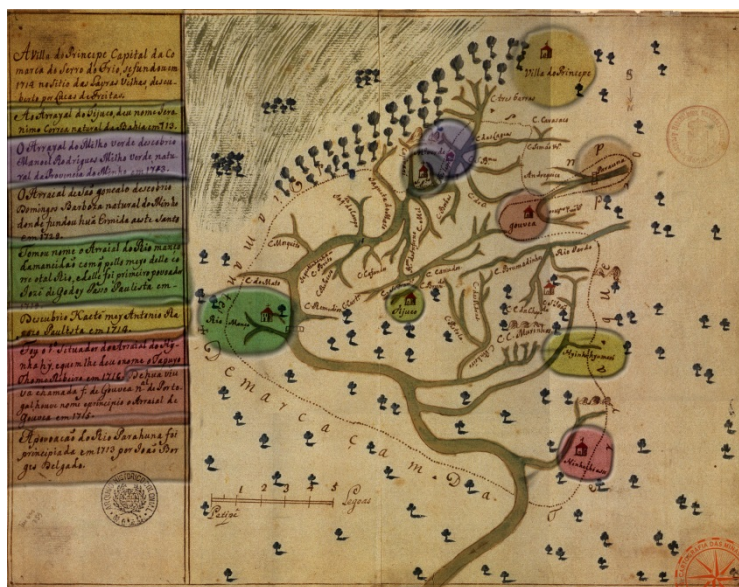


Figura 18: Povoações e legendas. Adaptado de Costa 2004.

Tomou nome o **Arraial do Rio Manco** da mancição com que pello meyo delle corre o tal rio, e delle foi primeiro povoador José de Godoy Passo Paulista em 1719.

**Descobriu Kaeté Mey** Antonio Rapozo Paulista em 1714.

Foi o primeiro situador do **Arraial do Hynhahy** e quem lhe deu o nome o Tapuyo Thomé Ribeiro em 1716.

De hua viúva chamada F. (Francisca ?) de Gouveia n.al (natural) de Portugal houve nome e princípio o **Arraial de Gouvea** em 1715.

A **povoação do rio Parahuna** foi principiada em 1713 por João Borges Delgado.

### 3.2.1.3 As ampliações da área demarcada

Definida a demarcação, não passou um ano e o Intendente Pardinho, tendo notícia de novas ocorrências fora desta demarcação, publicou um bando em 17 de junho de 1735 (História Chronologica, s/d), aumentando o seu perímetro para incluir outros rios e córregos próximos a Milho Verde, no rio Paraúna e no rio Pardo Pequeno (vide anexo II). Outras

ampliações foram determinadas pelo mesmo intendente em 10 de setembro de 1737, incluindo o Córrego de Gouvea (da Cachoeira dos Batieiros até a ponte). Em 26 de agosto de 1739, o governador Gomes Freire de Andrade ordenou que ficasse a Demarcação Diamantina na forma seguinte<sup>9</sup>:

**Do arraial de São Gonçalo (marco 1) em linha reta às cabeceiras das Três Barras (marco 2)...**

Comentário: não existe um córrego chamado Três Barras. Identificou-se o distrito de Três Barras (município do Serro) por estar próxima à confluência de três córregos que juntos formam o chamado Rio das Pedras, antigo nome do altíssimo curso do rio Jequitinhonha.

**...e delas às [cabeceiras] do Rio Paraúna (marco 3) todo rio abaixo até onde nele entra o Ribeirão d'Areia... (marco 4)**

Comentário: as cabeceiras do rio Paraúna estão localizadas na serra da Jacuba; de acordo com a carta do IBGE o ribeirão da Areia é um tributário do ribeirão Chiqueiro e este sim, deságua no rio Paraúna, sendo este ponto identificado como o marco 4.

**... de cuja barra seguirá a demarcação em linha reta à barra que do Rio Pardo Pequeno faz no Rio Pardo Grande no sítio chamado Forquilha (marco 5), e pelo Rio Pardo Grande acima de suas cabeceiras (marco 6) uma linha reta às [cabeceiras] do Rio Inhaí... (marco 7)**

Comentário: a Fazenda Forquilha ainda existe e pode ser encontrada tanto na carta topográfica como no terreno. Ela localiza-se às margens do rio Pardo Grande, cerca de 20 quilômetros à montante do encontro dos dois rios. O rio Pardo Grande nasce nas proximidades do Campo Sampaio ao norte de São João da Chapada. Próximo dali, mais ao norte, encontram-se também as cabeceiras do ribeirão Inhaí.

**... e por ela abaixo até o Jequitinhonha, cujo rio em toda parte desta capitania fica proibido, e da barra do Inhaí (marco 8) até a barra do Caeté-Mirim (marco 9) voltará a demarcação pelo Jequitinhonha acima de frente do arraial do Rio Manso (marco 10)...**

Comentário: O ribeirão Inhaí desagua no rio Caeté-mirim que, por sua vez, desagua no rio Jequitinhonha. O arraial do Rio Manso é hoje Couto de Magalhães de Minas. O ponto do rio

---

<sup>9</sup> História chronologica dos contratos da Minerassão dos Diamantes etc. - Biblioteca Nacional de Lisboa - cód. 746, fs. 132v seg.

Jequitinhonha de frente a Couto de Magalhães de Minas é onde o rio Manso, propriamente dito, desagua, com o nome de rio Marimbeiro<sup>10</sup>.

... de onde irá demandar as **cabeceiras do Jequitinhonha do campo (marco 11)** e delas às do **Jequitinhonha do Mato (marco 12)** continuando às do **Rio de São o Capivari (marco 13)**...

Comentário: o rio Jequitinhonha do Campo está identificado na carta do IBGE como rio Soberbo, localmente é conhecido como rio Jequitinhonha Preto. Suas nascentes estão espalhadas entre o pico Dois Irmãos (Chapada do Couto) e a serra da Bicha; o Jequitinhonha do Mato é o nome antigo do córrego Amaral cujas nascentes afloram no Pico do Itambé.

... de onde irá fechar a demarcação no mesmo arraial de São Gonçalo, e todas as terras, rios e grupiarias compreendidas nesta nova demarcação declaro ficam proibidas debaixo das minhas ordens e penas que nos meus bandos e demais antecessores são impostas às pessoas que extraem diamantes.

A seguir apresenta-se a reconstituição do segundo limite da Demarcação Diamantina a partir dos marcos geográficos descritos em 1739.

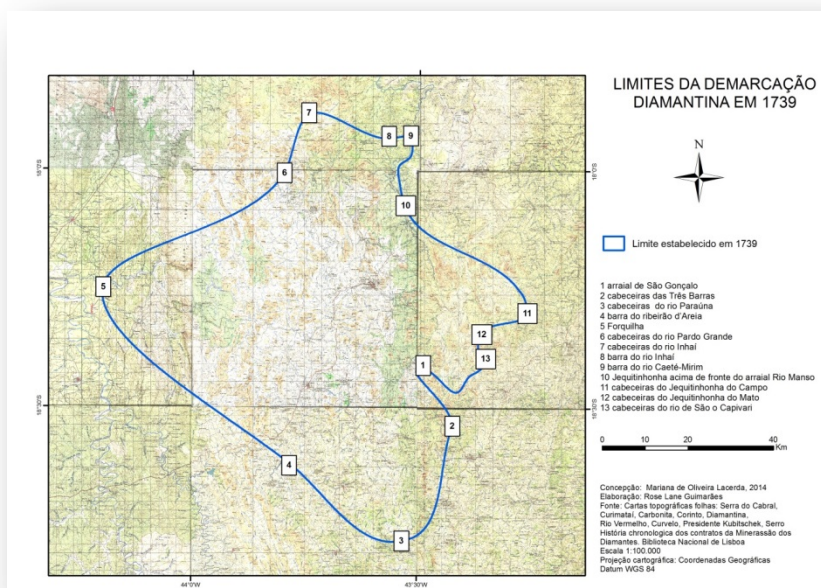


Figura 19: Mapa de releitura dos limites da Demarcação Diamantina, elaborado a partir do memorial descritivo de 1739.

<sup>10</sup> Vários rios da região são conhecidos por mais de um nome.

A ampliação dos limites em 1739 foi ordenada por ocasião do arremate do primeiro contrato que inaugurou, em 1740, uma importante etapa administrativa na Demarcação Diamantina. Foi o Intendente Martinho de Mendonça de Pina e Proença descrito por Lima Jr como um “burocrata intransigente, ferrenho zelador das ordens régias” o responsável por implantar o novo sistema de contratos para extração de diamantes:

Para isso, já viera instruído de Lisboa com os próprios nomes dos beneficiários. Eram eles João Fernandes de Oliveira, antigo negociante no Rio de Janeiro e Francisco Ferreira da Silva, que se tinha transportado para o Brasil na mesma nau em que viera Martinho de Mendonça (LIMA JR, 1945, p.39).

Teoricamente, os contratos eram arrendados em hasta pública ao chamado “contratador” que durante um período de aproximadamente quatro anos era o único responsável pela extração dos diamantes perante a coroa<sup>11</sup>.

Segundo Costa (2004), durante o regime dos contratos, de 1740 a 1771, não houve produção cartográfica já que os acordos firmados não previam o fornecimento desse tipo de informação, além disso, é provável que não fosse de interesse dos contratadores divulgar informações sobre os terrenos diamantíferos.

Mesmo sem o recurso cartográfico, Felício dos Santos (1976) revelou as áreas facultadas a cada um dos contratos. O primeiro serviço foi a Lavra do Mato concedido para os dois primeiros contratos e daí seguindo pelo leito do rio Jequitinhonha acima. Os primeiros afluentes explorados foram o ribeirão do Inferno e o rio das Pedras (o próprio Jequitinhonha). O terceiro contrato concedeu-se o leito do rio Jequitinhonha da Lavra do Mato para abaixo, em direção ao rio Caeté-mirim entrando pelos córregos da Sentinela, do Mondego e pelo córrego dos Caldeirões. No quarto contrato entraram em cena o rio Pinheiro e o rio Caeté-mirim e ainda o rio Paraúna do Andrequicé, para cima. No quinto

---

<sup>11</sup> João Fernandes de Oliveira foi o arrematador do primeiro (1740-1743) e do segundo (1744-1747) contratos. O terceiro contrato (1748-1751) foi arrematado por Felisberto Caldeira Brant e seus três irmãos. Foi um período de aumento de população, comércio e riqueza no Tejuco. Os Caldeiras não perseguiram os garimpeiros como seus antecessores e parecia tolerar o contrabando. O quarto (1753-1758) e quinto contratos (1755-1761) foram arrematados novamente por João Fernandes de Oliveira, sendo que já no quinto contrato, seu filho João Fernandes de Oliveira era seu associado. O sexto e último contrato (1761-1771) foi, enfim, arrematado por João Fernandes de Oliveira Filho “o mais feliz dos contratadores”, famoso pela relação que manteve com Chica da Silva (FELÍCIO DOS SANTOS, 1976).

contrato o córrego da Gouveia e as grupiaras dos Bateeiros. Percebe-se que os trabalhos de extração se concentraram, desde o início, nos aluviões do rio Jequitinhonha e afluentes de 1ª e 2ª ordens. Estes dados foram espacializados e podem ser encontrados no item 6 do Álbum da paisagem com o nome “Releitura das Lavras e lugares notáveis”.

A definição dos limites da Demarcação Diamantina sofreu uma terceira e última alteração em 1788/90. Nesta data, o regime de contratos já havia terminado em razão das denúncias de abuso e desorganização. Com a mudança do sistema administrativo a produção cartográfica foi retomada (os mapas históricos serão apresentados no próximo capítulo). A seguir, será apresentada a última alteração de limite para, em seguida, apresentar o conjunto dos marcos geográficos de 1734, 1739 e 1788.

De acordo com os novos limites a extensão ficou como se segue:

Começando das **cabeceiras do rio Parauna (marco 1)**...

Comentário: as cabeceiras do rio Paraúna encontram-se na serra da Jacuba.

...athe cortar pessa [pela] **serra dos Pouzos Altos (marco 2)** há 5 legoas...

Comentário: Pedra Aguda, Pedra Redonda, Serra do Ibituruí. Essas serras estão nas proximidades de Presidente Kubitschek, antigo Pouzo Alto e Tijucal.

... dali se busca a **nascença do riacho das Duas Barras (marco 3)** que ficão há 4 legoas...

Comentário: Não foi encontrado um córrego chamado Duas Barras. Considera-se a Fazenda Cabeça de Bernardo (município do Serro), onde nasce o córrego Samambaia e o Córrego Fundo que, juntos desaguam no Jequitinhonha, próximo ao distrito de Três Barras.

... e seguindo athe o **morro do Itambé (marco 4)**, que são 6 legoas...

Comentário: a serra do Itambé mantém o mesmo topônimo.

... se passa para as **cabeceiras do Jequitinhonha do Matto (marco 5)** que distão 4 legoas...

Comentário: O Jequitinhonha do Mato é o atual córrego Amaral. Suas nascentes estão na base do pico do Itambé e o córrego da Lomba, seu principal tributário, nasce na serra da Bicha.

...e daí às da **Jequitinhonha do Campo (marco 6)** legoa e meya...

Comentário: O Jequitinhonha do Campo é o atual córrego Soberbo, conhecido localmente como Jequitinhonha Preto. Suas nascentes se encontram espalhadas pela serra do Gavião, entre a serra Dois Irmãos e a serra da Bicha.

... cortase então pela **serra (marco 7)** que vai sahir ao **rio Manso (marco 8)** o que forma hum espaço de 8 legoas...

Comentário: trata-se da serra Dois Irmãos e segue pela serra dos Crioulos, o divisor das águas do rio manso e do rio Preto, até chegar ao distrito sede de Couto de Magalhães de Minas.

... busca-se o **serviço chamado da Cangica (marco 9)** o qual está dali a 3 legoas...

Comentário: São Gonçalo da Canjica é hoje um povoado de Couto de Magalhães de Minas.

... e neste lugar se atravessa o rio Jequitinhonha, seguindo por fora do **arrayal do Inhay (marco 10)** que fica adiante 4 legoas e sahir pela serra de Caitémerim ...

Comentário: trata-se, provavelmente da serra da Cachamorra localizada a oeste de Inhaí.

... athe á **cabeceira do rio Pardo Grande (marco 11)** que são 6 legoas...

Comentário: as cabeceiras do rio Pardo Grande se localizam no Campo Sampaio, onde nasce um córrego chamado das Lajes.

... se andão por elle 10 legoas athe á **Contagem do Rebello (marco 12)** aonde há hua cachoeira chamada de João Antonio, que alli faz extrema...

Comentário: Não encontramos referências sobre a Contagem do Rebelo ou a cachoeira de João Antônio. Pela direção descrita - passando pela serra do Galho e cortando a serra do Tigre e a serra Capão da Onça – e associando informações de outras fontes – chega-se à conclusão que trata-se de Conselheiro Mata, onde há uma cachoeira hoje conhecida como João Miguel.

... passa-se o rio á outra banda procurando outra cachoeira, que há no rio Pardo Pequeno em hua

fazenda chamada a **Forquilha (marco 13)** e este intervalo de 5 legoas...

Comentário: a fazenda Forquilha fica situada às margens do rio Pardo Grande próximo à confluência deste com o rio Pardo Pequeno. Do encontro dos rios a demarcação segue incluindo as águas do rio Pardo Pequeno e o distrito sede de Monjolos.

... dali se caminharão até o sítio chamado **Bandeirinha (marco 14)** subindo pelo ditto rio Pardo Pequeno acima...

Comentário: acompanha o rio Pardo Pequeno, passa pela serra Bonita e segue em linha reta até o morro das Bandeirinhas.

... busca-se então o **arrayal do Gouvea, (marco 15)** que são 4 legoas...

Comentário: o limite segue no sentido sul, pela serra do Juá incluindo as águas do córrego Chiqueiro até chegar ao arraial de Gouveia.

... e d'elle se vão encontrar já de volta as cabeceiras do rio Parauna que ficão a 5 legoas.

Comentário: do arraial de Gouveia a linha segue para o sul, passa por Andrequicé e Costa Sena até chegar à serra da Jacuba, onde nasce o rio Paraúna.

A figura 20 apresenta a reconstituição do terceiro limite da Demarcação Diamantina a partir dos marcos geográficos descritos em 1788.



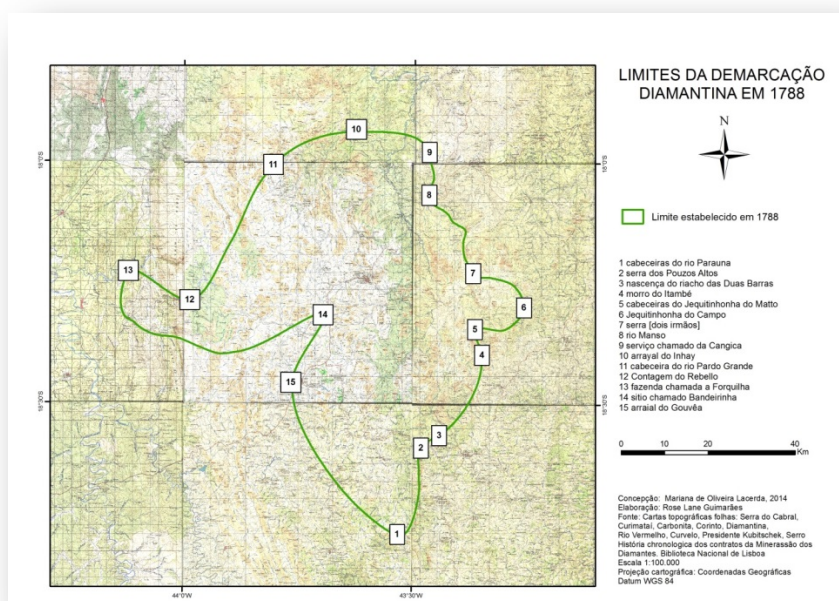


Figura 20: Mapa de releitura dos limites da Demarcação Diamantina, elaborado a partir do memorial descritivo de 1788.

Ao comparar os três limites estabelecidos, percebe-se uma expansão generalizada de 1734 para 1739, seguida de uma retração, em 1788. No momento de expansão, o limite sul se estendeu significativamente: das nascentes do rio Jequitinhonha para as nascente do rio Paraúna. A oeste foram incluídos os rios Pardo Pequeno e Pardo Grande até a confluência que fazem no sítio chamado Forquilha. O limite leste passou incluir a crista da serra do Itambé e do Gavião, assim como a chapada do Couto, de onde emanam as nascentes de vários córregos tributários da margem direita do rio Jequitinhonha. Apenas o limite norte permaneceu o mesmo: a foz do rio Caeté-mirim e suas águas vertentes, incluindo o ribeirão Inhaí. A retração mais significativa em 1788 se refere à exclusão de grande parte do rio Pardo pequeno e, ao norte, do ribeirão Inhaí.

A definição desses três limites será útil para visualizar a sobreposição da área da antiga Demarcação Diamantina nos diferentes mapas temáticos produzidos, como: mapa de hidrografia, de unidades de conservação, dos processos minerários, dos limites municipais.

O quadro 4 apresenta uma síntese dos marcos geográficos utilizados como referência para a fronteira da área diamantífera, a partir deste quadro, elaborou-se o mapa temático correspondente.

Quadro 4: Síntese dos marcos geográficos utilizados como referência para identificar os limites da Demarcação Diamantina em 1734, 1739 e 1788.

	<b>1734</b>	<b>1739</b>	<b>1788</b>
<b>Barra do Rio Caeté-mirim</b>	barra do “rio Inhaí”	barra do rio Caeté-Mirim	
<b>Encontro do Inhaí com Caeté-mirim</b>		barra do rio Inhaí	
<b>Boa Vista da Lage</b>	córrego das Lajes, acima da dita barra uma légua		
<b>Trinta Réis</b>	aonde se une a estrada		
<b>Serra da Lapa Pintada</b>	Serra do Ó		
<b>Morro Santo Antônio</b>	morro dos Batieiros		
<b>Córrego Palmital</b>	córrego da Chapada		
<b>Guinda</b>	alto do rio das Pedras, junto à estrada		
<b>Morro da Bandeirinha</b>	morro da Bandeirinha		sítio chamado Bandeirinha
<b>Tromba d'Anta</b>	Tromba d'Anta		
<b>Encontro dos rios São João e Pardo Grande</b>	águas vertentes para o ribeiro de São João e rio Pardo		
<b>Campo Sampaio</b>	cabeceiras mais setentrionais do rio pardo	cabeceiras do rio Pardo Grande	cabeceira do rio Pardo Grande
<b>Água Fria e Campos São Domingos</b>	nascentes do caeté-mirim e do rio Inhaí	cabeceiras do rio Inhaí	
<b>São Gonçalo do Rio das Pedras</b>		arraial de São Gonçalo	
<b>Três Barras</b>		cabeceiras das Três Barras	
<b>Serra da Jacuba</b>		cabeceiras do rio Paraúna	cabeceiras do rio Parauna
<b>Foz do Chiqueiro no rio Paraúna</b>		barra do ribeirão d'Areia	
<b>Encontro do rio Pardo Grande com rio Pardo Pequeno</b>		Forquilha	fazenda chamada a Forquilha
<b>Barra do rio Manso (Marimbeiro)</b>		Jequitinhonha acima de fronte do arraial do Rio Manso	

<b>Serra do Gavião (espalhadas entre o pico dois irmãos e a serra da bicha)</b>		cabeceiras do Jequitinhonha do Campo	Jequitinhonha do Campo
<b>Pico do Itambé</b>		cabeceiras do Jequitinhonha do Mato	cabeceiras do Jequitinhonha do Matto
<b>Serra do Itambé</b>		cabeceiras do rio de São o Capivari	morro do Itambé
<b>Serra do Espinhaço a leste de Presidente Kubitschek</b>			serra dos Pouzos Altos
<b>Fazenda cabeça de Bernardo</b>			nascença do riacho das Duas Barras
<b>Serra Dois Irmãos</b>			serra [dois irmãos]
<b>Couto de Magalhães de Minas</b>			rio Manso
<b>São Gonçalo da Canjica</b>			serviço chamado da Cangica
<b>Inhaí</b>			arrayal do Inhay
<b>Conselheiro Mata</b>			Contagem do Rebello
<b>Gouveia</b>			arrayal do Gouvea

A partir da releitura dos limites da área demarcada foi elaborado o mapa da figura 21 com a sobreposição dos três limites.

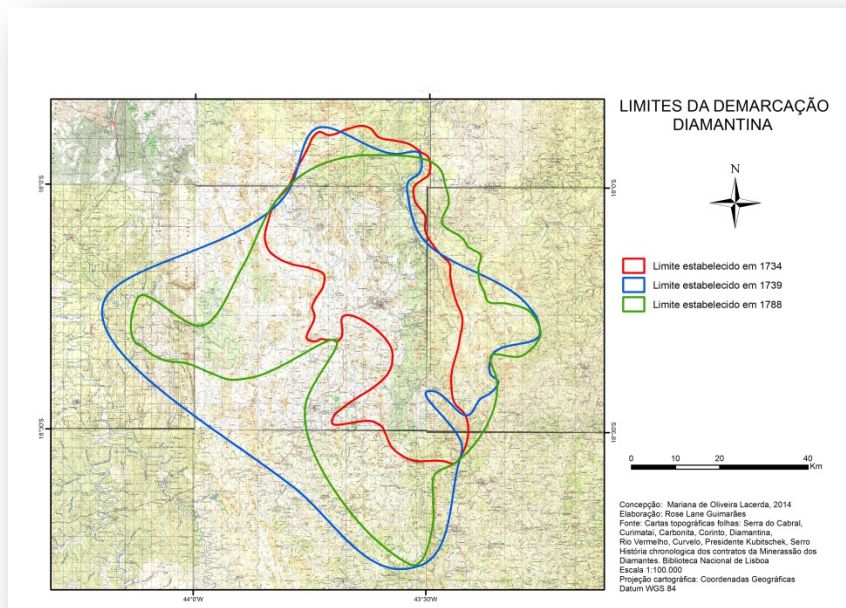


Figura 21: Sobreposição dos limites da Demarcação Diamantina estabelecidos em 1734, 1739 e 1788.

O próximo capítulo apresentará os Objetos e os Elementos de Imagem que compõem a Paisagem Visível. Ao cruzar as diferentes temporalidades das fontes de pesquisa buscaremos demonstrar a profundidade histórica do território do garimpo.

## Capítulo 4

### A PAISAGEM VISÍVEL DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA

Este capítulo apresenta o resultado da investigação sobre a Paisagem Visível (Brossard e Wieber, 1984). O capítulo foi estruturado em duas partes: a primeira apresenta os Objetos da paisagem identificados nos mapas históricos: os arraiais, os quartéis, as lavras, as estradas, pontes e serras; a segunda parte apresenta os Elementos de Imagens a partir do filtro perceptivo dos viajantes do século XIX e dos garimpeiros da atualidade. A segunda parte encontra-se estruturada em sete itens – as sub-bacias que compõem o território estudado – e apresenta o resultado do cruzamento das informações contidas nos mapas do século XVIII, nos relatos do século XIX e nos depoimentos do século XXI. Para melhor se situar, o leitor poderá consultar a linha do tempo e a coleção de mapas disponíveis no Álbum da Paisagem.

#### 4.1 Objetos visíveis da paisagem: as entradas no sistema

##### 4.1.1 A reconstrução dos Objetos da paisagem a partir dos mapas do século XVIII

Quando Marques de Pombal aboliu o sistema de contratos e criou a empresa estatal portuguesa chamada “Real Extração dos Diamantes” ficou instituído o monopólio real, que duraria de 1771 a 1832 (RENGER, 2005). Neste período, a produção de mapas foi retomada e coincide com o período do auge da produção da Real Extração<sup>1</sup>. Segundo André Ferrand Almeida, os mapas eram necessários não apenas por razões de segurança, devido ao conflito latente com a Espanha, França e Holanda, mas também para permitir uma melhor

---

<sup>1</sup> Para se ter uma ideia, com base nos dados apresentados por Renger (2005), o patamar inicial da Real Extração foi de 40.000 quilates anuais nos anos 1770/80. Em 1782 o número de escravos atingiu o pico de 5.280. Este número baixou para cerca de 1700 em 1796 por causa da redução da verba de custeio, mas voltou a subir entre 1810 e 1815 para 2.500 escravos. O patamar de produção caiu para 10.000 ct nos anos de 1820. Em 1832 foi decretada a sua extinção, mas as lavras só foram liberadas nos anos 1840.

exploração dos recursos do território e sua administração mais eficaz (ALMEIDA, 2001). A preocupação com a localização e o controle das lavras suscitou uma segunda fase de produção de mapas do Distrito Diamantino e deixou uma rica documentação cartográfica.

Ao longo de dezessete anos, período de vigência da Real Extração, foram identificados, através das publicações do Centro de Referência em Cartografia Histórica – CRCH, IGC/UFMG, cinco mapas da Demarcação Diamantina cujas datas são: 1770, 1775, 1776, 1784 e 1787. Estes mapas, assim como o primeiro mapa, posterior a 1729, estão reproduzidos, descritos e interpretados em detalhe no item 2 do volume dois da tese, as imagens reproduzidas ao longo do texto do volume 1 estão em tamanho reduzido.

#### **4.1.1.1 As localidades do Distrito Diamantino: arraiais, quartéis e a Vila do Príncipe**

Durante toda a produção cartográfica analisada foram representados 14 pontos entre vila, arraial, quartel e locais de passagem, conforme sintetizado na tabela abaixo: a letra “a” identifica os arraiais, a letra “q” os quartéis, as letras “aq” os arraiais-quartéis, a letra “lo” as localidades e a letra “v” a única vila existente à época. Observa-se que, ao comparar os mapas, uma mesma localidade aparece representada ora como arraial, ora como quartel, além disso, percebe-se que algumas localidades não aparecem em alguns mapas, mas depois voltam a aparecer.

Quadro 5: Quadro das povoações representadas nos mapas históricos.

Mapa / Localidade	Vila do Príncipe	Arraial do Tejuco	Arraial do Milho Verde	Arraial de São Gonçalo	Arraial do Rio Manso	Quartél do Andaial	Arraial do Inhaí	Arraial de Gouveia	Paraúna	Andrequicé	Quartéis (do rio Pardo)	Chapada	Bandeirinha	Contagem do Rebello*	Guapera do Padre**	Nº de localidades
<b>Mapa 1 post 1729</b>	v	a	a	a	a	lo	a	a	p	-	-	-	-	-	-	<b>9</b>
<b>Mapa 2 1770</b>	-	aq	aq	a	aq	q	q	aq	aq	a	q	-	lo	-	lo	<b>12</b>
<b>Mapa 3 1775</b>	-	a	a	a	a	-	a	a	-	a	-	a	-	-	-	<b>8</b>
<b>Mapa 4 1776</b>	-	aq	aq	a	aq	q	aq	aq	q	a	q	x	-	lo	-	<b>12</b>
<b>Mapa 5 1784</b>	v	aq	aq	a	aq	q	aq	aq	aq	a	q	aq	q	q	-	<b>14</b>
<b>Mapa 6 1787</b>	-	a	a	a	a	-	a	a	a	a	-	a	-	-	lo	<b>10</b>

\*Esta localidade não está na legenda, mas está representado no corpo do mapa de 1776.

\*\* A grafia utilizada no mapa de 1787 é “Gopeará do Frade”

Os dados contidos neste quadro foram utilizados como base para elaborar o mapa da figura 22 com as povoações representadas pelos cartógrafos do século XVIII. Uma interpretação deste mapa foi elaborada com símbolos circulares, com cores e dimensões padronizadas. Desta forma, foi possível apresentar, não só a localização atual desses pontos, mas estabelecer um parâmetro visual de comparação entre as localidades mais representadas durante o período de vigência da Real Extração (ver mapa “Releitura dos Arraiais e quartéis”- item 6 do volume 2).

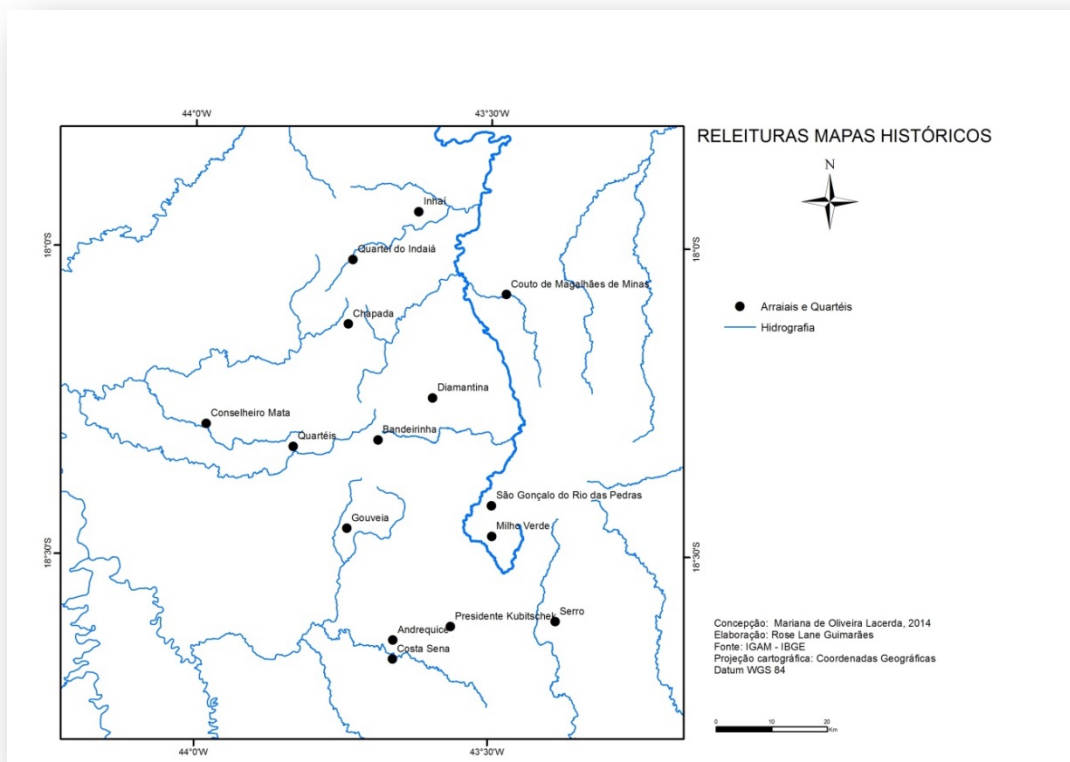


Figura 22: Mapa dos povoados remanescentes dos antigos arraiais e quartéis representadas pelos cartógrafos do século XVIII.

Apesar da mudança de alguns topônimos, constatou-se que os quartéis e arraiais do período colonial, com exceção da Chapada e dos Quartés (do rio Pardo) que se encontram desabitados, são hoje povoações remanescentes do antigo Distrito Diamantino. Prova disso é que todas estas povoações encontram-se representadas nas cartas topográficas atuais e puderam ser visitadas durante os trabalhos de campo. A correspondência entre os nomes utilizados no século XVIII e os nomes atuais, bem como a frequência com que cada povoação foi representada pode ser consultada no quadro 6, a seguir.



Quadro 6: Correspondência dos topônimos e frequência de representação nos mapas históricos analisados.

Topônimos do século XVIII	Topônimos atuais	Nº de representações
Arraial do Tejuco	Diamantina	6
Arraial do Milho Verde	Milho Verde	6
Arraial de São Gonçalo	São Gonçalo do Rio das Pedras	6
Arraial do Rio Manso	Couto de Magalhães d Minas	6
Arraial do Inhaí	Inhaí	6
Arraial de Gouveia	Gouveia	6
Paraúna	Costa Sena	5
Andrequicé	Andrequicé	5
Quartél do Andaial	Quartel do Indaiá	4
Chapada	Chapada	4
Quartéis (do rio Pardo)	Quartéis	3
Vila do Príncipe	Serro	2
Bandeirinha	Bandeirinha	2
Contagem do Rebelo	Conselheiro Mata	2
Guapera do Padre	Presidente Kubitschek	2

A seguir, o leitor poderá observar a representação das povoações sobre o plano cartográfico do século XVIII: do lado esquerdo apresenta-se o mapa original e, à direita, o mapa interpretado para destacar a informação desejada, neste caso, os limites da área demarcada e as localidades existentes à época. Percebe-se o padrão espacial de representação do Distrito Diamantino, com o arraial do Tejuco sempre central, circundado pelas demais localidades.



Figura 23: Povoações representadas no mapa de 1770. Em azul, destaque para: Rio Manso, Tijuco, Milho Verde, Paraúna, Gouveia, São Gonçalo, Andrequicé, quartel de soldados do rio Caetemerim [atual Quartel do Indaiá], quartel de soldados e capela entre o rio Inhaí e Caetemerim [atual Inhaí], quartel de soldado próximo à confluência dos córregos Tromba D’anta e Bandeirinha [atual Quartéis], Bandeirinha e Guapeara do Padre [atual Presidente Kubitschek). Este mapa não mostra o contorno da Demarcação.

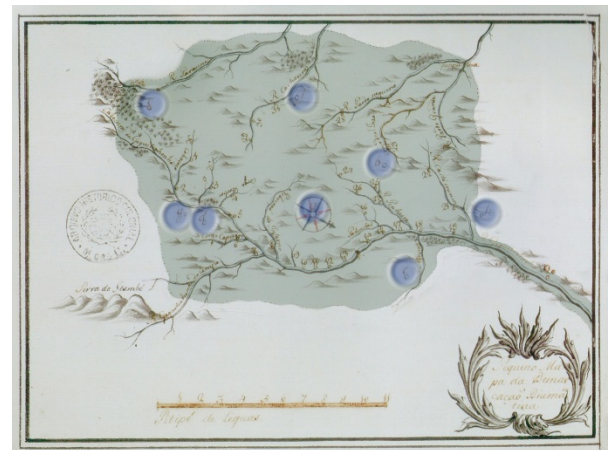
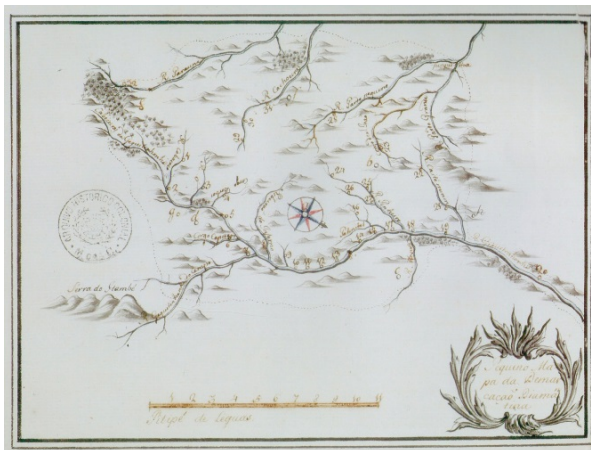


Figura 24: Povoações representadas no mapa de 1775. Destaque para a área demarcada em verde e para os oito arraiais destacados em azul: “Tejuco, Chapada, Rio Manso, S. Gonçalo, Andrequicé, Gouveia, Milho Verde, Inhay”



Figura 25: Povoações representadas no mapa de 1776. A legenda contém oito arraiais destacados em círculos azuis, são eles: “Tejuco, Rio Manso, Inhay, Chapada, Gouveia, Andrequicé, Milho Verde, São Gonçalo”; a legenda contém nove quartéis que seguem destacados em círculos vermelhos: “do Tejuco, do rio Manso, do Inhay, do Andaial, da Chadada, do rio Pardo, da Gouveia, da Praúna, do Milho Verde”. Observação: “Contagem do Rebello” está representado no mapa como quartel, mas não consta na legenda. O mapa mostra o contorno da Demarcação.

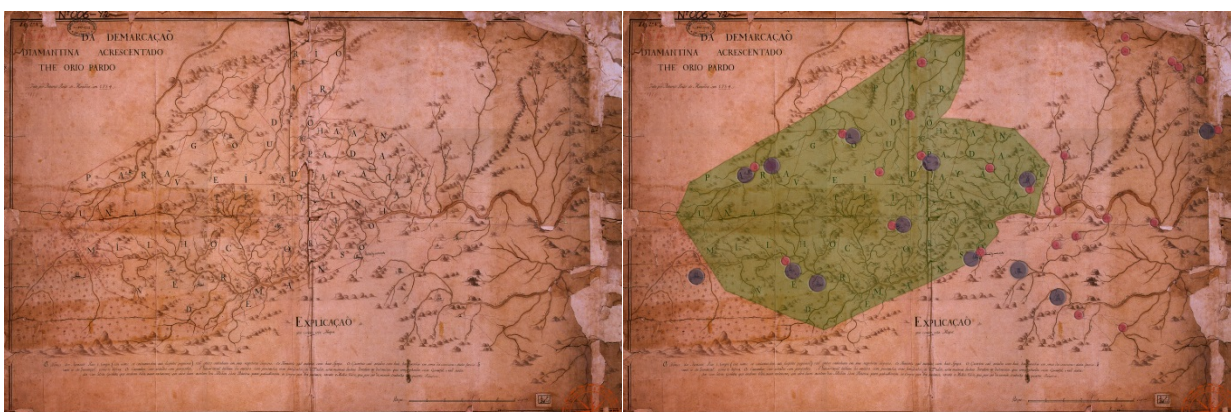


Figura 26: Povoações representadas no mapa de 1784. Neste mapa os arraiais e quartéis estão identificados no corpo do mapa. São oito arraiais dentro da Demarcação e quatro fora. Todos estão destacados em círculos azuis. Dentro da Demarcação: “Tejuco, Rio Manso, Inhay, Chapada, Gouveia, Andrequicé, Milho Verde, São Gonçalo”. Fora dela: “Vila do Príncipe, Rio Preto, Arasuay, Itacamburaçu”.

Os quartéis estão destacados em círculos cor-de-rosa. São onze quartéis dentro da demarcação: “Paraúna, Gouveia, Bandeirinha, Quartel (no rio Pardo), Contagem do Rebello, Chapada, Tejuco, Andaial, Inhaí, Rio Manso, Milho Verde”. Dos quatorze quartéis representados do lado de fora da Demarcação, foi possível identificar o nome de um deles: “Pé do Morro”, na bacia do rio Preto, afluente do rio Araçuá.



Figura 27: Povoações representadas no mapa de 1787. Neste mapa os arraiais estão identificados no corpo do mapa. Os nove arraiais seguem destacados em azul: “Tejuco, Rio Manso, Inhaí, Chapada, Gouveia, Paraúna, Andrequicé, Milho Verde, São Gonçalo”; o mapa não menciona os quartéis e não mostra os limites da área demarcada.

#### 4.1.1.2 As Sub-bacias e a malha hidrográfica

A interpretação dos mapas históricos permitiu perceber o esforço dos cartógrafos do século XVIII para detalhar a complexa malha hidrográfica do planalto de Diamantina condicionada pelo igualmente complexo arranjo estrutural da serra do Espinhaço. O mapa da figura 28 apresenta o contexto hidrográfico do estado de Minas Gerais e a localização do polígono onde se insere a área de estudo, no divisor das bacias dos rios Jequitinhonha, Doce e São Francisco.



Figura 28: Contexto hidrográfico de Minas Gerais e identificação do polígono onde se insere o Distrito Diamantino.

A ocupação do território diamantífero foi fortemente influenciada pela distribuição dos cursos d'água, pois eram ali, nos aluviões, que os diamantes eram mais facilmente encontrados. A primeira aproximação da pesquisadora com este tema aconteceu por meio do plano cartográfico do século XVIII. Apesar das dificuldades impostas pela topografia acidentada, os cartógrafos da época realmente se dedicaram à tarefa de representar e identificar nominalmente a maior parte dos rios, ribeirões e córregos. O mapa de 1787, último da série, apresenta uma legenda organizada por sub-bacias, o que inspirou a pesquisadora a adotar este critério para melhor compreender o padrão de distribuição da drenagem regional. Ao fazê-lo foi possível destacar quatro sub-bacias diamantíferas diretamente ligadas ao rio Jequitinhonha, são elas: do rio Caeté-Mirim, do rio Pinheiro, do rio Manso e do ribeirão do Inferno, além dos afluentes diretos do rio Jequitinhonha, como o Rio das Pedras (como era chamado o altíssimo curso do rio Jequitinhonha). Também receberam destaque as duas sub-bacias afluentes do rio São Francisco, a do rio Paraúna e a do rio Pardo (Grande e Pequeno).

O estudo dessa densa malha hidrográfica foi útil para melhor cumprir as outras etapas metodológicas, especialmente aquelas relacionadas à análise dos relatos dos viajantes e à interpretação dos depoimentos dos garimpeiros, profundos conhecedores dos córregos e rios da região.

O quadro 7 apresenta o número aproximado dos cursos d'água tributários de cada sub-bacia. A lista completa com a identificação dos cursos d'água de cada sub-bacia poderá ser consultada no item dois do volume dois da tese, logo após a coleção de mapas.

Quadro 7: Número aproximado de córregos por sub-bacia diamantífera, segundo os mapas históricos.

	Rio Jequitinhonha	Rio das Pedras	Ribeirão do Inferno	Rio Pinheiro	Rio Manso	Rio Caeté-Merim	Rio Paraúna	Rio Pardo	Rio Inhacica	Rio Doce	Rio Araçuaí
<b>Mapa 1 (post 1729)</b>	8	9	4	4	1	1	3	4	-	-	-
<b>Mapa 2 (1770)</b>	25	19	24	21	1	8	10	15	-	-	-
<b>Mapa 3 (1775)</b>	20	-	1	3	1	3	4	2	-	-	-
<b>Mapa 4 (1776)</b>	24	28	18	43	1	37	10	11			
<b>Mapa 5 (1784)</b>	14	29	20	14	4	15	15	5	14	4	22
<b>Mapa 6 (1787)</b>	18	22	16	17	3	14	26	13	-	-	-

A seguir observa-se a representação das sub-bacias nos mapas do século XVIII. Percebe-se o padrão espacial de representação da drenagem sempre a partir do seu eixo estruturante, o rio Jequitinhonha. Percebe-se também que a representação das sub-bacias é bastante homogênea em todos os mapas, as variações se referem ao nível de detalhamento de malha hidrográfica e à nomenclatura de alguns cursos d'água.



Figura 29: As sub-bacias identificadas no mapa de 1770: do rio Caeté-Merim, do rio Pardo, do rio Pinheiro, do rio Manso, do ribeirão do Inferno, do rio Paraúna, os córregos tributários diretos do rio Jequitinhonha e do rio das Pedras (cabeceras do Jequitinhonha)



Figura 30: As sub-bacias identificadas no mapa de 1775



Figura 31: As sub-bacias identificadas no mapa de 1776

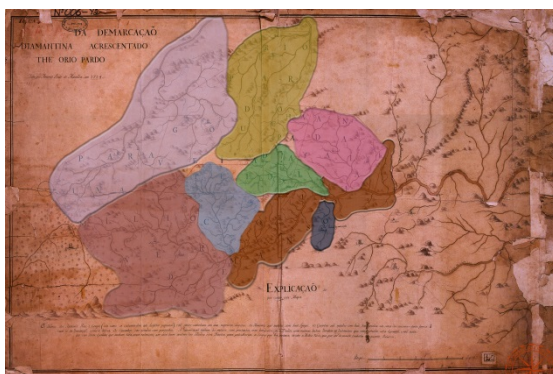


Figura 32: As sub-bacias identificadas no mapa de 1784



Figura 33: As sub-bacias identificadas no mapa de 1787

Ao transpor esses dados para a carta topográfica (figura 34) encontramos exatamente as mesmas sub-bacias, o mesmo padrão de drenagem e os mesmos nomes para os cursos d'água principais, com algumas poucas exceções: (1) o rio das Pedras<sup>2</sup> é considerado, hoje, como o altíssimo curso do rio Jequitinhonha; (2) o Jequitinhonha do Mato é conhecido hoje como córrego Amaral; (3) Jequitinhonha do Campo é conhecido hoje como rio Jequitinhonha Preto ou rio Soberbo. Grande parte dos pequenos córregos não mantiveram os mesmos nomes.

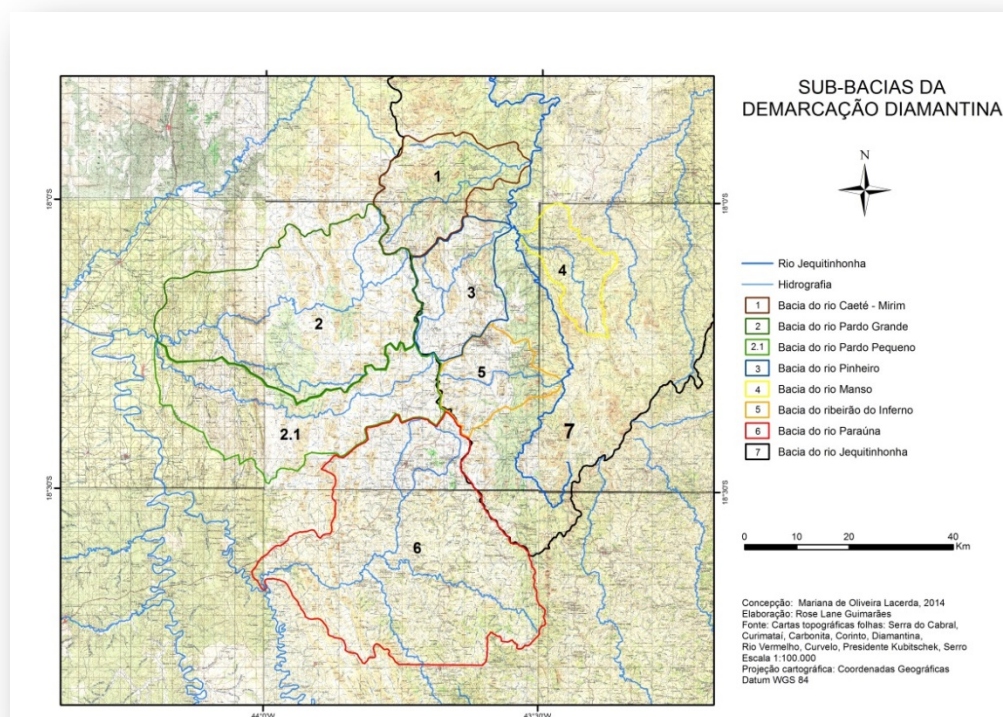


Figura 34: Delimitação atual das sub-bacias da área da antiga Demarcação Diamantina: (1) caeté-mirim, (2) rio Pardo Grande, (2.1) rio Pardo Pequeno, (3) rio Pinheiro, (4) rio Manso, (5) ribeirão do Inferno, (6) rio Paraúna, (7) rio Jequitinhonha e seus afluentes diretos.

#### 4.1.1.3 Outras estruturas: estradas, pontes, lavras e serras

Outras estruturas representadas nos mapas históricos se referem a pontes e estradas como pode ser observado nas figuras a seguir:

<sup>2</sup> O nome Rio das Pedras é hoje atribuído a outros dois cursos d'água: um pequeno córrego nas proximidades de São Gonçalo do Rio das Pedras e ao rio Biribiri, na bacia do rio Pinheiro.





Figura 35: As três pontes identificadas no mapa de (post) 1729: duas sobre o rio Jequitinhonha e uma sobre o Paraúna.



Figura 36: As quatorze pontes representadas no mapa de 1770 e as estradas para o Tejuco passando por Paraúna e Gouveia.

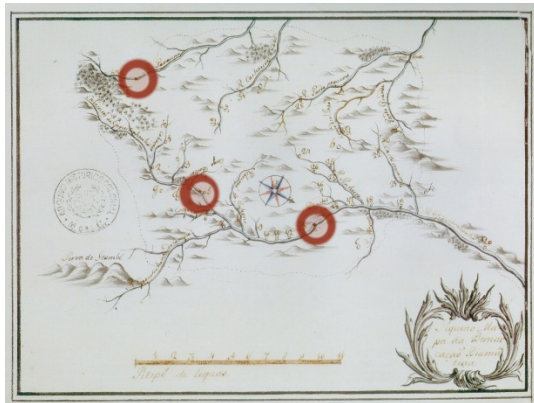


Figura 37: As três pontes representadas no mapa de 1775: duas sobre o rio Jequitinhonha e uma sobre o rio Paraúna.



Figura 38: As cinco estradas do Distrito Diamantino representadas no mapa de 1776.



Figura 39: As estradas do Distrito Diamantino rumando para o norte (lado direito), no mapa de 1784.

Alguns cartógrafos representaram as lavras de diamante, como pode ser observado nas figuras abaixo.



Figura 40: Serviços de diamantes representados no mapa de 1770. São aproximadamente 150 pontos.

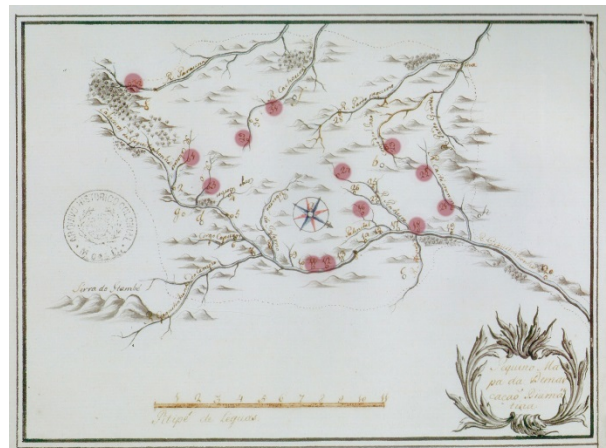


Figura 41: Os serviços de diamantes representados no mapa de 1775. São 13 pontos.



Figura 42: Serviços de diamante representados no mapa de 1776. Dois pontos: lavra do Mato e barra do ribeirão do Inferno.



Figura 43: Serviço de diamante representado no mapa de 1787: Lavra do Mato, no rio Jequitinhonha.

Muitos dos Objetos da paisagem representados nesses mapas foram descritos pelos viajantes no século seguinte e puderam também ser encontrados na paisagem durante os trabalhos de campo, como será mostrado a seguir.

## 4.2 Elementos de Imagem: os lugares ditos pelos viajantes e pelos garimpeiros

Nesta etapa, busca-se cruzar os diferentes tempos da Demarcação Diamantina: os objetos cartografados no século XVIII, as áreas visitadas e descritas pelos viajantes no século XIX e os lugares-ditos pelos garimpeiros do século XXI<sup>1</sup>. Os resultados estão organizados de acordo com a área de cada sub-bacia nesta ordem: rio Caeté-mirim, rio Pardo, rio Pinheiro, Rio Manso, ribeirão do Inferno, rio Paraúna e rio Jequitinhonha e seus córregos afluentes.

### 4.2.1 Sub-bacia do rio Caeté-mirim

Os principais cursos d'água que compõem esta bacia são o rio Caeté-mirim e o ribeirão Inhaí que, juntos, definem o limite norte da antiga Demarcação Diamantina. Inhaí e Quartél do Indaiá são as principais localidades além de Vargem do Inhaí e Boa Vista de Inhaí. Esta área foi visitada e descrita por apenas um viajante, como demonstra o quando a seguir. Sua visita aconteceu no momento em que a atividade garimpeira estava em pleno desenvolvimento, logo depois da falência da empresa estatal portuguesa, a Real Extração, e o consequente desimpedimento das lavras.

Quadro 8: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do rio Caeté-mirim.

<b>Sub-bacia do Caeté Merim</b>		
<b>Viajantes</b>	<b>Locais descritos</b>	<b>Temas que surgem</b>
<b>PERÍODO COLONIAL de 1810 a 1822</b>		
Nenhum viajante descreveu a área do Caeté-mirim durante o período colonial		
<b>PERÍODO IMPERIAL de 1824 a 1867</b>		
<b>George Gardner</b> Viajou entre 1836-1841	Vargem	Produção de farinha
	Inhaí	Serra do Espinhaço
		Antigo registro

<sup>1</sup> A apresentação dos viajantes analisados e dos garimpeiros participantes constam nos apêndices 1 e 2 respectivamente.

George Gardner vinha da Vila de Montes Claros das Formigas e chegou à área do já extinto Distrito Diamantino pelo norte, passando pelo rio Inhacica até chegar à pequena aldeia de Vargens (ou Vargem, atual Vargem do Inhaí<sup>2</sup>) em um dia quente e abafado. O caminho nos arredores de *Vargens* foi descrito como um vale plano, limitado por “alta serra desnuda e rochosa”. Trata-se da vertente leste da Serra do Espinhaço de onde vertem as águas do pequeno rio, o Inhaí, por onde os cavalos de Gardner passaram a vau com toda a carga.

Ao ler a descrição de Gardner sobre o lugar, percebe-se a importância da atividade de transformação de produtos agrícolas para a subsistência:

como eu sofria muito de forte dor de cabeça, folguei de chegar ainda no começo da tarde ao nosso destino, uma pequena aldeia de cerca de meia dúzia de casas, chamada *Vargens*. Tivemos licença de pousar, num alpendre pertencente a uma das casas, usado para a preparação de farinha de mandioca, tarefa em que então se ocupavam várias pessoas (GARDNER, ([1849] 1975, p.202).

Perto do rio Inhaí, Gardner observou o que parecia ser as ruínas de uma igreja, mas soube depois que, na verdade, trava-se de um antigo posto de controle militar. Observe que Gardner começou a escrever o relato no tempo presente, apesar dos Registros já estarem desativados na época de sua viagem, em 1840:

... um Registro, lugar onde todos os viajantes que entram ou saem do *distrito do diamante* propriamente dito, de que este [o rio Inhaí] é um dos limites, são devidamente examinados para prevenir qualquer contrabando de diamante; esse sistema de precaução vigorava principalmente antes da *independência do Brasil*, quando a mineração desta pedra era praticada exclusivamente pelo governo (GARDNER, ([1849] 1975, p.202).

O registro observado por Gardner foi o quartel de Inhaí. De fato, o Quartel de Inhaí e o Quartel de Andaya<sup>3</sup> aparecem representados em todos os mapas analisados. Abaixo se

---

<sup>2</sup>Vargem do Inhaí é hoje uma comunidade quilombola do município de Diamantina certificada pela Fundação Palmares em 17 de junho de 2011. <http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=MG> acessado em 13 novembro 2013.

<sup>3</sup>Quartel do Indaia é hoje uma comunidade quilombola do município de Diamantina certificada pela Fundação Palmares em 22 de dezembro de 2011. <http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=MG> acessado em 13 novembro 2013.

observa os destaques desses quartéis nos mapas de (post) 1729, 1770, 1776 1784 e fotografia das localidades atuais.



Figura 44: Mapa de post 1729 com destaque em rosa para o arraial de Mynhay (atual Inhaí) e em amarelo para Kaeté Mey (atual Quartel do Indaiá).



Figura 45: Mapa de 1784 com destaque para os polígonos de fiscalização dos quartéis de Andayal (marrom) e de Inhai (ocre). Os nomes estão escritos em letra de forma.

O trabalho de campo nessas duas localidades reuniu depoimentos de dez garimpeiros em diferentes situações: em casa, percorrendo trilhas, em reuniões da comunidade, na rua quando o garimpeiro encontrava um conhecido e puxava conversa sobre o garimpo.



Figura 46: Placa de boas vindas a Quartel do Indaiá (outubro de 2013).



Figura 47: Mapa de 1770 com o detalhe do quartel que lá existiu.



Figura 48: Igreja de Santana no distrito de Inhaí (outubro de 2013).

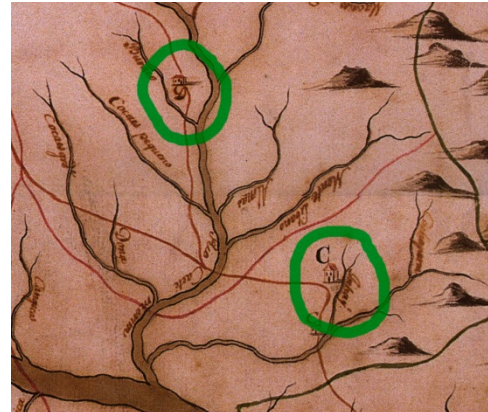


Figura 49: Quartel do Andaial na parte superior; arraial e quartel de Inhaí na parte inferior. Detalhe do mapa de 1776.

### Os lugares-ditos do rio Caeté-mirim

Os lugares ditos pelos garimpeiros da bacia do Caeté-mirim abrangem as áreas vizinhas do rio Jequitinhonha, e das bacias vizinhas do Pardo Grande e Pequeno e do rio Pinheiro:

Cachamorra, Buraco, Capim-açu, Lagoa Seca, Gão, Galvão, Lagoa Redonda, Gonguê, Castelhana, Contagem, Agulha, Buritizinho, Chapadão, Capão Comprido, Vinhático, Cinco Anzol, Areinha, Maria Nunes, Manhana, Bento Salete, Saju, Esmera, nas Pedras, Mandú, Saco da Cachoeira, Desbarranque (Pai Miguel), Canalão (Boqueirão) das Almas, Quebra-pé, Pinheiro, Paiol, Serra de Santana, Porteira do Cocais, Cafundó, Dacamão, Canjica, Grupiara da Rapadura, Grota do Tião, Pedra de Tomazinho, Quitéria, Morro Redondo, Macacos, Ponte de ferro, Barra rica (Jequitinhonha), as Almas (Fazenda), praia do Ingá, Caldeirão (Sopa), Barreiro (Caete-merim), Inhacica, córrego Luis Carlos, Curral (Pinheiro), Mendes, Candonga, Morro redondo, Unha d'anta, correio, serra do Espirito Santo, Serra do Maquemba (Margeia a estrada de São Joao para Quartel), Serra do Cansa Boi.

### Sumidouro do rio Caeté-mirim

Este local foi chamado pelos portugueses “sumidouro do Caeté-mirim” e é conhecido pelos garimpeiros atuais como “Funil do Caeté-mirim”. Trata-se de um ponto onde o rio entra na serra e some da superfície por, aproximadamente, cem metros, como pode ser observado a seguir:



Figura 50: Sumidouro e ressurgência do rio Caeté-mirim. As setas mostram o sentido da correnteza (2 de outubro 2013).

O mapa abaixo mostra o local exato do sumidouro, identificado e cartografado, pela primeira vez, em 1770.



Figura 51: Localização e legenda: “sumidouro do Caetémirim” (Mapa de 1770)

Sobre este local, os garimpeiros GRP15a e GRP15b contam que recentemente foi encontrado um diamante de 150 grãos, “este é um local afamado”, mas o trabalho debaixo da serra é perigoso e difícil:

Esse aí é o Funil, a boca da serra... só tem essa boca aí, ó, não tem outra boca não... era aqui a entrada pra ir cavucando o rio seco lá dentro da serra... o cara ficava mole lá dentro da serra e essa era a única saída pra ele vir carregado aqui pra fora pra tomar ar... o camarada ficava mole com a fumaça do carbureto” (GRP15b).





Figura 52: O acesso à cata de diamante dentro do Funil do Caeté-mirim (2 de outubro 2013).

Apesar do risco, a riqueza do material ainda instiga o garimpeiro: “esse é o corrido... vige... mas tem pretume!... é no preto que tem diamante... ainda vou vir aqui bater peneirada!” (GRP15a).



Figura 53: Garimpeiro analisa o cascalho do Funil do Caeté-mirim (2 de outubro 2013).



Figura 54: Vestígios do muro construído para virar o rio Caeté-mirim e secar a água do Funil (2 de outubro 2013).

#### 4.2.2 Sub-bacia do rio Pardo

A bacia do rio Pardo define o limite oeste da Demarcação Diamantina e é composta pelos rios Pardo Grande e seus principais tributários, o ribeirão das Varas e o Pardo Pequeno. Atualmente, as principais localidades desta bacia são, no rio Pardo Pequeno: Bandeirinha, Quartéis, Mendes além de Barão de Guaicuí e Caxambu Monjolos; no rio Pardo Grande: Chapada, São João da Chapada (localizada no topo do divisor hidrográfico, descrito por Aires da Mata Machado como o povoado de maior altitude do Brasil), além de Galheiros, Batatal e Conselheiro Mata.

Nos mapas históricos as localidades representadas foram Bandeirinha e Quartéis na bacia do Pardo Pequeno, e Chapada e Conselheiro Mata na bacia do Pardo Grande, como será mostrado mais à frente.

Esta área foi visitada por seis viajantes como pode ser observado no quadro 9. No período colonial, quando a extração já entrava em declínio, vieram: John Mawe, Eschewege, Saint-Hilaire e Spix & Martius. Logo depois da independência do Brasil veio Langsdorff, em plena crise da Real Extração e, mais tarde, Richard Burton, no momento em que as lavras estavam desimpedidas para a atividade garimpeira.

Quadro 9: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do rio Pardo.

Sub-bacia do rio Pardo		
PERÍODO COLONIAL		
Viajantes	Locais descritos	Temas que surgem
John Mawe Viajou em 1810	Excursão ao Rio Pardo	Mina de diamante Capim rasteiro Belas quedas d'água Região árida Aspecto lúgubre
	Chapada	Aldeiazinha muito suja Outrora famosa
	O rio Pardo	Escritório da administração Lamacento e pouco considerável Curso sinuoso Caldeirões 180 quilates de diamantes

		Produziu belas pedras Diferença dos satélites
	Cadeia de montanha	Os regatos Terra própria para produção
Eschwege Viajou em 1811	Serviços do rio Pardo	Águas sujas Puras pedras Cita Mawe sobre os satélites
	Chapada	Igualmente riquíssimo
Saint-Hilaire Viajou em 1817	Serviço do rio Pardo	Estabelecido em 1807 Compõe-se de duas tropas Córrego novo e rio Pardo Produziram muitos diamantes Leito de rio e grupiara
	Aldeia Córrego Novo	As casas da Tropa
	Entre Córrego Novo e Chapada	Sempre montanhosa Terreno desigual, árido
	Aldeia de Chapada	Arredor seco 30 choupanas Regatos ricos em diamante Esgotada Indolência Liberação da extração do ouro Cavalaria do regimento das Minas
	Caminho do Tejuco para Bandeirinha	Caminho pelas montanhas Terreno árido e arenoso 30 novas plantas que S.H não possuía
	Lavagem de Bandeirinha	Margem do regato "córrego do ouro" Grupiara Gorgulho
Spix & Martius Viajaram entre 1817 e 1820	Rio Pardo	Fronteira noroeste da comarca Retirou-se dele rico rendimento
<b>PERÍODO IMPERIAL</b>		
<b>Viajantes</b>	<b>Locais descritos</b>	<b>Temas que surgem</b>
Langsdorff Viajou em 1824	Descoberta do Pagão	Qualidade dos diamantes Diamantes no cume do morro Diamante impecável Descoberto recente dos negros livres Governo de apropriou Características da lavra
	Chapada	Paiol de pólvora, cascata Vale elevado Lavra da Rainha Posto do Exército Quartel, 1 légua do Pagão O procedimento dos administradores
Johann von Tschudi Viajou entre 1858 e 1863	São João do Barro	Singular forma de exploração Rocha macia e friável Barro: camada diamantífera Transforma-se em lamaçal A lavra é um buraco enorme Excelente qualidade dos diamantes Explicação da técnica da lavagem

Richard Burton Viajou em 1867	Bandeirinha	Um rancho Muito vento
	Caminho para São João	Estrada Real Morrinhos Caça Vista Tromba D'anta Chapada Vista para São João
	São João do Descoberto	Aldeia Morro Redondo 2000 habitantes Divisor de águas
	Mina do Duro	Terreno duro Grande buraco Torrezinha caiada de branco Pouca gente trabalhando Duro, a filha do Barro
	Mina do Barro	De costas para o Duro Rego, tanque, estacas, negros, feitores Bomba a vapor Casa de Máquinas Caso da descoberta Riqueza e perdição Partida da região de Diamantina

Mawe destaca a cadeia de montanhas, o ar puro e ardente e o aspecto árido da paisagem: *“só se viam algumas pobres árvores tortas, que de algum modo aumentavam o aspecto lúgubre”* (MAWE, [1812] 1978, p. 159). Ao mesmo tempo descreve o solo turfoso banhado por imensos córregos que brotavam de todos os lados e considera o aspecto romântico da região descampada devido ao grande número de rochedos e conglomerados (p.160). Embora considerado lamacento e pouco considerável para a navegação, o rio Pardo é citado pela qualidade e quantidade das pedras que produziu tanto no leito de rios como nas grupiarias (Mawe, Eschwege, Saint-Hilaire, Spix&Martius, Langsdorff). Nas palavras de Eschwege: *“Os serviços de Rio Pardo tornaram-se também célebres porque forneceram os mais belos diamantes do Brasil. Tão sujas são as águas desse rio, quanto pura e bela é a água das pedras nele encontradas”* (ESCHWEGE, [1833] 1979, p.132). Mawe e Eschwege citaram o curso sinuoso do rio que, em alguns trechos, se comprime entre rochedos quartzosos e, em outros, forma cavidades semelhantes a caldeirões, frequentemente rico em diamantes, nas palavras de Mawe: *“um desses buracos, cavados por quatro homens em quatro dias, deu cento e oitenta quilates de diamantes”* (MAWE, [1812] 1978, p.160).

## Os Lugares-ditos da sub-bacia do Rio Pardo

Os lugares-ditos: Sopa, Lavra do Barro, Barro Duro, Unha D'anta, Barro Mole, Lavra do Gongo, morro redondo, Chapada.

## Chapada e São João do Descoberto

Nessa sub-bacia, o escritório da administração ficava em Chapada, descrita por Mawe como uma “aldeiazinha muito suja”, mas outrora famosa por suas lavagens e pelo “terreno riquíssimo”, nas palavras de Eschwege. Saint-Hilaire também relatou que a maior parte dos serviços estava esgotada e que os regatos outrora deram muitos diamantes. Ele assim a descreveu:

A aldeia de Chapada, onde parei, fica sobre uma eminência achatada, cercada a alguma distância por rochedos nus. Nos arredores de Chapada o terreno é seco, árido e as pedras, assim como a areia branca, mostram-se em toda parte (...). Cerca de trinta miseráveis choupanas, construídas desordenadamente compõem a aldeia (...). Colocou-se em Chapada um destacamento de cavalaria tirado do Regimento das Minas e comandado por um cabo. Esse posto é encarregado de inspecionar os viajantes e impedir o contrabando dos diamantes” (Saint-Hilaire, [1833] 1974, p. 24-25).

Segundo garimpeiro GRP15tc11, o atual distrito de São João da Chapada se originou de um antigo povoado denominado Chapada. Os habitantes da Chapada, com a escassez dos diamantes, resolveram subir o Rio São João em busca de uma área mais propícia ao garimpo, chegando ao local atual<sup>4</sup>. Mas existe uma outra versão para esta história, narrada pelo garimpeiro: na época, a população iria fazer uma procissão, mas o padre que viria de Diamantina não chegava e o povo resolveu sair sem a presença dele. Porém, quando este chegou e viu que a procissão havia saído, ficou indignado e jogou uma praga: tirou um dos sapatos, bateu no chão e disse: “*Eu é daqui pra trás: isso aqui vai terminar em formiga e tico-tico*”. Tempos depois, surgiram formigas e bandos de tico-tico de todo lado que roubavam os mantimentos e destruíam as roupas, forçando, aos poucos, a saída da população para São João da Chapada. O garimpeiro GRP15c11 contou que, quando era criança, ia para a Chapada com seu pai e avô e os tico-ticos, voavam por todo o canto.

---

<sup>4</sup> Em 1861, pela lei nº1103, de 16 de setembro, o povoado passa a ser reconhecido como um distrito e, após 1870, o lugar passa a ser denominado São João da Chapada.

Também havia muita formiga no local e já não existiam residências, só as ruínas de pedra que ainda hoje podem ser vistas, conforme mostram as fotografias abaixo.



Figura 55: Ruínas da Chapada, em maio de 2011. Foto: Vinícius dos Santos Assunção

Outro garimpeiro conta a seguinte história:

já teve firma ali. Tinha uma cadeia, cemitério, foi uma cidadezinha. Meu pai foi nascido e criado na Chapada. Vinham garimpar aqui no Barro e no Campo Sampaio. Começaram a montar os ranchinhos e aqui passou a chamar São João da chapada. Daqui lá é uma légua (6km) é menos de uma hora caminhando. Tinha muito medo de ir lá da Chapada por causa dos fantasmas. Já dormi debaixo de cama de tanto medo (GRP.Tc08a).

A arqueóloga Loredana Ribeiro (2013) apresentou a planta baixa das ruínas da Chapada, com o muro de contenção do barranco do córrego da Chapada, cadeia, capela, curral em pedra seca, cruzeiro, alicerces com fogões, conforme abaixo.

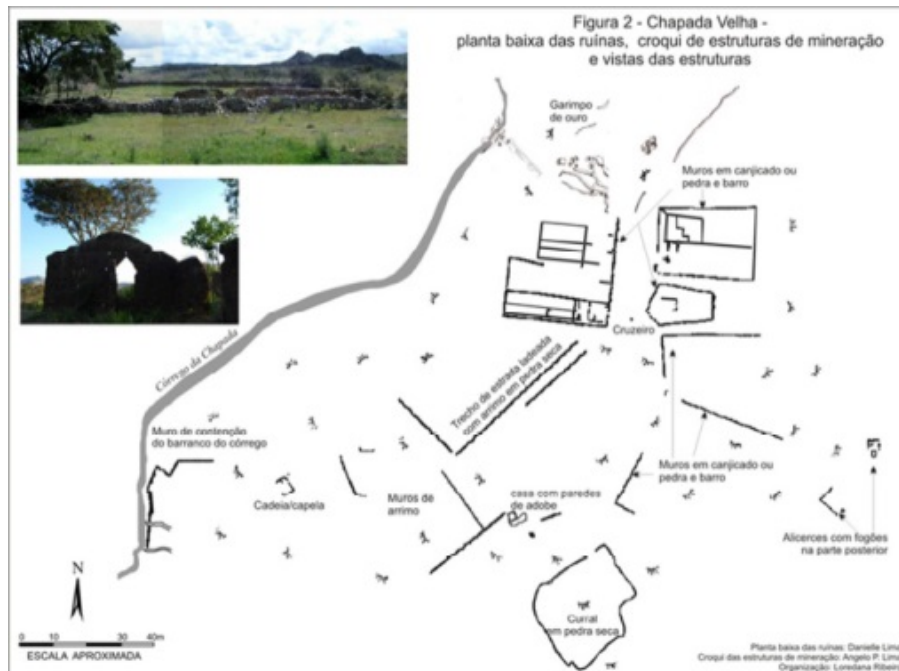


Figura 56: Chapada Velha – planta baixa das ruínas, croqui de estrutura de mineração e vista das estruturas (RIBEIRO, 2013, p. 161)

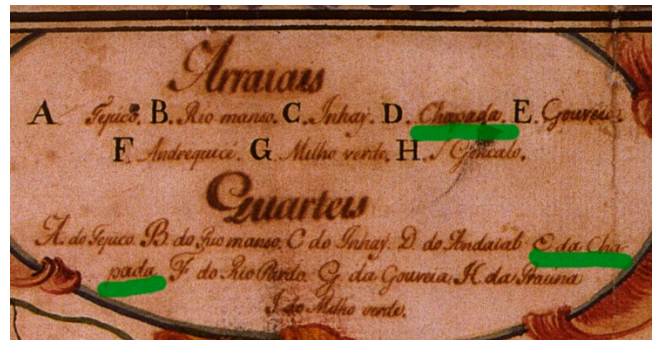
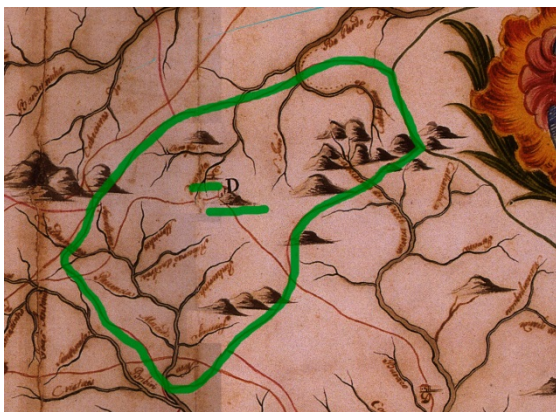


Figura 57: Destaque para a área de fiscalização do quartel de Chapada. Mapa de 1776.

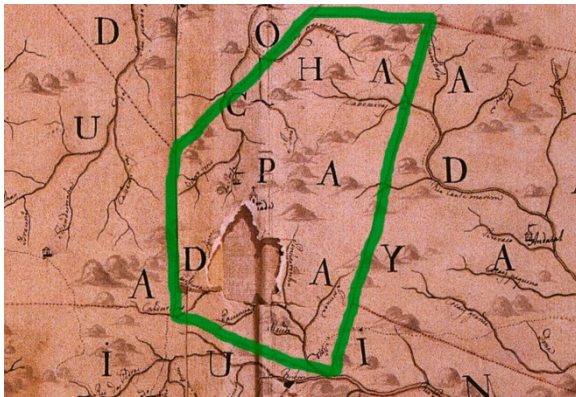


Figura 58: Área do quartel da Chapada, mapa de 1784.



Figura 59: Capela de São João da Chapada, em 2008.

Segundo Machado Filho (1985), São João da Chapada foi fundado por volta de 1833 devido a descoberta da lavra diamantífera da Pratinha que originou as primeiras choupanas margeando o córrego São João, no alto de uma chapada, na antiga propriedade do comendador João Fernandes de Oliveira. E com a notícia da descoberta atraiu muitas pessoas de vários pontos:

“Os povos da Chapada e adjacência, margeando o córrego de S. João, outrora dos mais ricos, a meia légua daquela freguesia descobriram as lavras da Pratinha, onde hoje assenta o arraial de S. João da Chapada, nome que define bem a sua localização. Outras lavras vão surgindo posteriormente, além do aproveitamento de inúmeras restingas encontradas nos arredores” (MACHADO FILHO, 1985, p.23).

Sobre São João do Descoberto Burton escreveu, em 1867:

A aldeia fica em um buraco raso, perto das minas que a originaram. Para oeste, está o *Morro Redondo*, um outeiro muito baixo, tendo em cima uma cruz muito alta; para leste, o cemitério, também com as suas cruzes. A única rua leva a uma humilde capela de madeira, em uma praça quadrada. O Almanaque (1864) dá para o arraial 2.000 habitantes e 300 casas, números que eu dividiria por dois. As casas são, em geral, de taipa, caiadas em sua maior parte, do tipo de porta e janela muito estreitas e um tanto prolongadas para o fundo, forradas de sapé ou de telha” (BURTON, [1869] 1977, P. 113).

Richard Burton também descreveu o caminho do Tejuco a São João do Descoberto que passa por um trecho da estrada real (atual BR367) e depois acompanha a crista da serra divisora das águas - do rio Pardo, a oeste, e rio Pinheiro, a leste - de onde é possível avistar, a oeste, a “curiosa formação chamada Tromba d’anta”. O trajeto percorrido passa pelo córrego Morrinho (sub-bacia do Pinheiro) – onde foram encontrados os primeiros diamantes



da Demarcação Diamantina, vide mapa de 1770 - e passa pela aldeia e antigo serviço da Chapada.



Figura 60: Tromba D'anta. Fevereiro de 2012.



Figura 61: “Lugar aonde aparecerão os primeiros diamantes”. Detalhe do Mapa de 1770. Adaptado de Costa, 2004.

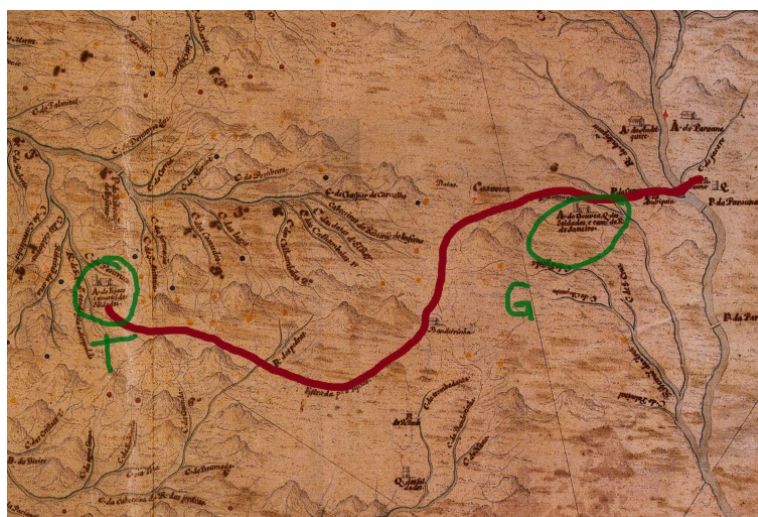


Figura 62: Detalhe da “Estrada pro Tejuco” no mapa de 1770. A Estrada Real no trecho entre Diamantina (T) e Gouveia (G)..

### Lavra de ouro de Bandeirinha

A lavagem de ouro de Bandeirinha é descrita por Saint-Hilaire e por Richard Burton. Saint-Hilaire destaca o caminho de três léguas do Tejuco, árido e arenoso, sempre pelas montanhas e coberto por plantas herbáceas. Uma nota no livro de Burton explica que “Bandeirinha e Bandeira são denominações comuns na província de Minas Gerais, datando das expedições destinadas a apresar índios” (BURTON, 1977, nota 41). Em Bandeirinha,

Burton também destacou o terreno árido e descreveu o local, cinquenta anos depois da passagem de Saint-Hilaire:

uma casa caiada de branco cercada de algumas árvores e um pasto fechado, tendo em frente um rancho aberto. Maria Augusta de Andrade, na ausência de seu marido, José da Rocha, minerador, negociante, rancheiro, etc., etc., levantou-se, tremendo de frio, e preparou um almoço para nós; o vento sudeste estava soprando há cinco dias, e, quando voltei, cinco dias depois, continuava a soprar.” (BURTON, [1869] 1977, P. 81)

O sítio da Bandeirinha foi um marco geográfico utilizado para demarcar a área diamantífera em 1734: “...onde cortar<sup>á</sup> direto ao morro da Bandeirinha (marco 8) que é um morro cortado com três cortadeiras no rochedo do oriente ao ocidente; e continuará pelos rochedos que vão seguindo pela margem ocidental do Córrego das Bandeirinhas (marco 9)” e na ampliação de 1788: “... dali se caminhão athe o sitio chamado Bandeirinha (marco 14) subindo pelo ditto rio Pardo Pequeno acima...”. O morro Bandeirinha está à margem da BR 367 entre Diamantina e Gouveia e pode ser observado por quem passa de carro, vide figura 63:



Figura 63: Morro da Bandeirinha visto da BR367. Maio de 2012.

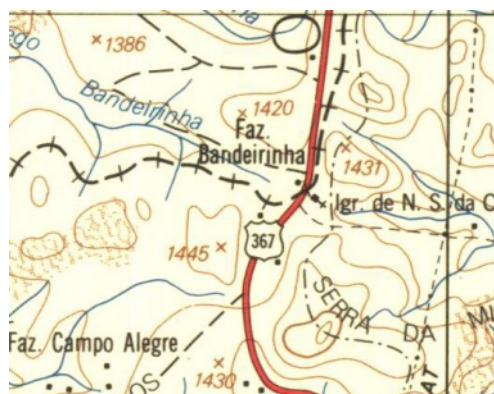


Figura 64: Detalhe da carta topográfica IBGE de Diamantina indicando a localização do morro da Bandeirinha.

### Lavagem do Pagão

Langsdorff visitou a lavra do Pagão porque ficou muito impressionado com as pedras que havia visto na sede da Administração, no Tejuco, onde eram guardados os diamantes: “Os diamantes encontrados em Pagão são todos grandes e com uma cor esverdeada por fora. Dizem que, depois de polidos, eles têm a mais bela água e são os mais apreciados no comércio. O maior diamante era mais branco, transparente e impecável” (DANUZIO, 1997, p.

298). Segundo Langsdorff, essa nova lavação havia sido descoberta por “negros e ladrões de diamantes” e era totalmente diferente do princípio que vigorava até então porque “Os diamantes estão nos cumes dos morros, não em seixos rolados de quartzo, mas numa espécie de areia ferruginosa” (DANUZIO, 1997, p. 296). Sobre esse descoberto Langsdorff explicou:

Pagão é uma das maiores descobertas feitas recentemente. Alguns negros livres vieram por acaso para cá, para lavar diamantes às escondidas. Dois deles trabalharam de 2 a 3 meses em silêncio e encontraram grandes tesouros. Eles admitiram mais um terceiro na sociedade e começaram a vender grandes pedras. Com isso, chamaram a atenção das pessoas, que acorreram em massa, pois o local não estava proibido. Tão logo o Governo ou a Administração teve notícia disso, mandou o Exército para cá, onde já havia cerca de 1.000 pessoas. Todas as lavações foram interditas, e o Governo se apropriou do local (DANUZIO, 1997, p. 309).

A título de curiosidade, ao empreender a viagem para conhecer a lavra do Pagão, Langsdorff foi surpreendido por uma “tempestade com chuva forte e repentina” que o acompanhou durante todo o percurso: “por causa da chuva, não conseguíamos ver quase nada” (DANUZIO, 1997, p. 310).

O local não foi visitado em trabalho de campo.

### **Lavra do Barro Duro e Lavra do Barro Mole**

Um dos serviços de diamante visitado por Tschudi e Burton foi o complexo formado pela Mina do Duro (conhecida hoje como Lavra do Barro Duro ou Unha D’anta) e pela Mina do Barro (conhecida hoje como Lavra do Barro ou Barro Mole), localizadas como que de costas uma para a outra: “É uma sensação estranha, ficar de pé na crista do morro, com duas escavações multicoloridas abrindo-se de ambos os lados e estendendo-se até bem longe” (BURTON, [1869] 1977, p. 115).

Sobre este complexo ele descreve:

A Duro é uma filha legítima do Barro, criada há sete ou oito anos pelo Tenente-Coronel Brant, que achou, muito sensatamente, que, se de um lado do morro, a argila da encosta é produtiva, a do outro lado também deverá ser. Como se viu, a progenitura valeu a pena (BURTON, [1869] 1977, p. 115).

Na Mina do Duro ele encontrou um grande buraco: “O formato era o de uma ferradura alongada (...). A profundidade máxima deve ser de 30 metros, a largura de 100 metros e o comprimento, o dobro mais ou menos” (BURTON, [1869] 1977, p. 113). Na extremidade nordeste Burton diz ter visto os sinais de onde haviam sido montados “trilhos, com 1.300 metros de extensão, e uma torrezinha caiada de branco indicava a casa de máquinas, onde uma bomba elevatória de 4 H.P. permitia que a mina trabalhasse o ano inteiro” (BURTON, [1869] 1977, p. 114).

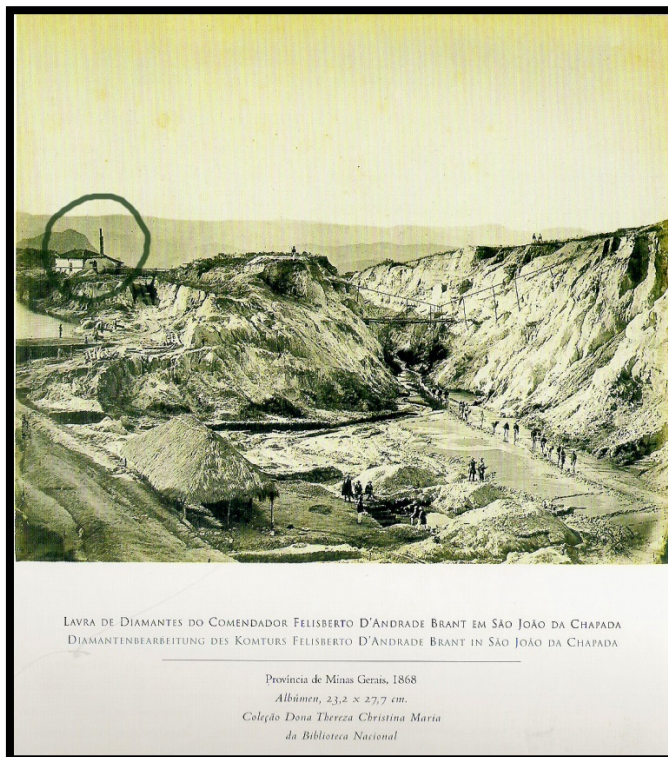


Figura 65: Lavra do Barro. À esquerda, destaque para a chaminé da casa de máquina descrita por Richard Burton, em 1867. Foto A. Riedel, 1868.



Figura 66: “A máquina” como é conhecida a ruína da antiga torre, o local é revestido de uma aura mítica, cercada das lendas conhecidas pelos moradores locais.

Na ocasião de sua visita (1867) havia pouca gente trabalhando, mas Burton afirmou que “antes, a *Mina do Duro* empregava mais de cem negros, número agora reduzido para a metade, e que parece muito pequeno, no meio de uma área tão grande” (BURTON, [1869] 1977, p. 114).

Burton escreveu que a descoberta dessa lavra aconteceu em um tempo e lugar em que ninguém pensava em procurar diamantes ali:

Uma velha, que tinha o hábito de lavar o cascalho em um pouco de água que saía da grotta, verificou que as pedras preciosas se encontravam no barro azul. Há cerca de trinta e três anos a mineração foi iniciada com disposição, e atualmente passou para as mãos do atual proprietário, que chegou a nela empregar até duzentos escravos (BURTON, [1869] 1977, p. 115).

A riqueza nesse local foi tamanha e outras lavras semelhantes apareceram e a riqueza foi tal que: “às vezes, o dono da mina exclamava: Meus Deus, estais fazendo isso para causar a minha perdição?” (op. Cit., p. 115).



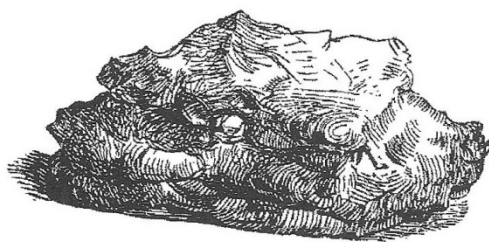
Figura 67: Canal do Barro. A comparação de Ribeiro (2013) indica estruturas do século XIX que ainda podem ser vistas: uma barragem (à esquerda) e uma estrada (no centro) (p.164).

Tschudi ([1866] 2006) passou pela região um pouco antes de Burton e comentou sobre a excelente qualidade dos diamantes, sobre as duas sociedades concorrentes que trabalhavam ali e forneceu informações detalhadas sobre a “singular forma de exploração do depósito de São João do Barro” (p. 127).

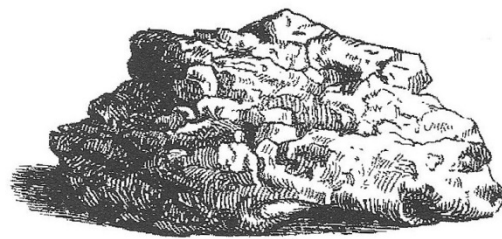
A camada diamantífera ficou sendo chamada de *barro*. Quando seca, essa rocha é pulverulenta e parece um pouco gordurosa ao toque. Quando absorve muita água, transforma-se, então, em uma lama pegajosa (TSCHUDI, [1866] 2006, p.127).

Conforme sua coloração, o barro é chamado pelos trabalhadores de branco, azul, vermelho ou mesclado. A camada diamantífera... sobre jaz uma rocha xistosa chamada *piçarra*. Não pude examinar o fundo da lavra. Por causa das fortes chuvas das últimas semanas, o barro transformara-se num lamaçal, e era impossível caminhar sobre ele. Na realidade, a lavra é apenas um buraco enorme, com 60 pés de profundidade onde a camada desaparece debaixo de uma colina (op. cit., p.128).

Uma formação peculiar, chamada *tauá*, parece indicar, segundo a opinião do proprietário, a ocorrência de diamantes. Ela se diferencia do gorgulho e do cascalho porque seus fragmentos apresentam uma textura xistosa. Cor e tamanho não importam. (...) Raramente encontra-se uma dessas pedras preciosas incrustada no tauá. O Barão de Araçuai deu-me de presente um pedaço de tauá, com um diamante de bom tamanho incrustado. Abaixo dou uma vista frontal e posterior dessa interessante amostra (op. Cit., p.128).



*Amostra de tauá com diamante.*



*Vista posterior da amostra.*

Figura 68: Ilustração de amostra de Tauá com diamante (TSCHUDI, 2006, p.128).

Em visita ao local em outubro de 2013 acompanhada do garimpeiro GRP20, visitou-se o canal da Lavra do Barro, aberto há muitos anos para drenar o material pesado que fica em cima da massa. O garimpeiro contava sobre as sociedades que tocavam o serviço ali, quando um som característico foi ouvido, vindo do fundo do canal, onde passa um regato... o mato estava alto e o canal muito fundo, o que impossibilitava a visão, mas o som não passou despercebido: “tá ouvindo isso? É muito bonito, é um garimpeiro rodando uma peneira” (GRP20). O som cessou assim que nossa presença foi notada. Ao chegar à lavra do Barro Duro o garimpeiro contou o que sabia sobre a área:

Aqui é a famosa lavra do Barro Duro [conhecida também como Unha D'anta]. Eita lugar que deu diamante! A história desse lugar aqui foi muito curiosa... Aquele barranco que está ali no fundo, o último lá, vermelho... aquilo é uma massa. É um material virgem que está ali e é riquíssimo, ela é o prosseguimento da massa que foi encontrada aqui (GRP20).



Figura 69: Lavra da Unha D'anta, em outubro de 2013.

As lembranças pessoais foram surgindo:

Este é o ponto da minha história... é aqui a origem do diamante azul! Exatamente onde a senhora está pisando! Aqui deu a pedra. Nós demos uma cata que foi fantástica. Não ficamos ricos não, mas deu pra fazer muita farra. Esse ponto aqui foi especial... aquele ali foi [especial] demais... ali foi um bojo... e esse despejo aqui, por causa de uma chuva que deu nós fomos obrigados a tocar ele... porque a pressão dos barrancos estava muito grande... tava melando demais. Pra gente não parar nós fomos tocar esse despejo e nesse despejo deu uma pedra de 4 quilates e meio, verde! São pedras raras! (GRP20).

Ao chegar na lavra do Barro (Mole) ele contou sua versão sobre como foi a chegada dos ingleses ali:

Um dos Trapper, que eram os ingleses, estava no Rio de Janeiro, quando lá na rua do Ouvidor olhou uma vitrine e viu um prato de diamantes onde estava escrito: diamantes de São João da Chapada, Lavra do Barro. Ele veio para Diamantina para saber quem era do dono da lavra do Barro. Era meu avô. Eles fizeram uma sociedade e na época foi a primeira bomba mecanizada da região, porque meu avô tirou um motor de um caminhão novo e fez um equipamento de mineração e eles vieram pra cá tirar diamante. Isso foi no início dos anos de 1940 porque o requerimento é de 1947 (GRP20).

Esse local é descrito como muito rico de diamante, a massa é o material considerado pelos geólogos como a alteração da chaminé kimberlítica. A dificuldade da extração do diamante nesse material existe devido à consistência que o material adquire quando

encharcado, daí o nome de barro. Isso fez com que a família detentora do requerimento minerário pensasse uma estratégia de mineração para a extração, o que ficou conhecido como a lenda do Barro:

A lenda é a seguinte. A lenda não, a história: você tirava o barro daqui hoje, amanhã você voltava e ele tava lá de novo. Porque a pressão do barranco apertava lá embaixo e ele subia. Então a gente pensou: vamos fazer um buraco pra chegar nele e ele vai sair com a pressão... então essa é a história. Lá na frente você vai ver a entrada de um túnel que é o buraco que tava sendo feito pra tentar fazer isso, mas não dava certo, porque o material corre... mas era aquilo que a gente acreditava... era a engenharia da época... tá vendo os tubulões ali no meio da cata? um tubulão desceu 14 metros, salvo engano tem um tubulão de 21 metros... e não conseguimos chegar no barro! Mas ele está aí! Então, isso aqui é um lugar pra companhia [de mineração] (GRP20).



Figura 70: Tubulão e encosta da Lavra do Barro. Outubro de 2013.

Ele conta que o Barro é tão rico que na época da exploração dos ingleses os funcionários não podiam usar calça comprida... *“e muito menos dobrada, porque qualquer barro que ficasse na dobra da calça poderia conter diamantes. Tinha as bacias com água que o pessoal tinha que pisar lá dentro e lavar as pernas e as dobras pra não sair com diamante”* (GRP20).

O garimpeiro GRP20 buscou informações com pessoas bem antigas sobre a origem daquelas escavações e informou o que descobriu:

as escavações no começo como você bem sabe, foram abertas manualmente. Depois foi implantado o sistema de desmonte hidráulico, tendo como fonte de energia, a eletricidade. Só depois de muito tempo é que houve a introdução do



trator nos serviços, mas já eram movidos a diesel, sendo então uma coisa mais recente (GRP20).

Segundo o GRP20, como atividade de mineração, com investimento em maquinário e material pesado, a Unha D'anta está parada há aproximadamente oito anos (desde 2005), mas como frente garimpeira, não:

... ela acontece... inclusive, olha o trabalho garimpeiro ai... eles estão trabalhando ai. Estão extraindo o gorgulho pra tentar chegar na massa... olha aqui uma canoa... trabalho garimpeiro no meio do Barro: o terrerinho, a caixa da bica, o cano, a curva, as grelhas... Olha que ferragem linda! Eu acho tudo tão bonito! (GRP20).



Figura 71: Vestígio de trabalho garimpeiro na Lavra do Barro. Outubro de 2013.

Sobre o impacto visual causado pela cratera da Lavra do Barro ele diz:

Esse lugar era nivelado... essa cratera não existia, aqui era um campo, foi uma atividade violenta, uma produção de milhares e milhares de quilates de diamantes... foi gigante! A atividade minerária daquela época [nos oitocentos, antes dos ingleses chegarem] ela podia não ter os equipamentos que tem hoje, mas a força humana era gigante! Eram milhares de pessoas. A força humana era muito maior que um equipamento de garimpo de hoje é capaz de fazer (GRP20).



Figura 72: Paisagem da lavra do Barro. Outubro de 2013.

Aí vocês vão pensar: 'olha o que vocês fizeram aqui!'. Eu digo: o que vocês fizeram aqui, não! Isso aqui tá feito desde o século XVIII. Não fomos nós que abrimos essa cratera aqui não. Nós pegamos do fundo pra cima, nós não viemos abrindo ... essas paredes estão aqui igual eu conheço desde que eu sou gente. Eu nunca vi uma mudança numa parede dessa aqui ó. Isso aqui foi aberto no passado. Não fomos nós, os contemporâneos que fizemos isso aqui não, nada disso! Pelo contrário, nós não mexíamos no barranco com medo dele pressionar o chão que nós precisávamos entrar. Isso aqui ficava intocado (GRP20).

### 4.2.3 Sub-bacia do rio Pinheiro

A sub-bacia do rio Pinheiro está no centro da área da antiga Demarcação Diamantina. A bacia é composta pelo rio Pinheiro – formado pelo encontro dos córregos da Areia, Morrinhos e o ribeirão Caldeirão – e o ribeirão das Pedras ou Biribiri, que recebe as águas do ribeirão Guinda. As principais localidades desta bacia são os distritos de Guinda, Sopa, Pinheiro e as localidades de Ribeirão da Areia, Vargem do Pinheiro, Angicos e a vila de Biribiri.

Esta área foi visitada por cinco viajantes, como pode ser observado no quadro 10. No período colonial passaram por ali Saint-Hilaire e Spix & Martius; Conde de Suzannet, von Tschudi e Richard Burton passaram quando as lavras já estavam desimpedidas.

Quadro 10: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do rio Pinheiro.

<b>Sub-bacia do rio Pinheiro</b>		
Viajantes	Locais descritos	Temas que surgem
<b>PERÍODO COLONIAL</b>		
Saint-Hilaire Viajou em 1817	Pinheiro	Casa do Intendente Câmara Dificuldade para criação e plantio O terreno, secura do solo Derrubada de árvores Prática de “deitar fogo”
	Rio Pinheiro	O leito estreito Dique Aspecto selvagem Uma morada
Spix & Martius Viajaram entre 1817 e 1820	Serviço dos Caldeirões	Caminho por campos abertos Pequeno Rio das Pedras Antigo serviço abandonado
<b>PERÍODO IMPERIAL</b>		
Conde de Suzannet Viajou em 1842/43	Guinda	Dificuldades da extração
	Brumadinho	Lavra de campo Sazonalidade
Johann von Tschudi Viajou entre 1858 e 1863	São João Rio das Pedras Rio Guinda Ribeirão dos Caldeirões	O caminho de Diamantina Antigos achados de diamante Casas isoladas de garimpeiros Formação do arraial Vista para o Itambé

		Vista para a Tromba D'anta
	Ribeirão dos Morrinhos	Primeiros diamantes do Brasil
	Arraial da Chapada	Lugarejo bonito Arredores áridos Antigo quartel "hoje" pouco importante Caminho para São João
Richard Burton Viajou em 1867	Guinda	Córrego outrora rico Povoação de mineradores Cercada de escavações
	Brumadinho	Povoação semelhante

Saint-Hilaire ([1833] 1974) chegou ao Distrito Diamantino em setembro de 1817 (p.23) período de seca e calor excessivo. Ele vinha de uma viagem longa pelo norte de Minas, passou por Curimataí (Buenópolis) e entrou em terra diamantina pelo rio Pardo. No posto de Chapada foi-lhe cedido um cabo que o conduziu por "caminhos horríveis no meio de rochedos" até chegar à casa de campo do Intendente Câmara no "solitário recanto" de Pinheiros:

a casa do proprietário, que não passa de simples choupana, foi construída ao fundo, ao pé de um rochedo. Diante dela o horizonte é limitado por montanhas... O terreno (...) é desigual (...). Nas vizinhanças da habitação enormes rochedos elevam-se próximo ao regato. (...) abaixo dessas montanhas que limitam o horizonte, a vista repousa sobre um grupo de casinholas intercaladas de árvores, no meio das quais notam-se, pela elegância do porte, algumas bananeiras. (...) aqui o aspecto é singular, sendo-me impossível pintá-lo, o que creio ser devido à cor dos rochedos, sua posição e à natureza dos vegetais (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.25).



Figura 73: Placa de boas vindas e o distrito de Pinheiro a (setembro de 2013).

Segundo os relatos, o intendente criava ali muitos animais, mas a "pobreza e secura do solo" comprometiam suas investidas no campo: as vacas eram pequenas e

davam pouco leite, da mesma forma, os legumes e os grãos não prosperavam. Em suas excursões pelas redondezas em companhia do Intendente, o francês notou a paisagem marcada por rochedos descobertos, a frequente ocorrência de samambaias, a derrubada de árvores para a plantação de capim gordura e a prática de “deitar fogo” para fazer pastagens. Saint-Hilaire descreveu com prazer as bananeiras e laranjeiras que cresciam ao redor de uma pequena casa, para ele, esse foi um contraste encantador em meio às gargantas largas e profundas ([1833] 1974, p.26).

A natureza do terreno o impressionou: “Daí a pouco o aspecto da região tornou-se ainda mais selvagem; enormes rochedos pardacentos e completamente desprovidos de verdura se apresentavam diante de nós; o rio desaparecera aos nossos olhos e apenas ouvíamos o murmúrio das águas.” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.26).

Apesar de ter avaliado a “largura pouco considerável” do rio Pinheiro, Saint-Hilaire o descreveu com surpresa: “o Pinheiro corre entre montanhas onde a pedra se mostra a nu entre árvores e arbustos; enormes rochas elevam-se do meio das águas minadas por elas em todos os sentidos...” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.26).



Figura 74: “o Pinheiro corre entre montanhas onde a pedra se mostra a nu” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.26). Em destaque a presença do garimpeiro (setembro de 2013).

Saint-Hilaire mencionou uma fossa profunda completamente seca que havia recebido as águas do rio, desviadas por um dique: “com o leito dessecado foi possível, sem dificuldade, extrair o cascalho a fim de lavá-lo em seguida. Aliás não foi apenas com o Pinheiro que se empregou esse processo” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.26).



Figura 75: Fossa seca (ou valo) aberta na rocha para receber as águas desviadas do leito natural do rio Pinheiro (foto de 14 de setembro de 2014).

Curioso notar que, talvez pela sua posição central no Distrito Diamantino, a bacia do rio Pinheiro não foi uma base de controle, como pode ser observado nas figuras abaixo. Até 1787 não houve representação de nenhum arraial ou quartel nessa área.



Figura 76: Destaque para a ausência de arraiais ou quartéis na área da bacia do rio Pinheiro, mapa de 1770.



Figura 77: Destaque para a área do rio Pinheiro, controlada pelos destacamentos de diferentes quartéis: Inhaí, Chapada, Tejuco e Rio Manso. (Mapa de 1784)

### Lugares-ditos da sub-bacia do Pinheiro

Foram muitos os lugares-ditos pelos garimpeiros não só na área do rio Pinheiro, mas também nas sub-bacias vizinhas:

Praia do Ingá, Formiga, Campo da Dona, Angico, córrego da Barra, córrego Mosquito, córrego Mulato, Lapa do Mané Salu, Quilombo (próximo a Morrinhos), Pai Domingo, Aroeira, Lavrinha, Campo Santiago, Grupiara do Cocho, Tonta, Cabaça, Embrechado, Curral, Poção da Boa Vista, Praia do ouro, Manoel Pinto, Marimbeiro, Calçada dos Escravos, Vargem do Pinheiro, Fazenda Felicidade, Serra do Goulart, Morro da Vargem, Areião do Mata Porco.

E ainda mais: Rio Pecadinho, rio Caldeirão, lavra dos Caldeirões, rio do Guinda, rio das Pedras (Biribiri), Damázio, Mariana, Bambá, Angu Duro, Mongongo, as Barragens, serra do Isidoro (perto da Lavra do Mato), Guinda, Lavrinha, Serra da Galinha, Mandú, córrego do Maçangano, Taquara, córrego do Jequi, Lapa da Adega, Tapera de Bernardino, serra da Mãe Mina, Lavrinha, Perpétua, Canal da Cachaça, Brumadinho (ou Grumadinho), Pimentel, Pimentel, Moçambique, Cata da Califórnia, Alto dos Caboclos, terra Vermelha, Serra do Gato, grupiara do Augusto Campo, Canal da Cachaça, Serra do Bule, Fazenda Velha (do Intendente), Terralta, Bambá, Campo do Batizado.

Os lugares-ditos possuem cada qual uma história que confere significado para seu topônimo. Dessa lista, foram selecionados aqueles que permitem vincular as fontes de pesquisa.

### **Córrego Morrinhos, onde foram encontrados os primeiros diamantes**

Von Tschudi ([1866] 2006) escreveu que, segundo uma antiga informação, os primeiros diamantes do Brasil foram encontrados no Ribeirão dos Morrinhos, que fica ao longo do caminho entre o Tejuco e o arraial de São João do Descoberto (atual São João da Chapada) (p.121-122). Esta informação foi cartografada em 1770, como pode ser observado na figura 78.



Figura 78: “Lugar aonde aparecerão os primeiros diamantes” (mapa de 1770)

### **Guinda**

Richard Burton se refere ao povoado de Guinda como

*uma povoação de mineradores, cercada de escavações vermelhas e, de longe, parece um cupim; tem uma única praça quadrada e um grande cruzeiro, ranchos para tropeiros e casas decentes, agrupadas na margem esquerda do córrego. Além, fica **Brumadinho**, uma povoação semelhante, porém menor (BURTON, [1869] 1977, p. 82).*

Ele apresenta o ribeirão **Guinda** como “*um córrego largo, raso e arenoso, outrora muito rico e ainda explorado, que alimenta o **Rio das Pedras, Rio do Caldeirão, Biribiri, Pinheiro e Rio Jequitinhonha**”.*



Figura 79: Distrito de Guinda em 2008.



Figura 80: Distrito de Guinda em 2013.

Ao lado do distrito de Guinda existe hoje uma lagoa margeada por uma duna de areia, este local é chamado Mungongo e foi uma importante área de extração semi-mecanizada, como explica o garimpeiro:

Lá no **Mungongo** tem uma massa funda pra daná! A cata encheu e formou um poço perigoso! O povo toma banho lá, mas é muito fundo. Sobre o nome... eles punham muito apelido nas pessoa e depois o lugar ficava com aquele nome... (GRP14).



Figura 81: Lavra do Mungongo, em Guinda, atualmente desativada. Foto de outubro de 2013.



Eu vinha à pé, todo dia trabalhar aqui no Mungongo. Esse areão aí é tudo das massas que ele puxava na bomba e jogava praí. Aqui foi só diamante, aqui não tem mercúrio não. Aquele caminhão ali parado era tocado a carvão, tem uma turbina igual a máquina de trem de ferro (GRP14).

## **Brumadinho / Sopa**

Conde de Suzannet ([1842] 1957) conta que, em Brumadinho, além da camada de terra vegetal, era preciso atravessar uma camada de argila de sete ou oito pés de espessura, antes de atingir o cascalho. Ele explica que tanto a lavra de Guinda como a de Brumadinho ficavam situadas nos campos: “planícies áridas cobertas apenas por uma vegetação rala. E só se pode trabalhar nas suas lavras durante a estação das chuvas. No resto do ano a falta d’água impede de continuar os trabalhos” (op. Cit., p.136).

No centro de Sopa existe uma cratera chamada pelos moradores de Lavra da Califórnia ao lado da qual existe um bloco de conglomerado, a Pedra Morena.



Figura 82: Lavra da Califórnia e Pedra Morena, no distrito de Sopa. Foto de outubro de 2013.

Trabalhada pelos ingleses em 1800 e pouco, isso é coisa antiga... eles bombearam água para desmanchar o material diamantífero... tudo começou tirando esse material diamantífero e o trabalho foi formando essa cratera aí... depois essa área foi usada como reservatório de água, eles fechavam a comporta ali e eles usavam essa água com esguicho para desmanchar o material diamantífero de outros serviços da região (GRP20).

Outro garimpeiro explica: “Nesse lugar eles juntavam água da chuva pra mexer com garimpo. Aqui teve ocasião dessa água ficar sangrando aqui em cima do asfalto.

*Ela vinha também da cabeceira do rio das Pedras, lá em cima, tinha um rego aberto, a água vinha pelo rego” (GRP14).*



Figura 83: A massa do Brumadinho, nos arredores de Sopa. Foto de outubro de 2013.



Figura 84: Mulher garimpeira ao lado do fervedouro na lavra de Brumadinho, usado no passado para desengomar o material. Foto de outubro de 2013.

### **Fazenda do Intendente**

Não foram encontradas informações escritas, mas este local faz parte da história oral e é muito citado pelos moradores locais. Todos dizem que foi habitado pelo Intendente Câmara, que utilizava um abrigo em quartzito situado nos fundos da casa como adega para conservar seus vinhos. Nenhum dos viajantes investigados mencionou este local, mas, em função das características construtivas e dos muros de pedras que cercam o casarão, presume-se que seja antigo.

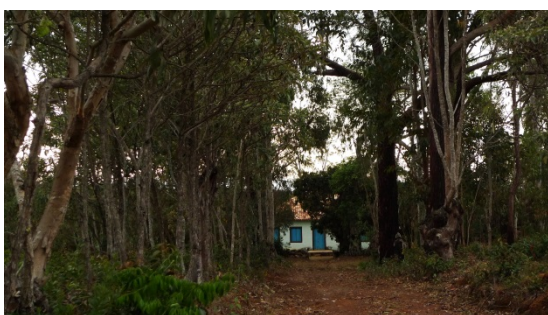


Figura 85: Fazenda Velha, habitada pelo Intendente Câmara. Foto de outubro de 2013.

Sobre o Intendente Câmara Eschwege escreveu:

Em face de tal poder ilimitado e tirânico, que só reconhece como superior o rei, não é de admirar que os habitantes do distrito, sem exceção, o

venerem como a um santo, ou o temam como ao diabo, perante o qual todos se curvam (ESCHWEGE, [1833] 1979, p.129)

Câmara, pelo seu preparo e, sobretudo pela consideração que lhe dispensava o falecido rei, foi nomeado intendente, permanecendo no cargo durante 14 anos. Por uma energia inquebrantável, por um esclarecido espírito e amplos conhecimentos, como pela simpatia que irradiava, Câmara conseguiu impor-se aos próprios ministros. Mesmo dos estrangeiros soube ganhar a estima, graças a sua liberalidade e franqueza. (ESCHWEGE, [1833] 1979, p.129)

## Lavrinha

A Lavrinha é uma cratera localizada nos arredores de Guinda, à direita de quem segue a estrada no sentido Sopa. Os garimpeiros contatados em campo não chegaram a trabalhar nessa lavra e contam:

As pessoas do tempo da Lavrinha funcionando já morreram... A Lavrinha foi tocada na época que quebrava [o material] com água de chuva. Aqui pra frente já é Diamante Vermelho, ali tinha o tanque [de represar água], depois disso ele passaram a garimpar com bomba (GRP14).

Desde que eu me entendo por gente isso é arrebetado... eu ainda lembro de um bocado de gente trabalhando aí, só que a gente vinha pouco. A gente vinha da Sopa comprar as coisas aqui no depósito [de Guinda] então a gente passava lá. Comprava fubá, tocinho, querosene, naquele tempo não tinha luz, era luz de querosene, a gente comprava esses trem ai e carregava tudo nas costas. Lembro que a gente ficava com medo daqueles caras ficar olhando a gente (GRP14).



Figura 86: Lavrinha em setembro de 2006.



Figura 87: Lavrinha em outubro de 2013.

Na ocasião que meu pai trabalhou aqui eles quebravam a massa com água, faziam o batido e depois do batido é que levava pra canoa, depois eles tinham uma casa com chave pra guardar aquela canjica pra ninguém roubar. O trem era rico demais (GRP14).

Isso não tem conserto não. Essas crateras não entopem mais não... isso fica. Ela pode até diminuir, mas não acaba de tudo não (GRP14).

### Serviço dos Caldeirões

A primeira referência ao ribeirão Caldeirão foi encontrada no mapa de 1770



Figura 88: Córrego dos Caldeirões no mapa de 1770.

A lavra dos Caldeirões foi representada no mapa de 1775 com destaque, conforme mostrado na figura 89.

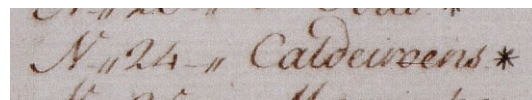


Figura 89: Detalhe da Lavra dos Caldeirões no mapa de 1775. O asterisco na legenda indica uma lavra ativa.

Referências a esta lavra e córrego também foram encontradas nos mapas de 1776, 1784 e 1787. A lavra que fora rica no século XVIII parece ter enfrentado uma crise no período colonial, durante a Real Extração, como narram Spix e Martius:

“o serviço diamantino dos Caldeirões [está] a duas léguas do Tejuco. O caminho passa pelo alto da montanha sobre ralos campos desertos, com

pouca vegetação, e por vales pouco profundos, até ao pequeno Rio das Pedras. Apenas transposto o riacho, chega-se a uma comprida garganta, formada por outeiros quebrados e estranhamente corroídos de rochas de xisto quartzítico. Aqui se havia achado antigamente grande quantidade de diamantes, e se tinham alojado os negros do serviço em algumas choças, ali perto. Atualmente, não estava em andamento o trabalho, por falta de dinheiro” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p.38-39).

Tschudi passou pela lavra dos Caldeirões ao percorrer o caminho para São João do Descoberto no momento em que as lavras já estavam desimpedidas.

O caminho passa pelo Rio Guinda e um pouco mais a oeste pelo Ribeirão dos Caldeirões. Antigamente foram encontrados belos diamantes nesses dois córregos. Atualmente veem-se por ali só algumas casas isoladas de garimpeiros que conseguem achar poucos diamantes em inúmeros lugares espalhados pelo terreno já revolvido (TSCHUDI, [1866] 2006, p.121)

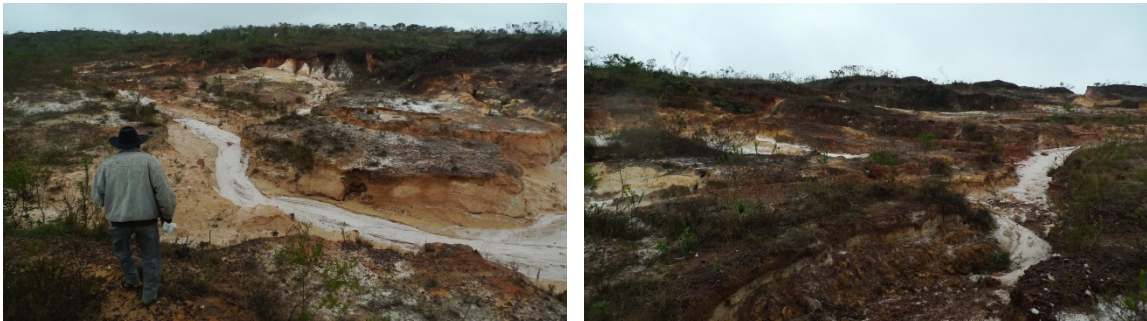


Figura 90: Lavra do Caldeirão, em outubro de 2013.

Segundo o garimpeiro, esse local foi mexido há aproximadamente cinquenta anos e desde então está parado.

Agora olha pra você ver o tamanho dessa grupiara, ó aonde é que ela começa, esse trem vai por aí acima toda vida, vai até ali pra cima aonde estão aqueles eucaliptos e isso descamba lá pro outro lado...Essa aqui é a maior área de garimpo que eu já vi nas redondezas. Esse pessoal que eu trabalhei com eles aqui era americano. Eu não sou capaz de medir o tamanho dela não... (GRP14).

Aqui nos caldeirões é massa (...) A massa costuma ser melhor de diamante, a massa foi o que espirrou os diamantes pra sair pra cima pra ir no cascalho. Eles falam que é como uma chaminé. Aqui quebrava com água, esguicho, eles puxavam água lá do rio, bombeavam e jogavam aqui. Lá em cima tem as barragens... ali dá pra ver a marca do rego para puxar a água da barragem para quebrar a massa com esguicho (GRP14).

Isso aqui era estrada pra levar o cascalho pra lavar lá embaixo no rio, aí a chuva foi desmoronando... Aqui trançava caminhão demais... hoje está

esse desbarranque... Antes era carro de boi, animal puxando gorgulho, trazendo cascalho lá do alto para dentro do rio para resumir. Vai abrindo caminho, a água vai passando... abriu um canal fundo ai ó... Eu trabalhei aqui puxando caminhão... No tempo que o povo tava mexendo com garimpo aqui, eles arrumavam a estrada. Hoje desmoronou tudo as estradas! (GRP14).

Isso aqui deu diamante pra caramba. Ali mesmo naquele pé de morro ali, onde está aquele paiol de pedra ali, eu tirei uma pedra de 15 grãos (GRP14).

## Tonta

Um lugar chamado Tonta é considerado importante na história do Pinheiro.

Vou te mostrar o que é um lugar bonito... chama Tonta, um pouco pra baixo do encontro dos dois rios. Você vai ver o cimento que esse povo gastou lá no valo. Nossa senhora... pra desviar o rio... e tiro, gastou tiro demais também [dinamite] dava 50, 100 tiros de uma vez. Furava, furava, furava e punha um cordel, furava 50 minas (banana) e dava um tiro só. Foi na margem do rio. Vocês vão ver lá.” (GRP7).



Figura 91: Encontro dos rios Biribiri e Pinheiro, em setembro de 2013.



Figura 92: A Tonta, no rio Pinheiro. Setembro de 2013.

“... aqui (na Tonta) nunca trabalhei por conta, só fichado” (GRP7).

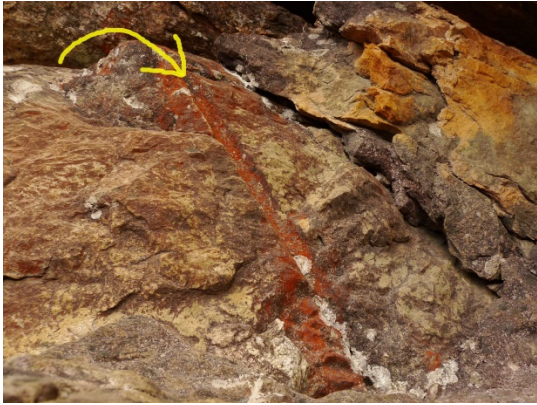


Figura 93: Marca de aço para dinamitar a rocha. Setembro de 2013.



Figura 94: Escora utilizada no garimpo. Setembro de 2013.

Foram três meses só pra construir o muro... 2 anos trabalhando durante a seca (seis meses de chuva sem trabalho). Ó, isso aqui é o pilar furado na rocha para sustentar o muro de pedra e cimento.... mil sacos de cimento não dava pra nada, era fila de homem que trabalhava aqui [na época de Júlio Bento]”... A primeira pesquisa foi de Júlio Bento, ele trabalhou aqui uns 10 anos, acabou; a companhia Eminosa veio e tirou mais diamante que ele, muito mais... a companhia trabalhou lá embaixo, quase no final do rio, um lugar chamado Embrechado, pra chegar lá tem que ir por Mendanha (GRP7).



Figura 95: Muro de pedra construído para virar o rio. Foto de setembro de 2013.



Figura 96: Garimpeiro solitário trabalhando manualmente às margens do rio Pinheiro. Setembro de 2013.

### Calçada dos Escravos

Ao sair da Tonta, passamos por um caminho calçado com lajes de quartzito que leva de volta à estrada do Pinheiro.

Ninguém no Pinheiro lembra de quando essa estrada foi construída.... de como que os escravos trouxeram essas pedras... eram mil homens as

vezes eles iam ajudando os carros de boi... já passei aqui milhares de vezes, nunca tinha prestado atenção nisso aqui, agora tá me chamando a atenção... assim o tamanho das pedras (GRP7).



Figura 97: Calçada dos Escravos, na sub-bacia do rio Pinheiro. Setembro de 2013.

Sobre os vestígios do passado ele comenta: *“Difícil é passar onde os antigos não passaram... eu tinha caximbo, frincheiro, aço véio, um cara levou... hoje tenho pouca coisa lá agora... ele me deu 700 reais eu achava que não valia nem 50 reais”* (GRP7).

#### 4.2.4 Sub-bacia do rio Manso

A bacia do rio Manso define o limite leste da antiga área demarcada. O rio Manso é o principal curso d’água e recebe as águas de inúmeros córregos entre os quais o Amendoim, Gangorra, Canjica, Fábrica. O antigo arraial do Rio Manso teve sua denominação alterada em 1938 para Couto de Magalhães de Minas, quando ainda pertencia ao município de Diamantina, do qual foi desmembrado em 1962, (BARBOSA, 1995). A sub-bacia do rio Manso foi visitada por seis viajantes, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 11: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do rio Manso.

Sub-bacia do rio Manso		
PERÍODO COLONIAL		
Viajantes	Locais descritos	Temas que surgem



<b>John Mawe</b> Viajou em 1810	Canjica	Antiga exploração Primeira e única máquina
<b>Eschwege</b> Viajou em 1811	Canjica	Uma das mais importantes lavras
Saint-Hilaire Viajou em 1817	Caminho para o Tejuco	Acidente a uma légua de Rio Manso Pouso em Rio Manso
Spix & Martius Viajaram entre 1817 e 1820	Arraial do Rio Manso	Saída do Distrito Diamantino
	Povoado de Canjicas	Minas de ouro
<b>PERÍODO IMPERIAL</b>		
<b>Viajantes</b>	<b>Locais descritos</b>	<b>Temas que surgem</b>
Conde de Suzannet Viajou em 1842/43	Arraial do rio Manso	Ilha bastante fértil
	Lavras de Cangica	Abandono
Johann von Tschudi Viajou entre 1858 e 1863	Povoado de Rio manso	Antigo Registro do Distrito Diamantino Casas com quintal Arraial dos Papos

A primeira referência ao arraial do rio Manso foi encontrada no mapa de (post) 1729. A legenda deste mapa atribui a fundação do arraial ao paulista Godoy Passo, em 1719 e o nome do arraial à mansidão com que correm as águas do dito rio.



Figura 98: Destaque para localização e legenda do arraial do Rio Manso no mapa de (post) 1729.



Figura 99: Detalhe do arraial do Rio Manso representado no mapa de (post) 1729.

O arraial foi também um quartel de controle, estava em uma das saídas do Distrito Diamantino, por isso, essa área foi constantemente vigiada. O arraial e o quartel foram representados em todos os mapas analisados. Os mapas de 1776 e 1784

destacam a área de fiscalização sob a responsabilidade do destacamento deste quartel, como pode ser observado a seguir.

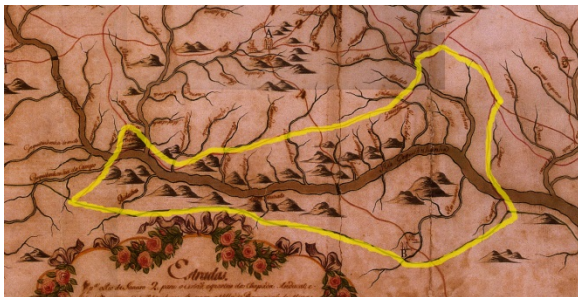


Figura 100: Área fiscalizada pelo arraial do rio Manso, mapa de 1776.

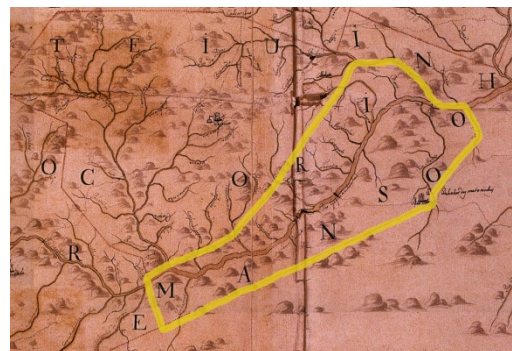


Figura 101: Área fiscalizada pelo arraial do rio Manso, mapa de 1784.

Uma curiosidade desta região refere-se ao acidente sofrido por Saint-Hilaire:

Pus-me então a colher flores, deixando seguir o *tocador* João Moreira que conduzia os animais carregados com minha bagagem. Mas logo minha pasta de plantas assustou o cavalo que eu montava e caí no meio das pedras. A que foi violenta; meu sangue corria de todos os lados e meu olho esquerdo principalmente foi grandemente ofendido. Estando já a duas léguas e meia de **Tijuco** e somente a uma de **Rio Manso**, tomei a resolução de seguir para esta última povoação, e, após ter lavado o rosto em um riacho, pus-me a caminhar. A pouca distância do local em que levei a queda encontrei meu cavalo, amarrado a uma árvore por algum transeunte honesto. Sentia então uma violenta dor no estômago, consequência da comoção que sofri; sentei-me e dormi imediatamente. Acordando peguei as rédeas de meu cavalo e recomecei a caminhar. Ao fim de pouco tempo as forças faltaram-me; vi-me obrigado a tornar a sentar e tornei a desfalecer. Depois dois negros que passavam ajudaram-me a montar a cavalo e um deles me conduziu a **Rio Manso**” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.40).

Trinta e cinco anos depois, Conde de Suzannet assim descreveu o arraial:

Êste arraial fica entre dois braços do **rio Manso**, uma ilha bastante fértil. Tem seiscentos habitantes e duas igrejas. Essa povoação é famosa pela salubridade do ambiente, apesar da temperatura ser muito elevada. Fui pedir hospitalidade a um velho coronel que me deu algumas informações interessantes sôbre a situação da província (SUZANNET, [1842] 1957, p. 145-146).

Em 1858, dezesseis anos após a passagem de Suzannet, von Tschudi elogiou a hospitalidade que recebeu no arraial:

Por volta das cinco horas da tarde, passando por um caminho incrivelmente ruim, chegamos a *Rio Manso*, onde éramos esperados e fomos recebidos com muita hospitalidade. Nesse local, durante o domínio português, havia um registro do *Distrito Diamantino*, responsável pelo lento desenvolvimento da localidade. O lugar é amplo e todas as casas possuem um enorme quintal. O povoado tem pouco mais de 100 casas, mas gasta-se mais de meia hora para atravessá-lo. Na saída leste do vilarejo há uma grande praça, retangular e bonita, com edificações muito próximas uma das outras. Nela fica a escola, onde, quando passei, aprendia-se repetindo em coro (TSCHUDI, [1866] 2006, p. 161).



Figura 102: Couto de Magalhães de Minas, em outubro de 2013.



Figura 103: Escola de Couto de Magalhães de Minas, em outubro de 2013.

O córrego da Fome passa no centro de Couto de Magalhães, ao falar sobre ele o garimpeiro resgata um aspecto importante da história do lugar:

Não é porque era um lugar onde as pessoas passavam fome não... é por causa dos tropeiros que vinham de Felipe dos Santos, de Senador Modestino, de Itamarandiba... que vinham vender os seus produtos no mercado em Diamantina e ali tinha uma rancharia pra cima daquele córrego ali porque era ali que os tropeiros paravam pra comer uma matutagem ou tomar uma tiborna que era farinha com rapadura e água e ali comia biscoito, quitanda... era onde parava pra descansar, comer, beber água e seguir viagem pra Diamantina (GRP19a).



Figura 104: Córrego da Fome, em Couto de Magalhães de Minas. Outubro de 2013.

Esse mesmo garimpeiro comentou sobre o fim das atividades do mercado de Diamantina:

Ô menina, não podia ter acabado com aquele mercado! Lá virou é... depois que passou pra patrimônio cultural... não dá pra entender isso não... mas mudou muita coisa... o mercado tá lá ainda [a construção], mas hoje é mais exposição, né? Aquilo ali era o centro de atenções de Diamantina, dia e noite... (GRP19a).

Sobre a situação atual enfrentada pelo município um garimpeiro que entrou para a política relatou:

Nossa região aqui é o seguinte, se não for o turismo aqui não é nada mais... eu tinha vergonha uai... eu ia pra Brasília e pra Belo Horizonte pra conseguir apoio, ônibus... falei uma vez com Fernando Adaad e ele perguntou qual era a atividade econômica nossa aqui no município... eu falei que não tinha nem como falar com ele: 'o senhor quer saber de uma coisa, o senhor vai rir da minha cara mas infelizmente, na minha região lá é o seguinte: era garimpo, quando tinha. Acabou tudo, as companhias foram embora, deixaram nada, só destruição... pecuária é o seguinte, quando o cara fala que tem uma fazenda, ele tem é um sítio, não é fazenda. O terreno aqui as vezes dá uma veiazinha de terra boa, mas não dá pra produzir nada... a única renda nossa lá é emprego de prefeitura, do estado, as bolsas que Lula arrumou aí e aposentadoria'. Ele falou que o IDH de Couto é alto, mas é porque com a Tijucana Couto virou uma cidade industrial... mas na verdade, não é (GRP19a).

Os garimpeiros dizem que no passado o rio Manso todo já deu diamante principalmente na Fábrica, nas abóboras e na Canjica, mas nos tempos mais recentes o rio Manso foi fraco e a atividade se concentrou no rio Jequitinhonha.

### **Lugares-ditos da sub-bacia do Rio Manso**

Os lugares-ditos pelos garimpeiros aqui abrangem córregos e serras internos à sub-bacia, mas que também a extrapolam para os rios vizinhos como o Jequitinhonha e o Caeté-mirim:

Cascudo (Desbarranque), Maria Nunes, Lavrinha (do rio Jequitinhonha), rio Manso, Cachoeira da Fábrica, serra de Bico, Abóbora, Amendoim, Morro Branco, Prainha, Mata do Isidoro, Chapada do Couto, rio Preto, Córrego da Fome, Serra do Acaba-Saco, Lavra do Mato, Caeté-Mirim, Canjica, Mendanha, Areinha.

### São Gonçalo da Canjica

A primeira referência ao córrego das Canjicas foi encontrada no mapa de 1775. Depois esse córrego aparece no mapa de 1787. John Mawe visitou a exploração de Canjica em 1810 e notou a utilização de maquinário, o que era raro na época:

Em *Canjica*, exploração outrora muito importante, situada uma milha acima [do arraial] do outro lado do rio, há, para tirar o cascalho, três máquinas de cilindros, iguais às usadas nas minas de Derbyshire, e também caminhos de trilhos, em terrenos desiguais. Esta máquina foi a primeira e única, aliás, considerável que tive ocasião de ver o Distrito Diamantino. Parece que muitos obstáculos se opõem ao seu uso. Quando se tem necessidade de madeira de grandes dimensões, vai-se busca-la a cem milhas de distância, com despesas enormes; poucas pessoas têm conhecimentos precisos para trabalhar com essas máquinas, e os operários não gostam de construí-las, temendo que isso obedeça ao plano de fazer com que as mesmas substituam o trabalho manual. (MAWE, [1812] 1978, p.154)



Figura 105: Muros de pedra de São Gonçalo das Canjicas. Foto de outubro de 2013.

Eschwege citou Canjica como um dos serviços mais afamados de 1811: “As mais importantes lavras diamantinas se encontram no Rio Jequitinhonha e seus

*afluentes. Os serviços mais afamados foram os de Mendanha, Canjica e Monteiro, que produziram a maioria dos diamantes” (ESCHWEGE, [1833] 1979, p.132).*



Figura 106: Povoado de São Gonçalo das Canjicas, em outubro de 2013.

Spix e Martius escreveram sobre a ausência de vestígios da riqueza que saíra dali:

No primeiro vale, aberto de oeste para leste, está o pequeno povoador de *Canjicas*, que consta de umas vinte e tantas casas de barro, cobertas de sapé, as quais não ostentam vestígio algum de riqueza das minas de ouro locais. Tanto a argila vermelha como o itacolomito, bastante friável, desta região, produziram, entretanto, considerável lucro (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. 51).

Os garimpeiros contaram sobre os túneis abertos pelos antigos para garimpar o ouro:

Nós pelejamos pra achar a boca dos túnel... tinha muita Canjica de ouro. Lá é lugar dos quilombolas na época dos escravos... tá nas origem do garimpo... (GRP19a).

Diz que lá tem túnel de garimpo de ouro... já lá vi as lavras dos antigos com paiol de pedra mais alto que aquela mangueira... é serviço de muitos anos... é entulho que os antigos tiraram a amontoaram ali embaixo (GRP19b).

#### 4.2.5 Sub-bacia do ribeirão do Inferno

A sub-bacia do ribeirão do Inferno está na área central, assim como a bacia do Pinheiro, da antiga área demarcada. A bacia é composta pelo ribeirão do Inferno, que nasce na crista da serra onde passa a BR367, próximo à localidade de Bandeirinha e desagua no rio Jequitinhonha, próximo à localidade de Itaipava. Os principais córregos da margem esquerda são: Rapadura, Formação, córrego junta-junta e Curralinho; e da margem direita: Canudos, das Piçarras, Palmital e córrego do Capão Maravilha. As principais cidades, distritos e localidades dentro da sub-bacia são: Diamantina, Curralinho, Boa Vista, Bom Sucesso, Capão Maravilha, Fazenda Formação e Itaipava.

O ribeirão do Inferno foi visitado por cinco viajantes que descreveram os serviços de Curralinho e os serviços do ribeirão propriamente dito, em especial os de Linguíça e Mata-Mata, como pode ser observado a seguir.

Quadro 12: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do ribeirão do Inferno.

<b>Sub-bacia do ribeirão do Inferno</b>		
<b>PERÍODO COLONIAL</b>		
<b>Viajantes</b>	<b>Locais descritos</b>	<b>Temas que surgem</b>
John Mawe Viajou em 1810	Serviço do Curralinho	Pequena exploração Mesma técnica empregada em Mendanha
Saint-Hilaire Viajou em 1817	Serviço do Curralinho	Córrego Junta-junta Origem do nome Casas dos negros e feitores
	Serviço do Linguíça	Formas dos rochedos O acesso ao serviço As casas do serviço Aspecto agreste e selvagem Leito posto a seco Negros cantavam Caminho para o Mata-Mata Dique Roda d'água

	Serviço do Mata-Mata	Recepção do administrador Ruído do tambor Ar de atividade Bicame Roda d'água Reaproveitamento de tábuas Retirando o cascalho Sazonalidade A lavagem
Spix & Martius Viajaram entre 1817 e 1820	Lavra dos Picos	Mina de ouro Escavação sem plano algum
	Lavra de Bandeirinha	Mina de ouro Gangas britadas Falta de manipulação eficaz
	Curralinho	Intendente Câmara O caminho de Tejuco Crença A ilustração da lavagem
	Lavagem de Linguiça	Belo e grandioso quadro As cabanas dos negros Ribeirão do Inferno Explosivos Lavagem (ilustração)
	Serviço Mata-Mata	Pouso para a noite Cenários românticos e grandiosos Ânimo do Intendente Opulenta mina de ouro A razão do nome
<b>PERÍODO IMPERIAL</b>		
Viajantes	Locais descritos	Temas que surgem
Johann von Tschudi Viajou entre 1858 e 1863	Lavra do ribeirão do Inferno	Caldeirões
Richard Burton Viajou em 1867	Estrada de Serro para Tejuco	Filas de cavalos e mulas Louça Razão do nome Presença de mineradores Lentidão da viagem O tabuleiro coberto Vista Itambé Vista Maravilha A Maravilha



O ribeirão do Inferno foi representado pela primeira vez no mapa de (post) 1729. e atraiu atenção dos viajantes por abrigar o arraial do Tejuco a sede do poder da antiga Demarcação Diamantina. As figuras abaixo mostram como os mapas representaram esta sub-bacia e o quartel do Tejuco com sua respectiva área de fiscalização e controle.



Figura 107: Detalhe do ribeirão do Inferno no mapa da 1729.



Figura 108: Detalhe da sub-bacia do ribeirão do Inferno e localização do Tejuco, no mapa de 1770.

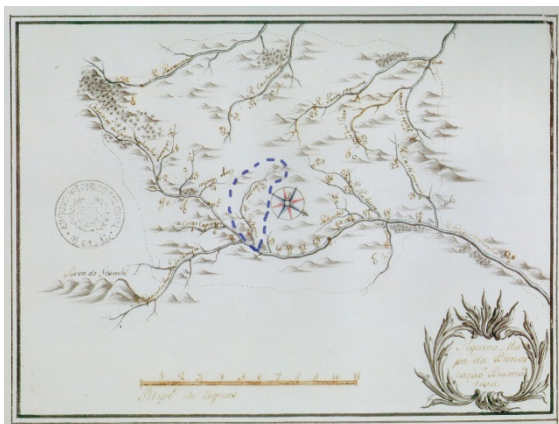


Figura 109: Detalhe da sub-bacia do ribeirão do Inferno no mapa de 1775.



Figura 110: Destaque da área de fiscalização do quartel do Tejuco, mapa 1776.

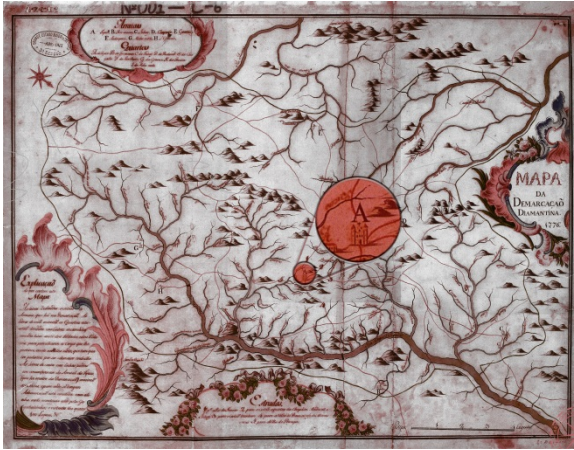


Figura 111: Detalhe do arraial do Tejuco no mapa de 1776.



Figura 112: Destaque da sub-bacia do ribeirão do Inferno no mapa de 1787.

Richard Burton explicou a origem do nome deste ribeirão e do seu apelido, Rio Verde:

Depois de passarmos a vários córregos, atravessamos, em uma boa ponte, o ribeirão, chamado pelos antigos viajantes *do Inferno*, por causa das dificuldades que oferecia. Sua nascente, a oeste, é conhecida por “As Porteiras”, e as rochas amarelas e o céu azul tornaram-no Rio Verde” (BURTON, [1869] 1977, P.100).

Tudo indica que Curralinho não existia no século XVIII, mas no século XIX ele surge nos relatos dos viajantes.

Após ter descansado alguns dias, acompanhei o intendente a *Curralinho*, pequena exploração de diamantes, e voltei no mesmo dia. Em anos passados aí se encontravam muitas pedras belas, mas atualmente se emprega pouca gente (MAWE, [1812] 1978, p.161)

...chegamos a um serviço de diamantes, chamado serviço do *Curralinho*, porque aí havia outrora um cercado para animais (...) Não havia ninguém em *Curralinho* quando aí passamos; os negros deste serviço haviam sido enviados aos de *Linguíça* e de *Mata-mata*” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1774, p. 35).

Sobre o distrito de Curralinho o garimpeiro diz:

... isso aqui era um armazém... onde isso aqui tá, ó. O moço que morava aí era comprador de diamante forte, ele tinha o armazém e fornecia os garimpeiros... me forneceu muito tempo, tinha a caderneta. Ele era forte aqui no Curralinho... (GRP2a12).



Figura 113: Local onde funcionava o armazém hoje é um terreno baldio. Março de 2012.



Figura 114: Vista parcial de Currálinho. Março de 2012.

Aqui todo mundo era garimpeiro... muita gente foi embora, mas tem muita gente chegando... faz casa, mas só vem nas férias, final de semana... as casas ficam fechadas. Muita gente daqui vende os lotes e vai embora (GRP2a12).

...aquela serra ali ela chama Vila Rica... ela foi muito rica. Até hoje tem um canelado lá, né? ... O pessoal foi rancá um pé de canela... pra queimar, né, canela pra acender fogo. Aí quando rancou o pé de canela assim... saiu com aquele tufo de gurguio, né, o minério e o diamante. Aí fez a descoberta, ela ficou com nome de Vila Rica (GRP2b12).



Figura 115: Capela com a serra da Vila Rica ao Fundo, em março de 2012.



Figura 116: Área explorada pela mineradora na serrinha. Março de 2012.

Lá na Serrinha né, sabe uma vasilhinha de manteiga?... lá na Serrinha dava era três por dia, cheia de diamante... cortava a massa, a máquina resolvia a massa no jique... quando era hora de almoço, os trabalhadores iam almoçar o chefe ia abrir o moinho de bola do jique e pegava uma manteigueira cheia de diamante... de 12h até 14h eles iam tomar café... outra manteigueira... de 14h até hora de largar 17h outra manteigueira... saiu diamante que não foi brincadeira (GRP2b).

## **Lugares-ditos da sub-bacia do ribeirão do Inferno**

Os garimpeiros dizem que o ribeirão do Inferno é rico da barra até as cabeceiras. Os lugares-ditos extrapolam a área da bacia para o curso do rio Jequitinhonha e os córregos adjacentes:

Carfunau, Portão de Ferro, cachoeira dos Galés, canal da escada, encontro do Ribeirão com o Mulatinho, praia do Urubu, barra do Grotão, barra do Carranca, morro Antônio do Mestre, ribeirão da Ponte indo pra São Gonçalo, a localidade dos Baracho, Santo Antônio, Lapa da Igreja, Itaipava, Ponte do Acaba mundo, córrego das Agulhas, Pedro Dias, Angu Duro,... Serra Lisa, Bica d'água, Covão, Mata dos Crioulos, Serra da Guariba, Serra do Grota nova, Linguíça, Poço Santo Rei, Lapa do Caboclo, Lapa da Raíz, Moisés, Zé Pedro, Mendanha, Catadinho, Serrinha, Cavalo Morto, Apertado da Boa Vista, Boa Vista, Bom Sucesso, Cafundó, Itaipava, Morro da Siriema, Jequitinhonha Preto, Lapa do Rato, Mumbuca, Córrego Pindaíba, Morro Redondo, Serra da Maravilha, Serra do Batuque, Itambé, córrego Amaral, Adão Guedes, Morro do Jacú, Lapa Furada, Cruz do Sonho Dourado, Serra do Galho, Serra do Bico, Serra da Barragem, Vila Rica.

## **Boa Vista e Bom Sucesso**

São duas localidades que surgiram em função da companhia americana de mineração chamada Boa Vista.

Tudo é área de garimpo aqui na Boa Vista... essa virada que tem ai, isso ai é barranco puro por aí afora! (GRP2a).

Boa vista era um povoado na época da companhia depois a companhia foi embora agora só tem duas famílias. A mesma companhia que tocou a Serrinha, tocou Cavalo Morto. Boa vista foi outra companhia. Eles levaram foi muito diamante daí, viu! A Serrinha eu não cheguei de alcançar não... ia lá quando tinha 6 anos com minha prima levar café pro pai dela, que trabalhava lá. Eu fui e vi o movimento. Era até bonito, viu! (GRP2b).



Figura 117: A massa do povoado de Boa Vista, explorada por companhia de mineração americana. Agosto de 2013.

Boa Vista, onde a companhia tocava... é garimpo de massa, mesma coisa da Serrinha. Saiu diamante aqui e na Serrinha que você nem calcula. Isso tudo é explorado pela companhia de mineração norte americana... deu diamante mesmo, viu (GRP2b).

Eu lembro disso aqui funcionando. Bom Sucesso é um povoado perto da Boa Vista, atrás dessa serra. Eu estudei aqui eu tava com dez anos... O povo daqui trabalhava na companhia Boa Vista. Era o único lugar que tinha para trabalhar. Era movimentado mesmo. Aqui tinha festa de São João nesse lajeado, o mastro levantava ali e aqui era um buteco. O povo daqui tudo era empregado da companhia (GRP2a).



Figura 118: Vista parcial do povoado de Boa Vista. A casa de frente era a sede da companhia. Setembro de 2013.



Figura 119: Vista parcial do povoado de Bom Sucesso. Setembro de 2013.

### O serviço do Linguíça

O serviço do Linguíça foi descrito por Saint-Hilaire e depois por Spix e Martius, mas não foi citado pelos garimpeiros atuais. Saint-Hilaire o descreveu como uma garganta

profunda. Um rochedo que empresta o nome ao serviço de exploração e que se localiza no leito do ribeirão.

Rochedos altos e desiguais, compostos de pedras nuas e de cor parda, desenham os contornos da garganta que estava sob nossas vistas. A rocha que se apresentava à esquerda termina por um cume largo e arredondado; as outras têm formas muito mais irregulares. Para chegar ao fundo da garganta, entramos em uma ravina muito escarpada, que se segue ao declive do rochedo de Lingüiça e descreve longas curvas. À direita e à esquerda havia rochas a pique, entre as quais crescem apenas alguns arbustos; e, um pouco acima da parte mais baixa da garganta avistamos as casas dos negros e dos feitores... (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p. 36)

Ele comenta a impressão que teve da organização do serviço:

De todos os lados imensos rochedos talhados a pique enquadram um vale estreito, parecendo separá-lo do resto do universo. Os revolvimentos e a desordem causados pelos trabalhos necessários à extração dos diamantes emprestam a esses lugares um aspecto ainda mais agreste e selvagem (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p. 35-36).

Já Spix e Martius emprestam seu olhar romântico e pintam um “belo e grandioso quadro” no caminho entre Curralinho e a lavagem do Lingüiça:

O sol ainda estava baixo, quando partimos de *Curralinho*, a fim de seguirmos a sueste, para visitar a lavagem de *Lingüiça*. Descemos a uma grota estreita e funda, cercada toda em volta por íngremes e estranhos rochedos denteados, de itacolomito branco. Pareceu-nos estar numa região alpestre da Suíça. A frescura da manhã, que orvalhava as sebes floridas na encosta com grandes gotas cristalinas, o sussurro apenas perceptível de um riacho, que abria o seu leito entre as samambaias, e grotescas Aróideas, o céu de um azul carregado, formavam belíssimo e grandioso quadro (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. 37)

Ao chegar ao fundo do vale eles encontraram aproximadamente cinquenta cabanas baixas feitas de barro pelos negros que ali trabalhavam: “essas habitações, que os negros sabem erguer num dia ou dois constam de paredes delgadas feitas com estacas e galhos finos e barro a sopapo, e um teto coberto de junco (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. 37)

O ribeirão do Inferno é descrito como um rio rico que corre entre os rochedos: “*Ali perto, precipita-se, espumado no leito apertado, o grande Ribeirão do Inferno portador de diamantes, por entre altas rochas de xisto quartzítico*” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. 37)

Segundo o naturalista francês, para realizar este serviço, o rio foi posto a seco e as águas foram desviadas para um canal artificial muito acima de leito verdadeiro: “*foi*

*necessário construir um dique (encerca), muito alto, para elevar as águas 50 palmos acima de seu leito ordinário” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p. 38).*

Depois que chegaram ao local, Spix e Martius notaram que a margem esquerda do ribeirão havia sido minada com explosivos e as águas foram obrigadas a tomar novo curso: *“Agora, víamos o ribeirão, que já por duas vezes tinha arrebetado o seu dique, de novo no seu leito primitivo. Grandes montões de cascalho provam a atividade com que o mesmo foi removido” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. 37-38).*

Em campo os garimpeiros disseram que o Linguiça não é muito conhecido: *“no linguiça a gente não trabalhou não, mas tem muita gente que trabalhou... lá são dois morros assim: você desce um aqui e sobre outro do mesmo jeito do outro lado. É um trem horroroso! ô lugar perigoso!” (GRP1b).*

### **O Serviço de Mata-mata e o Capão da Maravilha**

Spix e Martius escreveram que quando descobriram diamantes nesse lugar, o povo chegou em massa e conflitos estouraram, de onde surgiu o nome.

Saint Hilaire pernitoou no serviço de Mata-mata localizado em *“um plateau cercado por todos os lados de rochas nuas e a pique. É aí que ficam as casas do serviço de Mata-mata, construídas sem ordem” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p. 36).* Quando acordou na manhã seguinte os negros punham-se em marcha e tudo apresentava um ar de atividade: *“Ao nascer do dia fui acordado pelo ruído do tambor que todas as manhãs chama os negros ao trabalho” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p. 36).*

Em Mata-mata as águas também haviam sido desviadas para um canal inclinado construído com tábuas: *“Era esse canal que recebia todas as águas e tornava a despejá-las em seu leito natural, (...) Esse gênero de canal artificial que acabo de descrever tem o nome de **bicame**, e o lugar onde o cascalho foi tirado tem o nome de **cata**” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p. 37).*

Segundo o garimpeiro GRP01b o lugar tinha o nome de Mata-mata até que um padre chegou para rezar uma missa, achou o lugar bonito e falou *“isso aqui deveria se chamar Maravilha”*, e assim foi.

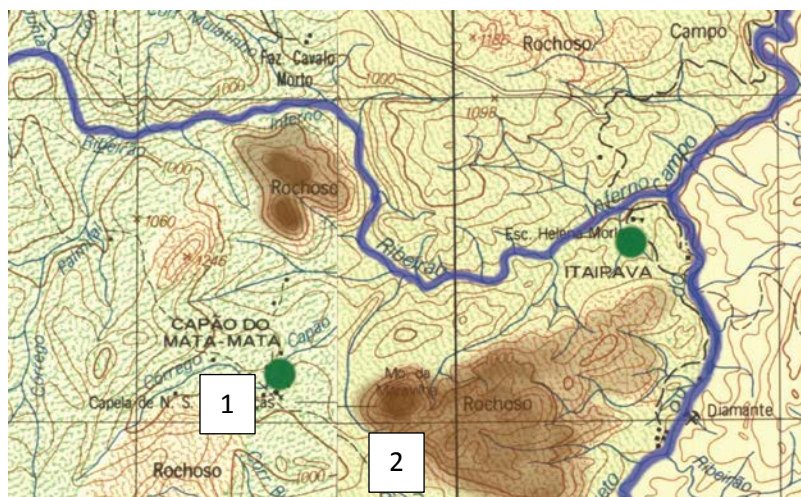


Figura 120: Localização do Capão do Mata-mata (1) e Morro Maravilha (2) próximo à confluência do ribeirão do Inferno com o rio Jequitinhonha onde se localiza o lugar chamado Itaíraiva.

O Capão da Maravilha... a serra lá chama Maravilha, porque é bonita! (GRP2a).

Curioso como essa pedra faz lembrar aqueles morros do Espírito Santo, do Rio de Janeiro... o pão de açúcar, né? E o filhotinho tá ali: a grande chama serra da Maravilha e a pequena chama serra do Severino. É! (GRP1b).



Figura 120: Serra Maravilha e o povoado do Capão. Agosto de 2013.



Figura 121: Um garimpeiro bebe as águas do córrego Mata-mata. Agosto de 2013.

Isso tudo é corisco que faz essas manchas brancas, faz o barulho do trovão e cai a fásca... dá uma chuva um trem horroroso você olha prá lá e tá queimando (GRP1b).

Nos morava na barra no corgo Mata-Mata num rancho de garimpo. Onde o corgo do Camilo cai no Mata-Mata e o Mata-Mata cai nesse ribeirão lá em baixo (GRP1b).



## Portão de Ferro

Eu fiquei encabulado de ver como é que os antigos tinham tanta proteção desse jeito pra eles fazerem o serviço... que técnica que é essa que eles usavam, né? ...nós descemos a bomba uns trinta metros assim ó, pra dentro dessa serra lá [no ribeirão do Inferno], trinta metros bem na beirada lá... quando nós chegamos lá no fundo tinha uma escora deles lá de seis metros de altura. Chegamos lá no fundo e eu fiquei abismado... achamos que ia achar o cascalho lá, e achamos o resto dos antigos, o lavrado deles, umas pedras jogadas pra trás... um trem absurdo né? (GRP1b).

Aqui olha a marca do aço... os buracos aí... isso não é nós não, isso foi os negros que fizeram isso no tempo dos escravos. Os aços que eles furavam com marreta. Um segurava o aço e o outro o marrão. A cada batida você ia girando ele... e ia batendo até furar a pedra” (GRP1b).



Figura 122: O buraco é sinal de uso de explosivo usado para dinamitar a serra. Foto de agosto de 2013.



Figura 123: Marca de aço usado para furar a rocha. Foto de agosto de 2013.

Essas são pedras que os antigos quebrou... tava tudo jogado aí...nós achando que podia achar coisa boa debaixo aí, nós metemos a bomba e fomos limpando e cortando tudo pra trás. Elas todas que você está vendo passou na nossa mão (GRP1b).



Figura 124: A pedreira deixada pelos antigos no Portão de Ferro, ribeirão do Inferno, agosto de 2013.

O rio já passou por vários lugares: lá foi o valo dos antigos, o nosso foi aqui (GRP1b).

O rio passou aqui muito tempo. Nós tocamos essa área lá de cima até lá em baixo e o rio passou por aqui... nós fizemos ele passar por aqui. Agora vc vê como é que acabou... tá tudo entupido. Ó o concentrado aí, tá vendo? Ó, fininho... essa é a forma fina (GRP1b).



Figura 125: O Ribeirão do Inferno na altura do Capão Maravilha. Foto de agosto de 2013.

Essa muralha de pedra manteve esse rio aqui há milhares e milhares de anos. Ele não teve pra onde correr... só correu aqui (GRP1a).

De 1972 até quase vinte anos a gente tava na lapa da Raíz. Em 1997 a perseguição montou né... nós teve que largar. Só apurou o serviço que tinha e não pode mexer mais (GRP1b).



Figura 126: A Lapa da Raíz no Ribeirão do Inferno. Agosto de 2013.

Qual é que foi aquele ano que deu aquele caldeirão lá? Foi 1976. Aquele caldeirão deu uns diamantes aumentados, não foi? Deu 840 quilates de diamante! Foi aqui no ribeirão do Inferno (GRP1b).

O diamante do ribeirão é o melhor que tem. É de qualidade, mas se o sujeito não conhecer ele joga fora (GRP1b).

Existe uma lenda do Portão de Ferro:

Esse é um sonho de todos aqui: achar o Portão de Ferro! Eu tenho uma esperança de dinamitar essa serra... ela tá aí tapando uma riqueza, essa pedra. O portão de Ferro existe ainda. Tá em tempo ainda, porque era um caldeirão muito grande que eles estavam dentro... (GRP1b).

A história é a seguinte:

O senhor dono do serviço estava com 30 homem trabalhando com ele e dentro da furna devia ter uns 20. Um deles tava agachado dentro da cata com um chapéu na mão e os outros tavam cavucando o cascalho, pegando os diamantes e colocando dentro do chapéu. Dizem que o chapéu já estava quase cheio quando um dos negros puxou a terra debaixo de uma escora pra tirar diamante, quando ele frochou que puxou a pedra estourou lá em cima e “pouf”, um mundo véio de serra tapou a boca da furna... o cerrado desceu todo e tapou eles todos lá dentro. Os vinte e tantos homens ficaram debaixo das pedras... gritando sem poder sair: “abre portão de ferro!”. O dono do serviço, falou com os que tavam pelo lado de fora, tentaram abrir caminho, mas era muita serra que

tapou... vamos fazer o seguinte: vamos soltar o rio em cima deles e acaba logo com eles, morre mais rápido e pronto. Mandou os caras cortar as vigas que estavam fechando o rio e pôs o rio dentro da cata e matou todo mundo. Ficou a lenda do portão de ferro. A lenda é essa aí: essa pedra e aquele óculo lá tá marcando... esse é o prumo do Portão de Ferro (GRP1b).

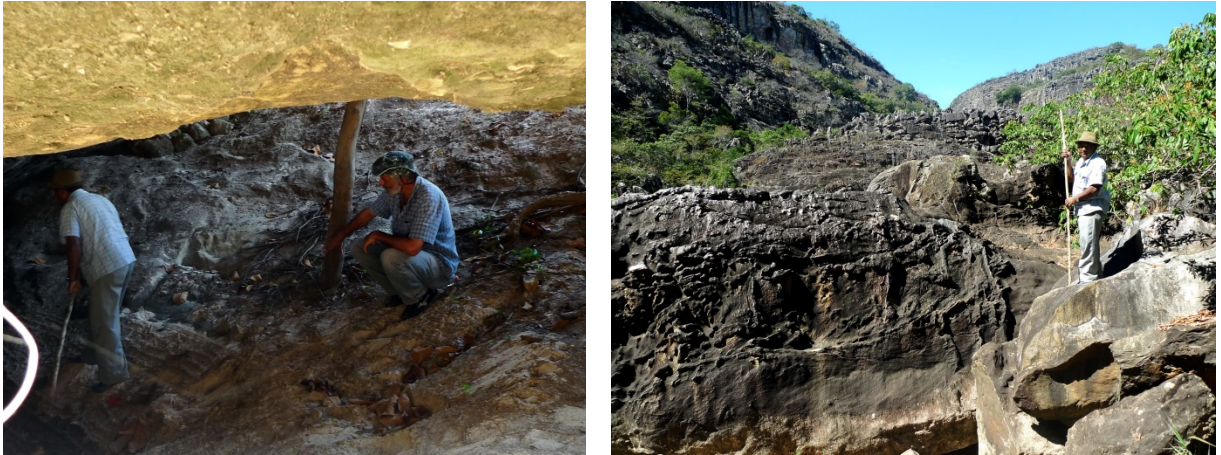


Figura 127: O local da lenda do Portão de Ferro no ribeirão do Inferno, em agosto de 2013.

Um senhor de Maria Nunes veio aqui caçando esse Portão de Ferro, ele cortou 60 metros dentro da serra, com cada compressor enorme, sofreram pra danar os homens, os burros quase que arrembentou tudo de tanto carregar peso, puseram gerador e luz pra todo canto ai... mexeu, mexeu pra todo canto e não achou. E a lenda ficou... Quando foi 1972 nós viemos pra cá, caçando o portão de ferro... atrás dele... trabalhamos até a época de ir embora e nunca achamos. Tem um chapéu de diamante cheio assim! Eu ainda tenho isso na ideia ainda e Deus vai dar saúde a nós todos pra gente lutar e chegar nesse ponto (GRP1b).

### Lapa da Igreja

É uma furna que parece uma igreja, redondinha, parece um coro de igreja... um lugar muito bonito... de lá de cima enxerguei as pedras... estou planejando voltar lá com uma escada pra ver o que tem... o material lá tá exposto... a luz rodou, rodou... indicando que lá tem! (GRP1b).



Figura 128: Lapa da Igreja vista ao longe. Setembro de 2013.

Neste local a família dos “Paião”, eles contam que perto de um monjolo sempre aparecia uma luz e pousava no galho da árvore. Anos depois eles começaram a mexer com um garimpo por ali e acharam muito diamante: “encontraram um diamante de 52 quilates. Tem que ver o pessoal de lá contando!” (GRP9a).



Figura 129: Lapa da Igreja vista de perto. Setembro de 2013.



Figura 130: Morada de garimpeiro nas proximidades da Lapa da Igreja. Setembro de 2013.

#### 4.2.6 Bacia do rio Paraúna

A sub-bacia do rio Paraúna é o limite sul da área diamantífera demarcada no século XVIII. A bacia é composta pelo rio Paraúna que nasce na serra da Jacuba e encontra o rio Cipó para então desaguar no rio das Velhas. Seus afluentes principais da margem direita são o córrego Chiqueiro, Palmital (ou Andrequicé) e o ribeirão Tijucal e, na margem esquerda, o ribeirão Congonhas.

A área da bacia foi visitada por quatro viajantes que descreveram a aldeia e o rio Paraúna, mas também Andrequicé e o caminho para Gouveia.

Quadro 13: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes na sub-bacia do rio Paraúna

<b>Sub-bacia do rio Paraúna</b>		
<b>PERÍODO COLONIAL</b>		
<b>Viajantes</b>	<b>Locais descritos</b>	<b>Temas que surgem</b>
Eschwege Viajou em 1811	Rio Paraúna	Trabalhos secundários
<b>PERÍODO IMPERIAL</b>		
<b>Viajantes</b>	<b>Locais descritos</b>	<b>Temas que surgem</b>
Langsdorff Viajou em 1824	Ribeirão jacaré	Grande cata de diamante
	Arraial Paraúna	Começa o Distrito Diamantino Acomodação no quartel Compra de Diamante
	Rio Paraúna	Criação de gado Caminho para Cachoeira
	Rio Andrequicé	Ranchos Campos férteis
	Ribeirão Cachoeira	Mais bela cachoeira
Helmreichen Viajou em 1841	Andrequicé	Pernoite Fubá era o único alimento na vizinhança
Richard Burton Viajou em 1867	Rio Paraúna	Água turva Areia branca
	Aldeia de Paraúna	Miserável 70 casinhas de barro Um rancho aberto, oito vendas Ruínas Povoado Indígena Floresceu com a Demarcação Diamantina Plantio de algodão
	Rio Paraúna	Encosta ocidental da Serra Grande Imprestável (para navegação)
	Caminho de Paraúna para Gouveia	Mudança de paisagem Ribeirão do Tigre Prado sujeito à ventania Efeito das queimadas Vegetação queimada pelo sol Vista para o Itambé Traços antigos nas encostas Solo diamantífero construção de venda em Areias córrego Chiqueiro vista para Gouveia mulheres caboclas Cruz das Almas
	Gouveia	Capela, casas, praça, igreja Demonstrações de civilidade Morro de Santo Antônio

Apesar dos serviços principais se concentrarem no rio Jequitinhonha, Eschwege escreveu que “trabalhava-se, também, em vários rios que correm para o Paraúna...” (ESCHWEGE, [1833] 1979, p. 132).

Vinte três anos depois Langsdorff chegou ao arraial Paraúna: “na confluência do ribeirão Jacaré com o grande rio Paraúna, onde há grande atividade de cata de diamantes...” (DANUZIO, 1997, p. 264). Sobre o lugar, ele escreveu: “Próximo ao arraial, existe um quartel, onde fica um cabo, que controla os passaportes. Aqui começa o Distrito Diamantino. Como não havia acomodações, a guarda gentilmente colocou à nossa disposição toda a parte vazia do quartel” (DANUZIO, 1997, p. 264-265).

A primeira referência cartográfica ao arraial pode ser encontrada no mapa de (post) 1729. A legenda do mapa atribui sua fundação a João Borges Delgado, em 1713, como mostra a figura 131.

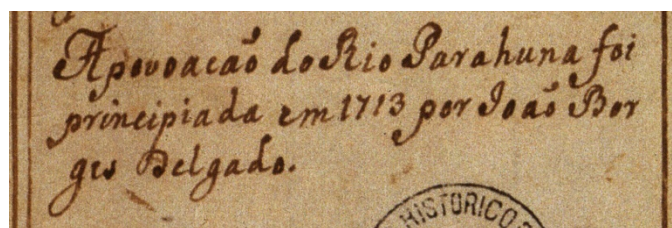


Figura 131: Arraial de Gouveia e ponte do Paraúna no mapa de (post) 1729.

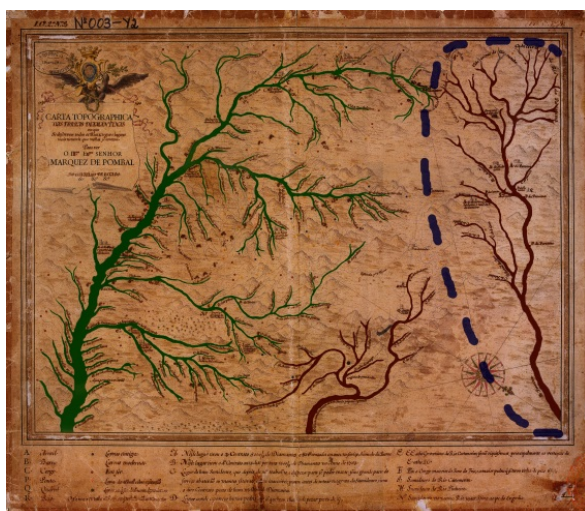


Figura 132: Destaque para a bacia do rio Paraúna no mapa de 1770.



Figura 133: Os arraiais de Gouveia, Andrequicé e Paraúna, este último aparece representado também como quartel no mapa de 1770.



Figura 134: Destaque para a área de controle do quartel do Paraúna, no mapa de 1776.



Figura 135: Destaque para a área do quartel do Paraúna com dois arraiais, Andrequicé e Paraúna, no mapa de 1784. Neste mapa Gouveia é representada como arraial e quartel e possui outra área de controle, vizinha à do Paraúna.

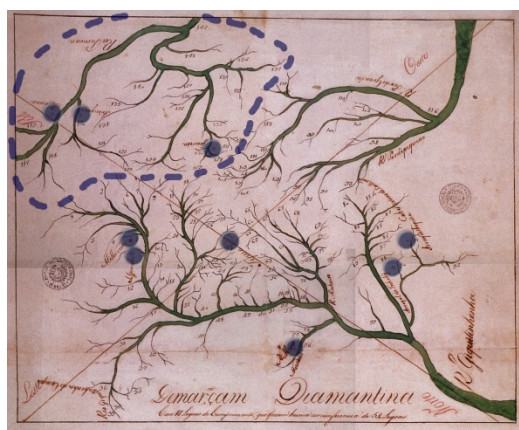


Figura 136: Destaque para a bacia do quartel Paraúna, com três arraiais: Paraúna, Andrequicé e Gouveia.

Langsdorff escreveu que a criação de gado era uma atividade importante para a subsistência assim como a extração do diamante: “O dono de uma venda aqui começou há cerca de 20 anos, comprando uma vaca com um bezerro. Seu gado foi crescendo até chegar a 300 a 400 cabeças” (DANUZIO, 1997, p. 267)”. Ele descreveu uma cachoeira ao lado do local onde foi construída uma ponte, onde montou acampamento:

À tarde, levei mais algumas horas visitando essa região rica em diamante e lavando algumas pedrinhas do cascalho do rio. Um morador próximo veio ajudar-me com uma bateia (uma travessa redonda de madeira escavada). O objetivo principal era encontrar alguns cativos, pedras cristalizadas, que são encontradas junto com os diamantes e dos quais eu nunca tinha ouvido falar. (DANUZIO, 1997, p. 285-286)





Figura 137: Cativo de diamante, formação satélite, utilizada como indicador do cascalho rico. Foto de Setembro de 2013.

No caminho entre Paraúna e Gouveia Burton registrou o fascínio do diamante para os habitantes: *“o solo tem fama de ser diamantífero, e os moradores ficam muito satisfeitos pensando que podem estar pisando em pedras preciosas. Isso parecem ser, realmente, seus pensamentos durante o dia e seus sonhos, durante a noite”* (BURTON, [1869] 1977, p. 79).

Ao chegar à Gouveia Burton registrou os gestos de civilidade da população:

Depois do sol da viagem e do vento, que prometia uma noite fria, procurei em vão por algum lugar onde pudesse passar a noite. Logo, porém, o nosso guia se lembrou de Dona Chiquinha, esposa de um negociante diamantinense, atualmente no Rio de Janeiro; (...). Aqui começaram as demonstrações de civilidade, que iriam multiplicar-se nesta parte da Província. Dona Chiquinha imediatamente me acolheu; sua filha casada trouxe laranjas, sua netinha flores de laranjeira e seus escravos, café (BURTON, [1869] 1977, p. 79).

O viajante inglês também notou o morro Santo Antônio: *“... à distância, o Morro de Santo Antônio, bela elevação de pedra, em um pedestal de terra. Ninguém ainda o escalou, embora possa ser facilmente escalado pelo sudeste”* (BURTON, [1869] 1977, p. 80).

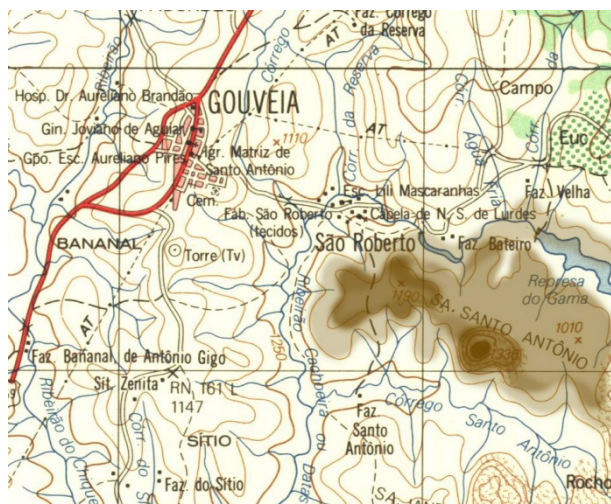


Figura 138: Detalhe do Morro Santo Antônio, próximo a Gouveia (IBGE, folha Diamantina)

O morro Santo Antônio foi considerado o marco 5 do primeiro memorial descritivo de 1734, ele constitui, portanto um importante marco geográfico e histórico: “... cortando por uns rochedos altos, e escarpados direto ao Morro dos Batieiros, que é em forma de pão de açúcar, e de penha viva...” (História Chronologica, s/d).

### Os lugares-ditos do Paraúna

Raiz, cuba, rio Andrequicé, Costa Sena, Capela Velha, Gururuba, Fazenda do Barreiro, Tombador, Gouveia, rio São Roberto, Morro do Ouro, Poço da Biquinha, poço dois Landin, Poço dos Brant, Chácara, Serra do Sanguedo, Morro Grande, Fazenda do Areeiro.

### Poço Dois Landin e Poço dos Brant, no rio Paraúna

Alá, aquele areão lá, aquilo ali deu diamante demais: o **poço dos Dois Landin**... ali é fundo, menina, foi mexido tudo com bomba (...) foi um povo de Curvelo tirou muito diamante. Mais pra baixo na boca do cerrado é o poço dos Brant uns estrangeiros que morou aqui. Ainda tem resto deles, da casa deles ai... um deles dr Silva Brant foi prefeito em Diamantina. Eles tirou muito diamante ai e ouro (...) Ó onde os Brant colocaram o bicame, tá vendo o cimento? O bicame ia por aí a fora pra eles tocar o garimpo aqui dentro (GRP11).



Figura 139: Poço Dois Landin, no rio Paraúna. Setembro de 2013.



Figura 140: Poço dos Brant no rio Paraúna. Destaque em amarelo para o cimento e o muro para virar o rio. Setembro de 2013.

Ó, isso aqui que vocês estão vendo é o canal da extração, os escravos tirou o rio aqui, ó, isso aqui é tudo vestígio dos antigos. (...) Principalmente num encaçalado como esse aqui, quando eles fizeram isso aqui... era por base uns 500 homem. Pra fechar o rio fechava de um dia pro outro porque juntava 500, 600 homem que trabalhava só pra comê lavage, era lavage que eles davam de comê (GRP11)

Quando venho aqui o coração fica alegre, porque é bonito demais, né? Isso aqui só é feio quando o rio tá cheio... nossa senhora, esse rio mata mesmo! (GRP11).



Figura 141: Valo do rio cavado pelos antigos para receber as águas do rio Paraúna. Setembro de 2013.

### Costa Sena

Esse nome Costa Sena eu não sei... é nome de alguém... eu só conhecia lá como Paraúna, um nome tão bonito. Costa Sena tem a rua do quartel e o muro de pedra. As casas eram antigas, eles mudaram tudo (GRP11).



Figura 142: Rua do Quartel, em Costa Sena. Setembro de 2013.



Figura 143: Igreja São Francisco, em Costa Sena. Setembro de 2013.



Figura 144: Muro de pedra em Costa Sena. Setembro de 2013.



Figura 145: Costa Sena e Morro do Ouro ao Fundo. Setembro de 2013.

Quando Richard Burton passou pela região Paraúna tinha cerca de 70 casinholas de barro, um grande rancho aberto e oito vendas. Para ele o arraial tinha um aspecto miserável: “a maioria das casas era coberta de telhas, poucas caiadas e muitas em ruínas. Na margem direita, há seis cabanas e uma olaria. Esse velho povoado indígena foi, outrora, rico em ouro, e floresceu o tempo da demarcação diamantina, que aqui começava” (BURTON, [1869] 1977, p. 72-73). Na época de sua passagem a localidade vivia do plantio de algodão. O rio Paraúna foi é descrito como imprestável para navegação porque era muito raso e largo.

### Andréquicé

Toda faca quando tá acabando vira quicé... então é uma faca véia, uma faca que não presta mais... (GRP11)



Figura 146: Rio Andrequicé, na ponte da estrada que liga Andrequicé a Tombadouro. Setembro de 2013.



Figura 147: Centro do distrito de Andrequicé, município de Presidente Kubitschek. Setembro de 2013.

Em 1841 Helmreichen pernouteou em uma choupana na vizinhança de *Andrequicé* : “o proprietário não possuía outro alimento a não ser fubá, que ele, sua esposa e filhos comiam simplesmente cozido. As plantações de hortaliças constituem verdadeiras raridades nestas paragens” (HELMREICHEN, 2002, p.110).

### **Morro do Chapéu**

Vamos entrar na beira do rio Paraúna... na Fazenda Areiera. Já garimpei tudo por esse trem afora ó! Tirei muito diamante ai na beira do rio. (...) do outro lado [do rio Paraúna] tem cada trem bonito que os antigos cavacou na grupiara... Esse é o Morro do Chapéu... aqui assim até lá em cima naquele areão lá de cima eu trabaiei. Aqui nós desmontemo um mundo véio de terra até chegar na piçarra... (GRP11)



Figura 148: Morro do Chapéu às margens do rio Paraúna.

## Cânion do Funil

O Canion do funil é o principal atrativo natural de Presidente Kubitschek. A área pertence a particulares que cobram uma taxa de visitação ao local. No dia do campo os proprietários não estavam no local, apesar do agendamento. Apesar do desencontro, obtivemos informações de que o leito do rio foi desviado neste local. Os vestígios encontrados na paisagem confirmam que o Cânion do Funil já foi uma cata de garimpo semi-mecanizado.

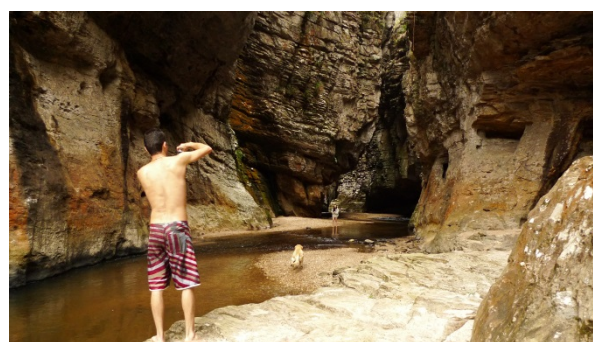


Figura 149: Sinalização indicativa e freqüenteção turística no Cânion do Funil, Presidente Kubitschek, Setembro de 2013.



Figura 150: Restos da estrutura da bica ao lado da trilha de acesso ao Cânion do Funil. Setembro de 2013.

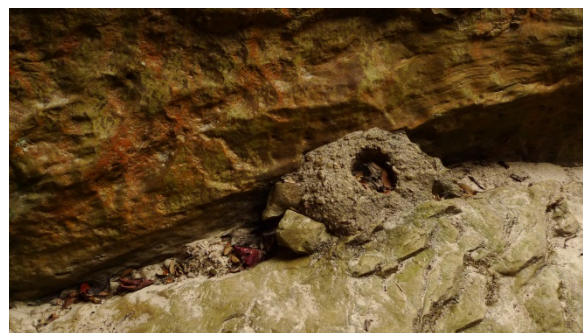


Figura 151: Vestígios da atividade garimpeira no Cânion do Funil. Setembro de 2013.

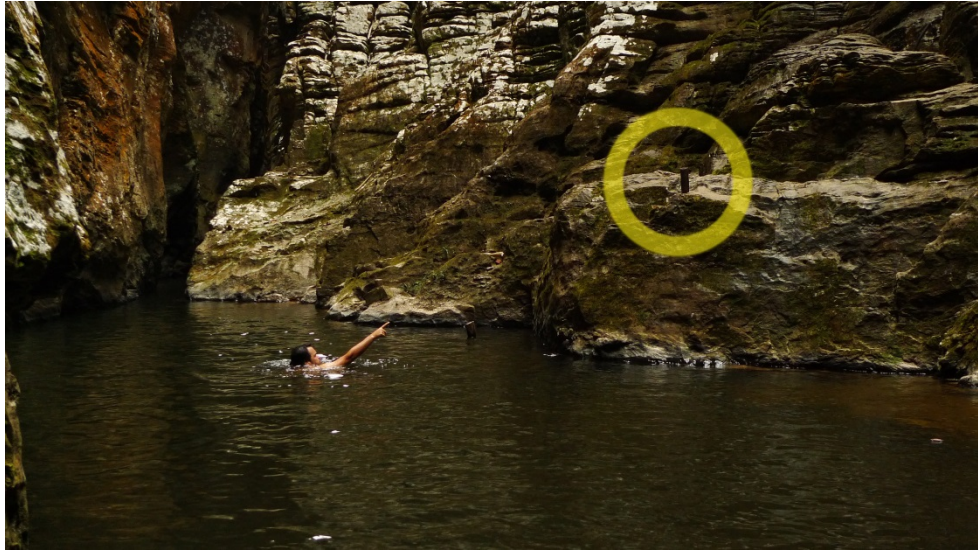


Figura 152: Vestígios da atividade garimpeira no Cânion do Funil. Setembro de 2013.

#### 4.2.7 Bacia do rio Jequitinhonha

O Jequitinhonha foi o grande rio da antiga Demarcação Diamantina. Além das sub-bacias já apresentadas existem vários córregos e ribeirões que nele desaguam, na margem direita: córrego do Piolho, Ribeirão das Pedras, córrego Capivari, Ribeirão Amaral, ribeirão Soberbo, córrego da Pindaíba, [rio Manso]; e na margem esquerda: córrego Samambaia, Lambari, Ausente, ribeirão Acaba-Saco, ribeirão das Lajes (Boa Vista das Lajes), ribeirão Bartolomeu (Santa Cruz), córrego dos Borbas (Vau), córrego do Mel, [ribeirão do Inferno], córrego Cafundó, córrego Santa Maria, córrego do Lajeado, córrego Carrapatinho e Carrapato, córrego Mendanha, Duas Pontes, córrego São João, [rio Pinheiro], ribeirão Canjiquinha, córrego Monteiro, [rio Caeté-mirim]. As principais localidades nessa área são: Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Vau, Três Barras, Capivari, Boa Vista das Lajes, Mendanha e Maria Nunes e as comunidades quilombolas de Ausente<sup>1</sup>, Baú<sup>2</sup>, Santa Cruz<sup>3</sup> e Mata dos Crioulos<sup>4</sup>.

Essa área foi intensamente visitada e descrita por todos os viajantes, com exceção de Helmreichen<sup>5</sup>.

Quadro 14: Síntese dos locais descritos e dos temas abordados pelos viajantes no rio Jequitinhonha e nos seus córregos tributários.

<b>Rio das Pedras, rio Jequitinhonha</b>		
<b>Viajantes</b>	<b>Locais descritos</b>	<b>Temas que surgem</b>
<b>PERÍODO COLONIAL (até 1822)</b>		
<b>John Mawe</b>	São Gonçalo	Intendente Câmara

<sup>1</sup> Ausente é hoje uma comunidade quilombola do município do Serro certificada pela Fundação Palmares em 3 de setembro de 2012. <http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=MG> acessado em 13 novembro 2013.

<sup>2</sup> Baú é hoje uma comunidade quilombola do município do Serro certificada pela Fundação Palmares em 3 de setembro de 2012. <http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=MG> acessado em 13 novembro 2013.

<sup>3</sup> Santa Cruz é hoje uma comunidade quilombola do município do Serro certificada pela Fundação Palmares em 3 de setembro de 2012. <http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=MG> acessado em 13 novembro 2013.

<sup>4</sup> Mata dos Crioulos é hoje uma comunidade quilombola do município de Diamantina certificada pela Fundação Palmares em 27 de dezembro de 2010. <http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=MG> acessado em 13 novembro 2013.

<sup>5</sup> Este viajante entrou no Distrito Diamantino pelo Paraúna, passou pelo ribeirão do Inferno e seguiu direto para Grão Mogol onde escreveu suas impressões sobre a ocorrência do diamante e sobre a atividade do garimpo em 1841.



<b>Viajou em 1810</b>		Incerteza do empreendimento
	Milho Verde	Posto de controle Natureza áspera
	Mendanha	Fertilidade do solo Lugar afamado O serviço Intendente Câmara
	Monteiro	Exploração de diamante
<b>Eschwege Viajou em 1811</b>	Jequitinhonha	Fertilidade do solo Fazenda modelo do intendente Câmara
	Serviços de Mendanha	Técnica Trabalho escravo Para evitar furtos Quando um negro encontra um diamante
	Serviços do Monteiro	O caminho As palhoças dispersas Centenas de negros Iguarias Rosários O desmonte
<b>Saint-Hilaire Viajou em 1817</b>	Bacia rio Doce	Florestas
	Milho Verde	Região montanhosa Destacamento Garimpo
	Borbas	Noite na pobre palhoça
	Cabeça de Bernardo	Limite demarcação
	Mendanha	Caminho para o Tejuco
<b>Spix &amp; Martius Viajaram entre 1817 e 1820</b>	Três Barras	Autorização de entrada
	Vau	Lavagem de diamante
	Fazenda Palmital	Pernoite
	Rio Jequitinhonha	Rio rico
	Itambé	Ascensão ao cume
	Rio Capivari	Restos de cascalho
	Serra de Mendanha	Vista para a Vila do Tejuco
<b>PERÍODO IMPERIAL de 1824 a 1867</b>		
<b>Langsdorff Viajou em 1824</b>	Jequitinhonha	Famoso rio
	Rancharia de Mendanha	Origem do nome
<b>George Gardner Viajou em 1840</b>	Rio Inhacica	Pernoite na venda Pessoas lavando diamantes
	Rio Jequitinhonha	Travessia do rio
	Vassouras e Areias	Maiores minas do distrito
	Mendanha	Ponte, pedágio Florescente lugarejo Estrada para Tejuco
	Borbas	Estrada Real
	Vau, Milho Verde, Três Barras	Mau aspecto

<b>Conde de Suzannet</b> <b>Viajou em 1842/43</b>	Vila do Príncipe	Mudança do terreno
	Milho Verde e São Gonçalo	Estado de pobreza
	Lavra do Mato	Antiga exploração
	Mendanha	Insurretos do Mendanha Cidadezinha bonita
<b>Johann von Tschudi</b> <b>Viajou entre 1858 e 1863</b>	Serro	Transição da floresta
	Cabeça de Bernardo	Modesta casinha
	Três Barras a Milho Verde	Rio Jequitinhonha Caminho íngreme e rochoso
	São Gonçalo	Casas muito boas
<b>Richard Burton</b> <b>Viajou em 1867</b>	Pico do Itambé	Formas rochosas Manchas de solos férteis
	São Gonçalo	Casamenteiro das velhas Exploração de cristal
	Córrego Jacá	Tabuleiro [chapada do Palmital] Gorgulho bravo
	Rio Jequitinhonha	Córregos Lomba, do Mato, do Campo Serviço do Canteiro Sazonalidade da extração
	Serviço do Canteiro	Sazonalidade da extração Dificuldade do serviço Mancha de solo produtivo
	Santa Cruz [do Ó]	Lavra não visitada
	Mina da barra da Lomba / Ponte do Santo Antônio no Rio das Pedras	Córrego rico Arraial Desenho de John Mawe Rosário Ausência de maquinário Caminho para Diamantina
	Córrego do Mel	Rochedos eriçados

O rio Jequitinhonha foi mencionado pelos viajantes como o mais famoso rio de todo o Distrito Diamantino: “Achou-se nele imensa quantidade de diamantes, e mesmo a maior parte de colorido claro e de muito pura água” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. 33). Langsdorff, em 1824, foi acompanhado pelo Intendente e também se referiu ao rio Jequitinhonha como o “famoso rio” (p.275). Richard Burton explica aspectos da geomorfologia fluvial:

... o **Rio das Pedras Meridional**, que vem do sul. É uma das cabeceiras do grande **Jequitinhonha**... Nasce como um simples regato, nas montanhas ao norte da **Cidade do Príncipe**. A ele se juntam vários cursos de água, inclusive o **Lomba** ou

*Jequitinhonha do Mato*; cerca de duas léguas abaixo do *Canteiro*, torna-se o *Jequitinhonha do Campo* e, finalmente, o verdadeiro *Jequitinhonha* (BURTON, [1869] 1977, p. 101).

Segundo outros, o *Rio das Pedras Meridional* é o *Jequitinhonha do Mato*, que, depois de receber o *Ribeirão do Inferno*, torna-se o *Jequitinhonha* e absorve o *Jequitinhonha do Campo* (BURTON, [1869] 1977, p. 101).

As diferentes nomenclaturas existentes para o rio Jequitinhonha significaram um importante nó que tivemos que desatar durante os trabalhos de campo para melhor compreender e localizar as descrições dos viajantes. Depois de analisar os mapas históricos e depois de conversar sobre o assunto inúmeras vezes com pessoas conhecedoras da região, íamos desistindo quando, em São Gonçalo do Rio das Pedras, em conversa com um garimpeiro, chegou-se à conclusão que as explicações de Burton não estavam corretas. Na verdade, o rio das Pedras Meridional é uma das cabeceiras do rio Jequitinhonha, como bem explica Burton, mas o Jequitinhonha do Mato e o Jequitinhonha do Campo são afluentes do grande rio Jequitinhonha. As figuras abaixo mostram a comparação entre a carta topográfica (folha Rio Vermelho) e o mapa de 1770. Foi a partir desta comparação que se chegou a uma compreensão sobre as correspondências toponímicas do rio Jequitinhonha e seus afluentes também chamados Jequitinhonha. Para facilitar a leitura, inverteu-se o mapa de 1770, posicionando o norte para cima.

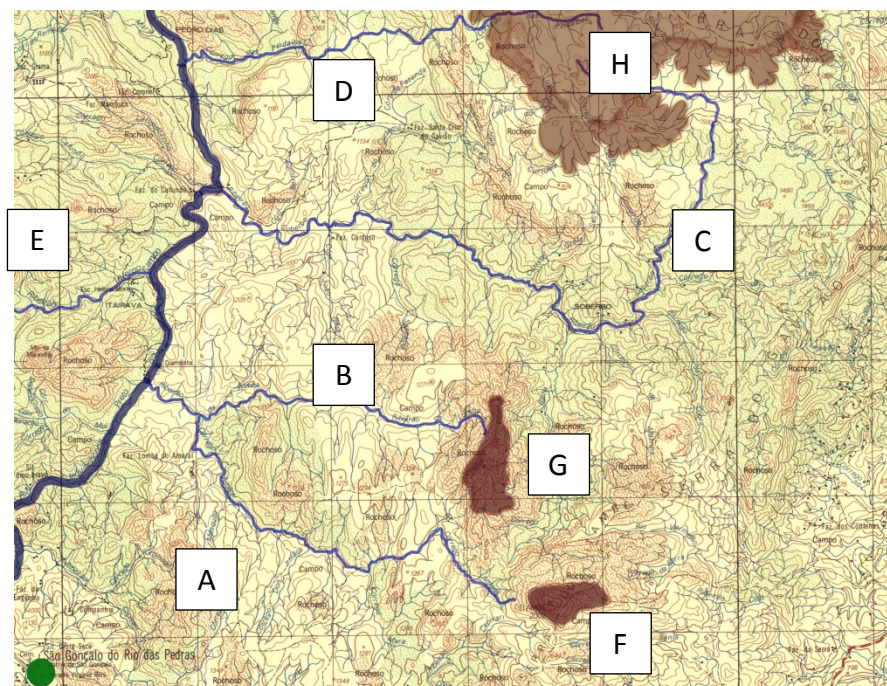


Figura 153: Detalhe da folha Rio Vermelho (IBGE): (A) ribeirão Amaral, (B) córrego da Lomba; (C) ribeirão Soberbo; (D) córrego das Pindaíbas; (E) ribeirão do Inferno; (F) Serra do Itambé; (G) serra da Bicha; (H) chapada do Couto. A bola verde no canto inferior esquerdo localiza São Gonçalo do Rio das Pedras.

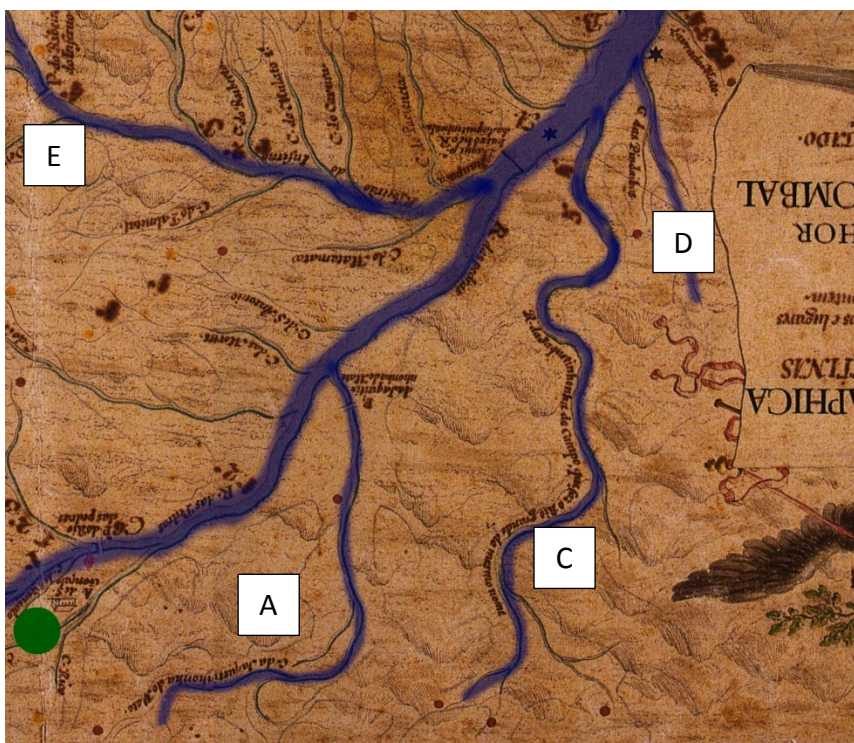


Figura 154: Detalhe do mapa de 1770: (A) Jequitinhonha do Mato; (C) Jequitinhonha do Campo; (D) córrego das Pindaíbas; (E) ribeirão do Inferno. A bola verde no canto inferior esquerdo localiza São Gonçalo do Rio das Pedras.

Ao comparar as duas imagens, foram encontradas as seguintes correspondências: (A) córrego Amaral e Jequitinhonha do Mato (o córrego da Lomba, afluente do córrego Amaral, não foi representado neste mapa, mas foi descrito por Burton), (C) ribeirão Soberbo e Jequitinhonha do Campo (conhecido localmente como Jequitinhonha Preto) e (D) córrego das Pindaíbas, (E) ribeirão do Inferno. Mas isso não é tudo. O IBGE se equivocou ao posicionar o topônimo sobre a carta e chama de “Jequitinhonha do Campo ou Preto” o curso d’água errado. Desfeito o nó, seguimos adiante.

A figura 155 mostra o mapa de 1770 com a delimitação, em azul escuro, da área do rio Jequitinhonha e de seus córregos e ribeirões afluentes. As marcas em azul claro destacam os arraiais cartografados no século XVIII, sendo que dois se encontram dentro da área delimitada, são eles, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Outras localidades se formaram ao longo do século XIX e foram descritas pelos viajantes como será apresentado a seguir.



Figura 155: Delimitação, em azul escuro, da área do rio Jequitinhonha e de seus córregos e ribeirões afluentes, no mapa de 1770.

## Milho Verde

O arraial e o destacamento de Milho Verde foram representados desde o primeiro mapa. O texto da legenda atribui a fundação do arraial a Manoel Rodrigues Milho Verde, natural da província do Minho, em Portugal, no ano de 1713, como pode ser observado a seguir.



*O Arraial do Milho verde descobrio  
Manoel Rodrigues Milho Verde natu-  
ral da Provincia do Minho em 1713.*

Figura 156: Detalhe da localização do arraial e da legenda de Milho Verde, no mapa de 1729.



Figura 157: Destaque da área de controle do quartel de Milho Verde no mapa de 1776. Os pequenos círculos azuis localizam os arraiais, e os vermelhos, os quartéis.



Figura 158: Destaque da área de controle do quartel de Milho Verde no mapa de 1784. Os pequenos círculos azuis localizam os arraiais, e os cor-de-rosa, os quartéis.

John Mawe passou pelo registro de Milho Verde em 1810 e se referiu a ele como “antigamente afamado pelos diamantes”:

A tropa de soldados que ocupa este posto está sempre alerta; vai ao encontro dos viajantes, segue-os, examina-os. A região é de extrema aspereza, despida de vegetação, coberta, por todos os lados, de massas de rochedo de grés, com conglomerados de quartzo (MAWE, [1812] 1978, p.152).

As deixar o *Tijuco* a 30 de setembro de 1817, em direção a Milho Verde Saint-Hilaire mencionou o “panorama encantador” de uma região extremamente montanhosa:

Rochedos de uma cor parda mostram-se por toda parte e dão à paisagem um aspecto agreste e selvagem. Por todos os lados surgem nascentes de água e frequentemente se ouve o ruído das águas correndo através dos rochedos. A vegetação muda várias vezes, segundo a elevação e a natureza do solo; mas, em parte nenhuma se vêem grandes florestas (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.43).



Figura 159: Panorama dos rochedos nos arredores de Milho Verde. Fotos de 2004.

Sobre este assunto, Burton descreveu morros alcantilados com encostas ora suaves ora abruptas, zonas de pedra desgastadas pela chuva e pelo tempo formando saliências, ravinas e buracos profundos:

Em certos lugares, as massas são horizontais, formando paredes regulares; em outros, formam arestas dispostas em todos os ângulos possíveis. Durante o dia, vi um homem com barrete frígido, uma esfinge, um labirintodonte semelhante a um sapo e um velho leão mutilado, túmulos com inscrições, pedras com mãos, brechas, arcos, buracos circulares, e todas as variedades possíveis de formas esquisitas (BURTON, [1869] 1977, p.99).

O olhar botânico de Saint-Hilaire destacou os carrascos, arbustos das altas montanhas, as árvores raquíticas, a candeia, característica das vertentes pedregosas e o belo efeito da folhagem no meio dos rochedos. Na sua avaliação a região árida onde se situava a aldeia de *Milho Verde* não possibilitava nenhum gênero de plantação. Ao chegar à sede do destacamento Saint-Hilaire escreveu sobre o arraial e a conduta dos oficiais:

compondo-se de uma dúzia de casas e de uma igreja. É aí a sede do destacamento de soldados encarregados de inspecionar os viajantes que vão de *Tijuco* à *Vila do Príncipe*. Apresentei ao oficial que o comandava o salvo-conduto que me fornecera a secretaria do Estado; ele dispensou-me toda a

sorte de gentilezas e minha bagagem não foi vistoriada (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p, 44).



Figura 160: Vista parcial de Milho Verde, Serro, MG. Setembro de 2013.

No momento de sua passagem por ali, em 1817, os serviços oficiais já não eram regulares, por essa razão eram enviados negros garimpeiros, como bem explica Saint-Hilaire:

Existe em *Milho Verde* um *serviço* que, como o de *Vau*, forneceu outrora muitos diamantes. Hoje não se faz trabalho regular em nenhum dos dois; algumas vezes aí enviam negros para procurar diamantes que hajam escapado às antigas pesquisas. Esse gênero de trabalho denomina-se *garimpar*, porque eram as pesquisas irregulares que se dedicavam os contrabandistas chamados, como já disse, *garimpeiros*.” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p. 44)

Sobre a estrada de acesso de Serro a Milho Verde Tschudi escreveu:

O caminho continua às vezes plano, às vezes íngreme e rochoso. Por duas vezes, ele passa por corredeiras que se espremem entre paredes rochosas ou correm sobre largos lajedos. O caminho é precário e perigoso, porque os animais não encontram apoio firme em meio ao pedregulho solto. Às vezes, prendem a pata entre as fendas das rochas, caem e se ferem gravemente” (TSCHUDI, [1866] 2006, p. 88).

### **Cabeça de Bernardo**

A fazenda Cabeça de Bernardo, como ainda é conhecida, está situada nas nascentes do córrego Samambaia, entre as estradas que ligam Serro a Datas e Serro a Três Barras. Saint-Hilaire indicou este local como o limite da Demarcação:



“Apesar de haver uma guarda colocada em *Milho Verde* não é de crer-se que essa aldeia seja o limite do Distrito dos Diamantes. O território desse Distrito estende-se até mais longe, ao lugar chamado *Cabeça do Bernardo*” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.44).

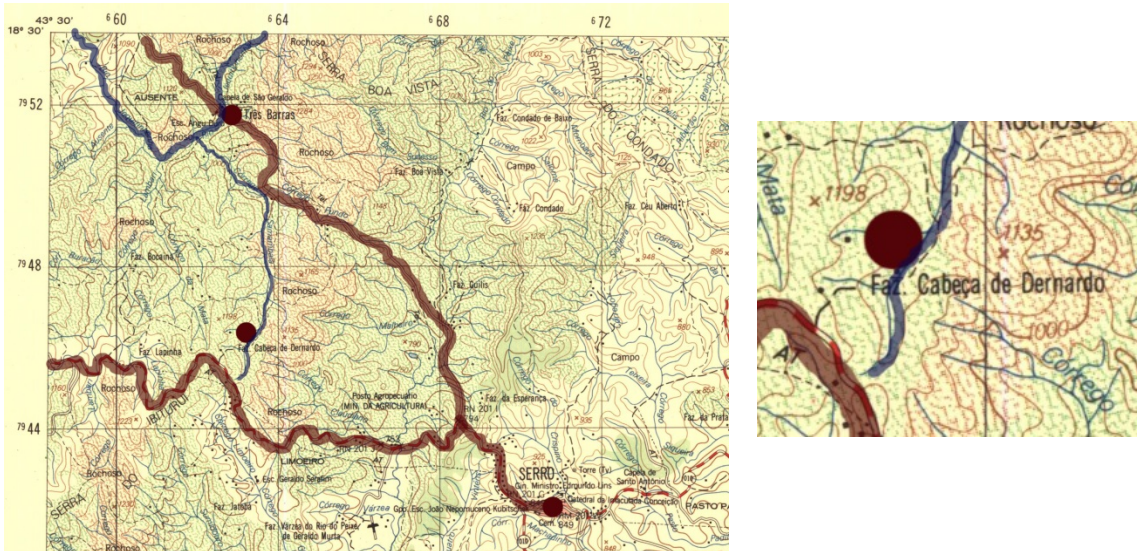


Figura 161: Detalhe para a localização da Fazenda Cabeça de Bernardo (Folha Serro, IBGE). Os círculos grenás identificam, de baixo para cima: Serro, Cabeça de Bernardo e Três Barras. As linhas grenás indicam as estradas e as linhas azuis, o córrego Samambaia e o rio Jequitinhonha.

Tschudi ([1866] 2006) também passou por ali depois de observar as florestas nas cercanias do Serro. Ele notou a mudança da paisagem ao subir por uma encosta íngreme: os rochedos pontiagudos passaram a formar um arranjo caótico cuja beleza floral o surpreendeu. Tschudi parou em uma modesta casinha sobre a qual explicou: *“o lugar chama-se Cabeça de Bernardo. No final do século passado, um indivíduo de nome Bernardo assassinara ali um viajante. Foi preso e condenado à morte. Segundo os costumes de época, sua cabeça e mãos foram expostas no local do crime”* (TSCHUDI, [1866] 2006, p. 88).

### São Gonçalo do Rio das Pedras

Assim como Milho Verde, São Gonçalo apareceu representado desde o primeiro mapa. A fundação do arraial data de 1729, como pode ser observado abaixo.



*O Arraial de São gonçalo descobrio  
Domingos Barboza natural do Minho  
donde fundou huã Ermida a este Santo  
em 1729.*

Figura 162: Detalhe da localização e da legenda do arraia de São Gonçalo, no mapa de 1729.

Nos mapas do século XVIII São Gonçalo aparece sempre representado como arraial inserido na área do quartel de Milho Verde como pode ser observado nas figuras 157 e 158.

John Mawe, o primeiro dos viajantes, foi recepcionado pelo Intendente Câmara que o aguardava para acompanhá-lo pela “singular região de São Gonçalo”. Essa área havia sido uma famosa exploração de diamantes do Serro do Frio, mas que, segundo Mawe ([1812] 1978), estava em declínio e empregava cerca de 200 escravos, número reduzido se comparado a outros serviços.

O acidente relatado por Mawe, ocorrido 40 anos antes de sua chegada, em uma escavação profunda nas margens do rio das Pedras, nas proximidades de São Gonçalo, demonstra a incerteza dos serviços de exploração: o serviço ficara completamente destruído com o desmoronamento das paredes que não suportaram a pressão das rochas. Porém, corria a reputação do lugar ser rico em diamantes... eis o caso acontecido:

Velhos habitantes disseram-me que estavam empregados nos trabalhos quando se deu o acidente, e que os diamantes aí apanhados excediam em quantidade, tamanho e beleza aos recolhidos em outros lugares. Estas informações chegaram logo aos ouvidos do intendente, que, menos de um ano depois de assumir as suas funções, planejou desembaraçar as obras entulhadas (MAWE, [1812] 1978, p.177).

O viajante teceu comentários elogiosos à “notável iniciativa” do Intendente, “homem muito inteligente” que não hesitou em colocar 400 negros sob ordens dos melhores oficiais da administração. Para realizar as obras eles formaram “planos inclinados”, estabeleceram

“jogos de polias calculadas” para levantar pesos enormes, inventaram meios de quebrar massas de sienita, “rocha de dureza incrível” através do choque térmico... e afinal:

Depois de seis meses de trabalho contínuo e penoso, o lugar estava desobstruído. Imaginemos, por um momento, as grandes esperanças que se alimentavam em relação ao tamanho dos diamantes, seu número e brilho, as honras que seriam conferidas aos administradores, etc., e poder-se-á avaliar o desapontamento geral quando, depois de se atingir o fundo, não encontraram nenhum (MAWE, [1812] 1978, p. 177).

Em 1867, Richard Burton escreveu que São Gonçalo é o casamenteiro das velhas, elogiou o bom comportamento dos habitantes e destacou o funcionamento de “muitas pequenas indústrias locais” (BURTON, [1869] 1977, p. 100). Apesar de elogiar o amor ao trabalho dos habitantes, ele os provoca dizendo que não se preocupam em explorar um morro de cristal de rocha que ficava a pequena distância de suas casas:

Quando esses prismas de seis faces de puro óxido de silício, terminando em pontas hexagonais, têm pirâmides não quebradas, o que é raro depois da viagem, e quando há no interior a água da cristalização ou corpos heterogêneos, os blocos maiores têm grande valor, como objetos de museu (BURTON, [1869] 1977, p. 100).

### **Três Barras**

Spix & Martius fizeram a longa viagem de Vila Rica ao Tejuco e chegaram ao Distrito Diamantino. Porém, ao chegar a Três Barras, foram obrigados a fazer um pouso para esperar a “desejada autorização”. Sobre este procedimento eles escreveram:

Como por uma especial ordem régia, a entrada no Distrito Diamantino (...) só é permitida se o intendente-geral dele autoriza por escrito o registro, o ouvidor teve a bondade de mandar um mensageiro especial (pedestre) a Tejuco com nosso requerimento, junto com a licença do rei (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p.26).



Figura 163: Distrito de Três Barras, Serro, MG. Foto de abril de 2012.

### Vau e córrego dos Borbas

Junto ao riacho chamado *Rio das Pedras*, no lugar chamado *Vau*, Saint-Hilaire ([1833] 1974) viu casas pertencentes a um *serviço* de diamantes.

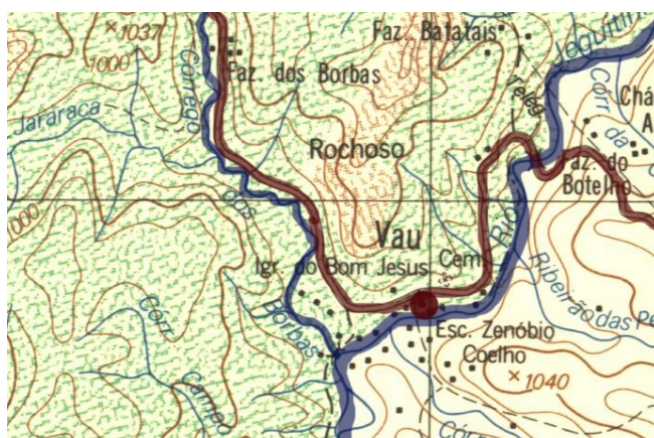


Figura 164: Detalhe da localização do povoado do Vau entre o rio Jequitinhonha (antigo rio das Pedras) e a estrada que liga Serro a Diamantina. Próximo dali está o córrego dos Borbas (Folha Diamantina, IBGE).

Foi próximo dali, no lugar chamado Borbas, onde existia um *rancho* que Saint-Hilaire caiu em mais profundo desânimo. Ele escreveu o episódio que segue transcrito:

Quando cheguei a essa casa o tropeiro Silva já havia descarregado uma parte de minha bagagem; entretanto, como me haviam dito um pouco adiante encontraríamos melhor pousada, mandei carregar de novo os animais; mas, em seguida vi que me haviam dado informações errôneas. O *rancho* que me indicaram ficava muito mais longe do que eu pensava e, antes de aí chegarmos, fomos surpreendidos pela noite. Nada havia comido desde 9 horas da manhã;

minha fraqueza era extrema e já não me podia manter a cavalo. Apeei-me e deitei-me sobre a relva, decidido a não ir mais longe. Ressentia-me ainda das conseqüências de minha queda [nas proximidades do Rio Manso]; além disso achava-me muito contrariado com as atormentações de um dos meus camaradas, e caí no mais cruel desânimo. Entrementes meu tropeiro, que ficara para trás, chegou; ele me conduziu a tornar a montar e, a pouca distância do lugar onde eu tinha parado, encontramos uma pequena palhoça habitada por negros [Borbas]. Um padre, que ia de *Vila do Príncipe* para *Tijuco*, achava-se já deitado sobre tábuas, ao lado de um braseiro feito no meio do quarto; fiz arrumar minhas cobertas sobre um couro do outro lado do fogo, e viajantes chegados depois de mim distribuíram-se pelo resto da peça. Era já muito tarde para poder-se cozinhar alguma cousa; contudo reanimei-me um pouco comendo alguns pedaços de biscoito, e, antes de me deitar tive ainda ânimo para escrever meu diário. Era muito tarde quando parti, no dia seguinte (...) de *Borbas*, esta pobre palhoça onde passei a noite (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.43-44).

Vau foi a primeira lavagem de diamantes visitada pelos dois viajantes alemães:

... situada num vale solitário, junto do Rio das Pedras, a uma légua de *Milho Verde*. Vêem-se aqui num morro diversas choças para os escravos negros, cuja tarefa é lavar os diamantes do cascalho do rio e do solo argiloso... (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p 27).

Como eles não conseguiram chegar neste mesmo dia ao Tejuco, pernoitaram mais uma noite na fazenda Palmital.



Figura 165: Fazenda e cachoeira Palmital, entre Vau e Diamantina. Foto de 2004.

Em 15 de agosto de 1840, George Gardner também passou a noite em Borbas: “acampando em sítio aberto e relvoso, não longe da única casa ali existente, que pertencia a um ferreiro” (GEORGE GARDNER, [1849] 1975, p. 213). Sobre o caminho ele escreveu:

O caminho por onde passamos [do Tejuco a Borbas] é a *estrada real* que conduz ao *Rio de Janeiro*, talvez a pior do país, não obstante o grande tráfico que aqui se

faz, não só para a capital da região do diamante, mas também para o grande distrito ao nordeste chamado *Minas Novas*. As numerosas subidas e descidas são rochosas e cheias de grandes pedras... (GEORGE GARDNER, [1849] 1975, p.213).

Para Gardner, as montanhas pedregosas eram desinteressantes:

De *Borbas* fizemos uma jornada de cerca de três léguas e meia por uma região desinteressante de montanhas pedregosas, chegando a um lugar chamado *Três Barras*. Pouco antes passamos pelo *Arraial de Milho Verde*, mas a curta distância para o sul, em um lugar chamado *Vau*, atravessamos pequeno rio por uma velha ponte de madeira meio podre. Há aqui umas poucas casas de mau aspecto, cujos donos são geralmente lavadores de diamantes: um destes me mostrou alguns [diamantes], todos pequenos e longe de igualar, quanto à cor, os que se encontram perto de *Diamantina* (GEORGE GARDNER, [1849] 1975, p.214).

A caminho do Tejuco (vindo do Serro) dois anos após Gardner, Conde de Suzannet também relatou a travessia a vau do rio Jequitinhonha e o estado de pobreza que encontrou a região:

Apesar de muito largo, o rio era pouco profundo e os cavalos puderam atravessá-lo sem molhar as bagagens. Deixei, a leste, *São Gonçalo* e *Milho Verde*, antigas lavagens de diamantes, hoje quase abandonadas (...). Tendo sido forçado a parar numa venda, fiquei horrorizado com a miséria e sujeira que superavam tudo o que tinha visto até êsse dia. Poderia eu duvidar que acabava de penetrar no *distrito dos diamantes*, o misterioso berço da riqueza do *Brasil*? (SUZANNET, [1842] 1957, p.132).

## Capivari

Spix & Martius ([1824] 1981) descreveram a “excursão instrutiva” que fizeram em companhia do intendente dos Diamantes ao topo do Itambé que “*se eleva soberano dominando toda a região*” (p.39). De acordo com a medição por eles realizada o pico mede “5.590 pés de altitude, e supera, portanto, de 972 pés, ao Itacolomi, igualmente muito alto, perto de Vila Rica” (p. 40).

Eles relataram o frio picante que fazia nesta altitude, as plantas que matam a sede (Xiris, Eriocáuleas, a *Barbacenia excapa* com Cactus, Melocactus e Bromélias) e se

surpreenderam com o fato de diamantes terem sido encontrados em considerável altura. Segundo o relato, todos, com exceção do Intendente Câmara os havia dissuadido da ideia de escalar o monte:

Só Ferreira da Câmara nos animou a medir a altitude dessa notável montanha, e ofereceu-se para nos acompanhar e nos prestar auxílio em tudo que fosse necessário ao empreendimento. A 5 de junho, pusemo-nos, portanto, em marcha, com o intendente, o filho deste e numeroso séquito (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. 39)

A descrição das quatro etapas da ascensão ao Pico pode ser encontrada no anexo III deste documento. A descrição inclui a travessia do rio Jequitinhonha, os preparativos, o silêncio, os vestígios garimpeiros, a bela vista, as formas da vegetação nas encostas pedregosas: vegetação baixa, rasteira, samambaias, campos abertos, gramíneas, arbustos, mato rasteiro, além de “árvores mofinas isoladas no sopé da montanha e nos vales feitos pelas águas ocorrem capões fechados, sempre verdes” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981,p.42). Eles notaram também o pequeno córrego Capivari:

Nos desfiladeiros do pico do Itambé, brota o pequeno *Rio Capivari*, e muito perto toma início, reunindo dois braços, o *Jequitinhonha*, portador de ouro e de diamantes (...) o longo do pequeno *Capivari*, ainda se vêem restos do cascalho lavado, e, como consta, há poucos anos se lavou ali um diamante do peso de duas oitavas” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p.39).

Richard Burton estava passando pela cidade do Serro quando descreveu a vista do Pico do Itambé:

Diante de nós, erguia-se o majestoso Pico do Itambé, que dizem estar a 2.000 metros do nível do mar. Sua cabeça se achava envolta em nuvens, sempre semelhantes e nunca as mesmas e seus ombros revestidos de capim avermelhado e matas sombrias (BURTON, [1869] 1977, p.99).



Figura 166: Vista para o Pico do Itambé da estrada para Capivari e da antiga trilha de tropa de São Gonçalo do Rio das Pedras. Abril de 2012 e setembro de 2013.

## Mendanha

Mawe ([1812] 1978) permaneceu cinco dias em Mendanha e visitou diferentes partes dessa que era a maior exploração de diamantes, onde trabalhavam mil negros e, em certas ocasiões, dois mil:

... chegamos a *Mendanha*, lugar afamado. Aí as casas, em número de cem, são isoladas e geralmente de forma circular, com tetos pontudos de palha, semelhantes às cabanas dos africanos, embora muito mais largas. As paredes formadas de estacas fincadas perpendicularmente na terra, entrelaçadas de ramos de árvores e rebocadas de barro por dentro e por fora. As casas dos oficiais são feitas dos mesmos materiais, mas de forma mais cômoda, sendo caiadas interiormente. Ao lado de algumas havia jardins cercados, o que animava a perspectiva, dando um ar de abundância a essas habitações simples e grosseiras” (MAWE, [1812] 1978, p. 154).

Mawe fez uma descrição geral do serviço de “secar o rio Jequitinhonha” realizado em Mendanha:

A parte atualmente explorada é um trecho em curva ou cotovelo, do qual foram removidas as águas (...) Esta obra é imensa; é necessário o trabalho conjunto de todos os negros para terminá-la, porque o rio, sendo largo e pouco profundo, e por conseguinte sujeito a transbordar, só barragem bastante sólida poderia resistir à pressão da água, no caso em que se elevasse a quatro ou cinco pés. Põe-se a seco a parte mais profunda do rio, por meio de grandes caixões ou bombas, acionadas por uma roda d’água. Tira-se a lama e leva-se o cascalho a lugar cômodo para lavagem (MAWE, [1812] 1978, p. 154).





Figura 167: “Vista da maneira pela qual foi posto a seco o leito do rio Jequitinhonha a fim de permitir a cata de diamantes” (ESCHWEGE, [1833] 1979, vol1, p.139).

Eschwege ([1833] 1979) escreveu detalhadamente as técnicas de lavagem empregadas em Mendanha (p.134), descreve também o trabalho escravo (p.136) e os procedimentos para evitar furtos (p.137).

Tenha o escravo, porém, a felicidade de achar um diamante de mais de dezessete quilates e meio, é logo enfeitado de grinaldas de flores e conduzido em alegre procissão até a administração. Esta lhe concede a alforria, que é paga ao dono pela caixa. O negro, além da liberdade, recebe vestimentas novas e autorização de trabalhar por conta própria. Caso o achado seja de oito a dez quilates, receberá camisas novas, um fato completo, um chapéu e uma boa faca, que também constitui recompensa pela descoberta de diamantes menores (ESCHWEGE, [1833] 1979, p. 137).

Saint-Hilaire escreveu que Mendanha era localizada às margens do Jequitinhonha e havia fornecido muito diamante. O naturalista encontrava-se muito mal quando passou por esse local, em razão da queda que sofrera e, por isso, não o descrevera, mas ele registrou sua admiração pelo caminho que conduzia dali ao Tejuco: “quase todo a cavalo na rocha. Esse caminho é fruto dos cuidados do Sr. Da Câmara e honra sua inteligência” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p. 40). Langsdorff também escreveu sobre a estrada e a rancharia de Mendanha:

Logo adiante, sobe-se a serra, onde existe outra estrada calçada, esta, porém, apenas parcialmente. Percorridas 3 léguas e por volta das 4h, atingimos a

rancharia de *Mendanha*. Dizem que esse é o nome de um francês que, anos atrás, quando mal se conheciam os diamantes, extraiu aqui ouro e diamante. A região ganhou seu nome. Depois de passar pelas casas dos antigos empregados dos garimpos de diamante, alcançamos o famoso *rio Jequitinhonha*, rico em diamantes, sobre o qual passa uma ponte maciça de madeira e bem construída (DANUZIO, 1997, p. 276).

Em 1849, Gardner também elogiou a excelência da estrada que ligava Mendanha ao Tejuco:

...embora íngreme em muitos lugares, a ascensão era relativamente facilitada pela excelência do caminho. Em quase toda a extensão é bem calçada de grandes pedras chatas de xisto arenoso (...) e corre em ziguezague nas subidas mais íngremes” (GEORGE GARDNER, [1849] 1975, p. 206).

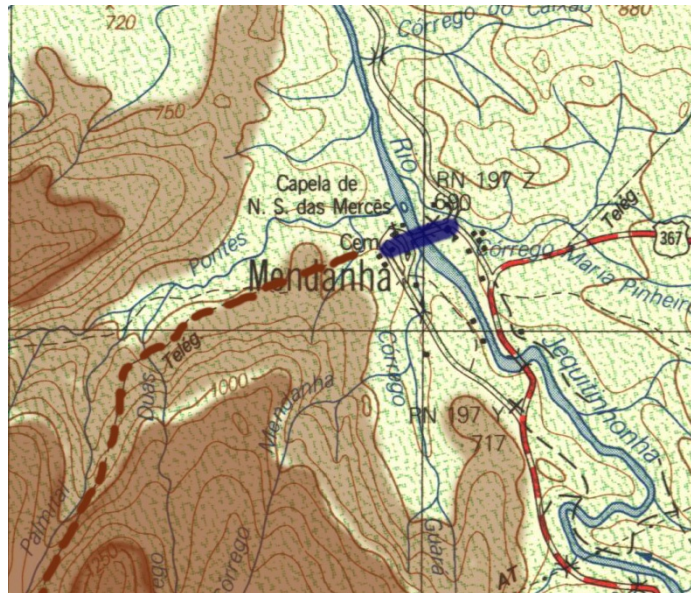


Figura 168: Detalhe da localização de Mendanha com destaque para a serra de mesmo nome, o caminho tracejado e a ponte sobre o rio Jequitinhonha.

No caminho para o *Arraial de Mendanha*, Gardner e sua comitiva atravessaram a primeira barreira de pedágio que encontraram no Brasil:

a travessia [do rio Jequitinhonha] foi facilmente feita por uma ponte de madeira, bem construída e de considerável extensão, sobre a qual existe uma barreira de pedágio a primeira que encontramos no país, dando mostra de que nós estávamos aproximando de uma parte mais civilizada que qualquer outra por nós atravessada no Brasil. Nesta barreira tive de pagar quarenta réis por cavalo carregado e vinte para cada um dos meus empregados, o que fiz com muito

prazer, pois bem sabia os riscos e labores encontrados ao passar a bagagem sobre rios desprovidos de pontes (GEORGE GARDNER, [1849] 1975, p. 206).



Figura 169: Sapucaias de Mendanha. Outubro de 2013.



Figura 170: Ponte da Amizade sobre o rio Jequitinhonha. Setembro de 2013.

Gardner descreveu o arraial de *Mendanha* e discordou de John Mawe a respeito da fertilidade do solo:

pareceu-me florescente lugarejo, com uma população de cerca de oitocentas pessoas e com quase todas as casas habitadas. O sítio da aldeia, conquanto romântico, está longe de fértil; fica no fundo rochoso e desnudo de alta montanha, que quase pende sobre ele, com pouco ou nenhum solo vizinho adequado a plantações de qualquer espécie. A maioria da população ganha a vida empregando escravos na mineração do diamante ou abrindo vendas para fornecer alimentos e roupas aos outros, principalmente em troca de diamantes e ouro em pó; e, com efeito, se não fossem as minas de diamantes existentes nas vizinhanças, nem uma só casa se teria erguido neste lugar” (GEORGE GARDNER, [1849] 1975, p. 206).

O garimpeiro também contou sobre o caminho de Mendanha:

Saia daqui [Rio Manso] passava em Mendanha e entrava na serra, tinha calçamento, o trilho saía lá na balança e entrava ali pra tornar a sair lá no rio Grande. Já dormi muitas vezes na serra, no mato, em lugar de onça! ... orlando era meu cozinheiro, dava de noite com chuva, ele ficava no canto chorando a gente puxava o couro [de boi] pra cobrir da chuva e passava a noite inteirinha. Já sofri muito em tropa, graças a deus. Era um dia em Mendanha, uma dia na serra e chegava em Diamantina (GRP19a).

### **Os Lugares-ditos do rio Jequitinhonha**

Os lugares do Jequitinhonha foram mencionados pelos garimpeiros de todas as sub-bacias e abrangem as áreas próximas à foz de todos os afluentes do Jequitinhonha. São eles:

capão Mata-mata, capão do Pinheiro, córrego das Pindaíbas, serra do Benedito, Lavra do Mato, Poço do Moreira, Lapa Pintada, Lapa da Onça, descida do Gombô, Mosquito, Lavra do Monteiro, Lavrinha, Covão, Mata dos Crioulos, Acaba Mundo, Mendanha, Cafundó, Itaipava, Jequitinhonha Preto, Córrego Pindaíba, Itambé, córrego Amaral, Lapa Furada, Cruz do Sonho Dourado, Cascudo (Desbarranque), Maria Nunes, Serra do Acaba-Saco, Caeté Mirim, Areinha, córrego do Mosquito, córrego Mulato, Cabaça, Embrechado, serra do Isidoro (perto da Lavra do Mato), Capim-açu, Lagoa Seca, Lagoa Redonda, Contagem, Agulha, Buritizinho, Chapadão, Capão Comprido, Vinhático, Cinco Anzol, Areinha, Maria Nunes, Menhana, Bento Salete, Saju, Esmera, nas Pedras, Mandú, Saco da Cachoeira, Desbarranque (Pai Miguel), Quitéria, Barra rica (Jequitinhonha), Inhacica.

### Ponte do Acaba Mundo

A ponte do Acaba Mundo foi construída sobre o rio Jequitinhonha logo abaixo da confluência com o córrego Soberbo, o chamado Jequitinhonha Preto (antigo Jequitinhonha do Campo). A ponte faz a ligação da estrada de Curralinho à Mata dos Crioulos. Os garimpeiros contam inúmeras histórias sobre o lugar:

Agora no Acaba Mundo já acharam carumbé podre... acharam canela de nego... levaram pro padre pra rezar... lá é fundo mesmo (GRP2b).

Naquele rancho na pedra ali morou uma família que eu conheço de Luciano Benfica. Ali é antigo assim, né, sai um entra outro, sai um entra outro, vai reforma de novo e vai ficando né? (GRP1b).



Figura 171: Rancho na pedra do Jequitinhonha. Agosto de 2013.

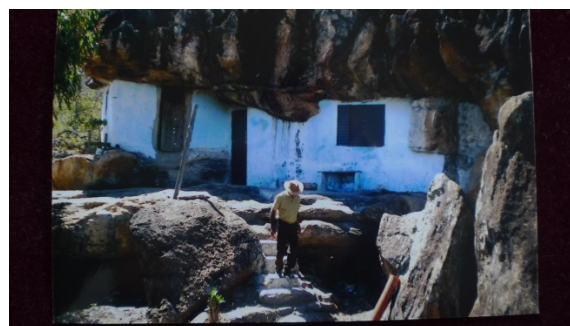


Figura 172: Rancho na pedra na década de 80. Fotografia de José Raimundo Assunção (Sr. Juca).

Tem gente morando na lapa de Pedra do rio Jequitinhonha. Isso aqui muita gente já morou ai... um vai saindo vende pro outro, às vezes é coisa de família, um sai e deixa pro outro (GRP2b).

Pra construir uma ponte é uma mão de obra danada, né? Ali tinha uma ponte de madeira toda feita à mão, o rio encheu muito e carregou a ponte, depois conseguiram aquela de cimento. É uma ponte boa, muito bem feita! (GRP2c).



Figura 173: Ponte do Acaba Mundo em agosto de 2013.



Figura 174: Ponte do Acaba Mundo na década de 80. Fotografia de José Raimundo Assunção (Sr. Juca).

Foi um capitão que trabalhava com garimpo que fez o reforço na ponte para passar caminhão carregado de manganês, ela nem cedeu, trem bem feito... o manganês vem lá de cima seguindo a estrada (GRP2c).

Dentro desse encañalado foi onde eu tirei a diamantada. Nós viramos o rio ... não foi aqui não [onde tem o vestígio], nos viremos pro lado de lá, aqui foram os novatos que viraram. Fechamos ele lá na entrada daquele poço lá... tiramos aí dentro aí... tirava as cangas cheias de forma com 4 ou 5 diamantes encravados, quando chegamos no fundo achamos um caldeirão, podia catar os diamantes lá dentro assim ó (GRP2a).



Figura 175: o local do caso acontecido, ponte do Acaba Mundo. Agosto de 2013.

Alí onde está aquele poço... Saindo pra lá onde está aquele emburrado daquela serra lá... aí é onde é falado o garimpo que o tal Xandico tocou... ele tirou foi muito diamante... ele tirou esse poço e o resto do cascalho entrou pra debaixo da serra ... todo mundo já pelejou pra achar a diamantada que ficou... o povo não acertou... o cara que sabia, morreu... ninguém descobre não (GRP2b).

Os garimpeiros contam a lenda que está na origem no nome deste local:

Era um poço encantado que tinha, sabe? O cara falou, “ó, eu tiro esse poço, eu vou tocar o serviço... mas o serviço é encantado, né? Ele foi fazer o cerco pra jogar o rio no valo. Fez o acampamento pra tocar o serviço... mas o serviço é encantado e ninguém conseguia tirar o serviço. Coisa histórica dos escravos ainda. Aí fez o cerco, jogou o rio lá... quando foi um dia o serviço tava cheio de homem lá dentro, lá debaixo da serra, profundo mesmo, muita gente lá debaixo, os escravos, né? Diz que sempre aparecia um homem lá em cima da serra lá e dava um assovio profundo... deu um piado profundo mesmo, o dono do serviço veio depressa pra olhar e a cozinheira ficou lá no barraco, quando ele chegou na beirada do serviço o cerco estourou... arrebentou e aqueles que estavam no lugar mais alto um pouco, enxergou, mas eles morreram, porque o rio tombou eles lá pra dentro e os que tavam lá dentro não viru nada.... Então aqueles que tavam mais encroado na hora que o rio estourou lá dentro, eles gritaram “acaba mundo”! O lugar ficou com nome de Acaba Mundo. O dono do serviço coçou a cabeça e falou “é deveras, o pessoal ficou todo enterrado lá dentro! O rio arrebentou meu Deus do céu!”... ficou em tempo de ficar doido. Foi lá no barraco falar com a cozinheira: “ô Maria, rebentou meu serviço lá, vão lá procê vê!” Quando eles chegaram os dois pra olhar e falou “é deveras, acabou meu serviço... acabou o mundo pra eles, né?” Quando eles volta pra trás o racho pegou fogo. Ficou eles dois purinho lá, em pé no meio da serra... mas falaram pra ele “não mexe porque esse serviço é encantado”! (GRP2b).

### Mata dos Crioulos

No tempo que meu avô era cangaceiro lá era puro nego, lá hoje tem igreja, tem missa, tem tudo assim, eu ia lá caçar anta... antes só morava preto do mato... daqui lá é quase a distância daqui a Curralinho. Tá lá perto da serra do Itambé. Pra ir lá dá pra passar por Itambé (GRP2a).



Figura 176: Ponte do Acaba Mundo, Território Mata dos Crioulos. Agosto de 2013.

### Lapa Furada

Eu já morei nela. Maria, minha mulher cozinhou muito tempo aí... já morei nela trabalhando aí no rio. Trazia colchão, cobertor, fazia fomalha, girau pra por as despesas, tinha muito rato... Depois de mim já morou muita gente aqui. O fogão

antigo era esse aqui agora esse outro aí é novato, eles fizeram aí... (risos) tá logo embaixo do furo... em cima da água (GRP2a).



Figura 177: A lapa Furada, ponte do Acaba Mundo. Agosto de 2013.

De noite lagartixa passa em cima da gente... dormir em lapa é assim... cê fica sujeito a tudo isso, mas quando acende fogo elas não vem não... eu morei nessas lapas tudo, se eu tivesse sido chupado de barbeiro eu já tinha morrido. Ficava mexendo com garimpo aqui nessas beiras de rio direto! Nós tinha um ranchinho e um bocado dos trabaiaador dormia cá... (GRP2a).

Lá que tem um ponto, aquela cruz lá em baixo é a marca... dentro dessa serra tem uma diamantada... o cascalho tá no nível do fundo do rio... numa distância profunda. Então esse cascalho ta aí... eu mesmo já pelejei pra chegar, mas tem que usar dinamite, escorar serra... é um serviço muito pesado aí debaixo, a cruz chama Sonho Encantado (GRP2b).

Isso é antigo porque ela tá ai desde que eu morei aqui. Ela tá reformada (GRP2a).



Figura 178: A Cruz do sonho encantado, na ponte do Acaba Mundo. Agosto de 2013.

## Serra do Batuque

Ali em baixo no pé do Jequitinhonha, tem uma serra que chama Serra do Batuque, ficou com esse nome porque era um lugar que o povo tirava muito diamante, tinha um povoado a vida deles era comprar cachaça e batucar. Só tem uma família que mora no Mosquito, mas no Batuque mesmo não mora mais ninguém” (GRP2a).

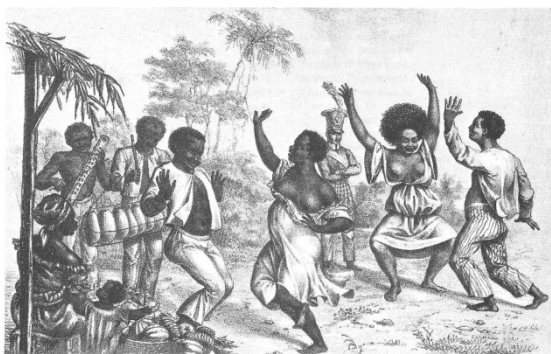


Figura 179: “Batuque” (FREIREYSS, 1982, p.137)



Figura 180: Serra do Batuque vista da Lavra do Mato. Setembro de 2013.

Meu avô era matador de nêgo, meu avô era! Ele era cangaceiro, ele era da época da escravidão, uai. Quando estourou a liberdade ele era pedestre, ganhava pra isso, ele era do governo. Ali naquele pelado de serra é chamado “os Pimentas” foi lá onde meu avô criou minha mãe (GRP2a).

## Lavra do Mato

A lavra do Mato foi o primeiro serviço de diamante concedido quando entrou em vigência o sistema de arrendamento de contratos. Assim escreveu Felício dos Santos (1976) sobre as áreas facultadas ao primeiro contrato de 1740 a 1743:

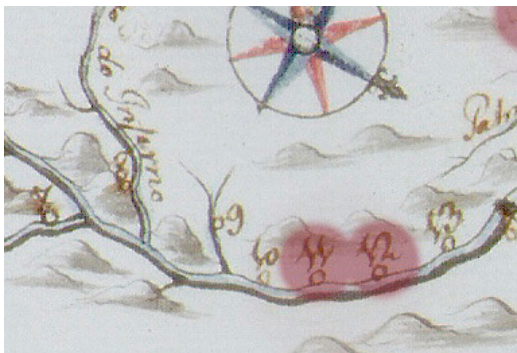
O leito do Jequitinhonha, seus tabuleiros, vertentes e grupiaras, devendo ser o primeiro serviço na Lavra do Mato, e daí continuando os mais alternativamente, como se pratica, minerando pelo rio acima até se findarem os quatro anos... (FELÍCIO DOS SANTOS, 1976, p. 96).

E assim se sucedeu ao longo de todos os contratos, a Lavra do Mato esteve sempre entre as áreas facultadas. Nos mapas históricos ela também foi registrada:





Figura 181: A Lavra do Mato, na margem oposta à lavra do Mosquito, no rio Jequitinhonha, onde se observam as estrelas azuis, no mapa de 1770.



N<sup>o</sup> 42 - Mosquito \*  
 N<sup>o</sup> 42 - Lavra do mato \*

Figura 182: A Lavra do Mato no mapa de 1775.



51 Lavra do mato

Figura 183: A Lavra do Mato no mapa de 1787.

Ainda hoje a Lavra do Mato é um local afamado.

A famosa lavra do mato... deu muito ouro e diamante ainda tem muito ainda e o garimpo aqui não é fundo... ali mesmo perto daquele talhão tem um cascalhão ali ó! (GRP16).

Teve um garimpo aqui onde foi tirada uma cata que ela deu 1.370gr de ouro em 30, 40 dias de serviço e 374 quilates de diamante, mas logo depois o Ibama embargou os garimpos, em 2002 (GRP16).

O primeiro garimpo que eu trabalhei foi na Lavra do Mato pra cima de Mendanha, trabalhava por minha conta, fazia a despesa, a ferramentas eram minhas, sempre era 4 companheiro, se tirasse mil reais 500 era meu e 500 dividia por eles quatro. Mas a despesa era minha... diamante era barato mas pagava a pena... (GRP19b).

Na lavra do Mato tinha aqueles paiol grande de pedra dos antigos... nós descobrimos que davam uns diamantinhos... dava mão de obra quebrar aquele paiol todo aquelas cangas aqueles trem, né? Passava no peneirão e dava uns diamantinhos, aí eu fui temando com esse trem... ai deus me ajudou que um dia eu acertei com uma pedrinha boa lá que deu 12grãos e 17... ah naquele tempo foi um dinheirão, né? Eu era solteiro... (GRP19b).

Fomos tirando dai ficou fraco e eu descobri uma areia na extração, onde os antigos trabalhavam... mas dava muita água... uns lá tinham uma bombinha de secar água e eu não tinha... um moço me arranhou um cano pra eu secar água... um cano dessa grossura assim de ferro... aquilo foi um quebra galho pra mim, né? Aquilo a gente trata é quebra peito porque é dois, cada um pega de um lado e vai puxando a água... a gente ia na piçarra limpava tudo direitinho. Eu tirei muito diamante ai nessa localidade, nessa vargem... deu bastante diamante, não só pra mim mas pra todo mundo que tava lá trabalhando (GRP19b).



Figura 184: Lavra do Mato em outubro de 2013.



Figura 185: Lavra do Mato em outubro de 2013.

Aqui na lavra do mato tem umas sete famílias. Que trabalham com garimpo, muita gente foi pra Areinha... mas outros ficam aqui faiscando porque com bomba não pode mais, né (GRP16).

Aqui na lavra do Mato teve uma dupla de garimpeiros que tirava 1,5 kg de ouro por apuração e 700, 800 quilates de diamante... em cada peneirada dava 10, 12 quilates... escuta a história... pra quem batia só de carrão do ano hoje um deles está batendo colher (de pedreiro) e ganhando 70 reais por dia (GRP16).



Figura 186: o trabalho garimpeiro na Lavra do Mato. Outubro de 2013.

### **A Lavra do Monteiro**

Esta aquarela da Lavra do Monteiro<sup>6</sup> foi pintada em 1803 por Luis Caetano de Miranda, oficial da Intendência dos Diamantes e também cartógrafo e artista plástico.

---

<sup>6</sup> Ref. Lavra do Monteiro: o original encontra-se no Museu do Ouro em Sabara (dimensões aproximadas: 1m de altura por 2 m de largura, a conferir). Cof. FER



Figura 187: Aquarela da Lavra do Monteiro (COSTA, 2004, p. 102)

John Mawe e Eschwege visitaram esta lavra, sendo que o primeiro apenas citou e o segundo escreveu comentários sobre ela.

Para chegar até ela, Eschwege saiu do Tejuco, desceu a serra de Mendanha, passou por aquele serviço, atravessou a ponte do rio Manso e se serviu de uma barca para chegar até a margem esquerda do rio *Jequitinhonha* onde viu a cena que segue descrita:

As palhoças dispersas no campo árido, sem vestígio algum de cultura, nem a menor sombra de árvores, a tremenda canícula, que abrasa aquela depressão de solo arenoso, em parte revolvido pelas centenas de escravos semi-nus, o seu canto monótono nas horas de trabalho, os contínuos gritos dos feitores, à sombra do chapéu de sol e manejando compridos chicotes, eis o extraordinário, porém desagradável espetáculo que se apresenta ao europeu (ESCHWEGE, [1833] 1979, p. 133).

O movimento animado de centenas de negros, que, em uma desordem aparente, se movem com a maior regularidade, realizando, com as mãos e a cabeça, os mais incríveis serviços, causa-nos maior admiração do que se tratasse de qualquer máquina a vapor, de algumas centenas de cavalos (ESCHWEGE, [1833] 1979, p. 133).

Por ocasião de minha visita, estavam ocupados no serviço seiscentos negros, divididos em três equipes, cada uma das quais, como já foi dito, era dirigida por um administrador (ESCHWEGE, [1833] 1979, p. 133).

Eschwege descreveu a gentileza com que foi recebido por um dos administradores, a quem havia sido recomendado na ausência de Câmara que se encontrava na Fábrica de Ferro de Gaspar Soares, a 25 léguas do Tejuco. A descrição de Eschwege demonstra os contrastes da sociedade colonial:

Conduzidos à habitação do nosso hospedeiro, a qual, no exterior, não se diferenciava das palhoças dos escravos, fomos surpreendidos pelo asseio e boa disposição que reinava no seu interior e pelo agasalho que os foi dispensado. As iguarias mais escolhidas, frutas e refrescos nos foram servidos, não faltando vinho de várias qualidades e até mesmo cerveja inglesa. O deserto africano desapareceu diante dessa vida regalada, graças aos bons ordenados que recebem os funcionários. Isto constitui, pelo menos, compensação pela ausência de uma vida social em região tão deserta (ESCHWEGE, [1833] 1979, p. 133).



Figura 188: A lavra do Monteiro em outubro de 2013.

### **Barra da Lomba**

Este foi um serviço de diamante visitado por Richard Burton, em 1867, que se encontra às margens do rio das Pedras, atual Jequitinhonha. Ele descreveu a penosa viagem que empreendeu até ali e revelou a tática para se revigorar:

Depois de seis horas de trabalhosa viagem, chegamos ao pequeno estabelecimento de mineração onde se vê uma dúzia de cabanas, construídas em uma acidentada encosta que acompanha a margem esquerda do *Rio das Pedras*. Naquelas circunstâncias, era desculpável um “roxo”, isto é, uma xícara de café forte “temperado” com cachaça; isto feito, passamos, sem demora, ao exame do serviço. (BURTON, [1869] 1977, p. 101)

Ao descrever o serviço Burton notou algumas ferramentas empregadas nos garimpos: carumbés usados para transportar o desmonte, alavancas usada para quebrar pedras, almocafres para amolecer o cascalho. Na época de sua passagem, o serviço empregava trezentos escravos.

A descida para a mina é um caminho estreito e sem qualquer proteção lateral, que serpenteia pela margem esquerda o *Rio das Pedras*. Duas fileiras de trabalhadores, pretos e pardos, livres e escravos, demonstravam grande atividade, galvanizados pela presença do patrão (BURTON, [1869] 1977, p. 101).

Em razão do volume que as águas alcançavam na época das chuvas ele explicou o ciclo que se repetia a cada ano:

Esses trabalhos têm de ser renovados todos os anos. No fim da estiagem, a aparelhagem móvel é retirada, para ser usada na estação seguinte. Em novembro, quando as chuvas se tornam copiosas, a represa é levada pelas águas; a altura da cheia tem a média de 8 a 10 metros e, às vezes, se eleva a 13. A incerteza das estações torna a mineração de diamante muito mais precária do que qualquer outra indústria que depende do tempo. Naturalmente, quanto mais se prolonga a estiagem, tanto melhor... Essa incerteza, combinada com muitos outros imprevistos, serve para explicar a natureza aleatória do empreendimento (BURTON, [1869] 1977, p. 102).

A chamada Mina da Barra da Lomba foi afamada, como descreveu Burton:

... a *Mina da Barra da Lomba* (...) goza, merecidamente, de alto conceito. Durante o último ano, uma única cota produziu 41 oitavas, ou cerca de cinco onças, valendo £4.000. (...) Desci cerca de 60 metros ao longo de uma rampa de 45º - 50º, e verifiquei que a parte subterrânea era muito estreita e apertada, sendo os trabalhadores obrigados a usar luzes, que eram tochas. (BURTON, [1869] 1977, p. 106).

Burton escreveu sobre a forma rudimentar dos trabalhos de extração:

Não encontrei nos mais eficientes serviços de mineração de Minas Gerais, vestígios de esmagadores, guindastes ou polias ou de trilhos, o menor conhecimento dos mais rudimentares apetrechos; o negro era o único instrumento e trazia consigo tanta coisa quanto um menino de escola poderia levar na algibeira: um par de baldes teria feito o serviço de cem daqueles homens (BURTON, [1869] 1977, p. 106-107).

A Barra da Lomba foi visitada pela pesquisadora em passagem para outro local, a Lapa da Igreja. Na ocasião havia um serviço e tivemos a oportunidade de conversar e documentar o local:

Área é bem grande, o nome aqui é santo Antônio (da lapa da igreja) , esse ponto aqui é o Salto da Onça, é onde ela atravessa o rio. Não pode caçar a onça não... se mexer? Da problema. Bicho nenhum: paca, veado, porco do mato, onça... hoje aqui tem muito, mas não pode mexer. Se mexer o pau quebra! (GRP9a)



Figura 189: Cerco no rio Jequitinhonha na Barra da Lomba. Setembro de 2013.



Figura 190: Bomba Catiadeira em cima do flutuador no rio Jequitinhonha. Setembro de 2013.

Nós não tamo tirando aqui não, aqui tá perdido. Isso aqui tá cheio de água porque a máquina tá estragada. Porque a bomba atrapaçou e a água subiu... aqui fica sequinho, tudo. Esse cerco já arreventou três vezes...é um trabalho pesado! Esse tanto de serviço que nós fizemos aqui não está recompensando não... (GRP9a)

Rancho de Maria Peçanha... os peões moram aqui. Ela morava sozinha aqui, isso aqui não é novato não... é antigo (GRP9a).



Figura 191: Rancho de Maria Peçanha, na Barra da Lomba. Setembro de 2013.



Uma bomba catiadeira em cima de um flutuador... o cano tá tirando a água que infiltra no pé do serviço, aí ele atravessa a bomba e joga lá embaixo, fora do serviço... se não a água fica muita. O barquinho é uma lavadeira adaptada, usada como barquinho para levar óleo para a bomba. As pedras quebradas são todas quebradas pelo garimpo... (GRP9a)



Figura 192: Barra da Lomba (antigo Jequitinhonha do Mato) no rio Jequitinhonha. Setembro de 2013.



Figura 193: Descida estreita para o rio, descrita por Burton em 1867. Setembro de 2013.

Já estamos aqui há oito meses ou mais... se tivesse funcionando aí que é bonito. Essa água ia tá seca. Olha lá o concentrado que já tirou fora... é o paiol. São quase oito meses trabalhando sem saber do resultado. Se produzir, volta o ano que vem (GRP9a).



## Capítulo 5

### **SISTEMA UTILIZADOR DA PAISAGEM: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O GARIMPO E O GARIMPEIRO**

Este capítulo apresenta o resultado da investigação sobre o Sistema Utilizador (S Ut) da paisagem (Brossard e Wieber, 1984). Trata-se de uma abordagem sobre a representação mental condicionada pelas diferentes modalidades de utilização. O capítulo está dividido em duas partes, a primeira apresenta o olhar viajante sobre a Demarcação Diamantina e sobre o garimpeiro. A segunda parte apresenta outros olhares sobre a figura do garimpeiro e seu modo de vida especialmente aquele da literatura e dos textos da legislação mineral e ambiental.

Busca-se confrontar diferentes modalidades de utilização da paisagem: por um lado, o olhar investigativo (Ch) e consumidor (Co) que inspirou viajantes e escritores, por outro lado, o olhar normativo orientado para o campo de ação e de planeamento (Ac). Como resultado, o leitor perceberá diferentes perspectivas de uma mesma realidade. As percepções se interpõem e formam um verdadeiro mosaico de interesses e representações. O olhar do garimpeiro sobre sua própria realidade será apresentado no capítulo 6.

#### **5.1 O olhar viajante sobre a Demarcação Diamantina e seu aparato militar**

“... achamo-nos no Distrito Diamantino tão ardentemente almejado”  
(SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p.27).

Durante o século XIX a área diamantífera da serra do Espinhaço recebeu muitos viajantes europeus – pesquisadores ou simplesmente curiosos – que registraram suas impressões em cadernos de campo que mais tarde viraram livros e foram traduzidos para diversos idiomas. Este capítulo apresenta o olhar de onze desses viajantes. A apresentação dos viajantes e a identificação das respectivas rotas de viagem estão no apêndice I. Todos eles chegaram ao Tejuco depois de extinto o primeiro sistema de administração (por

contratos de arrendamento) e instaurado o monopólio real através da Real Extração, uma empresa estatal portuguesa.

O período compreendido na análise dos testemunhos de viagem (de 1810 a 1867) se sobrepõe a diferentes contextos de extração dos diamantes nos oitocentos, conforme elucidado por Martins (2008). A periodização foi proposta por este autor a partir do volume da produção, dos preços do diamante, das mudanças na legislação minerária e dos padrões de organização das lavras, conforme a seguir:

- (1) 1808 a 1832: a primeira crise do diamante; corresponde à crise terminal da Real Extração.
- (2) 1832 a 1870: o *boom* da atividade garimpeira, graças ao desimpedimento das lavras e aos novos descobertos de São João da Chapada e do Caeté-Mirim.

O boom da atividade garimpeira passou por uma onda de pessimismo a partir de 1870, quando houve uma segunda crise do diamante, seguida da reanimação da atividade mineradora, com a chegada de companhias nacionais e estrangeiras no rio Jequitinhonha (op. Cit). Este assunto será retomado mais à frente.

O quadro a seguir apresenta uma síntese das informações de cada viajante: sua nacionalidade, área de interesse, ano da passagem pela Demarcação e ano da publicação (original e da tradução em português). Além disso, os viajantes foram agrupados de acordo com os períodos propostos por Martins (op. Cit):

Quadro 15: Os viajantes estrangeiros do século XIX na Demarcação Diamantina.

Nome Idade quando passou pela área	Nacionalidade / área de interesse	Ano da passagem por Diamantina	Ano da publicação original e da tradução para o português
<b>1808 – 1832: primeira crise do diamante</b>			
John Mawe (1764-1829) 46 anos	Inglês, comerciante	1810	[1812] 1978
Ludwig Wilhelm von Eschwege	Alemão, geólogo e	1811	[1833] 1979

(1777-1855) 34 anos	mineralogista, formado em engenharia		
Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) 38 anos	Francês, naturalista (botânico)	1817	[1833] 1974
Johann Baptiste Von Spix (1781-1826) 37 anos	Alemão, naturalista (botânico)	1817-1820 (1818)	[1824] 1981
Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) 24 anos	Alemão, médico, botânico, antropólogo, pesquisador	1817-1820 (1818)	[1824] 1981
<b>Independência do Brasil –1822</b>			
Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852) 50 anos	nasceu na Prússia, naturalizado russo, médico	1824	1997
<b>1832 – 1870: boom da atividade garimpeira</b>			
George Gardner (1810-1849) 30 anos	Escocês, naturalista	1840	[1849] 1975
Virgil von Helmreichen (1805-1852) 36 anos	Austríaco, geólogo e engenheiro de minas	1841	2002
Conde de Suzannet	Francês, nobre e curioso	1842/43	[1842] 1957
Johann von Tschudi (1818-1889) 41 anos	Suíço, naturalista e explorador	1858 a 1863 (1859)	[1866] 2006
Richard Burton (1821- 1890) 46 anos	Inglês, diplomata	1867	[1869] 1977

Saint-Hilaire apresentou uma descrição do que, segundo sua visão, foi o Distrito dos Diamantes: “Submetido a uma administração particular, fechado não somente aos estrangeiros, mas ainda aos nacionais, o Distrito dos Diamantes forma como que um estado à parte, no meio do vasto Império do Brasil” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.13). Spix & Martius também se referem ao Distrito Diamantino como “um Estado isolado dentro do Estado e com fronteiras exatamente definidas” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p.26).

Dentro desses limites, a força militar à disposição do Intendente era formada por duas companhias de homens a pé, chamados “pedestres”, cada uma composta de trinta homens - mulatos ou negros livres - e um destacamento de cavalaria contando cinquenta homens. Saint-Hilaire descreveu as funções desses oficiais da seguinte forma:

Cerca de 20 homens acham-se acantonados nas fronteiras do Distrito dos Diamantes a fim de impedir os contrabandos, para vistoriar os viajantes que saem do Distrito, para deter os que nele procuram entrar sem permissão do intendente etc. O restante do destacamento é habitualmente aquartelado no

Tijuco e empregado no serviço de patrulhamento, na guarda das caixas etc (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.18).

Além dos pedestres existia ainda a “companhia da intendência” destinada principalmente ao auxílio dos soldados dos destacamentos e a “companhia da extração” especialmente encarregada de cumprir ordens do administrador e do intendente. Aos pedestres era incumbida a responsabilidade de prender os contrabandistas e de impedir a venda de aguardente aos negros empregados nos serviços, com o detalhe “a aguardente apreendida era confiscada em seu proveito” (SAINT-HILAIRE, [1833] 1974, p.18).

Segundo Spix & Martius, os próprios habitantes do Distrito Diamantino, toda vez que transpunham as fronteiras, precisavam apresentar a licença escrita do intendente geral e nem o governador da província de Minas estava isento deste procedimento. Ao sair da demarcação diamantina, toda pessoa era submetida a rigorosa vistoria pelos soldados:

eles são autorizados a investigar, com minúcia extrema, não só todos os haveres do viajante, todas as rugas e cantos da bagagem, porém, igualmente todas as partes acessíveis do próprio corpo e dos cargueiros, para se verificar se não levam escondido algum diamante; em caso de suspeita, a reter o viajante 24 horas, para examinar se alguma pedra preciosa havia sido engolida (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p.26).

Eschwege relatou que se houvesse alguma suspeita sobre um viajante, eram enviadas patrulhas que o retinham no meio da estrada e este é obrigado a desempacotar tudo. Ele próprio escreveu sobre a busca de que foi alvo:

Eu próprio, quando desconhecido ainda na província, fui revistado pela primeira vez, muito me aborreci com isso. Cheguei mesmo a oficiar ao ministério, expondo quanto infame era a mesma para um funcionário do Estado; mas, em ofício reservado, veio-me a resposta do ministro, informando-me que tal prática se baseava na experiência, a qual provava suficientemente que a ninguém se podia dispensar a busca. Mais tarde, convenci-me da necessidade da medida, pois as exceções davam origem a muitos abusos (ESCHWEGE, [1833] 1979, p.160).

Dois anos após a independência do Brasil, quando Langsdorff passou por ali, ele notou que não se achavam diamantes como antes e que a exploração envolvia enormes custos, sendo impossível manter o monopólio. Os funcionários públicos não eram pagos há dois anos e, temendo conflitos, o governo resolveu abrir mão do controle rigoroso de antes:

Os leitos de rios abandonados e exauridos pela Administração da lavra diamantífera foram praticamente doados ao público, naturalmente sempre sob aquela condição de entregar os diamantes. Os inspetores deveriam controlar rigorosamente essas transações, mas isso não aconteceu. O que a Administração tinha em mente, na verdade, era satisfazer o povo e manter ocupadas tantas mãos à toa, até que o pagamento chegasse do Tesouro (DANUZIO, 1997, p. 297-298).

Em 1842, quando viajou Conde de Suzannet as antigas formalidades impostas aos viajantes já não existiam mais. O monopólio português estava abolido e as pessoas entravam e saíam livremente. Segundo o viajante: *“o govêrno teve que abandonar a exploração porque tôda a população se revoltou contra o monopólio exercido até então, e todos apossaram-se dos terrenos explorados pelo governo”* (SUZANNET, [1842] 1957, p.130).

O testemunho de Tschudi sobre o então abolido regimento diamantino, conhecido como o “livro da capa verde”, demonstra as arbitrariedades dos intendentess, que marcaram de forma indelével aquela população:

as denúncias anônimas, não só permitidas como até mesmo estimuladas, corromperam profundamente a moral da população. Esse instrumento tornou-se o meio mais eficaz de satisfazer ódios e vinganças pessoais, levar famílias inteiras à ruína e fazer, da noite para o dia, o homem mais honesto cair na mais profunda miséria; isso sem que ele tivesse a menor idéia de quem o estava acusando. Ele não podia olhar nos olhos de seu acusador e nem apresentar a um juiz as provas de sua inocência. A sentença arbitrária do intendente roubava-lhe todas as suas posses e expulsava-o do seio de sua família e amigos. Na maioria das vezes, os documentos enviados para o Rio de Janeiro junto com o acusado, sob escolta militar, estavam repletos de provas falsas. O denunciado, então, acabava mofando no calabouço ou depois de proferida sentença judicial, exilado por dez, vinte ou mais anos na terrível costa oriental da África. (...) Passaram-se muitas décadas desde então, mas aqueles atos de violência permanecem ainda vivos na memória coletiva da população (TSCHUDI, [1866] 2006, p. 97).

Este ambiente nefasto e corrupto era o que se apresentava à sociedade diamantinense moldada pelas circunstâncias da dualidade: de um lado o luxo e o requinte da elite social foi alimentada por produtos e hábitos importados da metrópole, do outro, a corrupção generalizada se somou à exploração e à perseguição dos pés-rapados.

## 5.2 O olhar viajante sobre garimpeiros e contrabandistas

*Nitimur in vetitum semper cupimusque negata*<sup>1</sup>

O primeiro dos viajantes demonstrou como a palavra “garimpo” era evitada entre os proprietários de escravos no Tejuco. Este termo fazia alusão a uma prática ilícita, mas Mawe suspeitava que os próprios proprietários induzissem seus escravos ao roubo. Segundo o viajante inglês, os negros raramente ocultavam diamantes para si mesmos. Entre os proprietários de escravos ao se pronunciar em conversa a palavra garimpeiro “eles tremem de horror, e, com terríveis contorções, tomam a Santa Virgem por testemunha de sua aversão decidida por um crime contra o qual o governo decretou as mais severas penalidades” (MAWE, [1812] 1978, p. 172).

Em nota de página, o tradutor da obra de Saint-Hilaire, Leonam de Azeredo Penna, explica que, erradamente, alguns escritores confundem garimpeiros com os contrabandistas propriamente ditos que traficam diamantes roubados (SAINT-HILAIRE, [1833] 1774, nota 24, p.20). Para Saint-Hilaire, os garimpeiros formavam uma espécie incomum de contrabandista, eram homens aventureiros que faziam eles próprios a exploração do diamante fora da vistoria dos soldados. Este botânico francês explicou a origem do termo:

A ambição e a astúcia zombavam de todos os temores e triunfavam sobre todos os obstáculos. Quando os diamantes estavam menos difíceis de extrair, e mais abundantes, existia uma espécie de contrabandistas que se reunia em tropas e se distribuía pelos lugares onde essas preciosas pedras se achavam em maior abundância e eles próprios faziam a exploração. Alguns deles ficavam de esculca em lugares elevados, avisando os demais à aproximação dos soldados e o bando se refugiava nas montanhas de difícil acesso, as mais escarpadas. Foi isso que fez dar a esses homens, aventureiros, o nome de grimpeiros, donde se formou, por corrupção, a palavra garimpeiro, que se manteve (SAINT-HILAIRE, [1833] 1774, p.20).

Acostumados a fazer da clandestinidade o seu modo de vida, os garimpeiros se tornaram profundos conhecedores da natureza e foram reconhecidos por sua coragem e bravura. Para Spix & Martius, o garimpeiro era aquele que revolia o cascalho das áreas mais remotas do Distrito Diamantino ou roubava o cascalho já preparado nas lavras do rei:

---

<sup>1</sup> Citação latina: tendemos ao proibido e demandamos o negado.

eram escravos fugidos que viviam escondidos nos penhascos e cavernas da montanha de difícil acesso (...) Por mais ativa que seja a vigilância dos postos e das tropas volantes contra o contrabando, este se faz por gente conhecedora de veredas escondidas nas montanhas agrestes ou nas matas, evitando os postos e levando com segurança o pouco volumoso tesouro proibido para além da fronteira (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p.34).

Na ocasião da visita de Gardner, em 1840, os diamantes não estavam mais exclusivamente nas mãos do governo e os escravos tinham permissão de trabalhar por conta própria aos domingos e feriados: “não nas minas de seus senhores, mas em qualquer outro lugar, exceto nas reservas da Coroa” ([1849] 1975, p. 209).

Já no Império, quando Johann von Tschudi ([1866] 2006) passou pela região, qualquer um que tivesse tempo, vontade e dinheiro poderia dedicar-se a essa tarefa. A exploração de diamantes se encontrava quase que exclusivamente nas mãos de garimpeiros livres, denominação então utilizada para indicar “pessoas pobres que procuram diamantes e desenvolvem este trabalho por meio simples e, em geral, apenas com a ajuda de suas famílias” (TSCHUDI, 2006, p. 134). Segundo esse viajante, os trabalhos eram realizados de forma rudimentar e irracional e os garimpeiros levavam uma vida muito pobre e trabalhavam bastante para obter uma produção bem pequena. Em nota, o organizador da obra de Helmreichen, Friedrich Renger, explica que se considerava garimpeiro qualquer um que se dedicava à exploração de diamantes: “os donos de escravos, porém, preferiam ser chamados de mineiros a garimpeiros, de modo que, no sentido mais restrito da palavra, empregava-se garimpeiro para aqueles homens livres que não possuíam escravos e extraíam os diamantes com as próprias mãos” (2002, nota 43, p.73).

Helmreichen (2002) mencionou que as lavras da região de Grão Mogol haviam sido descobertas por garimpeiros por volta de 1771, aproximadamente, no período de vigência do Regimento Diamantino. O terror que se instalou nas terras diamantina foi responsável pela fuga de muitos garimpeiros que desafiaram abertamente – e até combateram – os soldados da Real Extração. Para combater os quase três mil garimpeiros foi necessário que o governador mobilizasse 200 soldados e canhões para coibir a lavra clandestina

(Helmreichen<sup>2</sup>, 2002. p.27), mas apesar do esforço, a Real Extração não tinha a intenção de investir ali.

Inúmeros conflitos marcaram a atuação de garimpeiros, contrabandistas e extraviadores na vasta região diamantífera, constantemente alargada ao longo do século XVIII. Ivana Parrela (2009) mostra a trama da chamada guerra Intestina, resultado do enfrentamento de *“homens pobres e desvalidos de um lado e outros homens pobres e desvalidos do outro, como representantes dos interesses régios...”* (p. 26).

As serras do “sertão diamantino” foram o palco dessa guerra. Parrela revela a dualidade do imaginário do homem setecentista: por um lado as serras eram conhecidas como o *“palco da desordem, antro de vadios (...) como pretendiam fazer crer os jesuítas do século XVII... porém para a imensa camada de ‘pés-rapados’ das Minas, as serras e sua cobertura vegetal significavam liberdade”* (2009, p. 27).

### 5.3 Outros olhares sobre a figura do garimpeiro

Martins<sup>3</sup> reforça o que já foi dito: homens pobres, mestiços e negros, isolados ou em pequenos bandos, sob o comando de um “capitão”<sup>4</sup> eram, para as autoridades coloniais, criminosos. O autor reproduz alguns termos que as autoridades enfatizavam para com eles fixar a imagem criminoso:

gente de baixa extração social, acostumada à vida praticamente nômade, existindo à margem da lei e das amarras dos bons costumes. Sujeitos insolentes, abusados, violentos (...) ladrões, pés-rapados, salteadores, extraviadores, gente ínfima, de pé ligeiro, turbulenta, de mau costume, aventureira (MARTINS, no prelo).

Uma mudança de imagem surgiu com a desintegração do monopólio português e o desimpedimento das lavras diamantinas, quando passou a vigorar a livre extração. A constituição de 1824 adotou o regime domínial e determinou que o Estado era responsável

---

<sup>2</sup> Estudo crítico de Friedrich E. Renger intitulado “Vida e obra de um geólogo e engenheiro de minas austríaco na América do Sul. (p.13 a 34).

<sup>3</sup> O capítulo “As representações dos garimpeiros de diamante na Bahia e nas Minas Gerais” integra um livro a ser publicado brevemente por Marcos Lobato Martins pela editora Fino Traço, com apoio financeiro da FAPEMIG, intitulado “Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes em Minas Gerais (século XIX)”. O arquivo eletrônico foi gentilmente enviado pelo autor em 25 de novembro de 2013.

<sup>4</sup> Capitão João Costa, senhor da Serra de Itacamburuçu; Capitão Isidoro, mártir dos garimpeiros do Tejuco.



pelo controle e fiscalização mineral e cabia aos concessionários explorar efetivamente os recursos minerais e pagar os impostos aos cofres públicos (Martins, no prelo). Com essa mudança, o foco da legislação deixou de ser a repressão e recaiu sobre a ampliação da produção. As províncias passaram a responder pelo controle e fiscalização, o que acarretou a criação, em 1845, da Administração Geral dos Terrenos Diamantinos, dirigida por representantes das elites locais. Os garimpeiros deixaram de ser mineradores ilegais desde que registrados nessa Administração.

Desenvolveu-se a visão de que a mineração era um mundo de ambições, de difícil controle, suscetível a crimes e arbitrariedades cometidos por homens que viviam sob a pressão da certeza e do imprevisto. Estas visões da garimpagem difundidas no período escravista permaneceram vivas após a abolição e em pleno século XX e XXI e deram origem a uma corrente de representações difundida pela literatura, como será apresentado a seguir.

### 5.3.1 A imagem do garimpeiro na literatura

Os garimpeiros são figuras de destaque na formação histórica brasileira e por isso sempre atraíram e despertaram curiosidade. Martins realizou uma interessante investigação sobre as representações destes homens na literatura regional. O autor vasculhou o universo da mineração do diamante, nas narrativas literárias produzidas por diversos memorialistas e escritores a partir do século XIX. Essas obras difundiram as paixões e os conflitos que moviam os garimpeiros e inspiraram filmes e novelas de televisão. O quadro 16 reproduz a lista de obras investigadas por Martins de maneira a analisar seus elementos em conexão com o momento histórico em que foram produzidas.

Quadro 16: Obras literárias sobre o garimpo de ouro e diamantes. Brasil – séculos XIX e XX

<b>Autor</b>	<b>Nome da obra</b>	<b>Época</b>
Joaquim Felício dos Santos	Cenas da vida do garimpeiro João Costa	±1870
Bernardo Guimarães	O garimpeiro	1872
Marcelino José das Neves	Lavras diamantinas	1870
Helena Morley	Minha vida de menina	1893-95
Lindolfo Jacinto Rocha	Maria Dusá: garimpeiros	1910
Herman Lima	Garimpos	1932
Herberto Sales	Cascalho	1944
Cecília Meireles	Romanceiro da Inconfidência	1953
Agripa Vasconcelos	Gongo Soco	±1960
Otto Paulino	O estranho mundo do Dr. Boaventura	1977
Oswaldo França Júnior	De ouro e de Amazônia	1989

Autran Dourado	O Monte da Alegria	1990
Duílio Gomes	Fogo verde	1990
José Sarney	Saraminda	2000

Fonte: Martins, no prelo.

Segundo Martins, foi uma voz no sertão baiano<sup>5</sup> que iniciou a reciclagem do antigo ponto de vista das autoridades mineiras: nessa obra, o garimpo é tratado como “lida incessante, esmagadora, de trabalhos excessivos”. O garimpeiro é “homem robusto e de força, aventureiro, empreendedor, ardente de ambição”. O homem garimpeiro de Marcelino das Neves é desenraizado, de espírito teimoso, ignorante e amante dos prazeres grosseiros: bebida, comida, jogo e sexo.

Durante a República, o garimpeiro passou a simbolizar o atraso do interior brasileiro em um momento de construção das bases para um desenvolvimento industrial. Muitos escritores<sup>6</sup> reproduziram a figura desordeira, submetida a um cotidiano de tristezas, misérias e violência, apegados ao sonho de bamburrar, dependentes de prazeres passageiros e despesas descontroladas: “garimpeiros são feitos somente de natureza e instinto, trabalhadores animalizados”.

Mas Martins apresenta outra linhagem de representações, consideradas por ele como a antípoda a essa, por representar a crítica às heranças do passado português. Martins identificou dois escritores<sup>7</sup> da literatura mineira que fizeram do garimpeiro uma espécie de herói civilizador: “símbolo da alma simples e boa do povo brasileiro, devotado ao trabalho, apegado à liberdade e dotado de rígido sentido de lealdade, justiça e solidariedade”. O garimpeiro seria o efeito nocivo do despotismo fiscalista e se aproxima dos bandidos sociais de Hobsbawm (2010) para quem o banditismo deve ser compreendido “no contexto da história do poder, ou seja, do controle, por parte dos governos ou outros centros de poder (...) daquilo que sucede nos territórios e entre as populações sobre as quais pretendem exercer controle” (2010, p. 25-26). Segundo Hobsbawm:

Os bandidos, por definição, resistem a obedecer, estão fora do alcance do poder, são eles próprios possíveis detentores do poder e, portanto rebeldes

---

<sup>5</sup> O escritor Marcelino José das Neves descreve o ambiente da Chapada Diamantina como um ambiente sem lei, onde a marcante ausência do estado abriu espaço para o despotismo privado.

<sup>6</sup> Herman Lima, Herberto Sales, Cecília Meireles, Otto Paulino.

<sup>7</sup> Joaquim Felício dos Santos, Bernardo Guimarães.

potenciais. Na verdade a palavra bandido provém do italiano *bandito*, que significa um homem “banido”, “posto fora da lei” (HOBSBAWN 2010, p. 26).

Nessa linhagem de representações são destacados: “o gosto pela vida livre e aventureira, o espírito pacífico, a dedicação ao trabalho e a capacidade de resistir a sacrifícios. Paciência, denodo e obstinação (...) familiaridade com as oscilações da fortuna”.

A narrativa da vida de alguns garimpeiros famosos que atuaram na região de Diamantina<sup>8</sup> contribuíram para fixar uma representação positiva do minerador braçal: “um herói popular em constante luta pela liberdade, um símbolo da resistência à opressão, homem de iniciativa e vida simples, pautada por um código de conduta no qual a solidariedade e a lealdade são valores centrais”. Para Martins essa linhagem derivou para o mito romântico do garimpeiro alimentado pela “forma inteiriça” do protagonista do romance “o garimpeiro”<sup>9</sup>, um homem bom: “trabalhador, perseverante, leal, honesto, dedicado, sensível, inteligente, simples e capaz de suportar os maiores sacrifícios e reveses da sorte”. Paralelamente à formação do garimpeiro como herói romântico, o garimpo é caracterizado como jogo de azar, mesmo sabendo que a sorte não chega para todos, eles persistem nessa atividade que “seduz e cega”.

Um traço menos romântico e mais realista reforça as noções de sacrifício e sorte em busca de uma riqueza efêmera ou ilusória. Assim, o garimpeiro aparece no romance “Minha vida de menina”<sup>10</sup> como uma pessoa que não sabe ou não quer fazer outra coisa. Martins destaca mais uma vez: o hábito e o gosto simples, a lealdade e a honestidade, o prazer na vida no mato, a intimidade com os segredos da natureza que desafiam na medida certa. Mas nem só do garimpo manual foi feita a história. Os impactos do garimpo mecanizado – sobre a natureza e o homem – trouxeram novos elementos para o debate, como será discutido a seguir.

---

<sup>8</sup> João Costa, José Basílio de Souza, Isidoro.

<sup>9</sup> Bernardo Guimarães.

<sup>10</sup> Helena Morley

### 5.3.2 O garimpeiro perante a lei e a paisagem jurídica do garimpo

Em 1940, a “garimpagem” foi reconhecida pelo Código de Minas como o modo de extração rudimentar de pedras preciosas – com a utilização de aparelhos manuais ou máquinas portáteis – diferenciada em razão da natureza dos depósitos e pelo sistema social e econômico da produção e comércio. Por esta disposição legal, o garimpo era uma atividade liberada em terras e águas de domínio público (Art. 62) e ao estado cabia sugerir medidas de estímulo e fiscalização (Art. 65). Porém, em 1967, o novo Código de Minas retirou do texto da lei a caracterização socioeconômica da garimpagem, vinculando-a ao caráter individual do trabalho (Art. 70). A extração em terras e águas públicas passou a depender de permissão do governo federal (Art. 73) que vedou a garimpagem em áreas objeto de autorização de pesquisa ou concessão de lavra (Art. 75). Como o código não impõe restrições quanto ao número de concessões outorgadas a uma mesma empresa, isso incentivou uma corrida aos requerimentos minerários nas áreas mais promissoras, como consequência, criou uma barreira para o acesso dos garimpeiros às áreas viáveis.

A Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu artigo 21, a competência da União para estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa. O artigo 174 leva em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros e estabelece que as cooperativas terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos minerais garimpáveis.

Em 1989, a lei de Permissão de Lavra Garimpeira buscou um tratamento diferenciado para a atividade, mas ao mesmo tempo em que avança, ela também recua. Ao mesmo tempo em que ameniza a obrigação das atividades preliminares de pesquisa, a lei estabelece o que foi definido na Constituição Federal e dá preferência pela garimpagem associativa, com prioridade para as cooperativas de garimpeiros (Art. 12) autorizadas, por sua vez, a funcionar como empresa de mineração (Art. 5 e 10). Assim o problema persiste, pois, funcionando como empresa privada, a cooperativa fica impedida de pleitear fundos sociais para prestar assistência às famílias garimpeiras<sup>11</sup>, além de ter que assumir pesados custos financeiros relacionados, principalmente, ao licenciamento ambiental, sem o qual não há concessão da lavra garimpeira (Art. 16).

---

<sup>11</sup> Entrevista com representante da Cooperativa Regional de garimpeiros de Diamantina, Coopergad, em dezembro de 2012.

Em 2008, o Estatuto do Garimpeiro remedia uma parte do problema ao reconhecer outras modalidades de trabalho além da cooperativa, tais como o trabalho autônomo, familiar, individual e o contrato de parceria (Art. 4). Ele garante ao garimpeiro o direito de vender sua produção diretamente ao consumidor final desde que prove a titularidade da área de origem do diamante (Art. 9). Mais uma vez o problema persiste: a confusão criada pelo quadro legal não estimula que o proprietário de terra ou o titular do requerimento mineral negociem com os garimpeiros. A figura 194 mostra os processos minerários vigentes em dezembro de 2013 dentro da área da antiga Demarcação Diamantina, os pequenos polígonos em cinza representam as áreas objeto de algum tipo de aproveitamento mineral, cujos regimes foram definidos no artigo segundo do código de mineração de 1967 (concessão, autorização, licenciamento, permissão de lavra garimpeira ou monopolização). Os polígonos destacados na cor laranja se referem aos processos minerários do diamante. Percebe-se que os processos minerários cobrem grande parte da área de estudo como pode ser observado a seguir. Já os processos do diamante se concentram na crista da serra do Espinhaço, no encontro do ribeirão do Inferno com o rio Jequitinhonha, nas cabeceiras dos rios Pardo e Caeté-mirim.

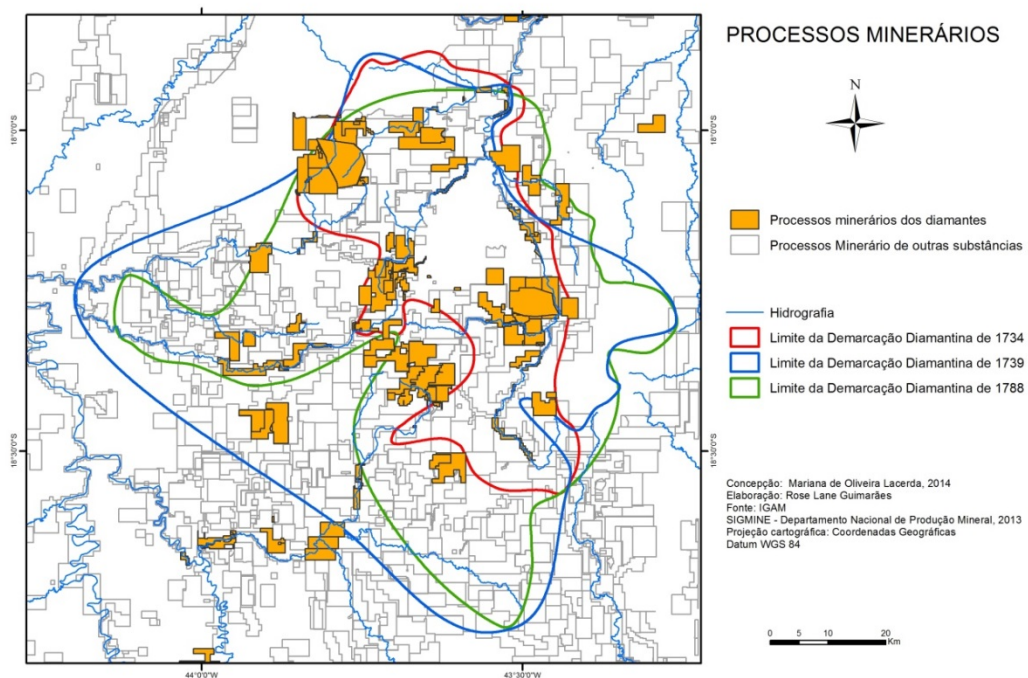


Figura 194: Processos minerários do diamante e de outras substâncias (DNPM, 2013) na área da antiga Demarcação Diamantina.

A lei de crimes Ambientais (1998) aumenta ainda mais a tensão ao definir como crime passível de pena e reclusão a extração de recursos minerais sem autorização e todo ato que cause dano a unidades de conservação (art 40). Soma-se a este fato o conjunto de unidades de conservação municipais e estaduais criadas na década de 90 em Minas Gerais:

Quadro 17: Unidades de Conservação criadas na área de estudo.

Nome UC	Decreto de criação	
	IEF	IBMbio
Parque Estadual do Rio Preto	Lei nº 11.172 de 27/09/93	-
Parque Estadual do Biribiri	Dec. 39.909 de 22/09/98	-
Parque Estadual Pico do Itambé	Dec. 39.398 de 21/01/1998	-
Área de Proteção Ambiental Águas Vertentes	Dec. 39 399 de 21.01.98	-
Área de Proteção Ambiental Rio Manso	Lei nº 503 de 10/09/01	-
Área de Proteção Ambiental Serra Talhada	Dec. nº 002 02/02/02	-
Área de Proteção Ambiental Serra do Gavião	Lei nº 879 01/08/02	-
Área de Proteção Ambiental Barão e Capivara	Lei nº 969 de 11/11/2002	-
Parque Nacional das Sempre - Vivas	-	Decreto S/N, de 13/12/2002
Área de Proteção Ambiental Felício	Lei nº 502 de 24/03/03	-
Parque Estadual da Serra do Cabral	Dec. 44.121 de 29/09/05	-
Área de Proteção Ambiental Serra do Cabral	Não encontrada	-
Monumento Natural Estadual Várzea do Lageado e Serra do Raio	06/06/2011	-

Fonte: <http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas> e <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs> Acessados em janeiro de 2014.

São sete APA's municipais, uma APA estadual, quatro PE's, um PN e um Monumento Natural municipal, totalizando quatorze áreas protegidas. A distribuição espacial dessas áreas pode ser observada na figura 188.

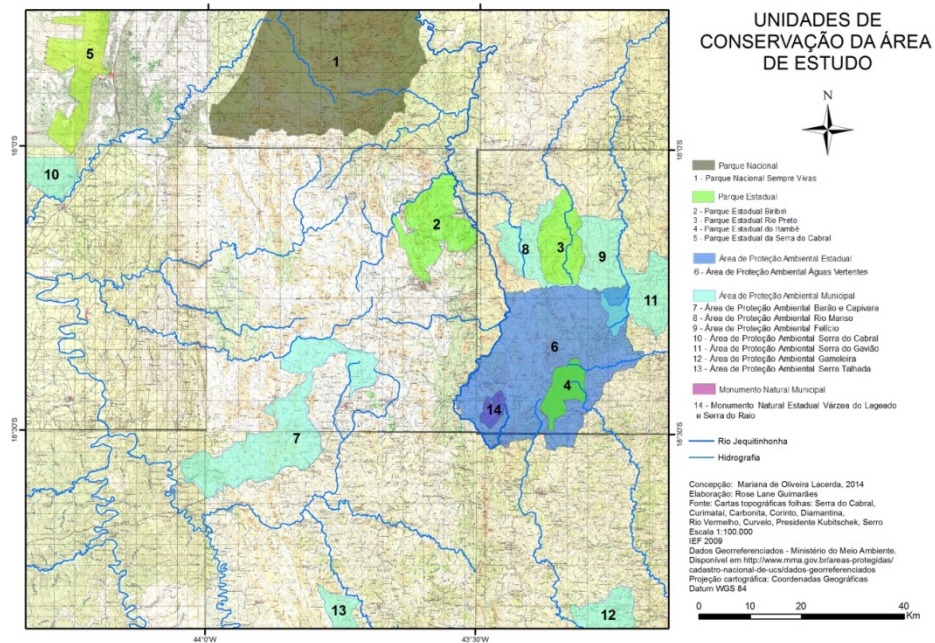


Figura 195: Distribuição espacial das Unidades de Conservação na área de estudo.

A figura 196 mostra a sobreposição das UC's e dos limites da antiga Demarcação Diamantina.

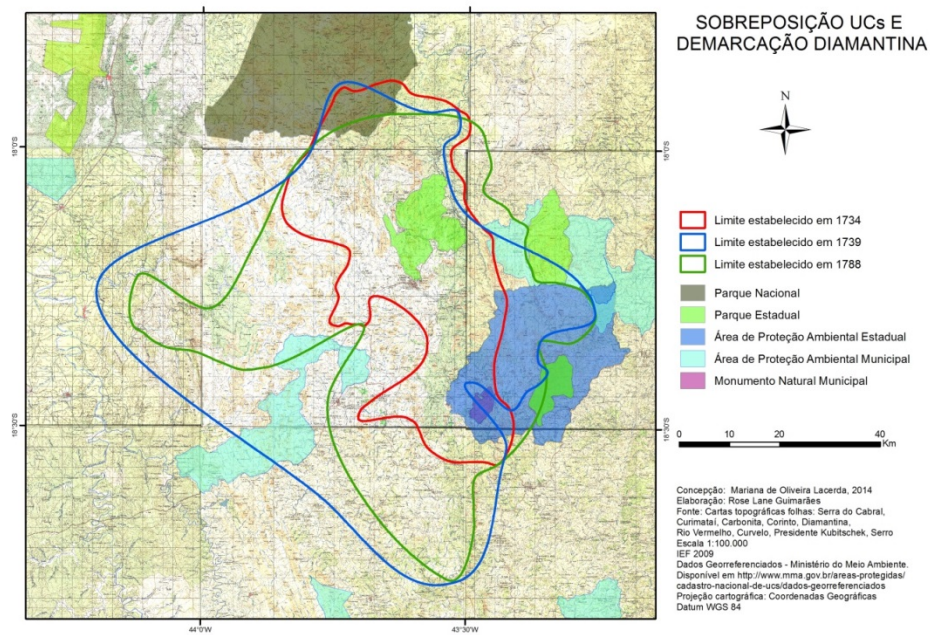


Figura 196: Sobreposição das unidades de conservação à área da antiga Demarcação Diamantina.

Em 2005 a área foi inserida na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, criada pelo Programa Homem e Biosfera, MaB, da Unesco<sup>12</sup>. A RBSE compreende 53 municípios e perfaz uma área de 3.070.000 hectares, habitada por 642 mil pessoas. A figura 197 mostra a área da RBSE com destaque para a área diamantífera, na porção norte:

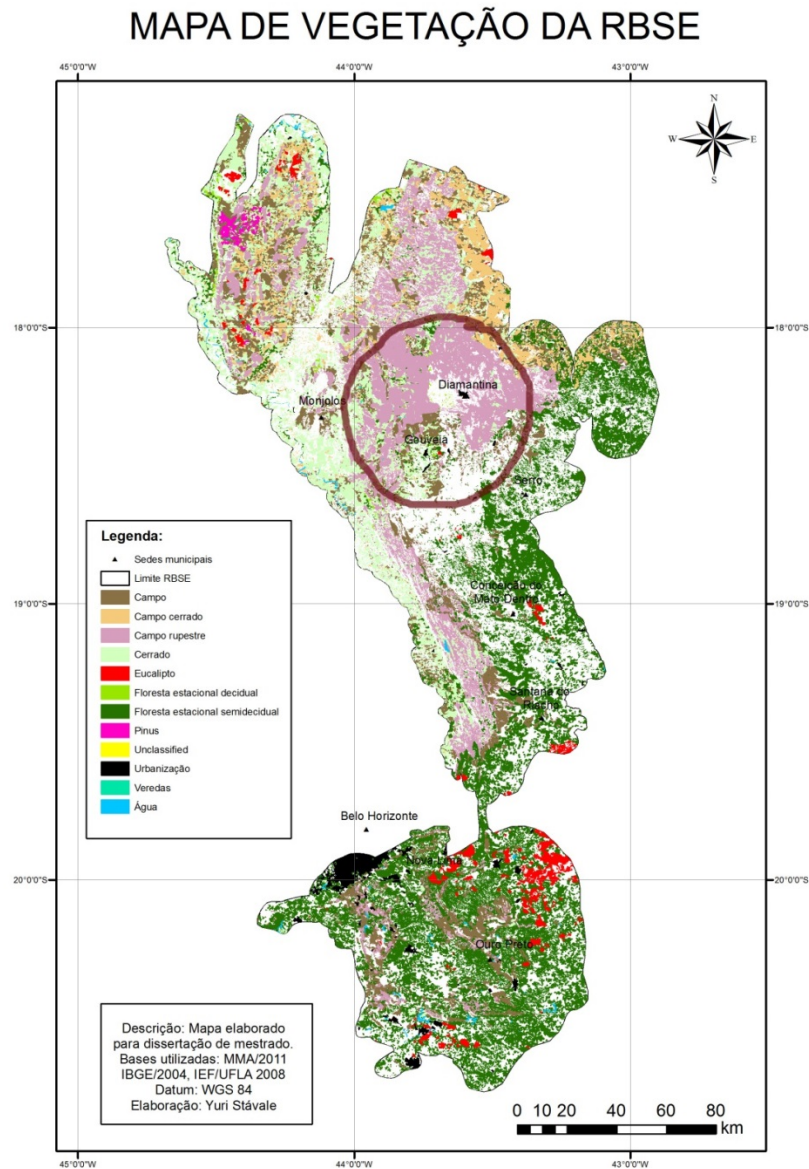


Figura 197: Mapa de vegetação da RBSE, com destaque para a área diamantífera ao norte. Adaptado de Stávale (2011).

<sup>12</sup> O objetivo é “promover o conhecimento, a prática de valores humanos para implementar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta”



Em 2006, a Lei da Mata Atlântica<sup>13</sup> incluiu neste bioma os campos rupestres, vegetação predominante do planalto de Diamantina, o que impôs sérias restrições à utilização de sua superfície. Esta mesma lei define o termo “população tradicional” como “população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental”.

A partir de 2003, o Brasil regulamentou o procedimento de identificação e delimitação das terras ocupadas por descendentes de comunidades quilombolas consideradas “segundo critérios de auto-determinação, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, art 2º).

Isso resultou na auto definição de importantes comunidades vivendo na histórica região diamantífera.

Quadro 18: Comunidades quilombolas auto definidas e inseridas na área de estudo.

<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Certidão de auto definição</b>
Gouveia	Espinho	4/11/2010
Diamantina	Mata dos Crioulos	27/12/2010
	Vargem do Inhaí	17/06/2011
	Quartel do Indaiá	22/12/2011
Serro	Ausente	3/9/2012
	Baú	3/9/2012
	Queimada	3/9/2012
	Santa Cruz	3/9/2012
	Vila Nova	3/9/2012

Fonte: <http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=MG> Acessado em 13 de novembro de 2013.

13 Lei 11.428, de 22 DE DEZEMBRO DE 2006. DECRETO Nº 6.660, de 21 de NOVEMBRO de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

O movimento ambientalista pela preservação da natureza entrou em conflito recente com o movimento de reconhecimento das populações tradicionais.

Por um lado<sup>14</sup>, argumenta-se a favor do reconhecimento do uso tradicional que se faz dos recursos naturais nessa região, principalmente aqueles relacionados à roça, à criação de gado solto e à panha de sempre-viva. O argumento é amparado em parecer antropológico emitido pela 6ª Câmara do Ministério Público Federal sobre as populações que habitam a área delimitada como PN das Sempre Vivas. Este grupo questiona a legitimidade social da UC, denuncia a ilegalidade do processo de sua criação, condena a criminalização dos modos de vida tradicionais e defende a busca de soluções de manejo que respeitem a histórica integração entre homem e natureza.

Do outro lado<sup>15</sup>, argumenta-se que o diálogo entre equipe da UC e seus vizinhos deve partir de um entendimento comum de que os Parques “atendem às necessidades ambientais com forte viés social, ambos em longo prazo”. A falta deste entendimento é apontada pelo autor como um fator de desvio na busca participativa de soluções locais: “passados dez anos da criação do parque, porém, conflitos de uso na área ainda representam um desafio para sua implantação” (ZELLER, 2013). Neste debate o ofício de extrator de pedras preciosas é consequência da chibata imposta pelos colonizadores e “após o cativo, mesmo continuando com o ofício de garimpeiro, enquanto foi permitido, este não garantia todas as condições de sobrevivência” (FÁVERO, ZHOURI, 2013). Por outro lado, destaca-se “os impactos ambientais visíveis mesmo com técnicas artesanais” e argumenta-se que “não são boas as perspectivas dessa atividade enquanto fonte de renda” (ZELLER, 2013) e que as dificuldades enfrentadas pelos garimpeiros são resultado de “aspectos conjunturais mais amplos”.

---

<sup>14</sup> O texto é intitulado “Parque das Sempre-vivas: expropriação territorial e violação de direitos” foi recebido por email em 10/12/2013, é de autoria de Claudenir Fávero (Doutor em Agronomia e coordenador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato – NAC/ UFVJM) e Andreia Zhouri (Doutora em sociologia e coordenadora do Grupo de estudos de temáticas ambientais GESTA/UFMG).

<sup>15</sup> Trata-se do texto intitulado “UC e sua aceitação local: contradições no Parque Sempre-Vivas” de autoria de engenheiro florestal Rodrigo Zeller e publicado no blog Oeco. <http://www.oeco.org.br/convidados/27666-uc-e-sua-aceitacao-local-contradicoes-no-parque-sempre-vivas> Acessado em 10 de outubro de 2013.

Enquanto as leis se acumulam, desconectadas e sobrepostas, a geração de garimpeiros ainda sobrevive e continua a garimpar clandestinamente, resistindo à constante tensão criada entre governo, proprietários de terras, empresas mineradoras e áreas protegidas. O recenseamento nacional de garimpeiros realizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, em 1993 (SCLIAR, 1995), mostrou o baixo nível de qualificação dos garimpeiros que foram, durante séculos, alimentados pela esperança do enriquecimento rápido e não aprenderam a fazer outra coisa além de perseguir o inacessível diamante de seus sonhos.

#### **5.4 O garimpeiro frente o impasse: mineração e meio ambiente**

Ao retomar a periodização histórica proposta por Martins (2008) veremos uma reanimação da atividade mineradora (após a crise causada pela descoberta dos kimberlitos na África do Sul) com a instalação de companhias nacionais e estrangeiras<sup>16</sup>.

Sobre este assunto Scliar escreveu:

No final do século passado e início desse século algumas empresas iniciaram a extração de diamante e ouro, utilizando equipamentos e técnicas mais apropriadas. As principais empresas que atuaram na região foram a Cia. Brasileira Diamantífera, na Boa Vista, sucessora da empresa francesa Compagnie de Boa Vista, fundada em Paris, em 1897; Serrinha Ltda, com capitais norte-americanos e a Mineração Machado, atuando em Maria Nunes, as margens do Rio Jequitinhonha. Até o final do século XIX a produção mineral no Alto Jequitinhonha se restringia ao diamante e ouro. Após a I Grande Guerra os depósitos de quartzo, manganês e cromo começaram a ser explorados em pequena escala. A fundação da Tejucana S.A, em 1962, com a instalação de dragas de grande porte no Rio Jequitinhonha para a mineração do diamante e ouro modificou o patamar da atividade mineral na região. Em 1988, a Rio Novo Mineração, do Grupo Andrade Gutierrez, também iniciou a extração de diamante e ouro dos alúvios do Rio Jequitinhonha, utilizando dragas alcatruzes (SCLIAR, 1995, p. 17).

O garimpo deixou de ser crime, mas o garimpeiro perpetuou sua condição marginal ao tornar-se refém de uma legislação mineral confusa que contribuiu para colocá-lo na clandestinidade e no limiar da criminalidade. Para Martins (2009) “a legislação alimentou um

---

<sup>16</sup> Ver linha do tempo, no item um do volume dois da tese.

<sup>17</sup> Scliar, Cláudio. Dotação Mineral, meio ambiente e desenvolvimento no Alto Jequitinhonha. Geonomos 3(1): 65-75. [http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/3\\_1\\_65\\_75\\_Scliar.pdf](http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/3_1_65_75_Scliar.pdf) acessado em 15 de junho de 2012.

padrão esquizofrênico de relações entre o garimpo e a empresa mineradora, favorecendo a multiplicação de conflitos pelas terras minerais” (p. 38).

Martins (2009) relatou que, em 1994, o Ministério Público de Diamantina formulou graves denúncias contra os garimpeiros: degradação ambiental, sonegação fiscal, exploração de trabalho infantil. As lideranças garimpeiras enveredaram pelo caminho de pleitear tratamento legal, ambiental e fiscal diferenciado a partir de uma importante distinção entre “frentes de garimpagem” e “garimpo tradicional”. “Frente de garimpagem” configura o garimpo circunstancial desenvolvido por pessoas não integradas à região, já o “garimpo tradicional” – de algumas regiões de Minas Gerais, Bahia e Goiás – acontece em comunidades antigas, dotadas pela unidade de vizinhança e que mantém estáveis as relações com a sociedade envolvente (MARTINS, 2009, p.46).

A situação se agravou na segunda metade do século XX, com a introdução de dragas movidas a motores instalados em balsas flutuantes (SATHLER, s/d). Em meados da década de 80, a degradação de cursos d’água despertou a atenção da comunidade ambientalista e o garimpo de diamantes tornou-se uma atividade inviável perante a opinião pública e o garimpeiro foi considerado um “inimigo da natureza”.

O geólogo Cláudio Scliar (1995, p. 72) relembra que o dia 2 de agosto de 1989 foi um marco na história da mineração do alto jequitinhonha, isso porque foi publicado, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, o Decreto n.29.907, que determinava, no seu artigo primeiro: “Fica proibida a utilização de balsa, draga e par de bombas nas atividades de exploração de ouro e diamante no Rio Jequitinhonha e demais cursos d’água estaduais”

Na região de Diamantina, apesar do ambiente turbulento, estimava-se que, no ano de 2001, atuavam 30mil pessoas nas catas de diamante, trabalhando intensamente no período de estiagem, de 5 a 6 meses por ano (MARTINS, 2009). Hoje em dia não existem números oficiais sobre o garimpo na região. Privado por força da lei de sua atividade, o garimpeiro tradicional de diamantes da região de Diamantina, permanece estigmatizado, à margem de qualquer reconhecimento social.

Para o geólogo Mário Chaves (2002), é preciso procurar soluções mitigadoras e regeneradoras para a degradação ambiental provocada pelos quase trezentos anos de

exploração do diamante, mas, além disso, é preciso procurar alternativas socioeconômicas para as comunidades. Nas palavras do autor:

esta região de intensa atividade mineradora nos séculos XVIII e XIX é marcada por paisagem antrópica profunda, ainda hoje cenário de extrativismo garimpeiro realizado por populações locais que apenas encontram nesse trabalho um parco meio de subsistência (CHAVES, 2002, p. 517).

Atualmente, o termo garimpeiro refere-se àquele que anda à cata de metais e pedras preciosas e utiliza técnicas manuais para extraí-los (CORNEJO; BARTORELLI, 2010). Os garimpeiros nos arredores de Diamantina se encontram em uma situação não muito diferente da que foi relatada pelos últimos viajantes nos oitocentos. Consta-se um elevado índice de pobreza da população em contraste com a riqueza por eles extraída ao longo dos trezentos anos da consentida expropriação sofrida ao longo da história (CHAVES, 2002).

É importante lembrar que a exploração dos diamantes se iniciou quando os investimentos eram provisórios e não havia preocupação com o futuro da sociedade brasileira. Os danos ambientais e sociais causados pelo sistema de exploração eram ignorados. Hoje a situação mudou. Os impactos são evidentes e, como consequência, o desafio brasileiro ainda é o de elaborar e implementar políticas - mineral e ambiental - promotoras de inclusão social (MARTINS, 2009). Este desafio é especialmente urgente em regiões onde o garimpo é uma atividade tradicional, como é o caso do alto Jequitinhonha.

De acordo com a interpretação de Scliar (1995, p. 73) a raiz do problema ambiental hoje enfrentado por essas áreas mineradas são de três ordens: institucional, tecnológico e social. Do ponto de vista institucional, o autor explica que o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, DNPM, órgão responsável pelo planejamento, fiscalização e controle dos recursos minerais brasileiros, sofreu esvaziamento nos últimos trinta anos e não consegue cumprir a função de interlocutor com os órgãos ambientais nem a missão de “orientar e acompanhar a atividade mineral em todos os seus níveis”. Sob o ponto de vista da tecnologia, destaca-se os custos para implementar as práticas de controle e recuperação dos impactos ambientais, inviável para os garimpeiros. A respeito dos impactos causados pela pequena empresa mineradora Scliar esclarece que:

Os principais problemas ocasionados pela lavra por dragagem aluvionar são o revolvimento e turbilhonamento das margens e fundo das coleções hídricas e

o lançamento de estéril na forma de polpa. Como consequência, ocorre o incremento da turbidez e de sólidos sedimentáveis. Além disso, por mais que as empresas promovam a recuperação das margens, o canal do rio se manterá desfigurado por muito tempo, afetando profundamente todo o ecossistema regional (SCLIAR, 1995, p.73).

Sob o ponto de vista social, Scliar destaca a pressão das populações desempregadas que se dirigem para o garimpo e cita dados do Levantamento Nacional dos Garimpeiros, realizado pelo DNPM em 1993, no qual a população garimpeira do Jequitinhonha representou 98% da amostra em Minas Gerais (op. cit: 73). Ao serem indagados sobre a “atividade econômica anterior à garimpagem”, 62% respondeu “nenhuma”, 26% respondeu “agricultura” e 3% respondeu “construção civil”. Destaca-se, portanto, a baixa qualificação do garimpeiro da região.

De 1993 até hoje, vinte anos se passaram e muita coisa mudou, as empresas mineradoras cessaram a operação com dragas, mas isso não significou o fim do garimpo realizado manualmente. A crise atual do garimpo no alto Jequitinhonha é interpretada pelos especialistas ouvidos por Cláudio Scliar como resultado de três motivos principais:

a) a restrição das áreas para o garimpo, pois as melhores se encontram bloqueadas por requerentes que não se interessam em negociar com os garimpeiros; b) o custo das atividades garimpeiras, que aumentou mais do que o preço do ouro e diamante (exemplo apresentado por um garimpeiro: em 1983, com 2,5g de ouro se comprava um tambor de 200 litros de óleo; em 1995 são necessários 7,2g de ouro para comprar o mesmo tambor); c) a exaustão das melhores áreas acessíveis aos garimpeiros (SCLIAR, 1995, p. 75).

Os garimpeiros do planalto de Diamantina, a despeito de seu lastro histórico, são tratados pela legislação mineraria da mesma forma que as empresas de mineração (MARTINS, 2009, p. 46). Os reflexos desta atividade são antigos se fazem sentir, contudo, reproduz-se aqui o traço paradoxal já identificado neste texto: os reflexos deletérios ou supostamente negativos da atividade garimpeira fazem parte de uma construção histórica, assim como os traços culturais distintivos dessa sociedade. Nesse caso, a urgência em gerar um processo educativo em torno da paisagem se torna, também pelo viés ambiental, uma necessidade.

## Capítulo 6

### A paisagem vivida pelo garimpeiro

*“Se você for caçar história de garimpo aqui, você vai ficar uma semana... um mês... e não vai dar conta!” (GRP7a).*

Como vimos, o quadro social da extração de diamantes nesta região não consiste somente de garimpeiros artesanais. Os relatos recolhidos em trabalho de campo afluíram o sentimento do garimpeiro em relação ao passado e ao presente do garimpo nessa região, o sentimento em relação à natureza e ao problema ambiental agravado pela atividade mineradora mecanizada.

Percebe-se claramente que o discurso se organiza a partir de duas vertentes principais: as experiências dos garimpeiros artesanais e as experiências dos garimpeiros de bomba. Apesar das duas modalidades de garimpo estarem inseridas no contexto da garimpagem e não serem excludentes, elas influenciam a visão de mundo do garimpeiro.

#### 6.1 A chegada do garimpo mecanizado

Os garimpeiros dizem que depois que as bombas chegaram, começou um novo período em Diamantina: *“Houve um volume enorme de gente que não conhecia garimpo e começaram a comprar bomba e colocar dentro do rio”* (GRPj11). Segundo os relatos, as bombas do garimpo mecanizado tiram, em média, de 6 a 8 m<sup>3</sup> de cascalho por hora, já as dragas que se instalaram no rio Jequitinhonha tiravam 1.000m<sup>3</sup> de cascalho por hora e funcionavam 24 horas por dia, não paravam nem durante os feriados: *“Nós era oito operador, durante anos... ela começou a trabalhar em 1988 e foi até 2006 trabalhando”* (GPR6g).

Apesar da diferença do volume de terra revolvida, a agressão ambiental causada por ambas é notória e os garimpeiros explicam:

... a draga e a bomba acabou com a natureza... estraga tudo. Acabou com as margens do rio onde o pessoal plantava roça. Antigamente dava uma cata aqui, uma outra ali... agora não, agora estragou tudo... não volta do jeito que era mais não (GRP19).

As imagens abaixo mostram a área do rio Jequitinhonha, próximo ao distrito de Maria Nunes, por onde passou a draga da Tijucana S/A:



Figura 198: Área do rio Jequitinhonha, próximo ao distrito de Maria Nunes, onde funcionou a draga da Tijucana S/A.



Figura 199: Área do rio Jequitinhonha, próximo à barra do rio Caeté-mirim onde funcionou a draga da Rio Novo, hoje conhecido como Areinha.

Apesar da bomba ter facilitado o trabalho, as relações mudaram e a mentalidade do empreendimento mecanizado acarretou a indiferença em relação à destruição da natureza como mostram os fragmentos dos depoimentos: “nós gastamos 289 caixas de dinamites só naquele serviço” ou ainda “... ia gastando um caminhão de óleo de três em três dias”; “comprei mais quatro bombas porque a



infiltração era tanta... era tanta confiança no que tinha lá que coloquei oito bombas trabalhando dia e noite”. As consequências foram nefastas: “as dragas passavam em balsas flutuantes puxando o cascalho do fundo do rio e jogando para trás entupindo tudo... as bombas vão tirando do rio e jogando na margem. Acontece que as margens acabaram!” (GRP16a).

A mentalidade imediatista do garimpo mecanizado atraiu todo tipo de gente interessada nas frentes de garimpo e na possibilidade de enriquecimento rápido:

Existe todo tipo de garimpeiro... Infelizmente quem mexe com serviço pesado no garimpo são pessoas que não tem muita visão da vida, são uns pobre-coitado sem estudo sem formação, sem estrutura familiar... a maioria. Não é uma coisa bacana não. Depois de muito tempo que eu fui ver isso (GRP3.12).

Os signos da agressão ambiental:



Figura 200: Vestígios de explosões no rio Caeté-mirim. Setembro de 2013.



Figura 201: Assoreamento no encontro do Caeté-mirim com o rio Jequitinhonha. Setembro de 2013.



Figura 202: Cratera e solo exposto na Lavra do Barro, nascentes rio Pardo Grande. Maio de 2010.



Figura 203: Cratera e solo exposto na Água fria, nascentes do rio Caeté-mirim. Setembro de 2013.



Figura 204: Barranco da massa dos Caldeirões, bacia do rio Pinheiro. Outubro de 2013.



Figura 205: Barranco da Serrinha, bacia ribeirão do Inferno. Março de 2012.

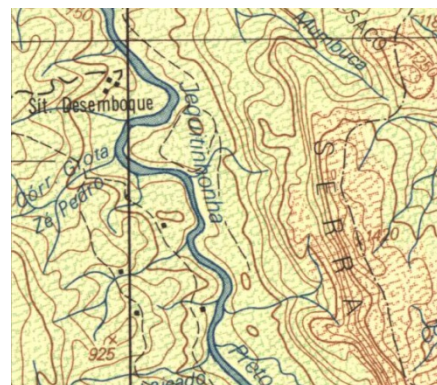
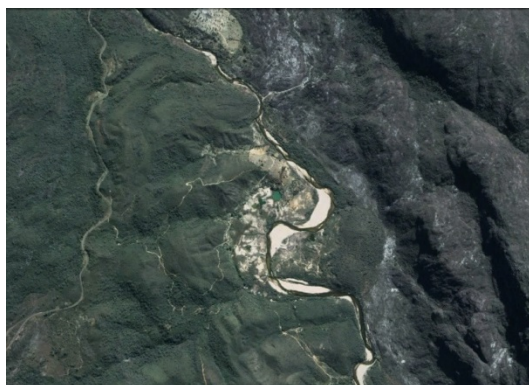


Figura 206: Lavra do Mato, no rio Jequitinhonha na imagem do google na escala de 1:10.000 e na carta do IBGE (folha Rio Vermelho).

Este garimpeiro não acredita na recuperação do dano ambiental causado pelo garimpo mecanizado:

Na verdade o garimpo degrada mesmo a natureza... e não vem falar em recuperar... onde passa um equipamento como uma bomba ele destrói mesmo... (GRP3.12).

Sua visão sobre o garimpo manual não é muito diferente:

Garimpo de peneira degrada também, não é tanto como o garimpo de máquina, mas fura buraco, leva pra beira do rio... só que em proporção menor, mas o garimpo em si ele degrada, principalmente por causa do desmatamento e do assoreamento dos rios. Um garimpeiro é capaz de jogar uma árvore de 50, 100 anos no chão pra tirar uma estacazinha... Não tem jeito de fazer manejo correto não... (GRP3.12).



Figura 207: Garimpeiro rodando a peneira no rio Preto. Outubro de 2011.

Os garimpos utilizam a expressão “sujar a água” para identificar o maior impacto ambiental da atividade: a argila em suspensão. No depoimento a seguir, o garimpeiro tem uma opinião diferente em relação ao impacto gerado pelo garimpo braçal e o garimpo tocado com bomba:

o garimpo suja a água... ainda mais com bomba suja a água e ainda dá óleo, quando a gente puxava de primeiro ni burro, a água sujava só até ali só e prá lá já tava limpa. Sujava só na hora que ocê tava desengomando ali, depois acabava... (GRP6a).

Os garimpeiros expõem com franqueza o seu ponto de vista sobre o impacto sobre a fauna:

Agora o que mais sofreu lá deve ter sido os mocós porque todo sábado ia um bocado de gente matar mocó. Tinha nego que era viciado... o mocó é difícil. Tem muito tempo que eles proibiram de matar bicho e prender passarinho... (GRP6c).

... tinha os bichinhos que matava... esse povo comia muito peixe e muito mocó (GRP7).

Mocó? Já matei demais, um prazer que eu tinha nessa serra, mas muito mesmo. A gente armava laje, armadilha para rato marinho. Já comi demais... no garimpo comia rato todo dia. A carne é pouca mas é gostoso demais. O mocó é duro pra cozinhar, é um bichinho pequeno... eles vendem de vez em quando em Diamantina a 30 reais. É caro demais e não dá meio quilo (GRP7).

A gente saia pra tocar serviço de garimpo ni mato, vixi! a gente caçava muito mocó... Ta em extinção é muito perigoso, eles não gostam que mexe não... Eu lembro do tempo que você podia andar com espingarda na cacunda aqui pra todo canto (GRP14).

Sobre o desmatamento alguns chamam a atenção para a capacidade de regeneração da vegetação de serra dizendo que há lugares onde garimpou e o mato cresceu e tampou tudo:

Plantei mandioca, plantei tudo e hoje tá aquele matão, parece que nem nunca foi roçado. O trem criou de novo (GRP6a).

Recuperação... a natureza mesma reconstrói... a areia entope os buracos, a vegetação cresce (GRP 13).

Tem muito lugar que ninguém sabe mais se garimpou porque já nasceu mato mesmo, sabe? Muita vegetação (GRP11).

## **6.2 O lento abandono do garimpo manual**

Com a chegada das bombas, muitos garimpeiros abandonaram o trabalho por falta de condições financeiras de investir na compra e na manutenção do maquinário. Para eles, o garimpo virou coisa de gente rica: “Depois chegou esse negócio de bomba e eu nunca mais trabaiei não... ah eu... a bomba fica caro, né?...” (GRP19b).

Muitos se referem a um tempo que não volta mais. Hoje poucos trabalham no modo tradicional: *“Hoje tem poucos, a perseguição tá muita. Muita gente parou de trabalhar com medo de denúncia”* (GRP6i). Com isso muitos se mudaram e abandonaram o modo de vida rural.

Agora cabou, hoje o povo... cê vê mais é casa fechada, com esse negócio de tirar a liberdade do povo produzir no mato... o pessoal antes vivia do que produzia aqui... geralmente hoje em dia o povo de mato não tá morando no mato. Todo lugar que você passou que tem pé de manga é lugar que já teve morador (GRP6b).



Figura 208 e 209: vestígios de árvores frutíferas, córrego do mel e lapa da igreja. Setembro de 2013.

Um velho garimpeiro de inhá comentou sobre o desassossego que os sujeitos garimpeiros passaram a enfrentar com a atuação dos agente da fiscalização ambiental:

Em Inhá o lugar do garimpo era muito bom! Ah era, porque nem todo dia a pessoa tirava o diamante e nem todo dia a pessoa ia e perdia, né? Quer dizer que aí a pessoa ia vivendo de ilusão, mexendo e virando, mas sempre com liberdade. Hoje aqui não... se a pessoa tiver com uma ferramenta aqui e quiser ir pra beira do rio ela tem que ficar de escuta no asfalto “ah o carro do meio ambiente já evem”... e a pessoa é obrigada a correr. Como pode trabalhar assim desassossegado? É pesado... isso é um código muito errado. É o que tá acontecendo (GRP6b).

Mas ainda há os que resistem: “Eu garimpo até hoje com peneira. Pode olhar ali meu garimpo, se quiser pode olhar minhas ferramentas lá” (GRP2a12).

### 6.3 A nostalgia do garimpeiro

*“Olha, eu tenho uma saudade tremenda de tanta coisa! Feliz por ter vivido a época que, com certeza, jamais vai voltar. Nunca mais!”* (GRP20).

Eles contam com leveza e entusiasmo sobre as relações de companheirismo e de amizade construídas no garimpo artesanal:

... de ficar uma semana, 15 dias ali... contando história, contando caso... então depois você sente falta daquilo tudo. Você com um radinho de pilha, de madrugada escutando caipira ou ouvindo uma notícia... tomando uma cachacinha, fritando um torresmo, tirando um gosto e aquele papo bacana de amigo mesmo... então você sente saudade daquilo tudo. Mesmo que você sofria, mas era um sonho que você estava indo em busca dele. Às vezes realizava, às vezes não. Mas o que passou de amizade, depois um casava, tinha filho e chamava aquele companheiro para ser compadre dele. E ficava aquele laço de amizade pra sempre. E quando encontra sempre lembra e conta os casos antigo, quando era menino, rapazinho ni garimpo... e a gente ia ouvindo o pai da gente contando..." (GRP19).

O cotidiano do trabalho era árduo, mas o garimpeiro sente-se dignificado pelo trabalho que o fez conhecer profundamente o seu lugar: "aqui não existe um palmo de terra que eu não andei uai..."(GRP7).



Figura 210: Garimpeiros em campo: "garimpeiro é bicho que anda". Novembro de 2008 e agosto de 2013.

Eu falo todo dia foi um garimpo de sofrimento, mas eu tenho saudade... de ficar lá pro mato (GRP19b).

Porque o sofrimento... a pessoa sofre, mas sofre satisfeito, né? (GRP19a).

Eu sofri muito graças a Deus (GRP19a).



Figura 211: Rancho de garimpo fechado, sub-bacia do Caeté-mirim. Outubro de 2013.



Figura 212: Tropa entre São João da Chapada e Diamantina. Dezembro de 2008.

Quando chegava o período da seca, no inverno, era comum o garimpeiro ficar dias fora de casa:

levava na matutagem: farinha com rapadura, água, cachaça, ali mexia e virava e se não tivesse fazia uma cruz no bico... nunca passei fome de não ter nada em casa pra comer (GRP6b).

O depoimento de um velho garimpeiro do Paraúna mostra que a situação nem sempre era de penúria:

No alto dos ranchos comia arroz, feijão e carne. Não ficava sem peixe, morava em barranco do rio, pescava sempre, fazia aquela panelada de arroz e comia com peixe (...) fruta de cerrado, pequi, panã, mangaba, coquinho, jambo... nessa beira de rio dá muito jambo. (...) A gente plantava feijão, milho, arroz, mandioca fazia farinha, vendia em São João, Maria Nunes... tinha muita fartura (GRP6a).



Figura 213: Caminho para o rancho de uma família garimpeira em atividade na serra. Outubro de 2013.

O cotidiano do trabalho na faisqueira era árduo: *“4, 5h da manhã pai levantava já fazia o café, comia aquele mexidão ali e ia pro garimpo”* (GRP19a). Outro depoimento descreve a estrutura de trabalho:

Eles tinham é o que? Enxada, picareta, alavanca, bateia, carumbé, peneira fina, peneira grossa... tinha o garimpo de goiva... puxava a boa e tirava o material de dentro do rio... Eles faziam o rancho com caibro, indaiá, folha de coco, taquara, fazia giral usava colchão de palha ou de capim. Aquele tempo sofria. Dormia muito porque tava cansado de trabalhar... tinha a cachaça... tomava um golinho na hora da comida. Carne seca, feijão, toucinho...(GRP19).

## 6.4 O ressentimento com a lei

No lugar do modo de vida tradicional ficou o ressentimento com a lei ambiental:

não aplicaram nada na orientação e ajuda pra gente. Só na lei ambiental. O erro não vem do garimpeiro não. Eu sou um garimpeiro que quando trabalhava na enxada já procurava trabalhar legal. O sistema é que falhou comigo (GRP.Tc08a).

Sobre o episódio com a Polícia Federal, ocorrido em 2006, em São João da Chapada, ele conta:



Eles não podiam deixar acontecer igual foi aí da polícia cair em cima do garimpeiro. Polícia Federal veio pra impedir o garimpeiro com arma pesada sendo que garimpeiro nunca usou arma. Usa é enxada, picareta, peneira. Não usa arma de fogo não. Essa turma que vem atacando garimpeiro devia de ir lá pra Rocinha, pro Morro do Dendê, Morro do Macaco... Eles entenderam o garimpeiro errado como se fosse traficante (GRP.Tc08a).

## 6.5 O sentimento em relação à natureza

A paisagem do garimpo inspira tristeza para uns:

Quando eu olho essa paisagem eu vejo tristeza porque antes era só mato... a gente sabe que a água que não tá passando aqui em cima no leito tá passando por baixo na piçarra... o rio secou. Tá tudo lavrado então a água tá passando por baixo. A vegetação não volta com força mais porque se você cavacar aqui não tem terra, só cascalho (GRP18).



Figura 214: a paisagem “triste” da lavra do Mato, no rio Jequitinhonha.

O sentimento da responsabilidade pesa sobre alguns:

O garimpo, infelizmente, além dele ser uma coisa que a gente sofre muito, a gente destruiu muito a natureza. Uma coisa pode até estar relacionada à outra né... porque como destrói demais a natureza, parece que ela revolta contra a gente mesmo, por isso que a gente nada tem... parece que a natureza cobra um preço... tirou mas nada tem... a riqueza não ficou... é a dura realidade (GRP13).

Com a proibição do garimpo a água voltou a ficar clara, mas os garimpeiros se perguntam sobre o esgoto urbano que corre misturado aos rios:

Quer mais poluição que esse esgoto a céu aberto dentro da cidade? (GRP18)

o esgoto do trevo Bela Vista, do bairro Cidade Nova e da cadeia vem todo no rio Guinda... (GRP7).

Depois que parou os garimpo foi uma maravilha né... as águas ficou limpinha... a gente só não sabe as bactéria que tem, mas sujeira assim de terra não tem (GRP11).

## 6.6 O sentimento de incoerência

O sentimento do garimpeiro não deixa a incoerência do discurso ambiental passar despercebida: *“a sociedade é hipócrita, os dirigentes são hipócritas... fica todo mundo apontando”* (GRP20).

Alguns garimpeiros contaram sobre as multas e punições que receberam com a fiscalização da polícia. Para não serem presos eles respondem um processo e cumprem a suspensão da pena, chamada Sursis:

eu fiquei de sussi dois anos também, me denunciaram na polícia federal porque eu tava garimpando na praia do ingá (...) Eles perguntaram se a gente queria cumprir sussi ou ir pra cadeia. Claro que é sussi, tem que ir no fórum todo mês assinar, não pode frequentar bar, não pode sair de noite depois de 18h... sussi é a mesma coisa quando um cara mata uma pessoa ai, ele sai da cadeia e fica de sussi (GRP7).

A permissão do garimpo com bomba e equipamento pesado na área conhecida como Areinha intriga os garimpeiros que se perguntam sobre o que está acontecendo:

Proibido de um jeito né, mas de outro não. Tá proibido com máquina, né... mas é um trem que eu não tô compreendendo... como é que lá... na Areinha tem mais de 80 bombas trabalhando e como é que eles não proíbem? Agora a gente aqui pra por uma bomba aqui eles proíbem.. o meio ambiente. Agora que está tudo revirado do jeito que tá, agora que o meio ambiente quer proibir, depois que já estragou tudo (GRP2a12).

... agora esse instituto, o Ibama... aquilo ali pra mim deve ter uma corrupção e uma safadeza que vou falar com você, aquilo ali pode pegar o pequenininho que cortou um pau ou fez qualquer coisa ali... ele vão lá e arrebetam a vida do cara... (GRP16a).

Eu fico me perguntando por que não pode tirar diamante, mas pode na Areinha? (GRP18)

A impossibilidade de continuidade do garimpo é geralmente associada à criação dos parques:

É meio difícil o garimpo voltar porque na região aqui pelo que me falaram, a intenção deles é transformar tudo em parque, né? Pra segurar as partes produtivas, porque é produtivo no garimpo, no minério, né, mas eles não tão querendo! Então, né... isso vai cabar cabando, como diz o povo (GRP2c).

A falta de diálogo, de inclusão e a indiferença com a condição das famílias garimpeiras fazem com que os parques tenham uma imagem negativa perante a população rural, como pode ser notado nos depoimentos a seguir:

... esse parque aqui, mais enrolado... essa porcaria ajudou a acabar com o Pinheiro, essa porqueira... tacaram fogo pra fazer raiva. Eu falei que não vai adiantar nada tacar fogo... o que vai ganhar? Nada! (GRP7a).

A comunidade tá é com raiva desse parque porque ninguém tá conseguindo fazer nada mais por conta dessa porqueira... porque na época disse que ia dar, que ia fazer e acontecer... depois veio os espinhos... primeiro veio as rosas e depois os espinhos. O povo confiou e deixou... agora hoje eles vem e a gente não pode fazer nada (GRP6d).

## 6.7 Perspectivas de trabalho

...agora pensa bem, vivê de que? Porque não tem garimpo, não tem trabalho no parque... como é que aguenta ficar num lugar desse parado? Não tem o que fazer não... (GRP7).

Na realidade as terras são arenosas e pedregosas, por isso existe pouco espaço para a agricultura, mesmo quando há uma mancha de solo fértil a mentalidade garimpeira influencia fortemente os projetos de agricultura: *“se aparece uma conversa de que fulano achou uma pedra boa em tal lugar, vai todo mundo embora. Isso sem falar na dificuldade em se organizar coletivamente”* (E01), diz um técnico da Emater responsável por implementar projetos de agricultura familiar.

Apesar da difícil conjuntura, muitos homens ainda continuam garimpando sozinhos nas serras, como diz essa mulher garimpeira: *“os homens continuam, sozinhos na serra com esperança de achar... Quem foi garimpeiro um dia nunca esquece”* (GRP13).

A necessidade de oferecer alguma alternativa econômica às zonas cujos solos não permitem o uso agrícola recai sobre o desenvolvimento do turismo, através da produção associada ao turismo (pães, quitutes, artesanato), os eventos (festivais gastronômicos e culturais), hospedagens familiares e guias locais. Acontece, dessa forma, uma lenta e embrionária mudança de rumo sobre as bases de um pacto implícito de abandono da história e da identidade garimpeira: *“Nossa região aqui é o seguinte, se não for o turismo aqui não é nada mais...”* (GRP19a).

Um ex-garimpeiro comentou sobre as perspectivas da economia turística na região:

O turismo é bom, mas não tem como atingir todo mundo, uns vão ser privilegiados, igual é o meu caso. Eu tive oportunidade de ter uma pequena pousada. O turismo não tem como abranger uma área grande e gerar um grande número de emprego não... é meio complicado, são muitos garimpeiros (GRP3.12).

...a pessoa chega a não tem nada de informação ou orientação... eu que acabo sendo o receptivo... o turismo em Diamantina é muito atrasado ainda... O guia falou que não tinha nada em Curalinho não, escuta só: cachoeira do remédio, a subestação, mirante do cruzeiro, a represa, Bom Sucesso, Boa Vista, ponte do Acaba Mundo (encontro Jequi branco com o Jequi preto, 16 km), caminhadas várias, várias trilhas... aqui tem potencial turístico enorme, caminho de tropeiro antigo... para o cafundó. tem laje frisada com casco de cavalo... tem o Covão e Algodoeiro e Bica D'água (GRP3.12).

A mentalidade garimpeira imediatista é colocada como incompatível com as atividades ligadas ao turismo:

A mentalidade do garimpeiro é de ficar rico. O garimpo colocou muita gente rica mesmo e muito rápido, mas o dinheiro vai embora rápido também. A mentalidade no turismo é diferente... o turismo nunca vai chegar aos pés do que foi o garimpo nessa região aqui (GRP3.12).



Figura 215: Placas do Parque do Biribiri. Setembro de 2013.



Figura 216: Receptivo familiar do Programa Turismo Solidário do Idene, em Alecrim, 2011.



Figura 217: Placa turística em Milho Verde, setembro de 2013.

“Esse projeto do turismo solidário, é bonito, mas é possível as pessoas sobreviverem disso? Quando? Enquanto isso o que vai ser do homem?” (GRP20).



Figura 218: Pousada em Curralinho. Agosto de 2013.



Figura 219: Doces de um grupo de mulheres de São João da Chapada. Outubro de 2013.



Figura 220: Cartão postal com imagem da Cachoeira dos Cristais.



Figura 221: Cartão postal com imagem da Igreja N. S. do Rosário.

...pra conhecer o que foi a pobreza? O garimpeiro nunca foi rico. Turismo pra conhecer os lugares do garimpo: isso é o que mais tem! (GRP.Tc08b)

É um tempo que não volta mais... nunca vai ter garimpo (GRP1b).

Os relatos dos garimpeiros antigos isso é claro que vai acabar (GRP3.12).

Garimpo tá acabando, diz que não volta mais... mas como diz: a história não acaba! (GRP2a)

É uma história que nunca vai ser apagada... mas a vida continua. (GRP3.12).

Os garimpeiros estão velhos ou já morreram e os novos não aprenderam o ofício... nem sabem distinguir o diamante (GRP20).

Garimpeiro forte na região não tem mais não... (GRP.Tc08a).

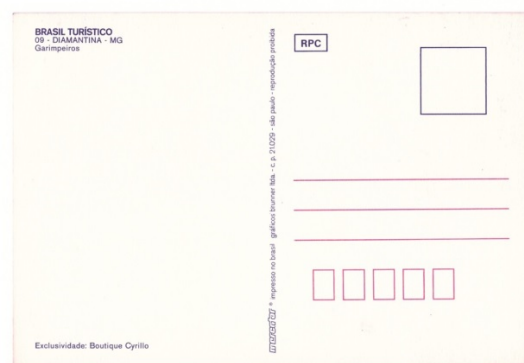


Figura 222: Cartão postal com imagem do garimpeiro, editado por uma boutique de Diamantina, s/d.

O que fazer com essa história... será que as pessoas dão conta de conhecer esta história? O casamento do garimpo com o turismo é difícil de fazer... é tudo distante, as pessoas não têm tempo, elas não dedicam tempo para conhecer... nem todas né, algumas sim. A história tem peso, ela é importante. A história está viva na memória das pessoas. Está viva!  
(GRP20)

## Considerações finais

O porvir das cidades coloniais brasileiras é fortemente ligado ao valor do patrimônio como o pilar de uma nova economia. A paisagem é uma aliada neste processo, pois representa a memória da expressão coletiva de uma sociedade, um produto social organicamente construído, portanto um patrimônio atrelado à dimensão histórica. Ademais, ela só existe através da materialidade do território, portanto, seu valor patrimonial também está atrelado à dimensão espacial. A abordagem integrada entre geografia e história, fundamentada no “complexo paisagem-território” (BERTRAND, 2000), permite transcender a dimensão física global e vinculá-la à dimensão identitária e patrimonial. A pesquisa buscou revelar a utilidade do envelope conceitual da paisagem visível vinculada à ideia de paisagem vivida, para fazer emergir a profundidade histórica da figura do garimpeiro no território estudado. Discute-se, assim, a contribuição do método desta pesquisa para preencher a lacuna sociocultural no estudo da paisagem, conforme foi apontado por Brunet-Vink (2004), no caso dos Atlas da Paisagem franceses (ver capítulo 2).

As discussões seguem no sentido de lançar uma reflexão prospectiva sobre o território a partir de dois cenários. O primeiro cenário é uma constatação da realidade atual e prevê as consequências da não-ação de planejamento sobre a paisagem-território. O segundo cenário é uma contraposição ao primeiro e representa a utopia da pesquisadora ao demonstrar as consequências desejáveis da incorporação da noção de paisagem-território nas ações de planejamento do turismo integrado à uma compreensão renovada sobre o patrimônio. Considerar a paisagem como objeto de planejamento é, portanto, a condição para se pensar um outro turismo, um turismo inclusivo, que promova o encontro do visitante ao *pays*, unindo o que é inseparável: território e sociedade.

Vale ressaltar que a travessia do planejamento turístico rumo à essência do território, torna-se consistente à medida que as ações de planejamento tomem como ponto de partida a compreensão sobre como a sociedade foi moldada pelo passado, para conquistar uma noção de continuidade e integração com o que está por vir. Essa abordagem integrada do turismo faz referência, não só, à construção de um imaginário sobre a paisagem, mas também à ocupação e à organização do território, considerando o conjunto de atividades e



usos do território, principalmente aqueles atrelados às reivindicações identitárias das populações. A paisagem é, assim, um elemento importante no processo de adequação dos processos territoriais, pois ela funciona como um suporte legítimo para o diálogo entre os gestores e as populações.

### **O método da Paisagem Visível e a narrativa da paisagem para e pelo espaço**

O modelo conceitual da Paisagem Visível proposto por Brossard e Wieber (1984) forneceu uma referência metodológica para um conteúdo de pesquisa denso que não encontrava uma forma de sistematização. Foram as noções do Sistema Produtor (que elabora os Objetos) e do Sistema Utilizador (que processa os Elementos de Imagem) os aspectos centrais dessa contribuição. O modelo conceitual é complexo porque permite diferentes entradas no sistema da paisagem, suas possibilidades de aplicação são muito diversas, talvez, por isso, não tenha sido explorado na sua totalidade. Os próprios autores alertam para o impasse metodológico de todo estudo exaustivo da paisagem. Este não foi nosso objetivo, assim, a noção de “mediação” desenvolvida por Berque (2000) extrapolada para a ideia de paisagem vivida, forneceu o eixo condutor para interpretar os fluxos não lineares entre os três subsistemas do envelope conceitual. Além disso, o modelo permitiu a inserção do sujeito pesquisador como parte do sistema Utilizador (S Ut) com seu olhar seletivo, direcionado para a pesquisa (Ch) e, conseqüentemente, para a discussão sobre a ação política de planejamento (Ac).

Apesar de não utilizar todo o potencial científico do envelope conceitual proposto pelos autores, a utilização seletiva de seu conteúdo contribuiu para avançar em direção aos objetivos propostos. A orientação de Ribeiro (2011) para o estudo da paisagem “para e pelo espaço” foi outro aspecto metodológico relevante em quatro aspectos: (1) orientou e objetivou a interpretação das fontes de pesquisa para a localização espacial dos fenômenos; (2) inspirou a distribuição dos trabalhos de campo a partir de critérios espaciais o que permitiu horizontalizar a pesquisa para a totalidade do território estudado fazendo aflorar uma unidade *paysagère*; (3) as imersões em campo representaram um espaço privilegiado para o diálogo com o garimpeiro que se mostrou à vontade para falar daquilo que ele mais entende: o seu lugar. O diálogo orientado para o espaço permitiu aflorar a consciência do indivíduo sobre a sua condição no mundo de uma maneira espontânea e autônoma; muitos

reconheceram e valorizaram a rara oportunidade; (4) permitiu vincular a leitura dos Objetos (Ob) e dos Elementos de Imagem (El. Im) em diferentes tempos e espaços, em um exercício constante de fazer dialogar história e geografia.

### **O Atlas da Paisagem: preenchendo a lacuna sociocultural**

Relembrando o que já foi dito, o Conselho de Europa exigiu dos países signatários da Convenção Europeia de Paisagem que cumprissem um sistema de conhecimento, identificação e classificação das suas paisagens, mas não definiu uma metodologia única para isso. Assim, alguns países, entre eles a França, partiram para a elaboração dos Atlas da Paisagem. As avaliações realizadas depois de dez anos de experiência mostraram que a abordagem sociocultural, justamente aquela vinculada ao valor histórico e cultural da paisagem, teve um alcance limitado e foi a principal lacuna dos Atlas. O paralelo entre os resultados alcançados pela presente pesquisa e as três etapas da metodologia que orientou o aporte sociocultural dos atlas franceses, levou às reflexões expostas a seguir.

A primeira etapa se refere à localização dos sítios de paisagem institucionalizada. O estudo realizado na região de Diamantina identificou diferentes objetos da paisagem com potencial para projetos de institucionalização da paisagem a partir do reconhecimento de seu valor histórico e cultural: as povoações remanescentes de arraiais e quarteis da Demarcação Diamantina; as serras, rios e outros acidentes geográficos utilizados no século XVIII como marcos da fronteira da Demarcação; as áreas visitadas e as rotas percorridas e descritas pelos viajantes durante o século XIX; as lavras e lugares notáveis em razão dos achados de diamante; os lugares-ditos pelos garimpeiros com a memória viva dos casos acontecidos. Todos estes Objetos da Paisagem são passíveis de serem institucionalizados no âmbito das políticas públicas patrimoniais como signos culturais que demonstram a profundidade histórica deste território garimpeiro.

A segunda etapa se refere à identificação e representação iconográfica da paisagem, uma forma de linguagem visual que utiliza imagens para se referir a um determinado tema. O resultado da pesquisa iconográfica, apesar de não exaustiva, reuniu mais de 40 imagens dos séculos XIX e XX e uma coleção considerável de fotografias realizada durante os trabalhos de campo. Também fizeram parte da pesquisa iconográfica os mapas do século

XVIII, cuja interpretação permitiu destacar informações curiosas sobre o território, revelando seu valor educativo, museológico e turístico.

A terceira etapa se refere à identificação das paisagens de interesse local. Esta etapa foi descrita pelos franceses como complexa em razão dos altos custos e da longa duração. De fato, foi preciso viver nessa serra e estudar sua história para compreender sua expressão. A longa duração e os custos elevados são aspectos inerentes a este tipo de estudo, pois o exercício da apreensão do sentido da paisagem está na convivência: é preciso permanência, pois, mesmo sendo externo a ela, ao reunir a receptividade necessária, é possível apreendê-la. Acredita-se que uma contribuição para preencher a lacuna sociocultural das paisagens tenha sido a definição do eixo narrativo, por isso, a contribuição de Ribeiro (2011) tenha sido mais uma vez importante. Vale lembrar, que a narrativa não significa adotar uma abordagem cronológica e linear dos fatos históricos, mas significa a escolha de uma perspectiva a partir da qual selecionamos conscientemente os aspectos da realidade capazes de revelar a particularidade de um dado território. Por essa razão, o conceito de paisagem cultural da Unesco passou a representar uma via para o reconhecimento cultural de populações tradicionais, pois reforça a ideia de que os bens culturais não valem por si mesmos, pois o valor lhes é sempre atribuído pelos sujeitos para os quais essas referências fazem sentido. Olhar a paisagem sob a perspectiva da narrativa é, ao mesmo tempo, sempre parcial, uma vez que existem outros sujeitos e, portanto, outras narrativas a serem reveladas.

### **Os valores do território: uma paisagem de forte expressão identitária**

É possível se referir a um grupo cultural distinto ou a uma identidade garimpeira no alto Jequitinhonha? Sim, a extração de diamante constituiu o molde identitário da sociedade inserida nos limites do território demarcado no século XVIII. Hoje, esta área se sobrepõe, no todo ou em partes, à área de, aproximadamente, quatorze municípios<sup>1</sup>, onde ainda podem ser encontrados povoados remanescentes dos antigos arraiais e quarteis. Em todas as sub-bacias estudadas a paisagem dos garimpeiros permite recontar a epopeia a partir de signos que conferem uma forte identidade marcada pela beleza natural, assim como pelas

---

<sup>1</sup> O mapa da sobreposição da área da antiga Demarcação Diamantina e dos limites municipais atuais pode ser encontrada no item 6 do volume 2 da tese.

cicatrizes da exploração mineral: buracos profundos, pilhas de cascalho, taludes artificiais, cursos d'água desviados, vertentes alteradas.

As características deste território foram veiculadas aos quatro cantos do mundo pelos relatos escritos e manifestações artísticas de um número de célebres viajantes europeus. A dimensão física da paisagem atual transporta facilmente o observador às descrições de Mawe (1812), Eschwege (1833), Saint-Hilaire (1833), Spix & Martius (1824) ou ainda Langsdorff (1997), Gardner (1849), Helmreichen (2002), Suzannet (1842), Tschudi (1866) e Burton (1869).

Além dos viajantes estrangeiros, escritores e historiadores ligados à historiografia tradicional como Mata Machado Filho (1985), Lima Júnior (1945) e Felício dos Santos (1976) descreveram fatos, lugares, curiosidades e personalidades de época. Outros historiadores como Furtado (2003; 2008) e Martins (2007; 2008; 2009; 2013), em particular, vem revelando novos aspectos da Demarcação Diamantina e ampliando a complexidade do processo de construção histórica.

Os traços históricos estão registrados nos topônimos e revelam as heranças indígena, portuguesa e africana. A identidade também se mantém viva através da memória dos garimpeiros e de seu vocabulário próprio, a exemplo dos depoimentos coletados em trabalhos de campo e do glossário construído ao longo da pesquisa, que revela um conjunto de saberes empíricos passados de pai para filho.

Além disso, a região diamantífera levou à construção de uma trama de caminhos que cujo eixo principal passou a ser conhecido como o “Caminho dos Diamantes”, uma extensão do “Caminho Novo” da Estrada Real, o único acesso real aos diamantes mineiros. Este trajeto é atualmente objeto de um projeto de turismo cultural<sup>2</sup> conduzido pelos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

### **O momento de crise: uma identidade em perda de expressão**

---

<sup>2</sup> O mapa da sobreposição da área demarcada e da Estrada Real também pode ser encontrado no item 6 do volume 2.

Seriam os laços culturais do garimpo identificáveis após quase três séculos de intensas mudanças sociais e tecnológicas? Sim, mas a frágil identidade garimpeira não está descolada de um modo de vida tradicional. As mudanças conjunturais pelas quais passa a região colocam a questão de até quando esses laços culturais permanecerão. Topônimos são substituídos e levam consigo um importante suporte da memória coletiva; o arranjo jurídico marginaliza e criminaliza o garimpeiro colocando na vala comum o garimpo tradicional e as frentes garimpeiras mecanizadas; muitos jovens, filhos de garimpeiros, não conhecem as técnicas de trabalho e nem mesmo sabem reconhecer um diamante bruto em meio ao cascalho; os velhos garimpeiros “esmorecem” diante das dificuldades.

O garimpo na região se transforma: as frentes de garimpo mecanizadas da Areinha<sup>3</sup> sinalizam novos tempos e, com eles, novos conflitos e contradições se apresentam, projetando uma imagem que se sobrepõe e distorce a imagem do garimpo tradicional. Foi o próprio garimpeiro que trouxe o esclarecimento a este respeito: *“Areinha? A gente não gosta daquele tipo de garimpo não... muvuca não... não serve não. É o sistema do pessoal, o jeito deles trabalhar... a maneira da convivência... pra gente não serve. Tem muita coisa que não é bom... eu nem lá nunca fui... e nem quero ir. Nosso negócio é igual aqueles meninos que estão ali... tranquilo, sossegado...”* (GRP9a).

Mas o declínio do garimpo manual é notório e aparece nos testemunhos de todos os garimpeiros participantes. A exploração das terras diamantinas pelas mãos do garimpeiro torna-se cada dia mais difícil. Lembrando o que relatou Saint-Hilaire ([1833] 1974, p.22): os leitos dos riachos encontram-se entulhados desde o tempo dos arrendatários com o resíduo das próprias lavagens. O resultado é que, para se chegar ao cascalho rico, é preciso remover espessa camada de areia e pedras, o que torna os trabalhos muito penosos e apenas viáveis para o empreendimento mecanizado. Assim, a continuidade do garimpo artesanal é comprometida, não só, pelo arranjo jurídico, pela dificuldade do acesso à terra para trabalhar e pela restrição imposta pela legislação ambiental, mas também pela dificuldade

---

<sup>3</sup> A Areinha é uma área de rejeito da draga da antiga mineradora Rio Novo do grupo Andrade Gutierrez que funcionou até 2008 no rio Jequitinhonha a 80km de Diamantina. A descoberta de diamantes nesses rejeitos estimulou uma corrida de garimpeiros e locais e aventureiros de várias partes do país. Desde 2008, o garimpo na Areinha já atraiu mais de 2mil pessoas. A área está atualmente legalizada como Lavra Garimpeira através do pleito da Cooperativa Regional COOPERGAD que recolhe uma porcentagem das frentes de garimpo para fazer a gestão ambiental da área (informações obtidas em campo). Depoimentos dos Garimpeiros sobre a Areinha podem ser encontrados no anexo III deste volume.

de encontrar o diamante em superfície. Apesar disso, os garimpeiros, obstinados que são, reconhecem os locais onde ainda gostariam de continuar tentando a sorte.

### **Cenários prospectivos**

A previsão é um elemento relacionado com a avaliação antecipada de cenários e das variáveis que os condicionam. Previsões estão relacionadas às escolhas de um modelo de sociedade futura, um modelo de produção e mesmo de uma ideia do que seja desenvolvimento, assim, o processo de construção de um cenário prospectivo envolve uma aposta ética. A prospectiva se ocupa não do que vai acontecer, mas do que pode acontecer, a partir da elucidação dos dilemas existentes. O porvir poderá ser influenciado pela constatação dos cenários exploratórios e pelas ações em que se engajam os sujeitos a partir do conhecimento da realidade.

### **Primeiro cenário**

O primeiro cenário prevê a manutenção da situação atual: a proibição do garimpo é um reflexo do cumprimento das leis ambientais e da desarticulação destas com a legislação mineral. O termo garimpeiro escamoteia a heterogeneidade de um universo social complexo, composto por estratos sociais e profissionais diferenciados o que contribui para a perpetuação de condições de trabalho desiguais; o empreendimento mecanizado se mantém no rio Jequitinhonha num processo de agressão ambiental alimentando inúmeros conflitos; as leis são aplicadas de maneira descontextualizada e o Estado fica sem saber como agir, preso às contradições dos próprios instrumentos normativos. O turismo se desenvolve sob a lógica global a partir de agentes externos que impõem seus padrões comerciais à cadeia produtiva local; a indústria do turismo se apoia nos eventos culturais pensados para o turista e no uso elitizado do centro histórico, gerando oportunidades e benefícios centralizados. As iniciativas de turismo de base comunitária seguem pontuais e alheias ao legado histórico e cultural. A noção de patrimônio mantém-se fragmentada entre os adjetivos “natural” e “cultural”, a natureza é tratada como o antídoto de um ambiente urbano desordenado, que segue desordenado, comprometendo a gestão do patrimônio histórico tombado. Os parques continuam enfrentando a resistência para sua implementação. As populações do entorno permanecem ressentidas por não perceberem os

benefícios da conservação e por não encontrarem oportunidades de trabalho. O modo de vida tradicional se desarticula e a paisagem, sua expressão mais significativa, perde vitalidade à medida que a população envelhece. O passado dessa importante área colonial brasileira permanece mal compreendido e tratado com indiferença.

### **Segundo cenário**

A paisagem é entendida como uma herança cultural: um patrimônio apreendido e gerido como tal. Essa valorização cultural leva à qualificação das informações sobre o território. O interesse em torno da visão prospectiva faz convergir diferentes sistemas de observação envolvendo os órgãos oficiais de meio-ambiente, mineração, infraestrutura, urbanismo e patrimônio. As informações resultantes do cruzamento dos diferentes sistemas de observação fornecem suporte ao enfrentamento dos dilemas, a fim de construir uma governança articulada e interessada em buscar alternativas para o reposicionamento do território. A inserção da paisagem nas políticas territoriais faz emergir um novo olhar sobre a preocupação ecológica: as áreas degradadas são alvo de projetos de monitoramento e recuperação; as áreas viáveis para a atividade garimpeira artesanal são mapeadas, institucionalizadas e geridas. O reconhecimento dos direitos instituídos das populações tradicionais descriminaliza o trabalho extrativista artesanal e desimpede o empreendimento individual e familiar a partir de critérios definidos. Ao conseguir comprovar a titularidade da origem do diamante, o garimpeiro adquire o direito de vender sua produção diretamente ao consumidor final. O empreendimento mecanizado e semi-mecanizado se submetem a outras regras, mais claras, coerentes e racionais. O esforço de ajustamento dos marcos legais é acompanhado da revisão dos encargos tributário e dos custos de formalização além de ações educativas adequadas a cada contexto. O órgão de mineração assume sua responsabilidade nas funções de encaminhar soluções aos problemas em diálogo com os órgãos ambientais que passam a considerar utilidade social da conservação ambiental. Há um melhor aproveitamento do belo cenário sobre os quartzitos da Serra do Espinhaço para a atividade turística. O turismo de base comunitária ganha novo impulso a partir de projetos de inovação cultural fundamentados na tradição local e na articulação de uma rede de atores locais. O garimpeiro passa a integrar a cadeia produtiva do turismo, assumindo o papel de um legítimo anfitrião em terras garimpeiras. Os parques assumem papel ativo na

busca de alternativas econômicas para as populações vizinhas: articulam políticas públicas e definem projetos de uso público abrindo frentes de trabalho e formação. A difusão de informações qualificadas sobre o território projeta a região a partir de um imaginário sensível e poético sobre a identidade regional tornando o território interessante, instigante e atraente aos olhos estrangeiros. Centros receptivos são criados a partir do conteúdo da paisagem da terra dos diamantes e estimula a circulação dos visitantes pelo território a exemplo do modelo conceitual de Terra Incógnita. Este cenário instrumentaliza a gestão de um Território Museu a partir de uma rede de participantes espalhados pelo território, engajados no propósito de construir coletivamente as bases de um novo arranjo econômico.

### **Palavras finais**

Na medida em que a garimpagem presente nesta porção do território nacional possui dimensão econômica, social e cultural, ela não pode ser desprezada. Acredita-se que o conteúdo afluído com o estudo da paisagem contribui para uma maior lucidez da situação do território do garimpeiro e elucida os dilemas existentes, especialmente no que se refere à integração do legado histórico ao planejamento do turismo no planalto de Diamantina.

O exercício de olhar para o futuro através do que Yázigi (2009) chamou o DNA do território orientou a investigação e evidenciou as referências culturais ligadas à população garimpeira. A peculiaridade do território da antiga Demarcação Diamantina o torna representativo de um processo diferenciado de interação do homem com o meio natural. A investigação do conhecimento garimpeiro sobre seu território conduz à tomada de consciência sobre a necessidade de mudança relacionada ao aperfeiçoamento dos processos de governança que permitam construir um pacto entre poder público, sociedade civil e iniciativa privada com o objetivo de compartilhar a gestão desta porção do território.

Ao nos guiarmos pelos critérios do Iphan (2011) para a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, pode-se dizer que o primeiro desafio já está vencido: o de definir o recorte territorial e a escolha da abordagem a ser aplicada sobre este território que seja capaz de particularizá-la. Uma vez que o título de “paisagem cultural” não implica restrições administrativas, nada impede a transformação da paisagem, portanto, o segundo desafio



seria criar a “política de paisagem”. Nesse aspecto, pensar a paisagem significa encarar o debate sobre a continuidade da atividade garimpeira. Se, por um lado, pensar o legado cultural da área diamantífera abre caminhos para a chancela de uma “Paisagem Cultural Brasileira”, sua institucionalização está intimamente condicionada à existência do grupo para o qual essa paisagem faça sentido.

Por este motivo, o garimpo artesanal é tido como algo que não deveria desaparecer, pois sem ele, a paisagem cultural se esvazia. Mas o dilema vai além. Nesse sentido, pergunta-se se a manutenção da atividade garimpeira seria mesmo necessária para que um novo turismo se desenvolva na região. Será que o garimpo de alguma forma tem que permanecer vivo para que as paisagens permaneçam dotadas de identidade? Será que os marcos geográficos e históricos, a pesquisa iconográfica, a cartografia, os relatos, os depoimentos seriam capazes de manter a aura da identidade garimpeira, mesmo sem a sua continuidade no território? Caso seja possível sua continuidade, seria o garimpo artesanal pouco impactante mesmo quando praticado por muitos homens trabalhando em pequenos grupos dispersos? Seria possível adequar as técnicas da atividade garimpeira em busca do mínimo impacto ambiental? Valeria a pena o esforço nessa direção, uma vez que os próprios garimpeiros questionam a viabilidade do modo tradicional de extração?

Do ponto de vista educativo, o valor pedagógico da paisagem permite visualizar, no terreno e através do plano cartográfico, a evolução histórica e a sobreposição de elementos que refletem tensões e indicam questões para refletir. Lembrando o que escreveu Simon Schama, a paisagem nem sempre é mero local de prazer, ela não nos reserva apenas “bucólicos piqueniques”. Assim, o interesse em interpretar o conhecimento histórico amplia o espectro do turismo cultural, e aposta no perfil e no comportamento do indivíduo que viaja, instigando-o a conhecer e a se colocar questões sobre o território, mantendo viva, através do contato com o outro, a memória da terra garimpeira.

A orientação mantém-se provocativa e busca refletir sobre os limites e as oportunidades da manutenção e da transformação do legado cultural. Esta reflexão estimula uma noção multiforme do patrimônio e não oculta a sua habitual compreensão como elemento fundador de uma comunidade, mas também como vetor de desenvolvimento. A vontade de reunir uma comunidade em torno dos vestígios do seu passado para preparar

um porvir diferente, que se espera melhor, é um ato político, que encontra uma barreira na dura realidade das necessidades econômicas ou simplesmente na ausência de consenso social a respeito do tema.

Ao que parece, as condições socioeconômicas que fizeram da identidade do garimpeiro a imagem do bom bandido não escondem a estrutura estratificada da sociedade diamantina, o impõe sérios obstáculos para projetos que associem alguns pouco instruídos ao grande número de analfabetos ou ainda os que possuem os meios de produção (quartos para alugar, terras cultiváveis), àqueles completamente despossuídos. A construção da utopia está lançada. Resta, então, definir o contrato social que permitirá a cada um se comprometer com uma sociedade suficientemente fechada, mas que possa se abrir para negociar o que pode ser modificado ou o que deve ser transmitido sob pena de perder toda a humanidade.

## Referências bibliográficas

AFIT. Piloter le tourisme durable dans les territoires et les entreprises, 2001.

ALMEIDA, André Ferrand. A formação do espaço brasileiro e o projecto do novo atlas da América portuguesa (1713-1748). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. 208p.

ANDRADE, Fábio. Pedra nos sapatos: A árvore da Vida (The Tree of life), de Trence Malick (EUA, 2011). Agosto de 2011. Disponível em <http://www.revistacinetica.com.br/aarvoredavida.htm> (acessado em 19 de junho de 2011)

BAITAILLOU, Christian Jacques (org). Tourisimes, patrimoines, identités, territoires. Perpignan : Presses Universitaires de Perpignan, 2010.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1995.

BAREL, Y. La société du vide. Paris: Seuil, 1984.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 6 ed. São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2001.

BENSE, Max. *Pequena estética*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

BERINGUIER, Philippe; SAADI, Allaoua. Quels paysages dans les images produites autour de l'itinéraire touristique Estrada Real (Minas Gerais, Brésil) ? . Confins [Online], 9 | 2010, posto online em 23 Julho 2010. URL : <http://confins.revues.org/6428>

BERQUE, Augustin. Médiance de milieux en paysages. Paris, Editions Belin, 2000.

BERQUE, Augustin (org). Cinq propositions pour une théorie du paysage. Collection Pays/Paysages. Paris : Champ Vallon, 1994.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra. Universidade de São Paulo. Instituto de Geografia. São Paulo, 1971.

BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. Une Géographie Traversière: l'environnement à travers territoires et temporalités. Paris: éditions Arguments. 2002.

BOTTON, Alain. A arte de viajar. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BOTTON, Alain. Como Proust pode mudar sua vida. Tradução de Marcelo Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Levantamento nacional dos garimpeiros. Brasília: DNPM, 1993. (Relatório Analítico)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BROSSARD, Thierry; WIEBER, Jean-Claude. Le paysage: trois définitions, un mode d'analyse et de cartographie. In: Espace géographique. Tome 13 nº 1, 1984. pp.5-12.

BRUNET, Roger ; FERRAS Robert ; THÉRY, Hervé. Les mots de la géographie : dictionnaire critique. 3ed. Montpellier-Paris : RECLUS – La Documentation Française, 1993.

Brunet-Vinck, Véronique. Méthode pour les Atlas de paysages: enseignements méthodologiques de 10 ans de travaux. Ministère de L'Écologie et du Développement Durable, France, 2004. Disponível em: <http://www.ecologie.gouv.fr/ext/docs/MethodeAtlasPaysages-2004.pdf> acessado em 13 de junho de 2012.

BURNS, Peter. Turismo e antropologia: uma introdução. São Paulo: Chronos, 2002.

BURSZTYN, Ivan. Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012.

BURTON, Richard. Viagem de canoa de Sabará ao oceano atlântico. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte, Ed Itatiaia; São Paulo, Ed da Universidade de São Paulo, [1869]1977.

CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. A Estrada Real e a transferência da Corte Portuguesa. Rio de Janeiro: CETEM / MCT / CNPq / CYTED, 2009.

CARRIÈRE, Jean-Bernard; LEQUIN, Marie. Innovation culturelle, tourisme et gouvernance régionale. In : BRETON, Jean-Marie. Patrimoine culturel et tourisme alternatif (Europe, Afrique, Caraibe, Amériques). Paris : Éditions Karthala, 2009.

CAZES, Georges. Fondamentes pour une géographie du tourisme et des loisirs. Paris: Bréal éditions, 1992.

CHAVES, Mário Luiz de S. C.; KARFUNKEL, Joachim; SVISERO, Darcy Pedro. Sobre a polêmica da origem do diamante na Serra do Espinhaço (Minas Gerais): um enfoque mineralógico. Revista Brasileira de Geociências 28(3): 285-294. 1998.

CHAVES, Mário Luiz de Sá Carneiro. MENEGHETTI FILHO, Ítalo. Conglomerado Diamantífero Sopa, Região de Diamantina, MG: Marco histórico da mineração do diamante no Brasil – SIGEP. Brasília, 2002. p.517 a 527.

CHAVES, Mário Luiz de S. C.; BENITEZ, Leila. Depósitos superficiais diamantíferos da região de Diamantina, serra do Espinhaço (Minas Gerais). Revista Geociências vol.23. n.1/2. 31-42. Unesp, 2004.

CHOAY, Françoise. O Patrimônio em questão: antologia para um debate. Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2011.

CONSEIL DE L'EUROPE. Convention européenne du paysage. Florença, 2000.

CONVENÇÃO para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 05/02/2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. Espaço e Cultura. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura – NEPEC, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.1-21, outubro 1995.

CORNEJO, Carlos; BARTORELLI, Andrea. Minerais e pedras preciosas do Brasil. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2010.

COSTA, Antônio Gilberto. Cartografia da conquista do território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

COSTA, Antônio Gilberto (org). Os caminhos do ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

COSTA, Everaldo Batista; SCARLATO, Francisco Capuano (coord.). A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial. São Paulo: Humanitas FAPESP, 2010.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Laerte da. Ranchos, tropas e garimpos. S/L: Edirora Brasbiblos, 2008.

DELAMARRE, Aliete. Territoires en mouvement: la prospective territoriale. Paris: La Documentation Française, 2002.

DERBY, O. A. A SERRA DO ESPINHAÇO, BRASIL. Traduzido por Augusto J. Pedreira. The Journal of Geology, XIV (5): 314-401. In: Sociedade Brasileira de Geologia: Núcleo da Bahia. Salvador, [1906] 1977.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2ed. 1998

DINNEBIER, Antonia. Altos-fornos da Arcádia. A descoberta estética de regiões “feias”: o Vale do Ruhr começa a ganhar aceitação como paisagem, embora faltem a esta região industrial todos os elementos que nos são familiares das paisagens “bonitas”. Revista Humboldt, Bonn, Alemanha. Ano 44. Nº 4. 2002.

ESCHWEGE, L. Wilhelm. Pluto Brasiliensis. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, [1833] 1979.

FELÍCIO dos SANTOS, Joaquim. Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio. Belo Horizonte. 4 ed. Ed. Itatiaia, 1976.

FERREIRA, Jardel Borges. Dicionário de Geociências. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2ª Ed. 1995.

FOWLER, P. J. World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002. Paris: Unesco, 2003.

FREIREYSS, Georg Wilhelm. Viagem ao interior do Brasil. Tradução A. Lofgren. Belo Horizonte: Ed: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

FURT, Jean-Marie; FAZI, André (orgs). Vivre du patrimoine: un nouveau modèle de développement ? Paris : L'Harmattan, 2011.

FURTADO, Junia Ferreira. Chica da Silva e o contratador de diamantes - o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841; tradução de Milton Amado, apresentação de Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, [1849],1975.

GOES, Carlos. História da Terra Mineira. Leitura Moral e Cívica – História Regional. 12ed. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas de Irmãos Pongetti, 1938.

GOMES, Laurentino. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

HELMREICHEN, Virgil von. Obras várias de Virgil Von Helmreichen (1805-1852): contribuições à geologia do Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

Hist. cron.: História cronológica dos contratos da mineração dos diamantes (1788). Biblioteca Nacional, Lisboa. reservados, cód. 746 (manuscrito).

HOBBSAWN, E.; RANGER, T. The invention of tradition. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOBBSAWM, Eric J. Bandidos. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, [2000] 2010.

INVENTÁRIO Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

IPHAN. Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília: MinC, 2000.

IPHAN. Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília: Iphan, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757> acessado em 23 de junho de 2012.

IPHAN. Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois. A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília, 2006.

LACERDA, Mariana de O. Paisagem e potencial turístico no Vale do Jequitinhonha, MG - Dissertação (mestrado) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Departamento de Geografia, 2005.

LEINZ, V; LEONARDOS, O. H. Glossário geológico. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1904.

LELOUP, F. ; MAYART, L. ; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale ? Disponível em : <http://www.cairn.info/revue-geographie-economie-societe-2005-4-page-321.htm> acessado em 10 de janeiro de 2014.

LIMA, Helena B.; MELHEM, Mônica M.; POPE, Zulmira C. (orgs) Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938 – 2009. 5. Ed. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009. <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356> acesso em 14 de junho de 2012.

LIMA JUNIOR, Augusto de. Historia dos diamantes nas Minas Gerais. Rio de Janeiro, Lisboa: Edições Dois Mundos, 1945.

LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *In*: Inventário Nacional de Referências culturais: manual de aplicação. IPHAN/MinC, 2000.

LUNGINBÜHL, Y. La mise em scène du monde: construction du paysage européen. Paris: CNRS, 2012.

LUGINBUHL, Yves. Méthode pour des atlas de paysages: Identification et qualification. Ministère de l'Aménagement du Territoire, de l'Équipement et des Transports / Direction de l'Architecture et de l'Urbanisme. Strates/CNRS, 1994.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. O negro e o garimpo em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1943.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. Arraial do Tijuco: Cidade Diamantina. 3 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980

MARTINS, Marcos Lobato. Estruturas e conjunturas da mineração de diamantes no século XIX em Minas Gerais. Seminário de História Econômica, 2013.

\_\_\_\_\_. As mudanças nos marcos regulatórios da mineração diamantífera e as reações dos garimpeiros: o caso da região do Alto Jequitinhonha. Geografias. Programa de pós graduação em Geografia IGC-UFMG, Belo Horizonte, v.5, n.1, p. 37-49, janeiro - junho. 2009.

\_\_\_\_\_. A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto Jequitinhonha, nas décadas de 1870 – 1890. Estudos Econômicos. Vol.38. n.3. São Paulo, 611-638, Jul/Set, 2008.

\_\_\_\_\_. Mineração, identidade garimpeira e meio ambiente: os conflitos em torno da extração de diamantes no Alto Jequitinhonha, 1989 -1995. ANPUH, 2007.

MATA MACHADO FILHO, Aires da. O Negro e o garimpo em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1985.

MAWE, John. Viagem ao interior do Brasil. Tradução de Selena Benevides Viana. Belo Horizonte, Ed Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, [1812],1978.

MENESES, José Newton Coelho. História e turismo cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MENESES, José Newton Coelho. Continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL. Gemas do Brasil. São Bernardo do Campo, SP: Mercedes-Benz do Brasil, 1987.

MINISTÉRIO DO TURISMO, Programa de regionalização do turismo: diretrizes. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

MORLEY, Helena. Minha vida de menina. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de regionalização do turismo: diretrizes. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

PADUA, J. Espaço público e interesses privados

PARRELA, Ivana. O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino 1768-1800. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

PFEIFFER, E. Le visage de la terre: le paysage, révélateur de la qualité de l'environnement. 2. ed. Paris: Triad, 1974.

POHL, João Emanuel. Viagem no interior do Brasil 1817 a 1821. Segunda parte. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

RAYEL, Renata S. A pluralidade cultural na paisagem diamantina (MG): ações valorativas da comunidade ao uso turístico. CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem Rio Claro (SP) – Vol.5 – n.1 – janeiro/junho/2010, GF-15 ISSN: 1980-654X.

RENGER, Friedrich E. Regimes de extração e produção de diamantes do Serro Frio no século XVIII. Anais IV Simpósio Brasileiro de Geologia do Diamante. Sociedade Brasileira de Geologia. Núcleo Minas Gerais. Boletim 14. Diamantina, 2005. P. 139-142.

RENGER, F. E.; MACHADO, M. M.; SANTOS, M. D. dos. Os mapas do achamento dos diamantes no Serro Frio. Anais IV Simpósio Brasileiro de Geologia do Diamante. Sociedade Brasileira de Geologia. Núcleo Minas Gerais. Boletim 14. Diamantina, 2005. P143-147



RIBEIRO, Loredana. Cativos do Diamante. Etnoarqueologia, garimpo e capitalismo. Revista Espinhaço 2 (2): 153-167, 2013.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIBEIRO, Rafael Winter. Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para formação de políticas de patrimônio. In: CUREAU, Sandra *et al* (coord). Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

RIBON, Michael. *A arte e a natureza*. Campinas: Papirus, 1991.

ROGER, Alain. Histoire d'une passion théorique ou comment on devient un Raboliot du Paysage. Paris : Éditions Champ Vallon, 1994.

ROGER, Alain. Court Traité du paysage. Paris : Éditions Gallimard, 1997.

RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia: s/d. (Coleção Reconquista do Brasil. 3. Série; v.8).

SAADI, Allaoua. A geomorfologia da serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. Geonomos. Vol.3. N.1. Julho, 1995.

SAADI, Allaoua. Tourisme et identité au Brésil : entre la gomme et la Courbe. In: MICHEL, F. ; FURT JM. Tourisimes & identités. Paris : L'Harmattan, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil; tradução de Leonam de Azevedo Penna. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo; Ed da Universidade de São Paulo, [1830]1974.

SANTOS, Márcia Maria D.; SEABRA, Maria Cândida T. C. Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais. III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto, 2009. [http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/santos\\_seabra\\_motivacao-toponimica-da-comarca-do-serro-frio.pdf](http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/santos_seabra_motivacao-toponimica-da-comarca-do-serro-frio.pdf) (acessado em 30 de maio 2012)

SATHLER, Evandro. Entre Diamantes e águas vertentes: o território do *homo garimpeirus*. Projeto de pesquisa s/d. Disponível em <http://ambiental.adv.br/diamantes.pdf>

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: Corrêa, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (orgs). Paisagem, tempo e cultura. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p12-75

SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SCLIAR, Cláudio. Potencial mineral do Alto Jequitinhonha. VI Seminário sobre a economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1992. p. 384-385.

SCLIAR, Cláudio. Dotação Mineral, meio ambiente e desenvolvimento no Alto Jequitinhonha. *Geonomos* 1995 3(1): 65-75. [http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/3\\_1\\_65\\_75\\_Scliar.pdf](http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/3_1_65_75_Scliar.pdf) acessado em 15 de junho.

SCLIAR, Cláudio. Mineração e Geodiversidade do planeta terra: mineração nos planos curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio, São Paulo, 2009.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org). Os diários de Langsdorff. Volume 1 Rio de Janeiro e Minas Gerais [1824-1825]. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no Século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. *In*: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). Textos em representações sociais. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 149 a 186

SPIX, Johann Baptist Von, MARTUS, Karl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, [1824], 1981.

SUZANNET, Conde de: O Brasil em 1845. Rio de Janeiro. Casa do Estudante, [1842] 1957.

TOSATTO, Pierluigi. Orville A. Derby: “o pai da geologia do Brasil”. Rio de Janeiro: CPRM; DNPM, 2001.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. Viagens através da América do Sul; tradução de Friedrich E. Renger e Fábio Alves Júnior. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro. 2006.

VALE, Maria Julia Andrade; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro. O universo garimpeiro: a presença da educação na vida de garimpeiros do distrito de Sopa – Alto Jequitinhonha. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2002.

VESCHAMBRE, Vincent. Lire Le paysage dans l’atlas français: quelques éléments de réflexion. *Projet de Paysage*, 2009. Disponível em: [www.projetsdepaysage.fr](http://www.projetsdepaysage.fr) acessado em 13 de junho de 2012.

YÁZIGI, Eduardo. Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009.

## APÊNDICE I

### Apresentação dos viajantes e do contexto das viagens

Logo no início do século XVIII, quando os diamantes foram descobertos, a colônia brasileira era um reduto exclusivo português, mantido fechado e isolado do restante do mundo. A proibição de acesso imposta pela metrópole portuguesa dotava a colônia de um ar misterioso e alimentava vários rumores que circulavam pela Europa. Essa situação mudou no início do século XIX quando Dom João VI mudou-se de Lisboa para o Rio de Janeiro acompanhado da família real.

A chegada da corte e a conseqüente abertura dos portos para o comércio com outras nações estrangeiras significou uma verdadeira invasão de curiosos (GOMES, 2007). Aqui aportaram viajantes vindos da Rússia, Alemanha, Áustria, França, Inglaterra, Suíça. Segundo Laurentino Gomes (2007), um total de 266 viajantes foi catalogado pelo pesquisador Rubens Borba de Moraes.

Esses viajantes estrangeiros registraram suas impressões em livros, cartas, relatórios oficiais e tornaram este um dos períodos mais bem documentados da história brasileira. Diamantina, por sua antiga posição de sede do poder da Demarcação Diamantina, despertou a atenção de estrangeiros que a visitaram e a descreveram com riqueza de detalhes. Apresentam-se, a seguir, informações sobre: perfil, data da viagem, a rota de chegada e os locais visitados pelos dez viajantes cujos relatos foram analisados<sup>1</sup>.

#### **John MAWE (1764-1829)**

Quem foi:

Primeiro estrangeiro autorizado a visitar o Distrito Diamantino. Este ambicioso e inteligente comerciante inglês veio ao Brasil em 1810 visando fácil enriquecimento e deixou muitos trabalhos impressos sobre mineralogia e geologia.

---

<sup>1</sup> O naturalista russo, G. W. Freireyss, passou por Diamantina entre 1814-1815; da mesma forma, o naturalista alemão, Johann E. Pohl, passou por Diamantina em 1818. Seus relatos não foram incluídos na pesquisa por não descreverem o contexto garimpeiro, nem os serviços de diamante.

Quando visitou a Demarcação Diamantina:

Viajou pelo Distrito Diamantino em 1810. Publicou em 1812 o livro “Viagem ao interior do Brasil”.

Rota de chegada:

Chegou ao Distrito Diamantino pelo sudeste, via Gaspar Soares, Conceição, Córregos, Serro e São Gonçalo.

Locais visitados:

Passou por Milho Verde, Tijuco, rio Jequitinhonha, Mendanha, exploração de Canjica (no rio Manso), Serviço do Monteiro (no rio Jequitinhonha), Carrapato (mina de ouro), Rio Pardo, Chapada, Capela Velha e Córrego de Capela Velha (no Rio Pardo) e Curralinho.

### **Ludwig Wilhelm von ESCHWEGE (1777-1855)**

Quem foi:

Especialista em geologia e mineralogia, formado em engenharia. Veio ao Brasil em 1810 como funcionário da Coroa Portuguesa na expedição austríaca que acompanhou a princesa Leopoldina por ocasião do seu casamento com o príncipe herdeiro, D Pedro, e teve todo o apoio oficial. Dedicou-se a pesquisas geológicas especialmente em Minas Gerais. Trazia variadas missões, entre elas instruir os da terra no aperfeiçoamento dos métodos de mineração e estudar meios de fazer crescer a produção. Em 1821 regressou à Alemanha. Nesse período realizou um levantamento completo das possibilidades mineralógicas do Brasil e publicou a obra *Pluto Brasiliensis* cujo significado é “riqueza brasileira”. São de Eschwege, o “Senhor Barão” como era conhecido, as primeiras tentativas de distribuição racional das rochas. A leitura de sua obra é considerada indispensável a todos que se interessam pela geologia, pela mineralogia, pela mineração e pela metalurgia no Brasil.

Quando visitou a Demarcação Diamantina:

Viajou pelo Distrito Diamantino em 1811. Publicou em 1833 o livro “*Pluto Brasiliensis*”, em dois volumes.

Rota de chegada:

Não descreveu a rota de chegada ao Distrito Diamantino.

Locais visitados:

Passou pelo rio Jequitinhonha, serviço de Mendanha, Canjica e Monteiro, serviços do Rio Pardo, Chapada, pelos rios que correm para o Paraúna, descreveu o caminho do Tejuco para os serviços no Monteiro, o córrego São Francisco, que banha o planalto do Tejuco, a serra dos Cristais, o serviço da Serra do Batatal, o rio manso, o Pouso Alto (duas léguas do rio Paraúna), São Gonçalo no caminho de vila do Príncipe para Milho Verde.

### **Auguste de SAINT-HILAIRE (1779-1853)**

Quem foi:

Naturalista francês, fez do Brasil o seu laboratório, realizou diversas coleções de plantas entre 1816 e 1822. Sua obra sobre botânica o tornou um cientista eternizado por inspirar o nome científico das muitas espécies que descobriu e descreveu. Durante os seis anos que viajou pelo Brasil recolheu uma coleção fabulosa: 30 mil exemplares de plantas de 7 mil espécies, das quais 4.500 eram desconhecidas até então. Saint-Hilaire voltou para a França em 1822, depois de ter sido envenenado por mel de vespa, quando ficou com o sistema nervoso profundamente abalado. O estudo do acervo foi a razão de sua vida depois que voltou à França.

Quando visitou a Demarcação Diamantina:

Viajou pelo Distrito Diamantino em 1817. Publicou em 1833 o livro “Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil”.

Rota de chegada:

Chegou ao Distrito Diamantino pelo noroeste, via serra de Curimataí e serviços do Rio Pardo.

Locais visitados:

Passou por córrego Novo, aldeia da Chapada, Pinheiro, rio São Francisco, Junta-Junta, Curralinho, serviço da Lingüiça, ribeirão do Inferno, serviço do Mata-Mata, lavagem de Bandeirinha, Córrego do Ouro, Mendanha, Tejuco, córrego Bordas, rio das Pedras, Vau, Milho Verde.

#### **Johann Baptist von SPIX (1781-1826)**

Naturalista alemão.

#### **Karl Friedrich Philipp von MARTIUS (1794-1868)**

Médico, antropólogo, um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil.

Quando visitaram a Demarcação Diamantina:

Viajaram pelo Distrito Diamantino em 1818. Publicaram em 1824 o livro “Viagem pelo Brasil: 1817-1820”.

Rota de chegada:

Chegaram ao Distrito Diamantino pelo sudeste, via Gaspar Soares, Serro, Três Barras.

Locais visitados:

Passaram por Vau, rio das Pedras, fazenda Palmital, Santo Antônio do Tejuco, ribeirão Santo Antônio, Bandeirinha, Lavras dos Picas, lavra da Bandeirinha, Serviço de Curralinho, ribeirão São Francisco, lavagem de Lingüiça, ribeirão do Inferno, serviço de Mata-Mata, serviços de Caldeirões, Capivari, Serra de Mendanha, lavra dos Cristais, rio Manso, arraial do Rio Manso, Canjicas, Capão Grosso e lavras de Pindaíba.

#### **Georg Heinrich von LANGSDORFF (1774-1852)**

Quem foi:

Médico e explorador nascido na Prússia e naturalizado russo. Sobre a expedição brasileira, o cientista deixou 26 cadernos, organizados em três volumes. A leitura de seu diário de campo mostra o caráter fragmentário e descontínuo dos registros e exige uma interpretação extra textual.

Quando visitou a Demarcação Diamantina:

Viajou pelo Distrito Diamantino em 1824. Seus escritos sobre esta viagem foram publicados em 1997 sob organização de Danuzio Gil Bernardinho da Silva no “Volume 1: Rio de Janeiro e Minas Gerais [1824-1825].

Rota de chegada:

Chegou ao Distrito Diamantino pelo sul, via arraial Paraúna, ribeirão Jacaré.

Locais visitados:

Passou pelo rio Paraúna, rio da Serra dos Campos (Andrequicé) ribeirão Cachoeira, Bandeirinha, Tijuco, Candonga nas cercanias de Vila do Príncipe, Rio Jequitinhonha, Mendanha, rio Jequitinhonha, Serra Batatal, Bandeirinha.

### **George GARDNER (1810-1849)**

Quem foi:

Foi um naturalista inglês (escocês) que percorreu áreas árduas e pouco favorecidas do novo e imenso território do Brasil, que salientou como “um dos mais notáveis”. Identificou espécies de animais e vegetais até então desconhecidas do mundo científico. Descreveu informações geográficas e históricas nos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Minas Gerais. Visitou e também se hospedou nos mesmos lugares visitados por Saint-Hilaire e Spix & Martius, citando-os frequentemente. Gardner entrou no Distrito Diamantino pela estrada de Montes Claros das Formigas, onde se recuperou do ferimento da perna adquirido em São Romão e que o impediu de excursionar pela vila. Enquanto esteve ali recebeu muitas atenções do vigário que lhe ofereceu um roteiro até a cidade de Diamantina (elevada em 1839). Passou pelo rio Inhacica, pelo rio Inhaí onde descreveu o registro, as margens do Jequitinhonha, inclusive o arraial de Mendanha e Duas Pontes, passou por Diamantina e Serro. Utilizava termos genéricos como “pequeno rio”, “topo achatado de serra”, “sítio sombreado” em suas descrições e identificava as lavras pelo nome do seu proprietário o que dificulta a localização dos sítios descritos.

Quando visitou a Demarcação Diamantina:

Viajou pelo Distrito Diamantino em 1840. Publicou em 1849 o livro “Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 - 1841”.

Rota de chegada:

Chegou ao Distrito Diamantino pelo norte, via Montes Claros das Formigas, rio Inhacica, Mendanha.

Locais visitados:

Passou pela aldeia Vargens, Mina do Capitão Almeida, Vassouras, Areias, Arraial de Mendanha, Serra de Mendanha, Duas Pontes, Diamantina, Serro Frio, Borbas, Arraial de Milho Verde, Vau, Três barras.

### **Virgil von HELMREICHEN (1805-1852)**

Quem foi:

Engenheiro de minas e geólogo, austríaco, viajou durante alguns anos pelo Brasil e pelo Paraguai com objetivos científicos. Era um viajante solitário e financiou grande parte de suas próprias pesquisas. Foi em viagem a Minas Gerais, nos anos de 1841/1842, que estudou a ocorrência de diamantes. Passou em Diamantina em dezembro de 1841, quando visitou a lavra do Ribeirão do Inferno e seguiu para Grão Mogol onde realizou uma descrição detalhada da ocorrência de diamantes. Planejou uma travessia de oeste a leste da América do Sul atravessando os Andes passando pelo Peru, mas não chegou a realizá-la. No Paraguai, contraiu doença (varíola) da qual veio a falecer no Brasil. Seus escritos foram publicados postumamente em 2002, pela Fundação João Pinheiro.

Quando visitou a Demarcação Diamantina:

Passou pelo Ribeirão do Inferno, mas não o descreveu. Von Helmreichen escreveu o garimpo e o homem garimpeiro a partir de sua vivência em Grão Mogol no ano de 1841.

Rota de chegada:

Não descreveu a rota de chegada ao Distrito Diamantino.

Locais visitados:

Ribeirão do Inferno.

### **Conde de Suzannet**

Quem foi:

Pouco se conhece sobre o misterioso Conde de Suzannet. Afirmou em seu livro que cansado da vida enfadonha da França, particularmente a da nobreza de que fazia parte, resolvera empreender viagens em busca de aventuras e emoções. Andou durante seis anos percorrendo vastas terras no Oriente e nas Américas (Brasil, no Prata, no México). Redigiu suas anotações de viagem e muitas delas foram publicadas em revistas da época. Apenas as notas de sua visita ao Cáucaso e ao interior do Brasil mereciam as páginas de um livro. Peregrinou pelas províncias do Brasil do fim de 1841 ao ano seguinte e não trazia outro objetivo senão o da curiosidade, através dos olhos de um nobre francês. Por temperamento, era um espírito que percebia mais facilmente o lado negativo dos homens e das coisas, confrontando sempre a terra “semi-inculta” e “o grande centro de civilização” onde nascera. Aponta a mestiçagem, os erros na organização política e trazia no espírito o desgosto de uma profunda decepção política. Suspeitava sempre das intenções dos viajantes europeus, julgou-nos com excessiva severidade. Acredita ter feito um relato “imparcial” baseado em

fatos. Realizou viagem do Rio de Janeiro a Ouro Preto pelos caminhos daquele tempo. De Ouro Preto dirigiu-se às margens do rio Jequitinhonha e o percorreu até sua foz. Dali foi a Salvador, Recife, São Luis do Maranhão e Belém.

Quando visitou a Demarcação Diamantina:

Viajou pelo Distrito Diamantino em 1841. Publicou em 1842 o livro “O Brasil em 1845”.

Rota de chegada:

Chegou ao Distrito Diamantino pelo sudeste, via Gaspar Soares, Conceição, Vila do Príncipe.

Locais visitados:

Passou pelo Viau (Vau), Diamantina, Vassoeiras, Lavra do Mato, de Guinda, de Brumadinho, rio Manso, Mendanha, rio Manso, lavras de Canjica.

### **Johann Jakob von TSCHUDI (1818-1889)**

Quem foi:

Naturalista e explorador suíço. Estudou ciências naturais e medicina nas universidades de Neuchâtel, Leiden e Paris. Nasceu em 1818, em Glarus, viveu 71 anos, morreu em 1889. Viajou por Minas Gerais entre 1858 a 1863. Em 1860 era embaixador suíço designado no Brasil, permanecendo até 1868. Colecionou para os museus de Neuchâtel, Glarus e Friburgo. Entendia muito de ferragens de animais, experiência adquirida em viagens ao Peru onde permaneceu cinco anos explorando e colecionando plantas dos Andes. Seu melhor animal de carga chamava-se Diamante.

Quando visitou a Demarcação Diamantina:

Viajou pelo Distrito Diamantino entre 1858 e 1863. Publicou em 1866 o livro “Viagens através da América do Sul”, em dois volumes.

Rota de chegada:

Chegou ao Distrito Diamantino pelo sudeste, via Gaspar Soares, Conceição, Serro, Três Barras.

Locais visitados:

Passou pela Cabeça de Bernardo, Três Barras de Baixo, Três Barras de Cima, São Gonçalo do Serro, Córrego de Mel, Ribeirão do Inferno, morro do ribeirão do Inferno, Diamantina, Rio Grande e Piruruca, Largo do Curral, Guinda.

### **Richard Francis BURTON (1821-1890)**

Quem foi:

Viajante e escritor inglês reconhecido por seu espírito de aventura e por sua curiosidade. Deixou obra vastíssima considerada fonte de consulta inesgotável para pesquisas. Escreveu sobre duas viagens que realizou no Brasil: a “Viagem do Rio de Janeiro ao Morro Velho” e a “Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico” na qual relata com “impressionante vitalidade” a região diamantina. Reconhecido por seu espírito de aventura e por sua curiosidade, Richard Burton manifestou forte interesse em conhecer os segredos do mundo oriental. Foi mandado à Índia onde se alistou no Regimento de Infantaria de Bombaim,



estudou o hindustani e seus dialetos, assim como o persa e o árabe. Viajou para Meca e explorou também o interior de Somália. Seus relatos de viagem lhe conferiram notoriedade pela riqueza de sua linguagem saborosa não apenas atrelada aos aspectos científicos. Sua curiosidade nada deixava escapar: “o geológico e o humano, a mata e o rio, o caboclo e os remeiros”.

Quando visitou a Demarcação Diamantina:

Viajou pelo Distrito Diamantino em 1867. Publicou em 1869 o livro “Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico”.

Rota de chegada:

Chegou ao Distrito Diamantino pelo oeste, via antiga Contagem das Abóboras, Alto das Abóboras, Camilinho, Morro das Datas, Morro de Santo Antônio.

Locais visitados:

Passou pelo Córrego das Lajes, Bandeirinha, rios São Francisco e o Jequitinhonha, Guinda, Brumadinho, Rio das Pedras, Seminário Episcopal, Riacho das Bicas, Diamantina, serviço Canteiro, Cidade do Serro, pico do Itambé, maciço de Curralinho, Ribeirão do Palmital, Ribeirão do Inferno, Maravilha, o pão de açúcar local, aldeia do Casamento das Velhas, Córrego do Jacá, Córrego do Mel, Rio das Pedras, Ponte de Santo Antonio, Mina da Barra, Lomba, Mata-mata, Córrego dos Mourinhos, Tromba d`Anta, Chapada, Arraial de São João do Descoberto, Mina do Duro, Guinda, Bandeirinha, Bom Sucesso.

## APÊNDICE II

### **Apresentação dos garimpeiros que acompanharam os trabalhos de campo direcionados.**

#### **GRP1a**

História de vida não registrada.

#### **GRP1b / GRP20**

Homem, 49 anos, garimpeiro natural de diamantina. Herdou da família uma história de quase 200 anos de garimpo.

#### **GRP2a**

Garimpeiro de 81 anos, filho de mãe garimpeira. Nasceu numa fazenda perto da ponte do Acaba Mundo e estudou em Bom Sucesso onde frequentou boas festas no lageado. Aos oito anos já tinha aprendido a garimpar com o pai. Passou a infância na pescaria, moendo cana, fazendo rapadura, fabricando cachaça... e garimpendo: “Eu garimpo até hoje com a peneira. Pode olha aí meu garimpo, se quiser ir lá olha pode olha: minhas ferramentas tão lá na beira do rio”.

#### **GRP2b**

Garimpeiro, 68 anos, já fez de tudo na vida: “já garimpei, já plantei, já mexi com comércio, já mexi com tudo quanto há... de menos roubar!”. Hoje trabalha como caseiro para um pessoal de Diamantina que tem sítio em Curralinho, mas não se constrange em dizer que garimpa até hoje: “Garimpo na Serrinha, costumo garimpar no Cavalo Morto, outra hora no ribeirão (do inferno), eu também puxo paiol lá pra barragem... amanhã eu vou sim”.

#### **GRP3 e GRP3.12**

Homem jovem, 45 anos, já foi garimpeiro. Nunca trabalhou manual. Cresceu em Diamantina e deixou a escola para trabalhar no garimpo do pai. Tornou-se o encarregado do maquinário e tocou o serviço durante 22 anos. Considera que o garimpo foi a pior coisa que aconteceu em sua vida e se arrepende de não ter seguido os conselhos da mãe para largar o garimpo e voltar para a escola: “Já tirei diamante, só que pra mim foi tudo em vão. Eu e meu pai não demos sorte no garimpo... minha passagem no garimpo foi um fracasso, passei muita dificuldade... perdi 22 anos da minha vida.” Quando comecei com a pousada, tudo que eu ganhava eu colocava no garimpo, até que a mãe do meu filho me abandonou “seu negócio é garimpo mesmo, não dá mais”. Mas ele gostou de trabalhar com os turistas e continua com a pousada: “As pessoas gostam, elogiam... hoje eu quero viver bem, sem dívidas”.

#### **GRP 4**

História de vida não registrada.

GRP5

História de vida não registrada.

**GRP6a**

Com 12 anos já estava no garimpo, teve dez irmãos e cresceu com pai, mãe e avós, todos moravam juntos. Nessa época, eles garimpavam na Braúna, próximo da foz que o rio Inhacica faz no rio Jequitinhonha, hoje a Braúna está no entorno do Parque Nacional das Sempre Vivas. Passava 15 dias no garimpo e depois vinha e ficava no Inhaí, onde plantavam roça “meus irmãos tavam sempre comigo, uai! Hoje já morreu tudo, só ficou três”. Disse que nunca passava dificuldade porque sempre tinha um diamantinho: “No alto dos ranchos comia arroz, feijão e carne. Não ficava sem peixe, morava em barranco do rio, pescava sempre, fazia aquela panelada de arroz e comia com peixe (...) Fruta de cerrado, pequi, panã, mangaba, coquinho, jambo... nessa beira de rio dá muito jambo. (...) A gente plantava feijão, milho, arroz, mandioca fazia farinha, vendia em São João, Maria Nunes... tinha muita fartura”. Diz que nunca trabalhou fichado em companhia: “nunca fui empregado não, sempre trabalhei pra mim, nos trancos e barrancos, mas era pra mim mesmo. Eu gostava, toda vida eu gostei foi de ficar no mato. Nunca gostei desse trem de cidade não. Era sofrido, mas era bão, porque você fica à vontade e ninguém te amola. Você não escuta conversa fiada. Eu tenho saudade ainda. A gente perdia muito... tinha dia que você lavava um paiol todo e não tirava nada... aí você ia pra chapada tirar mais [gorgulho] (risos)” (GRP6a).

**GRP6b**

Homem 74 anos.

**GRP6c**

Homem garimpeiro sofrido, 78 anos: “nasci e cresci, como se diz, nessa tristeza, remexendo as margens do rio Caeté-merim e panhando flor nos campos. Começou novo, com 9, 10 anos, não frequentou a escola e não aprendeu a ler. A ponte da localidade onde vive recebeu o nome de seu pai, falecido garimpeiro com quem aprendeu a viver na serra. Disse conhecer muitos garimpeiros e nunca trabalhou em firma, só trabalhou em serviço no braço ou na bomba com os companheiros ou sozinho na faisqueira. Considera o garimpo um serviço de arrebentar qualquer um: então a vida aqui era essa... uma vida tormentosa”.

**GRP6d**

História de vida não registrada.

**GRP6e**

História de vida não registrada.

**GRP6f**

Garimpeiro e delegado do sindicato rural. Cresceu sem mãe, o pai ficou viúvo novo e não quis outro casamento: “vou dar farinha seca e vou criar eles”. Disse que tinha fartura em casa

porque o pai vendia rapadura e com isso conseguia dinheiro... “ele não gostava de garimpo, fazia só uma faisqueira e panhava flor que era o dinheiro que corria na época”. Quando cresceu trabalhou na apuração e na cozinha da companhia: “durante dois anos e quatro meses eu cozinhei para 40 peão da Rio Novo”.

#### **GRP6g**

Trabalhou na mineração Rio Novo durante 28 anos. Foi operador de draga e trabalhou a vida toda na região onde hoje funciona a Areinha. Desde que “desempregou” em 2006 (ano que a firma acabou) nunca mais voltou na área da draga e não conseguiu mais emprego... a esposa não gosta de garimpo: “essa região nossa é muito fraca pra emprego ou é garimpo ou é roça”.

#### **GRP6h**

História de vida não registrada.

#### **GRP6i**

Garimpeiro solitário dos rincões da serra. Já trabalhou na construção do Mineirinho em BH, ficou dois anos na Açominas em Ouro Branco e cinco anos na Tijucana trabalhando como soldador: “dava pra gente entrar dentro dos canos de catiação”. Saiu da Tijucana para trabalhar com faisqueira. Já panhou muita flor.

#### **GRP7**

Homem de 71 anos. Nasceu no Pinheiro, foi para Diamantina estudar. Quando o pai morreu a família voltou para Pinheiro. Aos nove anos ele parou de frequentar a escola. Mexeu com garimpo tocado a braço durante 22anos.... trabalhou na fábrica de tecido de Biribiri, mudou-se para Belo Horizonte onde trabalhou como pedreiro e motorista de taxi: “com 32 anos voltei para o garimpo e vou morrer no garimpo. Como no Pinheiro não pode mexer por causa do parque, estou trabalhando na Areinha”. Intrigado com a origem do diamante ele comenta: “Parece que diamante é uma chuva... não dá pra entender isso não, como ele foi parar lá em cima”.

#### **GRP7a**

História de vida não registrada.

#### **GRP8**

Nasceu em uma fazenda próximo ao ribeirão do Inferno onde tem um cemitério antigo... diz já ter achado muito cachimbo de escravo, mas não guardou nenhum. “Acho o garimpo muito bom porque criei minha família e tudo mexendo com garimpo... aos trancos e barrancos, isso a gente pode falar, né”. Trabalhou como encarregado de garimpo mecanizado no rio Pinheiro: “tem lugar que dá 20 metros de fundura, pura serra até chegar na piçarra... aquela firma comprou lá... Julio Bentou achou que tinha acabado os diamantes... e aquela firma, a Eminosa ainda tirou muito diamante lá...”. Sobre a proibição ele diz “Eu acho que Diamantina eles não aceitam mais o nome... eles teriam que trocar o nome de Diamantina... se não pode garimpar mais, então... tem que trocar o nome uai”. Para distrair esse ex-garimpeiro faz rapadura com

cana da Lomba, cachaça, queijo... e diz e tom descontraído: “Cachaça é moça branca filha de um homem trigueiro quem tomar amor por ela não pode juntar dinheiro!”.

#### **GRP8a**

História de vida não registrada.

#### **GRP9**

Garimpeiro de 51 anos que só começou a trabalhar com garimpo depois dos 28 anos. Nasceu e cresceu em uma fazenda próximo a Santa Cruz do Ó, às margens do rio Jequitinhonha, onde a família trabalhava com roça. Morou 10 anos fora, em São Paulo e em Belo Horizonte, quando trabalhou com metalurgia. Voltou para o Jequitinhonha em 1994 porque recebeu convite para trabalhar com garimpo: “era o auge das bombas”. Trabalhava como encarregado em uma sociedade, mas também trabalhou por sua conta na famosa Lapa da Igreja. Considera que o garimpo valeu a pena: “na região aqui a comunidade sempre viveu do garimpo, né. Deu pra sobreviver, só não deixou mais porque a gente gastava muito errado, né, e não investia em nada, mas produzir a gente produzia bastante!”. A partir de 2000 começaram a surgir cursos na área de turismo, pela Estrada Real e Sebrae. Hoje trabalha como guia de turismo e recentemente retomou os estudos e finalizou o ensino médio.

#### **GRP9a**

Garimpeiro de 66 anos que já quer acomodar o facho! É aposentado e gosta mesmo é de tirar cristal: “porque eu vou ficar sofrendo ai em tempo de morrer debaixo dessa serra ai? Eu não mexo com garimpo não... esse ano que eu to mexendo. Eu mexo é com meu cristalzinho lá... To aqui é ajudando o homem que tá com meia praça ai... mas tem poucos dias. Eu vou embora amanhã, se eles quiser apurar ai ... a minha parte tá aí.

#### **GRP10**

História de vida não registrada.

#### **GRP11**

Garimpeiro de 81 anos que desde pequeno acompanhava os pais no garimpo. Era menino de 7, 8 anos quando já ia para a beirada do rio com uma bateia pequena para procurar ouro. Ele recorda com ternura da professora que o ensinou a ler, escrever e fazer conta: “um dia ela falou comigo que não tinha mais nada pra poder me ensinar, mandou eu ir embora e eu saí”. Sobre o sentimento em relação ao garimpo ele diz que sempre gostou: “até hoje se eu morrer na beira do rio, eu morro satisfeito. Eu gosto mesmo”. Hoje ele é aposentado como lavrador: “Como garimpeiro ninguém aposenta não”. Quando perguntei sobre o sofrimento ele respondeu: “Qualé sofrido? Sofrido é quando tá fazendo muito frio... mas quando não tá fazendo muito frio é bom demais”.

#### **GRP12**

História de vida não registrada.

### **GRP13**

Uma mulher ex garimpeira que hoje vende quitutes e verduras na porta de casa . Nasceu no capão do Bambá, na Perpétua, cresceu no Brumadinho onde viveu até os 18 anos. Morou em BH, casou-se e há 20 anos mora na Sopa. Os pais iam pro garimpo e ela carregava carumbé na cabeça para passar o material na canoa... “o pai comprou os burrinhos quando a situação começou a melhorar... trabalhamos muito tempo no garimpo. Pimentel, córrego do Guinda, Gangorras... isso tudo foi garimpado, nós trabalhamos aí tudo. Depois de adulta trabalhei com meus irmãos e meu pai na Sopa, lá meu pai tirou diamante para construir a nossa casa. Hoje minha mãe vendeu o terreno... meu pai conseguiu comprar uma bomba para tocar o garimpo. A primeira bomba que chegou lá na nossa região foi na década de 80, antes era tudo no braço”.

### **GRP14**

Homem de 75 anos. Desde a idade de sete anos já ajudava sua família a mexer com garimpo e só parou depois que seu pai morreu durante um serviço. Trabalhou em turma, com dois ou três companheiros, trabalhou sozinho, trabalhou em companhia americana nos Caldeirões e em outra companhia em um lugar chamado Funil. Se aposentou pela prefeitura de Diamantina onde trabalhou como “cavuqueiro”, tirando pedra na serra para construção e calçamento. Mesmo depois de arrumar emprego fichado ele ia garimpar nas horas vagas e no dia de sábado. Para ele, o garimpo é uma atividade sofrida porque a pessoa procura o que não guardou: “então pra depender daquilo ali para sobreviver, tem ocasião que o garimpeiro sofre muito”.

### **GRP15a**

Homem garimpeiro, aprendeu a garimpar com o pai e tirou o primeiro diamante aos 15 anos. O pai morreu cedo com doença de chagas e ele ajudou a mãe a criar os irmãos mais novos. Lembra-se da despensa vazia em casa: “aqui, se não fosse o diamante ninguém conseguia dinheiro”. Entrou na escola pela primeira vez aos 9 anos, mas não estava acostumado nos meio das pessoas, “a gente morava no mato, era igual bicho”... só completou os estudos depois de adulto, quando aprendeu a ler e escrever. Apesar da “sede que sente pelo garimpo”, acredita que isso não dá mais futuro... e passou a trabalhar com a agricultura.

### **GRP15b**

Garimpeiro não teve o gosto de crescer com o pai e a mãe, por isso aprendeu a garimpar “com os outros”. Sempre trabalhou por sua própria conta e só conhece o garimpo manual com foice, machado, enxada, marreta...

### **GRO15c (Pedro branco quartel)**

### **GRP16 e 18**

História de vida não registrada.

### **GRP16a**

História de vida não registrada.

**GRP17**

História de vida não registrada.

**GRP16**

Homem de 49 anos, garimpeiro: “toda vida sou garimpeiro”. Aprendeu desde menino com o pai “de primeiro, no rio do Peixe, no Serro, puxando a boa com a goiva”. Mexia também com grupiara. Quando se mudaram para Diamantina começaram a trabalhar na famosa Lavra do Mato, em Mendanha, no rio Marimbeiro e no córrego da Palha: “... do rio Grande até Gruta de Lourdes dava ouro... hj é um esgoto aberto”.

**GRP19a**

Nascido no Amendoim. Trabalhou com garimpo e tropa. Nuca trabalhou com bomba.

**GRP19b**

Homem de 84 anos. Sempre trabalhou por conta e não conhece o garimpo de bomba. Quando as bombas chegaram ele vendeu tudo o que tinha para comprar uma tropa de 12 burros.

**GRP19c**

Homem de Rio Manso onde o pai garantiu o sustento da família através do garimpo e da lavoura. Seguiu a profissão do pai, trabalhou muito com garimpo manual e depois passou pro garimpo com bomba, inclusive com a maraca nas águas do rio Jequitinhonha. Considera que o garimpo em sua vida foi só decepção: “não tenho um palito de fósforo que foi tirado do garimpo, perdi tudo no garimpo mesmo. O que eu ganhei eu perdi tudo e mais um pouco... na verdade garimpo é uma ilusão”.

**GRP.Tc08a**

é um garimpeiro discreto, fala baixo com tom firme. É casado e lembra com orgulho o tempo em que morou com a família em São Paulo: “lá eu trabalhei com a caneta”, foi vigia de uma firma durante 8 anos. Se deu muito bem por lá e ocupava cargo de confiança, mas voltou porque a mãe ficou doente. Foi nascido e criado em São João da Chapada, o pai era garimpeiro no antigo povoado de Chapada. Referiu-se a São João da Chapada como “um ouriço de diamante”. Em 2008 ainda tocava com o grupo de sete irmãos a única firma de garimpo ainda em atividade na região: “Nós aumentamos o gasto do nosso serviço pra não descer rejeito pro rio... Nós era firma procurando legalizar... mas essa lei ambiental não vai acabar nunca! Quando você acha que está trabalhando certinho eles inventam um outro jeito (de parar o serviço)”. Acha possível continuar garimpando e adaptar ao meio ambiente, mas reduz o lucro. Mostrou algumas pedras que coleciona em casa (cangas, cristais de quartzo, etc): “a curiosidade minha é o lugar onde eu achei e o tamanho delas”.

**GRP.Tc08b**

Um ex-garimpeiro muito comunicativo. Fala em tom de voz firme e demonstra convicção em suas opiniões. Em 2008 sofria de diabetes e já não garimpava. Hoje é falecido. Foi casado e sua

casa é ainda hoje um receptivo familiar do programa Turismo Solidário (IDENE), atividade que começou a desenvolver junto com a esposa, ele gostava de receber as pessoas e conversar. Já foi um garimpeiro rico, viveu 12 anos como milionário: “Eu e mais dois irmãos vivemos como rico, mas não tinha como guardar dinheiro: namoro, falta de juízo pra todo lado... que eu não tenho arrependimento!” Conhecia bastante sobre as empresas que já atuaram na região de São João da Chapada e mencionou: Tijucana, Usabra, Acaiaca, Sudoeste (do grupo The Beers). “O garimpo não tem como continuar, nem em pensamento, nada vezes nada (...) Não vai ter retorno, tô falando com certeza”. Segundo ele o “garimpo não foi maldição, mas foi um mal. Não deixou nada, não sobrou ninguém rico.”

#### **GRP.Tc08c e GRP15d**

É um ex-garimpeiro de fala discreta e jeito afável. Trabalha com garimpo de diamante desde criança com o pai e dos 17 até os 47 anos trabalhou na lavra de Campo Sampaio. Desde 2006 não mexe mais com garimpo. Em 2002 e 2003 diz ter feito excelentes apurações, mas resolveu para com medo da lei ambiental: “Garimpeiro não pode levar nada pra beira do rio pra fazer apuração. Tem que separar a terra e depois voltar com a terra pro lugar.” Considera que o garimpo ainda seja viável para o pequeno faiscador e indica duas áreas ainda “compensativas”, mas se contradiz quando diz que “não tá tendo diamante, de vez em quando aparece uma pedrinha, mas é pouco. Hoje não tem comércio mais. O garimpeiro não tá podendo trabalhar”. Sobre a questão ambiental ele considera grande o estrago que o garimpo causou no leito do rio Jequitinhonha, mas defende que o pequeno garimpo de córrego é diferente: “não estraga esse meio ambiente de serra. Posso te levar num lugar que 10, 12 anos atrás eu estraguei tudo com bomba e hoje tem vegetação que nunca teve”. Sr Zeca gosta de mostrar as pedras que tem guardas em casa e contar as histórias sobre as descobertas. “O garimpeiro é sofrido, mas acostuma. Não tem nada que gente não acostuma. As pessoas daqui morreram com 60 ou 65 anos, mas com cara de 90 anos por causa do sofrimento”. Mas sobre a agricultura: “o garimpeiro vai custar a acostumar. A agricultura tem que valorizar 10, 20 centavos de um pé de alface...”

#### **GRP.Tc11 Pedro Benedito Pereira (GRP15d(12))**

Garimpeiro já falecido. Quando entrevistado, em junho de 2011, tinha 77 anos, era casado e teve 12 filhos. Começou a trabalhar com o pai no garimpo aos sete anos. Todos os seus onze irmãos seguiram o mesmo caminho. Frequentou a escola por cerca de um ano e não mais voltou a estudar. Tudo o que sabia aprendeu com sua mãe: “não tinha esse negócio de estudo não... se pudesse ir à escola ia, mas se não pudesse, ficava”. O trabalho era uma forma de ajudar os pais no sustento da família. O trabalho na roça e no garimpo foi o maior ensinamento que seus pais lhe deixaram. Seu pai era seu companheiro na vida e deixou saudade: “eu era o mais apegado, estava sempre onde ele estava”. Ainda pequeno tocava viola, sanfona e cavaquinho e se divertia nas comemorações da Folia de Reis. Os diamantes brilharam em suas mãos várias vezes e o ajudaram a construir a casa onde morava com a esposa. Trabalhou muitos anos na panha de sempre-viva época que viveu numa lapa, que passou a ser conhecida pelo seu nome.

#### **GRPj11**

Administrador de mineração, 83 anos na época de entrevista, casou-se e estabeleceu-se em Diamantina. Já esteve nos EUA, em Angola, na África do Sul em trabalhos de mineração. Foi um dos responsáveis pela instalação das dragas de Tijucana a partir da década de 1950.



## APENDICE III

### Depoimentos sobre a Areinha

“Na areinha, meu genro tá lá, tinha peneirada com 10, 15 diamantes numa peneirada...” (GRP19b).

“Esses caras, o negócio deles é comprar carro, revolver, mulher e bebida. O pau quebra ali na Areinha” (GRP19).

“...na verdade garimpo é uma ilusão.... a fama vem dos 5% que estão tirando porque a maioria, a grande maioria está perdendo... fulado tirou 5mil quilates de diamante, mas os 90% do lado dele que estão perdendo ninguém fala. Pode ser uma cata do lado da outra. Foi o que aconteceu comigo muitas vezes eu fui através da fama e não tirava nada... nunca tirei” (GRP19c).

“O povo fala que dinheiro de garimpo não é abençoado, mas eu tenho minha casinha com dinheiro dele! A pessoa tem que ter fé em deus. A pessoa vévi naquela ilusão... então essa Areinha, o boato dela já correu o Brasil quase todo, não já? Procura lá: 10% das pessoas lá deve ter tirado diamante, um bocado de povo lá tem perdido muito, mas a fama fica no que tira... o boato corre é assim. Lá faz umas 2, 3 mil pessoas lá, as vezes 5 ou 10 tão lá tirando e o resto tá perdendo... pagando o que deus já deu aos outros. Hoje é o que mais acontece” (GRP6a).

“Na Areinha, esse menino me falou que um resumo que eles fizeram deu 90mil reais pro meia, isso é trabalho pra 1 mês e tanto, dois meses... e agora eles estão com 7mil e tantos quilates de diamante... quando vender isso dá 150mil reais pra um meia” (GRP6b).

“Garimpo aqui só na Areinha... ninguém garimpa aqui pra canto nenhum. O garimpo é muito ingrato... nessa baixada aqui ainda tem cascalho ainda, mas não pode trabalhar não. O que acontece é que vai pra cadeia...” (GRP6c).

“A Areinha não vai durar muito tempo. O diamante o pessoal já está tirando na área melhor que tem, mas ali tem muita área ruim de diamante, muito cascalho, mas diamante mesmo, não tem” (GRP6g).

“La na Areinha as pessoas costumam pagar os garimpeiros por dia de apuração. Então são pessoas de confiança que trabalham por dia, recebem “x” combinado e não tem nenhuma participação na produção” (GR20).

“Lá na Areinha... o mercúrio no material jogado fora contaminou quase todos os primeiros que chegaram. Teve um que endoidou... contaminou, mas a diamantada foi tanta que cada dia um carro diferente, casa por 78 mil, casa inacabada... Hoje em dia quem tirou pouco tira 400 mil reais... isso tá dando pro meeiro... aqui nós era 14 pessoas trabalhando... tirava 100 nós dividia 50. Lá os meeiro tiravam 300mil acima. É

dinheiro que de outro jeito ele nunca ia ver na vida. O sujeito tem que saber trabalhar com dinheiro porque se não souber também... ele volta todo pra dentro do rio... acaba tudo na agua de novo e não sobra nada” (GRP1b).

“Muito difícil fazer um garimpo correto... ah não tem jeito não... olha a mata da areinha, aquilo ali nunca mais cresce de novo” (GRP7).

“Areinha é um garimpo que a Gutierrez tocou e o povo tá relavrando, tem muito garimpeiro. Tá parecendo um comércio, tem mais gente lá do que aqui em Curralinho... uns fazem faisqueira, outros com bomba... tem gente de todo canto... tem lugar lá que dá diamante mesmo... nossa... uai eu fui, mas num quero voltar mais não... é muito longe... é uns 4 tanto do tanto dessa distância que nós viemos aqui” (GRP2b).

Quando perguntei se ele tinha vontade de ir trabalhar na areinha ele respondeu: “Da onde? Nossa Senhora, diz que lá é muito perigoso... é muita gente. Lá de noite diz que tem um homem que anda com colete de pau todo cheio de prego” (GRP11).

“O pessoal que trabalhava na área da draga mexia com muito mercúrio... e ia embora ouro, diamante junto com a areia... é o que gerou a Areinha... o rejeito era rico. Só que essa areia estava contaminada com mercúrio da Rio Novo. Lá era mercúrio mesmo, não era pouco não... ficava peixe boiando na água. Toda semana era pessoal do Ibama olhando esse trem... o diamante já não mexe com mercúrio” (GRP6g).

“E o garimpeiro é assim, ele é insistente, igual tem muita gente trabalhando lá [na Areinha] o serviço vai enfraquecendo, enfraquecendo e o garimpeiro vai só gastando em cima daquilo ali e, de repente, o que tirou some tudo ali mesmo. É muito difícil um garimpeiro empregar [investir] seu dinheiro, geralmente ele emprega no próprio garimpo” (GRP6h).



Frentes de garimpo na Areinha, rio Jequitinhonha. Agosto de 2013.

## ANEXO I

Transcrição do fício redigido por D. Lourenço de Almeida em 1729 comunicando o evento da descoberta dos diamantes (LIMA JR., 1945 p. 27).

“Senhor - na comarca do serro do frio apareceram umas pedrinhas brancas no tempo que era ouvidor daquela comarca Antônio Rodrigues Banha, e como estas tais pedrinhas sómente apareciam em uma lavra do sargente-mór Bernardo da Fonseca lobo, o dito ministro foi havendo a si quantas iam aparecendo que era uma pouca quantidade; porém como acabou o seu lugar se foram espalhando algumas destas pedras e entendendo-se que eram diamantes tem-se feito por elas as maiores diligências e pelas que aparecerem dão os homens por elas tão grande preço que a meu entender é muito fora do seu valor; porém o serem elas poucas e o apetite de querer cada qual ter dessas pedrinhas por serem achadas nestas Minas, os faz dar por elas muito mais que valem; e como me parece preciso dar a conta a V Mgde. Escrevi ao doutor ouvidor geral que me informasse sobre estas pedras e adonde apareciam e a quantidade delas que se acham e além desta informação que esperava mandei fazer o mesmo exame por Rafael da silva Brandão que é homem de negócios desta Vila, de boa inteligência e verdade e por ambas as informações, achei que estas pedrinhas aparecem nas lavras de onde se tira o ouro e misturadas com ele é que se acham nas bateias, quando se lava e apura o ouro, e até o presente se tem descoberto em três ribeiros chamados caeté- mirim , ribeirão da Areia e São João, porém com pouca quantidade porque é lavra onde se passam muitos dias que não aparece uma pedra e eu assim considero que ao são muitas porque eu não as vejo vir vender a esta Vila, aonde há mais pessoas que a s comprassem, porque é a terra aonde está o maior negócio de todas. Estas Minas, a ela é que concorre tudo; e sómente vi um homem do Serro do Frio que trouxe a vender trinta dessas pedrinhas, das quais vinte pesavam seis grãos cada uma,, três a quatro grãos, seis a doze grãos e uma vinte e quatro; e por todas não quis menos de dois mil cruzados por cuja causa as não vendeu e as tornou a levar porque ninguém se soube afirmar se eram ou não diamantes, e no caso que o fossem e bons, o que ninguém conhece, pareceram a todos muito caros. E para que a V. Mgde. Seja presente a qualidade destas pedras remeto seis que pude haver para remeter a V. Mgde. Mandará examinar a qualidade delas e mandará o que for servido, porque sempre é o melhor. Deus Guarde muitos anos a Real Pessoa de V. Mgde. Como os seus vassallos havemos mister. Vila Rica, 22 de julho de 1729. D. Lourenço de Almeida.”

## ANEXO II

### Áreas de exploração dos contratos de diamantes entre 1741 e 1770.

Partindo do que foi descrito por Felício dos Santos (1976), apresenta-se, as seguir, de forma esquemática, o período de cada contrato dos diamantes, os seus contratadores e as áreas a eles facultadas para a exploração.

Contrato	Período	Contratadores
Primeiro Contrato	1º de janeiro de 1740 até o último dezembro de 1743.	João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva

Áreas facultadas à exploração: “**leito do Jequitinhonha**, seus tabuleiros, vertentes e grupiaras, devendo ser o primeiro serviço na **Lavra do Mato**, e daí continuando os mais alternativamente, como se pratica, minerando pelo rio acima até se findarem os quatro anos; e se neste tempo chegassem à **Barra do Ribeirão do Inferno ou do Rio das Pedras**, poderiam continuar os serviços por algum deles” (FELÍCIO DOS SANTOS, 1976, p. 96).

Contrato	Período	Contratadores
Segundo Contrato	1º de janeiro de 1744 ao último de dezembro de 1747	renovado com os mesmos contratadores João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva

Áreas facultadas à exploração: “Foram-lhes concedidos os mesmos terrenos, para minerarem, por ainda não estarem exaustos... e com as mesmas condições do primeiro” (FELÍCIO DOS SANTOS, 1976, p.105).

Contrato	Período	Contratadores
Terceiro Contrato	1 de janeiro de 1748 a 31 de dezembro de 1751	Felisberto Caldeira Brant particularmente se associava com seus três irmãos, Sebastião Caldeira Brant, Joaquim Cardeira (sic) Brant e Conrado Caldeira Brant (p.113)

Áreas facultadas à exploração: “Para o lavor da estação da seca foram-lhe designado o leito de gupiaras (sic) do **Jequitinhonha da Lavra do Mato para baixo, o Rio das Pedras e Ribeirão do Inferno**; e na estação das águas poderia trabalhar nos córregos, gupiaras e terras vizinhas, que lhe fossem demarcadas pelo Intendente” (p. 114). Felício dos Santos

(1976, p. 114) descreve as áreas cedidas pelo intendente: a estrada que vai deste arraial ao caeté-mirim, entrando os **córregos de Sentinela e do Mondego...** o **Córrego dos Caldeirões**, com todas as suas vertentes e cabeceiras do lado de cima.

O terceiro contrato é conhecido geralmente pelo nome de contrato “dos Caldeiras”. O contrato permitia trabalhar com 600 escravos, mas inseriu o distrito diamantífero de Goiás. Segundo Santos: “Foram quatro irmãos, que sempre tiveram a mesma sorte, a mesma prosperidade, a mesma glória, a mesma queda”.

Contrato	Período	Contratadores
Quarto Contrato	1753-1758 Em 1757 Minas Novas do Fanado é anexada ao Distrito Diamantino.	João Fernandes “o pai”: 1753-1758 Em 1755 tomou conta da administração o filho João Fernandes

Áreas facultadas à exploração: Para o tempo das águas demarcaram-se o **Ribeirão do Inferno**, e o **Jequitinhonha da Lavra do Mato** e até a **Barra do Inhacica Grande**, com todos os seus tabuleiros e gupiaras, e para o tempo da seca, o **Rio Pinheiro**, com suas vertentes e gupiaras, da roça de Gabriel Soares até sua barra no Jequitinhonha, chamada São Pedro, e os córregos Caeté-mirim e quilombolas com todas as suas vertentes e gupiaras.

... foram-lhes mais concedidos o **Rio Paraúna da Barra do Andrequicé para cima**, com suas vertentes, tabuleiros e gupiaras, e o **Córrego da Canjica** (p. 145)

“Entre o 4º e 5º contratos ficou a extração dos diamantes sem arrematantes por espaço de seis meses, até junho de 1759, por não ter sido o seguinte arrematado com antecedência, como sucedera com os anteriores” (SANTOS, 1976, p.145).

Contrato	Período	Contratadores
Quinto Contrato	<b>Julho 1759 - dez 1761</b>	João Fernandes de Oliveira “o pai”, Antônio dos Santos Pinho e Domingos de Barros Viana. “Por ordem do Marquez de Pombal o contrato foi alterado. Foram excluídos os contratadores Antônio Pinho e Domingos Viana e ficou ele pertencendo a João Fernandes e seu filho: “o mais feliz dos contratadores” (p.165)

Áreas facultadas à exploração: “para o tempo de seca, o rio Paraúna da Barra do Andrequicé para cima com todas as suas vertentes, tabuleiros e gupiaras, e o córrego da Canjica; e para

o tempo das águas se concederam as gupiaras dos Bateiros, e o Córrego da Gouveia com suas vertentes, gupiaras e tabuleiros”.

Contrato	Período	Contratadores
Sexto Contrato	<b>1761</b> - Durou ate dezembro de <b>1771</b>  Prorrogado todos os anos em virtude do alvará de 1759.	João Fernandes (o filho) Algum tempo depois (1763) João Fernandes pai enlouqueceu em Lisboa; tinha esbanjado fortuna imensa e morreu endividado. O Desembargador João Fernandes de Oliveira o filho. Perseguiu francamente o garimpo. Época importante na história do Tejuco.

## ANEXO III

### A ascensão ao pico do Itambé realizada por Johann Baptiste von SPIX e Karl Friedrich Philipp von MARTIUS entre 1817 e 1822.

#### Etapa 1

“Transpusemos o *Rio Jequitinhonha*, em cuja vizinhança está uma casa, pertencente à família Oliveira, que, embora, já em ruínas, dava boa idéia da pomposidade e do luxo dos antigos contratadores de diamantes; mais adiante, alcançamos o *serviço* de *Vau* e pernoitamos uma espécie de bacia, formada por altas montanhas, lugar que se destacava das regiões próximas, por sua fertilidade” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. 39).

#### Etapa 2

“No dia seguinte, levou-nos o caminho por altos campos, que são circundados de pinturescos grupos de rochedos. Majestoso, foi-se elevando pouco a pouco, diante de nossos olhos, o monte, surgindo das selvas como o cume rochoso arredondado, acidentado, e todo resplandecente ao sol. Ao cair da tarde, alcançamos o limite dos campos e o sopé do monte principal, todo cercado de peculiar vegetação: samambaias, bambus e mato baixo cerrado. Ordenou logo o intendente aos escravos que improvisassem cabanas de bambu para pouso da noite, e deu-nos, naquela solidão, a surpresa de muito bem servida mesa. Tomaram-se, sem seguida, todas as disposições para, no dia seguinte, pela madrugada, fazer-se a ascensão ao cume. Como parecesse impenetrável o mato, havia o intendente, já de véspera, cuidado de mandar abrir uma picada nessas selvas” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. 39).

#### Etapa 3

“Antes do nascer do sol, pusemo-nos em marcha, acompanhados de alguns escravos e pedestres, carregados com os nossos instrumentos e as necessárias vidualhas. A princípio, foi muito penosa a caminhada. Tivemos que labutar através de

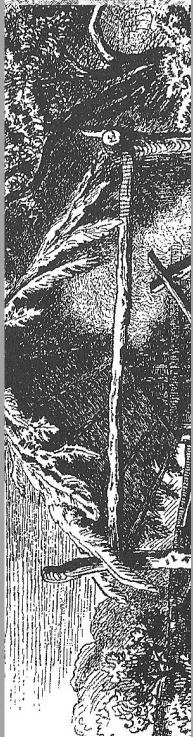
brejos, pântanos, penhascos áridos e corroídos, e por moitas densas. Depois de algumas horas de marcha, entramos nos mais belos campos que se elevam íngremes. Dessa região em diante, eram rochedos e mais rochedos amontoados, e longos trechos cobertos com pedregulho. Afora o sussurro de um pequeno riacho, não se percebia som algum; nem passarinhos, nem insetos, apareciam nesses bonitos campos altos; apenas, aqui e acolá, se notavam rastos, provando que as antas se aventuravam até estas alturas. Numa caverna, avistamos vestígios de fogo e de acampamento, indícios prováveis da estada, ali, de negros fugidos e garimpeiros” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. p.40).

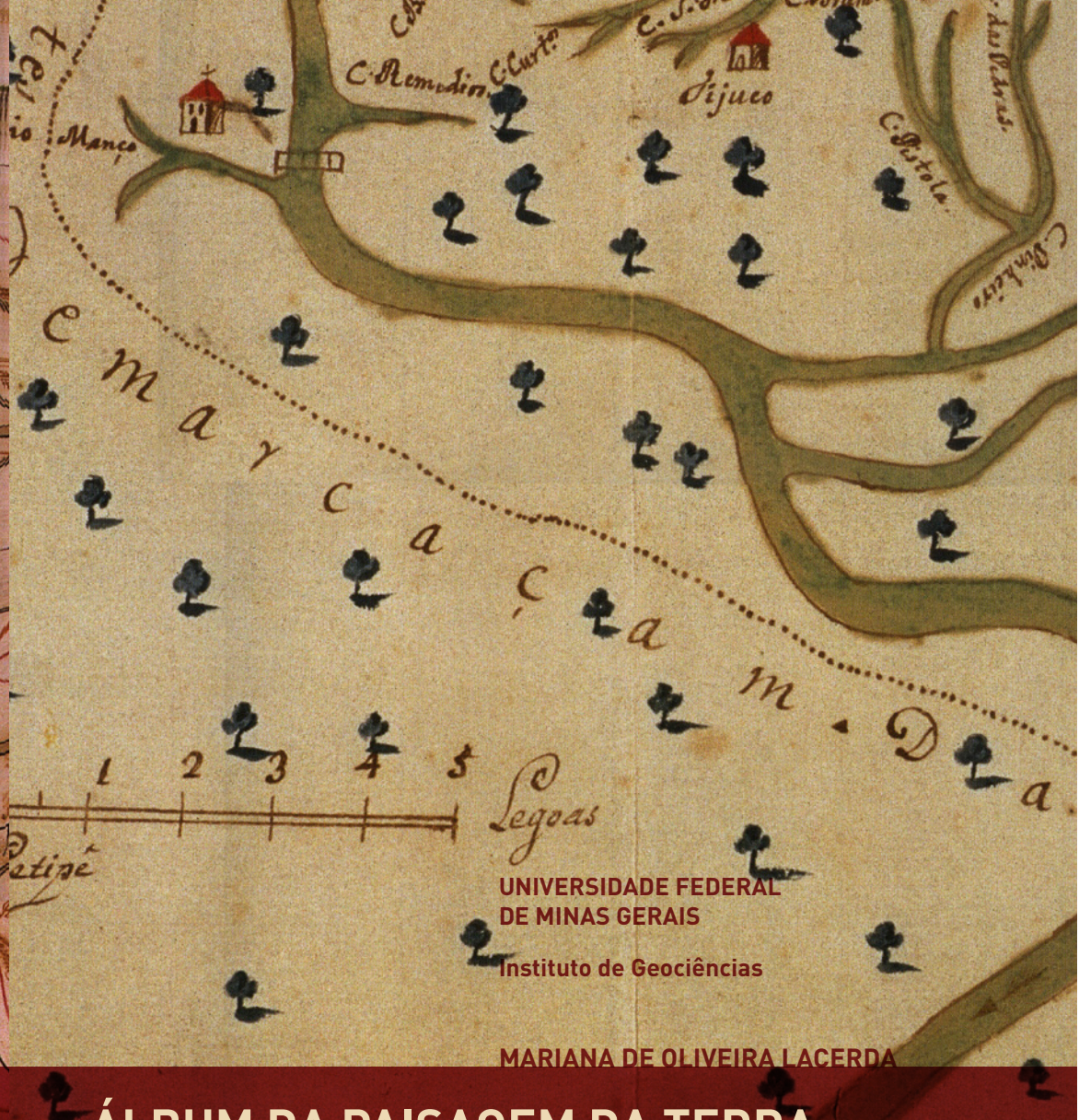
#### **Etapas 4**

“Muito penosamente trepamos a parede abrupta da rocha, que havíamos tomado pelo cume da montanha; mas em breve verificamos que restava ainda um topo mais alto para galgar. Com felicidade, escalamos também o último colosso, e com o magnífico panorama, de cima do platô desenrolou-se a vastidão montanhosa de *Serro Frio*. Alto elevam-se a sueste os picos da Serra do Gavião, e as gigantescas serras onduladas por entre as quais corre o Jequitinhonha, em voltas; ao sul, resplandeciam, na direção de Vila Rica, isolados montes cobertos de selvas e altos campos; a oeste, segue para os lados do Rio São Francisco a Serra da Lapa. Pacificamente descansa no sopé a su-sudoeste a *Vila do Príncipe*, e, a sueste, o arraial chamado *Itambé da Vila*; finalmente, a noroeste, está o belo *Tejuco*” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. 40).

Ao final das diversas excursões no Distrito Diamantino “deu-nos ensejo de conhecer de perto as particularidades desta maravilhosa região, tanto em referência à Mineralogia, como à Botânica e à Zoologia” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p. 42).







UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MINAS GERAIS  
Instituto de Geociências

MARIANA DE OLIVEIRA LACERDA

## ÁLBUM DA PAISAGEM DA TERRA DOS DIAMANTES

# VOLUME 2

Belo Horizonte  
2014



**MARIANA DE OLIVEIRA LACERDA**

## **ÁLBUM DA PAISAGEM DA TERRA DOS DIAMANTES | VOLUME 2**

Segundo volume de tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Análise Ambiental  
Orientação: Prof. Dr. Allaoua Saadi  
Co-orientação: Profa. Dra. Danielle Piuzana Mucida

**Belo Horizonte | 2014**

O Álbum da Paisagem da Terra dos Diamantes apresenta o conteúdo ilustrado da pesquisa de doutorado intitulada “*A paisagem da terra dos diamantes: passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva*”. O Álbum está organizado em seis partes. A primeira parte apresenta a **Linha do Tempo** com destaque para os acontecimentos históricos que influenciaram a exploração do diamante; a segunda parte apresenta a **Coleção de Mapas Históricos da Demarcação Diamantina**. São, ao todo, seis mapas do século XIX que foram interpretados pela pesquisadora a fim de localizar os objetos da paisagem representados pelos cartógrafos da época; a terceira parte apresenta os **Relatos e as Iconografias dos viajantes do século XIX** sobre os temas: a paisagem, o trabalho escravo, as técnicas de lavagem do diamante, a sofisticada sociedade diamantinense, o caminho dos diamantes até o Rio de Janeiro; a quarta parte apresenta os **Depoimentos dos Garimpeiros** demonstrando a sua interpretação sobre a origem do diamante, as oscilações da fortuna e o cotidiano de trabalho; a quinta parte apresenta o **Glossário do Garimpo** com aproximadamente cento e trinta termos utilizados pelos garimpeiros em situações cotidianas e catalogados pela pesquisadora durante os trabalhos de campo; a sexta e última parte apresenta a **Coleção de Mapas Atuais da Área** como a releitura das fronteiras, os locais descritos pelos viajantes, a identificação dos lugares-ditos pelos garimpeiros, os processos minerários do diamante, os limites municipais, o contexto hidrográfico, as unidades de conservação, a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, as comunidades remanescentes dos antigos arraiais e quartéis, a Estrada Real e o caminho dos Diamantes. As seções do Álbum podem ser identificadas pelas barras coloridas e numeradas que ajudam o leitor a identificar as divisões temáticas.

# SUMÁRIO

---

1

LINHA DO TEMPO

p. 5

2

COLEÇÃO DE MAPAS HISTÓRICOS DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA

MAPA 1 (post 1729)

p. 6

MAPA 2 (1770)

p. 10

MAPA 3 (1775)

p. 17

MAPA 4 (1776)

p. 25

MAPA 5 (1784)

p. 32

MAPA 6 (1787)

p. 38

3

RELATOS E ICONOGRAFIAS DOS VIAJANTES DO SÉCULO XIX

p. 43

4

DEPOIMENTOS DOS GARIMPEIROS

p. 56

5

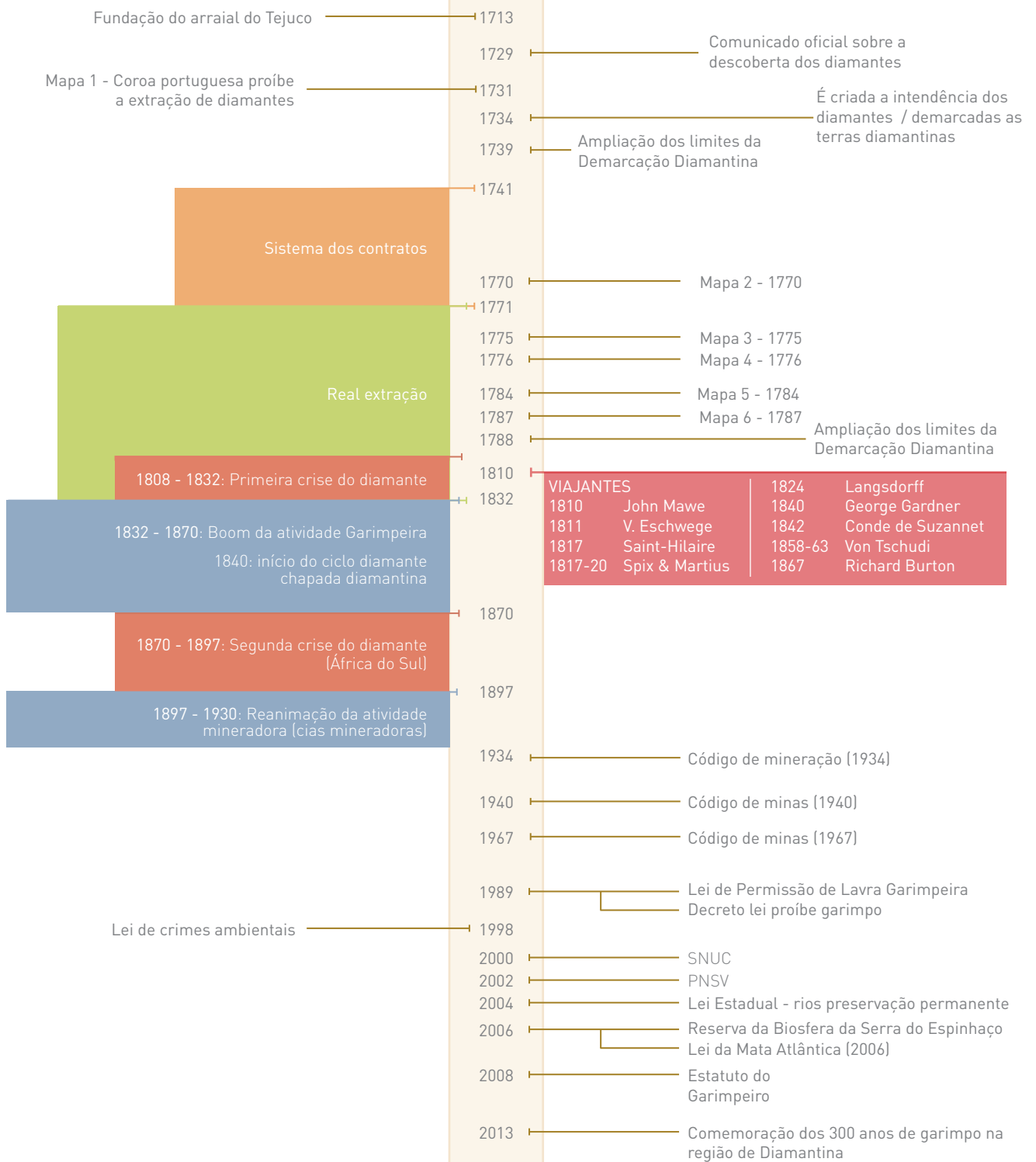
GLOSSÁRIO DO GARIMPO

p. 59

6

COLEÇÃO DE MAPAS ATUAIS DA ÁREA DA ANTIGA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA

p.67



A Villa do Principe Capital da Comarca do Serro do Frio, se fundou em 1714 no sitio das Lavras Velhas, descoberto por Lucas de Freitas.

Ao Arraial do Tijuco, deu nome Jerônimo Correa natural da Bahia em 1713.

O Arraial do Milho verde descobriu Manoel Rodrigues Milho Verde natural da Provincia do Minho em 1713.

O Arraial de São Gonçalo descobriu Domingos Barboza natural do Minho donde fundou huã Ermida aoste Santo em 1729.

Tomou nome o Arraial do Rio manco da manciada com q' pelto meyo delle corre otal Rio, e delle foi primeiro povoador Joze de Godoy Passo Paulista em 1719.

Descubrio Kacté meyo Antonio Razoza Paulista em 1714.

Foy o 1.º Situador do Arraial do Mynha hy, e quem lhe deu onome o Tapuyo Thome Ribeiro em 1716. De hua viuva chamada f. de Gouvea n.º de Portugal, houve nome e principio o Arraial de Gouvea em 1715.

A povoação do Rio Parahuna foi principiada em 1713 por Joao Borges Delgado.



MAPA 1  
Data posterior a 1729  
(provavelmente 1734)

Título  
[Mapa da] Demarcação da Terra que Produz Diamantes (post 1729) 26 x 33. Aquarela colorida; AHU (n.247/1153).  
Fotografia: Laura Castro Caldas e Paulo Cintra - Projeto Resgate. Autor desconhecido.

Fonte  
COSTA, Antônio Gilberto (Org). Cartografia da Conquista do Território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.  
p. 212 e 213.

### O que este mapa contém

O contorno da Demarcação Diamantina; 1 vila e 8 arraiais; 34 cursos d'água com destaque para os cursos d'água principais: rio Jequitinhonha, rio das Pedras, Ribeirão do Inferno, rio Pinheiro, rio Pardo e rio Paraúna. O norte está virado para baixo.

### Localidades identificadas

Vila do Príncipe, Tijuco, Milho Verde, São Gonçalo, Rio Manso, Kayté Mey [Quartel do Indaiá], Mynhahysu [Inhai], Gouveia, Paraúna.



Figura 1: Em verde, destaque para a área da Demarcação Diamantina; em vermelho, destaque para o título do mapa escrito de forma irregular ao redor da linha da fronteira.



Figura 2: Em azul, destaque para o rio Jequitinhonha e seus afluentes; em vermelho, destaque para os rios Pardo e Paraúna, afluentes do rio das Velhas, na bacia do São Francisco.





Figura 3: Destaque para o norte virado para baixo, desenhado à mão no canto superior direito do mapa.



**O que contém a legenda do mapa (texto transcrito conforme o original):**

- (1) "A Villa do Príncipe, capital da Comarca do Serro Frio se fundou em 1714 no sitio das Lavras Velhas, descuberto por Lucas de Freitas.
- (2) Ao Arrayal do Tijuco, deu nome Jeranimo Correa natural da Bahia em 713 [1713].
- (3) O Arrayal do Milho Verde descobrio Manoel Rodrigues Milho Verde, natural da Província do Minho, em 1713.
- (4) O Arrayal de São Gonçalo descobrio Domingos Barboza, natural do Minho donde fundou huã hermidã a este santo em 1729.
- (5) Tomou nome o Arrayal do Rio Manço da

mancidão com que pello meyo d'elle corre o tal rio, e d'elle foi primeiro povoador José de Godoy Passo Paulista em 1719.

- (6) Descobrio Kaeté Mey Antonio Rapozo Paulista em 1714.
- (7) Foi o primeiro situador do Arraial do Mynhahy e quem lhe deu o nome o Tapuyo Thomé Ribeiro em 1716.
- (8) De hua viúva chamada F. [Francisca ?] de Gouveia n.at [natural] de Portugal houve nome e princípio o Arraial de Gouvea em 1715.
- (9) A povoação do rio Parahuna foi principiada em 1713 por João Borges Delgado."

IDENTIFICAÇÃO DOS RIOS REPRESENTADOS NO MAPA, AGRUPADOS, PELA PESQUISADORA, EM SUB-BACIAS

<p><b>Rio das Pedras</b>  c. Três Barras  c. das Lageas  c. cavasaco  c. Simão  c. São Bartolomeu  c. de Ó  c. Capivari  c. Mel  c. Borbas</p>	<p><b>Ribeirão do Inferno</b>  c. Canudos  c. Curt os  c. S. Franco  c. Brumado</p>	<p><b>c. Jequitinhonha</b>  Jequita do Mato  Jequita do Campo  c. Mosquito  c. Brito  c. Bom Sucesso  c. cafundó  c. do Mato  c. remédio  c. Manso</p>
<p><b>c. Pinheiro</b>  c. Pistola  c. das Pedras  c. c. Murinho</p>	<p><b>Rio Pardo</b>  c. Brumadinho  c. da Chapada  c. São João</p>	<p><b>Paraúna</b>  Rib. Das Área  Andrequiçé</p>





Figura 5: Detalhe do título, estampado no canto superior esquerdo do mapa.

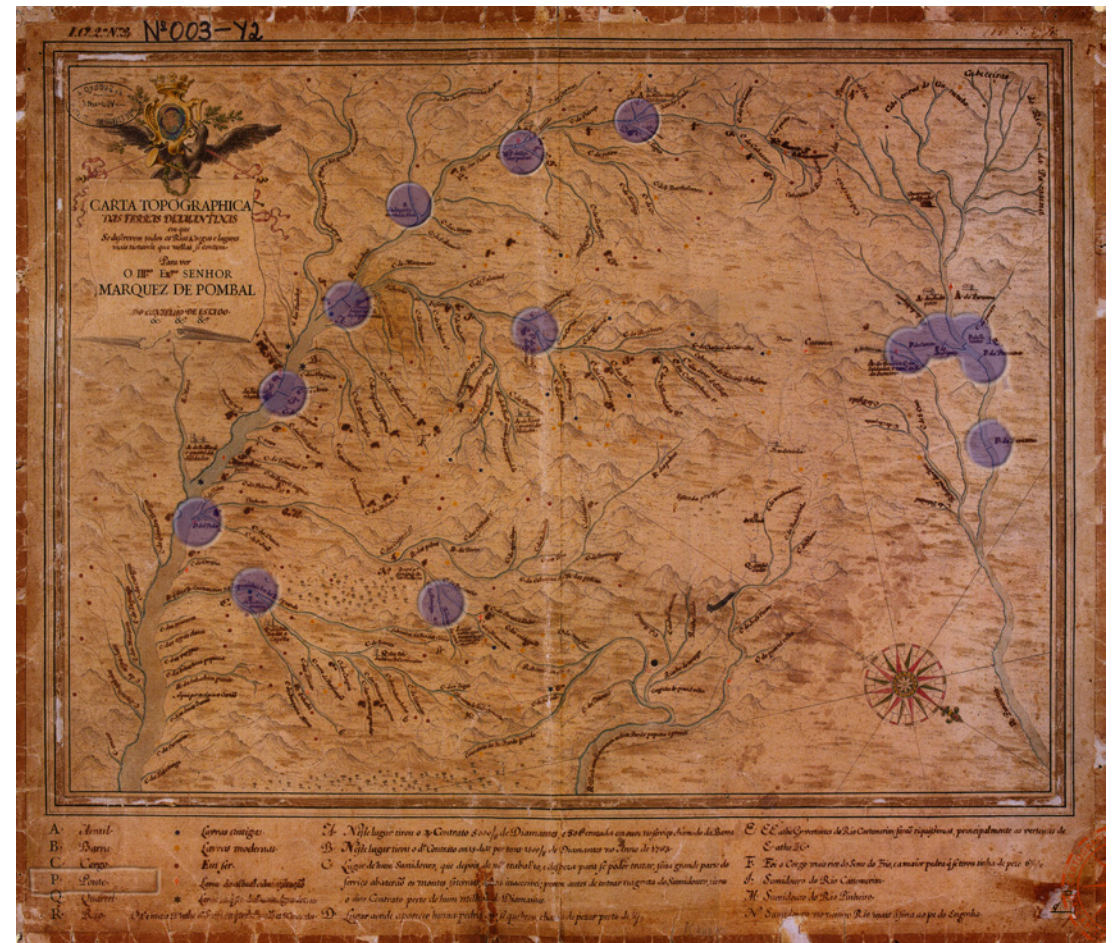


Figura 6: São 14 as pontes marcadas neste mapa: 4 no leito do rio Jequitinhonha, 1 no Jequitinhonha do Mato (atual córrego Amaral), 1 no rio Caeté-mirim, 1 no Ribeirão da Areia (bacia Pinheiro), 1 no rio Pinheiro, próximo à sua foz no rio Jequitinhonha, 1 no ribeirão do Inferno e 5 na bacia do Paraúna.

**O que este mapa contém**

12 localidades; 14 pontes; aproximadamente 100 cursos d'água; lavras antigas, lavras modernas, lavras em ser; legenda com nove itens, indicando os lugares notáveis; a estrada pro Tejuco (vindo do rio Paraúna e passando por Gouveia e Bandeirinha); destaca a Lavra do Mato, Itaipava, o lugar onde apareceram os primeiros diamantes (nas cabeceiras do rio Pinheiro, entre o córrego Morrinho e o Córrego da Areia, próximo a um povoado chamado Ribeirão da Areia), o lugar onde principia o sertão (na barra do rio Inhacica Grande). O mapa não mostra os limites da Demarcação Diamantina. O norte está virado para baixo.



**Figura 7:** Em azul, destaque para as localidades, em vermelho, a linha da estrada para o Tejuco, passando por Bandeirinha, Gouveia, chegando ao arraial Paraúna (Costa Sena).

**Localidades identificadas:**

- Arraiais-quarteis: **(3)** Rio Manso, **(6)** Tijuco, **(4)** Milho Verde, **(10)** Paraúna, **(9)** Gouveia.
- Arraiais: **(5)** São Gonçalo e **(11)** Andrequicé.
- Quarteis: **(1)** quartel de soldados do rio Caetemerim [atual Quartel do Indaiá], **(2)** quartel de soldados e capela entre o rio inhaí e caetemerim [atual Inhaí], **(7)** quartel de soldado próximo à confluência dos córregos Tromba D'anta e Bandeirinha [atual Quartéis / Mendes].
- 2 localidades: **(8)** Bandeirinha [localizada à margem da estrada para o Tijuco] e **(12)** Guapeara do Padre [entre as cabeceiras dos Pousos Altos, cabeceiras do Gurutuba e cabeceiras do Paraúna. Atual Presidente Kubitschek].





Figura 9: Em vermelho, destaque para os serviços de diamante.



Figura 10: Em amarelo, destaque para **(1)** Lavra do Mato e **(2)** Itaipava; em azul, destaque para a indicação "aquí principia o certão", logo a jusante da barra do rio Caeté-mirim; em lilás destaque para o "lugar onde apareceram os primeiros diamantes", na bacia do Pinheiro.

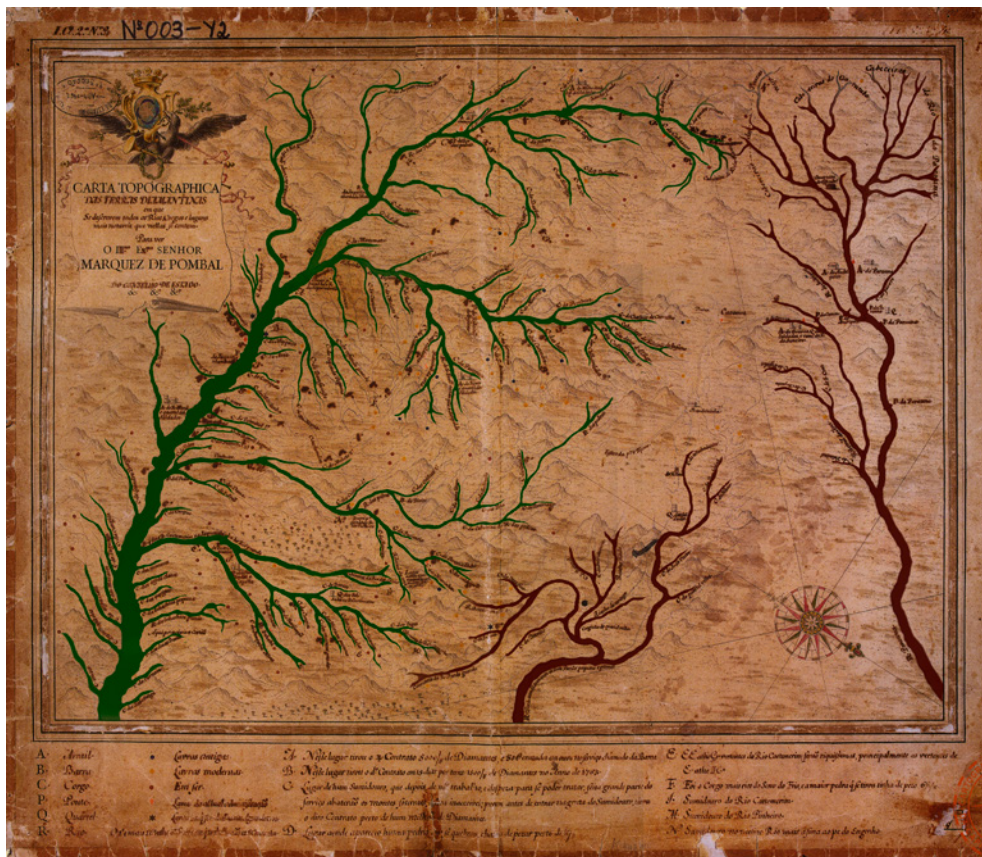


Figura 11: Em verde, destaque para os afluentes do rio Jequitinhonha, em vermelho, destaque para os rios Pardo e Paraúna, da bacia do São Francisco.

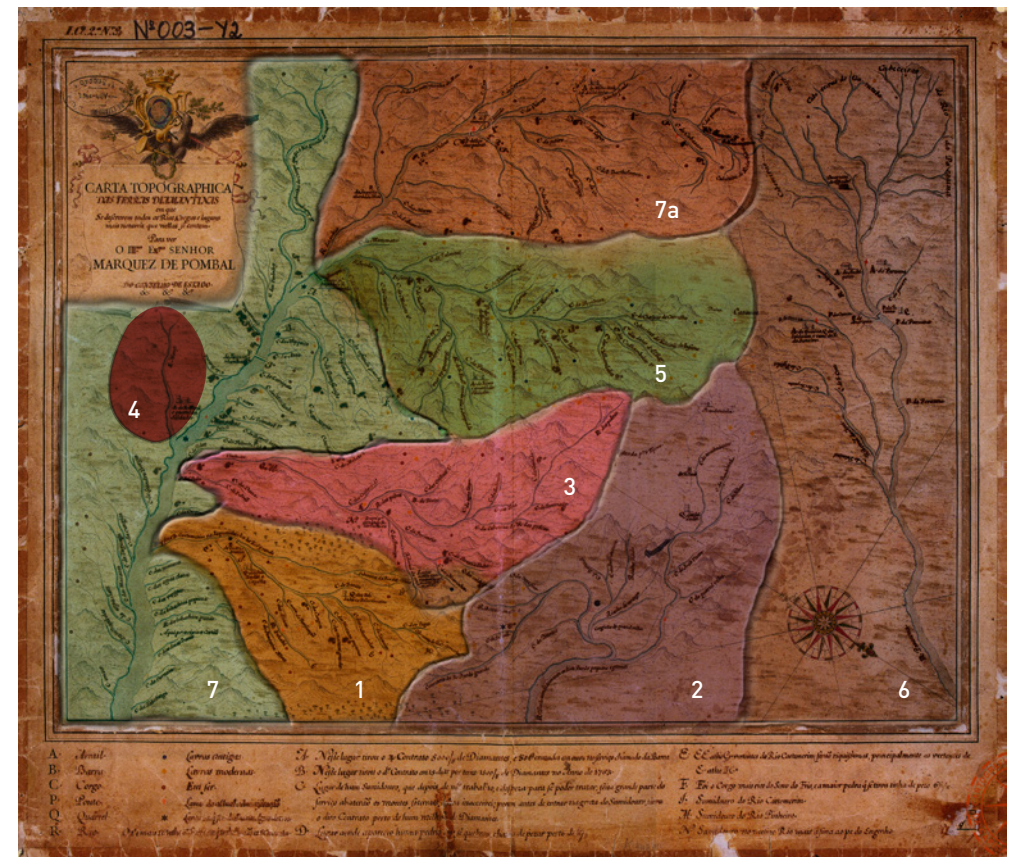
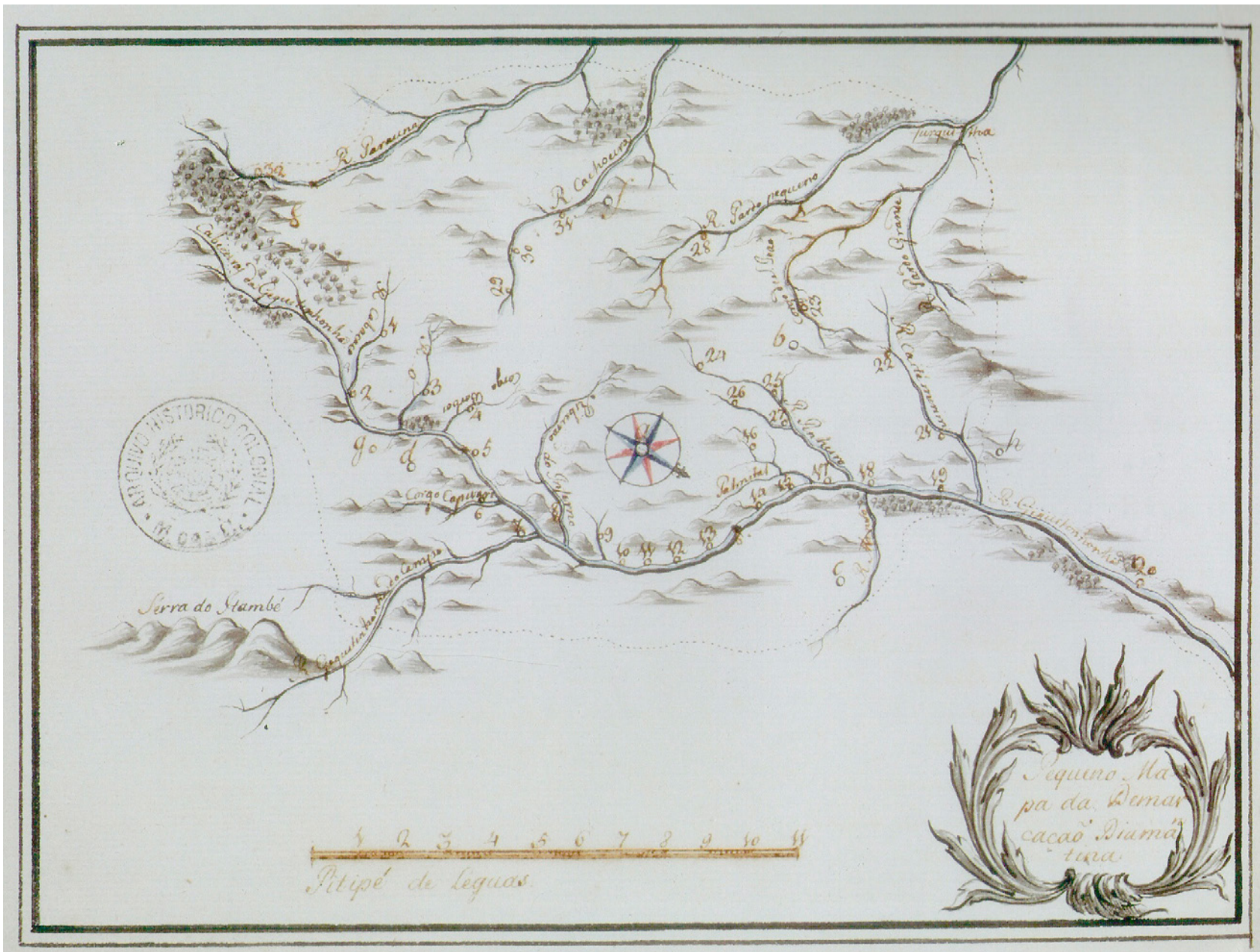


Figura 12: As áreas destacam as sub-bacias diamantíferas: (1) rio caeté-Mirim, (2) rio Pardo, (3) rio Pinheiro, (4) rio Manso, (5) ribeirão do Inferno, (6) rio Paraúna, (7) afluentes diretos do rio Jequitinhonha, (7a) rio das Pedras.



IDENTIFICAÇÃO DOS RIOS REPRESENTADOS NO MAPA, AGRUPADOS, PELA PESQUISADORA, EM SUB-BACIA:

<p><b>Paraúna</b>            C. do palmital            Ribeirão da Areia            C. de S. Cruz            C. Do Chiqueiro            C. do Peroba (?)            C. do Gouvea            Rio do Andréquicé            Cabeceiras do rio de paraúna            Cabeceiras do Gurutuba            Cabeceirões dos Pousos Altos</p>	<p><b>R. pardo aonde ... os rios pardo Pequeno e Grande</b>            C. do Buritil            Cabeceiras do Rio Pardo Grande            C. de S. João (?)            Ribeirão (ilegível)            C. do Ouro Fino            C. do batatal            C. do João Antônio            Riacho Fundo            Riacho do Cantaga            Corginho do Quartel Velho            C. da Trombadanta            C. da Bandeirinha            C. do Nuno            C. de João Vieira            C. do Quartel Velho</p>	<p><b>Rio das Pedras</b>            C. da Jequitinhonha do Mato            C. de S. Gonçalo            C. do Valença            C. do Cego            Riacho Fundo            C. das Três Barras            C. dos Quatro Vinténs            Cabeceiras do R. das Pedras            C. do Cabasaco            C. das Lages            C. do Retiro            C. de S Bartholomeu            C. do Oo            C. do Salvage (?)            C. do Borbas            C dos Cristaes (sic)            C. do Mel            C. das Mortes            C. de S. Antônio</p>
<p><b>Ribeirão do Inferno</b>            C. do Mhhatamata (atual)            C. do Palmital (atual)            C. de Domingos Luz (?)            C. do Correa            C. do Marica (?)            C. do Pombeiro            C. de Gaspar de Carvalho            Cabeceiras do Ribeirão do Inferno            C. das Datas d'El Rey            C. das Calhambolas 1º            C. das Calhambolas 2º            C. das Lages            C. dos Canudos            C da Formação            C. de S. Antônio            C. da Pom... (ilegível) ao lado Tejuco            R. de S. Francisco ... o arrayalito            Ribeirão da Area            C. dos Caldeirões            C do Carralinho / Camelinho (?) (atual)            C. do Ruberto            C. do Mulato            C do Caveira            C. do Paciência</p>	<p><b>Pequenos afluentes do rio Jequitinhonha</b>            Rio da jequitinhonha do campo            C. do Cafundó grande e cafundó pequeno            C. das Pindaíbas;            c. do Bomsucesso e C Santa Maria            Lavra do Mato;            C do Mosquito e C. da Areia  <b>PONTE DO JEQUITINHONHA</b>            C. do Batatal;            C do Carrapato e C. do Mendanha            C Novo; C do Palmital 1º; C do Barril            Lageado; Poções; c do Palmital 2º            Rio Manso; c da Cangica            C de Leandro Borges            C do Cangica            C do Fagundes            C dos Macacos            C da agoa clara</p> <p>(a jusante do rio Pinheiro)            C do Cangica            Caete mirim            C dos macacos            C das agoas claras            C das vargens            C da inhacica pequena            C da inhacica grande</p> <p>Aqui principia o certão            c dos calhambolas;            C emses            C duas Barras            C do carneiro            C da tabatinga</p>	<p><b>Caete mirim</b>            Joaquim Alves            Corgo das Almas            Corgo da Purificação            Corgo da Canjica            Corgo Macacos gr e pq            Corgo das Lages            Corgo do Buraco</p> <p><b>Pinheiro</b>            C. do Pobre            C. do Mulato            C dos Cristais 1º            R das Pedras            C dos Cristais 2º            R do Biribiri            C da agoa limpa            c da Sentinela            c. da Toca            c. da Guinda            R das Pedras            C do Brumado            C cabeceiras do rio das pedras            C da Paciência            C do brumadinho            C dos Caldeirões            C dos Morrinhos            Riberão da Areia            C da Formiga            C da Dona            C São João</p>



MAPA 3  
1775

**Título**  
Pequeno Mapa da Demarcação Diamantina

**Fonte**  
Este mapa está reproduzido no livro de Aires Mata Machado, sem referência ou comentário. Segundo o professor Friedrich E. Renger (IGC/UFMG) "o pequeno mapa da Demarcação Diamantina faz parte de um pequeno álbum de aquarelas (tamanho mais ou menos de meia folha A4) que foi enviado em 1775 (salvo engano) pelo então Intendente dos Diamantes Joao da Rocha Dantas e Mendonça (1773-1782) e que contem o dito mapa, além da planta do Tejuco e dois desenhos das lavras dos diamantes ("Modo de minerar para extrair diamantes" e "Modo de lavar os diamantes"); todas as figuras com uma nota explicativa. Provavelmente foi enviado junto com o censo dos moradores do Tejuco de 1774. Pelas datas pode se supor que o destinatário foi o Marquês de Pombal. O álbum e a relação do censo encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) em Lisboa, o álbum na seção de Iconografia (não tem anotação a mão). A planta do Tejuco foi reproduzida no livro da Cartografia Histórica de Minas Gerais (COSTA, et al, 2004)".

*Declaração do Mapa em frente.*

Os lugares numerados, que no Mapa se apresentam, são os serviços Diamantinos, e todos, os que estiverem assinalados com este sinal \*, são os, em que ao presente se trabalha. Os lugares, que não são também apontados com letras são os Arraiais, que ficam dentro da Demarcação, esta é demonstrada pelos pontinhos, que circulem o Mapa seguindo sempre a Ceguilinhonha té quasi cem leguas: á corgos immensas (q não são nomeados por pequenas.

N.º 1.º Cabasaco *	N.º 15.º Mendanha.	N.º 29.º Datas d'Uru *
N.º 2.º Masangano.	N.º 16.º S.ª Catarina *	N.º 30.º Cachoeira.
N.º 3.º O. *	N.º 17.º Mangabás.	N.º 31.º Tombal *
N.º 4.º Berbas.	N.º 18.º S. Pedro *	N.º 32.º Paranaíba *
N.º 5.º Ponte de São Gonçalo.	N.º 19.º Cangica.	
N.º 6.º Capivari.	N.º 20.º Caconda.	<i>Arraiais.</i>
N.º 7.º Ceguilinhonha do Campo	N.º 21.º Galvão *	a. Tejuco.
N.º 8.º Ribeirão do Inferno	N.º 22.º Almas *	b. Chapada.
N.º 9.º S.ª Maria.	N.º 23.º S. João *	c. Rio Manso.
N.º 10.º Socoens.	N.º 24.º Caldeirinhas *	d. S. Gonçalo.
N.º 11.º Mosquito *	N.º 25.º Morrinhas.	e. Andréquice.
N.º 12.º Serra do Mato *	N.º 26.º Anguê duro.	f. Gouveia.
N.º 13.º Ponte do Rio manso.	N.º 27.º Sinheiro.	g. Milho verde.
N.º 14.º Carrapato.	N.º 28.º Rio Pardo pequeno.	h. Inhaj.

**O que este mapa contém**

8 localidades, 32 cursos d'água, 13 lavras ativas, 2 pontes, indica ainda a serra do Itambé e a Forquilha, onde se encontram os rios Pardo Grande e Pequeno. O rio Jequitinhonha do Campo é representado com destaque [hoje conhecido como Jequitinhonha Preto ou Soberbo]. Também estão representados a Serra do Itambé e o sítio chamado Forquilha, no encontro dos rios Pardo Grande e Pequeno. O norte está virado para baixo.



Figura 13: Detalhe do título.

As figuras do "Pequeno Álbum" que acompanharam o "Pequeno Mapa" em 1775



Figura 14: Modo de minerar para se tirarem diamantes.



Figura 15: Modo de lavar os diamantes.

As figuras do “Pequeno Álbum” que acompanharam o “Pequeno Mapa” em 1775.

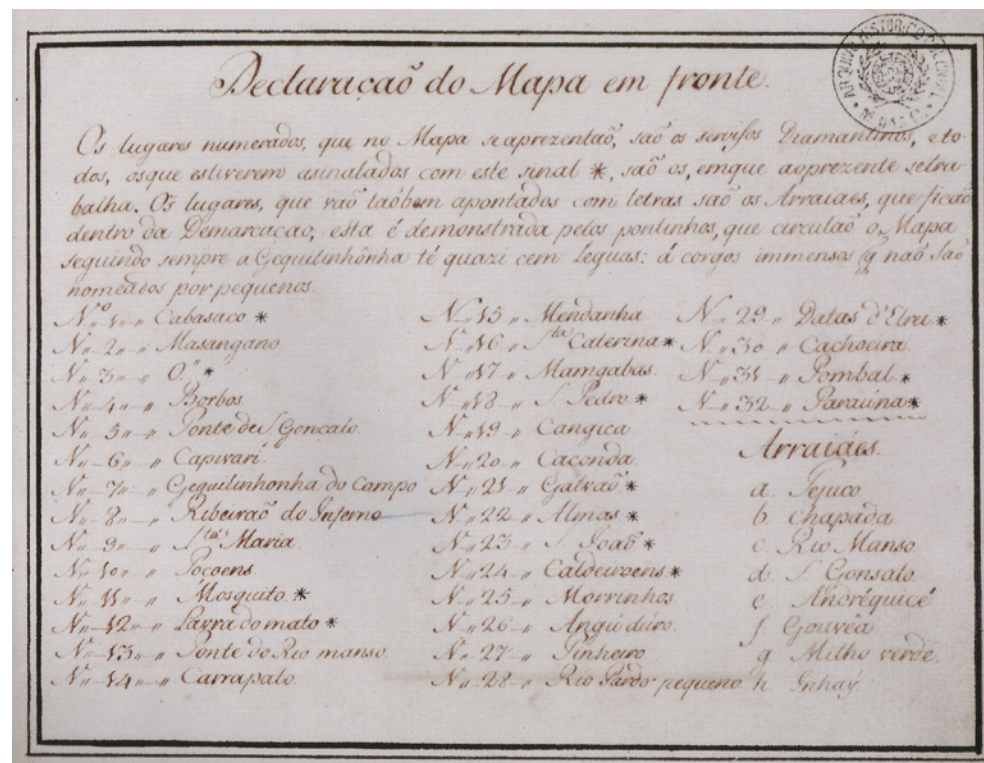


Figura 16: Pequena planta do arraial de Tejuco com sua legenda.

**Localidades identificadas**

Os arraiais são identificados no mapa pelas letras entre parênteses: Tejuco **(a)**, Chapada **(b)**, Rio Manso **(c)**, S. Gonçalo **(d)**, Andréquicé **(e)**, Gouveia **(f)**, Milho Verde **(g)**, Inhay **(h)**. Não há menção aos quartéis.

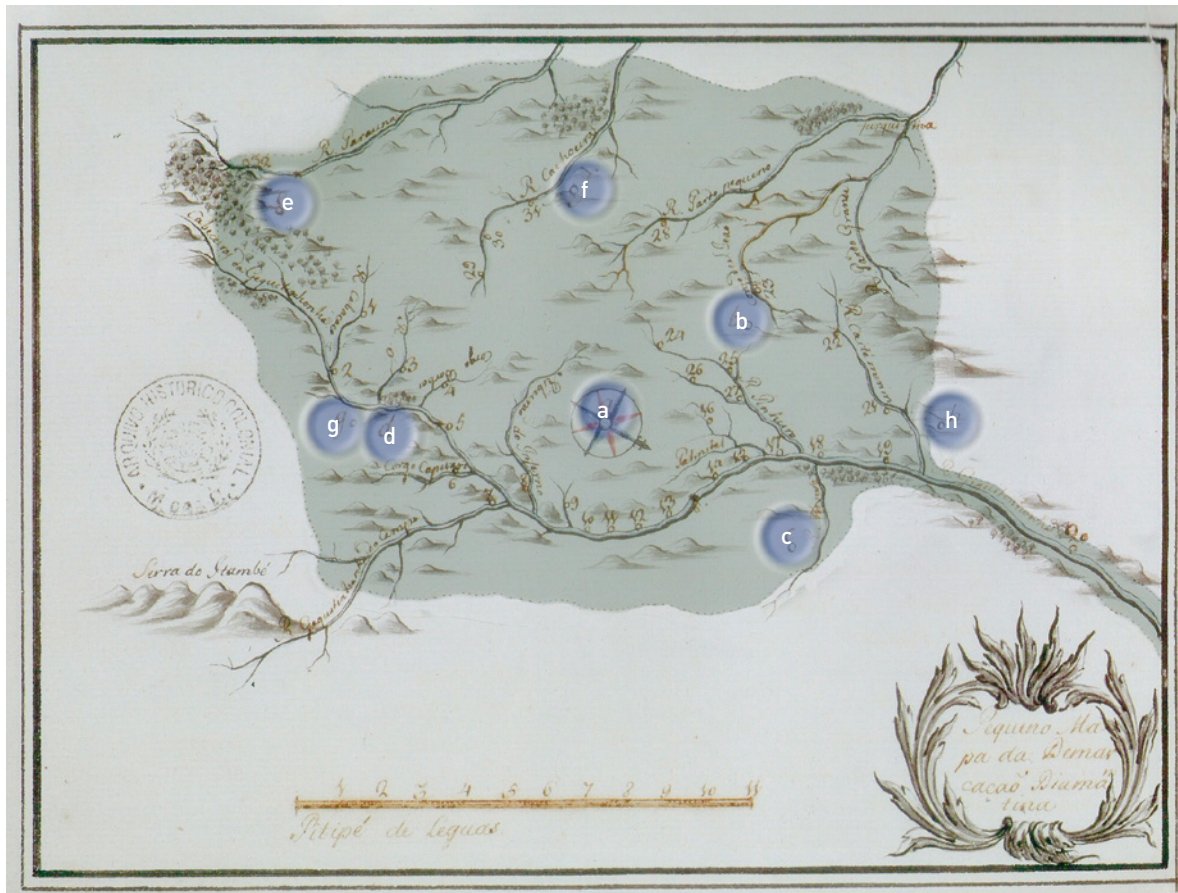
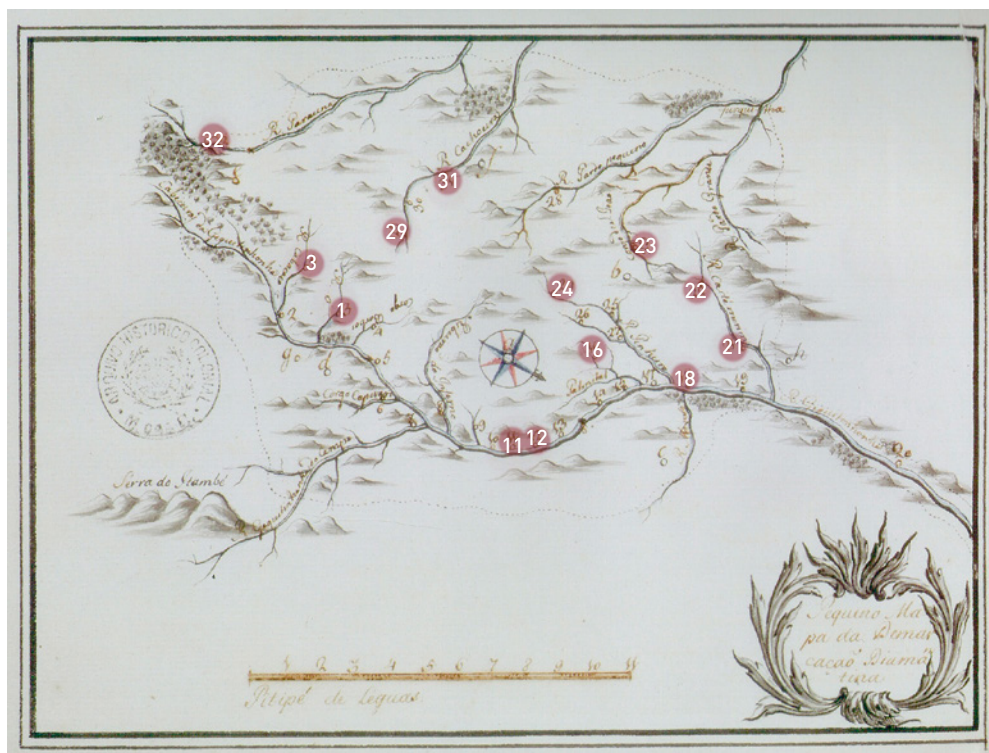


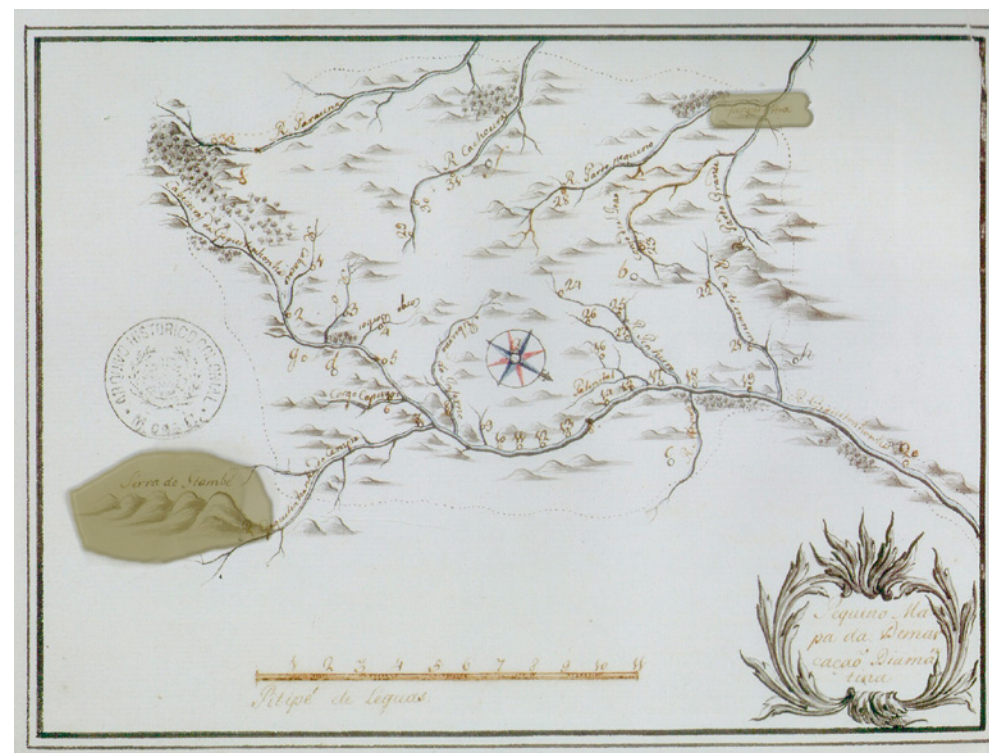
Figura 17: Demarcação Diamantina destacada em verde, arraiais em azul.

**O que contém a legenda do mapa (texto transcrito conforme o original)**

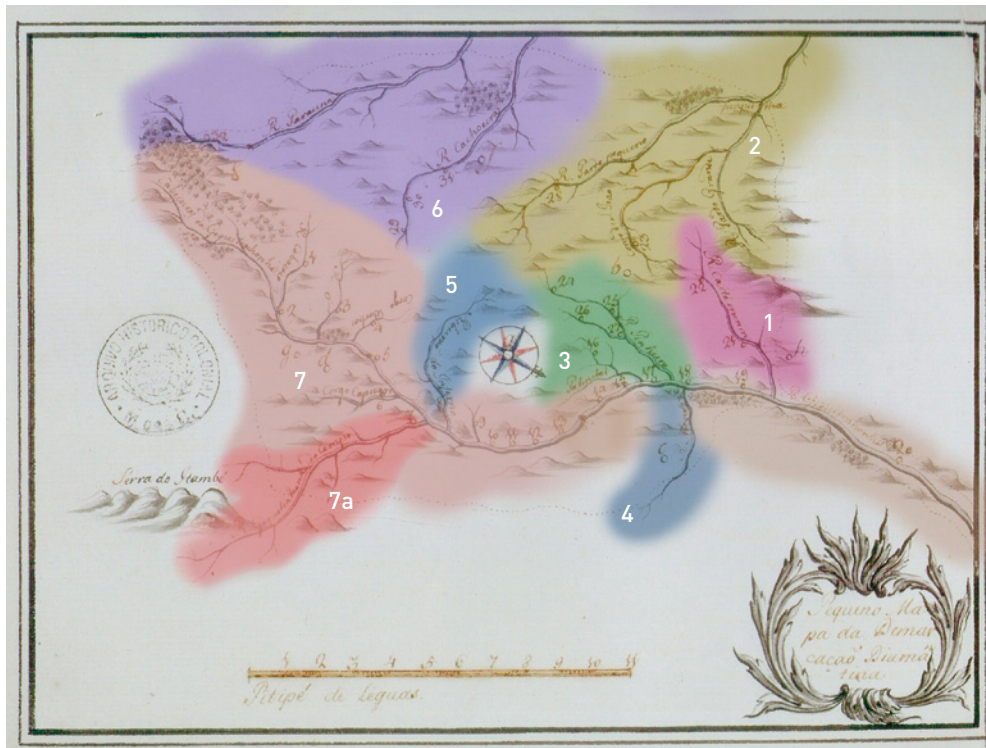
“Os lugares numerados que no mapa se apresentam são os serviços diamantinos e todos os que estiverem asinalados com este sinal \*, são os, em que ao presente (sic) se trabalha. Os lugares, que vão tãobem apontados com letras são os arrayais, que ficão dentro da demarcação, esta é demonstrada pelos pontinhos, que circulão o mapa seguindo sempre a Gequitinhonha té quazi (sic) com léguas: á corgos immensos que não são nomeados por pequeno”



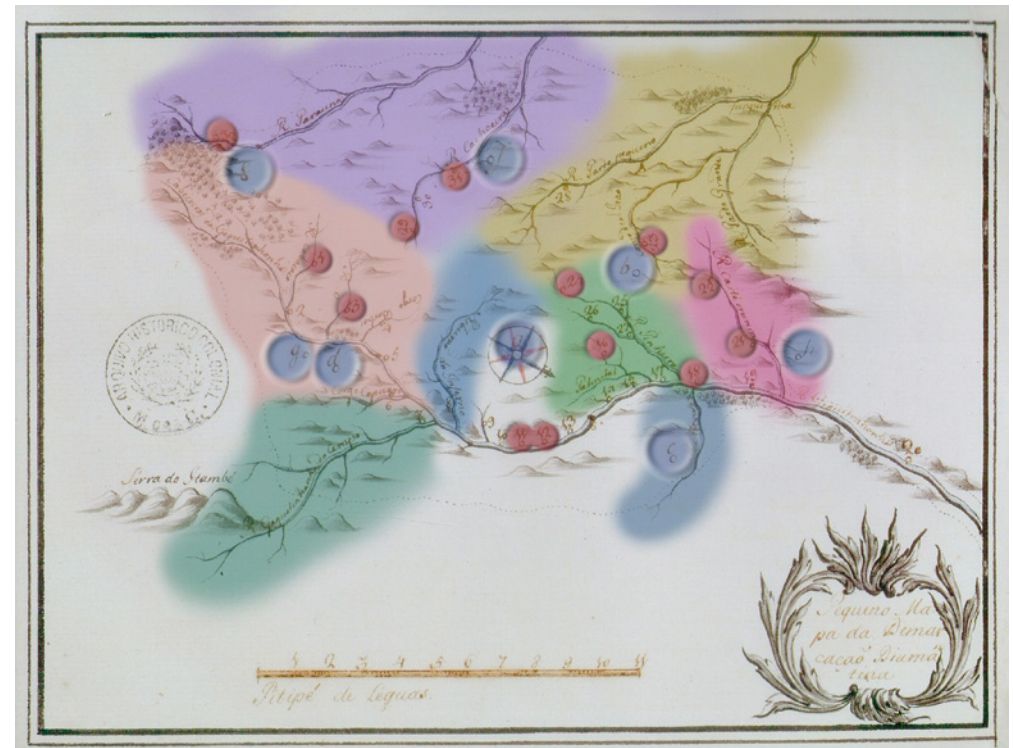
**Figura 18:** Identificação das lavras de diamante: Cabasco (N1)\*, O" (N3)\*, Mosquito (N11)\*, Lavra do Mato (N12)\*, Sta Catarina (N16)\*, S. Pedro (N18)\*, Gatrão (N21)\*, Almas (N22)\*, Caldeiroens (N24)\*, Corgo S. João (23)\*, Datas D'el Rey (N29)\*, Pombal (N31)\*, Paraúna (32)\*.



**Figura 19:** Destaque para os marcos geográficos: Serra do Itambé no canto inferior esquerdo e Forquilha no canto superior direito.



**Figura 20:** Identificação das sub-bacias hidrográficas: **[1]** Caeté-mirim, **[2]** rio Pardo, **[3]** rio Pinheiro, **[4]** rio Manso, **[5]** ribeirão do Inferno, **[6]** rio Paraúna, **[7]** afluentes diretos do Jequitinhonha, **[7a]** Jequitinhonha do Campo.



**Figura 21:** Sobreposição das sub-bacias, arraiais, quartéis e lavras de diamante.



IDENTIFICAÇÃO DOS RIOS REPRESENTADOS NO MAPA, AGRUPADOS, PELA PESQUISADORA, EM SUB-BACIA (A NUMERAÇÃO É DO PRÓPRIO MAPA)

Gequitinhonha Cabasco (N1)* Masangano (N2) O" (N3)* Borbos (N4) Ponte du Gonçalo (N5) Capivari (N6) Gequitinhonha do campo (N7) Sta Maria (N9) Poçoens (N10) Mosquito (N11)* Lavra do Mato (N12)* Carrapato (N14) Mendanha (N15) Sta Caterina (N16)* Rio Palmital (não está numerado) Mangabas (N17) S. Pedro (N18)* Canjica (N19) Caconda (N20) Rio Gequitinhonha (não está numerado)	Rio Caeté Mirim (não está numerado) Gatrão (N21)* Almas (N22)*  Pinheiro (N27) Caldeiroens (N24)* Morrinhos (N25) Angu Duro (N26)  Pardo Corgo S. João (23)* Rio Pardo Pequeno (N28)  Paraúna (32)* Datas D'el Rey (N29)* Cachoeira (N30) Pombal (N31)*  Ribeirão do Inferno (N8)  Ponte do Rio Manso (N13)
--	---



MAPA 4  
1776

**Título**  
Mapa da Demarcação Diamantina – 1776.  
49,1 x 65,1 cm.  
Aquarela colorida. AHEx (n.05.05.1109; CEH 3190).  
Fotografia: Vicente Mello. CRCH.

**Fonte**  
COSTA, Antônio Gilberto (Org). Cartografia da Conquista do Território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 210 e 211.

**O que este mapa contém**

O contorno da Demarcação Diamantina, 12 localidades, aproximadamente 122 cursos d'água, a área de fiscalização de 9 quartéis, cinco estradas saindo do Tejuco, além de identificar quatro serras e dois serviços de diamante.

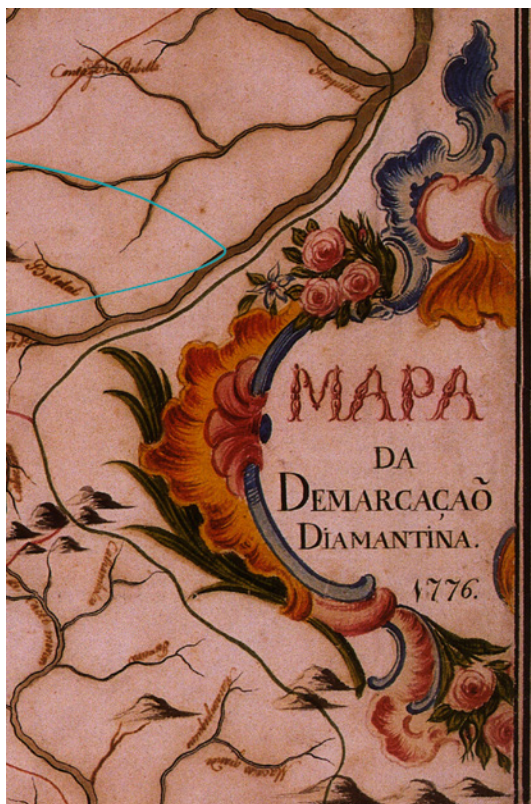


Figura 22: Detalhe do título.



Figura 23: Detalhe da legenda: "Explicação do que contém este mapa".



Figura 24: Detalhe da legenda de arraiais e quartéis.



Figura 25: Detalhe da legenda de estradas.

**O que contém a legenda do mapa (texto transcrito conforme o original):**

“Explicação do que contém este mapa

As letras redondas mostram os arraiais que há na demarcação. As letras de mão mostram os quartéis, estes estão divididos com linhas encarnadas em cada hum assiste dois soldados e dois pedestres, para patrulharem os corgos que lhe pertencem, exceto no Milho Verde que tem quatro pedestres o de maior trabalho. As letras de conta nas linhas pardas em circunferência do Arraial do Tejuco (que he centro da demarcação) mostram as estradas e para onde se dirigem. A demarcação está circulada com a linha verde e continua esta pelo Gequitinhonha e vertentes da quaze 100 léguas.

Arraiaes: Tejuco **(A)**, Rio Manso **(B)**, Inhay **(C)**, Chapada **(D)**, Gouveia **(E)**, Andrequicé **(F)**, Milho Verde **(G)**, S. Gonçalo **(H)**

Quartéis: do tejuco **(A)**, do Rio Manso **(B)**, do Inhay **(C)**, do Andaiál **(D)**, da Chapada **(E)**, do Rio

Pardo **(F)**, da Gouveia **(G)**, da Praúna **(H)**, do Milho Verde **(I)** [Contagem do Rebello está no mapa apesar de não constar na legenda **(J)**].



Figura 26: Área da Demarcação Diamantina com arraiais em azul e quartéis em vermelho.



Figura 27: Polígonos demonstram a área de abrangência dos quartéis.



O mapa indica a serra do Itambé, a serra do Galheiros [próximo ao Ribeirão da Areia, afluente do Paraúna], o Morro do Ribibin [?], próximo a Gouveia, a serra dos Pouzos Altos, nas cabeceiras do Paraúna, a lavra do Mato e a lavra do Inferno (na barra do ribeirão de mesmo nome). O norte aponta para o sudeste.



Figura 30: Destaque em verde para as serras: do Itambé [1], dos Pouzos Altos [2], Serra do Galheiro [3] e o Morro do Ribibin [?][4].



Figura 31: Destaque em azul para a lavra do Inferno à esquerda e a lavra do Mato mais ao centro.



Figura 32: Destaque para as sub-bacias: [1] Caeté Merim, [2] rio Pardo, [3] rio Manso, [4] rio Pinheiro, [5] ribeirão do Inferno, [6] rio Paraúna, [7] afluentes diretos do rio Jequitinhonha, [7a] rio das Pedras.

IDENTIFICAÇÃO DOS RIOS REPRESENTADOS NO MAPA, AGRUPADOS, PELA PESQUISADORA, EM SUB-BACIA (OS NOMES ACOMPANHADO DE UM \* INDICAM DÚVIDA NA TRANSCRIÇÃO):

<p><b>Rio Paraúna</b>            Andrequicé            Caximbos            Quebra mão            *Gororos            Cabeceiras do Prauna            Pousos Altos            Ribeirão da Areia            *Do Morrinho            Datas cachoeiras            Xiqueiro</p>	<p><b>Rio Pardo</b>            Forquilha            Rio Pardo pequeno            Cabeceira do rio Pardo            Bandeirinha            Brauna            *Batalhão            *das Varras            Batatal            Rio Pardo Grande            *Confisões            *da porta            São joao</p>	<p><b>Gequitinhonha</b>            *... (Ilegível)            Cangicas            Cangica            Rio manso            Barras            Palmital            Guinda            *Riacho d'Arêa            Mendanha            Campos            *... (Ilegível)            Samambaia [Lavra do Mato]            *Nogueira            Remédios            *B... Santa Maria            Cafundó grande            Cafundó pequeno            Pidaibas</p>
<p><b>Caeté Merim</b>            *... (ilegível)            Inhay            Monte Líbano            Almas            Macacos Grande            Macacos pequeno            *... (ilegível)            Calhambolas            Cabeceiras Caeté Mirim            Buracão            Cocais pequeno            Dona            Cocaes grande</p>	<p><b>Pinheiro</b>            Nove            Formiga            Pinheirinho            Ribeirão da Areia            *Morrinhos            *... (ilegível)            *ca... (ilegível)            Paciência            Macedo            Biribiri            Rio das Pedras            Brumado            Brumadinho            João Antônio            Sentinela            Cristais            Multato</p>	<p><b>Cabeceiras do Ribeirão do Inferno</b>            Mulatinho            *... (ilegível)            Curralinho            *Firmino            *Iaaiba            *... (ilegível)            Bicas            Santo Antônio            Rapadura            *... (ilegível)            Canudos            *Quebra            Lages            *Arcângelo Pini            *Pandeiro            *Dom os Luis            Palmital            Pernambucano            [Lavra do Inferno*]</p>
<p><b>Rio das Pedras</b>            *Morro            Gequitinhonha do Campo            Gequitinhonha do Mato            S. Antônio            Mel            Rio Capivari            S. Gonçalo            *Serpão            Tacá            Borbas            Cristais            *Cjucinto            *Mel das</p>	<p><b>Abóboras</b>            oO            Bartholomeu grande            Bartholomeu pequeno            Bombasa            Cafundo            Lages            Lages            Acaba saco            *Aure... (ilegível)            Riacho Fino            Três Barras            Samambaia            Quatro Viténs            Cabeceiras do Rio das Pedras</p>	





MAPA 4  
1784

**Título**  
[Mapa] da Demarcação Diamantina acrescentado [a] THE ORIO PARDO  
Feito por Antônio Pinto de Miranda em 1784.  
72,0 x 97,5 cm (falta parte do nome a direita);  
Aquarela colorida; AHEx (n.06.01.1134; CEH 3191).  
Fotografia: Vicente Mello. CRCH.

**Fonte**  
COSTA, Antônio Gilberto (Org). Cartografia da Conquista do Território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 212 e 213.  
Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 210 e 211.

**O que este mapa contém**

O contorno da Demarcação Diamantina, 14 localidades, aproximadamente 112 cursos d'água, os polígonos de fiscalização de cada quartel, os caminhos. Este mapa representa as bacias do rio Doce, Araçuaí e Inhacica, externas à Demarcação Diamantina, assim como os arraiais de Rio Preto, Arasuay e Itacambiraçu e o quartel de Pé do Morro, localizado nas águas vertentes para o rio Preto. Não foi possível identificar a orientação do mapa.

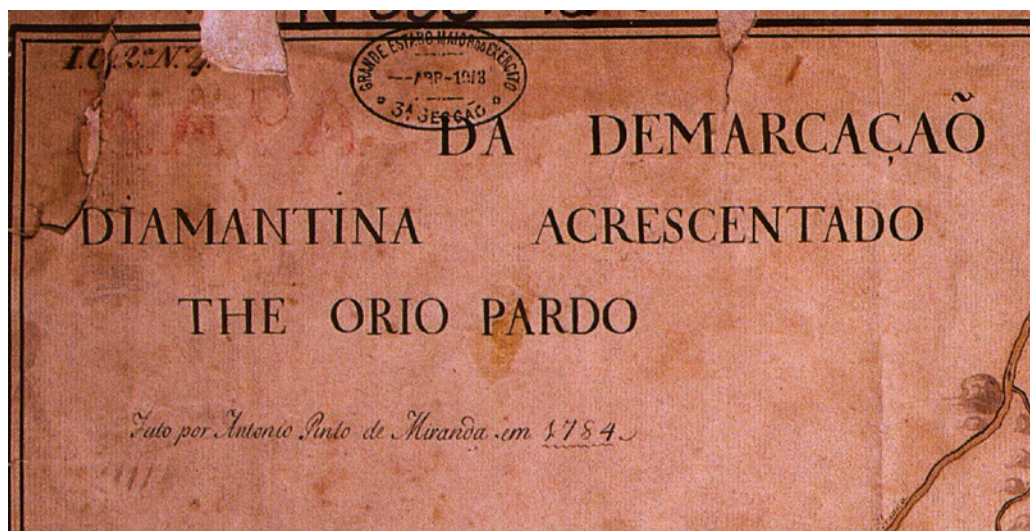


Figura 33: Detalhe do título.

**As 14 localidades identificadas:**

Vila (uma): **(1v)** Vila do Príncipe

Arraiais (nove): **(2a)** Paraúna, **(3a)** Andrequicé, **(4a)** Gouveia, **(5a)** Chapada, **(6a)** Inhai, **(7a)** Rio Manso, **(8a)** Tejuco, **(9a)** Milho Verde, **(10a)** São Gonçalo.

Quartéis e postos de controle (onze): **(2q)** Paraúna, **(4q)** Gouveia, **(5q)** Chapada, **(6q)** Inhai, **(7q)** Rio Manso, **(8q)** Tejuco, **(9q)** Milho Verde, **(11q)** Bandeirinha, **(12q)** quartel (do Rio Pardo), **(13q)** Contagem do Rebello, **(14q)** Andayal.

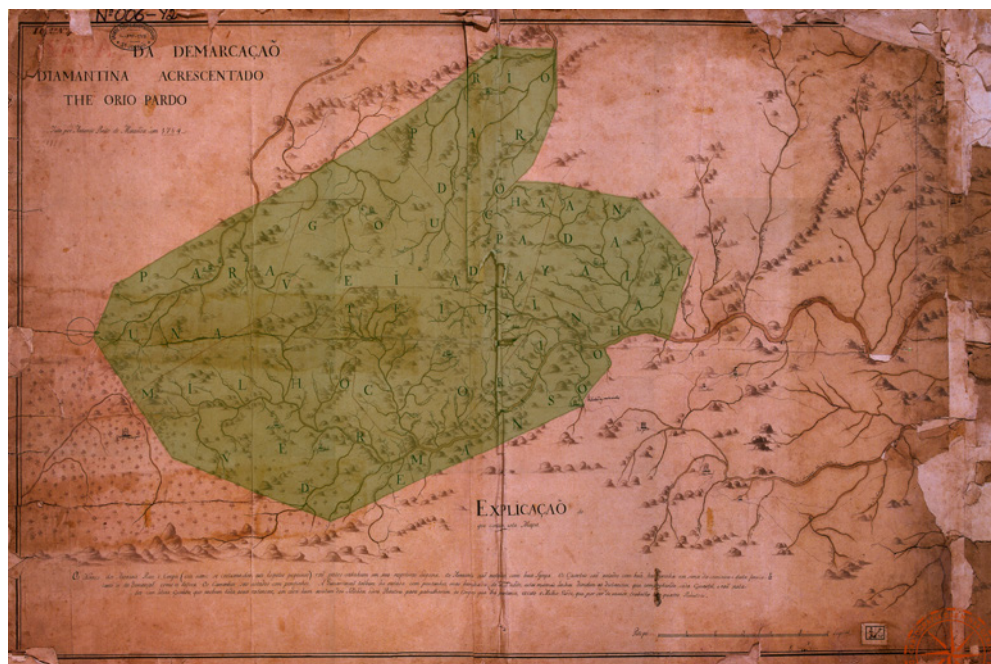


Figura 34: Em verde destaca para a área da Demarcação Diamantina.



Figura 35: Os círculos azuis destacam os arraiais, os círculos rosa, os quartéis.

O que contém a legenda do mapa (texto transcrito conforme o original):

“Explicação do que contém este mapa  
 O nome dos arraiais, rios e corgos (este nome se costuma dar aos legatos pequenos) vão postos cada hum em seus respectivos lugares. Os arraiais são notados com hua igreja. Os quartéis são notados com hua bandeirinha em cima da cumieira = desta forma (desenho). Tanto os da demarcação como os de fora. Os caminhos são notados com pontinhos. A

demarcação também he notada com pontinhos, mas banhados de “xxx nado” (?) estas mesmas linhas dividem as distâncias que compreende cada quartel e vão notados com letras grandes que enchem toda sua extensão, em cada hum assistem dois soldados e dois pedestres para patrulharem os corgos que lhe pertence, exceto Milho Verde, que por ser de maior trabalho tem quatro pedestres.”



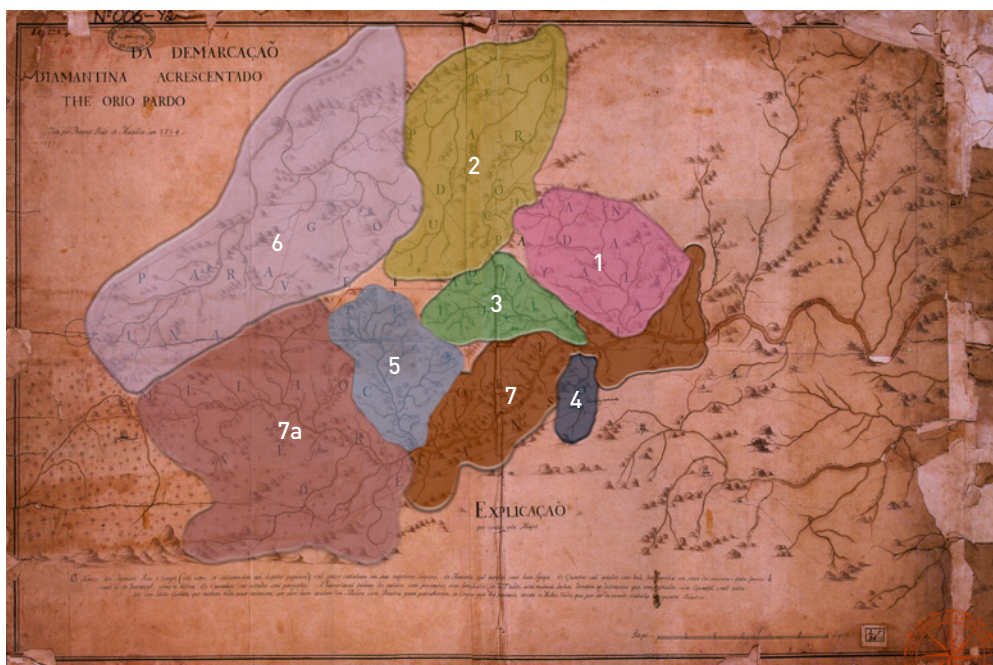
Figura 36: Detalhe da legenda do mapa.



Figura 37: As linhas vermelhas destacam os caminhos dentro e fora da área demarcada. Note que as estradas conectam todos os arraiais e quartéis ao Tejuco e à Vila do Príncipe, no canto inferior esquerdo.



Figura 38: As cores destacam as áreas de fiscalização de cada quartel: (1) Inhaí, (2) Andaial, (3) Chapada, (4) Pardo, (5) Gouveia, (6) Paraúna, (7) Milho Verde, (8) Tejuco, (9) Rio Manso.



**Figura 39:** As cores destacam as áreas correspondentes a cada sub-bacia: **(1)** Caeté-mirim, **(2)** rio Pardo, **(3)** rio Pinheiro, **(4)** rio Manso, **(5)** ribeirão do Inferno, **(6)** rio Paraúna, **(7a)** rio das Pedras, **(7)** afluentes diretos do rio Jequitinhonha.



**Figura 40:** Em amarelo **(1)**, destaque para a bacia do rio Doce (com a Vila do Príncipe); em azul **(2)**, a bacia do rio Araçuai, com dois arraiais: Rio Preto **(2a)** e Arasuay **(2b)**; e dois postos de controle um deles é "Pé do Morro" **(2c)**; em marrom: o rio Inhacica pequeno, rio Inhacica grande (com dois postos de controle), rio Tabatinga (com dois postos de controle).

IDENTIFICAÇÃO DOS RIOS REPRESENTADOS NO MAPA, AGRUPADOS, PELA PESQUISADORA, PELOS QUARTEIS:

<p><b>Quartel Paraúna</b> (1 quartel e arrayal Paraúna) Rio Andrequicé *Geraes (?) Quebra-mão Cabeceira Rio Paraúna *... (ilegível)</p>	<p><b>Quartel Gouveia</b> (2 quartéis e arrayal de Gouveia) Morro Redondo Chiqueiro e lavra de ... *Do inuinho Caximbos *Basílio... grande Datas Capivari Bacalhau Braúna Bandeirinha Cabeceira do Rio Pequeno</p>	<p><b>Quartel Rio Pardo</b> (1 quartel e arrayal Contagem do Rabello) Forquilha Passos Batatal Rio Pardo Grande Rio Pardo Pequeno</p>
<p><b>Quartel Chapada</b> (1 quartel e arrayal Chapada) Cabeceira rio Pardo Grande Ouro Fino *Do Borba S. João Cabeceiras Caeté Mirim Cabeceira Rio Pinheiro *... (ilegível) Paciência Pinheirinho Macaco Formiga *Nove</p>	<p><b>Quartel Andaial</b> (1 quartel e arrayal Andaial) *... (ilegível) *Tupis Macacos pequeno Macacos grande Caeté Mirim *Penerado Almas Monte Líbano *Cocais (?) Grande *Cocais pequeno *Dona</p>	<p><b>Quartel Inhai</b> (1 quartel e arrayal Inhai) *Cachamorra (?) Pinheiro Canjica Inhai</p>
<p><b>Quartel Rio Manso</b> (1 quartel; arrayal Rio Manso; igreja Senhor dos matozinhos) *Barrio *Riacho ... Mendanha Carrapato Ferreiro *Van Mosquito *... (ilegível) *Pondaios *lavra ... (ilegível) Jequitinhonha Rio Manso Canjica Guinda</p>	<p><b>Quartel Tejuco</b> (1 quartel; arrayal Tejuco) *Pombeiro cabeceiras do Ribeirão do Inferno *Arcangado Pequeno Lages *..... (ilegível) Canudos *Roça Grande *Rapadura *S. Antônio Rio das Pedras Brumado Brumadinho *... (ilegível) Sentinela Cristais Biribiri *Alulas *... tall (ilegível) *Bicas *... (ilegível) *... (ilegível) *... (ilegível) Domingos Luis Palmital Curralinho Pernambuco *radina *Mulequinho Cafundó pequeno Cafundó grande Bom Sucesso *... (ilegível)</p>	<p><b>Quartel Milho Verde</b> (arrayais Milho Verde e São Gonçalo) * Itacambira *quatro... ou Guaroitam Cabeceiras do Rio das Pedras *Aurinhos *Acahadaço Lages Cafundó Bombaço *São Basílio ... pequeno O * Mare... diu (ilegível) *Teju...in (ilegível) Cristais Borbas *... (ilegível) Mel *... (ilegível) Horta (is) ao lado da serra de Murais *... (ilegível) *Piolho quinto Aboboras Feijão São Gonçalo Rico Capivara *... (ilegível) Gequitinhonha do Mato Gequitinhonha do Campo *léguas</p>



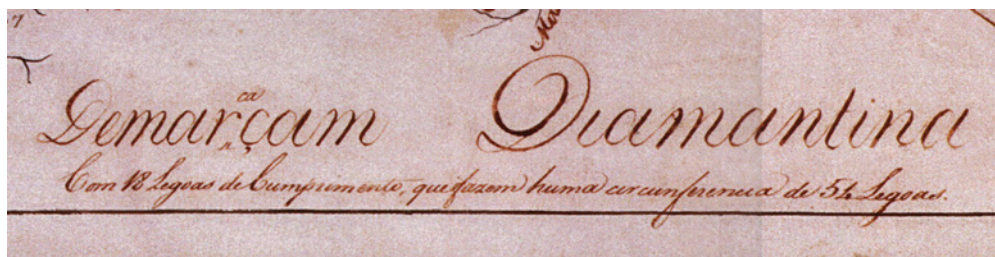


Figura 41: Detalhe do Titulo do mapa.

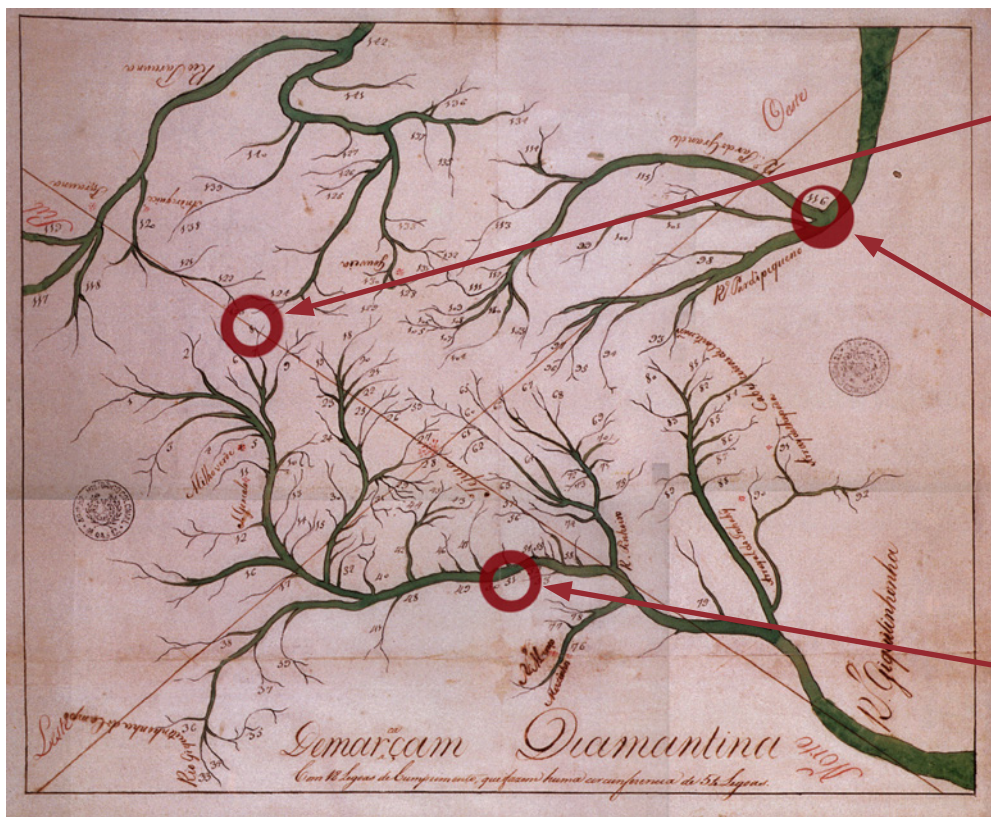


Figura 42: Destaque em vermelho para: Gopiaras do Frade (8), Lavra do Matto (51) e Forquilha (116).

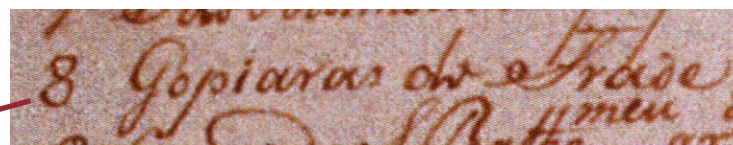


Figura 45: Detalhe da legenda 8 "Gopiaras do Frade", nas proximidades da atual cidade de Presidente Kubitschek".

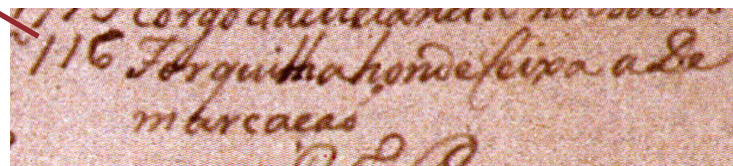


Figura 44: Detalhe legenda 116 "Forquilha honde fixa a Demarcação".

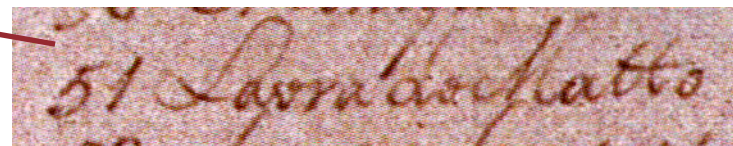


Figura 43: Detalhe legenda 51 "Lavra do Matto".



**Localidades identificadas:**

Gouveia, Paraúna, Andrequicé, São Gonçalo, Milho Verde, Tejuco, Rio Manso, Inhaí, Chapada, Gopiara do Frade [identificada no mapa com o número 7, atual Presidente Kubitschek].

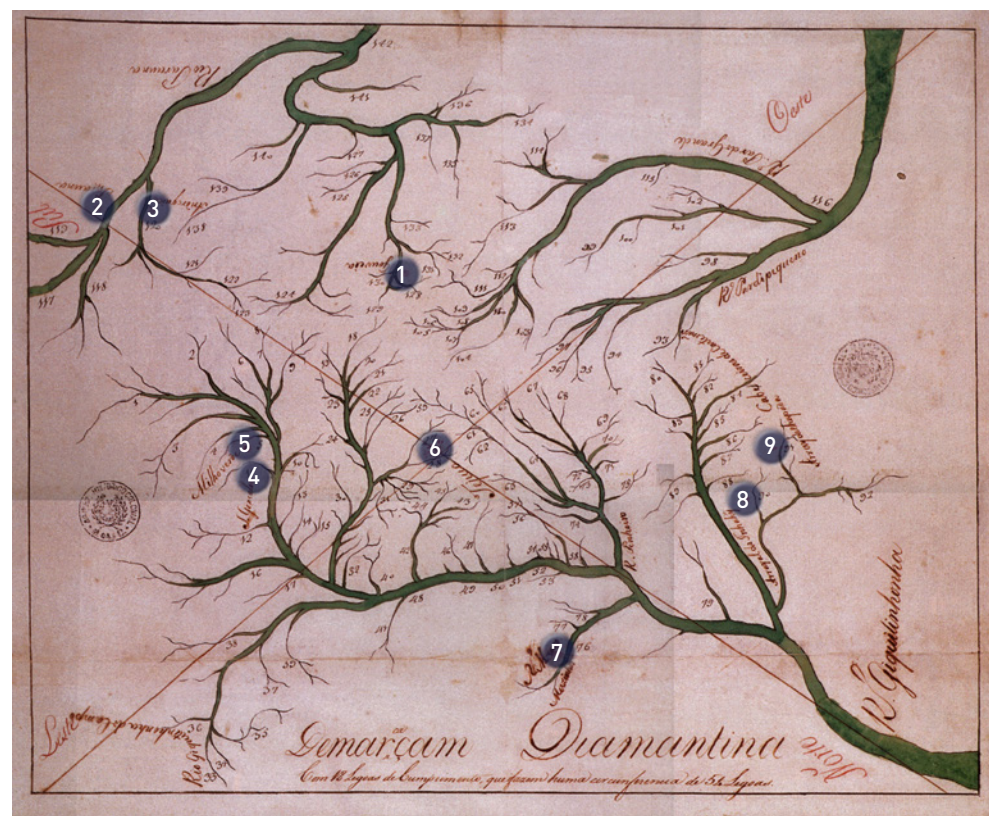
*As localidades estão identificadas no corpo do mapa com um asterisco vermelho.*

**O que este mapa contém:**

10 localidades, 142 cursos d'água numerados, legendados e agrupados por sub-bacias. Há destaque para o rio Acabasaco [nome das cabeceiras do atual rio Jequitinhonha, em outras fontes identificado com o Rio das Pedras] e o rio Giquitinhonha do Campo [atual córrego Soberbo ou rio Jequitinhonha Preto]; indica a localização da Lavra do Mato e da Forquilha [encontro dos rios Pardo Grande e Pequeno]; não mostra o contorno da Demarcação Diamantina; o norte aponta para sudeste.



**Figura 46:** Destaque para as sub-bacias: [1] rio Caytê Merim, [2] rio Pardo, [3] rio Pinheiro, [4] rio Manso, [5] ribeirão do Inferno, [6] rio Paraúna, [7] Caba Saco, [8] Giquitinhonha do Campo, [9] afluentes diretos do rio Giquitinhonha.



**Figura 47:** Em azul, destaque para os arraiais: [1] Gouveia, [2] Paraúna, [3] Andrequicé, [4] São Gonçalo, [5] Milho Verde, [6] Tejuco, [7] Rio Manso, [8] Inhaí, [9] Chapada.

IDENTIFICAÇÃO DOS RIOS REPRESENTADOS NO MAPA, AGRUPADOS, PELA PESQUISADORA, PELOS QUARTEIS:

<p><b>Cabeceiras do rio Caba saco</b></p> <p>1 Corgo da Lage 2 Corgo das 3 Barras 3 Riixo Fundo 4 Corgo dos Macacos 5 Corgo do O 6 São Bartholomeu pequeno 7 Corgo da S. Batholomeu Pequeno 8 Gopiaras do Frade 9 Corgo da S. Batholomeu Gr 10 Corgo dos Borbas 11 Corgo da Bocaina 12 Corgo de Capivari 13 Corgo do Mel 14 Corgo de S. Antonio 15 Corgo das Mortes 16 Giquitinhonha do Matto 17 Corgo do Dio... (ilegível)</p>	<p><b>Vertentes que forma o ribeirão do Inferno</b></p> <p>18 Corgo da Lage 19 Corgo de Gaspar Carvalho 20 Corgo da Rona Grande 21 Corgo da ponte da natureza 22 Corgo dos Canudos 23 Pombeiro 24 Corgo Motuca 25 Corgo ... (ilegível) 26 Corgo de Sto Antonio 27 Corgo do Pelourinho e Bicay 28 Rio da S Francisco 29 Corgo Paciencia 30 Corgo Palmital 31 Corgo do Corralinho 32 Corgo do Pernambucano</p>	<p><b>Vertentes que formam o Giquitinhonha do Campo</b></p> <p>33 Corgo Pobre Soberbo 34 Corgo Maravilha 35 Corgo Gavião 36 Corgo Congonhas 37 Corgo Pindaibas 38 Corgo do Crioulo 39 Corgo dos Porcos</p>
<p><b>Segue-se o rio Giquitinhonha athe a barra que o rio Pinheiro faz nela onde tem o nome Pedro</b></p>	<p><b>Vertentes que formam o Rio Pinheiro</b></p> <p>59 cabeceiras Sentinela 60 Corgo da Toca</p>	<p><b>Vertentes que formam Rio Manso</b></p> <p>76 rio manso 77 Corgo</p>
<p><b>Rio Paraúna</b></p> <p>117 Corgo dos Goro... (ilegível) 118 Corgo do Pouso Alto 119 Rb Gurutuba 120 R Andrequicé 121 Corgo do Palmital do cego 122 Corgo do Bom Sucesso 123 Corgo do Morro ... 124 Cachoeira datas del Rey 125 Corgo João Pinto 126 Corgo do Peixe cru 127 Corgo ... 128 Corgo do Bispo</p>	<p>129 cabeceiras ... 130 ... (ilegível) 131 corgo do Cuyabá 132 ... (ilegível) 133 Corgo de João ... e ribeirão da Areia 134 cabeceira do dito 135 Corgo da bocaina 136 Corgo do Tamandoa 137 Corgo do Palmital 138 ... (ilegível) 139... (ilegível) 140... (ilegível) 141 ... (ilegível) 142 ... (ilegível)</p>	

IDENTIFICAÇÃO DOS RIOS REPRESENTADOS NO MAPA, AGRUPADOS, PELA PESQUISADORA, PELOS QUARTEIS:

<p><b>Peixe.</b>            40 Corgo cafundós            41 Pindaibas            42 Corgo de Santa Maria            43 Corgo do Ferreiro            44 Corgo do Bom sucesso            45 Corgo dos Remédios            46 Corgo da Serra            47 Corgo da Samambaia            48 Quebra pé            49 p...            50 Mosquito            Lavra do Mato            52 ponte do Jequitinhonha            53 Corgo do Brumado            54 Carrapato            55 Mendanha            56 Palmital            57 Sta Catharina            58 Mangabas</p>	<p>61 Corgo do Lobo            62 Corgo Água Limpa            63 Corgo dos Christais            64 Rio das Pedras            65 Corgo do Pilam            66 Corgo caldeiro            67 Corgo de Morrinhos            68 Corgo das Pombas            69 Corgo Pinheiro Pequeno            70 Corgo da Formiga            71 Corgo do João Macedo            72 Sammambaya de viúva            73 beriberi            74 Corgo do Mulato            75 Corgo do Campo da Dona</p>	<p>78 Corgo Batatal</p>
<p><b>Segue o Gequitinhonha até a barra que nelle faz o rio caythé merim e finda a demarcação</b>            79 Corgo da cajica            80 cabeceiras do Cethe meri (sic)            81 Corgo do Teixeira            82 Corgo do Calhambola            83 Corgo do Andayal            84 Corgo dos Macacos Gr            85 Corgo dos Macacos pqn.            86 Corgo das Almas Grande            87 Corgo das Almas pequeno            88 Corgo do Buraco            89 Corgo dos... (ilegível)            90 Corgo do Inhahy            91 Corgo do Chaporra            92 Corgo de Gavião</p>	<p><b>Seguem-se os rios Pardo e Paraúna</b>            93 cabeceiras do Pardo grande            94 Corgo São João            95 Ribeiro da Area da Chapada            96 ouro Fino pequeno            97 Corgo ouro Fino grande            98 Corgo do batatl Gopiará            99 Corgo de S Ana            100 Corgo da Raiz            101 Corrego da Barra            102 Corgo da Contagem do Rib.</p>	<p><b>Seguem-se o R Pardo pequeno [a]the fazer barra no grande</b>            103 cabeceiras do rio Pardo peq            104 Corgo da bandeirinha            105 Corgo de João Vaz            106 Corgo Braúnas            107 Corgo do Bacalhao            108 Corgo do Capam            109 Corgo D'anta            110 Corgo Nuno            111 Corgo da Barra do Nuno            112 Corgo da Dona ...            113 Corgo da Chapada ...            114 Corgo da Serra da Picada            115 Corgo da Melancia do Boeno            116 Forquilha onde fixa a demarcação</p>

Logo no início do século XIX, a abertura dos portos para o comércio com outras nações estrangeiras significou uma verdadeira invasão de curiosos (GOMES, 2007). Aqui aportaram viajantes vindos da Rússia, Alemanha, Áustria, França, Inglaterra, Suíça. Esses viajantes estrangeiros registraram suas impressões em livros, cartas e relatórios oficiais que mais tarde foram traduzidos para o português. Diamantina, por sua antiga posição de sede do poder da Demarcação Diamantina, despertou a atenção de estrangeiros que a visitaram e a descreveram com riqueza de detalhes. Apresentam-se, a seguir, fragmentos do texto dos viajantes sobre as terras diamantinas.

John Mawe: “uma extensão de dezesseis léguas, de norte a sul e cerca de oito de leste a oeste” ([1812] 1978, p.169)

Saint-Hilaire: “uma área, quase circular, de cerca de 12 léguas de circunferência” ([1833] 1974, p.13).

Langsdorff: “o Distrito Diamantino tem cerca de 10 léguas de diâmetro” (DANUZIO, 1997, p. 296)

Burton: “a célebre Demarcação Diamantina, com quarenta e duas léguas de circunferência e um diâmetro de 14 a 15 léguas” ([1869] 1977, p.93)

*“Submetido a uma administração particular, fechado não somente aos estrangeiros, mas ainda aos nacionais, o Distrito dos Diamantes forma como que um estado à parte, no meio do vasto Império do Brasil. Esse distrito, um dos mais elevados da província de Minas, está encravado na comarca do Serro Frio; ele faz parte da grande cadeia ocidental” (Saint-Hilaire [1833] 1974, p.13)*

Ao entrar em verdadeira terra diamantina, a paisagem chama imediatamente a atenção de Burton que a relata como um “tumulto de natureza” (BURTON, [1869] 1977, p.76).

“Aqui, Minas, sempre montanhosa, torna-se ultra montanhosa (...) As formas estranhas adquiridas pelas massas de arenito despidas pelo vento criam uma imagem de “desordem e aridez” (BURTON, [1869] 1977, p.75).

Os formatos extravagantes formam uma paisagem “particularmente selvagem e dura” formada por serras “nuas até o osso, espinhenta e eriçada de picos e fragmentos de rocha pura separadas por profundas gargantas” (BURTON, [1869] 1977, p.75)

Fragmentos e protuberâncias espalhados por todos os lados lembram “uma brincadeira de gigantes” (BURTON, [1869] 1977, p.75) .

A vegetação que irrompe através da fendas das pedras é descrita por Burton como “raquítica e enfezada” (p.76). Esta terra estéril com árvores castigadas pelo vento cria formas fantásticas do arenito: torres e vigias, pirâmides, caveiras nuas, ossos amontoados fazem sentir a ação do tempo sobre a rocha. (BURTON, [1869] 1977, p.75).

*“Os lugares onde se extraem diamantes chamam-se serviços” (Saint-Hilaire [18h33] 1974, p.16)*



A paisagem do planalto de Diamantina por um artista local (R. Zavaglia). Carta postal improvisada.

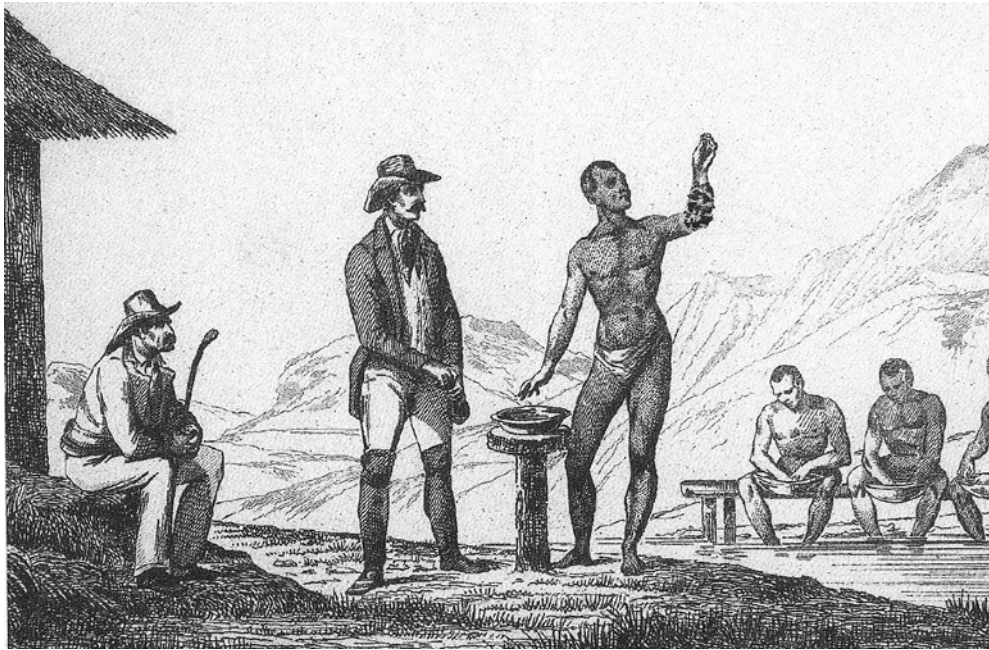
**Lavagem de Curralinho (SPIX&MARTIUS, [1824] 1981, p.40)**

“O preto enche a sua bateia redonda, de madeira, que tem em geral um e um quarto de pé de diâmetro, com o cascalho; volta ao seu lugar, começa a escolher os pedaços maiores e atira-os para fora; mergulha, então, a bateia, sacode-a de um lado para o outro, deita fora as camadas mais grossas que se ajuntam em cima pouco a pouco, remexe no cascalho restante, cada vez mais fino, lavando-o com uma nova água. Se descobre na areia pesada, que ficou no fundo, alguma pedra reluzente, toma-a entre o polegar e o indicador, levanta-se da tábua, coloca sobre ela a bateia, e caminha na água até ao prato, onde deixa cair o diamante. Se já levou completamente o cascalho na bateia, deixa boiar a gamela vazia sobre a água, ergue-se, bate palma três vezes, e estende os braços, conservando as mãos abertas, para mostrar que não escondem coisa alguma; toma de novo, finalmente, a bateia, e enche-a de cascalho, a fim de recomeçar o trabalho” (SPIX&MARTIUS, [1824] 1981, p.37).

Legenda: “Lavagem de diamantes, em Curralinho” (SPIX&MARTIUS, [1824] 1981, p.41; FREIREYSS, 1982, p. 85).

Obs: o livro Gemas do Brasil (MERCEDES-BENZ, S/d, p.56,57), atribui essa ilustração a Rugendas, porém não foram encontradas informações que confirmassem a autoria.

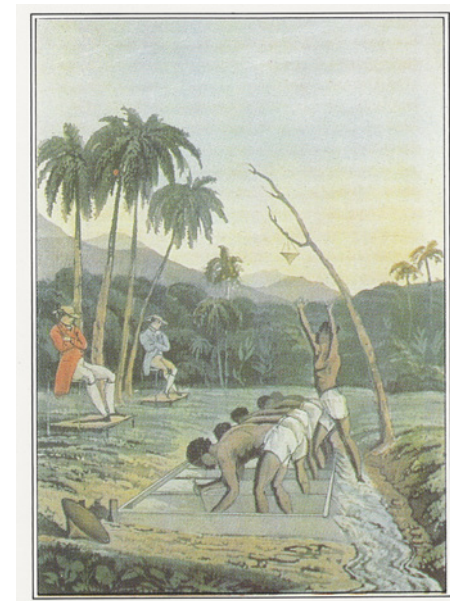
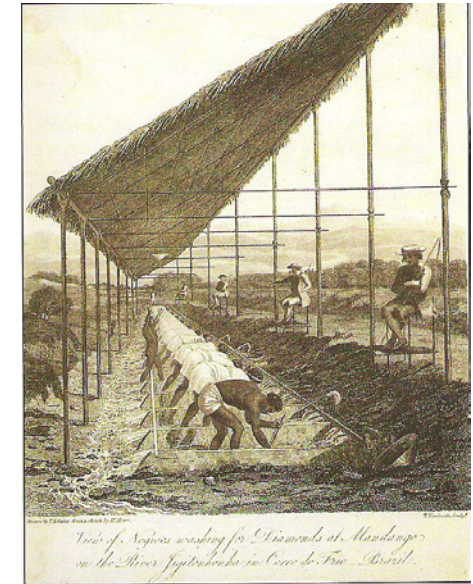
“Os negros escravos que procuram diamantes estão sentados em fila sobre uma tábua, num tanque raso. Uns se ocupam em levar pro meio de gamelas o cascalho picado, tirado do leito do rio; outros estendem os braços e abrem os dedos ao alto para mostrar que não encontraram nada no cascalho. Agora esgotado da água, ou então buscam novo saibro da pilha, lá perto. Diante do tanque se acha uma gamela com água limoa, na qual um negro está pondo um diamante (que acaba de achar), depois de o haver mostrado entre os dedos. À direita e à esquerda, um pouco elevado, está um feitor, sentado sob um guarda-sol, a fim de vigiar os trabalhadores escravos. O administrador fiscaliza, a cavalo, os vários pontos de trabalho, guardando, numa bolsa, os diamantes encontrados” (SPIX&MARTIUS, [1824] 1981, p.41).



Legenda: “Lavagem de diamantes” (FREIREYSS, 1982, p. 87)

Obs: o livro Doce Geologia: fatos e curiosidades das pesquisas geológicas (TEIXEIRA; DANIELO, 1996, p.14) atribui a autoria desta ilustração a Rugendas, porém não foram encontradas informações que confirmassem a autoria.

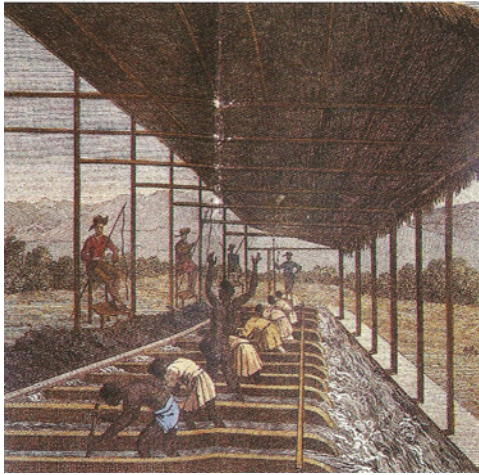
Legenda: “Negros lavando cascalho à procura de diamante” (SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p.45; FREIREYSS, 1982, p. 101) (ilustração atribuída a Mawe, porém não se encontra reproduzida em seu livro traduzido para o português).



Legenda: John Mawe.

“Neste desenho de John Mawe, quatro vigias fiscalizam a lavagem de diamantes de 16 negros, cada um na sua canoa, um se levantou para sinalizar com as mãos estendidas que não achou nenhum diamante. O inglês John Mawe, comerciante de pedras preciosas e mineralogista amador, foi o primeiro estrangeiro a visitar a fechadíssima Demarcação Diamantina em 1809” (COSTA et al, 2004, p.105).

T. Webster [des.]; T. Woolnoth [grav.] 1812. In: John Mawe, Travels in the Interior of Brazil. London, 1812.



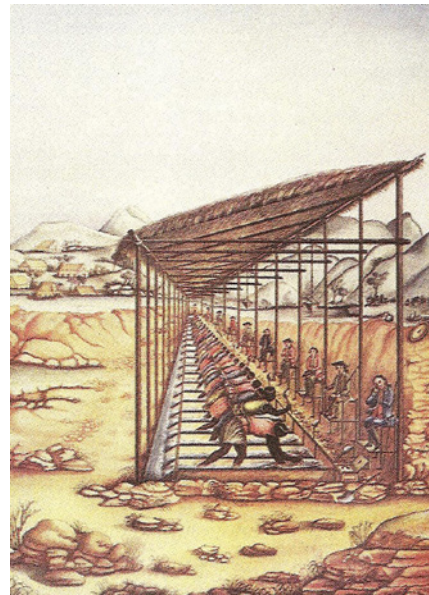
Legenda: "1822 Hyppolite Tounay. IHBG, RJ" (TEIXEIRA, 1996, p. 24).



Legenda: "1775 – Tejuco. Cópia do arquivo colonial de Lisboa. Museu Histórico Nacional, RJ." (TEIXEIRA, 1996, p. 25).



Legenda: "Final séc. XVIII – Serro Frio, Carlos Julião. Museu Histórico Nacional." (TEIXEIRA, 1996, p. 24).

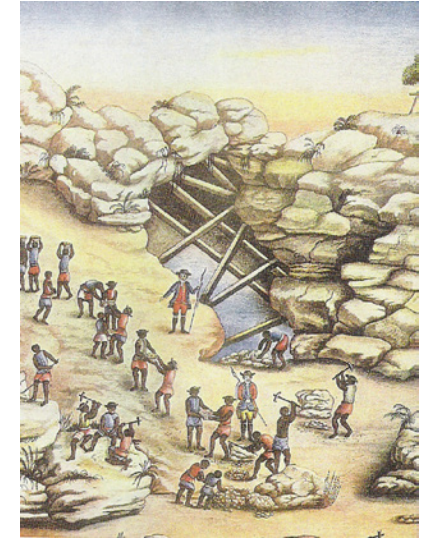


Legenda: "D. K. Bonatti. Livro ouro do Brasil" (TEIXEIRA, 1996, p. 25).

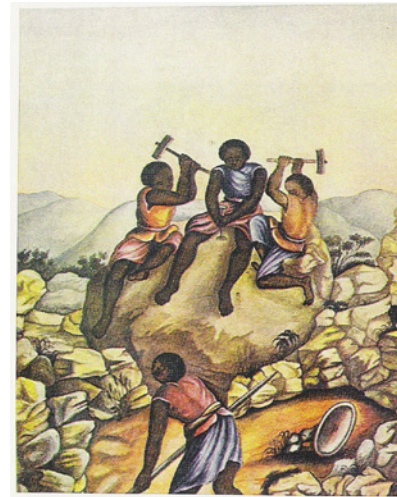
Aquarelas de Carlos Julião<sup>1</sup>

### Serviço de rio (leito seco)

"Extração de diamante. Trabalho nas catas. Diversas fases: vários escravos britando grandes pedras: outros lhe reduzindo o tamanho; colocação dentro de cestos pelos escravos, que os transportam para outro local. Dois feitores [feitores] brancos, vestidos com trajes mais completos, vigiam, armados de longos chicotes. Em segundo plano, uma pedreira." (Pl. XLI. aquarela colorida)



Serviço de rio (leito seco).



Serviço de serra.

### Serviço de serra

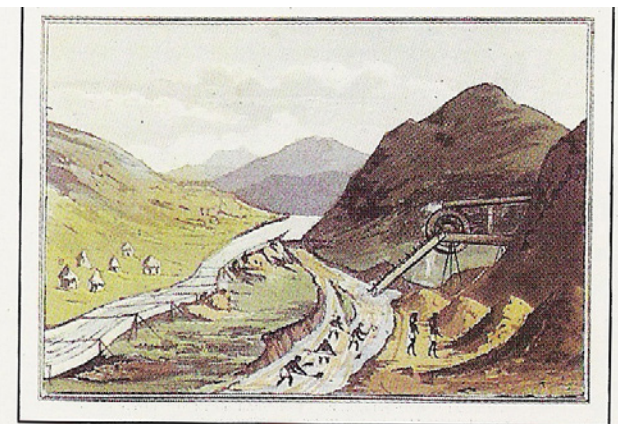
"Escravos britadores de pedra para a extração de diamantes, na região de Serro Frio. Vêm-se três escravos sentados sobre uma grande pedra, o do centro segura um objeto penetrante e os dois do lado, batem com os martelos. Em primeiro plano, um escravo com uma vara pontuda desloca as pedras amontoadas. (Pl. XL. Aquarela colorida 0,372x0,266)"

"Nesta representação de Carlos Julião (posterior a 1776), as rochas diamantíferas, como canga ou conglomerado, são inicialmente quebrados e depois é feita a separação dos diamantes com utilização da bateia" (COSTA et al, 2004, p.108).

<sup>1</sup> **Carlos Julião** (1740-1811) foi um artista luso-italiano e engenheiro do exército colonial, que se tornou mais conhecido pelos seus desenhos em aquarela retratando os diferentes tipos raciais e sociais do império português, bem como o período da mineração no Brasil. ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos\\_Juli%C3%A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Juli%C3%A3o))



Legenda: "Vista da maneira pela qual foi posto a seco o leito do rio Jequitinhonha afim de permitir a cata de diamantes" [Eschwege, [1833] 1979, vol1, p.139].



"Leito de um Rio tornado seco por um aqueduto para coletar o solo aluvional, de modo a lavá-lo para diamantes, ouro & cia.

Legenda: "leito de um rio tornado seco por um aqueduto para coletar o solo aluvionar, de modo a lavá-lo para diamantes, ouro e cia" [MAWE].

*"Quase parece que a natureza escolheu para a região originária dessas pedras preciosas os mais esplêndidos campos e os guarneceu com as mais lindas flores. Tudo que até agora havíamos visto de mais belo e soberbo em paisagens, parecia incomparavelmente inferior diante do encanto que se oferecia aos nossos olhos admirados. Todo o Distrito Diamantino parece um jardim artisticamente plantado"* [SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p.27].

*"[...] os outeiros e vales serpeantes, interrompidos por montanhas isoladas, são bordados, ao longo do sopé delas, e nos vales, animados por claros regatos com mata de folhagem densa de árvores sempre virentes; junto das encostas estendem-se contínuos campos verdes, interrompidos por moitas de arbustos de toda espécie, e sobre as lombadas pouco inclinadas expandem-se as mais bonitas campinas, nas quais estão distribuídas Liliáceas, moitas baixas de arbustos e arvorezinhas isoladas, enfeitadas com variegadas flores, de modo tão encantador, que se caminha por meio delas, como se fosse num parque artisticamente plantado. O próprio solo desse jardim natural é coberto de fragmentos de itacolomito de brancura deslumbrante, onde pequenas nascentes sussurram serpeantes, aqui e acolá. Finalmente, aparecem os últimos topos das lombadas muito fragmentados e fendidos, restos do tempo que renova incessantemente, como ruínas singularmente românticas, mostrando arbustos isolados e líquens. Sente-se o viajante, nesses deliciosos jardins, atraído de todos os lados por novos encantos e segue extasiado pelos volteios do caminho sempre nas alturas que o leva de uma a outra das belezas naturais. Voltando o olhar do pacífico e variegado ambiente para a distância, o espectador vê-se todo contornado por altas montanhas rochosas que, iluminadas pelos ofuscantes raios solares, refletem uma luz resplandecente de seus vértices brancos, recortados em forma maravilhosa, aqui ameaçam desmoronar, ou, ali em amontoados terraços uns sobre os outros, puxam para o azul atéreo do céu, ou abrem-se profundos vales, patenteando abismos sombrios, onde alguma torrente da montanha abre caminho com estrondo. Nesse magnífico ambiente fomos nos aproximando da primeira lavagem de diamantes"* [SPIX & MARTIUS, [1824] 1981, p.27].



Legenda: Itambé [FREIREYSS, 1982, p.25].

*"Vi uma montanha muito singular, ou um rochedo de granito, chamado Itambé, parte da alta cadeia, situada à minha esquerda"* [MAWE, [1812] 1978, p.146].





*“Tejuco, localidade mais importante da terra dos diamantes” [SPIX & MARTIUS, 1824] 1981, p.17*

Legenda: “Serra do Itambé, a mais alta montanha de Minas Gerais, apresentando a encosta sudoeste pela qual os viajantes subiram. A vegetação, nesta zona alta, tem os característicos dos Alpes e consiste em grande parte de campos nus nos quais, aqui e acolá, nascem espinheiros e lírios de caule. A solitária choupana perto do caminho é a casa do administrador da vizinhança lavagem de diamantes no vau do Rio das Pedras” [SPIX & MARTIUS, 1824] 1981, p.57) Obs: Escaneada de Costa (2004, p.90).

*“Deve o Tejuco a sua origem e o atual florescimento, só e só ao aparecimento dos diamantes” [SPIX & MARTIUS, 1824] 1981, p.29).*



Legenda: “Diamantina, 1858” (TSCHUDI, [1866] 2006, p.116)



Legenda: “A paisagem do Distrito Diamantino [SPIX & MARTIUS, 1824] 1981, p.21).

## O trajeto dos diamantes

Todos os diamantes encontrados eram transportados para a sede da Intendência onde eram cuidadosamente pesados e separados em lotes, de acordo com o tamanho, por meio de crivos:

“separados em lotes, são então guardados em saquinhos de seda numerados, que por sua vez são encerrados nas gavetas de uma pequena caixa elegante, a qual é colocada dentro de um cofre sólido, provido de 3 fechaduras” (Eschwege, [1833] 1979, p.138).

A produção anual é encerrada em uma bela caixa, forrada de marroquim vermelho, preso por tachas amarelas. É nessa caixa que os diamantes são enviados para o tesouro do Rio de Janeiro, acompanhados durante toda a viagem por um empregado escolhido pelo intendente, que lhe dá por escolta forte destacamento do corpo de cavalaria e dos pedestres. A caixa dos diamantes vai dentro de uma canastra, que o comissário leva consigo. Alguns cavalarianos partem à frente, a uma certa distância, seguidos logo depois por alguns pedestres, que conduzem a mula, coberta de manta onde se vêem as, armas reais. Logo atrás seguem outros pedestres, precedendo imediatamente o comissário, que nunca perde de vista o cargueiro e é seguido por novos cavalarianos, que fecham a marcha (Eschwege,[1833], 1979, p138).



Legenda: « Convoi de diamants passant par Caïete » [RUGENDAS, s/d, p.21).

“Assim que a tropa chega ao Rio, os diamantes são logo mostrados ao rei, que, na ocasião, escolhe para si os mais belos, geralmente os que pesam mais de 17 quilates. Os restantes voltam para o tesouro, a fim de serem vendidos. Em virtude da escolha que anualmente o rei fazia dos melhores diamantes, a coleção da coroa tornou-se tão grande e tão rica, em qualidade e quantidade, que nenhuma outra igual existe nas cortes europeias” [Eschwege, 1833], 1979, p.138).



Legenda: “Caravanne de Marchande” (RUGENDAS, s/d, p.20).



Legenda: “Habitants de Minas” (RUGENDAS, s/d, p.18).

Conde de Suzannet ([1842] 1957) escreveu sobre a lentidão das viagens em função dos “caminhos horríveis”.

Tschudi relatou a precariedade das estradas que comprometiam animais e cargas. Especialmente nos arredores do Distrito Diamantino havia uma lama pegajosa, chamada tijuca:

“uma vez molhada gruda a pata do animal e dificulta sensivelmente a viagem (...) em uma das vezes, a lama arrancou a ferradura com todos os oito pregos, pouco tempo depois de ela ter sido colocada. Às vezes acontece da própria unha da pata ser arrancada e nesse caso o animal morre” (TSCHUDI, [1866] 2006, p. 92).



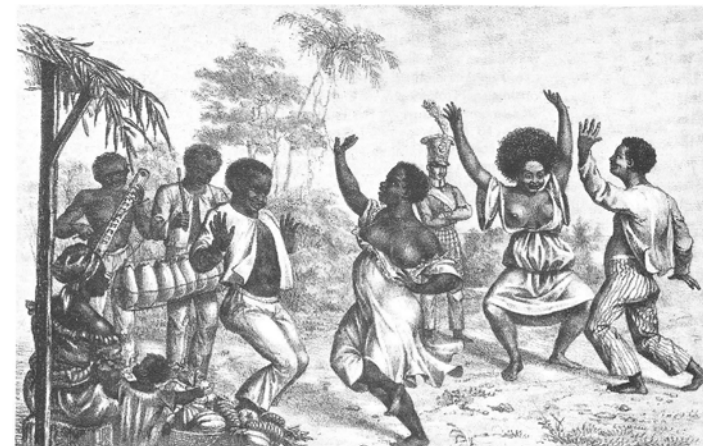
Legenda: “Caravana de Comerciantes dirigindo-se ao Tijuco” (FREIREYSS, 1982, p.87).

*“Os diamantes eram então escondidos nas bengalas e nos cabos ocos dos chicotes, na coroa das espingardas ou nas pistolas, no próprio cano das mesmas, ou no salto das botas” [ESCHWEGE, 1833] 1979, p.159).*

*As buscas eram acuradas e o suspeito era obrigado a desempacotar tudo: “tirar a cangalha dos animais de carga, cortar os coxins e madeira das selas, e mesmo os saltos das botas(...). O viajante era, muitas vezes, retido dias e dias, até conseguir pôr em ordem as suas mercadorias e consertar as cangalhas” [ESCHWEGE, 1833] 1979, p.159)*



Legenda: "Comboio de diamantes passando por Caeté" (FREIREYSS, 1982, p. 97).



Legenda: "Batuque" (FREIREYSS, 1982, p.137).

*"A mesa estava coberta com um tecido fino e de bela estampanaria, e, sobre cada prato, havia um guardanapo combinando. Nela serviam boa comida. O que nos chamou mais a atenção foi que encontramos ali até pão caseiro e vinho feito em casa. Foi a primeira vez que nos sentamos a uma mesa, em pleno coração do Brasil, e pudemos apreciar batatas com cebola, pão, manteiga e vinho, tudo feito pelo próprio proprietário; e, além disso, toalhas de mesa, roupas, tudo fiado e tecido em sua casa. Estávamos na mais parte mais rica do país: o Distrito Diamantino" (DANUZIO, [LANGSDORFF, 1824] 1997, p.287).*



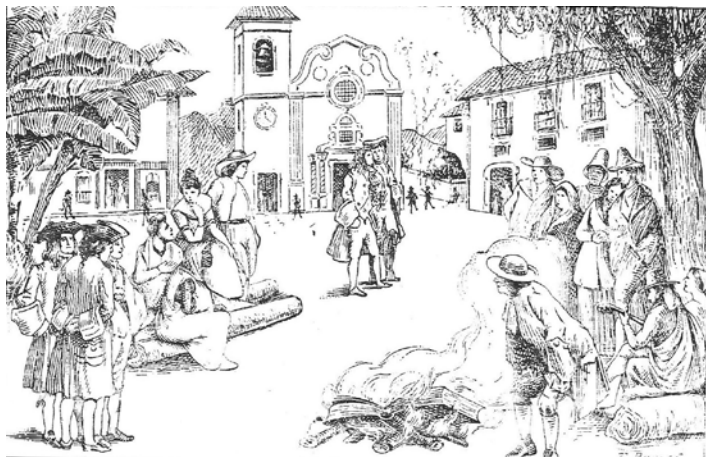
Legenda: "Capitão do Matto" (RUGENDAS, s/d, p.15).

"não são tanto os mineiros, e sim os lojistas, quem leva a maior parte dos lucros desta indústria (...) O comerciante logo enriquece, ao passo que o pobre mineiro luta com a pobreza, tendo em esperanças que raro se realizam, sua maior fonte de felicidade" (GARDNER, [1849], 1975, p. 209).

"Um negro traz os diamantes e o negociante os examina; não os pesa; oferece uma quantia; se o preço é aceito, o negro entrega os diamantes; em caso contrário, vai mostrá-los a outros negociantes. Acontece, às vezes, que um diamante avaliado em 1.000 francos é comprado por 1.500 francos pelo vizinho" (SUZANNET [1842] 1957, p. 136-137).



Legenda: Escravos lavam cascalho com bateia, o feitor em primeiro plano (GOES, 1938, p. 43).



Legenda: Cena da cidade com rua e igreja. (GOES, 1938, p. 61).



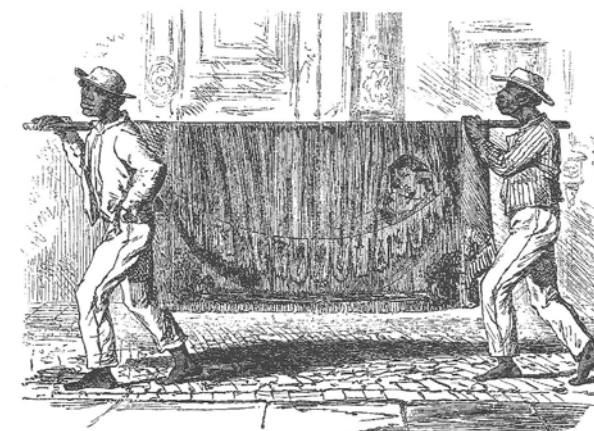
Legenda: Cena de escravos apanhando com feitor ao lado (GOES, 1938, p.73).



*Tschudi relata ter visto pianos em várias casas das famílias ricas de Diamantina. Ele explica que o transporte do Rio de Janeiro era caro, de 500 a 600 mil-réis, porém, apesar de bem pagos, os tropeiros não gostavam desses fretes, pois com eles costumavam perder muitos animais. O piano era encaixotado com madeira e chapas de metal e colocado em cima de varas no lombo de duas mulas, uma à frente da outra. Nas partes ruins do caminho ou nos rios profundos, os tocadores, com a ajuda de outros trabalhadores contratados para esse fim, tinham de transportar essa caixa monstruosa na cabeça (TSCHUDI, [1866] 2006, p.102).*

Legenda: Cena da sociedade dentro da igreja (GOES, 1938, p. 66).

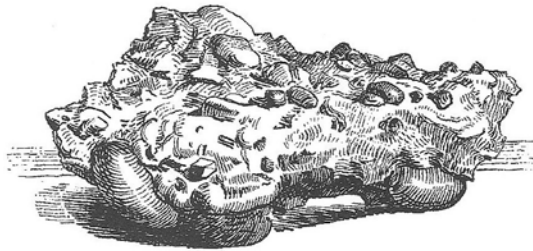
*“Não foram os aventureiros que, com perigo de vida, e através de dificuldades sem número, procurando minas de ouro, encontraram minas de diamantes? Quando hoje um garimpeiro descobre uma, o negócio não fica muito tempo secreto; os agentes do governo dela se apossam. O garimpeiro deixa naturalmente o lugar, e se teve a felicidade de encontrar alguns diamantes de valor, procura disso tirar o melhor partido” (MAWE, [1812] 1978, p.174).*



O passeio em uma rede.

Legenda: “passeio em uma rede” (TSCHUDI, [1866]2006, p.111).

Legenda: "Diamante em meio ao cascalho" (TSCHUDI, [[1866] 2006, p.126).



*Diamante em meio ao cascalho.*



Legenda: "conglomerado com diamante" (amostra do Centro de Geologia Eschwege / Instituto Casa da Glória, IGC/UFMG, Diamantina).



*Amostra de tauá com diamante.*



*Vista posterior da amostra.*

Legenda: "Tauá com diamante" (TSCHUDI, [[1866] 2006, p. 128).

*Chamadas por Eschwege de "satélites dos diamantes" algumas pedras permitem o juízo sobre a riqueza do cascalho.*

Langsdorff conta sobre a sua descoberta ao lavar o cascalho com a ajuda da bateia, quando encontrou algumas "pedrinhas cristalizadas" chamadas pelos moradores de "cativos" e identificadas por ele como cristais de ferro. Sobre este nome ele explica:

*"A denominação de cativos deve se originar do fato de essas pedras, que acompanham sempre os diamantes, se comportarem como os escravos (cativos) em relação aos brancos ou seus senhores e proprietários. Ou seja, eles parecem pedras preciosas e diamantes, mas são pretos, escuros e opacos, não têm valor e são desprezados" (DANUZIO, 1997, p. 285).*

Tschudi apresentou a classificação mineralógica elaborada pelo mineralogista austríaco Wilhelm von Haidinger (1795-1871) para os minerais que aparecem nas formações diamantíferas e acrescenta a denominação dos garimpeiros:

*"Esmeril, sem outras denominações, é turmalina azul.*

*Esmeril caboclo são pequenos pedaços de jaspe polidos, brilhantes, na cor amarelo ocre-escuro.*

*Esmeril preto, rutilo e limonita.*

*Esmeril de palha de arroz é a cianita.*

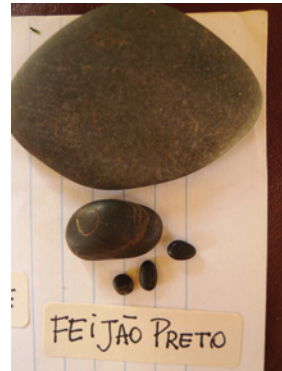
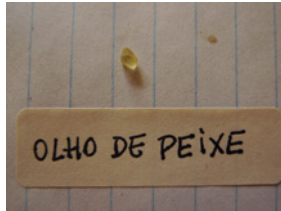
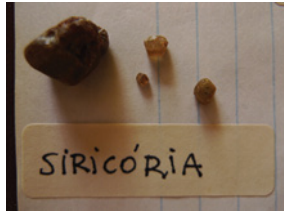
*Esmeril de agulha são fragmentos alongados de limonita, turmalina ou cianita.*

*Sicória são cristais de anatásio com pontas arredondadas; as pontas são azuladas e o meio, marrom-amarelado.*

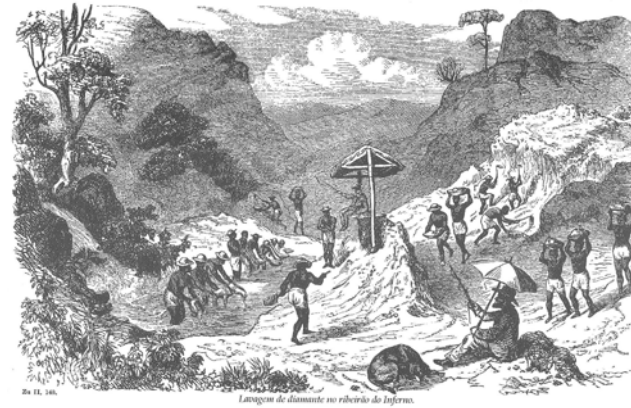
*Favas, que têm a forma de ervilhas ou lentilhas e, na maioria das vezes achatadas e polidas, são pedaços de xisto de cores variadas.*

*Osso de cavalo, um pedaço de quartzo xisto, arredondado e estriado, com várias polegadas de comprimento.*

*Afirmo, categoricamente, que após cuidadosas investigações, não me foi relatado nenhum outro tipo de formação." ([1866], 2006, p.124)*



Legenda: Pedras satélites dos diamantes ou formação, como são conhecidas pelos garimpeiros atualmente (bacia do Caeté-mirim, fotos de 9 de setembro de 2013).



Legenda: "Lavagem de diamante no Ribeirão do Inferno. (Desenho de Joaquim da Rocha na lavra do Sr. Almeida) sem referência exata do local (TSCHUDI, [[1866] 2006, p. 133).



Como os diamantes são embrulhados em papel.

Legenda: "como os diamantes são embrulhados em papel" (TSCHUDI, [[1866] 2006, P.155).



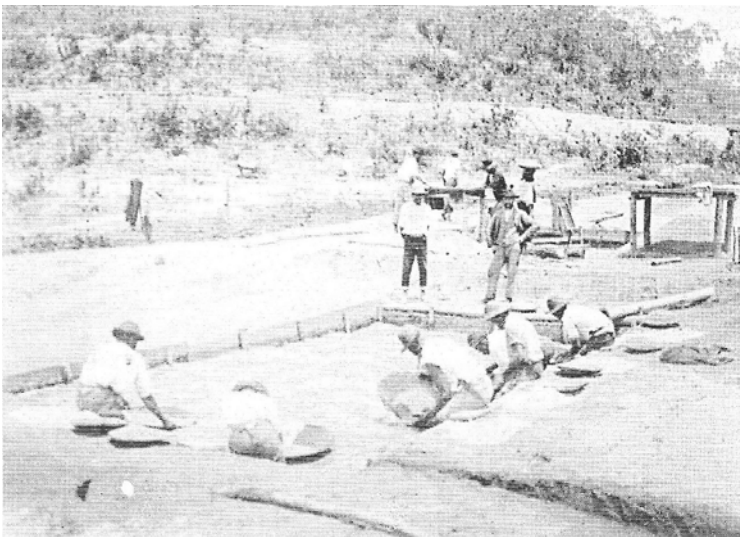
Legenda: "Preparação da farinha de milho" (TSCHUDI, [[1866] 2006, p.171).



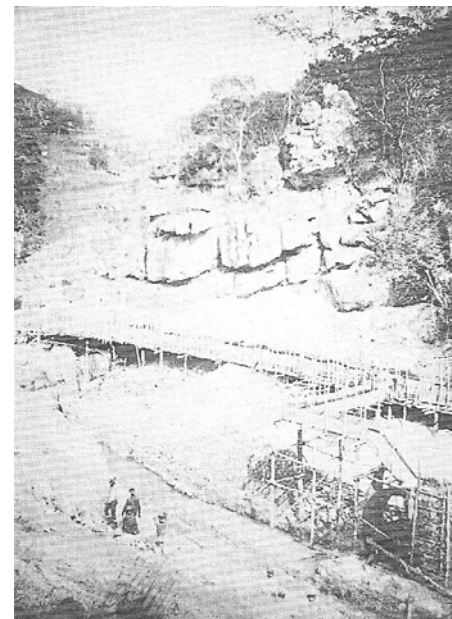
Legenda: "Garimpo de Santo Antônio, Diamantina, MG. Os garimpeiros fazem a cata do diamante enquanto as bateias "descansam". Foto do final do século XIX (Coleção Derby). (\*MCT)" (TOSATTO, 2001, p. 64).



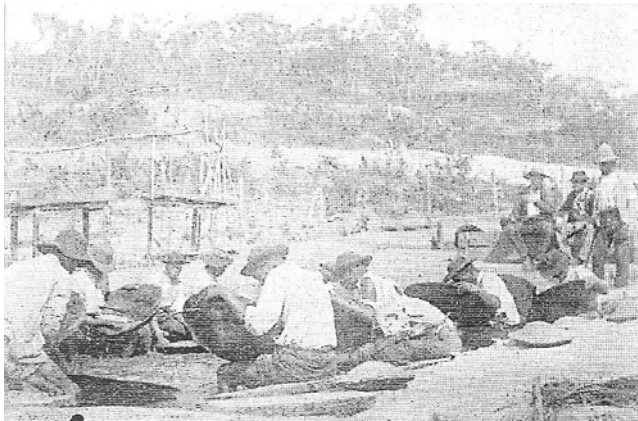
Legenda: "Esta foto da coleção de Derby mostra os planos inclinados sobre calhas de madeiras construídos para a exploração do diamante em Diamantina, Minas Gerais, no final do século XIX. (\*MCT)" (TOSATTO, 2001, p. 65).



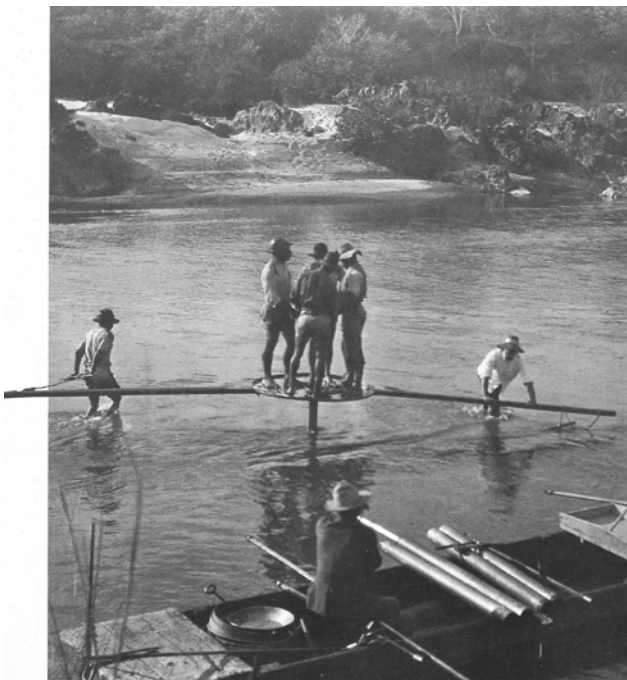
Legenda: "Num dos "poções" artificiais junto ao rio Jequitinhonha, em Minas Gerais, os garimpeiros bateiam o material procurando o diamante. Foto de 1898. (Coleção Derby). (\*MCT)" (TOSATTO, 2001, p. 64).



Legenda: "Exploração de diamante no ribeirão do Inferno no Bicame, em Diamantina, Minas Gerais (Coleção Derby). (\*MCT)" (TOSATTO, 2001, p. 66).



Legenda: "Esta foto de 1898 mostra os garimpeiros bateando à procura de diamantes no rio Jequitinhonha, em Minas Gerais. (MCT)" (TOSATTO, 2001, p. 66).



Legenda: "Desvendando o singular: procura de cascalho diamantífero no rio Jequitinhonha" (MERCEDES-BENZ DO BRASIL, 1987, P.66).



AVRA DE JÚLIO BENTO  
RIO PINHEIRO - 1974  
o canalizado para mar-  
gem direita permitindo a  
remoção e lavagem dos  
sedimentos do canal



Legenda: "Rio Pinheiro, 1974 (Diamantina, MG) Garimpeiros na lavagem e cata de diamantes". Acervo do Centro de Geologia Eschwege, IGC/UFMG.

Legenda: "Lavra de Julio Bento, rio Pinheiro, Diamantina, MG, 1974. Rio canalizado para margem direita permitindo a remoção e lavagem dos sedimentos do canal. Na foto, de baixo para cima os geólogos: Detlef Hans Gert Walde, Walter Uwe Scholl, Arno Brichta. Acima à esquerda o garimpeiro Júlio Bento". Acervo do Centro de Geologia Eschwege, IGC/UFMG.





“O jogo é de diamante... você vai tocando a terra que acha ele... às vezes você tira, às vezes você não tira: é o jogo do Jequitinhonha” (GRP6a).

“Isso aqui é terra de diamante desde que o mundo começou a borra de diamante tá ai pra todo lado” (GRP15).



“O que eles falam do diamante aqui é o seguinte: eles falam que é uma chaminé e andam fazendo pesquisa por causa disso... aqui já teve muita gente pesquisando isso, até sondagem já veio. Então aonde essa chaminé atingiu tem aonde não atingiu não tem nada (GRP14).



“tem uma mina dos diamantes em São João da Chapada, o vulcão era lá e jogou diamante por ai tudo” (GRP2c12).



“Tem uma chaminé de vulcão que está lá em cima (nas cabeceiras do caete merim, nos tuneis da água fria) e que espalhou o diamante pra todo lado” (GRP15a).

“Essa história de falar sobre uma área [diamantífera] tem muita discussão entre os geólogos, sabe? Nem sempre um entende como o outro. Nós temos uma expressão no garimpo: “a peneira é que fala a verdade”. Nós temos a nossa interpretação e geralmente é ela que nos ajuda. Se fosse pela teoria, você deixaria muito diamante para trás” (GRP20).



“O diamante dá no rio, no meio da serra, em todo canto!” (GRP1b).

“Nascente aqui é terra de garimpo” (GRP14).

“Pensa que é perto, não é perto não!” (GRP2a).





"Herança de garimpeiro é paiol de pedra" (GRP7)

"Isso não tem técnica nenhuma não, mais é sorte" (GRP7).

"O garimpo é sorte" (GRP6c).

"O garimpeiro comprava tudo nessa venda mesmo. Anotava e não pagava não. Pegava fiado no garimpo, enchia os burros de despesa e descia pra esse trem aí... na hora que tirasse diamante vinha aqui e pagava" (GRP6a).



"Diamante é assim, o caboco que não tem nada de repente ele tem dinheiro é pra daná. Compra revolver sem cano, compra carro sem motor, na descida né... [risos] bicudo né... no outro dia chega lá pra funcionar o carro o motor não tá lá... mas não é todo mundo que faz isso não..." (GRP2c12).



"eu já tirei alguma coisinha... garimpeiro nunca fala que tirou muito pra não provocar a inveja dos outros" (GRP9).



"Dinheiro de garimpo ele mesmo consome ele, é ué! É a farra. A pessoa aproveita que acha ele muito fácil, né? As vezes quando a pessoa tira também já ta devendo a metade. No rio Maçangano tinha um cara que tinha 8 ou 10 bombas, 20, 30 quilates de diamante pra ele era mesma coisa que nada, fazia maior pouco caso naquilo. Hoje praticamente ele está pior do que eu" (GRP14).



"Tem muito garimpeiro que tirou muito diamante e hoje não tem nada! Parece que o garimpo, ele dá e toma" (GRP7).



“Os homens continuam, sozinhos na serra com esperança de achar... quem foi garimpeiro um dia nunca esquece” (GRP13).



“A história tem peso, ela é importante. A história está viva na memória das pessoas. Está viva!” (GRP20)

*“É curioso o fato de que as expressões usadas nas áreas garimpeiras podem ser as mesmas de se ouvir, mas seus sentidos podem mudar dependendo do lugar em que são usadas” (GRP20).*

**Aço:** nome antigo da ferramenta usada para furar a rocha.

**Ancinho:** instrumento dentado próprio para limpeza de terreiro.

**Alavanca:** ferramenta simples constituída por barra de ferro resistente que se emprega para mover ou levantar peso.

**Almocafre:** ferramenta de forma oval e ponta rombuda usada para tirar pedra em frincha.

**Apuração:** a última fase do garimpo que consiste em separar o diamante das outras formações do cascalho.

**Arrastão:** o mesmo que goiva.

**Baco:** caixa grande própria para a lavagem do cascalho.

**Baliza:** muro de contenção feito de pedra e torrão de terra próprio para segurar o material da grupiara e marcar o local para a continuação do serviço após a estação das águas.

**Balsa:** plataforma flutuante usada para sustentar o motor e a bomba catiadeira sobre o espelho d'água; também chamada de flutuador.

**Bamburrar:** achar uma diamantada.

**Banca de apuração:** bancada feita de madeira coberta de cascalho fino, utilizada para cortar a peneira.

**Bateia:** travessa redonda originalmente feita de madeira escavada.

**Bater peneirada:** garimpar do modo artesanal, individual.

**Bica:** equipamento de garimpo semi-mecanizado, de pequeno porte, formado por uma caixa de metal e um pequeno canal por onde corre a água; própria para pré-selecionar o material diamantífero.

**Bicame:** conjunto de caixotes condutores das águas fluviais desviadas do leito natural de um rio.

**Bóia:** comida.

**Bomba catiadeira:** máquina utilizada para puxar cascalho junto com a água do fundo do rio; é movida por um motor de 4 ou 6 cilindros que bombeia o cascalho ao longo de tubulações até a caixa da bica.

**Braçal:** realizado manualmente.

**Cacimba:** poço cavado até um lençol de água.

**Cacumbu:** machado ou enxada já gasta e inservível.

**Caiau:** uma pedra grande; diz-se do diamante de quilate.

**Caloria:** calor.

**Canga:** nome popular do conglomerado, rocha de origem metassedimentar, a matriz secundária do diamante.

**Canjica:** o cascalho desengomado ainda não apurado.

**Canoa:** um reservatório de água usado para desengomar o cascalho através da fervura causada por uma pequena queda d'água que cai dentro da canoa. O resultado é que o material leve corre com a água e o material pesado se concentra no fundo.

**Canudo:** um cano usado para secar a água da cata.

**Carumbé:** travessa redonda usada para transportar cascalho

**Cascalho:** nome genérico para seixo rolado no leito do rio ou gorgulho de grupiara; material bruto, rico em diamante.

**Cata:** lugar de onde se retira o cascalho rico.

**Catiação:** retirada de material estéril (uru) que cobre o material rico.

**Cerco:** represa.

**Cigana:** panela de ferro redonda com três pés usada pelos garimpeiros e tropeiros para cozinhar.

**Concentrado:** material pesado do cascalho, formado por minerais densos, retidos no canal da bica; nele se concentra o diamante. Esmeril.

**Corrido:** cascalho corrido é o cascalho novo de aspecto anguloso que está solto da camada superficial do leito do rio.

**Cortar a peneira:** última etapa da apuração do diamante. Diz-se “cortar” para o ato de verificar a existência do diamante no material concentrado no fundo da peneira rodada.

**Corte:** rejeito da peneira após a primeira apuração. O recorte é o rejeito da segunda apuração.

**Cunha:** peça de ferro pontiaguda usada para rachar lenha ou fender pedras.

**Crivo:** equipamento próprio para classificar o tamanho do diamante.

**Crivo da peneira:** diz-se da largura da trama de arame; são três os crivos de peneira utilizados no garimpo: peneira com o crivo mais largo é chamada ‘dezessete’, com o crivo médio é chamada ‘doze’ ou ‘meiã’ e a estreita é chamada ‘fina’.

**Dar a despesa:** fornecer os mantimentos para a cozinha do garimpo.

**Demanda:** disputa pelo título da terra.

**Desengomar:** retirar a goma (a argila) do cascalho.

**Desmonte:** técnica de garimpo de massa que consiste em utilizar um esguicho de água sob pressão para desbarrancar o material para a lavagem.

**Diamantário:** negociante local de diamante.

**Draga:** maquinário destinado a tirar cascalho ou areia do fundo do rio. Geralmente sustentada por uma balsa flutuante. Pode ser de grande porte como a draga de alcatruz; ou de pequeno porte como a draga de escafandro.

**Emburrado:** diz-se de um terreno rochoso formado por muitos blocos de pedra.

**Encanalado:** local onde o rio se afunila entre paredes de rocha.

**Encarregado:** pessoa de confiança do dono da bomba que toca o garimpo.

**Ensuado:** fubá cozido na manteiga (ou gordura) com ou sem queijo ralado.

**Ensuado doce:** fubá cozido com rapadura.

**Enxada:** instrumento de cavar a terra.

**Escora:** peça de madeira usada para amparar e sustentar a serra para que o garimpeiro entre, com alguma segurança, nas frinchas da serra.

**Escorador:** o trabalhador do garimpo de serra responsável por colocar as escoras.

**Estaca:** pau que se crava na terra usado para fazer o cerco ou o bicame de madeira.

**Faca:** pequena peça de madeira ou bambu utilizada para cortar a peneira.

**Faiscador:** garimpeiro que trabalha sozinho e emprega somente métodos artesanais.

**Faisqueira:** é o garimpo manual, individual.

**Fazenda Fina:** partida de diamantes com média de 10 pontos de peso; média de 10 diamantes para fazer um quilate. “a fina”.

**Fazenda grossa:** partida de diamantes de um quilate de peso.

**Ferver a água (fazer fervura):** causar turbilhonamento na água misturada com cascalho, geralmente com uma pequena queda d’água caindo dentro da canoa ou fervedouro.

**Forma ou formação:** minerais cristalizados considerados indicadores do cascalho rico em diamante, também chamados de “pedras satélites”, tais como: caboclo, cativo, fava, pedra de Santana (ogó), esmeril, feijão preto, palha de arroz, siricória...

**Formão:** utensílio com uma extremidade chata e cortante e a outra embutida em um cabo onde se bate com a marreta.

**Frincha:** greta na rocha.

**Furna:** fenda na rocha, caverna.

**Garfo:** instrumento de três ou quatro dentes com cabo comprido utilizado para carregar cascalho grosso.

**Goiva:** uma enxada grande fechada dos lados, com um cabo grande, usada para puxar o material de dentro do rio.

**Gorgulho:** tipo espacial de cascalho, composto quase que exclusivamente de pedaços angulosos de rocha; a ocorrência do gorgulho caracteriza o garimpo de grupiara.

**Grão:** é uma medida de peso do diamante equivalente a um quarto de quilate, assim o quilate equivale a 25 grãos.

**Grelha (greia):** pequena grade de ferro encaixada dentro do canal da bica usada para reter o concentrado.

**Grupiara:** garimpo de serra, garimpo seco, fora do leito do rio.

**Jaça:** trinca no diamante.

**Jacuba:** bóia de garimpeiro feita de água, fubá, óleo, açúcar ou sal com raspas de queijo ou rapadura.

**Jangada (Roda de Rosário):** é trem antigo! engenhoca usada para puxar água, movida a energia hidráulica usada para secar a água da cata, a através de dois braços que succionam dois canudos.

**Jigue:** aparelho vibratório que agita a água e promove a concentração do material.

**Jirau:** estrado de varas sobre forquilhas cravadas no chão que serve para guardar utensílios; cama de varas forrada com palha, couro ou paina usada nos ranchos de garimpo.

**Jornal:** forma de remuneração por jornada diária de trabalho.

**Lavadeira:** uma canoa grande, um buraco cavado na terra onde a água cai em turbilhão e revolve o cascalho retirando a argila deixando apenas o material pesado que depois é retirado para a apuração. Diz-se também da cacimba ou bacia cheia de água usada para rodar a peneira.

**Machado:** instrumento cortante com cabo de madeira usado para rachar lenha.

**Mangote:** mangueira grossa e flexível compatível com o cano de 3, 4 ou 6 polegadas ligado à bomba catiadeira usada para jogar na bica o cascalho do fundo da cata. O mangote também é usado para fazer o desmonte da massa.

**Material:** nome genérico para se referir à rocha rica em diamante.

**Maraca / chupeta:** equipamento de mergulho rudimentar utilizado no garimpo.

**Marrão:** grande martelo de ferro usado para quebrar pedra.

**Marreta:** pequeno marrão, mas de cabo comprido.

**Massa:** um tipo de material rico em diamante. Os garimpeiros a classificam de diferentes modos: a massa pode ser gelada ou macia dependendo de sua dureza; pode ser branca, azul, amarela ou rosa; pode ainda receber diferentes nomes de acordo com seu aspecto: pinta de onça, sangue de pulga, olho de sapo, carbureto.

**Matutagem:** bóia, de comer. O mesmo que matula.

**Moinho de bola:** cilindro cheio de bolas de ferro usado para triturar o cascalho.

**Motor de seis / Motor de quatro:** diz-se da potência dos motores utilizados para acionar a bomba catiadeira ou o esguicho.

**Meia praça, meeiro ou cativo:** diz-se do sistema de remuneração da turma de garimpeiros no garimpo semi-mecanizado. Geralmente a turma de meeiros tem direito a dividir entre si “a metade do meio”. Nesse sistema os sócios no serviço recebem 75% sendo 25% pelo equipamento, 25% pelo combustível, 25% pela bóia. Os 25% restantes são divididos entre a turma de garimpeiros. Geralmente uma turma de garimpeiros é formada por 8 a 10 meeiros.

**Oitava de diamante:** A oitava representa 17,5 quilates de diamante; o quilate, por sua vez, é equivalente a 200mg de pedras preciosas (Renger, 2005; Martins, 2013).

**Pá:** utensílio chato, de madeira ou ferro, com rebordos laterais e um cabo.

**Padiola:** tabuleiro retangular com quatro varas destinado a transporte de carga.

**Paiol:** monte de cascalho peneirado e ainda não apurado.

**Paiol de pedra:** monte de cascalho formado pelo rejeito da peneira após a apuração.

**Partida de diamantes:** lote de diamantes.

**Peneirão:** peneira circular, com aro largo e crivo fino. Também chamada de baianona.

**Peneira:** objeto circular com aro de madeira e fundo formado de fios de metal entrelaçados; usada para separar o cascalho por tamanho.

**Peneireiro:** apelido daquele que trabalha na apuração ou do faisqueiro que trabalha na beira de praia.

**Picareta:** instrumento de ferro de duas pontas próprio para escavar terra e arrancar pedras.

**Picuá:** nome que se dá a qualquer recipiente utilizado para colocar o diamante; geralmente feita com um pedaço de mangueira e tampado dos dois lados com um pedaço de madeira.

**Piçarra:** rocha sedimentar argilosa utilizada como indicadora do fundo da camada diamantífera. Existe a piçarra cremosa, a empedrada e a falsa.

**Ponto:** 1. defeito do diamante constituído por uma mancha preta de carbono não cristalizado; esta mancha também é chamada de carvão. 2. é uma medida de peso do diamante equivalente a um centésimo de um quilate. Assim, uma pedra de 0,10 quilates pode ser chamada 10 pontos ou 1/10 de um quilate; cada ponto corresponde a 0,002 g.

**Puxar a boa:** sistema de garimpo manual que utiliza a goiva ou o arrastão para fazer faisqueira no veio do rio.

**Pururuca:** material inútil que está em cima da camada rica.

**Praça livre ou sócio:** é a sociedade entre garimpeiros investidores. Existem diferentes formas de sociedade, geralmente um dos sócios entra com o maquinário e o combustível e fica com 50% do que for apurado no serviço; outro entra com a despesa da cozinha e recebe 25% de participação no serviço.

**Pretume:** minerais densos e escuros que se concentram no fundo da peneira ao redor do diamante.

**Quilate:** é uma medida de peso que corresponde a 0,2g assim, 1 grama tem 5 quilates (abreviado ct em inglês). O quilate equivale a 100 pontos e a 25 grãos.

**Ralo, Gréia ou Crivo:** é uma peneira rudimentar, retangular, com crivo largo usada para descartar as pedras grandes do cascalho que será lavado.

**Rancho:** morada do garimpeiro em temporada no garimpo.

**Rapar praia:** retirar o material que desceu com a correnteza e se acumulou na beira do rio formando a praia.

**Resumir:** apurar.

**Roda de Rosário:** é possível que tenha duas vertentes para explicá-la. Uma realmente diz que era um grupo de pessoas em forma de círculo com baldes de madeira que num movimento contínuo, retiravam a água da cata, e outros poucos dizem ser uma roda secundária presa no mesmo eixo que a roda d'água. Assim esta girava com a força da correnteza e a outra (roda de rosário) provida de pequenos compartimentos retiravam a água da cata e a despejava em canais de madeira para guiá-las para outro lugar.

**Rodar a peneira ou bater uma peneirada:** fazer a lavagem do paiol.

**Rufar o diamante:** achar o diamante.

**Salgar um diamante:** prática dos diamantários que consiste em rebaixar de maneira combinada o preço dos diamantes, prejudicando os garimpeiros.

**Salvar a despesa:** tirar diamante para conseguir pagar os investimentos.

**Secar água:** retirar a água que infiltra na cata.

**Sopa:** camada de sedimento geralmente fina agarrada na piçarra; a sopa é geralmente mais rica que o cascalho ou a massa.

**Sursis:** suspensão condicional da execução da pena. É um instituto de política criminal que se apresenta como alternativa ao recolhimento à prisão do condenado, desde que a pena não seja superior a dois anos. É condicionada a certos requisitos legais e exigências estabelecidas pelo juiz, durante tempo por ele determinado. Não havendo revogação da sursis durante esse período, considera-se extinta a pena.

**Talhão:** é a camada vertical que indica o fim do material diamantífero.

**Tiborna:** o mesmo que merenda “tira-jejum” (primeira alimentação do dia); para uns é farinha com rapadura e água; para outros, leite com café e angu; farinha de milho com leite e açúcar ou ainda café com farinha de milho.

**Tirar uma bicada:** achar diamante através da técnica da bica.

**Tirar uma partida de diamante:** achar vários diamantes.

**Tocar o garimpo:** fazer funcionar.

**Tomar uma taca:** investir e não achar a diamantada.

**Trempe (campeira):** arco de ferro com três pés sobre o qual se colocam as panelas que vão ao fogo.

**Três por um:** diz-se do conjunto de três diamantes que formam um quilate.

**Valo:** fosso cavado na terra usado para receber a água de um rio desviado do seu curso natural. Pode ser feito com um muro de pedra ou de cimento quando o terreno não permite cavar a terra. O Valo possui a mesma função do bicame.

**Veio do rio:** leito do rio.

**Virar o rio:** desviar o rio para um curso lateral artificial a fim de secar o leito natural e deixar exposto o cascalho rico em diamante.

**Xibiu ou olho de mosquito:** diamante pequeno.

#### Fontes:

Ferreira, Aurélio Buarque de H. Pequeno dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 11Ed. 1974.

Cunha, Laerte da. Ranchos, tropas e garimpos. Sem local: editora Brasbibles, 2008.

Vivências de campo com os garimpeiros em seus locais de trabalho realizadas entre 2006 e 2013.

“Pra virar o rio faz o cerco de madeira e põe capim, depois vem com a terra e vai pondo a terra. Faz o bicame primeiro, né, e quando a água sobe entra dentro do bicame e a roda já tá sentada nele... aquilo é que é um processo bonito, viu!” (GRP11).

“Bicame é de tauba, põe os pau lavrados, lavra os pau, fura eles, bem lavradinho assim em cima, né? E vai pondo as tauba assim, faz o fundo todo de tauba, depois faz as lateral. O rio passa dentro dele. Eu menino vinha aqui mais meu pai e tinha até medo” (GRP11).

“O rancho era de palha, pindoba e barreado... tinha prego não, era tudo amarrado com cipó. Já fiz travesseiro de pedra coberto de capim pra poder colocar a cabeça. Era um sofrimento!” (GRP6a).

“O buraco na terra é a cata; no seco chama grupiara” (GRP7)

“Piçarra é o fundo, um gis duro, a partir dai não dá mais nada, ela pode dar tipo um barro, o cascalho fica em cima dela” (GRP7).

“Gorgulho é no seco, na grupiara, é o mesmo cascalho do rio, só que tá no seco” (GRP7).

“Antigamente os ranchos de garimpo eram feitos com palha de coqueiro, para espantar o vento. Amarrava as varas e espetava as palhas por causa do vento, não tinha colchão, fazia de capim telha, a cobertura era com ele também. Hoje está usando madeirite, já compra... na areinha... lá é obrigado, o meio ambiente obriga... e tem que ter banheiro” (GRP7).

Canoa antigamente era “Baco” era um quadrado assim, eles faziam um poço e com as bateias eles iam fervendo a água naquilo (GRP14).

Fervedouro é a canoa menorzinha... mas é a mesma coisa. O cascalho já corre junto com a água né e a canoa é diferente, vc dobra o cascalho lá dentro da canoa e a água desce sozinha (GRP14).

A goiva é pra puxar trem de dentro do rio, vai puxando e vai dobrando e vai dobrando (...) o que é mais leve vai embora e o que é pesado, fica. Não tem fervura não, a água mesmo vai levando (GRP14).

“o cascalho tá nas margens, mas no tempo do dilúvio jogou pra longe, é a grupiara, uma chapada seca, sem água. Tem que puxar o material na cacunda de animal ou na cabeça de carumbé, pra levar pro rio pra poder lavar. Lugar seco a natureza é outra, né?” (GRP6b)



“Eu deixava a turma apurando, eu nunca gostei da apuração, porque apesar de ser a mais importante é a mais dolorida. Quando você está tirando material você está cheio de esperança, vê as formações bonitas ... quando chega a apuração é aquela decepção... na hora da apuração eu fugia, como eu achava que tinha pessoas de confiança eles que apuravam... eu não ficava não” (GRP3.12).

“O gurgulho parece-me, em uma palavra – o cascalho das grupiaras” (nota 5, Saint-Hilaire, p.39)

“bateia uma travessa redonda de madeira escavada” (Langsdorff, p.186)

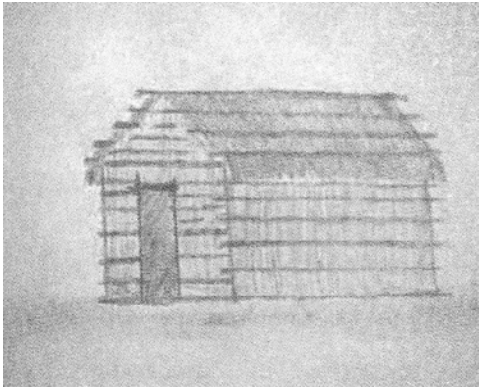
“A matéria que dá diamante que a gente conhece aqui por cascalho ou areia da extração ou corrido, a gente fala quando a gente tira um certo material e joga fora... o rio vai batendo ele de novo, o rio enche, bate as fervura e fica o concentrado... a gente chama de corrido”(GRP1b).

“furava pedra com aço, batia com marreta, um segurando e três batendo. Garimpo dava muita água por isso usava roda, jangada, cano, lata... mas o pesado do garimpo era a padiola!” (GRP7).

“Serviço de maraca é um serviço tocado por uma bomba, a pessoa mergulha e recebe a respiração através de um compressor que funciona com o próprio motor do garimpo pra fornecer o ar no fundo da água. Um garimpeiro-mergulhador permanece até doze horas no fundo da água, a uns 25 metros, com uma chupeta e um equipamento térmico. O garimpo de maraca é desse jeito... Tem uma técnica porque o mergulhador não pode sair de uma vez, senão estoura os tímpanos, acontece da pessoa ir direto pro hospital. A maraca é um disco com três ferros soldados que forma um triângulo e a pessoa vai ligada no mangote, no motor lá em cima.. ela vai afofando o cascalho pro motor puxar... e jogar dentro da caixa da bica. É artesanal até certo ponto... Mas esse é um garimpo que trabalha no leito natural sem desviar as águas do rio” (GRP19c).

“A hora que abria uma cata, quando era o outro dia ela tava cheia de água... igual cisterna. Antigamente entrava dentro d’água com aquelas latas e tambores, as 4, 5h da manhã naquele frio lascado tirando tambor d’água, um ia passando pro outro igual cordão... até secar aquilo tudo. No outro dia a mesma situação. Aí tira o material e coloca de lado e fazia o paiol. A hora que tinha uma quantidade suficiente de cascalho, aí era hora de lavar. Era a hora da esperança de achar um diamante bom. Você sonha em compra isso, aquilo... é um sonho... às vezes é frustrante porque não tira, mas às vezes tira e você consegue realizar aquilo que você quer” (GRP19a).

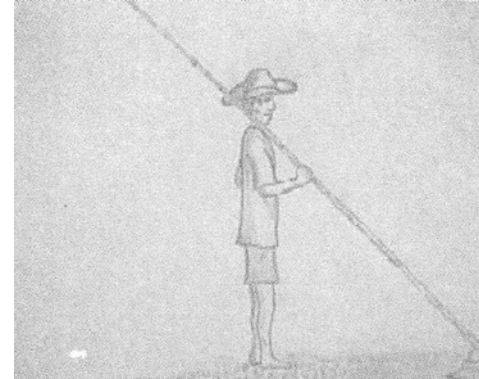
“O concentrado tem as formas... o esmeril preto, isso aqui dá diamante demais... isso é forma de diamante. Esse roxinho aqui é o caboclo vermelho, tem o caboclo reluzento, ele brilha! Esse aqui é o ovinho de pombo, ó! São as pedras que estavam no meio dos diamantes essas aqui! Isso é conhecido assim entre os garimpeiros, sem falar nos outros: o cativo de ferro, tem fava, tem cativo de cobre... palha de arroz ela é meio esverdeada em volta da forma pesada que concentra no meio e as outras ficam em volta da peneira” (GRP1b).



Legenda: Rancho (CUNHA, 2008, p. 32-33).



Legenda: Puxando água / canudo (CUNHA, 2008, p. 38-39).



Legenda: Puxando a Boa ou faisqueira (CUNHA, 2008, p. 59).



Legenda: Cerco (CUNHA, 2008, p. 37).



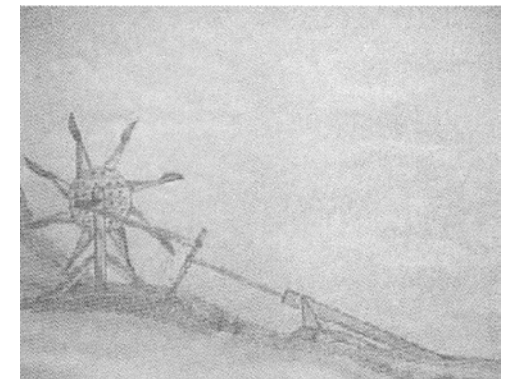
Legenda: Transporte de materiais no carombé (CUNHA, 2008, p. 40-41).



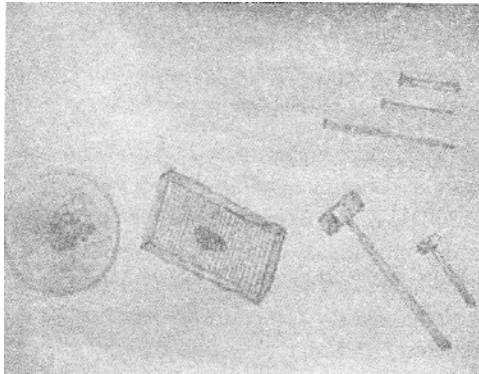
Legenda: Quebrando pedra (CUNHA, 2008, p. 40-41).



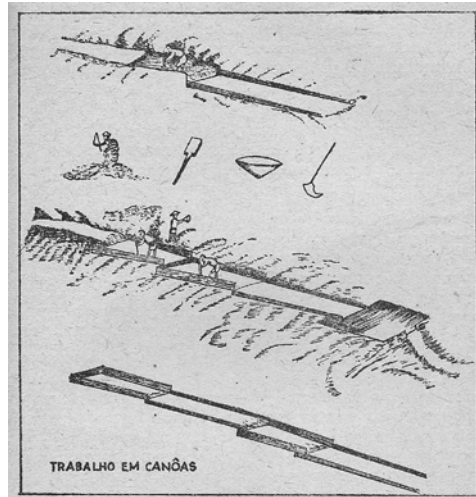
Legenda: Grupiara (CUNHA, 2008, p. 53).



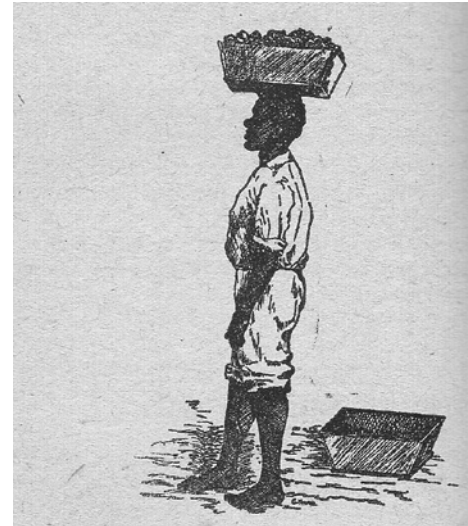
Legenda: Jangada (CUNHA, 2008, p. 40-41).



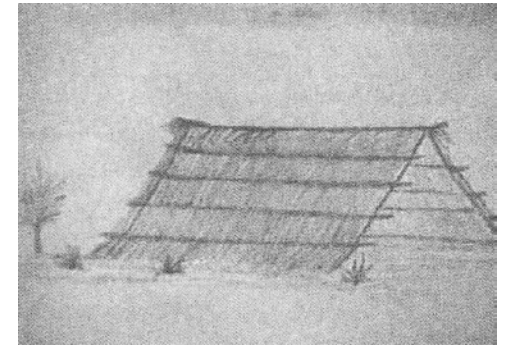
Legenda: Ferramentas  
(CUNHA, 2008, p. 30).



Legenda: Trabalho em canoas (Eschwege, [1833] 1944, vol 1, p.333).



legenda: O negro em pé com caixote de cascalho na cabeça (Eschwege, [1833] 1944, vol 1, p.310).



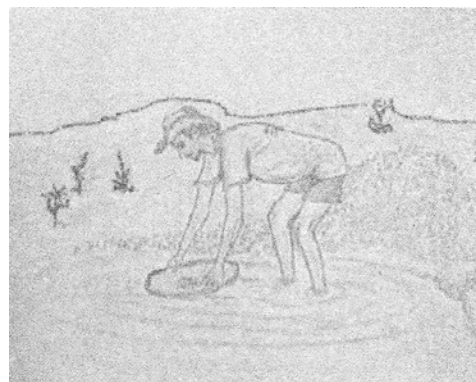
Legenda: Rancho beira chão (CUNHA, 2008, p. 32-33).



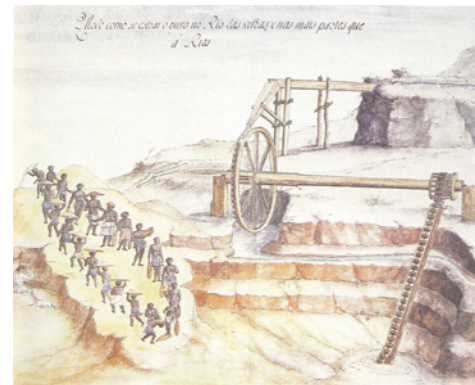
Legenda: Ferramentas de trabalho no garimpo (GOES, 1938, p. 47).



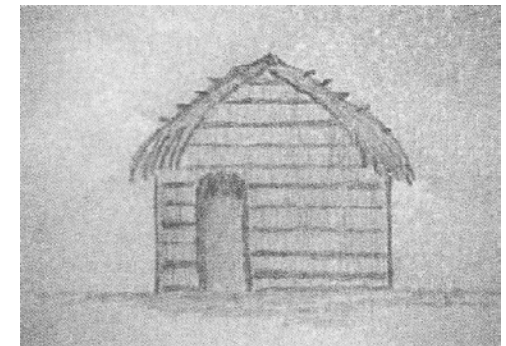
Legenda: Negro lava o ouro com a bateia (Eschwege, [1833] 1944, vol 1, p.343).



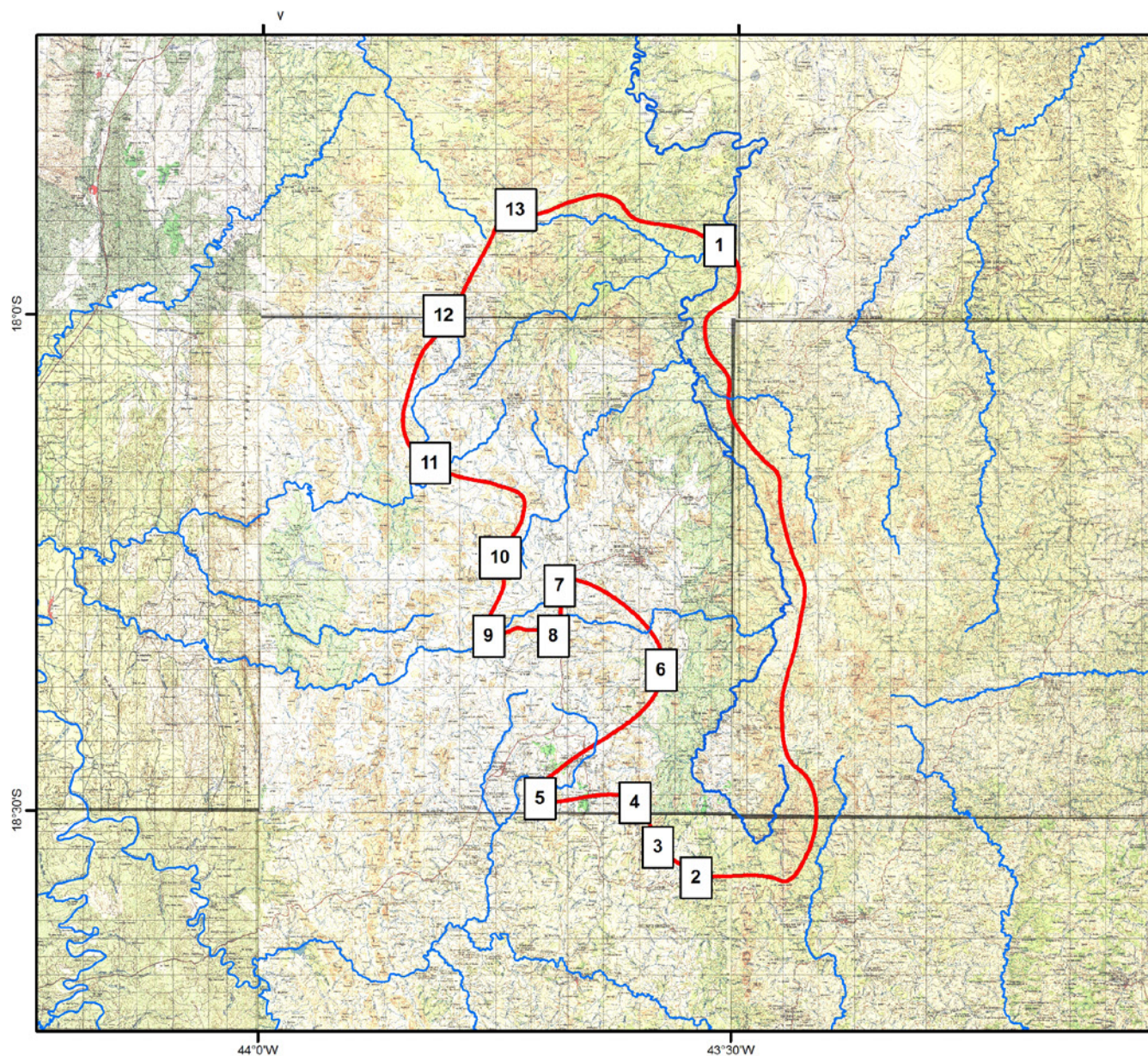
Legenda: Apurando ouro e diamante (CUNHA, 2008, p.60).



Legenda: Roda de secar água "Meio como se extrai o ouro no Rio das Velhas e nas mais partes que á rios" (TEIXEIRA; DANGELO, 1996, P.28).






Legenda: Rancho menor (CUNHA, 2008, p. 32-33).

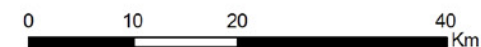


### RELEITURA DOS LIMITES DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA EM 1734

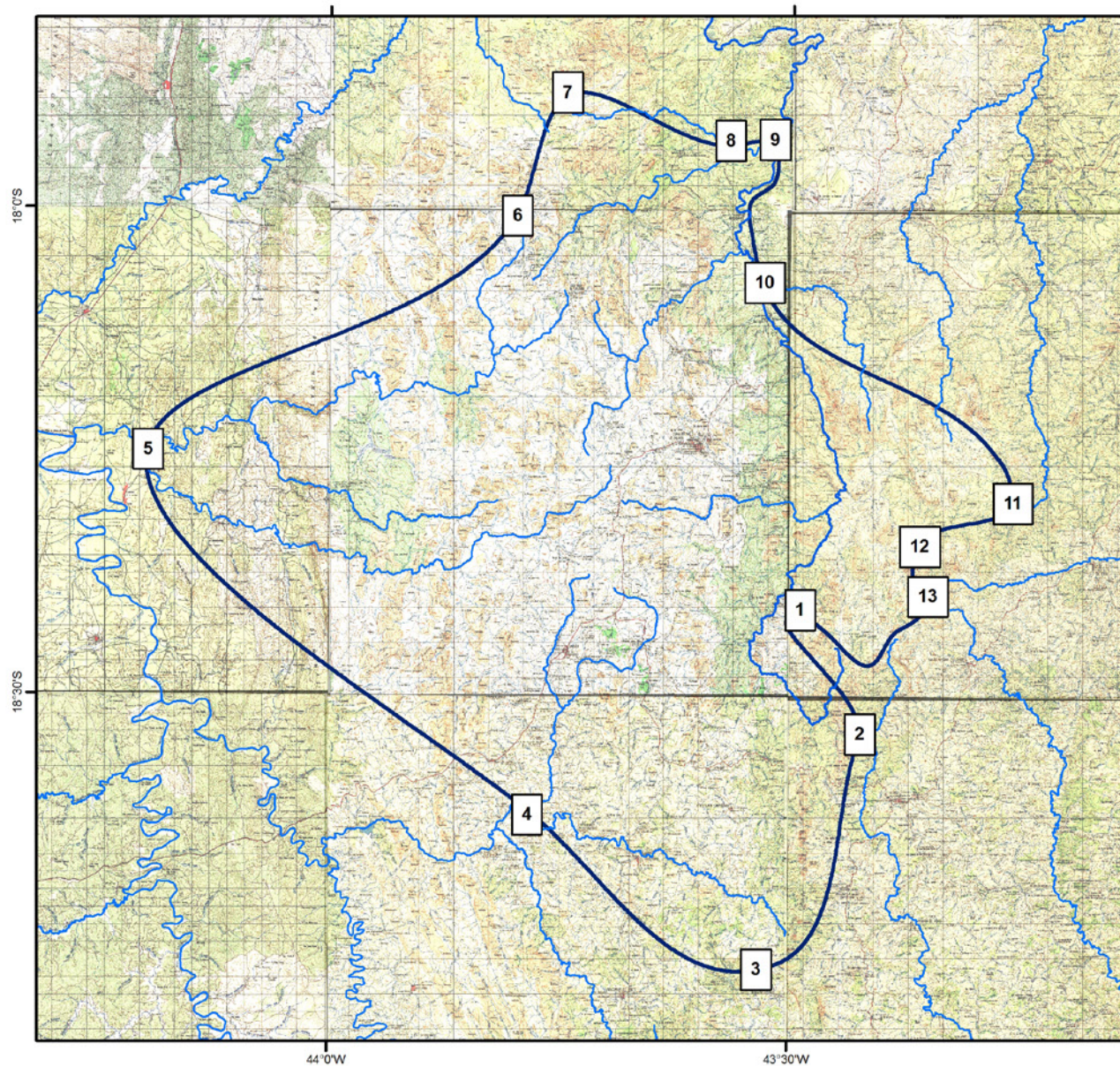


-  Rio Jequitinhonha
-  Hidrografia
-  Limite estabelecido em 1734

- 1 barra do Rio Inhaí
- 2 córrego das Lajes, acima da dita barra uma légua
- 3 aonde se une a estrada
- 4 fralda ocidental da serra do Ó
- 5 morro dos Batieiros
- 6 córrego da Chapada
- 7 alto do rio das Pedras, junto à estrada
- 8 morro da Bandeirinha
- 9 córrego Bandeirinha
- 10 Tromba d'Anta
- 11 águas vertentes para o ribeiro de São João e rio Pardo
- 12 cabeceiras mais setentrionais do rio pardo
- 13 nascentes rio Inhaí



Concepção: Mariana de Oliveira Lacerda, 2014  
 Elaboração: Rose Lane Guimarães  
 Fonte: Cartas topográficas folhas: Serra do Cabral, Curimataí, Carbonita, Corinto, Diamantina, Rio Vermelho, Curvelo, Presidente Kubitschek, Serro  
 História chronologica dos contratos da Minerassão dos Diamantes. Biblioteca Nacional de Lisboa  
 Escala 1:100.000  
 Projeção cartográfica: Coordenadas Geográficas  
 Datum WGS 84



## RELEITURA DOS LIMITES DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA EM 1739

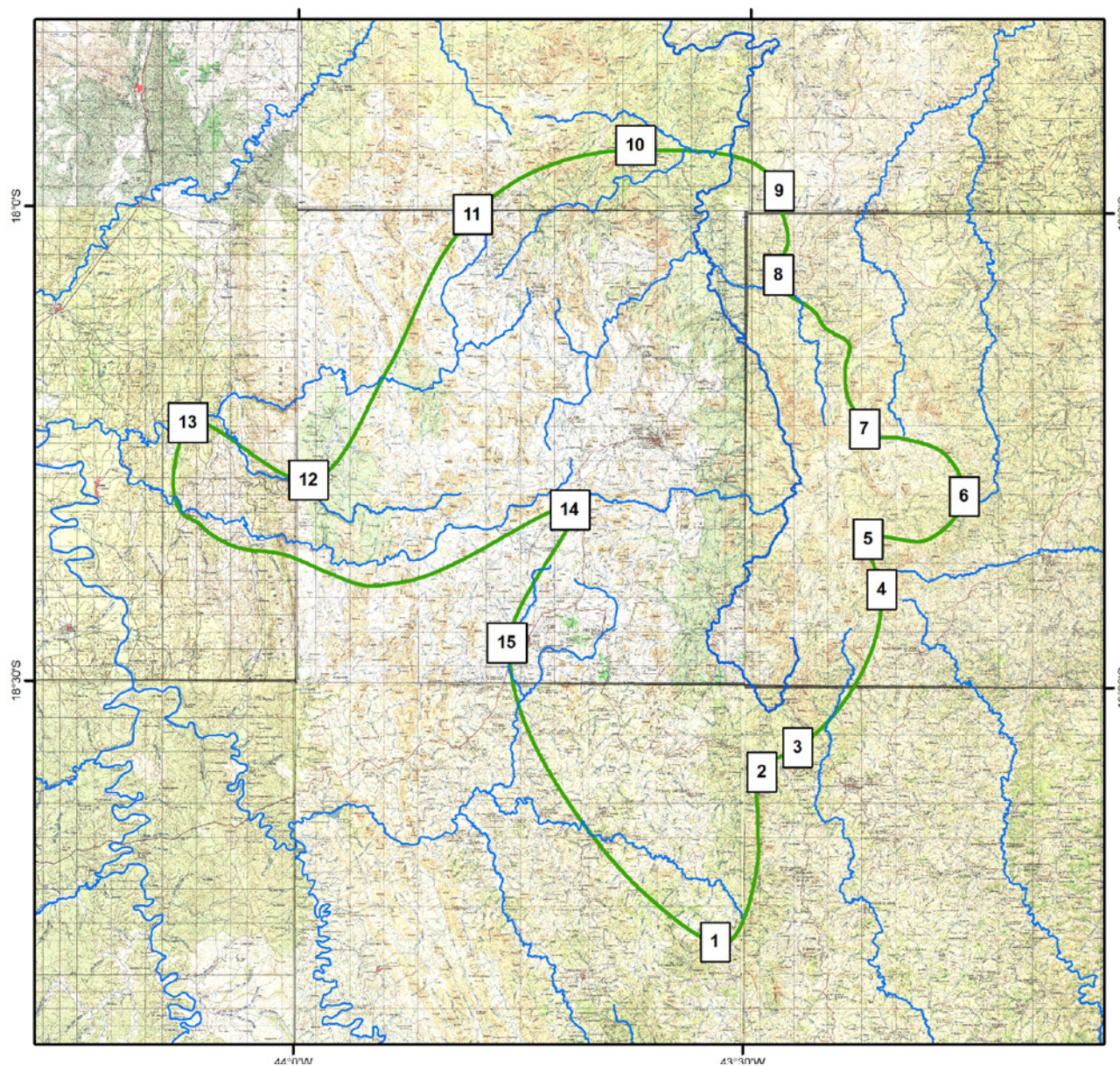


- Rio Jequitinhonha
- Hidrografia
- Limite estabelecido em 1739

- 1 arraial de São Gonçalo
- 2 cabeceiras das Três Barras
- 3 cabeceiras do rio Paraúna
- 4 barra do ribeirão d'Areia
- 5 Forquilha
- 6 cabeceiras do rio Pardo Grande
- 7 cabeceiras do rio Inhaí
- 8 barra do rio Inhaí
- 9 barra do rio Caeté-Mirim
- 10 Jequitinhonha acima de frente do arraial Rio Manso
- 11 cabeceiras do Jequitinhonha do Campo
- 12 cabeceiras do Jequitinhonha do Mato
- 13 cabeceiras do rio de São o Capivari



Concepção: Mariana de Oliveira Lacerda, 2014  
 Elaboração: Rose Lane Guimarães  
 Fonte: Cartas topográficas folhas: Serra do Cabral, Curimataí, Carbonita, Corinto, Diamantina, Rio Vermelho, Curvelo, Presidente Kubitschek, Serro  
 História chronologica dos contratos da Minerassão dos Diamantes. Biblioteca Nacional de Lisboa  
 Escala 1:100.000  
 Projeção cartográfica: Coordenadas Geográficas  
 Datum WGS 84

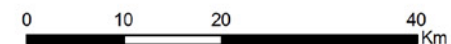


## RELEITURA DOS LIMITES DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA EM 1788

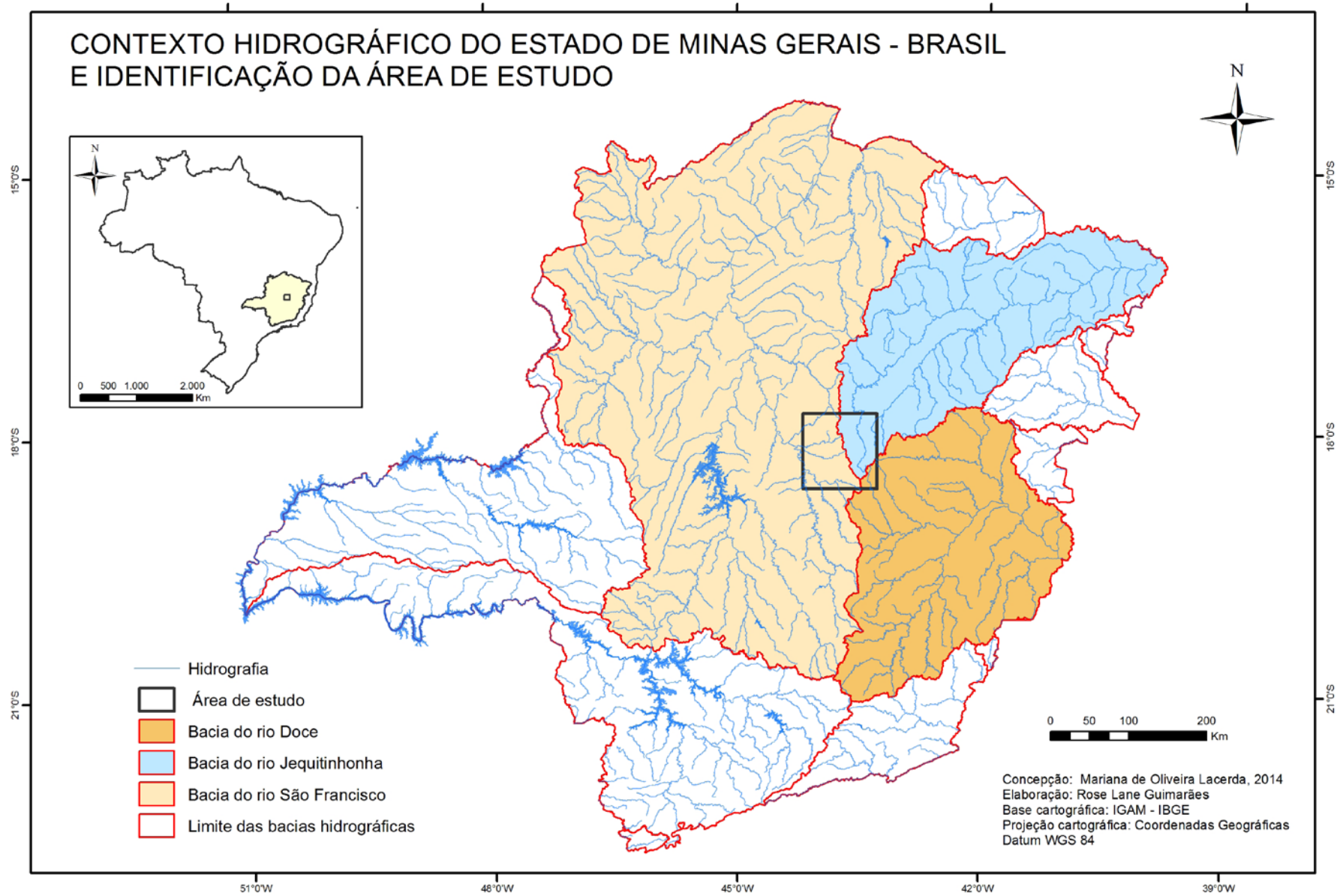


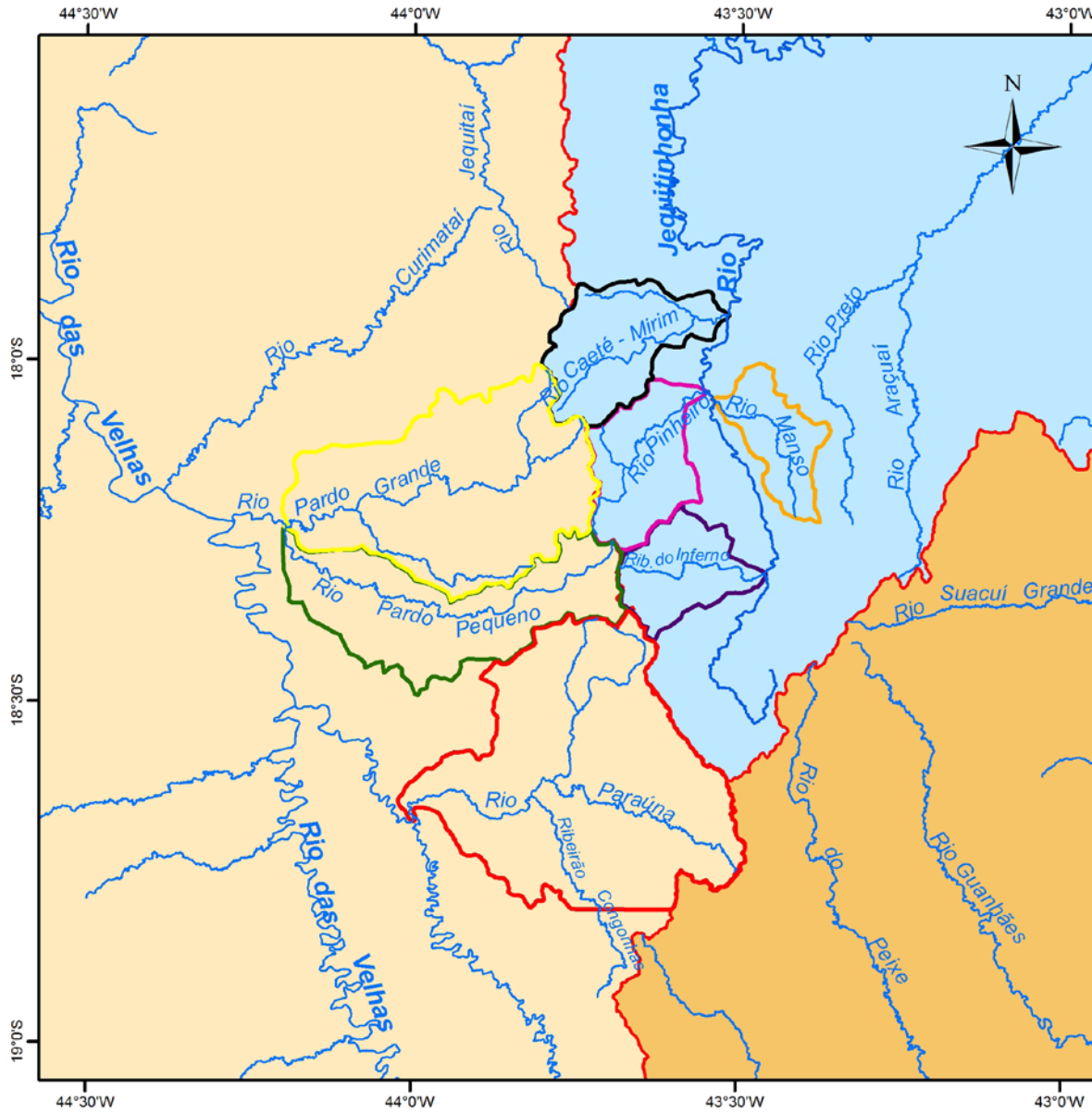
-  Rio Jequitinhonha
-  Hidrografia
-  Limite estabelecido em 1788

- 1 cabeceiras do rio Parauna
- 2 serra dos Pouzos Altos
- 3 nasçença do riacho das Duas Barras
- 4 morro do Itambé
- 5 cabeceiras do Jequitinhonha do Matto
- 6 Jequitinhonha do Campo
- 7 serra [dois irmãos]
- 8 rio Manso
- 9 serviço chamado da Cangica
- 10 arraial do Inhay
- 11 cabeceira do rio Pardo Grande
- 12 Contagem do Rebello
- 13 fazenda chamada a Forquilha
- 14 sitio chamado Bandeirinha
- 15 arraial do Gouvêa



Concepção: Mariana de Oliveira Lacerda, 2014  
 Elaboração: Rose Lane Guimarães  
 Fonte: Cartas topográficas folhas: Serra do Cabral, Curimataí, Carbonita, Corinto, Diamantina, Rio Vermelho, Curvelo, Presidente Kubitschek, Serro  
 História chronologica dos contratos da Minerassão dos Diamantes. Biblioteca Nacional de Lisboa  
 Escala 1:100.000  
 Projeção cartográfica: Coordenadas Geográficas  
 Datum WGS 84

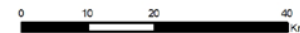




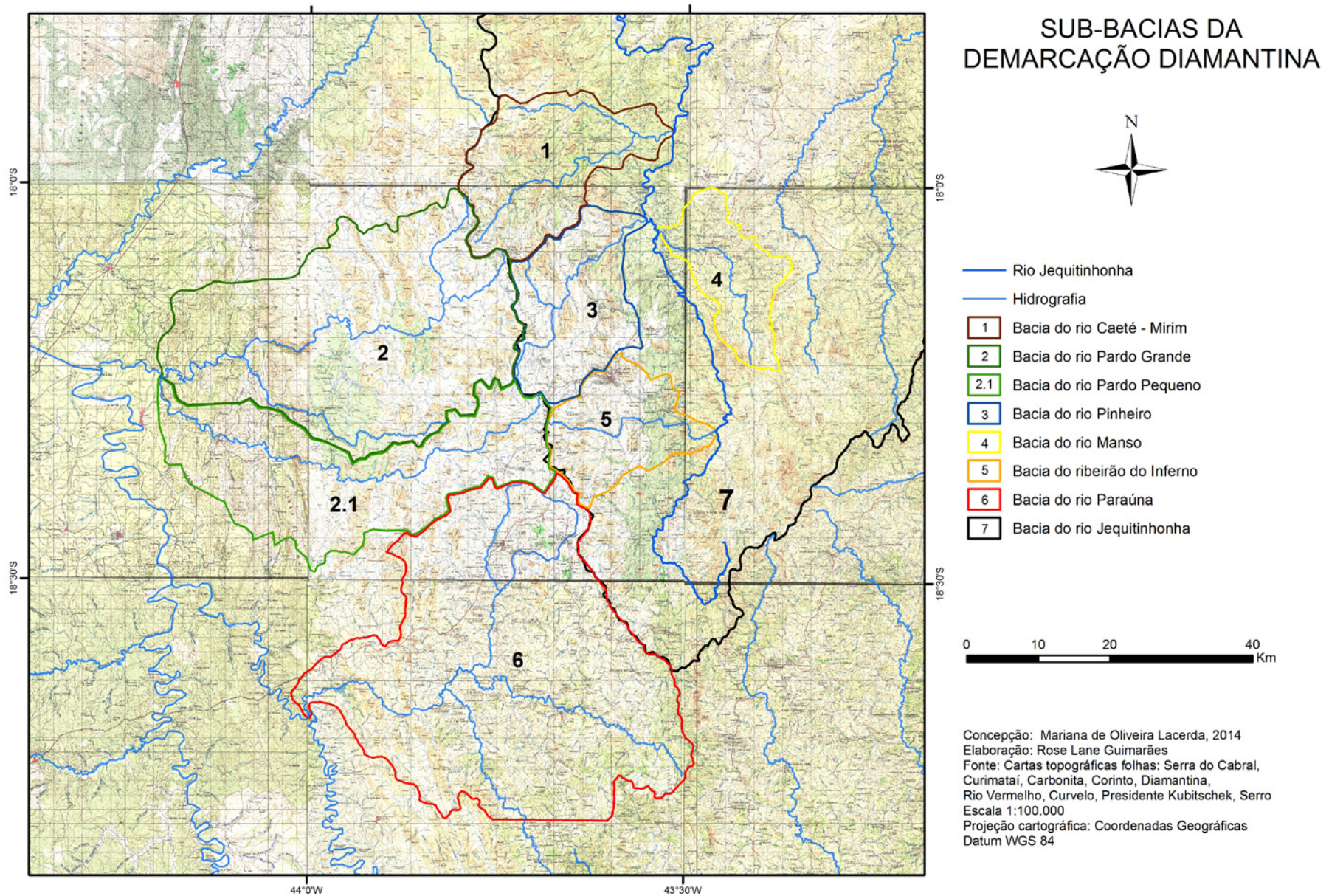
### DETALHE DO CONTEXTO HIDROGRÁFICO DA ÁREA DE ESTUDO

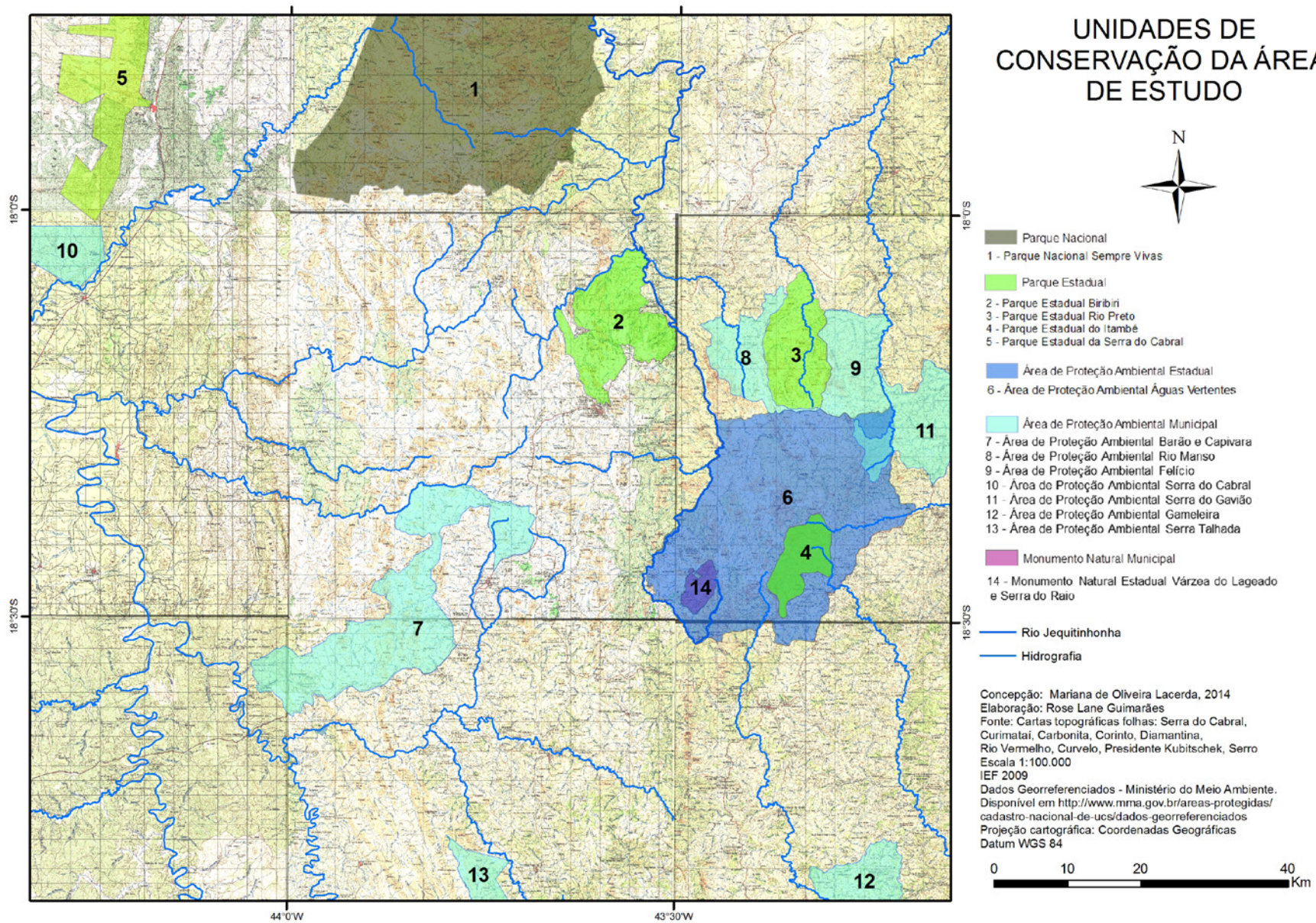
- Bacia do rio Paraúna
- Bacia do rio Pardo Grande
- Bacia do rio Manso
- Bacia do rio Pardo Pequeno
- Bacia do rio Caeté - Mirim
- Bacia do rio Pinheiro
- Bacia do ribeirão do Inferno
- Rio Jequitinhonha
- Hidrografia
- Bacia do rio Jequitinhonha
- Bacia do rio Doce
- Bacia do rio São Francisco

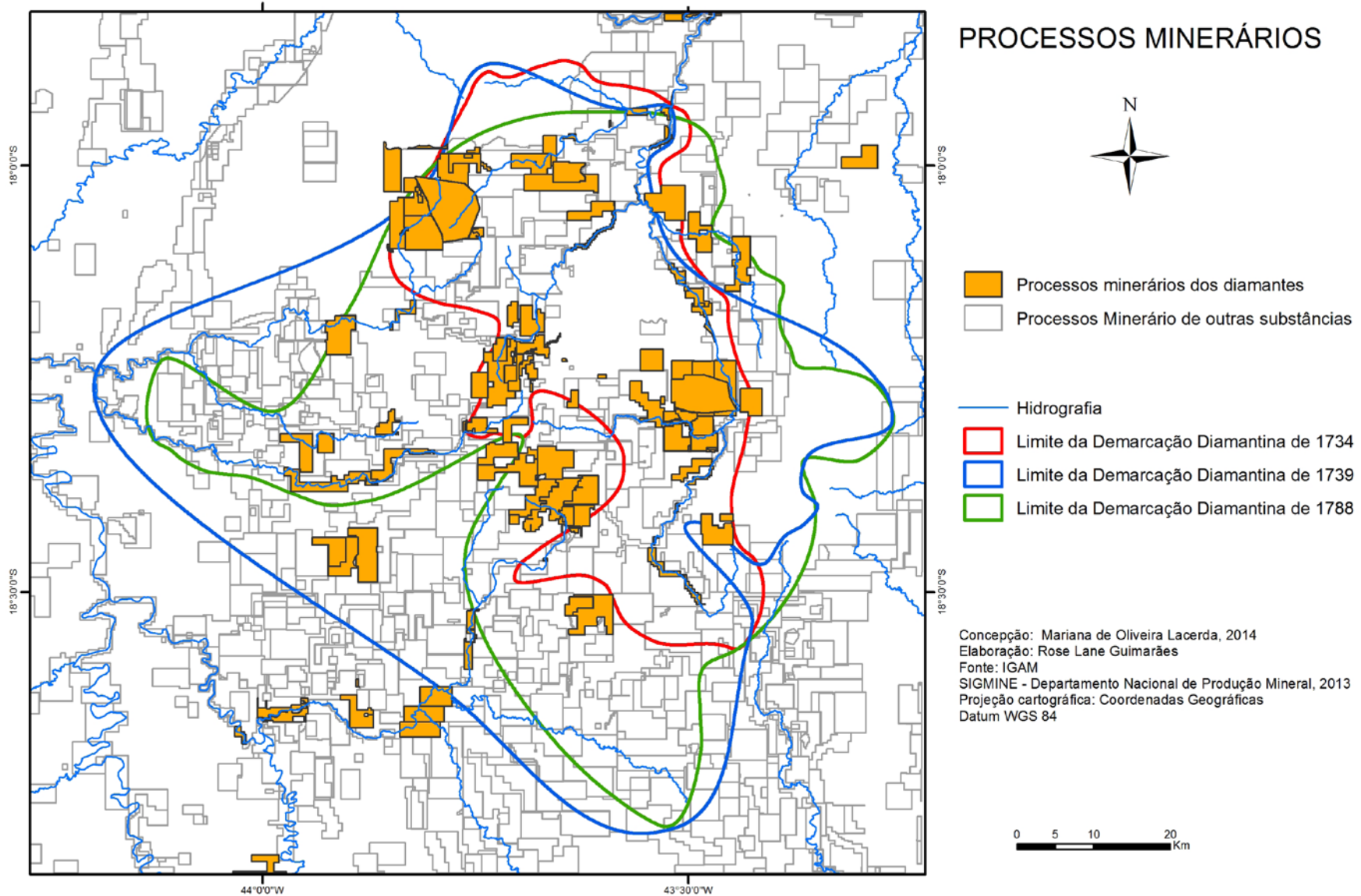
Concepção: Mariana de Oliveira Lacerda, 2014  
 Elaboração: Rose Lane Guimarães  
 Fonte: IGAM - IBGE  
 Projeção cartográfica: Coordenadas Geográficas  
 Datum WGS 84

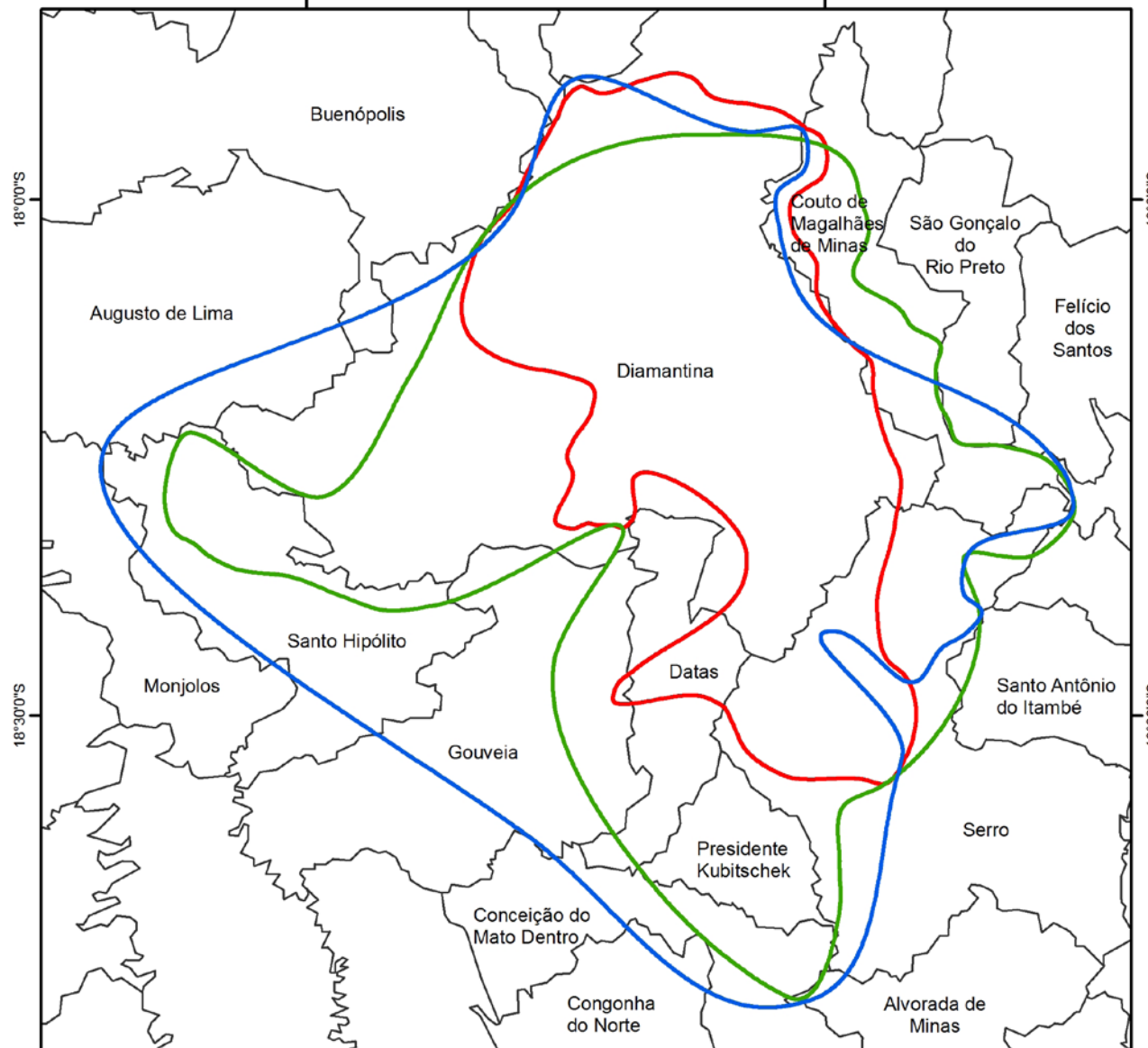










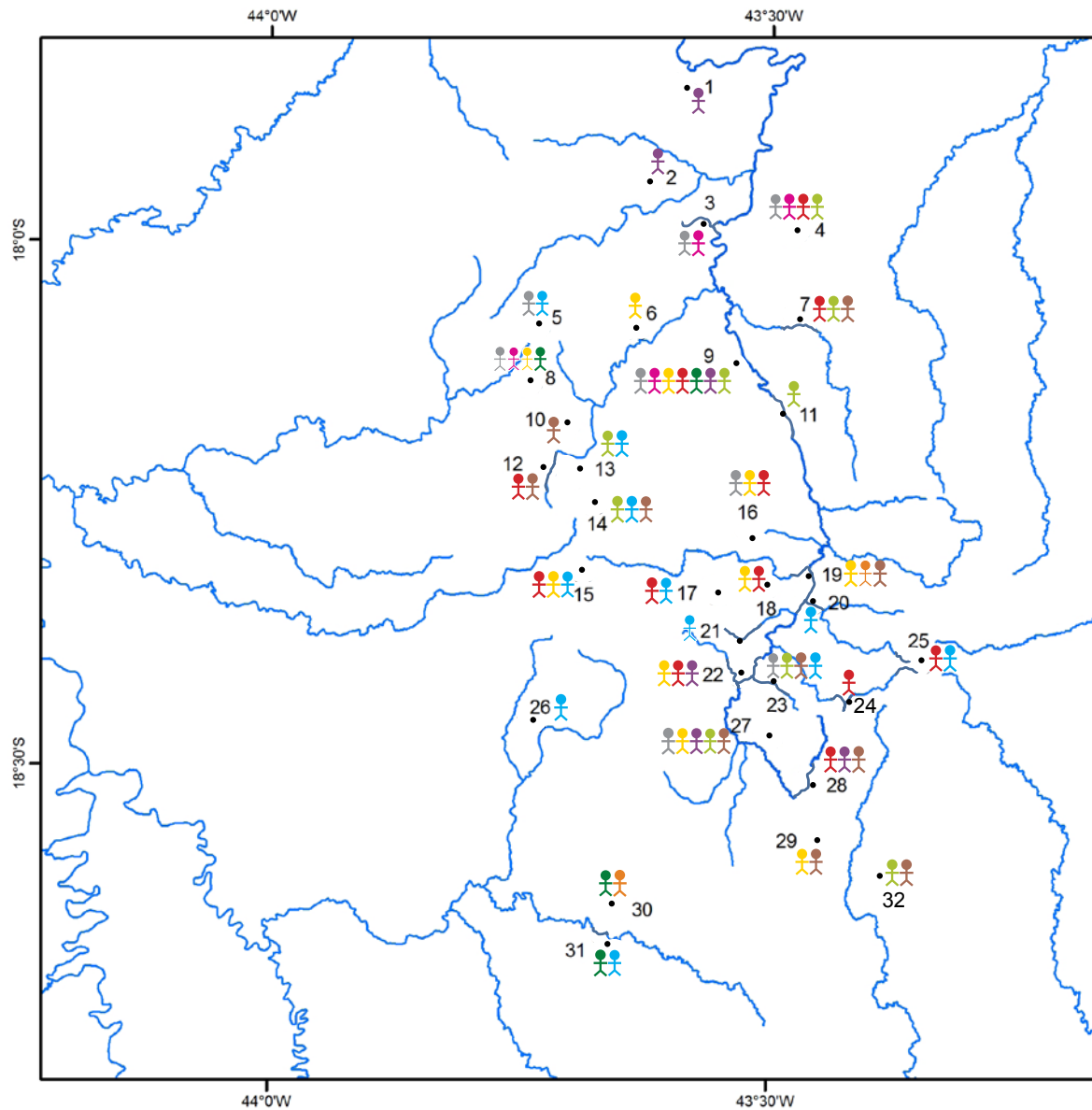


## MUNICÍPIOS INSERIDOS NA ÁREA DA ANTIGA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA



- ▭ Limite estabelecido em 1734
- ▭ Limite estabelecido em 1739
- ▭ Limite estabelecido em 1788
- Limites municipais

Concepção: Mariana de Oliveira Lacerda, 2014  
 Elaboração: Rose Lane Guimarães  
 Base cartográfica: IBGE  
 Projeção cartográfica: Coordenadas Geográficas  
 Datum WGS 84



## RELEITURA DAS ÁREAS DESCRITAS PELOS VIAJANTES DO SÉCULO XIX



• Locais visitados

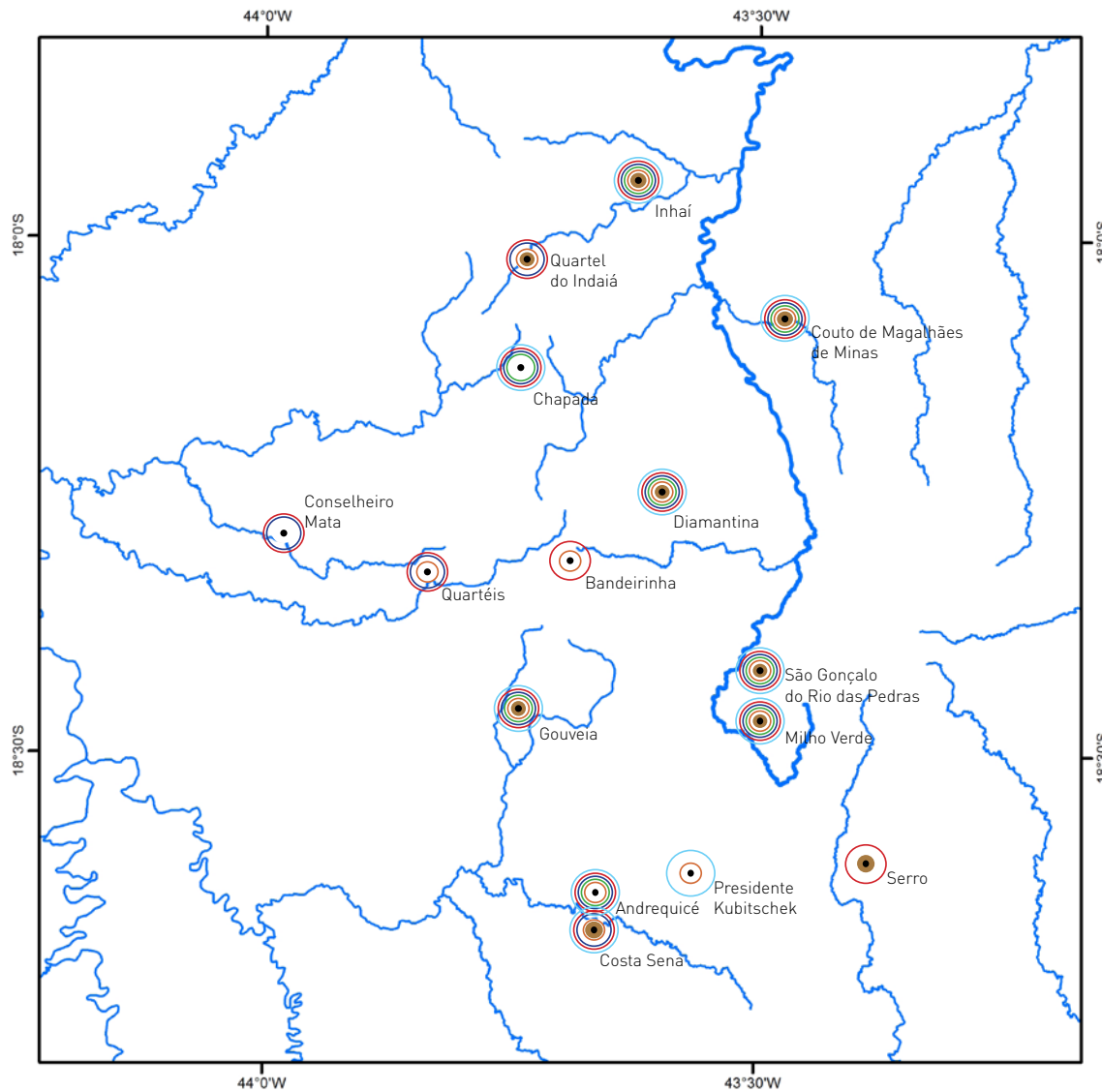
— Rio Jequitinhonha

— Hidrografia

- 1 - Vargem do Inhaí
- 2 - Inhaí
- 3 - Lavra do Monteiro
- 4 - São Gonçalo das Canjicas
- 5 - São João da Chapada
- 6 - Pinheiro
- 7 - Couto de Magalhães de Minas
- 8 - Chapada
- 9 - Mendanha
- 10 - Morrinhos
- 11 - Lavra do Mato
- 12 - Lavra do Caldeirão
- 13 - Sopa
- 14 - Guinda
- 15 - Bandeirinhas
- 16 - Curralinho
- 17 - Fazenda Palmital
- 18 - Mata-Mata
- 19 - Lavra do Ribeirão do Inferno
- 20 - Barra da Lomba
- 21 - Córrego do Mel
- 22 - Vau/Córrego dos Borbas
- 23 - São Gonçalo do Rio das Pedras
- 24 - Capivari
- 25 - Pico do Itambé
- 26 - Gouveia
- 27 - Milho Verde
- 28 - Três Barras
- 29 - Cabeça de Bernado
- 30 - Andrequicé
- 31 - Costa Sena
- 32 - Serro

- John MAWE**  
Viajou em 1810
- Ludwig Wilhelm von ESCHWEGE**  
Viajou em 1811
- Auguste de SAINT-HILAIRE**  
Viajou em 1817
- Johann Baptist von SPIX e Karl Friedrich Philipp von MARTIUS**  
Viajaram em 1818
- Georg Heinrich von LANGSDORFF**  
Viajou em 1824
- George GARDNER**  
Viajou em 1840
- Virgil von HELMREICHEN**  
Viajou em 1841
- Conde de Suzannet**  
Viajou em 1841
- Johann Jakob von TSCHUDI**  
Viajou entre 1858 e 1863
- Richard Francis BURTON**  
Viajou em 1867

Concepção: Mariana de Oliveira Lacerda, 2014  
 Elaboração: Rose Lane Guimarães  
 Arte: Marina Siqueira Damasceno  
 Fonte: IGAM - IBGE  
 Projeção Cartográfica: Coordenadas Geográficas  
 Datum WGS 84



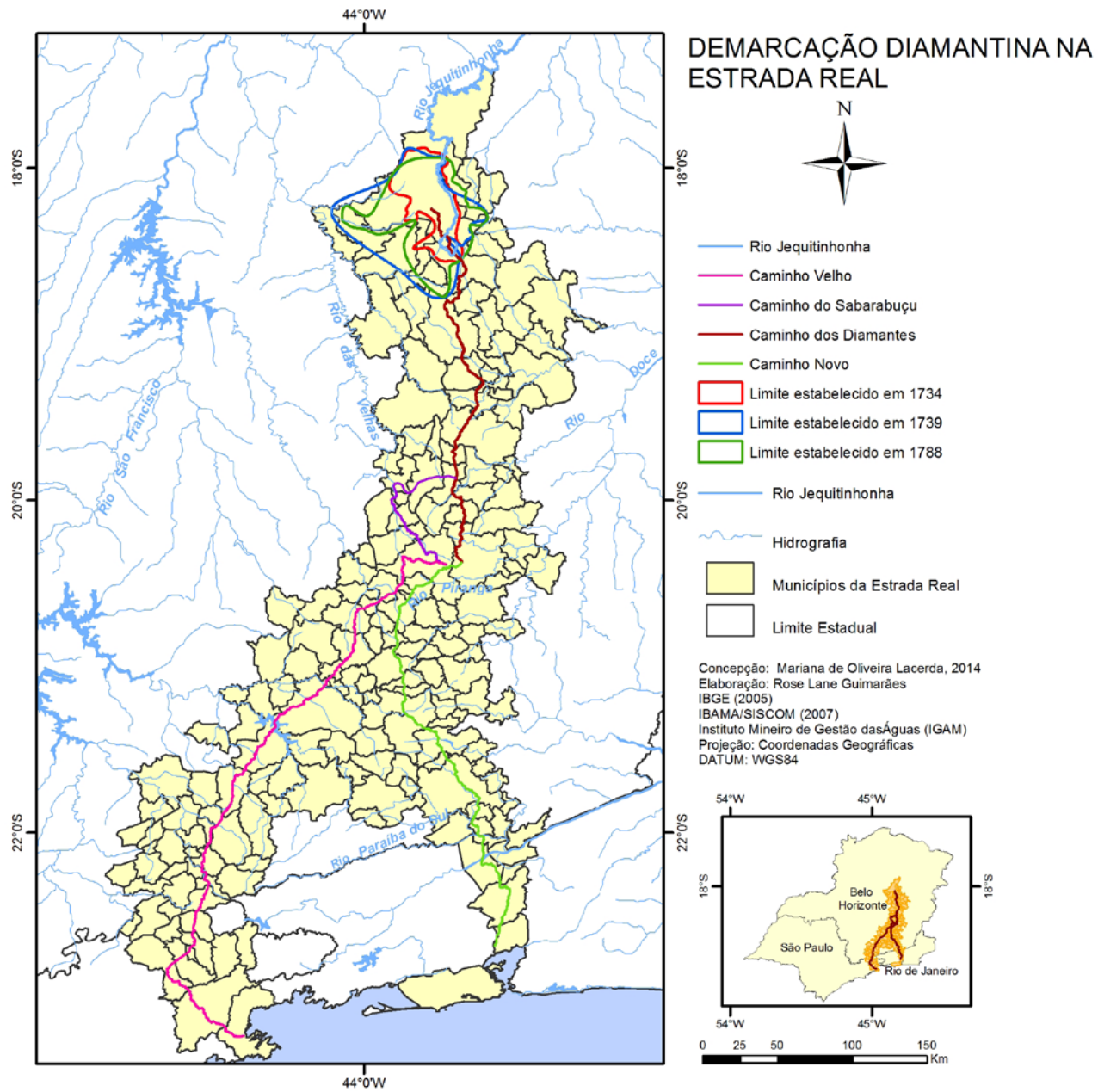
RELEITURA DE MAPAS HISTÓRICOS

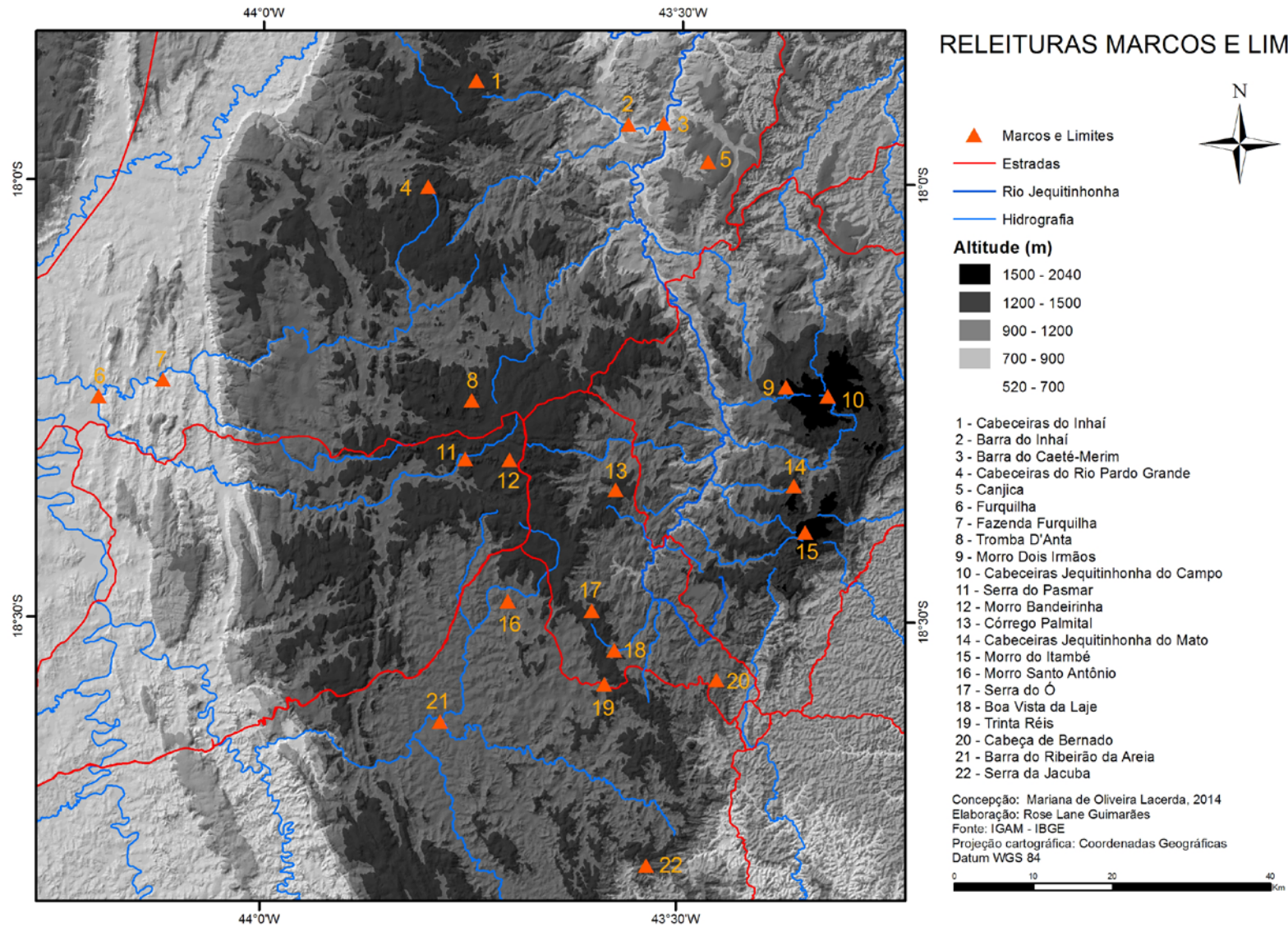


- Arraiais, quartéis e vilas
- Hidrografia
- post 1729: 9 localidades
- 1770: 12 localidades
- 1775: 8 localidades
- 1776: 12 localidades
- 1784: 14 localidades
- 1787: 10 localidades

Concepção: Mariana de Oliveira Lacerda, 2014  
 Elaboração: Rose Lane Guimarães  
 Arte: Marina Siqueira Damasceno  
 Fonte: IGAM - IBGE  
 Projeção Cartográfica: Coordenadas Geográficas  
 Datum WGS 84

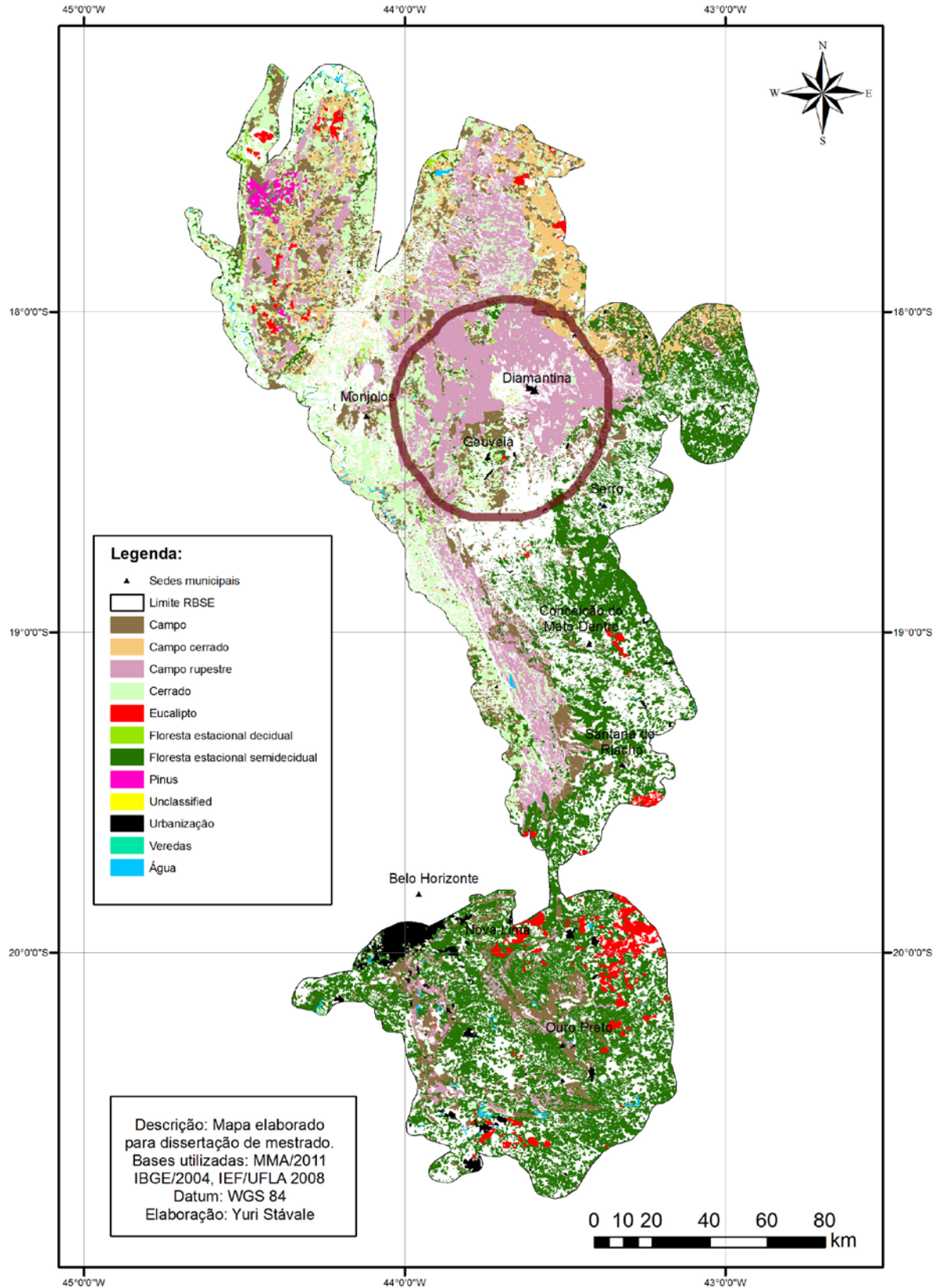


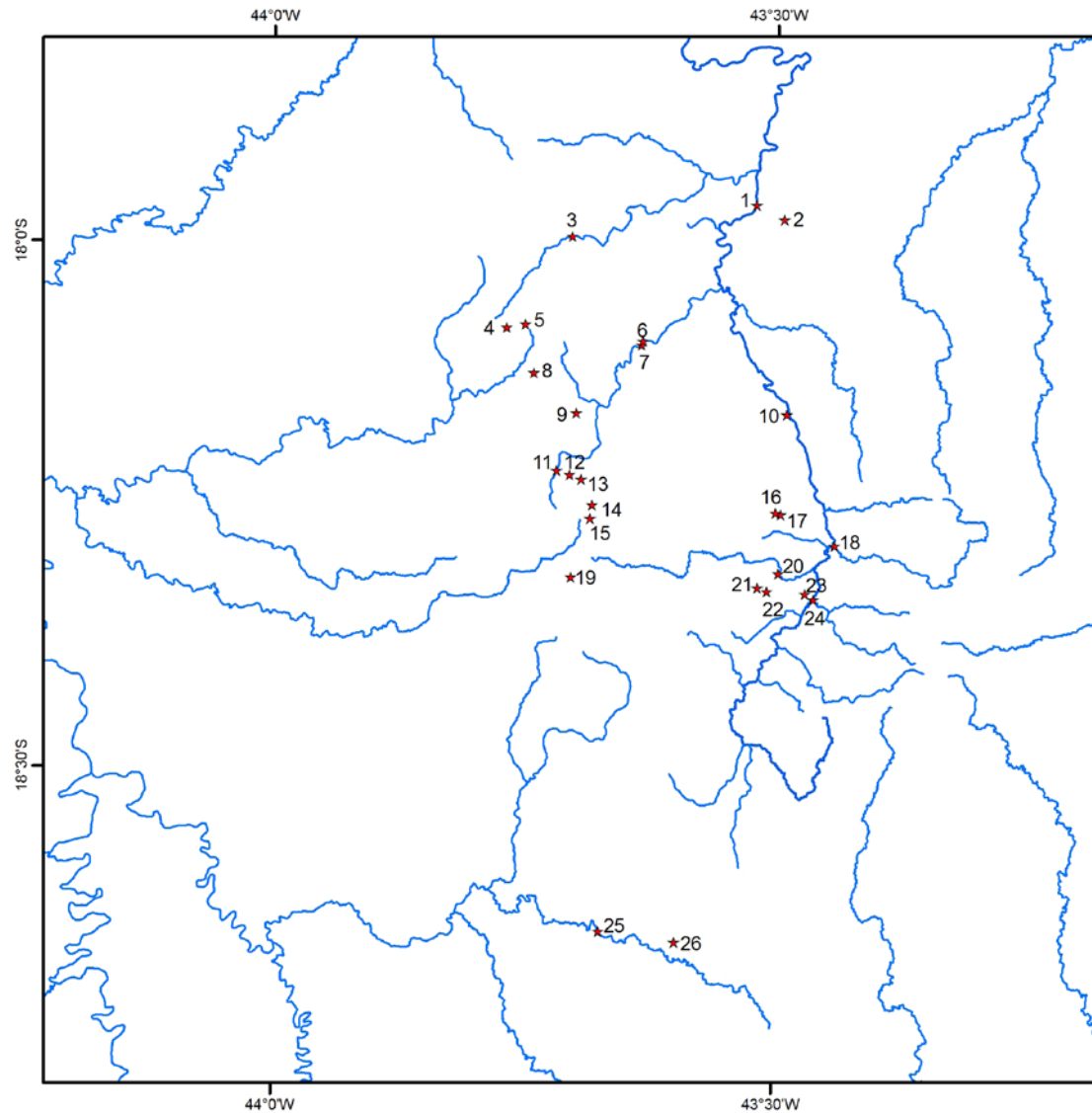






# MAPA DE VEGETAÇÃO DA RBSE





## RELEITURAS LUGARES-DITOS DO GARIMPO



- ★ Lugares-ditos do garimpo
- Rio Jequitinhonha
- Hidrografia

- 1 - Lavra do Monteiro
- 2 - São Gonçalo da Canjica
- 3 - Sumidouro
- 4 - Pagão
- 5 - Lavra do Barro
- 6 - Calçada dos Escravos
- 7 - Tonta
- 8 - Chapada
- 9 - Córrego dos Morrinhos
- 10 - Lavra do Mato
- 11 - Lavra dos Caldeirões
- 12 - Fazenda do Intendente
- 13 - Lavra da Califórnia
- 14 - Lavrinha
- 15 - Mungongo
- 16 - Bom Sucesso
- 17 - Boa Vista
- 18 - Ponte do Acaba Mundo
- 19 - Lavra de Ouro de Bandeirinha
- 20 - Portão de Ferro
- 21 - Lavagem do Linguíça
- 22 - Capão Maravilha
- 23 - Lapa da Igreja
- 24 - Barra da Lomba
- 25 - Poço Dois Landin
- 26 - Cânion do Funil

Concepção: Mariana de Oliveira Lacerda, 2014  
 Elaboração: Rose Lane Guimarães  
 Fonte: IGAM - IBGE  
 Projeção cartográfica: Coordenadas Geográficas  
 Datum WGS 84

